

CADERNO DE RESUMOS

CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO

Organização
Márcio Moraes Valença
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

ANPUR, 2019



XVIII ENANPUR

NATAL2019
27 a 31 maio

Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

TEMPOS em/de TRANSFORMAÇÃO - UTOPIAS

anpur.org.br/xviiienanpur

COORDENADOR GERAL DO XVIII ENANPUR
Márcio Moraes Valença – PPEUR-PPGAU/UFRN

COORDENADORA GERAL ADJUNTA DO XVIII ENANPUR
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros – PPEUR/UFRN

DIRETORIA DA ANPUR:
Eduardo Alberto Cusce Nobre – PPGAU-FAU/USP
Tomás Antônio Moreira – PPGAU-IAU/USP
Humberto Miranda do Nascimento – PPGDE-IEU/UNICAMP
Hipólita Siqueira de Oliveira – PPPUR-IPPUR/UFRJ
José Júlio Ferreira Lima – PPGAU-FAU/UFPA
Márcio Moraes Valença – PPEUR-PPGAU/UFRN
Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski – PPGGEO/UFPR

COMISSÃO CIENTÍFICA:
Adauto Lúcio Cardoso – IPPUR/UFRJ
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva – PPEUR-PPGAU/UFRN
Amadja Henrique Borges – PPGAU/UFRN
Ana Cláudia Duarte Cardoso – PPGAU/UFPA
Ângelo Magalhães Silva – PLANDITES/UERN; PROFIAP/UFERSA
Benny Schvarsberg – PPG-FAU/UNB
Camila D'Ottaviano – PPGAU-FAU/USP
Carlos Antônio Brandão – IPPUR/UFRJ
Carlos Bernardo Vainer – IPPUR/UFRJ
Carolina Pescatori Candido da Silva – PPG-FAU/UNB
Cimone Rozendo – PGCS/UFRN
Clóvis Ultramari – PPGTU/PUC-PR
Christian Luiz da Silva – PPGTE/UFTPR
Cibele Saliba Rizek – PPGAU-IAU/USP
Cidoval Morais de Sousa – PPGDR/UEPB
Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas – PPGAU+D/UFC
Cláudio Roberto de Jesus – PPEUR/UFRN
Denise de Souza Elias – ProPGeo/UECE
Edna Maria Ramos de Castro – NAEA/UFPA
Eneida Maria Souza Mendonça – PPGAU/UFES
Ester Limonad – PPGEO/UFF
Fernanda Ester Sanchez Garcia – PPGAU/UFF
Fernando Cézar de Macedo Mota – PPGDE-IE/UNICAMP
Fernando Manuel Rocha da Cruz – PPEUR/UFRN
Francisco do O de Lima Júnior – PLANDITES/UERN; URCA
Frederico Rosa Borges de Holanda – PPG-FAU/UNB
George Alexandre Ferreira Dantas – PPGAU/UFRN
Geraldo Magela Costa – IGC/UFMG
Giovana Paiva de Oliveira – DARQ/UFRN
Glória Cecília dos Santos Figueiredo – PPGAU/UFBA
Heloísa Soares de Moura Costa – IGC/UFMG
Inês Martina Lersch – PROPUR/UFRGS
Ivo Marcos Theis – PGDR/FURB
Jeroen Johannes Klink – PPG PGT/UFABC
João Farias Rovati – PROPUR/UFRGS
João Sette Whitaker Ferreira – PPGAU-FAU/USP
José Clewton do Nascimento – PPGAU/UFRN
José Gomes Ferreira – PPEUR/UFRN
Jupira Gomes de Mendonça – NPGAU-EA/UFMG
Karina Oliveira Leitão – PPGAU-FAU/USP
Larissa da Silva Ferreira Alves – PLANDITES/UERN
Leila Christina Duarte Dias – PPGG/UFSC
Lindijane de Souza Bento Almeida – PPEUR/UFRN
Lúcia Maria Machado Bógus – PEPG/PUC-SP
Márcio Moraes Valença – PPEUR-PPGAU/UFRN
Marcos Barcellos de Souza – PPG PGT/UFABC
Maria Ângela de Almeida Souza – MDU/UFPE
Maria do Livramento Miranda Clementino – PPEUR/UFRN
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – PPGAU/UFRN
Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins – PPGAU-FAU/USP
Mariana de Azevedo Barretto Fix – PPGDE-IE/UNICAMP
Norma Lacerda Gonçalves – MDU/UFPE
Pedro Vasconcelos Maia do Amaral – CEDEPLAR/UFMG
Regina Dulce Barbosa Lins – PPGAU/UFAL
Ricardo Alexandre Paiva – PPGAU+D/UFC
Ricardo Libanez Farret – PPG-FAU/UNB
Rita de Cássia da Conceição Gomes – PPEUR/UFRN
Rita de Cássia Lucena Velloso – NPGAU-EA/UFMG
Rogério Haesbaert da Costa – PPGEO/UFF
Rogério Leandro Lima da Silveira – PPGDR/UNISC
Rosana Denaldi – PPG PGT/UFABC
Rubenilson Brazão Teixeira – PPGAU/UFRN
Ruth Maria da Costa Ataíde – PPGAU/UFRN
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior – NAEA/UFPA
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros – PPEUR/UFRN
Temis Gomes Parente – PPGDR/UFT
Verônica Maria Fernandes de Lima – PPGAU/UFRN
Virgínia Pitta Pontual – MDU/UFPE
Winifred Knox – PPEUR/UFRN
Wrana Maria Panizzi – FA/UFRGS
Zoraide Souza Pessoa – PPEUR/UFRN

EQUIPE E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

APOIO SECRETARIA
Diana Ambrosio de Lima Silva
Luana Damasceno Diniz
Mariana Fernandes Freitas
Vanessa Brígida Azevedo

DIREÇÃO DE ARTE
Janilson Torres

DESENVOLVIMENTO DO SITE
Viana Patrício Barbosa Neto

SISTEMA DE SUBMISSÃO
SISGEENCO

INSTITUIÇÃO PROMOTORA
ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

APOIOS INSTITUCIONAIS
PPEUR – Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFRN
IMD - Instituto Metrópole Digital

APOIOS INSTITUCIONAIS E FINANCEIROS
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFRN
PPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação – UFRN
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão – UFRN
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa – UFRN
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR : Tempos em/de Transformação – Utopias (18. : 2019 : Natal).
Caderno de resumos e programação do XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR: Tempos em/de Transformação – Utopias, 27 a 31 de maio de 2019 / Organizadores: Márcio Moraes Valença, Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros. – Natal: EDUFRN, 2019.

258 p. : il. color.

ISBN: 978-85-425-0879-6 (E-book)
ISBN: 978-85-425-0878-9 (Impresso)

1. Planejamento urbano – Brasil – Evento. 2. Planejamento regional – Brasil – Evento. 3. Pesquisa – Brasil – Evento. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. III. Valença, Mário Moraes. IV. Medeiros, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. V.Título.

RN/BS-CCHLA CDU 711.4

Ficha catalográfica elabora por Heverton Thiago Luiz da Silva – Bibliotecário-Documentalista / CRB 15/710

SUMÁRIO

004 > APRESENTAÇÃO
005 > MAPA > Cidade
006 > MAPA > Hotel
007 > QUADRO GERAL DE HORÁRIOS
008 > ABERTURA
008 > CONFERÊNCIA DE ABERTURA
008 > RECEPÇÃO
009 > MESAS REDONDAS
015 > SESSÕES ESPECIAIS
027 > SESSÕES LIVRES
057 > SESSÕES TEMÁTICAS
059 > Subsessões da ST > 01
070 > Subsessões da ST > 02
083 > Subsessões da ST > 03
092 > Subsessões da ST > 04
099 > Subsessões da ST > 05
109 > Subsessões da ST > 06
114 > Subsessões da ST > 07
126 > Subsessões da ST > 08
135 > Subsessões da ST > 09
143 > Subsessões da ST > 10
149 > Subsessões da ST > 11
174 > Subsessões da ST > 12
184 > Subsessões da ST > 13
202 > Subsessões da ST > 14
210 > Subsessões da ST > 15
217 > Subsessões da ST > 16
239 > LANÇAMENTO DE LIVROS
242 > OFICINA DE PÓS-GRADUAÇÃO > PRÉ-EVENTO
244 > OFICINAS > PRÉ-EVENTO
249 > EVENTOS PARALELOS
252 > ÍNDICE REMISSIVO

Tempo, tempo, tempo, tempo
(Caetano Veloso)
Tudo muda o tempo todo no mundo
(Lulu Santos e Nelson Motta)
Porque o tempo, o tempo não para
(Cazuza)
No novo tempo, apesar dos perigos... A gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça
(Ivan Lins)
Todos os dias quando acordo... Não tenho mais... O tempo que passou
(Renato Russo)

Aventa-se aqui, em primeiro lugar, a ideia da inevitabilidade do tempo e de tudo o que essa condição significa. Em outras palavras, para o bem ou para o mal, no decurso do tempo, tudo está em transformação. É o resultado das tantas vidas, agências e estruturas que se cruzam em infinitas articulações. Nesse sentido, os "tempos" hoje parecem ser deveras difíceis dado que tais articulações também têm sido cruzadas com verticais e questionáveis estruturas de poder e hierarquias. Aventa-se aqui também, em segundo lugar, a ideia de agência: os tempos são também de transformação. É tempo de resistir a transformações indesejadas; é tempo de dar continuidade ao que parece ter ainda adequação e utilidade; é tempo, principalmente, de caminhar por novas trilhas mais amenas.

O tempo que foi também fica imbricado em nós e em tudo o mais. Vira cultura, vira tecnologia, vira vivência, vira referência, vira ideologia, vira poder, vira alienação, vira ruína, vira ruga, vira mofo, vira pó. Não podemos viver hoje sem o tempo de ontem, mas, se não rompermos com o viço do tempo passado, com as barreiras e os muros que nos impedem a passagem e a perspectiva, não poderemos pisar num futuro que seja, minimamente, o reflexo de nós mesmos e de nossos desejos.

Antes de tudo, aqui também está aventada a ideia de que são tempos de construir projetos utópicos para um novo tempo ou para os novos tempos.

Peço-te o prazer legítimo... E o movimento preciso
(Caetano Veloso)
Como uma onda no mar
(Lulu Santos e Nelson Motta)
Eu vejo o futuro repetir o passado... Tuas ideias não correspondem aos fatos
(Cazuza)
Pra que nossa esperança... Seja sempre um caminho que se deixa de herança
(Ivan Lins)
Mas tenho muito tempo... Temos todo o tempo do mundo... Temos nosso próprio tempo
(Renato Russo)

There will be an answer, let it be
(Paul McCartney)

Márcio Moraes Valença
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

MAPA DE LOCALIZAÇÃO
LOCAL DO EVENTO

Praiamar Natal Hotel & Convention
R. Francisco Gurgel, 33
Ponta Negra, Natal/RN

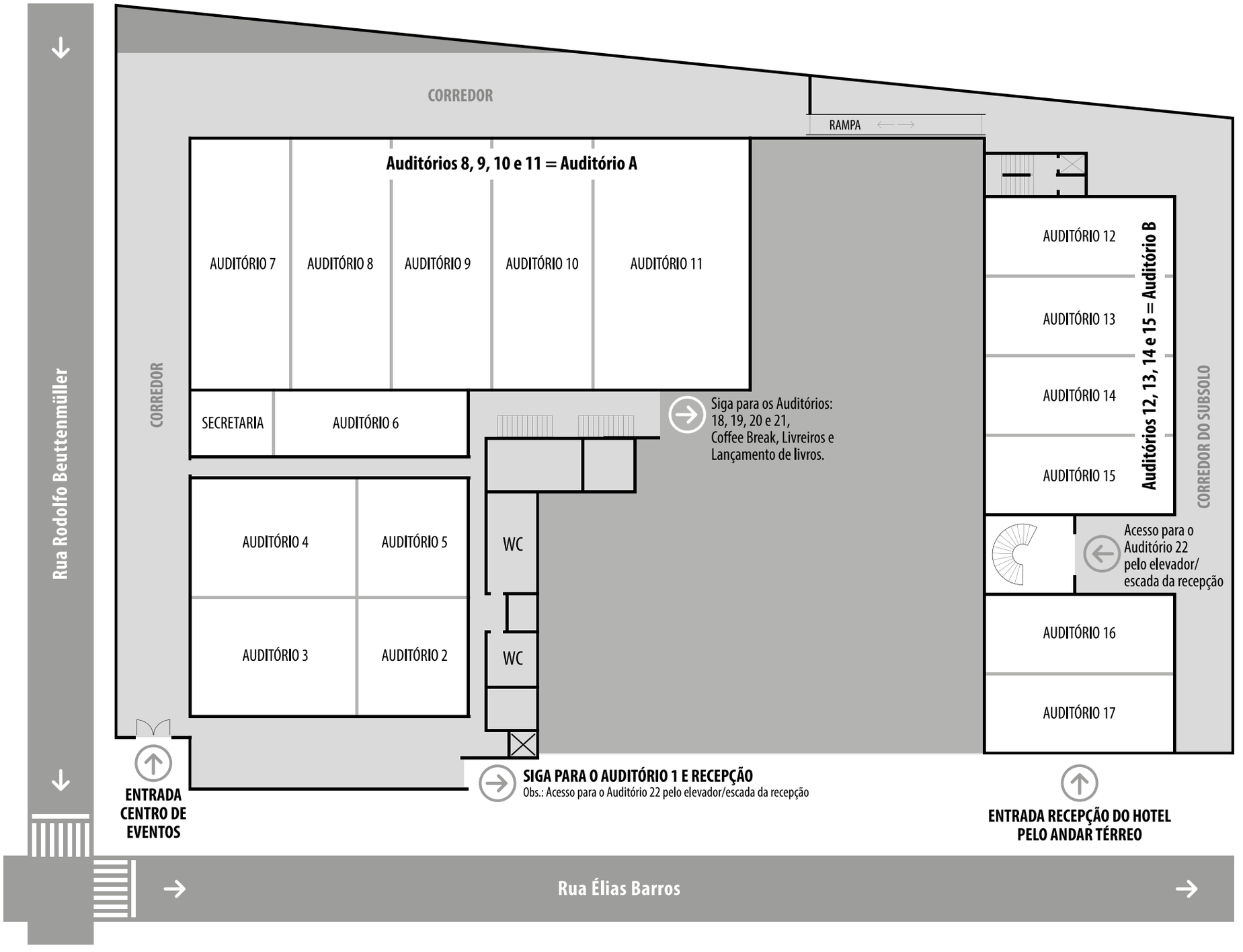


Rastapé Casa de Forró
R. Aristides Porpino Filho, 2198
Ponta Negra, Natal /RN



Praiamar Express Hotel
Av. Engenheiro Roberto Freire, 4014
Ponta Negra, Natal/ RN




CORREDOR
RAMPA
Auditórios 8, 9, 10 e 11 = Auditório A
AUDITÓRIO 7
AUDITÓRIO 8
AUDITÓRIO 9
AUDITÓRIO 10
AUDITÓRIO 11
CORREDOR
SECRETARIA
AUDITÓRIO 6
Siga para os Auditórios:
18, 19, 20 e 21,
Coffee Break, Livreiros e
Lançamento de livros.
AUDITÓRIO 4
AUDITÓRIO 5
AUDITÓRIO 3
AUDITÓRIO 2
WC
WC
AUDITÓRIO 12
AUDITÓRIO 13
AUDITÓRIO 14
AUDITÓRIO 15
Auditórios 12, 13, 14 e 15 = Auditório B
CORREDOR DO SUBSOLO
Acesso para o
Auditório 22
pelo elevador/
escada da recepção
AUDITÓRIO 16
AUDITÓRIO 17
Rua Rodolfo Beuttenmüller
ENTRADA
CENTRO DE
EVENTOS
SIGA PARA O AUDITÓRIO 1 E RECEPÇÃO
Obs.: Acesso para o Auditório 22 pelo elevador/escada da recepção
ENTRADA RECEPÇÃO DO HOTEL
PELO ANDAR TÉRREO
Rua Élias Barros

PROGRAMAÇÃO RESUMIDA

Quadro geral de horários

HORÁRIO	SEGUNDA > DIA 27	TERÇA > DIA 28	QUARTA > DIA 29	QUINTA > DIA 30	SEXTA > DIA 31
8:00	Credenciamento	Sessões Temáticas	Sessões Temáticas	Sessões Temáticas	Assembleia da ANPUR
10:00					
INTERVALO	Abertura – 09:30 > 10:00 Conferência – 10:00 > 11:30 Recepção – 11:30 > 12:30	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	
10:10		Sessões Temáticas	Sessões Temáticas	Sessões Temáticas	
12:10					
INTERVALO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	
14:00	Sessões Temáticas	Sessões Temáticas	Sessões Temáticas	Sessões Temáticas	
16:00					
INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	INTERVALO	
16:10	Sessões Livres / Especiais	Sessões Livres / Especiais	Sessões Livres / Especiais	Sessões Livres / Especiais	
18:10					
18:10 > 19:00	COFFEE BREAK / Livros	COFFEE BREAK / Livros	COFFEE BREAK / Livros	COFFEE BREAK / Livros	
19:00 > 19:30	Mesas Redondas 1 e 2	Mesas Redondas 3 e 4	Mesas Redondas 5 e 6	Premiações ANPUR	
19:30 > 21:30				Mesa Redonda 7	
22:00				**FESTA a partir das 22:00**	

ABERTURA

Cerimônia com a presença da Direção da ANPUR,
Coordenação no XVIII ENANPUR e Autoridades da UFRN.

SEGUNDA, dia 27, 09:30 – 10:00
Grande Auditório

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

SEGUNDA, dia 27, 10:00 – 11:30
Grande Auditório

RECEPÇÃO

SEGUNDA, dia 27, 11:30 – 12:30
Espaço de Exposição do 1º Andar



TEMPOS EM / DE TRANSFORMAÇÃO - UTOPIAS

JOÃO FERRÃO

Geógrafo, investigador e coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e coordenador do Grupo de Investigação "Ambiente, Território e Sociedade" e do Conselho dos Observatórios do ICS-UL. Docente no departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa (1976-95) e na Universidade Atlântica (1996-2000). Presidente da APDR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (1987-1990). Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (2005-9). Membro do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2010-13). Foi coordenador nacional de diversos projetos e redes de investigação internacionais, nomeadamente no âmbito de vários Programas - Quadro da Comissão Europeia e da European Science Foundation. Desenvolveu atividades de consultoria na área da geografia econômica e social e do desenvolvimento regional e urbano. Foi consultor da OCDE (Programa de Desenvolvimento Rural, 1993). Coordenou diversos estudos de avaliação de políticas públicas, para o Governo português e para a Comissão Europeia, incluindo a avaliação ex-ante dos Quadros Comunitários de Apoio II e III (Portugal). Publicou, individualmente ou em colaboração, dezenas de artigos em revistas nacionais e estrangeiras e diversos livros sobre temas relacionados com geografia, ordenamento do território e políticas de desenvolvimento local e regional. É representante do Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas no CNADS (Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Foi pró-reitor da Universidade de Lisboa para a sociedade e comunidades locais (2013-17).

MESAS REDONDAS




XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

> MESA > 01

ACESSO À MORADIA E DIREITO À CIDADE: PENSANDO ALTERNATIVAS

SEGUNDA, dia 27, 19:00 – 21:30
Auditório A

Camila D'Ottaviano - PPGAU-FAU/USP - organizadora
Adauto Lúcio Cardoso - IPPUR/UFRJ
Denise Morado Nascimento - NPGAU-EA/UFMG
Edesio Fernandes - DPU Associates/Lincoln Institute

Após promulgação da nova Constituição (1988), seguida da aprovação do Estatuto da Cidade (2001) e da criação do Ministério das Cidades (2003), vivemos no Brasil um momento de grandes expectativas positivas em relação a um planejamento urbano mais democrático, com efetiva inclusão dos mais pobres, a partir da implementação de instrumentos urbanísticos capazes de transformar em realidade importantes conceitos definidos no Estatuto como o direito à cidade, direto à moradia digna, função social da propriedade e regularização fundiária plena. Passados mais de 15 anos de aprovação do Estatuto da Cidade e após o impacto do Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2016), a realidade da produção do espaço nas cidades brasileiras praticamente não se alterou. A literatura acadêmica nacional já desenvolveu uma análise crítica sobre a utilização desses instrumentos, identificando suas fragilidades e usos inadequados. O intuito desta Mesa é analisar e debater alternativas possíveis para as políticas habitacionais, em especial no que diz respeito ao modelo de propriedade privada vigente em praticamente todos os programas habitacionais públicos e às possibilidades de mudança a partir da atuação dos movimentos de luta por moradia.

> MESA > 02

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RESISTÊNCIAS E UTOPIAS

SEGUNDA, dia 27, 19:00 – 21:30
Auditório B

Ivo Marcos Theis - PGDR/FURB - organizador
Tânia Bacelar de Araújo - PPGGEO/UFPE
Rainer Randolph – IPPUR/UFRJ e PPGPSDR/UNOCHAPECÓ
Victor Ramiro Fernández – Universidad Nacional del Litoral/Argentina

O neoliberalismo globalizado e globalizante exerce influência nefasta, principalmente, sobre as nações periféricas. Que pode ser "desenvolvimento regional" numa conjuntura de retrocesso político e democrático, e exacerbação da submissão aos postulados econômicos ultraliberais? Como formular, nesta conjuntura, estratégias viáveis para enfrentar o rebaixamento das condições de vida de populações socialmente vulneráveis? Como mobilizar energias e recursos para combater políticas produtoras de exclusão e de ampliação das disparidades sociais e econômicas na escala subnacional ou regional? Essa mesa redonda visa reanimar o debate entre estudiosos do desenvolvimento regional, assim como entre estudiosos e agentes envolvidos com e afetados por políticas promotoras de desenvolvimento regional. A noção de desenvolvimento regional volta a se abrir, podendo ser ressignificada. Não mais se limitando às definições estritamente econômicas, mas também abarcando os diferentes problemas das camadas subalternizadas das populações regionais. De qualquer maneira, desenvolvimento regional pode ser entendido como um processo do real. A desmontagem da engrenagem que reproduz esse processo está condicionada pela capacidade de desencadear e impulsionar resistências, e de esboçar cenários que apontem possibilidades emancipatórias. O passo concomitante ao da negação da perversa realidade que, teimosamente, se reproduz no tempo é o da mobilização de energias para a construção da utopia concreta.

> MESA > 03

EDIFÍCIOS VAZIOS E DÉFICIT HABITACIONAL: OCUPAÇÕES COMO CRIME OU COMO ALAVANCA PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DEMOCRÁTICA NAS ÁREAS CENTRAIS?

TERÇA, dia 28, 19:00 – 21:30
Auditório A

João Sette Whitaker Ferreira - PPGAU-FAU/USP - organizador
José Freitas - Diretor Nacional de Ordenamento Territorial/MVOTMA - Ministério de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente do Uruguai
Luis Fernando Massonetto - Professor de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da USP
Francisco de Assis Comaru - Professor da UFABC e assessor técnico de mutirões (AD Assessoria Técnica)

A questão dos imóveis vazios no Brasil, pela sua amplitude, tornou-se central no debate sobre o urbano e o direito à cidade. Representa uma demonstração das vicissitudes que conduzem a produção desigual do espaço no nosso país, envolvendo aspectos políticos, jurídicos e técnicos. A ignorância generalizada – inclusive pelo judiciário – do Estatuto da Cidade e da Função Social da Propriedade Urbana, a criminalização dos movimentos sociais e a culpabilização da pobreza e não da subutilização dos imóveis, os entraves políticos à aplicação de instrumentos como o PEUC e a limitação da sua eficácia, são alguns dos elementos que precisam ser discutidos, em um cenário em que o total de imóveis abandonados quase se equipara ao do déficit brasileiro. Somam-se a essas questões aspectos técnicos como o financiamento das reabilitações e os obstáculos construtivos comuns a essas obras. Entender a ocupação desses imóveis como solução e não como problema pode ser um passo importante para a proposição de políticas públicas que, efetivamente, enfrentem a questão. A mesa contará com a presença de especialistas que discutem a implementação de políticas a respeito em outro contexto (Uruguai), as questões jurídicas, aspectos projetuais e a visão dos movimentos, assim como as proposições feitas em São Paulo no âmbito do Plano Municipal de Habitação de 2016.

MESA > 04

NEOLIBERALISMO, PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

TERÇA, dia 28, 19:00 – 21:30
Auditório B

Ester Limonad - PPGEO/UFF - organizadora
Ana Fani Alessandri Carlos - PPGH-FFLCH/USP
Márcio Pochmann - PPGDE-IE/UNICAMP
Silvia Mirta Gorenstein - CONICET/UNS - Universidad Nacional del Sur

O neoliberalismo como projeto político foi concebido como uma panaceia para problemas globais de desenvolvimento. Assim, foi implementado, em todas as partes, com o propósito de superar os problemas de pobreza, fome, saúde e segurança. Porém, ao invés disso, na atual etapa de financeirização, tem levado ao aprofundamento da desigualdade social, da despossessão e da injustiça espacial nos campos e nas cidades. Ademais, resgata métodos coloniais de exploração com base na expropriação, grilagem de terras e saque de recursos naturais. A financeirização capitalista do espaço dispara processos de despossessão, contraditoriamente apoiados e patrocinados por políticas e recursos do Estado, que é tomado de assalto por movimentos conservadores. Essa articulação, entre os interesses hegemônicos internacionais e Estados nacionais subordinados, confere traços selvagens a esses processos nos países do Sul global, como Brasil e Argentina, com a transformação das cidades, dos campos e dos recursos naturais em mercadorias negociáveis globalmente. Assim, nossa intenção é discutir o caráter que a neoliberalização do espaço social assume no Sul global, bem como seus desdobramentos nos vários aspectos da vida social e os desafios que se impõem para o planejamento.

MESA > 05

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO E NA CIDADE, NAS ÁGUAS E NAS FLORESTAS

QUARTA, dia 29, 19:00 – 21:30
Auditório A

Amadja Henrique Borges - PPGAU/UFRN - organizadora
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha - PPGAU/UFRN - organizadora
Akemi Ino - PPGAU-IAU/USP
Ângela Maria Gordilho Souza - PPGAU/UFBA
Carlos Aberto Torres Tovar - Arquitetura e Urbanismo/Universidade Nacional da Colombia, UNAL, Sede Bogotá
João Marcos de Almeida Lopes - PPGAU-IAU/USP
Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins - PPGAU-FAU/USP

O tema da Utopia que norteia o XVIII ENANPUR e os desafios que o aprofundamento das políticas neoliberais tem imposto ao ensino, à formulação e ao exercício do planejamento urbano e regional no Brasil motivam a proposta de discussão sobre a assistência técnica aos segmentos sociais que, historicamente, têm sido excluídos do direito de acesso à terra e à cidadania plena. Nesta perspectiva, a presente mesa se propõe a aprofundar o debate sobre as possibilidades do exercício profissional no campo da habitação de interesse social (Lei Federal 1888 de 24/12/2008), contemplando a assessoria, a formulação de novas possibilidades metodológicas de intervenção e de preparação dos profissionais, com ênfase nos recém-formados, no cotidiano da luta dos movimentos sociais por moradia e por cidadania, dos movimentos do campo, das águas e das florestas, na troca de conhecimentos com os destinatários e na interação entre a práxis e a cidadania.

MESA > 06

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA FORMAÇÃO DE PLANEJADORES URBANOS E REGIONAIS

QUARTA, dia 29, 19:00 – 21:30
Auditório B

João Farias Rovati – PROPUR/UFRGS – organizador
Caio Santo Amore de Carvalho – PPGAU-FAU/USP
Luciana Correa Lago – IPPUR/UFRJ
Luis Renato Bezerra Pequeno – PPGAU+D/UFC

Num momento de defesa e constante reafirmação da importância das universidades públicas e do ensino gratuito, a Extensão Universitária como prática transformadora, gestada em conjunto com o ensino e a produção do conhecimento científico-acadêmico, dentro e fora dos muros das nossas universidades (públicas ou privadas), é prática essencial. Faz-se necessário defender a dimensão pública (e de espaço público) da Extensão como oportunidade para o "pensar e agir juntos", para a práxis orientada pela sensibilidade, reafirmando nossos projetos coletivos. A experiência mostra que a atuação das universidades junto ao território, articulando conhecimentos a serviço da sociedade, tem uma potência enorme, mas é, cada vez mais, objeto de disputa. Cabe a nós trazer essa disputa para dentro do campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais, reafirmando a natureza política da extensão e a dimensão pública da instituição universitária. A partir desses pressupostos e dando continuidade aos debates e reflexões que tiveram lugar no último ENANPUR (2017), esta Mesa pretende aprofundar o debate sobre a importância da Extensão Universitária reafirmando sua importância, potencialidades e especificidades como projeto coletivo de formação no campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

TEMPOS EM/DE TRANSFORMAÇÃO – UTOPIAS

QUINTA, dia 30, 19:00 – 21:30
Grande Auditório

Márcio Moraes Valença - PPEUR-PPGAU/UFRN - organizador
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros - PPEUR/UFRN - organizadora
Carlos Bernardo Vainer - IPPUR/UFRJ
Raquel Rolnik - LabCidade-FAU/USP
Ermínia Maricato - BRCidades e FAU/USP

São tempos difíceis. Cada vez mais e com mais frequência, crises agudas refletem os movimentos da economia global. Seriam elas o desígnio da economia financeirizada? No campo da política, tais crises parecem estar relacionadas à ascensão, onde não havia, de governos (ou de governantes) da direita ou mesmo da extrema direita. A economia está constante e cronicamente em crise (ou crises), o que tem significado o aprofundamento das desigualdades. A política está situada na contradição dos opostos, na acirrada disputa dos extremos. Diante de tal polarização, há analistas, inclusive progressistas, que destacam positivamente o potencial papel do "centro" como controlador ou como poder moderador. Isso seria impensável há bem pouco tempo. Porém, mundo afora, em consequência de tantos insucessos dos experimentos de "esquerda", cresce a influência de regimes democraticamente eleitos, contraditoriamente de extrema direita. Mesmo nesse contexto, com ressalvas e exceções, são inegáveis os avanços no campo dos direitos humanos. Há sempre uma sociedade civil atuante que busca participação, reivindica soluções e apresenta alternativas.

A mesa tem por objetivo discutir, considerando o contexto amplo da economia e das tendências da política, quais são os caminhos para a construção de um mundo mais democrático, mais justo e mais solidário.

De uma coisa já sabemos: RESISTIR é preciso!

SESSÕES ESPECIAIS




XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

> SE > 01

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 10

A Metrópole e o Direito à Cidade na Inflexão Ultra-Liberal da Ordem Urbana Brasileira:
Desafios do Desenvolvimento e da Governança no Capitalismo
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ – organizador
Maria do Livramento Miranda Clementino – PPEUR-UFRN – organizadora
Inflexão ultraliberal, financeirização e transformações na ordem urbana das metrópoles
Luiz César de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ
Dimensão regional da reestruturação econômica das metrópoles
Maria do Livramento Miranda Clementino – PPEUR-UFRN
Metropolização e mega-região
Sandra Lencioni – FFLCH-USP
Sistema-mundo, América Latina e metropolização
Carlos Eduardo Martins – PEPI-UFRJ
Classes, conflitos e novas Insurgências
Orlando Alves dos Santos Junior – IPPUR-UFRJ

O Brasil é na atualidade um país eminentemente urbano, em que parcela significativa de sua população se concentra nos espaços metropolitanos, o que confere à dinâmica econômica modos de estruturação que refletem essa realidade. De um lado, o modo como o país se organiza populacional e territorialmente influência na sua estrutura econômica; de outro lado, essa estrutura econômica contribui para a organização populacional e territorial do país. Neste sentido, considera-se que a estrutura econômica das metrópoles brasileiras tem influenciado o desenvolvimento econômico nacional, assim como este processo tem impactado os espaços metropolitanos. O golpe de 2016 consolida a inflexão ultraliberal e conservadora, colocando fim a um ciclo de experimentos de estratégias reformistas de desenvolvimento nacional, cujos marcos foram a Constituição de 1988 e os governos lula-petistas. Estes experimentos, embora contraditórios e ambíguos, buscaram avançar na conciliação do crescimento econômico, distribuição de renda e promoção da justiça social. Que impactos terá na ordem urbanas das metrópoles esta inflexão? Três questões nos parecem fundamentais para colocar em perspectiva esta reflexão: a difusão de modelo de pró-mercados de desenvolvimento urbano nos municípios em função das políticas de austeridade, em contraposição às políticas de bem-estar almejadas pela constituição de 1988 e em alguns experimentos locais, fundados nos ideais da reforma urbana e do direito à cidade; a reconfiguração do conflito social pela expansão da massa urbana de desempregados, precarizados etc.; e os impactos macroeconômicos e nas políticas públicas nacionais da consolidação do Brasil como plataforma nacional de circulação do capital rentista global, cujo impacto deverá ser a desconstrução do sistema de solidariedade territorial que, ainda incompleto, prevalecia como ideário das relações federativas. Que tipo de sociedade urbana seremos capazes de construir no futuro, num cenário de inflexão ultraliberal da ordem urbana? A ruptura de certas dinâmicas, que antes evidenciavam a continuidade de um determinado padrão de organização social do território, ao longo das últimas décadas, coloca relevantes questões para a reflexão. As três questões se desdobram em um conjunto de indagações relativas ao futuro das cidades brasileiras. Inicialmente, cabe resgatar como essa transformação no padrão de governança, provocada pelas mudanças brutais nos marcos legais e constitucionais, foram capazes de consolidar e avançar no processo de destruição das bases que sustentavam as iniciativas institucionais de caráter reformista-redistributivo. Tal processo abriu o caminho para um projeto neoliberal desembaraçado dos compromissos de regulação e proteção social, criados a partir da Constituição de 1988, na direção de um controle mais efetivo por parte das forças conservadoras. Portanto, é necessário que se lance o olhar para a compreensão dos espaços urbanos frente à virada ultraliberal, que atualmente domina a política brasileira, e verificar quais ajustes urbanos na direção de políticas urbanas pró-mercado estão sendo e serão acionados.

> SE > 02

REDE NACIONAL OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 11

Raquel Rolnik – LabCidade-FAU/USP – organizadora
Fórum Aberto Mundaréu da Luz: uma experiência em planejamento contra hegemônico
Regina Dulce Barbosa Lins – LabCidade-FAU/USP
Quadro de remoções em Fortaleza: entre a desigualdade e a perversidade
Renato Pequeno – Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB/UFC
Violência e exclusão socioespacial
Denise Morado Nascimento – PRAXIS-EA/UFMG
Resumo da sessão

O Observatório de Remoções é uma rede nacional de pesquisa-ação, apoiada pela FFORD, abordando remoções ou ameaças de remoções como processos coletivos de deslocamento forçado de pessoas de baixa renda de seus territórios vividos, causados por processos de reestruturação urbana nos quais ocorrem violações aos direitos de moradia dos atingidos. Desde sua primeira versão abordamos as ameaças de remoção e remoções, assim como seus impactos nas vidas das pessoas e famílias atingidas em escalas distintas, mas complementares: a mais ampla, da metrópole e a mais próxima, de comunidades específicas sobre as quais os processos de deslocamento forçados são impostos. Tratam-se de processos que deslocam pessoas inseridas de forma precária na cidade no centro ou periferia, sem a provisão dos meios adequados para a resolução dos seus problemas de moradia, aprofundando as vulnerabilidades que já os marcam, configurando situações de transitoriedade permanente. Na atual versão do projeto pretende-se entender as formas da precariedade habitacional na metrópole contemporânea assim potencialmente afetadas pelos processos de deslocamento, incorporando também uma leitura dos processos de despejos por falta de pagamento de aluguel e uma perspectiva interseccional de gênero e raça. Por outro lado, insurgências e resistências, em oposição a estes deslocamentos, também são objeto do projeto em curso. Através de ações coletivas e em rede, o observatório apoia os sujeitos ameaçados : (i) contrapondo discursos e práticas hegemônicas que ameaçam remover ou que promovem remoções forçadas; (ii) propondo a construção de alternativas àquelas narrativas e ações dominantes; (iii) conferindo visibilidade aos processos de remoções, despejos e resistências constantemente invisibilizados; (iv) articulando pessoas, grupos, instituições na luta pela garantia dos direitos de moradia adequada e da segurança de posse.

Fórum Aberto Mundaréu da Luz: uma experiência em planejamento contra hegemônico
Regina Dulce Lins – LabCidade-FAU/USP

As ações dos governos de São Paulo, em maio de 2017, no entorno da Estação da Luz, onde convivem o fluxo da "cracolândia" e uma vizinhança com histórias distintas e diversas, e que violaram direitos à moradia digna, motivaram a inserção do OR naquele território. A grande operação policial colocou indistintamente sob ameaça moradores, trabalhadores e circulantes motivando a criação: do Fórum Aberto Mundaréu da Luz – articulação cooperativa de moradores, comerciantes, organizações e coletivos artísticos, do campo da saúde mental e antiproibicionistas – para, a partir da escuta e diálogo com necessidades e desejos da população, propor melhorias para o local; e do Campos Elísios Vivo, projeto urbanístico social, em permanente construção coletiva, que se propõe enfrentar os desafios complexos desse território, tendo em conta as precariedades habitacionais, os diferentes arranjos familiares e de trabalho, as vulnerabilidades sociais e o patrimônio cultural material e imaterial em sua diversidade. Cinco princípios norteiam o projeto: (i) atendimento habitacional conforme a realidade e necessidade dos moradores e da população; (ii) preservação das tipologias arquitetônicas existentes; (iii) intervenções prioritárias sobre as áreas vazias e subutilizadas; (iv) realocação definitiva das pessoas que deixarem casas e espaços comerciais ocupados em função das obras previstas; (v) elaboração, discussão e aprovação das propostas de intervenção pela comunidade local em todos espaços decisórios. É no contexto dos estudos e práticas contra hegemônicas que se situa a experiência do Fórum Mundaréu da Luz, alternativa e em diálogo com as políticas institucionais em curso, em oposição às remoções sistemáticas e violência. As metodologias e instrumentos utilizados possibilitaram múltiplas leituras daquele território e ao mesmo tempo cumprem duas funções principais: denunciar e dar visibilidade às sistemáticas violações de direitos humanos e subsidiar propostas coletivas para a elaboração e pré-figuração de uma experiência de planejamento insurgente.

Quadro de remoções em Fortaleza: entre a desigualdade e a perversidade
Renato Pequeno – Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB/UFC

Ao longo das últimas décadas, constata-se em Fortaleza um intenso crescimento de suas favelas. Atualmente, mais de 1 milhão de pessoas vivem em assentamentos precários. Frente à intensa favelização que assola a cidade, reveladora de suas condições de desenvolvimento desigual, despontam ao longo da sua história práticas de remoção, até aqui pouco investigadas e registradas. Via de regra, estas famílias tiveram como destino setores menos valorizados ou conjuntos habitacionais periféricos. Desde a última década, estas ações intensificaram em decorrência das intervenções promovidas pelo Estado, as quais têm como grandes beneficiários o setor da construção civil. Para tanto, retoma-se a produção de enormes empreendimentos residenciais nas franjas periurbanas, os quais são colocados pelos governos como alternativa de reassentamento às famílias atingidas por tais obras. Chama atenção o fato de que essas ações ocorram à margem das políticas urbana e habitacional, as quais mostram ampla dissociação. Mesmo os instrumentos urbanísticos têm se mostrado insuficientes frente às pressões do mercado imobiliário, evidenciando o apoio do poder local a este setor. Constata-se também que a concentração fundiária persiste, que o déficit habitacional aumenta e que os conjuntos produzidos são insuficientes para atender à demanda, fazendo emergir novos movimentos sem teto com ocupações organizadas de terras ou de edifícios vazios nas áreas centrais. Frente à busca pelo direito à moradia, permanecem as violentas ações de despejo inserindo novos atores neste cenário de disputas territoriais. Registros dos últimos 10 anos indicam a remoção de mais de 14 mil famílias em Fortaleza através de 160 ações violentas, sem que sejam apresentadas soluções para as famílias depejadas. Nesta apresentação, pretende-se aprofundar este quadro e levantar questões sobre os processos de remoção, assim como as resistênciasa elas associadas, considerando tanto a totalidade da cidade como alguns recortes espaciais onde os processos se apresentam com maior gravidade.

Violência e exclusão socioespacial
Denise Morado Nascimento – PRAXIS-EA/UFMG

No Brasil, o compromisso de reversão das desigualdades tem sido colocado, em menor ou maior presença e coerência, por distintos governos, entidades, instituições e organismos internacionais. O desafio posto sempre tem sido fazer com que os mais pobres se apropriem de maiores parcelas de crescimento econômico. Nesse bojo, o conceito de exclusão serve apenas se quisermos fazer menção à situação social desfavorável de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, ou às desvantagens diante das vantagens de outros no que se refere à distribuição de renda e ao acesso a serviços públicos, por exemplo. Entretanto, mais do que excluídas pelas desigualdades sociais e econômicas, em nada dissociadas das desigualdades urbanas, pessoas com certas características ou particularidades tornaram-se indesejadas ou destruídas diante de processos políticos engendrados por mecanismos utilitários criados em prol dos interesses de determinadas pessoas ou de determinados grupos vinculados pelo exercício do poder. Pretendemos apresentar a cidade contemporânea como plataforma onde se dá o domínio crescente de atores financeiros, mercados, práticas, medidas e narrativas, em várias escalas, resultando em uma transformação estrutural das economias, empresas, instituições financeiras, estados e famílias. Esse processo de neoliberalização, estruturado por e estruturante das estratégias, discursos e práticas da corporação Estado-Capital, vem tecendo meios de exclusão socioespacial e não mais construindo resultados. Os excluídos não são mais vítimas resultantes da análise de algum critério, mas são constituídos como problema que tem como regulador a desigualdade em suas associadas facetas: econômicas, políticas, sociais, subjetivas e jurídicas. Esse é o cerne do sistema de exclusão socioespacial das cidades brasileiras que tem como prescrição, a priori, o deslocamento do território imposto por força externa ao(s) indivíduo(s) com violência física ou simbólica, resultando, a posteriori, em remoções, despejos, reassentamentos, desapropriações. A partir desse debate conceitual, pretendemos apresentar as resultantes remoções, despejos, reassentamentos, desapropriações na cidade de Belo Horizonte.

> SE > 03

RECIME - REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 10

Urbanização Contemporânea: Reestruturação e Desigualdades Socioespaciais
Doralice Sátyro Maia – PPGG/UFPB
Everaldo Santos Melazzo – PPGEO/UNESP-PP
Marcio José Catelan – PPGEO/UNESP-PP
Lincoln da Silva Diniz – DGE/UFCG

A mesa tem como propósito central analisar a influência dos processos de reestruturação das cidades estudadas no agravamento das desigualdades socioespaciais. O foco incide no estudo das cidades médias, sem se restringir a estas, nem tampouco considerar seja possível compreendê-las em si. No processo de urbanização contemporâneo, as assim denominadas vêm recebendo as influências da presença de novos agentes econômicos que trazem com eles novas práticas e formas de atuação e expressam a incorporação

dos territórios ao capitalismo de ponta, constituindo, pois, parte do movimento de mudança da posição na divisão territorial do trabalho. A pesquisa se desenvolve de forma integrada, reunindo pesquisadores de diferentes instituições que compõem a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Os resultados das pesquisas – em continuidade – empreendidas no total de 20 cidades deverão ser objeto de sistematização, análise e reflexão dos pesquisadores em quatro eixos principais de preocupações que norteiam a metodologia da pesquisa, são eles: Cidade e região; Centro, centralidade e rede urbana; Mercado imobiliário e produção da habitação em cidades médias e Estruturação da cidade, desigualdades e diferenças.

> SE > 04

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 07

Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial
Marco Aurélio Costa – coordenador do INCT em Políticas Públicas e
Desenvolvimento Territorial/IPEA – organizador
Ana Maria Fernandes PPGAU/UFBA – debatedora/comentadora
Arquivos territórios: construindo participações públicas na luta pela cidade
Regina Helena Alves da Silva – Centro de Convergência de Novas Mídias/UFMG
A avaliação sobre o desenvolvimento territorial e as desigualdades
Cátia Wanderley Lubambo – Fundação Joaquim Nabuco e UFPE
O desenvolvimento territorial no tempo presente: crise, escalas, governança e utopias
Marco Aurélio Costa – Coordenador do INCT em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial/IPEA

O tema central da sessão, em diálogo com a proposta do INCT em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial, diz respeito ao desenvolvimento urbano, entendido aqui no seu sentido mais amplo, em suas relações com o desenho e a implementação das políticas públicas. Considerando o contexto de mudança de época, de transição e crise, apontado por diversos autores contemporâneos, a sessão procura debater, a partir de contribuições interdisciplinares, quais os elementos, tendências, desafios e possibilidades para se pensar no desenvolvimento territorial no tempo presente, considerando as diferentes escalas e esferas de governo, as (novas) tecnologias de informação e comunicação e a forma como os arranjos de governança se dão. A sessão debaterá diferentes aspectos associados ao desenvolvimento territorial, incluindo experiências nacionais e internacionais, em diferentes clivagens, abordagens e escalas de análise, conferindo especial atenção ao papel desempenhado pelas políticas públicas na estruturação e nos usos do território, na distribuição espacial de recursos, na disponibilização de infraestruturas e nos incentivos e desestímulos na distribuição espacial de recursos, na disponibilização de infraestruturas e nos incentivos e desestímulos que o Estado concede e que contribuem para a formação e a estruturação do espaço.

Arquivos territórios: construindo participações públicas na luta pela cidade
Regina Helena Alves da Silva – Centro de Convergência de Novas Mídias/UFMG)

A intensa urbanização do mundo impacta fortemente as relações sócio-políticas e transforma os modos de vida dos habitantes das cidades, gerando uma nova lógica de ação política. Para Sassen (2016), a cidade é estratégica para a valorização de novas formas do capital das grandes corporações, mas também "um espaço de voz e visibilidade para a, cada vez mais numerosa, massa de pobres que a habitam, assim como todos os outros". Segundo a autora, a internet possibilita que movimentos locais se conectem globalmente. Iniciativas locais são transformadas em redes globais por ativismos que circulam não apenas informações, mas também trabalhos e estratégias. Delgado (2010) aponta para o aumento e a intensificação dos conflitos associados às reordenações urbanas e de novas formas de enfrentamento e denúncia das condições socioeconômicas impostas pelas transformações das cidades. Essas reivindicações em muitas vezes são de memórias espaciais ameaçadas por novas lógicas culturais impostas por intervenções e expansões na e da cidade por sobre as formas de viver e morar. Os movimentos sociais urbanos mais ou menos institucionalizados que vêm, cada vez mais, se valendo das novas mídias no arquivamento de suas lutas pelo direito à cidade. Os novos ativismos já perceberam o poder da memória e das narrativas audiovisuais como plataforma de disputa política e de resistência aos processos de destruição de lugares e culturas forjados pela lógica do capitalismo global excludente. A apresentação procura problematizar os territórios da cidade contemporânea, dialogando com a memória de dois movimentos relacionados à moradia em duas metrópoles: Recife e Lisboa.

A avaliação sobre o desenvolvimento territorial e as desigualdades
Cátia Wanderley Lubambo – Fundação Joaquim Nabuco e UFPE

A apresentação abordará o quadro analítico referente à presença da avaliação como tema de estudo das políticas públicas, nas contribuições no Congresso ALAS-2017, no grupo Desarrollo Territorial y Local: Desigualdades y Descentralización. No debate, envolvendo desigualdades e segregação social nos territórios, existe amplo consenso a respeito dos diagnósticos para tais desequilíbrios, produtos de diferentes processos globais e locais. A avaliação de experiências começa a se constituir com frequência e acuidade, revelando conhecimento específico de escalas, escopos e metodologias diferenciadas. São 212 contribuições distribuídas em 11 subtemas: Participação popular (19); Territorialidade, governos e participação popular (18); Desenvolvimento econômico (24); Mundo urbano e habitação (31); Desigualdades sociais (28); Ordenamento territorial (6); Políticas públicas (35); Territórios rurais (6); Riscos Naturais (4); Conflitos territoriais (17) e Transformações espaciais (24). As contribuições diferem: estudos de caso descrevendo mitigação nos padrões da desigualdade; experiências que conectam ações sociais implementadas e transformação das estruturas ou práticas reconhecidas pela população como participativas e simultaneamente favoráveis à redução de conflitos. Há pontos importantes nos resultados, destacando-se a diversidade de entidades avaliadoras, a saber, públicas, privadas, ONGs locais e globais e com visível predominância das universidades; e a multiplicidade de escopos (casos isolados, comparativos, de processos, de resultados, de impactos) e abordagens (qualitativas, quantitativas, combinadas). Isso demonstra tanto uma disposição orientada à avaliação, quanto evidência de desafio metodológico. Dois propósitos, por fim, precisam ocupar foco das preocupações para avaliação, envolvendo o estabelecimento do timing ajustado à tomada de decisão e institucionalização do "uso" ampliado do monitoramento de programas sociais, na operacionalidade (indicadores e métodos à mão de gestores/cidadãos) e na virtualidade democrática (participação e accountability).

O desenvolvimento territorial no tempo presente: crise, escalas, governança e utopias
Marco Aurélio Costa – Coordenador do INCT em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial/IPEA

O desenvolvimento territorial envolve processos que se dão em diferentes escalas, compreendendo uma totalidade que abrange interações, efeitos e rebatimentos territoriais de processos que variam do global ao local e que produzem diferentes configurações socioespaciais. Nessa perspectiva, as políticas públicas jogam um papel importante e não são neutras, interferem nos processos em curso e contribuem para a sua construção. Ademais, há descolamentos entre a circunscrição da atuação direta das políticas governamentais, sobretudo no que diz respeito à regulação da ocupação e do uso do solo, e as formações socioespaciais resultantes dos processos em curso. No contexto atual de profundas mudanças no mundo da produção e do consumo, com uma reversão das tendências de redução das desigualdades socioespaciais, quais as perspectivas e desafios se abrem para as políticas públicas e quais podem ser seus efeitos sobre o desenvolvimento territorial? A partir de experiências que se abrigam sob o chamado novo municipalismo do bem comum, busca-se refletir sobre as condições para essas novas práticas sociais no contexto brasileiro, enfatizando aspectos como a diversidade tipológica dos municípios brasileiros e as especificidades associadas a inserção regional de muitos desses municípios, especialmente no caso das regiões metropolitanas.

> SE > 05

A POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: MOTIVAÇÕES, CONTEÚDOS, PROCESSOS E MÉTRICAS

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 12

Virgínia Pitta Pontual – MDU/UFPE – organizadora
Ana Cristina Fernandes – PPGEO/UFPE
Fernanda Antônia da Fonseca Sobral – PGSOL/UNB
Luciano Mendes de Faria Filho – Faculdade de Educação/UFMG

A imperiosa necessidade da internacionalização no campo do planejamento urbano e regional, como nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, requer reflexões sobre as peculiaridades que o distinguem de outros campos científicos nos quais a nitidez é mais evidente, embora não prescinda a constatação de que é uma questão polissêmica. Uma peculiaridade a ser destacada é a de que, no nosso campo, a internacionalização é uma prática e um objeto científico, isto é, o processo de trocas extrapola o âmbito da ciência para o da experiência humana, cerne dos estudos das humanidades. E mais, essas experiências mesclam objetividades, convergências e contradições. Nesse sentido, cabe refletir sobre o que é a internacionalização no nosso campo, como fazer a sua adoção e implementá-la, que objetivos se quer atingir considerando o contexto nacional e internacional, assim como a própria indução da política científica e tecnológica que transformou a internacionalização em meta e métrica a serem alcançadas. Portanto, proceder a uma reflexão crítica e problematizadora supõe contemplar as temáticas, os indicadores de avaliação adotados pelas agências de fomento nacional, a política de indexadores das plataformas nacionais e internacionais, a mediação do fator de impacto, os recursos financeiros para formação no exterior (doutorado pleno, sanduiche e pós-doutorados), a política de mercado editorial mediante a exigência das revistas brasileiras publicarem artigos de autores estrangeiros, o monopólio da língua anglófona, uma política de divulgação científica nacional, a regulamentação sobre propriedade intelectual, dentre outras. Para proceder a essa reflexão crítica e problematizadora, a presente mesa redonda é composta por palestrantes de distintos campos de conhecimento das ciências humanas e sociais. Cada um destes fará exposição na perspectiva do campo ao qual está integrado.

> SE > 06

DIÁLOGOS INTER (MULTI E TRANS) DISCIPLINARES DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS: O LUGAR DAS HUMANIDADES NA CIÊNCIA BRASILEIRA

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 07

Benny Schvarsberg – PPG-FAU/UNB – organizador
Eduardo Alberto Cusce Nobre – Presidente da ANPUR PPGAU-FAU/USP – organizador
Angela Mercedes Facundo Navia – Representante da ABA; PPGAS/UFRN
Ricardo Ojima – Presidente da ABEP; PPGDEM/UFRN
Angela Maria Gordilho Souza – Presidente da ANPARQ; PPGAU/UFBA
Manoel Fernandes de Sousa Neto – Presidente da ANPEGE; PPGH/USP
Ana Lucia Pastore Schritzmeyer – Secretária geral da ANPOCS; FFLCH/USP

Balanço recente (período 2015 – 2018) dos investimentos brasileiros em pesquisa, realizado para o IX SEPEPUR – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão em Estudos Urbanos e Regionais a partir de dados do CNPq, revelou uma substantiva queda em todas as quatro grandes áreas do conhecimento – Ciências da Natureza, Saúde, Engenharias/Exatas, e Humanidades, sendo que esta última foi a que teve os mais baixos investimentos, principalmente a partir de 2014. Com relação às bolsas de produtividade em pesquisa, destacaram-se também a notória estagnação no número de bolsistas e a perda de seu valor monetário, tendo em vista que não são reajustadas desde 2010. Esse quadro aponta clara desvalorização da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de gradativa ausência de recursos para bolsas de pesquisa, o que deverá agravar-se com a vigência da Emenda Constitucional nº 95 e o risco de que o orçamento, já pífio, não tenha perspectiva de aumento nas próximas décadas. Assim, o desenvolvimento de pesquisa na produção de conhecimento socialmente comprometido e o ensino superior público, entendido como patrimônio comum do povo brasileiro, encontram-se sob ameaça. O diagnóstico é particularmente crítico no que se refere à área de Humanidades, onde se situam os estudos urbanos e regionais, posicionados em crescente declínio de investimentos em pesquisa, bem como no reconhecimento científico de seu papel na produção de conhecimento crítico para o enfrentamento dos grandes desafios nacionais.
Por outro lado, este campo diversificou-se em programas de pós-graduação que cobrem atualmente todo o território nacional, ampliando suas fronteiras no diálogo e intercâmbio internacional de estudantes, professores e pesquisadores. Expressão desse crescimento é a expansão de entidades nacionais de pós-graduação que organizam o campo científico das diferentes disciplinas, e sua articulação com grandes

associações internacionais, como por exemplo, a integração da ANPUR e de seus programas com o GPEAN – Global Planning Education Association Network e suas associadas nos cinco Continentes; a RIDEAL – Red de Investigación sobre Áreas Metropolitanas de Europa y América Latina e a RII – Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Território.
Para discutir esse quadro e construir estratégias de articulação que possam fazer face aos desafios políticos e de reconhecimento científico e acadêmico do campo de estudos urbanos e regionais, a Diretoria da ANPUR propõe no âmbito do XVIII ENANPUR a mesa "Diálogos inter (multi e trans) disciplinares dos Estudos Urbanos e Regionais: o lugar das humanidades na ciência brasileira",trazendo ao debate a contribuição da ANPUR e suas associações parceiras ABA, ABEPE, ANPARQ, ANPEGE e ANPOCS.

> SE > 07

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS - RBEUR – PRIMEIRA PARTE

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 12

A política editorial e os desafios atuais da RBEUR
José Tavares Correia de Lira – PPGAU-FAU/USP – organizador
Maria Cristina da Silva Leme – PPGAU-FAU/USP – organizadora
E participação de membros da Comissão Editorial, do Conselho Editorial e ex-Editores da RBEUR

> SE > 08

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS - RBEUR - SEGUNDA PARTE

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 07

José Tavares Correia de Lira – PPGAU-FAU/USP – organizador
Maria Cristina da Silva Leme – PPGAU-FAU/USP – organizadora
O número especial sobre Paradigmas tecno-econômicos e reconfiguração territorial
Aristides Monteiro Neto – IPEA e editor convidado da RBEUR
Rovena Negreiros Ferreira – Fundação SEADE e editora convidada da RBEUR
Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos
Clélio Campolina Diniz – FACE/UFMG – palestrante
Ana Cristina de Almeida Fernandes – PPGEO/UFPE – debatedora
O número especial sobre Paradigmas tecno-econômicos e reconfiguração territorial
Aristides Monteiro Neto – IPEA e editor convidado da RBEUR
Rovena Negreiros Ferreira – Fundação SEADE e editora convidada da RBEUR

A temática proposta parte da premissa de que, nas duas últimas décadas, diferentes nações vêm passando por importantes transformações nas suas estruturas produtivas, a partir de mudanças fundadas nas tecnologias do conhecimento e comunicação (TICs). Com isso, vislumbram-se impactos na organização territorial não somente das atividades produtivas, como também na configuração das cidades ou nas redes de cidades. Até os anos recentes, especialmente no caso brasileiro, foi a dinâmica industrial fordista que comandou a ocupação do território nacional, a partir de São Paulo. No momento presente, indaga-se se a economia nacional será capaz de incorporar esse novo padrão tecnológico, caso em que a nova indústria poderá ou não promover um novo ciclo de desenvolvimento econômico para o país. Indaga-se também quais os impactos que ela poderá produzir sobre as cidades e os cidadãos. Nesse ciclo, quais tendem a ser os rebatimentos territoriais das atividades produtivas?
O interesse no aprofundamento desta temática decorre da necessidade de identificação de vetores tecnológicos e territoriais em curso no país. O Brasil passou por ciclos ascendentes de crescimento em diferentes períodos, os quais contaram com atuação ativa do Estado na consolidação de estratégias de desenvolvimento regionalmente distribuídas – de um lado, pela viabilização direta de projetos de investimento e, de outro lado, pela ampliação do financiamento ao setor produtivo por meio de crédito público federal. Entretanto, tal atuação não foi bem-sucedida em reorientar o setor produtivo, por meio da política industrial e tecnológica, a dar saltos tecnológicos e a aumentar sua competitividade internacional. Além disso, nos últimos anos, o crescente protagonismo da iniciativa privada em parceria com o Estado impõe o necessário mapeamento dos dilemas e rotas existentes na estrutura produtiva de modo a se compreender os elementos que regem a dinâmica das suas transformações no território.
As transformações tecnológicas e produtivas em direção à adoção de tecnologias de informação e comunicação (TICs) são um fenômeno do capitalismo global e não estão restritas ao Brasil. Contudo, a forma como este fenômeno se processa no país e em suas regiões tem sido relativamente diversa. Na região Sudeste e em São Paulo, nota-se que há uma reorganização produtiva com sinais de perda de peso da indústria. Em regiões como Centro, Norte e Nordeste, processos de crescimento industrial são percebidos ora por conta do estímulo das commodities (CO e NO), ora por força de atuação governamental (NE). Que sentido adquirem as disparidades inter-regionais num cenário de forças instáveis e pouco previsíveis? Propõe-se ampliar a reflexão sobre as possíveis respostas regionais e do país como um todo aos processos de mudanças em curso.

Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos
Clélio Campolina Diniz – FACE/UFMG – palestrante
Ana Cristina de Almeida Fernandes – PPGEO/UFPE – debatedora

O crescimento acelerado da economia chinesa e de outros países asiáticos vem ampliando a participação daquele bloco na produção e no comércio internacional de manufaturas. Esse processo altera a geografia econômica e a ordem global, provocando forte desafio ao capitalismo ocidental, que se encontra em crise estrutural e busca recuperar sua posição relativa. A competição entre os dois blocos é condicionada por uma acelerada corrida científica e tecnológica. Ao contrário, o Brasil vem passando por rápido processo de desindustrialização e de redução dos investimentos em P&D, cujo processo poderá comprometer, também, a desconcentração produtiva em curso. A difícil recuperação industrial e a preservação do processo de desconcentração regional exigem a montagem de uma nova e agressiva política industrial, com ênfase em ciência e tecnologia, na consolidação dos projetos em curso e no aproveitamento das potencialidades regionais.

> SE > 09

CONVERSAR COM A OUTRA: UM DEBATE SOBRE DIÁLOGOS INTERNOS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E DEMOGRAFIA DA CAPES

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 13

Clóvis Ultramari – PPGTU/PUC-PR – organizador
Christian Luiz da Silva – PPGTE/UTFPR – organizador
Waldecy Rodrigues – PPGDR/UFT – organizador
Carlos Antônio Brandão – IPPUR/UFRJ
Jandir Ferrera de Lima – PGDRA/UNIOESTE
João Farias Rovati – PROPUR/UFRGS
Virgínia Pitta Pontual – MDU/UFPE
Roberto Luiz do Carmo – NEPO/UNICAMP

Em período recente, a área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da CAPES tem ampliado seu número de programas, linhas de pesquisa e, sem dúvida, novos temas e interesses que a distinguem positivamente e em complexidade das características observadas quando de sua origem. Persiste, entretanto, a nucleação dessas novidades em Programas de Pós-Graduação vinculados a uma das suas três subáreas: planejamento urbano, desenvolvimento e demografia. O diálogo entre elas, acredita-se, segue desejado e considerado potencializador para as atividades da Área. Entretanto, reconhece-se, esse diálogo, aquilo que aqui chamamos de uma "conversa com a outra", nem sempre é observado. Os palestrantes buscarão identificar as razões para essa situação, suas implicações e eventuais encaminhamentos para um realinhamento. Mais que uma simples conversa entre as subáreas por indicação institucional e o modo como nos representamos e nos posicionamos no meio da pós-graduação brasileira, há uma preocupação com a real aproximação entre os programas e suas comunidades. Em princípio, acreditamos que a intensificação dessa conversa contribuiria para a consolidação da Área nas discussões da CAPES, fortalecendo posições de um conjunto de quase cinquenta programas de pós-graduação. Sua ausência, por sua vez, reduziria a desejada experiência interdisciplinar e fragiliza o próprio propósito inicial de criação e consolidação da Área. Os debatedores discutirão essas questões à luz de suas experiências junto às instituições de fomento e de avaliação brasileiras, assim como de seus trabalhos científicos. Esta é uma discussão que deve interessar aos integrantes da comunidade docente e discente dos aproximadamente 50 programas da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Questões como convergência, complementaridade, cenários passados, presente e tendência deverão guiar o debate.

> SE > 10

NOVOS ATORES DA CENA E DAS LUTAS URBANAS

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 11

Carlos Bernardo Vainer – IPPUR/UFRJ – organizador
Ana Maria Fernandes – PPGAU/UFBA
Cibele Saliba Rizek – PPGAU-IAU/USP
Gas-PA – Movimento Coletivo de Hip-Hop Lutarmada, Rio de Janeiro
Helena Silvestre – Luta Popular/Ocupação Esperança/Sarau do Binho, São Paulo
José Eduardo Ferreira dos Santos – Acervo da Lage, Salvador

As grandes manifestações de 2013, que levaram às ruas cerca de 10 milhões de pessoas em mais de 500 cidades brasileiras, evidenciaram pelo menos duas coisas:

a) De um lado, a crise urbana, sobretudo na área de transporte e moradia (remoções maciças), mas também nos serviços urbanos de modo geral. Agudizada e visibilizada durante o ciclo dos megaeventos esportivos pela entrega despudorada dos espaços urbanos aos interesses de grandes proprietários fundiários, empreiteiras e interesses financeiros, esta crise vinha sendo gestada desde a metade da década de 1990, quando começaram a se impor entre nós o planejamento estratégico urbano, as parcerias público-privadas e as operações urbanas consorciadas.
b) De outro lado, a pouca capacidade da "esquerda tradicional" (organizada) – partidos, sindicatos, movimentos sociais organizados – de captarem o sentimento de insatisfação e revolta latentes e liderar ou, pelo menos, estabelecer um diálogo com as forças que naquele momento emergiam.
O golpe parlamentar-judicial que derrubou a Presidente Dilma Roussef, a ofensiva deflagrada pelo governo Temer contra direitos conquistados nos últimos 30 anos, o crescimento da uma extrema direita cada vez mais agressiva, a eleição do Capitão Bolsonaro, eis fatos que sinalizam o ingresso num novo período histórico, que, se expressa uma tendência que se afirma em nível internacional, têm suas especificidades e raízes também em escalas nacional e local.
A esquerda tradicional (organizada) mostrou-se frágil e incapaz não apenas de evitar a derrota, mas até mesmo de opor-lhe uma resistência minimamente consistente. Mas, contraditoriamente, ao mesmo tempo, assiste-se, por toda a parte, ao crescimento do que se poderia chamar de 'esquerda social": movimentos, grupos, coletivos que, nos mais diversos formatos e modalidades, desenvolvem uma permanente e incisiva luta cultural no terreno do tecido social – o mesmo terreno que foi sendo progressivamente abandonado pela esquerda organizada.
Grupos de teatro, saraus de poesia, coletivos identitários, museus locais, grupos de hip-hop, muitas são as práticas inovadoras, não institucionais, contra-hegemônicas que emergem dessa "esquerda social", muitas vezes qualificada de apolítica e espontaneísta. Trata-se, com efeito, não apenas de novas linguagens e formas de expressão, mas de uma nova dinâmica e novos atores da cena e das lutas urbanas.
Esta sessão tem por objetivo organizar uma roda de conversa, colocando em diálogo alguns acadêmicos que acompanham as lutas urbanas e alguns militantes representativos dessas novas experiências de luta e organização populares.

> SE > 11

A FLERTAR COM O INIMIGO? DESAFIOS ENFRENTADOS POR ABORDAGENS DE PLANEJAMENTO RADICAL

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 22

Rainer Randolph – IPPUR/UFRJ e PPGPSDR/UNOCHAPECÓ – organizador
Klaus Frey – PPG PGT/UFABC – organizador
Planejamento contra-hegemônico para além de abordagens comunicativas e agnósticas – novos desafios no contexto da crise da democracia liberal
Klaus Frey – PPG PGT/UFABC
Para frente e para trás: práticas inovadoras e seu papel no planejamento radical. Universidade e o planejamento metropolitano: uma experiência inovativa
Roberto Luís de Melo Monte-Mor – CEDEPLAR/UFMG
Geraldo Magela Costa – IGC/UFMG
Heloísa Soares de Moura Costa – IGC/UFMG
Marcos Gustavo Pires de Melo – UFMG
Ações contra-hegemônicas no cotidiano: a pavimentar o caminho para o planejamento radical?
Rainer Randolph – IPPUR/UFRJ e PPGPSDR/UNOCHAPECÓ
Discutindo planejamento insurgente através de práticas informais de habitantes de Fortaleza – Brasil
Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas – PPGAU+D/UFC

Quase 20 nos atrás, em 1997, Faranak Miraftab publicou um artigo com o título "A flertar com o inimigo: Desafios enfrentados por ONGs em desenvolvimento e empoderamento" (Habitat International, issue 4), no qual discute os desafios que organizações não-governamentais (ONGs) mexicanas enfrentam como agentes de apoio e fortalecimento a populações pobres naquele país. Ao expandirem sua capacidade de responder aos problemas das populações pobres, as ONGs se viram confrontadas com a questão de reproduzirem os papéis da relação patrão-cliente com as comunidades locais. No seu artigo, a autora examina a redefinição de metas, objetivos e mudanças na relação das ONGs com o Estado e na sua abordagem das necessidades das comunidades desfavorecidas.

O presente evento pretende retomar este debate, mas em relação ao planejamento público e suas (não) respostas ao avanço da neoliberalização e globalização em sociedades capitalistas contemporâneas. Surgiram, nos últimos tempos, diferentes modos e experiências de ações de planejamento para cuja formulação a própria autora deu uma contribuição das mais importantes. E mantém-se o desafio como formas radicais de planejamento e resistência conseguem cumprir suas promessas junto às populações desfavorecidas sem (re)produzir tanto relações paternalistas entre especialistas e clientes, como de ver suas propostas desconfiguradas por lógicas governamentais. As contribuições deste evento serão voltadas para essa (dupla) problemática.

> SE > 12

PENSANDO O MUNDO PÓS-GLOBALIZAÇÃO

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 05

Manoel Lemes da Silva Neto – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/PUC- Campinas - organizador
Urgências da atual conjuntura histórica: do período técnico-científico-informacional ao período popular da história
Manoel Lemes da Silva Neto – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/PUC-Campinas
A pirataria como contra-racionalidade: os objetos técnicos como suporte à flexibilidade tropical e ao mercado socialmente necessário
Fábio Tozi – Departamento de Geografia – IGC/UFMG
Percepção sensível do espaço urbano e presentificações
Carmen Beatriz Silveira – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro
A noção de forma-conteúdo aplicada ao estudo das conjunturas sociais
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos/UFRJ
Do sonho da hiperconexão ao pesadelo da imobilidade
Rodrigo José Firmino – PPGTU/PUC-PR
Bruno Cardoso – Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia/UFRJ
Rafael Evangelista – Programa de Pós-graduação em Popularização da Ciência e da Cultura da Universidade Estadual de Campinas

A proposta desta sessão é aproximar o pensamento de Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro com a temática do XVIII ENANPUR: TEMPOS em/de TRANSFORMAÇÃO – UTOPIAS. No XVI e XVII ENANPUR, convergências entre suas obras e as temáticas dos encontros foram exploradas nas Sessões Livres "Visões de mundo a partir do olhar de Ana Clara Torres Ribeiro" (2015) e "Território usado/praticado como categoria central do planejamento urbano e regional" (2017). Agora, quando se indaga sobre o presente e "a ideia de que são tempos de construir projetos utópicos para um novo tempo ou para os novos tempos", articulam-se, mais uma vez ao norteamento, a geografia de Milton Santos e a sociologia de Ana Clara. A teoria social que desenvolvem é base indispensável à análise de possíveis históricos. Produzem importantíssimo arcabouço do pensamento crítico, especialmente sobre a globalização que, em Milton Santos, constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. E esse é o ponto de partida das problematizações que se pretende desenvolver na sessão. Se a globalização é paradigma para se pensar o mundo contemporâneo, o futuro, o projeto "para um novo tempo ou para os tempos novos", pressupõe imaginar um mundo pós-globalização. Ou, no mínimo, outra globalização – a globalização como possibilidade opositora ao projeto dominante e hegemônico de globalização. O pensamento do projeto está, pois, em aberto. Para Milton Santos, diante dos mesmos materiais que hoje existem, é viável realizar o contrário. Daí a política, a relevância da prática social e da ação política, centralidades conceituais nos escritos de Ana Clara que tornam seu diálogo com Milton Santos uma das mais profícuas contribuições teóricas das ciências sociais e humanas produzidas no Brasil. A política, "arte de pensar mudanças e criar condições para torná-las efetivas", diria Milton Santos, faz com que seu trabalho seja compreendido por

Ana Clara como uma obra dirigida ao futuro, que é sempre obra aberta, capaz de propor novos questionamentos. Daí a pertinência do pensar outros tempos, um mundo pós-globalização. A possibilidade teórica de se engendrar outra globalização advém da produção rigorosa de conceitos e categorias que, se abrindo à análise crítico-propositiva, permite expandir a teoria em consonância à prática. Tal é o sentido do território usado. No diálogo geográfico-sociológico desses autores, o território usado/praticado é o lugar de construção dos projetos. A centralidade do conceito de ação política está subjacente à proposição do território usado. Para a socióloga, o pensamento de Milton Santos envereda-se na conceituação do território interpretado como "ponte" estrategicamente posicionada entre a teoria crítica do espaço e a ação política, e como mediação e contexto para o diálogo interdisciplinar. É a dimensão analítica mais adequada para compreender o fenômeno espacial no cenário da globalização. É um campo de forças, lugar da dialética entre Estado e Mercado, entre uso econômico e usos sociais dos recursos. É território usado, de relações, conteúdos e processos que permitiria que a política fosse elaborada de baixo para cima. Para se refletir o mundo pós-globalização, a teoria espacial, aliada às suas convergências interdisciplinares, reposiciona a problemática da ação política a um patamar reflexivo superior, como lugar dos projetos, de construção dos projetos no "tabuleiro do jogo político". Ana Clara Torres Ribeiro lembra que, no contexto atual, em que a globalização se apresenta como único projeto possível, é fundamental compreender que a desestabilização está posta e, com ela, a criação de possibilidades de se pensar a partir do futuro, e não apenas a partir do passado. Temos, nesse momento, uma abertura para a ação racional, para a ação política de ressistematização do mundo, de construção de alternativas. Em "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal", Milton Santos conclui que as pré-condições históricas para a "grande mutação contemporânea" já estão dadas. Para o mundo pós-globalização, basta que se completem duas grandes mutações: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. A mutação tecnológica seria pensada em relação às barreiras para a utilização das técnicas de informação como "técnicas doces" a serviço do homem; a mutação filosófica, atribuindo "um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta". Utopia. Possibilidades históricas. É disso que se trata.

Subdivididos em dois blocos, os temas abordados nesta sessão pretendem contribuir no debate que envolve a reflexão de cenários alternativos à globalização da economia, da sociedade e do espaço. O primeiro bloco apresenta possibilidades teóricas de que o tempo presente abriga transformações com perspectivas libertárias. Em diálogo opositor a essa visão, o segundo discute desafios e limites. Introduzindo o primeiro bloco, a comunicação "Urgências da atual conjuntura histórica: do período técnico-científico-informacional ao período popular da história", de Manoel Lemes da Silva Neto, traz elementos e evidências que sustentam a possibilidade teórica de que o mundo pós-globalização corresponde à insurgência do período demográfico, ou popular da história. Em "A pirataria como contra-racionalidade: os objetos técnicos como suporte à flexibilidade tropical e ao mercado socialmente necessário", Fabio Tozi dá continuidade a essa aproximação do tema a partir da apropriação de categorias radicalmente inovadoras propostas por Milton Santos e Ana Clara. Flexibilidade tropical e mercado socialmente necessário exemplificam a classe de conceitos que surgem para explicar o humanismo concreto e o mundo praticado pelo homem lento. Na linha das apropriações vinculadas ao "socialmente necessário", o trabalho de Carmen Beatriz Silveira – "Percepção sensível do espaço urbano e presentificações" – ilustra as abordagens impulsionadoras de outras ideações para as políticas públicas de caráter territorial num possível mundo pó-globalização. Às presentificações transgressoras do cotidiano dos grupos populares, erigem-se aproximações vinculadas à leitura sensível do território e processos que incorporam o "outro" na concepção do projeto.

No segundo bloco, as intransponibilidades, não no sentido de que sejam barreiras invencíveis, mas como reflexão que ajuda medir a altura dos muros a serem ultrapassados. Como questão de método, apresentam a envergadura da ação política necessária à superação do globalitarismo e ensaiam impedimentos à "grande mutação contemporânea". Em "A noção de forma-conteúdo aplicada ao estudo das conjunturas sociais", de Pedro Cláudio Cunca Bocayuva, entrevê-se a amplitude dos obstáculos que se interpõem à realização da mutação filosófica capaz de engendrar o mundo pós-globalização. A comunicação revela dimensões neoliberalizantes da problemática e arcabouço conceitual para sua análise por meio da forma-conteúdo. Conduzida pela utilização democrática dos meios de comunicação e informação, a mutação tecnológica que pode colocar em marcha outra globalização é cotejada no trabalho "Do sonho da hiperconexão ao pesadelo da imobilidade" de Rodrigo José Firmino, Bruno Cardoso e Rafael Evangelista. À serviço dos projetos hegemoneizantes, a manipulação deliberada das informações é dramática. À utopia, a distopia. Dessas abordagens, mesmo que diversas por natureza, a percepção comum dos trabalhos é que o espaço abriga o projeto científico de mudanças veiculadas pelo humanismo concreto. Há um reino de possibilidades perceptíveis no tempo empiricizado e na ação política dos sujeitos coletivos. A construção teórica do futuro no presente envolve a elaboração científica da utopia, que, como lembra Milton Santos ao citar Marcuse, corresponde à "coragem de elaborar uma nova definição do conceito de liberdade" para além do reino da necessidade. Afinal, existem, hoje, as forças materiais e intelectuais para a efetivação de um novo projeto de transformação. E esse é um papel a ser desempenhado pelo esforço conjunto das disciplinas territoriais.

Urgências da atual conjuntura histórica: do período técnico-científico-informacional ao período popular da história

Manoel Lemes da Silva Neto – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/PUC-Campinas

Na obra de Milton Santos, a noção de tempo empírico autoriza a refletir periodizações e a "encarnar", nos trabalhos científico e político, "a possibilidade de futuros realizáveis", de "negação da ideia dos impossíveis", de "utopia científica". De uma história já feita rumo a história ainda por fazer. O tempo empiricizado abre ao presente à ideia de projeto. Do que pode vir a ser. A partir desse norteamento, o trabalho explora convergências teóricas entre geografia, sociologia e urbanismo e propõe que, sob as circunstâncias atuais de alta instabilidade e incertezas, a disputa de projetos para o futuro encontra-se em aberto. O período técnico-científico-informacional, o já construído, à luz das contra-racionalidades, das tendências contra-hegemônicas, expõe ações libertárias e insurgentes. Realizando-se em múltiplas dimensões (global, nacional, regional, urbana, dos lugares e da corporalidade), as contra-racionalidades atribuem outras e novas associações às formas-conteúdo e anunciam, no período histórico atual, a constituição do período demográfico ou popular da história. Discute-se, em Ana Clara Torres Ribeiro, a "parecença" do século XXI com o século XVI, o "Renascimento que as forças hegemônicas dirão que não existe". Por hipótese, há, desde agora, evidências de que a constituição do período popular da história está em pleno curso.

A pirataria como contra-racionalidade: os objetos técnicos como suporte à flexibilidade tropical e ao mercado socialmente necessário

Fábio Tozi – Departamento de Geografia – IGC/UFMG

O processo de Ocidentalização do Brasil impõe a difusão espacial de objetos técnicos que caracterizam uma certa modernidade, apoiados em uma rigidez crescente das normas de seu uso e do próprio uso do território. Todavia, em contextos de modernização desigual da sociedade e do território, com o aumento da pobreza estrutural, as contra-racionalidades se multiplicam a partir da diversidade de condições concretas

de existência dos lugares. Uma leitura possível das contra-racionalidades é o que se denomina vulgarmente como 'pirataria' (de objetos, de informações, de ideias, de marcas, etc.). Associada normalmente a contextosde criminalização da pobreza, a pirataria pode ser compreendida como usos não hegemônicos da técnica a partir dos projetos lugarizados da ação, como temos debatido (TOZI, 2013). Os rígidos objetos informáticos permitem, contraditoriamente, usos flexíveis, mesmo que estes sejam considerados ilegais. Nesse sentido, retoma-se o diálogo desenvolvido entre as categorias flexibilidade tropical (SANTOS, 1996) e mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2005). Nessa leitura, a pirataria não é uma aberração econômica ou jurídica, mas uma manifestação emblemática das tensões que caracterizam o processo de globalização, revelando brechas ao entendimento do que os autores denominaram período popular da história e humanismo concreto.

Percepção sensível do espaço urbano e presentificações
Carmen Beatriz Silveira – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro
O estudo aborda aspectos relacionados à percepção de trechos urbanos que sofreram transformações recentes na cidade do Rio de Janeiro e que se encontram ocupados por grupos populares em diferentes formas e apropriações. Com a implementação de alguns programas urbanos na área da antiga Colônia Juliano Moreira, desde 2007, e de intervenções de mobilidade urbana decorrentes das demandas de megaeventos, o território passou por mudanças expressivas na sua infraestrutura. As condições de habitabilidade revelam distintas situações nessa intensa exposição a ações públicas e a movimentos sociais significativos. A percepção sensível do espaço urbano e suas presentificações, indissociáveis da "crise societária", expõem a desconstrução dos propósitos enunciados nos programas de urbanização e de provisão de habitações, no intuito de reduzir o déficit de urbanidade. Sublinha-se as ideias de Ribeiro (2013) sobre a "complexa vida de relações que surge nas práticas cotidianas", ao reiterar "a aceitação mais ampla, de formas locais de vida – de menor escala e expressivas da diversidade cultural, com possibilidade de inclusão de atores populares (. . .)". Aciona-se, igualmente, a percepção da dinâmica na reconfiguração espacial e a assessoria a movimentos sociais naquele território, além da potencialidade da cartografia da ação em processos educativos e troca de experiências.

A noção de forma-conteúdo aplicada ao estudo das conjunturas sociais
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos/UFRJ
A noção de forma-conteúdo, encontrada em Antonio Gramsci, Ana Clara Torres Ribeiro e Milton Santos, permite captar as características das mutações globais na relação com os modos de ordenamento sócio-espacial. Pensar as mutações e impulsos globais da mundialização na etapa neoliberal pode ser feito pelo registro do cotidiano nos lugares, em especial desde a centralidade das periferias. Como pensar a forma-conteúdo dos novos regimes de segurança e da atualização da necropolítica, do direito de matar, na sua relação com o ciclo do capital após 2001, como guerra, e, após 2008, como crise da financeirização? Como explicar as componentes da recomposição subjetiva e objetiva, global e local na chave da espacialização? Nesta ótica, a componente política subjetiva articula fascismo social com a materialidade do ajuste permanente do neoliberalismo. O processo de governo se sustenta pela militarização dos territórios, pela expansão dos regimes punitivos e pelo horizonte de acumulação e destituição de direitos via a privatização. A noção forma-conteúdo permite a formulação sintética de uma percepção da relação força bruta-finanças, da forma-conteúdo de novos regimes de segurança que opera através de processos e usos do território que combinam: a produção do espetáculo e o regime imagético na sua articulação com um urbanismo bifronte de guerra e negócios. Aqui a mutação na psicoesfera é decisiva.

Do sonho da hiperconexão ao pesadelo da imobilidade
Rodrigo José Firmino – PPGTU/PUC-PR
Bruno Cardoso – Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia/UFRJ
Rafael Evangelista – Programa de Pós-graduação em Popularização da Ciência e da Cultura da Universidade Estadual de Campinas
Na obra "The Electronic Eye: The Rise of the Surveillance Society", David Lyon apontava a circulação de informações pessoais como um dos principais aspectos a serem questionados sobre as mudanças tecnológicas do final do século XX. A ética e a economia política da vigilância tornaram-se, então, assuntos relevantes para as ciências sociais. Isto foi em 1994, quando ainda muitos estavam maravilhados com a novidade da Internet, e sonhavam com as possibilidades de uma sociedade democrática e hiperconectada, com a resolução de desigualdades históricas a partir de comunidades digitais. Mais de duas décadas se passaram e, após o 11 de setembro de 2001 e as revelações de Edward Snowden, informações pessoais agora são dados pessoais. Lidamos com o fenômeno do chamado Big Data, e com caixa-preta de poderosos algoritmos que governam o movimento de dados e todos os fluxos que derivam destes sistemas. As desigualdades aumentaram, assim como a preocupação com as formas pelas quais os dados pessoais são coletados, compartilhados, trocados, vendidos e classificados para produzir vários tipos de segregação social, como parte do que Shoshana Zuboff (2015) chama de Capitalismo de Vigilância. Neste ensaio, pretendo usar um exemplo latino-americano deste fenômeno para refletir sobre o paradoxo de uma sociedade hiperconectada que ao mesmo tempo produz possibilidades para a ampliação de padrões de imobilização a certos grupos e indivíduos, e para mostrar como manifestações complexas e idiossincráticas do capitalismo de vigilância podem ser extremamente dependentes de contextos locais.

SESSÕES LIVRES




XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

> SL > 01

DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO: BALANÇO DO PAC URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 7

Organizadores: Adauto Lucio Cardoso - OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ e Rosana Denaldi - LEPUR -UFABC
Palestrantes: Adauto Lucio Cardoso - OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ; Rosana Denaldi - LEPUR -UFABC; Madianita Nunes da Silva - Universidade Federal do Paraná; Laila Nazem Mourad - UCSAL e Demóstenes Moraes - Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles/UFCG.

O estudo 'Direto à Cidade e Habitação: um balanço do PAC – Urbanização de Favelas' buscou identificar as características dos investimentos em urbanização de favelas efetuados com recursos do PAC e reuniu estudos de caso das seguintes cidades ou regiões: Rio de Janeiro, São Paulo, Região do Grande ABC paulista, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Recife, Belém, Porto Alegre e Curitiba. A coordenação do projeto é do Prof. Dr. Adauto Cardoso (IPPUR-UFRJ) em parceria com a Profa. Dra. Rosana Denaldi (LEPUR-UFABC) e se desenvolve no âmbito do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) / Observatório das Metrópole e do projeto de pesquisa "As Metrópoles e o Direito à Cidade na Inflexão da Ordem Urbana Brasileira". A sessão livre aqui apresentada busca reunir alguns dos pesquisadores que integraram essa rede de pesquisa para apresentar e discutir com a comunidade da ANPUR os resultados alcançados. Além desses trabalhos, optou-se também por incluir entre as apresentações um balanço dos resultados do III Urbfavelas, que será realizado em Salvador, em novembro de 2018.

> SL > 02

ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA, INFORMAÇÃO E DISPUTAS TERRITORIAIS NO BRASIL ATUAL: CONJUNTURA, LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 13

Organizadores: Adriana Bernardes da Silva - Universidade Estadual de Campinas e Mónica Arroyo - Universidade de São Paulo
Palestrantes: Adriana Bernardes da Silva - Universidade Estadual de Campinas; Mónica Arroyo - Universidade de São Paulo; Fábio Tozi - UFMG; André Pasti - Cotuca/Unicamp e Cristiano Nunes Alves - Universidade Estadual do Maranhão.

A proposta desta sessão é refletir sobre o Brasil atual considerando a informação como elemento central da dinâmica territorial e das disputas travadas e anunciadas na conjuntura. A mercantilização da informação, sua manipulação e controle, a forma como se propaga, criam novos mecanismos e práticas de poder que necessitam ser analisados e debatidos. Nesta contemporaneidade se incrustou no território brasileiro um rendilhado formado pelas topologias da indústria da informação, enquanto o território vai sendo ajustado para atender ao capital financeiro e informacional. São redes, mercadorias, empresas, profissões, pouco estudadas, insuficientemente compreendidas. São faces da relação conflituosa entre a difusão do meio técnico-científico-informacional e a sociedade. Tratar-se-ia de um período que é uma crise impulsionada e também determinada por um uso corporativo do território apoiado numa ampla e seletiva circulação de informações. Neste contexto propomos discutir a relação informação território sob diferentes prismas: mídia, redes digitais, publicidade, consultorias, circuitos culturais.

> SL > 03

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES EM ESCALA NACIONAL, NO PERÍODO 2003-2018: HORIZONTES PARA A REVISÃO

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 13

Organizadores: Alex Ferreira Magalhães - UFRJ/IPPUR; LEDUB e Ana Beatriz Oliveira Reis - UFOPA
Palestrantes: Jonathas Magalhães Pereira da Silva - PUC Campinas; Tarcyla Fidalgo Ribeiro – IPPUR/UFRJ; Bárbara Oliveira Marguti - IPEA; Luis Carlos Soares Madeira Domingues – FAU/UFRJ e Ana Beatriz Oliveira Reis - Universidade Federal do Oeste do Pará.

A presente sessão propõe aprofundar a avaliação de experiências de implementação dos Planos Diretores, vividas nos municípios brasileiros nos últimos dez a quinze anos, período de vigência dos planos produto da campanha nacional coordenada pelo Ministério das Cidades. Busca debater a construção de metodologias de avaliação que possam ser aplicadas nacionalmente, a fim de que o repensar dos planos – ora em curso num sem número de processos de revisão decenal obrigatória – se assente em bases conceitual e empiricamente fundadas. Esse debate apresenta abordagens um tanto genéricas, que apontam para a inefetividade generalizada dos Planos, hipótese que se deseja revisitar e refinar à luz das experiências recentes. Assim, a sessão visa reunir levantamentos empíricos disponíveis a respeito da política urbana realmente praticada nos municípios, que possibilite a problematização da efetividade material e territorial dos Planos, atualizando as análises a respeito do grau e da qualidade da sua implementação. Com isso, busca-se subsidiar reflexões a respeito do devir da política urbana no país, bem como renovar a análise crítica do arsenal de modelos institucionais estabelecido, feitas na perspectiva do conceito de direito à cidade e tendo em conta os novos desafios colocados pela conjuntura política nacional, de crescentes adversidades para o avanço da plataforma política da reforma urbana.

> SL > 04

EM DEFESA PROPOSTAS UTÓPICAS: O ENSINO CRÍTICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 3

Organizadores: Andréia Moassab - UNILA
Palestrantes: João Huguenin - UFG; Edinardo Rodrigues Lucas - UFG;
Adriana Nascimento - UFSJ/PIPAUS; André Luis André - UNILA;
Andréia Moassab - UNILA e Laila Beatriz da Rocha Loddi - UEG

Esta Sessão Livre tem por objetivo destacar projetos críticos na formação profissional, como um dos mais importantes caminhos para a renovação de práticas, métodos e, principalmente, realizar, a médio e longo prazo um giro epistêmico apto aos desafios contemporâneos, em especial, do Brasil e da América Latina. Trata-se de uma Sessão Livre de resistência e registro das memórias de cursos urbanismo inovadores, os quais não sabemos se resistirão aos tempos ultraliberais que se anunciam. Mostraremos possíveis caminhos para o planejamento urbano e regional e seu ensino e pesquisa a partir de uma significativa virada epistêmica que reintroduz práticas espaciais e territoriais alijadas da produção científica pela modernidade ocidental: as pequenas e médias localidades/cidades, os espaços rurais/ruralidades, as concepções espaciais indígenas, quilombolas, ribeirinhas. Pretendemos mostrar como a descentralização do ensino superior da última década pôde arejar as reflexões e os rumos para o planejamento urbano e regional contemporâneos.

> SL > 05

AS GRANDES EMPREITEIRAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DO DOMÍNIO DOS INSTRUMENTOS, FINANCIAMENTOS E PROJETOS À CRISE AMPLIADA

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 14

Organizadores: Beatriz Rufino – FAU/USP
Palestrantes: Beatriz Rufino – FAU/USP; Cristina Wehba – FAU/USP;
Glória Cecília dos Santos Figueiredo - PPGAU/UFBA; Fernanda Lira Goes - UNB/IPEA;
Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira UNICAMP; Laisa Stroher - PGT-UFABC;
Nilcio Regueira Dias - PGT-UFABC e Alexandre Sabino do Nascimento - UFPB.

Essa sessão livre tem como objetivo analisar as relações entre a reestruturação urbana e o crescimento da ação das empreiteiras na produção de infraestruturas e imobiliário. Desenvolvendo processos particulares de concentração e centralização do capital, essas empresas ao deterem condições privilegiadas de acesso a fundos públicos e propriedades de empresas e terras passam a ter papel central na produção de grandes negócios de reestruturação urbano e regional, via várias inovações institucionais, reproduzindo estratégias patrimonialistas. A ambição dessa sessão é promover olhares cruzados sobre o tema, problematizando a ação das empreiteiras como aspecto particular de nosso desenvolvimento econômico e urbano recente, dando maior relevo a interpretação desse grupo econômico no controle e articulação dos processos de instrumentalização do espaço e financeirização do capital. Partindo da contribuição de trabalhos de distintas áreas disciplinares com uma diversidade de recortes geográficos, visamos ainda promover um aprofundamento sobre abordagens teóricas e de métodos.

> SL > 06

BNDES: GRUPOS ECONÔMICOS, SETOR PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 2

Organizadores: Carla Hirt - Instituto Federal do Rio de Janeiro e
Javier Ghibaudi - Universidade Federal Fluminense
Palestrantes: Carla Hirt - Instituto Federal do Rio de Janeiro;
Javier Ghibaudi - Universidade Federal Fluminense; Luís Fernando Novoa -
Universidade Federal de Rondônia; Juliana Ferreira Romeiro - IPPUR/UFRJ;
Flávia Braga Vieira - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e
Saggioro Garcia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Esta sessão livre apresenta os resultados dos programas de pesquisa "BNDES, financiamento público e capital privado. Dimensões políticas, institucionais, socioeconômicas e territoriais" e "BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil no contexto nacional e internacional" que contou com a participação de pesquisadores da UFRJ, UFF, UFRRJ e UNIR. As pesquisas tiveram como eixos centrais: a) o estudo dos processos decisórios do BNDES; b) o mapeamento dos impactos das intervenções do BNDES na estruturação do território; c) a análise da ação do BNDES no processo de internacionalização de corporações brasileiras: d) o estudo da trajetória da questão ambiental nas políticas BNDES, com foco especial no Fundo Amazônia; e) o estudo das relações do BNDES com o sistema financeiro internacional, com foco na IIRSA e no Banco dos BRICs. Tais programas de pesquisa resultaram na publicação do livro intitulado "BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil", lançado em 2017.

> SL > 07

A AGENDA DA PESQUISA REGIONAL CRÍTICA LATINO-AMERICANA: HOMENAGEM AO PENSAMENTO DE TANIA BACELAR, WILSON CANO, CLÉLIO CAMPOLINA E LEONARDO GUIMARÃES

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 11

Organizadores: Carlos Antônio Brandão - IPPUR/UFRJ e Fabio Lucas Pimentel de Oliveira - IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Victor Ramiro Fernández - IHUCSO - UNL; Hipólita Siqueira de Oliveira - IPPUR/UFRJ; Deborah Werner - IPPUR/UFRJ; Fabio Lucas Pimentel de Oliveira - IPPUR/UFRJ e Carlos Antônio Brandão - IPPUR/UFRJ.

Esta sessão livre busca sistematizar e discutir as linhas gerais do pensamento crítico latino-americano na temática dos estudos regionais no Brasil a partir das obras de seus quatro principais intelectuais (Tania Bacelar de Araújo, Wilson Cano, Clélio Campolina Diniz e Leonardo Guimarães Neto). Esses autores trataram das transformações territoriais brasileiras impactadas e as mudanças macroeconômicas, tecno-produtivas e socioeconômicas ao longo da história do capitalismo periférico brasileiro. Partindo da economia política do desenvolvimento, esses pensadores procuraram apreender processos específicos, em dinâmica cíclica de transformação, apontando que estes deveriam ser analisados no contexto histórico estrutural do Brasil, sintetizando rupturas e continuidades. O objetivo central desta sessão livre é apresentar e debater o pensamento de nossos quatro principais pensadores regionais, buscando avaliar o que apresentam de semelhanças, prismas diversos de análise e quais os temas atuais que não foram tratados por eles ou tiveram pouca ênfase, dados os desafios das transformações do Século XXI.

> SL > 08

POLÍTICAS DO COMUM NAS CIDADES

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 4

Organizadores: Carlos Henrique Magalhães de Lima - Universidade de Brasília e Adriana Mara Vaz de Oliveira - Universidade Federal de Goiás
Palestrantes: Elane Ribeiro Peixoto - Universidade de Brasília; Pedro Britto - Universidade Federal de Goiás; Carlos Henrique Magalhães de Lima - Universidade de Brasília; Adriana Mara Vaz de Oliveira - Universidade Federal de Goiás e Priscila Erthal Risi - Universidade de Brasília.

Arquitetura dos sentidos: entre o vernáculo e o popular" é uma pesquisa que investiga a arquitetura vernácula e popular na região de Goiânia, com o objetivo de reconhecer a interlocução entre a cultura e a casa do homem comum. Salienta-se que o adjetivo comum une-se ao substantivo comum com o intuito de perseguir práticas coletivas. A arquitetura vernácula vincula-se às raízes da população, expressas nas formas tradicionais de usos, do saber fazer, entre outros. A arquitetura popular caracteriza-se pela apropriação de elementos externos à tradição cultural, como os materiais de construção industrializados e a personalização. Para elaborar um novo olhar sobre tai s arquiteturas em Goiânia, a pesquisa enfoca menos a constituição da capital enquanto cidade moderna – representação construída pelo discurso oficial – e mais como produto de tradições construtivas e práticas coletivas nos seus espaços de moradia. A reflexão aqui apresentada refere-se aos percursos iniciais da pesquisa.

> SL > 09

A CIDADE COMO CIRCUITO DE PODER E DESIGUALDADES: INTERNACIONALIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E EMPRESARIAMENTO URBANO

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 16

Organizadores: Charles Henrique Voos - Faculdade Guilherme Guimbala e Vanessa Marx - PPGS/UFRGS
Palestrantes: Charles Henrique Voos - Faculdade Guilherme Guimbala; Anthony Boanada-Fuchs - St.Gallen Institute of Management in Latin America; Eliane Cabral - UNIFAP; Sidney Piochi Bernardini – Unicamp e Vanessa Marx - PPGS/UFRGS.

Esta Sessão Livre expõe, como hipótese central, que a (re)produção do espaço urbano, enquanto fruto das relações humanas e dentro de um contexto tipicamente capitalista, apresenta-se como um circuito que visa a manutenção de poder de determinados grupos, por meio da intensificação de diferentes desigualdades sociais, considerando os altos índices de problemas urbanos enfrentados socialmente e elencados dentro do debate acadêmico. E, frente a tal intenção, o capital sempre busca novas formas de acumulação e expansão, como a financeirização, altamente articulada com os contextos internacionais de empresariamento urbano, a qual mira as cidades como as suas principais fontes de extração de renda a partir da terra urbana. Com isso, promoverá debates sobre as respostas contra-hegemônicas ao avanço do ideário neoliberal sobre a vida nas cidades ou, ao menos, mostrar caminhos que permitam a ressignificação do tema em prol do "Direito à Cidade".

SL > 10

VILAS, CIDADES E TERRITÓRIO. DIVERSAS ESCALAS DE INTERVENÇÃO NO BRASIL DOS SÉCULOS XVIII E XIX.

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 8

Organizadores: Clovis Ramiro Jucá Neto - UFC e Rubenilson Brazão Teixeira - UFRN
Palestrantes: Clovis Ramiro Jucá Neto - UFC; Maria Berthilde Moura Filha - UFPB;
Rubenilson Brazão Teixeira - UFRN; Herbert de Vasconcelos Rocha - INTA;
Fania Fridman - UFRJ; Maria Fernanda Derntl -UNB; Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno - USP e
Maria Simone Moraes - IFS.

A mesa propoem o debate sobre intervenções da metrópole lusitana e do governo imperial em múltiplas escalas espaciais e temporais. As pesquisas pressupõem a relação indissociável entre urbanização e formação territorial da América Portuguesa e no Império Brasileiro. O objetivo é amplificar entendimento sobre a organização do espaço urbano e territorial, a formação e dinâmica da rede urbana e identificar os agentes envolvidos. A discussão parte da complexidade da intervenção local - como expressão da dinâmica geral - e do ordenamento territorial; e alcança análise comparativa macrorregional - a relação entre as especificidades dos processos locais, as dinâmicas regionais e transatlânticas - em busca de novas sínteses teóricas e conceituais. Os processos são investigados sob variados aspectos como circularidade de homem e ideia, política colonizadora, morfologia dos núcleos, relação entre os planos propostos e/ou efetivados e levantamento documental, iconográfico e cartográfico.

SL > 11

A NOVIDADE VEIO DAR À PRAIA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TURISMO E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO LITORAL BRASILEIRO

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 17

Organizadores: Cristina Pereira de Araujo – MDU/ UFPE e
Luciano Muniz Abreu – PPGDT/UFRRJ
Palestrantes: Luciano Muniz Abreu - UFRRJ/PPGDT; Ricardo Alexandre Paiva - UFC/PPG AU + D;
Josiane do Nascimento Andrade - UFPE/MDU; João Paulo da Silva - UFPE/MDU;
Maria Aparecida Pontes da Fonseca - UFRN; Wagner Fernandes Costa - IFRN;
Cristina Pereira de Araujo - UFPE/MDU; Adauto Gomes Barbosa - IFPE e
Sergio Moraes Rego Fagerlande - UFRJ/PROURB.

Nessa sessão livre pretende-se discutir os diferentes níveis de integração e fragmentação socioespacial onde se faz presente a atividade turística. Interessa-nos como essa atividade tem se estruturado e produzido espaço, cabendo a reflexão de como as ações do Estado e do mercado têm induzido transformações e impactado as cidade litorâneas. Os cinco trabalhos dessa sessão buscam apresentar: o projeto de pesquisa em rede trabalhado pelo Grupo de Pesquisa CILITUR; as novas formas de fazer turismo no litoral nordestino, a partir das plataformas colaborativas e suas repercussões espaciais; a Região Metropolitana de Natal e a intrincada relação entre turismo, lazer e mercado imobiliário; a fragmentação socioespacial no litoral pernambucano, evidenciando a profusão de empreendimentos turísticos imobiliários; as favelas cariocas como produto de consumo turístico na linha do turismo de base comunitária.

SL > 12

DIMENSÕES, ESCALAS E DISPUTAS EM TORNO DA FINANCEIRIZAÇÃO DO URBANO

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 15

Organizadores: Daniel Sanfelici - UFF e Jeroen Klink - UFABC
Palestrantes: Jeroen Klink - UFABC; Daniel Sanfelici - UFF;
Álvaro Pereira - UNIFESP; Gabriela Porcionato - UNESP e
Marcos Barcellos de Souza - UFABC.

Nos últimos anos, uma extensa literatura interdisciplinar vem investigando as consequências sociais e territoriais da presença mais decisiva de investidores e intermediários financeiros na produção das cidades. A presente sessão explora eventuais complementaridades entre abordagens – p.ex. economia política; institucionalismo e contabilidade críticos; teorias sobre principal-agent e shareholder value; estudos sociais das finanças – no aperfeiçoamento da leitura acerca dos múltiplos entrelaçamentos do capital financeiro com a produção do espaço urbano. Espera-se que a preocupação desta sessão em abordar diferentes dimensões do nexo finanças/produção urbana — produção residencial, gestão de portfólios imobiliários e a produção/gestão de serviços de infraestrutura — permita oferecer um painel mais abrangente e multifacetado da influência de atores e lógicas financeiras na produção e governança das cidades brasileiras, bem como dos conflitos que estas transformações deflagram.

> SL > 13

REPERTÓRIOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: ENTRE FLEXIBILIZAÇÕES E ANISTIAS

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 15

Organizadores: Daniele Regina Pontes - Universidade Federal do Paraná e
Tomas Antonio Moreira – IAU/USP
Palestrantes: Tomas Antonio Moreira – IAU/USP; Gisela Cunha Viana Leonelli - UNICAMP;
Daniele Regina Pontes - Universidade Federal do Paraná; Rosane de Almeida Tierno - FAUUSP e
Patryck Araújo Carvalho - Caixa Econômica Federal.

O diálogo sobre os repertórios da regularização fundiária, parte da leitura das novas ordens normativas sobre o tema, em especial, da legislação federal n. 13.465 de 2017 e pretende a análise sobre as possíveis flexibilizações, sobre as anistias que se expressam e se expressarão em possíveis reconfigurações territoriais da área urbana e sobre os instrumentos e efeitos dessa política pública. A proposta universalista da norma geral ameniza, discursiva e normativamente, diferenças significativas nas espécies de irregularidades, ocultando o significado da apreensão de terras para os diferentes sujeitos demandantes e os motivos que levaram à ocupação sem a observância dos critérios e procedimentos de apropriação. Busca-se assim, compreender os sentidos e os significados da regularização quando combinados com as demais políticas, como a de habitação de interesse social, a de meio ambiente, a de convalidação de condomínios, de uso e ocupação do solo em áreas públicas e privadas.

> SL > 14

FAVELADXS, SERTANEJXS, NEGRXS, PROSTITUTXS. SUJEITOS EM ESPAÇOS DE OPRESSÃO, SUJEITOS DE ESPAÇOS DE INVENÇÃO

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 9

Organizadores: Eber Pires Marzulo - UFRGS e Renato Emerson dos Santos - UERJ e UFRJ
Palestrantes: Juliana Michaello Macêdo Dias - UFAL; Walcler de Lima Mendes Junior - UNIT-AL;
Renato Emerson dos Santos - UERJ e UFRJ; Marcelo Carnevale - Diversitas/USP;
Eber Pires Marzulo - UFRGS; Luciana Linhares de Andrade - UFRGS e
Soraya Silveira Simões – IPPUR/UFRJ.

Nesta sessão se pretende investir sobre o caráter de disputa de significados classificatórios e identitários que emerge das práticas sociais de opressão e resistência, com foco na dimensão das espacialidades próprias e/ou impostas. Os grupos abordados - faveladxs, sertanejxs, negrxs, prostitutxs - historicamente constituem-se em (ou, dialogam diretamente com) alguns dos principais referenciais de construção da identidade nacional, através da simbiotização de repertórios de significação social e espacial, aos quais em grande medida se contrapõem. Estes repertórios de significação são acervos estruturantes de imaginações sociais e geográficas que definem tais sujeitos, a exemplo do que o congolês Valentin Mudimbe coloca sobre a África com a ideia de conformação de uma "biblioteca colonial", conjunto de enunciados construídos e imputados, sobretudo por atores externos, que instituem e se valem de regimes de verdade e de autoridade sobre os oprimidos.

> SL > 15

POR DENTRO E POR FORA DA FRONTEIRA AGRO BRASILEIRA: DINÂMICAS PRODUTIVAS E SOCIOESPACIAIS DEPENDENTES

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 4

Organizadores: Evaldo Gomes Júnior - FACE/IEDAR/Unifesspa e
Vicente Eudes Lemos Alves - IG/Unicamp
Palestrantes: Francisco do O' de Lima Júnior - PLANDITES/UERN; URCA;
Fernando Cezar de Macedo Mota - CEDE/IE/Unicamp;
Fernando Michelotti - FCAM/IEDAR/Unifesspa;
Larissa da Silva Ferreira Alves - PLANDITES/UERN e
Evaldo Gomes Júnior - FACE/IEDAR/Unifesspa.

O objetivo desta Sessão Livre é ampliar o debate interdisciplinar sobre o avanço a produção agromineral nas últimas décadas no Brasil e a consequente formação de outras centralidades para além das metrópoles brasileiras. Nossa hipótese é que há um direcionamento da expansão produtiva nacional para espaços de produção e comercialização não-metropolitanos no Brasil em razão da própria forma de inserção no mercado externo e em função da organização especializada desta produção no território. Tal objetivo só é possível quando integra percepções de distintos espaços de reprodução desta expansão da produção agromineral e de suas especificidades regionais como articuladores dos vetores de exportação. Estas distintas percepções também trazem consigo variados condicionantes que se entrelaçam ao fenômeno principal e o justificam como uma realidade substancial dentro das formas gerais de acumulação de capital.

> SL > 16

GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO: A DIMENSÃO RACIAL DO TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 5

Organizadores: Gabriel Rodrigues da Cunha - CAU UNILA
Palestrantes: Leonardo Name - CAU UNILA; Marcos Britto - CAU UNILA;
Maria Estela Rocha Ramos Penha - UNIME/LF; Andréia Moassab - CAU UNILA;
Joice Berth - CMSP; Rodrigo da Cunha Nogueira -CAU/UFOP e
Gabriel Rodrigues da Cunha - CAU UNILA.

A presente sessão livre traz a reflexão em torno da geopolítica do conhecimento e da colonialidade territorial. Partimos da compreensão estabelecida pela teoria decolonial, especialmente de Enrique Dussel e Walter Mignolo, no livro A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas, de Edgardo Lander (2005), do vínculo estrutural entre modernidade e colonialidade – esta última não se restringindo ao período do colonialismo e persistindo no presente de nossas culturas e forma de pensar latino-americanas. A sessão se filia à demanda por uma descolonização epistemológica que combata o universalismo e o a-historicismo do eurocentrismo e da modernidade-colonialidade que incidem no território: a colonialidade territorial impacta as formas de conceber, produzir e pensar a cidade e o território latino-americano; é branca e eurocêntrica, impondo-se e invisibilizando outras formas de produção do espaço, sobretudo negra e indígena; e informa um padrão de distinção pautado pelas dualidades: o humano e o não humano, o branco e o não branco, o visível e o invisível. Da mesma maneira, no campo epistemológico, a modernidade-colonialidade borra outras visões de mundo.

> SL > 17

DES-EMBRANQUECENDO A CIDADE: DESAFIOS E PROPOSTAS NO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 2

Organizadores: Gabriela Leandro Pereira - UFBA e Natália Alves da Silva - UFMG
Palestrantes: Maria Luiza de Barros Rodrigues - UFES; Gabriela Leandro Pereira - UFBA;
Natália Alves da Silva - UFMG; Emmily C. Leandro Castro – FAU/USP e
Luciana da Silva Mayrink - FAU/UFRJ.

Adotando como ponto de partida trabalhos de pesquisa informados pelos cruzamentos entre gênero, raça e cidade, a sessão se constitui como uma encruzilhada analítica, entendida como um tempo/espaço onde os caminhos se atravessam, dialogam, se contaminam, gerando efeitos de encantamento do saber em direção à desestabilização de verdades únicas, buscando abrir e fortalecer novos campos de reflexão e possibilidades sobre o espaço urbano e seus modos processuais de existências. Tomando como referência o processo de constituição das cidades brasileiras, propõe-se tensionar algumas das dimensões relacionadas à formalidade hegemônica de produção de/sobre a cidade, ainda pautada em abordagens excludentes e parciais. É comum aos estudos urbanos desperceberem suas estruturas raciais, sexuais e de gênero. Assim, objetiva-se não se abster das experiências racializadas de cidade, seus acúmulos intelectuais, analíticos e subjetivos, para acessar e produzir as reflexões aqui desdobradas.

> SL > 18

DESENHO URBANO, PLANEJAMENTO E CENÁRIOS: MÉTODOS E PROCEDIMENTOS COMPUTACIONAIS APLICADOS AO ESTUDO DA CIDADE

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 5

Organizadores: Geovany Jessé Alexandre Da Silva - PPGAU/UFPB e
Fernando Tadeu Lima - PORAC/UFJF-MG
Palestrantes: Fernando Tadeu Lima - PORAC/UFJF-MG; Geovany J. A. Silva - PPGAU/UFPB;
Carlos A. Nome - PPGAU/UFPB e UFPE; Lucy Donegan - PPGAU/UFPB e UFPE;
Cristiana Griz - PPGAU/UFPB e UFPE; Marta B. Romero – FAU/UnB;
Caio F. Silva – FAU/UnB; Mauro Normando Macêdo Barros Filho – UFCG/PB e
Samira Elias - FA-ULisboa e José Beirão - FA-ULisboa.

A cidade contemporânea é uma organização espacial complexa, onde diferentes aspectos socioeconômicos, ambientais, tecnológicos e culturais condicionam a qualidade do uso e dos espaços e revelam dinâmicas específicas dessa conjugação de elementos. Nesse âmbito, análises urbanas auxiliadas por ferramentas computacionais são capazes de revelar e caracterizar diferentes problemas e potencialidades previsíveis na cidade, bairro, quadra ou edificações. É nesse contexto que se propõe essa Sessão-Livre para o Enanpur 2019, com o intuito de agregar pesquisas de diversas instituições do país e uma do exterior estudam o tema. Laboratórios e grupos de pesquisas afins à temática de 6 universidades (UFJF, UFPB, UnB, UFCG, UFPE, ULisboa) foram selecionados, dentre estes, além dos proponentes Prof. Dr. Fernando Lima (DOMVS/PROAC-UFJF), Prof. Dr. Carlos Nome e Geovany Silva (DIAProj/PPGAU-UFPB) – integrantes também dos laboratórios LAURBE e LM+P da UFPB – foram convidados a Profª. Drª. Marta Romero e Prof. Dr. Caio Silva (LASUS/FAU-UnB), o Prof. Dr. Mauro Barros (UFCG-PB), a Profª. Drª. Cristiana Griz (DIAProj/UFPE) e, do DCG (Design & Computation Group) e FomaUrbisLab, da FA-ULisboa de Portugal, representados pela Doutoranda Ms. Samira Elias Silva e seus respectivos orientadores, Prof. Dr. José Nuno Beirão e Prof. Dr. Carlos Dias Coelho.

> SL > 19

NATUREZA E URBANIZAÇÃO: DISCUTINDO EXPERIÊNCIAS, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO METROPOLITANO

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 16

Organizadores: Geraldo Magela Costa – PPG/UFMG
Palestrantes: Roberto Luís de Melo Monte-Mór – Cedeplar/UFMG;
Ana Cláudia Cardoso – PPGAU/UFPA; Antônio Miguel Vieira Monteiro - INPE;
Tathiane Mayumi Anazawa - INPE; Patricia Marra Sepe - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento/SP; Anna Kaiser Mori – PPGPGT/UFABC e Heloisa S. M. Costa - UFMG.

Nesses 60 anos de luta pelo direito à cidade, pouco se levou em consideração a questão da natureza nas experiências de planos urbanos e nas tentativas de se criar um processo de planejamento urbano permanente e eficaz, apesar de a regulação ambiental vir se estruturando no país desde os anos 1980. Não há dúvidas quanto a significativos avanços que a legislação ambiental introduziu na gestão pública em várias escalas. Recentemente, outras dimensões e direitos ampliaram os horizontes e enriqueceram o debate sobre as relações entre urbanização e natureza. Por que não pensar a natureza para além da preservação, procurando sua função social e indo além, pensando-a em conjunto com cultura, lazer, alimentação, mobilidade, entre tantas outras questões? O envolvimento com práticas e experiências de convivência com a natureza, de sujeitos e grupos sociais, nas áreas urbanas e seus entornos, é central para a transformação social. Tais questões serão examinadas em diferentes regiões metropolitanas.

> SL > 20

TERRITÓRIOS DA PROPRIEDADE: A FORMA-JURÍDICA DE CORPOS E DE ESPAÇOS EM LUTA

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 2

Organizadores: Giovanna Bonilha Milano - UNIFESP; Júlia Ávila Franzoni – UFRJ e
Adriana Nogueira Vieira Lima - Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia
Palestrantes: Giovanna Bonilha Milano - UNIFESP; Júlia Ávila Franzoni - UFRJ;
Rosângela Luft – IPPUR/UFRJ; Alice Nohl - Prefeitura de Niterói; Alvaro Pereira - Unifesp;
Laura Bertol - FAUUSP; Thiago Hoshino - UFPR; Mariana Bonadio - IPPUR/UFRJ e
Leandro Franklin Gorsdorf - UFPR.

Vivemos na 'República da propriedade' (HARDT, NEGRI, 2015), dentro e por meio do 'território da propriedade privada' (BLOMLEY, 2016). O sistema jurídico, neste caso, seria um conjunto de normas, razões e práticas que se reproduziriam de maneira tendente a reduzir a multiplicidade das relações sociais à medida da forma territorial-proprietária. A dinâmica dos corpos e sua performatividade, os usos dos bens comuns e seus arranjos institucionais, os diferentes modos de produção, reprodução e organização da vida, estariam, como tendência, determinados pela forma-jurídica. O debate proposto nesta Sessão Livre pergunta em que medida esse diagnóstico oferece chave de leitura para discutir os desafios atuais que marcam as lutas pela concretização de direitos no Brasil. A pergunta será enfrentada por meio da investigação situada em diferentes experiências, cujas formas e processos aparecem, à primeira vista, enredadas à tendência de identificação entre território e apropriação privada: o uso e o domínio da terra e os diferentes modos de reprodução da vida; e as diferentes estratégias de governança territorial.

> SL > 21

VIVA VILA AUTÓDROMO! RESILIÊNCIA, RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL NUMA METRÓPOLE DA PERIFERIA DO CAPITALISMO

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 11

Organizadores: Glauco Bienenstein - GPDU/NEPHU-UFF & ETTERN/IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Raquel Rolnik - USP; Fabricio Leal de Oliveira - ETTERN/IPPUR/UFRJ;
Maria da Penha Macena - Representante da Vila Autódromo, Rio de Janeiro.

A sessão livre aqui proposta busca refletir sobre as alternativas de luta empreendidas por coletivos sociais, frente a um projeto de cidade, no caso, do Rio de Janeiro, fortemente identificado com as orientações de um urbanismo "pró-mercado". Além disso, a referida sessão se propõe também a divulgar a rica e recente história do emblemático movimento insurgente da Vila Autódromo, que ousou desafiar as coalizões de poder e dinheiro que sustentaram a implementação da excludente e seletiva cidade olímpica do Rio de Janeiro, materializada na publicação coletiva "Viva a Vila Autódromo!". Para tanto reúne os olhares de pesquisadores e liderança que participaram do processo desenvolvido na Vila Autódromo.

> SL > 22

EXPERIMENTOS E PRÁTICAS COLETIVAS URBANAS INSURGENTES: NEOLIBERALISMO URBANO OU VIDA EM COMUM?

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 4

Organizadores: Glória Cecília dos Santos Figueiredo – FAUFBA/UFBA
Palestrantes: Jecilda Maria da Cruz Mello - AMACH;
José Eduardo Ferreira Santos - Acervo da Laje;
Cíntia Guedes Braga - EBA - UFRJ; Pierre Arnold – HIC/AL e
Brais Estévez-Vilariño - UFBA.

As tendências do urbanismo neoliberal seguem (re)estruturando as cidades latino-americanas e a ação urbana governamental se fecha a deliberação dos cidadãos. Diante disso, as lutas e práticas coletivas de utopias experimentais pelo direito à cidade jogam papel relevante, (re)abrindo possibilidades de ação pública e coletiva pelo viés do planejamento insurgente / radical / conflitual / autonomista / decolonial. Nessa sessão, propomos um diálogo entre experiências de coletivos urbanos e pesquisadores-ativistas, em meio a processos de vulnerabilização e precarização que afetam os(as) moradores(as) e da reinvenção de suas estratégias de viabilização da vida, através de práticas que expressam contra-racionalidades, conflitos, tensionamentos e brechas pelas quais articulam as suas existências e mobilizações por demandas e direitos coletivos.

> SL > 23

NOVOS TEMPOS DA MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA NOS CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 4

Organizadores: Helion Póvoa Neto – IPPUR/UFRJ e
Isis do Mar Marques Martins – IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Helion Póvoa Neto – IPPUR/UFRJ;
Marcos Mondardo - UFGD;
Handerson Joseph - UNIFAP; Adriana Dorfman - UFRGS e
Isis do Mar Marques Martins – IPPUR/UFRJ.

O Brasil é paradigmático pela sua extensão e pela promoção de políticas apoiadas à perspectiva flexibilizadora os limites e fronteiras nos circuitos do grande capital, mas suprime as iniciativas locais ou os acessos onde não se estabelecem interesses políticos e econômicos. A proposta desta sessão é discutir pluralmente algumas perspectivas de impacto regional que se aliam a processos e políticas de fronteira nos interesses dessa ideia de desenvolvimento, seguindo a delimitação do Ministério da Integração Nacional nos anos 2000,cuja faixa de fronteira no país se divide em arcos: no chamado arco Norte, no arco Centro e no arco Sul. A proposta assim não é somente uma tentativa de aplicar perspectivas ao conceito de fronteira, mas um exercício de reflexão à realidade vivenciada e pluralmente agenciada pelos diversos sujeitos que mobilizam e se mobilizam na fronteira e articulam politicamente tal espaço, e as questões levantadas são nos impactos das políticas públicas interagirem a esses processos e se efetivam - ou não - a ação diversa destes.

> SL > 24

GRANDES CORPORAÇÕES E DIREITOS HUMANOS CONFLITOS TERRITORIAIS E DIREITOS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 12

Organizadores: Henri Acselra - IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Henri Acselrad - IPPUR/UFRJ; Pedro Cláudio Cunca Bocayuva – NEPP-DH/UFRJ;
Juliana Neves Barros – UFRB; Renata Cristina do Nascimento Antão - IPPUR/UFRJ.

No Brasil contemporâneo, legislações têm sido fortemente flexibilizadas, principalmente em detrimento dos direitos dos mais despossuídos O exercício efetivo dos direitos depende de diversos condicionantes: da ação das forças políticas e econômicas que influenciam o conteúdo e a operação das leis; da vigência de um sistema jurídico-legal legitimado; da presença de uma cultura de direitos e das lutas sociais. Coalizões político-econômicas procuram resistir às demandas coletivas, mobilizando um repertório de recursos formulado por think tanks de entidades empresariais e justificado por ideólogos do liberalismo econômico. Cada vez com mais frequência, subordina-se a aplicação da lei às prioridades dos que têm o poder de investir. Sob a alegação de que o respeito aos direitos atrapalha os negócios e compromete a competitividade da economia, abrem-se espaços crescentes para uma gestão desregulada dos territórios pelas próprias corporações. A presente sessão pretende discutir as condições do exercício dos direitos por grupos sociais em situação de vulnerabilidade em contextos sociopolíticos favoráveis ao controle de grandes corporações sobre os territórios e seus recursos.

> SL > 25

MOBILIDADE, CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE PÚBLICO E DEMOCRACIA

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 2

Organizadores: Hernán Armando Mamani - ESR/UFF e Vinícius Fernandes da Silva - Colégio Pedro II
Palestrantes: Mauro Kleiman - IPPUR/UFRJ; Vinícius Fernandes da Silva - Colégio Pedro II;
Marly Gonçalves da Silva - UFPA; Hernán Armando Mamani - ESR/UFF e
Ailton Gualante Júnior - PPGSA/UFRJ.

A Sessão Livre busca estabelecer vias de interlocução e articulação analítica duráveis sobre mobilidade urbana, considerando as dimensões técnicas e sócio espaciais, capazes de relacionar a pluralidade de formas e escalas da experiência envolvidas no transporte. Promove, assim, o diálogo entre autores de várias gerações, ligados ao Laboratório de Redes Urbanas do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), ao Laboratório de Humanidades Tijuca II do Colégio Pedro II, ao Núcleo Cidades, Espaços Públicos e Periferias (CEP28) do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR/UFF), à Faculdade de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Busca-se estabelecer vias de articulação e aproximação entre eixos de pesquisas e que valorizam aspectos diferenciados da experiência da mobilidade urbana.

> SL > 26

ARENAS E ARRANJOS POLÍTICOS ESCALARES: EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS PARA TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS EM TRÊS ESTADOS BRASILEIROS: PARAÍBA, RIO DE JANEIRO E SANTA CATARINA

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 8

Organizadores: Ivo Marcos Theis - FURB
Palestrantes: Ivo Marcos Theis - FURB; Alberto de Oliveira - -UFRJ;
Cidoval Morais de Souza - UEPB e Cristiane Mansur de Moraes Souza - FURB.

Esta sessão livre é consagrada a diferentes experiências e propostas que visam a transformação social, econômica, política e cultural em três diferentes unidades da federação, de três macrorregiões distintas do país. O objetivo é discutir os resultados de um projeto que vem sendo executado, ao longo dos últimos quatro anos, no âmbito do programa Pró-Integração (CAPES/Ministério da Integração Nacional). Sua inspiração deriva da experiência realizada nas Conferências de Desenvolvimento Regional e na tentativa de formular uma política regional alternativa, incluindo objetivos, instrumentos e medidas. De modo que se examina aqui uma complexa articulação entre Arenas Políticas (no sentido de Claus Offe) e Arranjos Políticos, com os seus sucessos e fracassos, com suas dificuldades e potencialidades, a partir de experiências e propostas de transformação regional em três estados brasileiros: Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

> SL > 27

A DIMENSÃO NACIONAL DO PLANEJAMENTO ESCALAS DAS AÇÕES PLANEJADORAS NO PROCESSO BRASILEIRO DE URBANIZAÇÃO

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 14

Organizadores: Jeferson Tavares – IAU/USP e Elisângela de Almeida Chiquito – EA/UFMG
Palestrantes: George Alexandre Ferreira Dantas – PPGAU/UFRN; Ricardo Trevisan – FAU/UnB;
Elisângela de Almeida Chiquito – EA/UFMG e Jeferson Tavares – IAU/USP.

O objetivo dessa Sessão Livre é discutir as experiências de planejamento na escala urbana, metropolitana e regional num arco temporal de aproximadamente 50 anos que se inicia nos anos 1960 com planejamento do desenvolvimento através de grandes obras de infraestrutura e da descentralização industrial e pela configuração das regiões metropolitanas, passa por um período de eclipse nos anos 1980 e retorna, já nos anos 2000 com a retomada do planejamento em nível nacional, tendo como objeto Natal-RN, a Amazônia Legal, a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o Grande ABC-Sao Paulo. As análises evidenciam as concepções mobilizadas, as escalas de abrangência, as instituições envolvidas, assim como a articulação entre políticas, planos e projetos nos diferentes contextos, suas permanências e rupturas, assim como os avanços e regressos que possam colaborar para a reflexão sobre a atualidade

> SL > 28

OUTRAS ECONOMIAS URBANAS: REPENSAR O TRABALHO E A TERRA NA CIDADE PERIFÉRICA

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 14

Organizadores: João Bosco Moura Tonucci Filho - Cedeplar/UFMG
Palestrantes: Luciana Corrêa do Lago - NIDES/UFRJ; Sibelle Cornélio Diniz - Cedeplar/UFMG;
Heloisa Soares de Moura Costa - UFMG; Daniela Adil Oliveira de Almeida - UFMG;
Mara Nogueira - London School of Economics and Political Science – LSE e Grupo Colmeia Solidária/UFMG e João Bosco Moura Tonucci Filho - Cedeplar/UFMG.

O objetivo desta sessão é debater a pertinência, os limites e as potencialidades das chamadas "outras economias" para repensarmos as práticas de produção e reprodução da/na cidade periférica brasileira, com foco nas dimensões do trabalho e da terra. A sessão é motivada pela percepção de esgotamento dos referenciais teórico-conceituais que, centrados no Estado e no capital, acabaram por relegar à periferia teórica e prática um conjunto heterogêneo de práticas, racionalidades e relações que não se enquadram nas definições estritas do capitalismo. As reflexões aqui reunidas partem de experiências concretas, como o trabalho dos ambulantes, a economia popular nas ocupações por moradia, a economia social e solidária metropolitana, as práticas da agroecologia urbana e os mercados informais de terra. Procura-se contribuir, portanto, para identificar, fortalecer e construir outras economias urbanas partindo das necessidades, condições e experiências da cidade periférica brasileira.

> SL > 29

APREENSÕES E APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO CULTURAL EM AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA: DIÁLOGOS ENTRE EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E EM PORTUGAL

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 1

Organizadores: José Clewton do Nascimento - DARQ/PPGAU/PPAPMA – UFRN e
Eunádia Silva Cavalcante - DARQ/PPAPMA – UFRN
Palestrantes: José Clewton do Nascimento - DARQ/PPGAU/PPAPMA – UFRN;
Eunádia Silva Cavalcante - DARQ/PPAPMA – UFRN; André Duarte Baptista - Câmara Municipal de Torres Vedras, Portugal; Manoela Jordão - CAUS; Natália Miranda-Vieira-de-Araújo - UFPE;
Filipa Bolotinha - Associação Renovar a Mouraria, Portugal e
Tamara Habib Saré - Projeto Circular Campina Cidade Velha – Belém/PA.

Nesta proposta de sessão livre, discutiremos sobre ações de intervenção e apropriação em áreas de significação cultural (trechos de sítios históricos tombados; áreas tradicionais; áreas históricas expandidas), considerando a ampliação conceitual de formas de ver, apreender e agir sobre essas áreas. Utilizamos o conceito-base de lugar sob o ponto de vista fenomenológico, enquanto espaço dotado de sentido, caráter, e com base existencial. Aproximamos as discussões acerca do lugar com a prática cotidiana, entendendo que é no cotidiano – como lugar de vida – que se assegura, o lugar no mundo. Abordaremos este quadro teórico-conceitual a partir da apresentação, análise e discussão de experiências em casos brasileiros e portugueses, divididos em dois blocos, articulados e complementares: 1. Ações de viés de educação patrimonial que associam o desenho como ferramenta de apreensão e de valoração deste patrimônio; 2. Ações acerca de formas de apropriação do espaço sob o ponto de vista social, a reforçar a relação de pertencimento entre o lugar e as comunidades que o habitam.

> SL > 30

EL FUTURO DE LA PLANIFICACIÓN DE LAS METRÓPOLIS LATINOAMERICANAS: LOS NUEVOS CONTEXTOS NACIONALES DE TRANSFORMACIÓN Y UTOPIAS

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 10

Organizadores: Juan Ángel Demerutis Arenas - ALEUP
Palestrantes: Juan Ángel Demerutis Arenas - ALEUP; Eduardo Alberto Cusce Nobre - USP;
Camila D´Ottaviano – USP e Arturo Orellana - Pontificia Universidad Católica de Chile.

El proceso de urbanización de las ciudades latinoamericanas ha ido más rápido que en una buena parte del mundo. En América Latina, la población fue predominante urbana a partir del año 1961 (UN-DESA/Population Division, 2018). Este proceso ha tenido sus variaciones nacionales, principalmente dependiendo de su territorio y características particulares; Argentina tuvo una población predominantemente urbana a partir de 1950, Brasil en 1967, Chile en 1950, Colombia en 1963, México en 1960, y Venezuela en1950 (Ídem, 2018). Esta urbanización precoz, también dio lugar a la aparición de grandes concentraciones de habitantes que fueron ocupando territorios de más de una jurisdicción generando el fenómeno de metropolización. Al mismo tiempo, los sistemas de planificación urbana y regional surgieron en esos países para hacer frente a la problemática urbana, y, a pesar de sus innovaciones y especificidades, aún no han logrado resolverla. Sin lugar a dudas el siglo XXI será el de las metrópolis en América Latina, por lo que el entendimiento del fenómeno será fundamental en la planeación urbana y territorial de la región. Particularmente, los contextos de los nuevos gobiernos tendrán una gran influencia en las mismas: las recientes elecciones en Brasil, Chile y México definen una nueva tendencia en el abordaje de la planeación metropolitana. En este panel se discutirán las características del fenómeno metropolitano en estos países, pero particularmente el futuro que les espera en los nuevos contextos definidos por los gobiernos nacionales de cada país incluyendo la descripción del concepto y la complejidad de los problemas a los que se enfrentan debido a la cantidad de actores involucrados en la toma de decisiones para la planeación de las mismas.

> SL > 31

PROCESSO DE MIDIATIZAÇÃO: DINÂMICAS NA PRODUÇÃO ESPACIAL E TERRITORIAL

CANCELADA A PEDIDO DA ORGANIZADORA

> SL > 32

"AUTONOMÍA Y DISEÑOS DEL SUR": OPÇÕES A FORMAS DE PENSAR, REPRESENTAR E CONSTRUIR A CIDADE

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 5

Organizadores: Leo Name - CAU UNILA e Marcos Britto - CAU UNILA
Palestrantes: Leo Name - CAU UNILA; Marcos Britto - CAU UNILA; Thaís Troncon Rosa - PPGAU UFBA; Oswaldo Francisco Freitez Carrillo - CAU UNILA; Adriana Caúla – EAU/UFF; Gabriel Rodrigues da Cunha - CAU UNILA e Tiago Souza Bastos - CAU UNILA.

O livro Autonomía y diseño: la realización de lo comunal (2016), do antropólogo colombiano Arturo Escobar – um dos principais nomes da teoria decolonial – faz uma importante desconstrução da crença na racionalidade e na neutralidade, que incidem na ideia de projeto (diseño). Pensar a cidade do século XXI vindica debate aprofundado em torno do projeto, com vistas a diseños del Sur: que redefinam formas de enunciar, instrumentalizar e praticar o projeto; e que, portanto, abre opções a pensar, representar e construir as cidades. Mesmo que complexa, a tarefa de fazer dialogar conceitos emancipadores com exemplos práticos é o mote desta sessão livre. Ela reúne pesquisadores de três instituições federais de ensino – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – para um início de reflexão sobre a pertinência de alternativas às práticas de projeto no contexto da produção do espaço urbano capitalista.

> SL > 33

PAISAGEM, CIDADE E PLANEJAMENTO: DESAFIOS DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS INTEGRADAS

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 1

Organizadores: Leonardo Barci Castriota - UFMG e ICOMOS e
Vanessa Gayego Bello Figueiredo - FAU PUC/Campinas e ICOMOS
Palestrantes: Antonio Hoyuela Jayo – ICOMOS, IPHAN e UNESCO;
Rafael Winter Ribeiro – UFRJ e ICOMOS; Nadia Somekh - FAU Mackenzie e ICOMOS;
Vanessa Gayego Bello Figueiredo - FAU PUC/Campinas e ICOMOS; Flavio de Lemos Carsalade – UFMG e ICOMOS; Laura Beatriz Lage – UFMG e Leonardo Barci Castriota – UFMG e ICOMOS.

Esta sessão debaterá as necessárias interfaces e desafios entre as políticas de planejamento territorial e as de preservação da paisagem e dos patrimônios culturais, por meio do novo paradigma colocado pela paisagem cultural. A sessão busca equilibrar o exame do conceito e a sua aplicação prática, enfocando os avanços e problemas junto ao campo do planejamento urbano e regional e das políticas públicas. Esta abordagem permite a discussão teórica integrada com os mecanismos de gestão do território e da paisagem, o que se torna visível na apresentação de estudos de casos práticos. São eles: o Plano de Gestão da Paisagem Cultural do Rio, chancelada pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2012, associada ao debate do plano diretor; o caso da Fábrica de Restauro em curso no tradicional bairro do Bixiga SP; a experiência recente do sistema de paisagens culturais como estruturador ao planejamento territorial via plano diretor e lei de uso e ocupação em Campinas; as metodologias específicas do HLC - Historic Landscape Characterization inglês e do Belvedere Memorandum holandês e a aplicação do HLC no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte. Nesse sentido, as experiências selecionadas para este debate apontam uma visão panorâmica destas questões e desafios no Brasil e no exterior.

> SL > 34

NARRATIVIDADE E TERRITÓRIO: QUESTÕES DE PROJETO E PLANEJAMENTO

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 8

Organizadores: Luciana Saboia Fonseca Cruz – FAU/UnB e Carolina Pescatori – FAU/UnB
Palestrantes: Paulo Reyes - UFRGS; Daniele Caron - UFRGS; Rita Velloso - UFMG; Guilherme Lassance - UFRJ; Benny Schvarsberg – FAU/UnB; Luciana Saboia - UnB e Carolina Pescatori – FAU/UnB.

A urbanização contemporânea desafia as concepções tradicionais de cidade, dissipando limites arraigados e conceitos estabelecidos. Apesar de esforços teóricos e empíricos de diversos urbanistas na compreensão deste fenômeno, é notória a força conservadora de narrativas nostálgicas de reconstrução da cidade pré-modernismo/pré-moderna, resgatada como paradigma de projeto e planejamento. Assim, a utopia é substituída por 'retrotopias' (BAUMAN, 2016). Portanto, torna-se premente (re)construir o pensamento sobre a cidade, formando outras narrativas sobre o urbano, o projeto e o planejamento. Ao reposicionar a cidade contemporânea como trama narrativa, parte-se da premissa que o projetar, o planejar, o construir são enredos de entrelaçamentos de ações concordantes-discordantes no tempo, em constante transformação. Portanto, o ato projetual traz uma segunda ideia na ação da narrativa, a inteligibilidade, seja a do projeto ou a do planejamento. Esta sessão aporta narrativas que (re)elaboram o pensar sobre o território, abordando-o como projeto, história, método-crítico, escala e paisagem.

> SL > 35

PLANEJAMENTO E CONFLITOS URBANOS: REDE DE PESQUISA E EXTENSÃO

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 16

Organizadores: Luis Régis Coli Silva Junior – IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Luis Régis Coli Silva Junior – IPPUR/UFRJ; Karina Oliveira Leitão - FAUUSP;
Daniel Medeiros de Freitas - UFMG; José Ricardo Vargas de Faria - UFPR e
Breno Pimentel Câmara – IPPUR/UFRJ.

Investimentos públicos em grandes projetos urbanos se realizam, entre outros fatores, com a disseminação das parcerias público-privadas e das operações urbanas consorciadas, acompanhadas de remoções de milhares de famílias, reestruturação e apropriação privada de territórios urbanos, mercantilização e empreendedorismo urbano, realizados com protagonismo da iniciativa privada e mecanismos de financiamento público associados à valorização fundiária. Não é, contudo, sem resistência que tais dinâmicas se processam. Pensar o lugar e o papel do conflito e das novas formas de se planejar o espaço urbano a partir de sujeitos coletivos políticos, debater e refletir sobre lutas sociais articuladas em torno de projetos e planos alternativos são objetivos dessa Sessão Livre. Os trabalhos apresentados discutem e analisam experiências de conflitos urbanos e os mecanismos de planejamento e organização das resistências que confrontam a ordem instituída. Enfatizam, em especial, as lutas sociais que evidenciam "o permanente e inexorável fracasso das tentativas de banimento da política e do conflito do espaço urbano" (VAINER, 2016, p.12)

> SL > 36

DISPUTAS EM TORNO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO CRÍTICA A RESPEITO DO NOVO MODELO NACIONAL ELABORADO A PARTIR DO GOVERNO TEMER

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 3

Organizadores: Luly Rodrigues da Cunha Fischer - UFPA e Tarcyla Fidalgo Ribeiro – IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Renata Cristina do Nascimento Antão – NEPP e IPPUR/UFRJ;
Vivian de Assis Rodrigues - UFRJ; Luiz Alberto Souza - FURB;
João Aparecido Bazzoli – UFT e Alex Ferreira Magalhães – IPPUR/UFRJ e LEDUB.

A política de regularização fundiária urbana vem sofrendo uma importante mudança de direcionamento no país, que se exprime com a emergência de um novo marco legal, que vem sendo gradativamente estabelecido ao longo dos últimos três anos, envolvendo a edição da Medida Provisória 759/2016, da Lei 13.465/2017 e do Decreto 9.310/2018, no plano nacional, os quais vêm dando ensejo à edição de outros atos normativos no âmbito dos demais entes federativos. A presente sessão tem por objeto a reflexão a respeito desse redirecionamento, das perspectivas que ele coloca para a importante política urbana setorial envolvida (a regularização fundiária), bem como dos possíveis caminhos para uma releitura do novo marco legal, feita em bases democráticas e orientadas pela concepção de direito à cidade e de função social da propriedade, tal como vem sendo elaborada no debate nacional e internacional, bem como na literatura crítica. Trata-se de um exercício essencial no contexto dos retrocessos políticos enfrentados nos últimos três anos, que demandam o repensar das estratégias de resistência, considerando especialmente a significativa demanda de enfrentamento do problema do acesso à terra urbanizada e regular por parte dos extratos sociais empobrecidos, ainda longe de ser atendido em escala nacional.

> SL > 37

TECNOPOLÍTICAS URBANAS: TECNOLOGIAS DIGITAIS E CRISE DEMOCRÁTICA

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 17

Organizadores: Marcelo Maia - UFMG e Ana Isabel de Sá - IFMG
Palestrantes: Michele Brito - PPGCC /UFMG; Jéssica Borges – EA/UFMG;
Paula Guimarães – NPGAU/UFMG; Raul Lemos dos Santos - EA/UFMG;
Luis Régis Coli - IPPUR/UFRJ; Renato Emerson dos Santos - IPPUR/UFRJ;
David M Sperling – NEC.IAU/USP; Bruno Massara Rocha - UFES e
Katherine Santo Athié - UFES e SEDURB/ES.

Propõe-se debater as relações entre o uso crescente das redes digitais de comunicação e os processos de transformação do espaço urbano. Compreende-se que estas tecnologias conformam, atualmente, parte indissociável da experiência e da organização das metrópoles contemporâneas, promovendo a fusão da sua dimensão físico-territorial com o universo informacional. A incorporação de recursos computacionais à produção espacial acontece de maneira ampla, e sua infiltração gradativa no ambiente transforma as maneiras pelas quais o espaço é vivido, e representado. Pretende-se discutir as controvérsias acerca da contaminação da socialização humana pelas redes digitais de comunicação: envolvendo questões como privacidade, vigilância e um modelo de urbanização pautado pela conquista de investimentos no cenário global, mas produzindo, também, oportunidades para a aplicação desses recursos em iniciativas de articulação cidadã, cooperação intelectual e livre disseminação do conhecimento.

> SL > 38

GOVERNANÇA METROPOLITANA NO BRASIL: CONSOLIDAÇÃO OU INFLEXÃO? E AGORA, COMO FICA?

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 10

Organizadores: Marco Aurelio Costa - IPEA e Bárbara Oliveira Marguti - IPEA
Palestrantes: Bárbara Oliveira Marguti - IPEA; Latussa Laranja Monteiro - Instituto Jones dos Santos Neves; Elcileni de Melo Borges – SECIMA/GO; Carolina Heldt D'Almeida – IAB-SP e IAU/USP e Rafael H.M. Pereira - IPEA.

No Brasil contemporâneo, a metropolização configura uma tendência, seja enquanto fenômeno socioespacial, seja como fenômeno político-institucional, o que se reflete no aumento da importância das metrópoles brasileiras e no aumento do número de regiões metropolitanas (RMs). Considerando esse quadro, a Sessão Livre pretende fazer um balanço do processo de implementação do EM, a partir de janeiro/2015, buscando refletir sobre como esse processo irá se desdobrar no próximo ciclo político, ou seja, se haverá uma consolidação do que se encontrava em curso, observando o EM e a jurisprudência que vinha se consolidando sobre o tema, ou se ocorrerá uma inflexão desse processo. Tais reflexões baseiam-se, de um lado, na sistematização e análise das experiências em curso e dos casos relatados e, de outro, implicam na construção de cenários exploratórios, a partir dos elementos de conjuntura, das recentes alterações jurídico-normativas e das medidas anunciadas pelo novo governo.

> SL > 39

PRÁTICA URBANA INSURGENTE: FERRAMENTAS PARA AMPLIAÇÃO DO PROCESSO TRADICIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 14

Organizadores: Maria Carolina Maziviero – UFPR e
Marcos Leite Rosa - Universidade Técnica de Munique
Palestrantes: Henrique Zoqui Martins Parra - UNIFESP; Alana Moraes - Museu Nacional da UFRJ; Aluízio Marino - Observatório de Remoções do LabCidade, FAUUSP e UFABC, ; Renata Eloah Aguiar Moreira - UFABC; Marcelo Duarte - NPGAU/UFMG; Eneida de Almeida - Universidade São Judas Tadeu/SP; Maria Carolina Maziviero – UFPR e Marcos Leite Rosa - Universidade Técnica de Munique.

Esta Sessão Livre visa aprofundar o debate do que vem sendo chamado de Prática Urbana Insurgente, mirando sua relação com o Planejamento Urbano, ao propor uma reflexão sobre o desenvolvimento de ferramentas com base em práticas cidadãs. Nesse sentido, interessa-nos menos a crítica meramente teórica ao modelo urbano vigente, e mais especificamente pensar como práticas alternativas e tecnologias sociais desenvolvidas e utilizadas por agentes locais e grupos ativistas podem contribuir a processos de planejamento tradicionais. Propõe-se pensar efetivamente no "como", "de que maneira" e "em quais etapas" do processo de planejamento esses mecanismos de ação direta, comumente não previstos na ação governamental, podem informar novas ferramentas – técnicas e procedimentos – capazes de expandir o status quo na elaboração e implementação de planos e políticas públicas. Apresenta-se um esforço coletivo para reconhecer possibilidades de desenhar este ferramental e aventar como pode ocorrer sua aplicação, incluindo uma reflexão acerca de possibilidades de regulamentação e dos resultados de sua aplicação.

> SL > 40

PLANEJAMENTO E POLÍTICA: BRASIL 1960

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 9

Organizadores: Maria Cristina da Silva Leme – Universidade de São Paulo e Rodrigo de Faria - UnB
Palestrantes: Ana Fernandes - Universidade Federal da Bahia; Sarah Feldman - IAUUSP; José Francisco Bernardino Freitas - Universidade Federal Espírito Santo; Eneida Maria Souza Mendonça – Universidade Federal do Espírito Santo; José Geraldo Simões Junior – Universidade Presbiteriana Mackenzie; Marlice Nazareth Soares de Azevedo - Universidade Federal Fluminense; Vera F. Rezende - Universidade Federal Fluminense; Virgínia Pontual - Universidade Federal de Pernambuco; Celia Ferraz de Souza - PROPUR/UFRGS; Maria Soares de Almeida - PROPUR/UFRGS e Fabio Jose Lima - UFJR.

A Rede de pesquisa Urbanismo no Brasil apresenta uma reflexão que articula o campo do urbanismo à política no complexo contexto dos anos da década de 1960. Aborda-se o impacto da construção de Brasília, as precariedades do processo de urbanização e a política de remoção de assentamentos informais posta em prática para a população de baixa renda. Destaca-se a importância da realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana em julho de 1963. O processo de lenta mobilização e construção de uma agenda de políticas para a reforma urbana foi interrompido pelo golpe civil militar de 1964. Algumas teses propostas tem continuidade porem, muitas vezes, com sentido diferente como a criação e atuação do SERFHAU. Completa-se a Sessão com o exame de dois casos concretos - a relação entre planejamento urbano e política antes e depois de 1964 em dois planos elaborados para Recife, PE e as mudanças no processo de estruturação urbana pela implementação de políticas habitacionais e investimento em projetos de infraestrutura para o caso de Vitoria, ES. A Sessão articula-se à SL Planejamento e desenvolvimento urbano: Brasil 1960.

SL > 41

RUÍNAS ENQUANTO TEMPO PRODUTIVO OU DAS SOBREVIVÊNCIAS ENQUANTO POTÊNCIAS NO ESPAÇO

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 16

Organizadores: Maria Isabel Costa Menezes da Rocha - Unicamp e Milene Migliano - UFRB
Palestrantes: Maria Isabel Costa Menezes da Rocha - Unicamp; Milene Migliano - UFRB;
Renata Braga Neves - UFPE; Camila Benezath Rodrigues Ferraz - UFBA e
Carlos Henrique Magalhães de Lima - UnB.

A proposta desta sessão livre é pensar sobre o que se cria nos processos de arruinamento por que passam desde os ambientes urbanos às subjetividades minoritárias, a partir da experiência urbana em três capitais brasileiras: Salvador, Rio de Janeiro e Vitória. Escolhemos por começar tematizando as sobrevivências - dando sul no modo como propomos as reflexões - do que havia antes, revelando o que pode vir a ser inventado e apropriado pelas comunidades do entorno das ruínas. Ultrapassando a negatividade da mera decadência, buscamos entendê-las como lugares onde se encontram as condições de possibilidade para o desenrolar (rememorar, acontecer) de outras histórias e expressões culturais; outras formas de vida. Trabalhamos com diversas rememorações a respeito de ruínas: as vidas que se reinventam mesmo depois de epistemicídios; centros urbanos profanados pelos usos das pessoas; resistências articuladas que continuam a existir, ocupando imaginários e sonhos de outros mundos possíveis.

SL > 42

MARGENS URBANAS DE LUANDA E MAPUTO: REFLEXÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO CONHECIMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 1

Organizadores: Murad Jorge Mussi Vaz (Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim)
Palestrantes: Sílvia Jorge (Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, GESTUAL – Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local, CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design)
Palestrantes: Isabel Raposo – Universidade de Lisboa, GESTUAL e CIAUD; Ana Silva Fernandes – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET-IUL e CEAU; Jéssica Lage – Universidade do Porto; Osvaldo Bráz – Universidade de Lisboa, GESTUAL; Murad Jorge Mussi Vaz – Universidade Federal da Fronteira Sul; Arwen Pendergast – Universidade Técnica da Catalunha-Barcelona; Sílvia Jorge - - Universidade de Lisboa, GESTUAL e CIAUD; Sílvia Viegas – Universidade de Coimbra; Vanessa Melo – Universidade dos Açores e Cristina Henriques Universidade de Lisboa e CIAUD.

A sessão foca-se nas margens urbanas de duas capitais da A sessão foca-se nas margens urbanas de duas capitais da África Austral – Luanda e Maputo –, propondo uma leitura crítica e reflexiva do processo de produção do espaço e do conhecimento, visando a construção de novas práticas, alternativas ao atual sistema neoliberal, dominado pela lógica de mercado, pela criação de mais valias e pela tentativa de homogeneização do espaço. A partir de uma visão territorializada, atenta às especificidades de cada contexto histórico-geográfico, cruzam-se em cinco palestras diferentes abordagens e temas de análise, tendo sobretudo como enfoque a dimensão do habitar, especificamente as dinâmicas e práticas locais, contrárias, ou não, às estratégias, políticas e práticas oficiais. Tomando como conceito norteador o Direito à Cidade preconizado por Lefebvre, pretende-se ampliar a capacidade de compreensão e intervenção sobre o território, informando uma prática mais inclusiva e comprometida com as reais necessidades, aspirações e saberes dos cidadãos.

SL > 43

POR UMA OUTRA VERTICALIZAÇÃO PARA AS CIDADES BRASILEIRAS

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 15

Organizadores: Nadia Somekh - Universidade Presbiteriana Mackenzie
Palestrantes: Nadia Somekh - Universidade Presbiteriana Mackenzie;
Vinicius M. Netto - Universidade Federal Fluminense;
Anderson Kazuo Nakano - Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo;
Manoel Lemes da Silva Neto - Pontifícia Universidade Católica de Campinas e
Júlio Celso Borello Vargas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Envolvendo a constituição de uma rede de pesquisadores que, desde 2006, estuda o processo de verticalização no Brasil, propõe-se contribuir na formulação de políticas urbanas que possibilitem adensamento e verticalização com urbanidade. Será isto possível no Brasil contemporâneo? Agora, inter-relacionada ao tema do XVIII ENANPUR, a problematização associa-se às complexidades da globalização, às articulações que, nos lugares, cruzam-se com "verticais e questionáveis estruturas de poder e hierarquias". No processo de verticalização, a globalização se faz sentir em múltiplas dimensões. Na discussão, questionamentos sobre o desenvolvimento urbano a qualquer custo e a atualidade da produção monopolista do espaço urbano. A qualidade generalizadamente questionável do programa e do projeto do edifício vertical, a destruição da diversidade histórica e culturalmente impressa na paisagem urbana, a diminuição paulatina dos espaços públicos, mesmo nas cidades litorâneas, a primazia do sistema viário e do transporte individual em face às outras possibilidades de locomoção traduzem a urbanidade roubada de nossas cidades.

> SL > 44

PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA SOBRE TERRITÓRIOS POPULARES: BELO HORIZONTE, SALVADOR E SÃO PAULO

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 17

Organizadores: Paula Freire Santoro - LabCidade FAUUSP e Denise Morado Nascimento - PRAXIS-EA/UFMG
Palestrantes: Débora Grama Ungaretti - LabCidade FAUUSP; Larissa Gdynia Lacerda - LabCidade FAUUSP e FFLCH/USP; Denise Morado Nascimento - PRAXIS-EA/UFMG; Marcela Silviano Brandão Lopes - Universidade Federal de Minas Gerais, Natacha Rena - Universidade Federal de Minas Gerais e Angela Franco - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências prof. Milton Santos/Universidade Federal da Bahia.

Pretende-se debater as pesquisas em curso em três cidades brasileiras – Belo Horizonte, Salvador e São Paulo –, com o objetivo de aprofundar a compreensão das formas de desigualdade socioterritorial engendradas pelos processos de reestruturação territorial em curso, tanto em áreas periféricas, em escala metropolitana, como em áreas centrais, provocando deslocamentos de populações, alterações de modos de vida e formas de sobrevivência frequentemente através do uso de diversas formas de violência. Novos processos de reestruturação territoriais têm impactado as já existentes cidades desiguais, através de diferentes modelos de parcerias público-privadas, em um contexto de privatização/desestatização, e abertura de novas frentes para o capital imobiliário-financeiro. Será apresentada uma leitura dos territórios populares atingidos por estes processos, procurando rever o léxico "centro" e "periferias", revisitando a agenda da inclusão socioterritorial, com recortes importantes como como raça, gênero e violência (ausentes na construção deste modelo), construindo contra-narrativas, fortalecendo movimentos de resistência e insurgência.

> SL > 45

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PLANEJAMENTO URBANO DA JORNADA DE DISCUSSÃO URBANA AO FÓRUM POPULAR DO PLANO DIRETOR DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 3

Organizadores: Paulo Romano Reschilian - Universidade do Vale do Paraíba e
Fabiana Félix do Amaral e Silva - Universidade do Vale do Paraíba
Palestrantes: Paulo Romano Reschilian - Universidade do Vale do Paraíba;
Fabiana Félix do Amaral e Silva - Universidade do Vale do Paraíba;
Lidiane Maria Maciel - Universidade do Vale do Paraíba e
Jairo Salvador de Souza - Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O trabalho consiste em apresentar ações e reflexões sobre o processo que envolveu a atividade de extensão universitária do Programa de Pós-graduação de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo e lideranças populares visando a preparação para atuação nos processos participativos da revisão do Plano Diretor do município de São José dos Campos, SP. As questões conceituais e dos atores envolvidos serão reveladas nas apresentações dos componentes dessa sessão ora proposta. Serão apresentados, o contexto de sua realização, as bases teórico-metodológicas, o papel da Defensoria Pública na tentativa de garantir o direito à cidade e ao acesso às políticas públicas, a análise das lideranças populares na construção desse processo. Visa-se dessa forma procurar consolidar a perspectiva da extensão universitária que articule a pós-graduação em planejamento urbano e regional e estudantes de graduação, aos processos de planejamento da cidade e da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

> SL > 46

NEBULOSAS DO PENSAMENTO URBANÍSTICO: MODOS DE FAZER

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 8

Organizadores: Ricardo Trevisan – FAU/UnB e Rita de Cássia Lucena Velloso – EA/UFMG
Palestrantes: Paola Berenstein Jacques - FAUFBA; Margareth da Silva Pereira – FAU/UFRJ;
Ricardo Trevisan – FAU/UnB; Rita de Cássia Lucena Velloso – EA/UFMG e
Josianne Francia Cerasoli - UNICAMP.

A Cronologia do Pensamento Urbanístico, após seus "Modos de Pensar", coloca à mesa seus "Modos de Fazer". Expressão que significa modos de agir e pressupõe um pensar em ato, uma ação que sabe-se um pensamento em toda sua potência crítica e, assim, em sua porosidade e capacidade de transmutação, à medida que experimenta métodos e se experimenta social e culturalmente. As apresentações dessa sessão buscarão evidenciar modos de fazer, ou seja, práticas e métodos de ação, por vezes bastante distintos, de um grupo de pesquisadores de cinco laboratórios de pesquisa brasileiros (UFBA; UFRJ; UnB; UFMG; e UNICAMP). Em seu conjunto, esses laboratórios se debruçam sobre as condições contemporâneas, gerais e específicas, das cidades e das formas de vida coletiva e diferenciadas que as designam. Voltam-se, assim, para o passado, em um anacronismo até certo ponto consciente para questionar historicamente as visões ou teorias que contemplam a dimensão citadina e urbana, sobre seus fins e propósitos; sobre os discursos que as sustentam; sobre as camadas que se sedimentam, mas também sobre as suas fissuras.

> SL > 47

LEFEBVRE NOS TRÓPICOS INTERPRETAÇÕES E APROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE SEU PENSAMENTO NO BRASIL

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 1

Organizadores: Roberto Luís de Melo Monte-Mór - Cedeplar/UFMG
Palestrantes: Thiago Canettieri - IGC/UFMG; Geraldo Magela Costa - IGC/UFMG;
Rita de Cássia Lucena Velloso - EA/UFMG; Harley Silva - UFPA; Amadja Borges - UFRN e
Rainer Randolph - IPPUR/UFRJ e UNOCHAPECÓ.

A sessão livre tem como objetivo refletir sobre interpretações referentes ao pensamento de Henri Lefebvre a partir de várias áreas do conhecimento, realizando o esforço de aproximar a obra deste importante filósofo para a realidade brasileira. Aqui assumimos a perspectiva de que o pensamento lefebvriano pode representar importante contribuição para a compreensão da realidade brasileira, a partir da discussão nos campos da teoria urbana, das práticas emancipatórias e da crítica social. Neste ensejo, a presente sessão livre se propõe a apresentar algumas reflexões levantadas pela leitura da obra de Henri Lefebvre. Buscaremos destacar a importância de alguns elementos de sua obra para o momento presente, para o pensamento referente a produção social do espaço, a produção do urbano, as abordagens sobre a natureza e as (im)possibilidades de práticas emancipatórias.

> SL > 48

MEU CORPO, MEU TERRITÓRIO: MULHERES E DIREITO À CIDADE A PARTIR DAS RELAÇÕES INTERSECCIONAIS NO ESPAÇO URBANO.

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 13

Organizadores: Rossana Brandão Tavares - GPDU/UFF e LABMOTE+NEUB e
Diana Helene - LABMOTE/UNIGRANRIO
Palestrantes: Paula Freire Santoro - LabCidade FAUUSP; Gabriela Leandro Pereira - PPGAU-FAUFBA;
Diana Helene Ramos - LABMOTE/UNIGRANRIO; Rossana Brandão Tavares - GPDU/UFF;
Rachel Barros - CIDADES/UERJ e ONG FASE-Rio e Marina Kohler Harkot - LabCidade FAUUSP.

A proposta desta Sessão Livre tem como objetivo apresentar diferentes perspectivas de debate de gênero no planejamento urbano e regional, de forma articulada com a teoria feminista interseccional, com vistas a discutir a luta pelo direito à cidade a partir de interesses e práticas sociais generificadas nas favelas e nas periferias metropolitanas e nas pesquisas voltadas para a temática. Segregação urbana, mobilidade, periferização, informalidade, violência e injustiça socioambiental são questões que serão problematizadascom intuito de apontar abordagens sobre os conflitos urbanos no território tensionadas por classe, raça, colonialidade e gênero e a respectiva disputa epistemológica. Nesse sentido, os trabalhos reunidos apresentam diferentes perspectivas sobre as contradições sociais da produção capitalista do espaço urbano no Brasil, articulando o debate sobre corpo, luta e resistências.

> SL > 49

METAMORFOSES METROPOLITANAS E REGIONAIS O URBANO, O REGIONAL E A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 9

Organizadores: Sandra Lencioni – USP e Oséias Teixeira da Silva - IFF
Palestrantes: Oséias Teixeira da Silva – IFF; Sandra Lencioni – USP;
Matheus Cavalcanti Bartholomeu - PUC-Rio e UFF; Eudes Leopoldo – UNIFESSPA e
Regina Tunes - UERJ.

O crescimento urbano contemporâneo tende a se dar de uma forma que, por um lado, dissolve os limites entre unidades espaciais que anteriormente eram facilmente diferenciáveis, como entre a cidade e o campo, entre a cidade e o subúrbio etc.; enquanto, por outro lado, amplia as formas de interação entre centros urbanos e permite que hábitos e modos de vida que anteriormente eram tipicamente metropolitanos passem a estar presentes em áreas urbanas não metropolitanas. Regiões dispersas e polinucleadas são produzidas e cada uma delas apresenta coesão interna que define os seus limites. Desenvolve-se uma metropolização regional polinucleada que constitui regiões. Os deslocamentos de toda ordem, bem como os movimentos pendulares, são uma de suas características mais marcantes. Há uma coesão interna regional dada não só pela economia, mas também pela vida cotidiana. A partir da busca da compreensão dessas transformações, nesta sessão livre, o diálogo entre o urbano, o metropolitano, o regional e o financeiro na contemporaneidade estará no foco central das apresentações que serão realizadas.

> SL > 50

CULTURA, TURISMO E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 15

Organizadores: Silvio Lima Figueiredo – PPGDSTU/ UFPA e Elis de Araújo Miranda – PPGDAP/UFF
Palestrantes: Elis de Araújo Miranda – PPGDAP/UFF; Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN;
Jussara Freire - UFF; Francisco Antonio dos Anjos – UNIVAL e Silvio Lima Figueiredo – PPGDSTU/ UFPA.

A Sessão "Cultura, Turismo e Planejamento Urbano e Regional" realizada tradicionalmente nos encontros da ANPUR, tem por objetivo discutir a relação da atividade turística com a formação de imagens sobre cidades

e regiões, bem como as estratégias de planejamento e gestão ligadas ao desenvolvimento do turismo nesses espaços. A turistificação de áreas urbanas e ou regiões é um elemento importante na organização e planejamento territorial atual e precisa fazer parte das discussões acadêmicas atuais, levando-se em conta os aspectos culturais, econômicos e sociais inerentes a esse processo. Em diversos planos e programas de governos, em diversas escalas, os campos do turismo, do lazer e da cultura se inter-relacionam. Os vieses do planejamento tendem a ser, em uma certa proporção, mais ligados ao mercado no que diz respeito ao turismo e mais ligados à prática social, quando ligados à cultura. O caminho para uma dimensão que considere todos os aspectos dessas práticas se relaciona com os tipos de planejamento e desenvolvimento que estão explícitos nos ideários dos governos, transformando então ações de estado referentes a essas temáticas.

> SL > 51

TECNOLOGIA NA MANIPULAÇÃO DA AÇÃO POLITICA

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 9

Organizadores: Tamara Tania Cohen Egler - IPPUR/UFRJ e INCT Politica Publica
Palestrantes: Reginaldo Luiz Cardoso; Lalita Kraus - GPDES /IPPUR/UFRJ; Elis Miranada - UFF;
Tamara Tania Cohen Egler - IPPUR/UFRJ e INCT Politica Publica e
Daniel Negreiros Conceição - GPDES/IPPUR/UFRJ.

O ponto de partida da sessão livre aqui proposta está associado aos efeitos das Tecnologias da Informação e Comunicação -TICs na crise do Brasil, foi possível observar uma estratégia de comunicação social apoiada nas redes sociais, quando a partir de um discurso mentiroso e por manipulação de sentidos foi possível formar uma subjetividade coletiva desconectada da realidade. Estamos diante de um contexto histórico em que as TICs permitem a formação de redes sociais, e ampliam as possibilidades de comunicação pela velocidade conectividade e acessibilidade as mensagens, quando elas intervêm de forma decisiva no sistema de comunicação social ocupam lugar importante frente aos meios tradicionais e produzem uma ação política nunca antes imaginada.

> SL > 52

PRECARIZAÇÃO DE DIREITOS E IMPACTOS TERRITORIAIS: ESTUDOS DE CASO REFERÊNCIA

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 6

Organizadores: Tatiana Cotta Gonçalves Pereira - PPGDT/UFRRJ e
Rosangela Lunardeli Cavallazzi - FAU/UFRJ e PUC Rio
Palestrantes: Gabriela Fauth - FAU/UFRJ; Vivian Assis - UFRJ; Maria Cristina Rocha Simão - IFMG;
Luciana de Amorim Albuquerque - FAU/UFRJ; Eloisa Carvalho de Araujo - EAU/UFF; Tatiana Cotta Gonçalves Pereira - PPGDT/UFRRJ; Rosangela Cavallazzi - FAU/UFRJ e PUC Rio e Wagner Rufino - UVA e FAU/UFRJ.

No estágio atual do capitalismo, configura-se uma crise que repercute de forma contundente no campo do Direito, do Urbanismo e do Planejamento Urbano, se concretizando em processos socioespaciais bastante claros e relacionais. A Sessão Livre visa destacar a adoção de medidas de austeridade nas políticas públicas no Brasil, com visível retrocesso, com a flexibilização de direitos até então assegurados, correlacionando-os à fragmentação territorial, à insegurança no existir, à dificuldade de acesso aos recursos vitais para a reprodução da vida, criando novas vulnerabilidades. A sessão será desenvolvida com as seguintes abordagens: i) crítica à nova lei de regularização fundiária; ii) gestão urbana municipal de Ouro Preto/MG, no que se refere à preservação do patrimônio cultural; iii) disponibilidade hídrica em Maricá/RJ a partir das mudanças urbanas por conta da implementação do COMPERJ; iv) invisibilização do rural no Plano Diretor de Nova Iguaçu/RJ e suas consequências para a população de um assentamento; v) o efeito da adoção de instrumentos que permitem participação privada no planejamento metropolitano do Rio de Janeiro.

> SL > 53

URBANIDADES LIMINARES: CONFLITO, ALTERIDADE E TESSITURA NAS MARGENS DAS CIDADES

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 12

Organizadores: Thaís Troncon Rosa – PPGAU/FAUFBA e Cibele Saliba Rizek - PPGAU IAU/USP
Palestrantes: Cibele Saliba Rizek - PPGAU IAU/USP; Thaís Troncon Rosa – PPGAU/FAUFBA;
Adriana Fernandes - PPCIS/UERJ-Faper; Rossana Tavares - EAU/UFF e Unigranrio e
Leo Name - CAU - UNILA.

Tomando como referência empírica as transformações ocorridas nas cidades brasileiras nas últimas décadas, esta sessão propõe tensionar dimensões referentes à concepção totalizante de "cidade" que orienta, historicamente, abordagens dicotômicas que seguem encarando práticas, corpos e espaços não hegemônicos como seu "avesso", legitimando intervenções e violências de toda ordem. Propõe refletir sobre a complexidade das desigualdades no espaço urbano sob a perspectiva de que há dinâmicas socioespaciais produzindo e disputando a cidade em suas margens e, portanto, deslocando-as continuamente: uma abordagem atenta aos cruzamentos, tensionamentos, mediações. É nesse sentido que os trabalhos dialogam sobre as cidades e o urbanismo contemporâneos: refletindo sobre as relações entre políticas estatais de regulação e disciplinamento e práticas e políticas de vida nas margens; observando, desde estas "zonas limiares", dimensões potenciais das disputas e conflitos que as constituem. Implicam, portanto, uma posição epistemológica e política, demandando à produção de conhecimento sobre as cidades uma perspectiva relacional.

SL > 54

ASSESSORIA TÉCNICA E AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO: UMA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 6

Organizadores: Viviane Zerlotini da Silva - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Palestrantes: Norma Valencio - UFSCar; Cláudia Bastos Coelho - Prefeitura do Município de Diadema/ São Paulo; William Azalim do Valle - – Brigadas Populares e Núcleo Alternativas de Produção, Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais; Fábio Ramos Nunes - Assentamento Ho Chi Minh, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Município de Nova União/Minas Gerai e Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt - Escritório de Integração/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

A sessão livre chama ao debate aqueles que estão em campo: os autoprodutores e os técnicos que os assessoram diretamente, e os demais atores que integram esse campo de disputa ao mesmo tempo teórico e prático, técnico e político: movimentos sociais, lideranças, instituições de ensino, pesquisa e extensão, poder público. Três questões, ainda básicas, merecem ser elucidadas, e urgente é a sua colocação neste momento exigente tanto de uma reconstrução social das políticas ambiental, urbana, habitacional, quanto do reconhecimento mútuo dos múltiplos atores no palco da produção do espaço. São elas: - o que é a assessoria técnica direta; - como se realiza; - a que serve. Considerando a complexidade da produção do espaço dos territórios autoproduzidos, em suas dimensões quantitativas (área de ocupação e quantidade de moradores), e qualitativas (potencialidades dos processos autoproduzidos, vulnerabilidade social e física dos moradores, violência do conflito fundiário), a sessão temática abordará as metodologias das práticas de assessoria técnica direta, com a intenção de potencializar as experiências.

SL > 55

COMO ESTÁ A SAÚDE NA/DA CIDADE? PENSANDO TRANSDISCIPLINARMENTE

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 5

Organizadores: Waleska Teixeira Caiaffa - OBSERVATÓRIO DE SAÚDE URBANA/UFMG e Janise Bruno Dias - IGC/UFMG
Palestrantes: Luís Carlos Soares Madeira Domingues – FIOCRUZ e PROURB/FAUUFRJ; Cimone Rozendo - PPGCS/ PRODEMA / /UFRN; Jorge Nassar Fleury - FAU/UFRJ; Simone Cynamon Cohen - – FIOCRUZ; Renato da Gama-Rosa Costa - – FIOCRUZ e Waleska Teixeira Caiaffa - - OBSERVATÓRIO DE SAÚDE URBANA/UFMG.

Mudar-se para a cidade representa um fenômeno demográfico dos mais importantes ocorridos nas últimas décadas. No Brasil, o percentual de pessoas vivendo em cidades gira em torno de 76% (IBGE, 2017). As sociedades urbanas parecem sofrer relevantes implicações de saúde, incluindo os problemas sociais relacionados às iniquidades como a violência, acidentes de trânsito, presença de doenças emergentes e reemergentes, transmissíveis ou não. Essa condição incide sobremaneira na distribuição dos agravos em saúde daqueles ali presentes, seja pela dificuldade de acesso aos serviços, condições de vida ou degradação ambiental ou exclusão social. No estudo da saúde urbana concernente às teorias e métodos, encontramos transdisciplinaridades afeitas às dinâmicas populacional, de saúde e espaciais. Há desafios quanto a precisão e acuidade dos determinantes urbanos e de saúde em função dos processos da urbanização e da desigualdade e implicações sobre a saúde. Como trabalhar tais complexidades em termos da saúde no espaço urbano?

SL > 56

CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTO E POLÍTICAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA: UM BALANÇO DA EXPERIÊNCIA RECENTE E OS CAMINHOS FRENTE À ONDA CONSERVADORA

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 6

Organizadores: Gabriel Silvestre - University of Sheffield e
Guillermo Jajamovich - Universidad de Buenos Aires
Palestrantes: Gabriel Silvestre - University of Sheffield,
Guillermo Jajamovich - Universidad de Buenos Aires;
Isabel Duque Franco - Universidad Nacional de Colombia,
João Alcântara de Freitas - Universidade Federal Fluminense;
Camila Pereira Saraiva – IPPUR/UFRJ e Fernanda Sánchez – PPGAU/UFF.

Nas últimas décadas, a circulação de conhecimento e políticas urbanas entre diferentes geografias se intensificou. Nesta mesa redonda, convidamos acadêmicos de diferentes disciplinas para apresentar os resultados de pesquisas realizadas ou em andamento, que expliquem a circulação de conhecimentos, teorias e políticas urbanas na América Latina. Interessa-nos problematizar: por que e como circulam conceitos, teorias e políticas urbanas? Quem são os atores que promovem esses processos? Que interesses eles buscam? Quais redes lideram, delimitam e permitem (ou impossibilitam) determinados fluxos de políticas? Da mesma forma, estamos interessados em saber: em que sentido os processos das circulações Norte-Sul, Sul-Sul e Sul-Norte são diferenciados ou justapostos? Eles promovem relações de poder alternativas? Como esses processos podem ser contextualizados dentro da estrutura de transformações políticas e econômicas mais amplas: processos de neoliberalização, a virada à esquerda dos governos locais e / ou nacionais ou o recente crescimento das forças neoconservadoras?

> SL > 57

FRONTEIRAS E EMBATES ENTRE A REGULAÇÃO URBANO-AMBIENTAL E A GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 19

Organizadores: Benny Schvarsberg - Universidade de Brasília e
Rogério Palhares Zschaber de Araújo - Universidade Federal de Minas Gerais
Palestrantes: Benny Schvarsberg - Universidade de Brasília; Rogério Palhares Zschaber de Araújo - Universidade Federal de Minas Gerais; Gilson Bergoc - Universidade Estadual de Londrina;
Renata Bovo Peres - Universidade Federal de São Carlos e Andréia Márcia Cassiano - Universidade Federal de São Carlos.

O EIV parte da aprovação de empreendimentos em áreas urbanas diagnosticando e prevendo impactos socioambientais urbanos, medidas de prevenção e mitigação sendo instrumento de mediação de conflitos entre empreendedores, governo e comunidades. Seus princípios são prevenção, funções socioambientais e gestão democrática. Persistem lacunas sobre a aplicabilidade na gestão municipal quanto à competências,etapas do processo administrativo, escopo e conteúdo, instâncias de participação e incorporação na gestão municipal. Busca-se refletir: Arranjos de governança na promoção de coalizões de interesses, modelos de financiamento e gestão, ajustes na regulação ambiental e urbanística. Possibilidades da regulação ambiental propondo instrumentos de gestão de conflitos socioambientais no espaço urbano. Avanços e limites dos instrumentos na mediação de conflitos aumentando alcance socioambiental e político. Papel da sociedade civil na luta pelo direito à cidade e da universidade para aprimorar capacidade institucional e qualificar a gestão territorial.

> SL > 58

TRABALHOS DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES: CONSTRUINDO FORMAÇÃO E CIDADANIA

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 19

Organizadores: Lizete Maria Rubano - Universidade Mackenzie e Escritório modelo Mosaico e
Liza Maria Souza De Andrade - Universidade de Brasília
Palestrantes: Lizete Maria Rubano - Universidade Mackenzie e Escritório modelo Mosaico;
Giselle Tanaka - NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ; Liza Maria Souza De Andrade - Universidade de Brasília,
Maria Inês Sugai - Universidade Federal de Santa Catarina e Situs;
Natacha Rena - UFMG e Indisciplinar e Susan Oliveira - UFMG.

Da criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937 e seu engajamento estrutural na constituição do papel social das universidades públicas, passando pelo Estado de exceção e sua regulamentação voltada ao ensino superior (Lei 5540/1968, tratando da chamada Reforma Universitária), que despolitizou e transformou a extensão em atividade assistencialista, chegando ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987, muito se tem transformado princípios, objetivos e práticas dessa atividade considerada uma das constitutivas da estrutura universitária. Ainda que se considere o processo histórico pelo qual passou esse tema, a extensão tem se revelado, novamente, como uma possível e potente articulação entre formação e produção universitária e a sociedade, recolocando-se os aspectos emancipatórios dessa parceria. Além disso, vale destacar que essa sessão livre proposta coloca em pauta uma articulação a partir da perspectiva de uma necessária atualização das temáticas e de um desejo de se elaborar, coletivamente, novos projetos para o mundo urbano. Essa rede, aqui representada por 5 (cinco) núcleos, compõe o Projeto BrCidades (idealizado pela Profa. Dra. Erminia Maricato, da FAUUSP).

> SL > 59

DEMOCRACIA E CIDADE: TOLERÂNCIA, SUBJETIVIDADE E CUIDADO DE SI

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 19

Organizadores: Robert Pechman - IPPUR/UFRJ e Fernando Pinho - IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Maria Stella Bresciani – UNICAMP; Robert Pechman - IPPUR/UFRJ;
Eliana Kuster - IFES e Fernando Pinho - IPPUR/UFRJ.

E se pensássemos a democracia não só na sua dimensão política, mas no plano de como ela se manifesta na vida da cidade? E se pensássemos que, para além da igualdade, a democracia fosse uma possibilidade de bem viver na cidade? Aqui nos debruçaremos a vida urbana, suas formas de organização e as múltiplas relações instauradas na cidade, as quais fazem deste espaço muito mais do que um elemento geográfico. São as relações sociais, em sua diversidade, em suas alianças, negociações e conflitos, que constituem, afinal, a cidade. Para além do espaço das relações de produção, a cidade é, por excelência, o lugar da produção de relações. Em sintonia com o tema central do XVIII ENANPUR, os trabalhos aqui reunidos tematizam a cidade como o lugar do encontro, da convivência, da solidariedade e dos prazeres, mas também em seus momentos de desencontro, intolerância, desigualdade e dor.

> SL > 60

SUBÚRBIOS CARIOCAS: AMBIGUIDADES TERRITORIAIS E MÚLTIPLAS IDENTIDADES HISTORICAMENTE CONSTRUÍDAS

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 18

Organizadores: Maria Paula Albernaz - FAU/UFRJ e Mario Sergio Brum - ECC/UERJ
Palestrantes: Joaquim Justino Moura dos Santos - PPGH/ Escola de História/ Unirio;
Leonardo Soares dos Santos – UFF; Mario Sergio Brum - ECC/UERJ, Rafael Mattoso - FAU/UFRJ e
Antônio José Pedral Sampaio Lins - FAU/UFRJ.

O conceito de subúrbios cariocas difere da noção usualmente considerada de área periurbana. Relaciona-se, sobretudo, com processos identitários de enunciação coletiva que pairam no imaginário social, de caráter dinâmico e itinerante, a partir de ressignificações empíricas com rebatimentos socioterritoriais na Metrópole do Rio de Janeiro. Em termos espaciais, corresponde à macrorregião de ocupação consolidada situada ao norte e a oeste, com limites difusos e imprecisos só definidos a partir de um campo de ambiguidades. Em termos culturais, equivale a expressões e manifestações singulares que tem suporte em territorialidades. Interessa refletir sobre suas origens e transformações e clarificar sua relevância visando entender suas implicações políticas e contribuir para superar a obscuridade relacionada à disseminação de sinais pré-concebidos. Assim vislumbra-se através do seu potencial, a diluição de formas complexas de segregação socioespacial aplicadas ao território metropolitano.

> SL > 61

METODOLOGIAS PARA RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR NA EXTENSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO – ARTICULAÇÕES PARA PROPOSIÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS EXCLUÍDOS

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 22

Organizadores: Angela Maria Gordilho Souza - PPGAU/UFBA e
Liza Maria Souza de Andrade - FAU/UnB
Palestrantes: Angela Maria Gordilho Souza - PPGAU/UFBA,
Ricardo Toledo Neder - NPCTS/CEAM/UnB, Liza Maria Souza de Andrade - FAU/UnB,
Elisabetta Romano - PPGAU/UFPB, Flávio Tavares Brasileiro - Prefeitura Municipal do CONDE,
Nirce Saffer Medvedovski - PROGRAU/UFPEL, André Carrasco - PROGRAU/UFPEL,
Eduardo Rocha - PROGRAU/UFPEL, Maria Lucia Refinetti Martins - FAUUSP e
Caio Santo Amore - FAUUSP.

Na atualidade do processo de globalização, em que o neoliberalismo se fortalece na produção e gestão dos territórios, observa-se a inflexão de políticas públicas no empreendimento de projetos de interesse social em áreas urbanas e rurais. Essa situação se evidencia na desmobilização do planejamento de Estado e insuficiência de investimentos nos assentamentos e nas periferias urbanas, na ampliação de contingentes de sem-terra e sem-tetos, na degradação ambiental e na intensificação de situações de violência, riscos, escassez de renda e serviços coletivos necessários para a auto sustentação e integração dos grupos sociais. São questões que aprofundam a exclusão dos mais pobres e deterioram a qualidade do ambiente e da vida da maior parte da população brasileira, demandando estudos e adequações sociotécnicas - AST. Diante desse contexto, urge a necessária discussão sobre quais iniciativas, movimentos e articulações estão em curso para o fortalecimento e (re)definição de políticas e recursos públicos adequados? A proposta discute o papel propositivo da Universidade em iniciativas extensionistas na pós-graduação no formato de Residências Profissionais.

> SL > 62

O MUNDO DOS CONGRESSOS DE URBANISMO NO SÉCULO XX: AMÉRICAS, IBERO-AMÉRICA, BRASIL

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 21

Organizadores: Joel Outtes - UFRGS e Fernando Atique - UNIFESP
Palestrantes: José Geraldo Simões Junior - Universidade Mackenzie, Rodrigo de Faria - UnB,
Fernando Atique - UNIFESP, Josianne Cerasoli - UNICAMP, Leonardo Novo - UNICAMP,
Joel Outtes - UFRGS e Ana Fernandes - UFBA.

Encontros internacionais que discutiram a cidade ou um de seus problemas como habitação, transporte, saneamento, participação no planejamento, patrimônio histórico, etc., vêm ocorrendo desde pelo menos 1851 quando ocorreu um em paralelo a uma das exposições universais. O que se discutiu nestes congressos? Quais as diferenças e semelhanças no que foi abordado? A abordagem foi a mesma ou quais suas diferenças? Quem foram seus participantes? Houve um ou mais grupos que participaram de mais de um destes congressos? Quem foram eles e qual sua agenda e propósitos? Qual foi o output intelectual destes encontros, o que publicaram, qual seu conteúdo? Estas são algumas das questões que pretendemos discutir nesta sessão sobre o mundo dos congressos de urbanismo no século XX. A sessão se relaciona com pesquisas que consistem em um estudo comparativo de várias (no momento pelo menos 27) instituições urbanas internacionais, instituições internacionais ligadas a problemas urbanos e regionais.

> SL > 63

ESPAÇOS CENTRAIS E PERIFÉRICOS: DAS PRÁTICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E DA TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DAS CIDADES

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 19

Organizadores: Lucia Silva - PPGDT/UFRRJ e Fania Fridman - IPPUR/UFRJ
Palestrantes: Lucia Silva - PPGDT/UFRRJ, Valter Luiz Macedo - IGEOG/UERJ,
Claudia Helena Campos Nascimento - DAU/UFRR, Luciana Alem Gennari - DCCT/UERJ e
Cleandro Krause - IPEA/Brasília.

Esta Sessão Livre propõe uma reflexão interdisciplinar sobre os padrões de ocupação e a atuação dos sujeitos sociais em diferentes tempos e territórios. Tempo em/de transformação nos remete ao paradigma da História, às temporalidades e aos territórios. Tempos de constituição e de usos dos territórios convergem para a leitura dos processos de urbanização, isto é, à identificação do estabelecimento de uma rede urbana em uma região, à estruturação de uma morfologia específica em uma parte da cidade e à materialidade como instrumento disciplinador da vida social através da criação de valores culturais ou das expectativas políticas voltadas a esta materialidade. As apresentações serão dedicadas à análise das práticas de ordenamento em áreas centrais e periféricas; os exemplos eleitos para a discussão dos mecanismos de ordenamento territorial existentes em cidades brasileiras são os estudos de caso sobre o Rio de Janeiro (cidade, região metropolitana e estado), Porto Alegre e a Amazônia.

> SL > 64

O RECENTE CICLO DE RETRAÇÃO NO SETOR IMOBILIÁRIO NO BRASIL: ANÁLISES DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE ACESSO À MORADIA

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 3

Organizadores: Carolina M. Pozzi de Castro - UFABC e UFSCar e Letícia Moreira Sígolo - USJT
Palestrantes: Carolina M. Pozzi de Castro - UFABC e UFSCar, Letícia Moreira Sígolo - USJT,
Beatriz T. Mioto - UFABC, Carlos Penha - Unicamp, Juliana Bacelar de Araujo - UFRN,
Raphael Brito Faustino – FAU/USP e Luciana O. Royer – FAU/USP.

A sessão livre aqui proposta explora a relação entre o ambiente construído e os ciclos econômicos e, portanto, o transcurso dos períodos de expansão, desaceleração e retração do setor imobiliário residencial nos anos 2000, no caso brasileiro. Apresenta também como objeto de análise o mercado residencial da RMSP no tocante às dinâmicas territoriais e características da oferta. Assim, a análise da dinâmica do setor de forma cíclica, em consonância com o movimento geral da economia, permite ampliar o entendimento das correlações entre os condicionantes macroeconômicos e a dinâmica do capital imobiliário, mediadas pelas políticas urbanas e habitacionais e arcabouços regulatórios. Nesta perspectiva, são problematizadas as transformações das estruturas produtivas e das relações de trabalho no setor e o aprofundamento de sua imbricação com as finanças e as instâncias decisórias sobre os fundos públicos e semi-públicos, constituindo assim, chaves interpretativas do cenário atual de retração.

> SL > 65

CRISE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: INTEGRAÇÃO, DISPARIDADES E PERSPECTIVAS

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 19

Organizadores: Beatriz Tamaso Mioto - UFABC e Juliana Bacelar de Araújo - UFRN
Palestrantes: Beatriz Tamaso Mioto - UFABC, Thiago Noronha Sugimoto - Unicamp,
Juliana Bacelar de Araújo - UFRN, Cassiano José Bezerra Marques Trovão - UFRN,
Fábio Lucas Pimentel - UFRJ e Deborah Werner - UFRJ.

A sessão livre tem como objetivo geral construir um panorama sobre as transformações socioeconômicas do país, principalmente a partir da desaceleração e da crise na segunda década do século XXI. Serão analisadas cinco dimensões importantes do desenvolvimento regional: 1. Produção e inserção externa; 2. Mercado de trabalho; 3. Desigualdades multidimensionais; 4. Infraestrutura; 5. Meio ambiente. Utilizar-se-á como base de análise as macrorregiões do Brasil e, quando pertinente, algumas especificidades estaduais, e a periodização de 2004-2011 e 2012-2018. Pretende-se realizar um panorama focado na retração e crise das regiões e estados, bem como identificar algumas tendências futuras. A partir do balanço das características recentes da dinâmica regional e da discussão pública de uma agenda para um projeto de desenvolvimento nacional em momento de crise econômica e polarização política, a sessão busca agrupar pesquisadores para a formação de um grupo de pesquisa inter-regional sobre desenvolvimento.

> SL > 66

CULTURAS URBANÍSTICAS EM CRISE OU EM CONSTRUÇÃO? INSUMOS PARA UM DEBATE SOBRE MUDANÇAS NA ABORDAGEM DE CIDADES E DE TERRITÓRIOS ENTRE 1956 E 1968

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 18

Organizadores: Priscilla Alves Peixoto – FAU/UFRJ
Palestrantes: Thaís Troncon Rosa – PPGAU/FAUFBA, Magaly Marques Pulhez - Instituto das Cidades/UNIFESP, Junia Cambraia Mortimer – PPGAU/FAUFBA e Maria Ayara Mendo Perez – FAU/UFRJ.

Esta sessão enfoca propostas para a cidade e para o território, realizadas entre 1956 e 1968, muitas vezes tratadas de forma estanque sob o signo de um tema, de um campo disciplinar ou um recorte nacional que impedem de pensá-las conjuntamente e de interpretar o quanto os indivíduos que as propõe participam ou não de movimentos mais amplos. Para construir essa reflexão, partimos da observação de atores e processos singulares para, com eles, ensaiar narrativas que tensionem, aprofundem ou, até mesmo, desloquem aquelas consagradas por uma bibliografia mais panorâmica. Desta forma, ao aproximarmos objetos de estudo aparentemente distantes, buscamos dar a ver uma amostra desse conjunto que, mesmo não aderindo um continuo de experiências de mesmo tipo, colocados lado-a-lado, talvez possam contribuir para a problematização de algumas mudanças que se operam no campo do conhecimento, ao mesmo tempo em que se delineiam com maior precisão suas especificidades.

> SL > 67

AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS – 30 ANOS DO DIREITO URBANÍSTICO CONSTITUCIONAL NO BRASIL – DAS CIDADES INVISÍVEIS ÀS CIDADES PONDERÁVEIS

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 18

Organizadores: Rosane de Almeida Tierno - FAU/USP e IBDU e Betânia Moraes Alfonsim - Fundação Escola Superior do Ministério Público/RS, PUC/RS e IBDU
Palestrantes: Betânia de Moraes Alfonsin - Fundação Escola Superior do Ministério Público/RS, PUC/RS e IBDU, Lílian Regina Gabriel Moreira Pires - Universidade Presbiteriana Mackenzie e MackCidade, Mônica Antonia Viana - Universidade Católica de Santos e Observatório Socioespacial da Baixada Santista, Paula Ravanelli Losada - UFABC e Rosane de Almeida Tierno - FAU/USP e IBDU.

A partir da promulgação da Constituição Federal em 88 e do Estatuto da Cidades em 2001, e a criação do Ministério das Cidades em 2003, inaugurou-se no país uma nova frente para a criação de políticas públicas e legislações urbanísticas consagrando a participação popular, que foi rompido em 2016, com o desmonte das políticas públicas que vinham se sedimentado nas cidades. Assim, a sessão livre proposta pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSITCO – IBDU, tem como objetivo a análise de aspectos da trajetória acima do direito urbanístico, considerando que em 2018, ele completou 30 anos de existência no Brasil.

> SL > 68

PORTO VELHO: LIMITES DE UMA TERRITORIALIDADE AMAZÔNICA

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 18

Organizadores: Carolina M. de Hollanda - Universidade Federal de Rondônia e Tatiane Emilio Checchia - Universidade Federal de Rondônia
Palestrantes: Luiz Fernando Novoa Garzon - Universidade Federal de Rondônia, Diogo Henrique Costa Fonseca - Prefeitura Municipal de Porto Velho, Antônio Balau - CAU-RO/ FIMCA, Regina Morão – IFRO e UniSL e Emanuel Meirelles - ConCidade.

Porto Velho sempre foi permeado por diferentes ciclos econômicos, que contribuíram para um aumento populacional expressivo e para uma expansão urbana desordenada, marcada por fortes conflitos fundiários. Em plena revisão de seu Plano Diretor Participativo, as falas se dirigem, especialmente, ao questionamento do modo de construção e de transformação do município. A mesa será composta por Luiz Fernando Novoa, da Universidade Federal de Rondônia; Diogo Henrique Costa Fonseca, da Prefeitura Municipal de Porto Velho; Antonio Balau, do Conselho de Arquitetura e Urbanista de Rondônia; Regina Morão, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia; e de Emanuel Meirelles, do Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho. O cerne das cinco discussões recai sobre o processo de consolidação da urbe amazônica; as possibilidades do uso de seus recursos naturais; a flexibilização dos direitos territoriais; e a mobilidade, evidenciando as particularidades dessa região amazônica.

> SL > 69

PRECARIEDADE HABITACIONAL NO BRASIL ATUAL: CONTRIBUIÇÕES REGIONAIS E METODOLÓGICAS PARA A ARTICULAÇÃO DE PESQUISA

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 21

Organizadores: Karina Oliveira Leitão - FAU-USP/LabHab e Lara Isa Costa Ferreira - FAU-USP/LabHab
Palestrantes: Karina Oliveira Leitão - FAU-USP/LabHab, Lara Isa Costa Ferreira - FAU-USP/LabHab, Juliano Pamplona Ximenes Ponte – FAU/UFPA, Andrea Figueiredo Arruda Canavarros - UFMT, Lívia Izabel Bezerra de Miranda - Universidade Federal de Campina Grande e Juliana Gomes Petrarolli – UFABC/LEPUR.

Reconhecemos, na realidade brasileira, os avanços na análise e intervenção em áreas urbanas de habitação precária. Ainda assim, existem lacunas legais, políticas e técnicas que inviabilizam intervenções com ações efetivas e soluções adequadas para a variedade da precariedade habitacional que atinge uma grande parcela da população em diferentes regiões do território e de diferentes maneiras. Esta sessão propõe a apresentação de um diálogo entre pesquisadores com reconhecidas pesquisas atuais sobre o precariedade habitacional, com reflexo direto sobre especificidades regionais, abrangendo casos da região Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Pretende-se o fortalecimento de uma rede de pesquisa em construção que potencialize a partilha de conhecimento sobre a precariedade habitacional nacional e que possibilite o seu alcance para técnicos no sentido de construção de alternativas de intervenção no meio urbano precário atual e em constante transformação.

> SL > 70

IDEIAS E EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL E SUAS REPERCUSSÕES

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 21

Organizadores: Renato Leão Rego - UEM e Gislaine Elizete Beloto - UEM
Palestrantes: Jeferson Tavares – IAU/USP, Maria Fernanda Derntl - FAU e PPG-HIS/UnB, Gislaine Elizete Beloto - UEM, Alan Mabin - University of the Witwatersrand/Johannesburg e Renato Leão Rego - UEM

A partir de estudos de caso no Paraná, na Amazônia Legal, no Distrito Federal, no estado de São Paulo e na África do Sul, ideias e experiências de planejamento regional implementadas na segunda metade do século XX serão discutidas nesta sessão, considerando a sua formulação inicial, a sua assimilação no contexto brasileiro, e suas repercussões na dinâmica das cidades envolvidas. A aproximação destes distintos casos revelará afinidades, divergências, potencialidades e conflitos nesse campo de atuação.

> SL > 71

TRANSFORMAÇÕES EM TEMPOS HÍBRIDOS: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA URBANA DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 20

Organizadores: Andréa de Lacerda Pessôa Borde - PROURB/UFRJ e Cristovão Fernandes Duarte - LAPA-PROURB/FAU-UFRJ
Palestrantes: Cristovão Fernandes Duarte - LAPA-PROURB/FAU-UFRJ, Andréa de Lacerda Pessôa Borde - PROURB/UFRJ, José Pessôa - UFF, Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos - Faculdade Redentor e Vinicius Ferreira Mattos - UFRJ, UNESA, UNISUAM.

Apresentamos nesta Sessão Livre as reflexões produzidas por pesquisadores das áreas da arquitetura, do urbanismo, do patrimônio cultural e do planejamento urbano sobre os processos de transformação em curso no tecido urbano da área central carioca. Essas pesquisas evidenciam a coexistência de processos diametralmente opostos e coetâneos que estariam diluindo contrapontos históricos da área em prol de uma dinâmica hibrida com estranhamentos e conflitos próprios. A análise da relação dialética entre permanências e rupturas, a partir dos documentos produzidos, permite-nos inventariar os conflitos observados e identificar novas narrativas e possibilidades analíticas da dinâmica urbana desta centralidade em sua dimensão histórica e metropolitana. Enfatizamos leituras dinâmicas dos planos, projetos e normas que estruturam as diferentes camadas deste tecido urbano e as práticas sócio-espaciais que nele se desenvolvem. Nos propomos, assim, em síntese nesta Sessão Livre promover uma discussão ampla sobre os processos de fragmentação, dispersão e hibridação do tecido urbano da cidade contemporânea tendo como foco a análise da área central carioca.

SL > 72

CONFLITOS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO. CONFLITOS, SABERES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 20

Organizadores: Silvia Helena Passarelli - UFABC e Ricardo de Sousa Moretti - UFRN
Palestrantes: Ricardo de Sousa Moretti - UFRN, Ruth Ferreira Ramos - UFABC; Klaus Frey - UFABC, Vanessa Empinotti - UFABC; Rayssa Cortez - UFABC, Samia Sulaiman - UFABC e Pedro Roberto Jacobi - USP.

A Macrometrópole Paulista apresenta-se como nova escala de planejamento regional do Governo do Estado de São Paulo e como plataforma para integração de políticas públicas. Abrange 174 municípios das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Litoral Norte, Sorocaba e as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba, com uma população de quase 34 milhões de pessoas. O objetivo dessa Sessão Livre será debater as contradições que cercam essa nova agenda de gestão urbana focada sobretudo no desenvolvimento regional. Para tanto, serão apresentados os temas governança democrática, segurança hídrica, vulnerabilidades e riscos para contribuir com a análise de um caso específico na Região Metropolitana de São Paulo que envolve os conflitos entre a preservação de recursos hídricos e a implantação de um centro logístico, às margens de um dos rios formadores da Represa Billings, envolvendo desmatamento de cerca de 100 hectares de Mata Atlântica em estágio médio e avançado de regeneração.

SL > 73

POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CAMPO DE PÚBLICAS: QUESTÕES EMERGENTES, DESAFIOS E SUAS ABORDAGENS

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 6

Organizadores: Lindijane de Souza Bento Almeida - UFRN,
Magda de Lima Lúcio - UnB e Lizandra Serafim - UFPB
Palestrantes: Magda de Lima Lúcio - UnB, Lindijane de Souza Bento Almeida - UFRN,
Lizandra Serafim - UFPB.

As políticas públicas, pensadas em termos do debate da democracia, requerem a existência de espaços de participação. Nesse sentido, busca-se uma relação entre Estado e sociedade em que se considere a voz dos diversos atores, permitindo que se reconheçam os interesses e opiniões divergentes. A partir da Constituição Federal de 1988, a participação da sociedade nos processos decisórios tornou-se a expressão maior do processo de inovação da gestão pública brasileira. São muitos, no entanto, os desafios para que mudanças de fato ocorram. Esse contexto desafiador se expressa no número crescente de pesquisas, de cursos de graduação e pós-graduação e de núcleos de estudos que estudam o tema. Diante disso, tem-se como enfoque o debate acadêmico acerca do ensino e da pesquisa e atuação do Campo de Públicas e sua contribuição no desenvolvimento de pesquisas que discutem temas relacionados ao Planejamento Urbano à luz da trajetória de democratização no Brasil.

SL > 74

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E FINANÇAS CONTEMPORÂNEAS: O PAPEL DO FUNDO PÚBLICO

QUARTA, dia 29, 16:10 – 18:10
Auditório 20

Organizadores: Luciana de Oliveira Royer - FAU/USP e
Ursula Dias Peres - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
Palestrantes: Luciana de Oliveira Royer – FAU/USP, Ursula Dias Peres - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Giusepe Filocomo – FAU/USP,
Alessandra d´Avila Vieira – Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades e
Ana Paula Bruno - Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano/Ministério das Cidades.

A presente Sessão Livre busca ampliar o diálogo construído no âmbito do grupo de pesquisa CNPq "Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: o papel do fundo público", coordenado pelas professoras doutoras Luciana de Oliveira Royer e Ursula Dias Peres. As pesquisas buscam compreender a produção do espaço urbano brasileiro e o financiamento da infraestrutura urbana (habitação, saneamento ambiental e transporte urbano) a partir dos processos históricos dos fluxos de riqueza na economia mundial, e suas relações com a estrutura política, social e institucional do Brasil. Da mesma forma, apontar as recentes tendências de mudança nos fundings, que vem dando sustentação à execução dessas políticas desde final dos anos 60. A partir disso, e coletivamente, propomos analisar criticamente aspectos das finanças públicas, com foco em sua possibilidade de constituir políticas voltadas a infraestruturas urbanas, ao longo de diversos recortes históricos desde 1999 até a atualidade.

> SL > 75

PLANOS DIRETORES E LEIS DE USO E OCUPAÇÃO: INOVAÇÕES RECENTES PROPOSTAS PARA SÃO PAULO E CAMPINAS

TERÇA, dia 28, 16:10 – 18:10
Auditório 22

Organizadores: Luís Antônio Jorge – FAU/USP e Fernando de Melo Franco - FAU MACKENZIE
Palestrantes: Nabil Bonduki – FAU/USP, Rossela Rossetto - UNINOVE e Prefeitura de São Paulo,
Daniel Montadon - Escola da Cidade e Universidade São Judas Tadeu,
Fernando de Melo Franco - FAU MACKENZIE, Vanessa Gayego Bello Figueiredo - FAU PUC/Campinas,
Eugenio Fernandes Queiroga – FAU/USP e Luís Antônio Jorge – FAU/USP.

Os planos diretores e leis de uso e ocupação do solo ganharam, a partir do Estatuto da Cidade, novos instrumentos capazes de interferir na dinâmica da urbanização, incentivando a agenda da reforma urbana. Paralelamente, novos parâmetros de desenho urbano começaram a se difundir dentro e fora do Brasil, buscando construir cidades para pessoas, sobretudo nas relações entre espaços públicos e privados, com fruição pública e fachadas mais "ativas". No entanto, pesquisas recentes mostram que a maioria das legislações brasileiras ainda têm dificuldades para incorporar e tornar aplicáveis tanto os instrumentos, quanto parâmetros de um novo urbanismo que valoriza a esfera pública e a qualificação ambiental. A sessão pautará este debate por meio da apresentação de duas experiências recentes, desenvolvidas e aplicadas em São Paulo e Campinas, ambas no Estado de São Paulo. No caso de São Paulo com a legislação em implantação vale apresentar uma discussão mais ampla do zoneamento à luz da sua relação com a política urbana em geral, com destaque para as articulações entre mobilidade e adensamento, inclusão e novos instrumentos. Em Campinas, com o plano diretor aprovado e a LUOS em debate, buscar-se-á discutir o encadeamento interescalar, do macrozoneamento e inclusão da cultura e espaços livres como sistemas estruturadores à formulação de novos parâmetros de adensamento e desenho das edificações e suas relações com o espaço público, almejando uma nova urbanidade.

> SL > 76

O TRABALHO DO ARQUITETO E A APROXIMAÇÃO DAS COMUNIDADES: A APROXIMAÇÃO DAS COMUNIDADES REALIZADA POR MEIO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DAS EXTENSÕES UNIVERSITÁRIAS

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 19

Organizadores: Lutero Proscholdt Almeida - DAU PPGAU/UFES e
Cleuber da Silva Junior - Ateliê de Ideias/ONG
Palestrantes: Clara Luiza Miranda - DAU PPGAU UFES, Lutero Proscholdt Almeida - DAU PPGAU/UFES,
Andréia Fernandes Muniz - Universidade Vila Velha/ES, Cleuber da Silva Junior - Ateliê de Ideias/ONG e
Samira de Sousa Proêza - Secretaria de Integración Social y Urbana/Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.

As assessorias técnicas de arquitetos urbanistas, associadas às experiências comunitárias autônomas têm se constituído um pensamento próprio, que conecta as "ideias aos lugares", mediante concepções próprias: diagnósticos, prognósticos e soluções endógenas para os problemas urbanos e de moradia que enfrentam, sobretudo, as populações pobres desses países. Por outro lado, o agenciamento da implantação da Lei de Assistência Técnica está muito lento por parte do setor público e da categoria profissional. Para complicar é preciso admitir que poucos profissionais estão habilitados para atuar neste setor atualmente. Desde 2017, todos os CAU/UF tem dedicado 2% de seu orçamento para apoiar ações desse tipo em todo o Brasil, visando a universalização do acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo. O trabalho incremental – realizado de forma paulatina, responsiva, controlada pelos usuários, apresentado pelos palestrantes aqui reunidos, diz respeito à formação de profissionais habilitados para atuarem nas comunidades dentro desse cenário.

> SL > 77

A QUESTÃO METROPOLITANA NA APARÊNCIA DO SÉCULO XXI: MUDANÇA DE TEMPO, TRANSFORMAÇÃO, BUSCA CONTÍNUA PELA UTOPIA

SEGUNDA, dia 27, 16:10 – 18:10
Auditório 21

Organizadores: Alan Spencer Mabin - University of the Western Cape/Cape Town e
Garth Rex Klein - University of the Witwatersrand/Johannesburg
Palestrantes: Garth Rex Klein - University of the Witwatersrand/Johannesburg e
Alan Spencer Mabin - University of the Western Cape/Cape Town.

Reunindo grandes cidade-regiões do Brasil e da África do Sul, esta palestra procura definir elementos que estão mudando, em que velocidades e como o planejamento de ideias e ideais são frustrantes e, às vezes, percebidos em espaços metropolitanos. Os temas principais incluem densidade, mobilidade, megaprojetos, planejamento em escala metropolitana e lacunas entre ideias utópicas e realização. Cada uma dessas questões tem elementos contraditórios em cidades ao redor do mundo. Por exemplo, em situações de superpopulação, densidades mais baixas são desejadas, enquanto em muitas cidades alastradas argumenta-se que densidades mais altas aumentarão a eficiência e maior habitabilidade. Os megaprojetos trazem o investimento desejado, mas podem gerar novos problemas que são caros para os governos resolverem. O planejamento em escala metropolitana é retratado como desejável, mas pode frustrar a iniciativa local. Em relação ao Brasil, o trabalho se concentrará nas regiões de classe média de São Paulo e de Curitiba. (O resumo excede 150 palavras. Ver resumo completo nos anais).

SL > 78

COMO IMPLEMENTAR A LEI FEDERAL 11.888/2008 (ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL): A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL/BRASIL

QUINTA, dia 30, 16:10 – 18:10
Auditório 21

Organizadores: Cristiane Guinancio - FAU/UnB e IAB/DF
Palestrantes: Luiz Sarmento - CODHAB/DF, Sandra Marinho - CODHAB/DF, Frederico Lopes Meira Barboza Jr. - ABEA, Ludmila de Araújo Correia - UNICEUB, Cristiane Guinancio - FAU/UnB e IAB/DF, Vânia Raquel Teles Loureiro - FAU/UnB e Natália da Silva Lemos - FAU/UnB.

Em 2008, a aprovação da Lei Federal 11.888 – Lei da Assistência Técnica - coroou um histórico de lutas para se assegurar às famílias de baixa renda o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção da Habitação de Interesse Social. Entretanto, percorridos 10 anos de vigência, a implementação se restringe a programas pontuais administrados por governos locais e à política de fomento implementada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que estabelece a obrigatoriedade do investimento mínimo de 2% de sua arrecadação em atividades e programas relacionados à Assistência Técnica em todas as Unidades da Federação. A experiência do Distrito Federal/Brasil na implementação da Lei destaca-se no cenário nacional. Evidencia que a atuação conjunta entre as universidades, gestores públicos, organizações não-governamentais e profissionais autônomos pode oferecer condições de fortalecimento dessas ações. As iniciativas abrangem oportunidades de ensino, pesquisa e extensão universitária por meio da investigação e aprendizado em situações reais, que induzem uma reflexão sobre o papel social do arquiteto e urbanista.

SL > 79

NEW CONCEPTS TO BRAZIL'S PRESSING URBAN PROBLEMS – A CONCEPTUAL DEBATE ABOUT NEXUS, SMART CITY, URBAN RESILIENCE AND TELECOUPLING APPROACHES

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 20

Organizadores: Tatiana Maria Cecy Gadda - Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Niklas Werner Weins - Universidade Estadual de Campinas
Palestrantes: Mahesh Jampani - United Nations University Institute for Integrated Managementof Material Fluxes and of Resources and TU Dresden, Tatiana Maria Cecy Gadda - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Mariana Cunha Oliveira Santos - University of Duisburg-Essen, Christian Luiz da Silva - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Adnan Habibipourzare - University of Duisburg-Essen, Niklas Werner Weins - Universidade Estadual de Campinas, Leticia Vellozo - Universidade Federal Fluminense/GPDU e Leticia Costa de Oliveira Santos - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Considering current urban growth, its costs are becoming visible in global climate change and degradation of ecosystems. Potential solutions to urban problems emerge in new concepts from international debates in academia and practice. Surprisingly there is little concrete application of these new approaches in the Brazilian context. Smart Cities, Telecouplings, NBS, PES, Nexus etc. are buzzwords in city planning discourse and research. Understanding cities as an interdependent whole is important to effectively put into practice sustainability concepts. However, urban planning often does not really innovate its approaches, but just superficially rebrands existing ones. Rethinking of urban planning is necessary from the ground up as a systemic whole, including connections with the peri-urban and beyond. Nexus and ecosystem services seem to be a fruitful approach to uncovering meaningful data that helps convince planners in engaging in this paradigm shift.

SL > 80

CULTURA E DESENVOLVIMENTO CENTRADO NAS PESSOAS: DESAFIOS E EXPERIENCIAS EM CIDADES BRASILEIRAS E PORTUGUESAS

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 19

Organizadores: Nancy Duxbury - Universidade de Coimbra, Universidade Simon Fraser/Vancouver e Universidade de Waterloo/Canadá e Ana Clara Giannecchini
Palestrantes: Nancy Duxbury - Universidade de Coimbra, Universidade Simon Fraser/Vancouver e Universidade de Waterloo/Canadá, Patrícia Braz - Faculdade de Arquitetura do Porto, Clarice Libânio - NPGAU/UFMG e ONG Favela é Isso Aí e Ana Clara Giannecchini. – UnB e Centro do Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Os debates mais recentes na comunidade internacional especializada reforçam a compreensão de que cultura e desenvolvimento não são duas categorias separadas, mas aspectos de um mesmo processo social. Não é possível pensar em desenvolvimento sustentável sem base nos valores culturais e interesses das camadas sociais envolvidas. A dicotomia cultura - desenvolvimento evidencia desequilíbrios entre os discursos dominantes e periféricos sobre o que desenvolvimento socioeconômico quer dizer e a consequente necessidade de aproximar o universo da cultura das dinâmicas desenvolvimentistas. A mesa reflete sobre os processos culturais como base de iniciativas de desenvolvimento social e econômico e nas múltiplas disputas relacionadas, fundada nas abordagens da Unesco e no direito à cidade, trazendo para o debate os desafios de experiências em Portugal e no Brasil que visaram criar condições para melhorar a qualidade de vida das pessoas e gerar renda.

O TEMPO CONTRA A VIDA: MINERAR, A INTRUSÃO E A PAISAGEM

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 20

Organizadores: Myriam Bahia Lopes - PRPG-ACPS EA/UFMG e
Regina Helena Alves Silva - FAFICH UFMG
Palestrantes: Myriam Bahia Lopes - PRPG-ACPS EA/UFMG, Regina Helena Alves Silva - FAFICH UFMG, Rejane Maria da Silva Sanches - Fundação Estadual do Meio Ambiente/Governo do Estado de Minas Gerais, Bruno de Oliveira Biazatti - UFMG e Thaís Lanna Junqueira - PRPG- ACPS EA/UFMG.

Na sessão livre proposta o conceito de vida e a noção de tempo são trazidos da biologia, da filosofia e da história para desconstruir a equação que associa o extrativismo, o emprego e o progresso. Trata-se de apontar a eficácia na persuasão dessa fórmula que fecha o leque de possibilidades de gestão do território na expressão "vocação minerária". E a partir de um enfoque crítico do tempo em suas várias facetas abrir a imaginação para outro futuro possível. A tragédia de Bento Rodrigues, Mariana, MG, em 2015 é explorada com o auxílio da geografia, da história e do direito para se compreender como o ritmo do extrativismo pautado pela cotação da bolsa de Nova York é estabelecido fora da escala e do ritmo necessários à vida. Com Michel Serres pensamos que a intrusão do extrativismo na serra, a dissolução do horizonte e a poluição da água agem no sentido de (de)marcar a propriedade da(s) transnacional(is) extrativista(s) no território. As terras altas mineiras necessitam de um projeto coletivo que articule os aspectos "existenciais, estéticos, culturais, econômicos, políticos e ambientais" (BESSE, 2012, p 6).

SESSÕES TEMÁTICAS




XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

ST_01 > POLÍTICA HABITACIONAL – ONTEM, HOJE E AMANHÃ

Comissão Científica:
Adauto Lúcio Cardoso – IPPUR/UFRJ
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva – PPEUR-PPGAU/UFRN
Rosana Denaldi – PPG PGT/UFABC
Tomás Antônio Moreira – PPGAU-IAU/USP

> ST_01 >**01**

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS 1 – AVALIANDO O PAC
COORDENAÇÃO: ROSANA DENALDI

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 3

MORADIA E URBANIZAÇÃO DAS BAIXADAS DE BELÉM:
UMA ANÁLISE DO PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS.
Roberta Menezes Rodrigues - Universidade Federal do Pará, robertamr@ufpa.br
Danielle Saori Enomoto Hantani - Universidade Federal do Pará, daniellesaori@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise das intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) realizados em municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), com especial ênfase em Belém. Através da análise do conjunto de intervenções executadas e em execução na RMB relacionadas à melhoria das condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana, buscou-se identificar alguns dos gargalos e problemas da implementação do programa no contexto dos municípios analisados. Foram realizadas entrevistas com técnicos da Caixa, COHAB/PA e prefeituras dos municípios, além de análise dos projetos, Quadros de Composição de Investimentos, base de dados cedida pelo Ministério das Cidades e pesquisa de campo. Como estudo de caso, foram selecionados dois projetos: um na área mais central de Belém e outro em área periférica e menos consolidada, que implicam em desafios de natureza diferentes. Constatou-se que houve uma diversidade de problemas relacionados ao processo de elaboração dos projetos e que implicam em dificuldades posteriormente na execução dos mesmos, também resultando da fragilidade institucional dos municípios, que também se apresenta da gestão de processos complexos de urbanização, dada a natureza das intervenções propostas.

INTERVENÇÕES NO CÓRREGO DA PONTE BAIXA: AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO
DE FAVELAS E A REMANESCÊNCIA DA PRECARIEDADE
Jose Donato da Silva - UFABC, j.donato@ufabc.edu.br

O objetivo deste artigo é abordar como se formaram as áreas segregadas, a participação do Estado e da burguesia nas desigualdades territoriais, a evolução a respeito do tratamento às favelas em São Paulo e como experiências anteriores tiveram seus resultados, positivos e negativos, reproduzidos ao pensar nos tratamentos aos núcleos de assentamentos precários no perímetro do córrego da Ponte Baixa, que não contemplou áreas que necessitam de urbanização de favelas. Apresenta-se como o Estado aparece diante de áreas de precariedade habitacional, é realizado um levantamento histórico e bibliográfico para identificar teoricamente o papel do Estado nessas formações e reestruturações territoriais de favelas. Serão apresentadas as conquistas legais de instrumentos e a utilização destes recursos. As intervenções no Córrego da Ponte Baixa permitem refletir o que foi aprendido com o acúmulo de experiências, o que foi aplicado nessa situação e o que pode melhorar com intervenções futuras e uma consideração sobre os desafios de uma maior integração das políticas públicas para execução que integre e resulte em melhorias nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

PAC-URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ANÁLISE EXPLORATÓRIA
SOBRE OS RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO
Fernanda Lima-Silva - EAESP-FGV, emaildefernandalima@gmail.com

Este artigo realiza uma análise estatística e exploratória do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários, o maior programa federal de urbanização de favelas. Muitos estudos já exploraram a implementação do programa, identificando variados desafios de implementação, frequentemente relacionado com a limitada capacidade institucional dos municípios. Assim, esta pesquisa analisa a relação entre os resultados da implementação do programa e possíveis fatores explicativos, como a capacidade institucional municipal, características do projeto e dimensões políticas e territoriais. Tem-se como foco os projetos do PAC 1 financiados com recursos não-onerosos e implementados por governos municipais. Os resultados sugerem, por um lado, que a execução do Programa não deriva apenas de capacidades institucionais dos municípios, visto que estas elevaram-se significativamente nos últimos anos e que municípios com diferentes capacidades atingiram resultados semelhantes. Por outro lado, sugerem que as características dos projetos e a dimensão territorial parecem ter relação com o 'sucesso' da implementação.

INTERVENÇÕES EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NA METRÓPOLE DE CURITIBA
ANÁLISE COMPARADA DA EXECUÇÃO DO PAC EM CURITIBA E COLOMBO (PR)
Madianita Nunes da Silva - Universidade Federal do Paraná, madianita@gmail.com
Flávia Iankowski Claro Pereira - Universidade Federal do Paraná, flaviaiclaro@gmail.com
Ana Gabriela Texeira - Universidade Federal do Paraná, anagabrielatexeira@gmail.com

O trabalho caracteriza as intervenções do PAC na urbanização de assentamentos precários em Curitiba e Colombo, com o objetivo de avaliar em que medida elas contribuíram para a integração desses espaços à cidade urbanizada. Curitiba recebeu 59% dos contratos e Colombo ficou entre os quatro municípios metropolitanos com o maior número de famílias a serem beneficiadas. Os procedimentos metodológicos têm como referência o projeto "Direito à cidade e habitação: um balanço do PAC urbanização de favelas", desenvolvido pela rede de pesquisa Observatório das Metrópoles. Dentre os avanços destacam-se a abrangência do número de assentamentos, a redução de risco de acidentes ambientais, a continuidadede intervenções em andamento e a capacitação das administrações municipais. Dentre as limitações, a predominância de ações para provisão habitacional em detrimento da urbanização dos assentamentos e a resiliência do modelo de política habitacional praticado.

NOTAS SOBRE DUAS EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS
Paulo Emilio Buarque Ferreira - Universidade Presbiteriana Mackenzie,
pauloemilio75@gmail.com

Este artigo faz uma reflexão sobre duas iniciativas de grande escala de planos de urbanização de assentamentos precários a partir dos anos 2010 nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. Em um cenário de incremento dos recursos federais para programas em escala local, gestões municipais nos dois maiores municípios brasileiros apostaram na universalização do atendimento às suas favelas, lançando mão de planos ambiciosos. Menos de uma década depois, o recurso federal minguou, as políticas urbanas de atendimento a essas comunidades, que apostaram em ações de grande porte, fracassaram e os municípios se veem frente a um impasse quanto às políticas para urbanização de suas favelas.

ST_01 > **02**

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS 2
COORDENAÇÃO: ADAUTO LÚCIO CARDOSO

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 3

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM FORTALEZA – CE: UMA ANÁLISE DE INSERÇÃO URBANA SOBRE AS INTERVENÇÕES MARAVILHA E MARIA TOMÁSIA
Rafael Costa de Moura - rafademoura@gmail.com

Neste artigo, apresentamos uma análise de inserção urbana realizada sobre duas intervenções implementadas pela Fundação do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), a Favela Maravilha e o conjunto Maria Tomásia. A escolha dos estudos de caso advém da intenção de estabelecermos uma comparação entre duas intervenções com localizações distintas na cidade de Fortaleza: a primeira, implantada mais próxima à área central, e a segunda, em área mais distante, próxima ao limite sul do município, com o objetivo de compreender melhor que impactos estas localizações podem ter sobre os moradores destas intervenções. Inicialmente, apresentamos as intervenções procurando compreender seus processos de implementação. Em seguida, aplicamos uma metodologia de análise de inserção urbana, adaptada de Ferreira (2012) e da "Ferramenta de avaliação de inserção urbana para os empreendimentos de faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida" (LABCIDADE e ITDP, 2014), considerando os seguintes eixos temáticos: localização, mobilidade, infraestrutura, serviços urbanos e fluidez urbana.

AS CONTRADIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA FAVELA POBREZA, URBANIZAÇÃO E IDEOLOGIA
Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt - Pontifícia Universidade Católica MG,
eduardomramalho@gmail.com
Caroline Cristiane Rocha - Pontifícia Universidade Católica MG, carolinecrisrocha@gmail.com

A urbanização de favelas ou Urbanização de Assentamentos Precários (UAP) é uma política consolidada no rol das ações estatais em prol dos espaços informais como vilas e favelas. Sua formação enquanto modelo de planejamento, internacionalmente conhecido como slum recovery, teve um processo histórico no país longo, influenciado por diversos atores nacionais e internacionais e que contribuíram para sua consolidação como uma ideologia urbanística presente no planejamento habitacional das áreas de interesse social no país. Este trabalho apresenta uma revisão deste processo identificando as origens ideológicas deste modelo e demonstrando como que seu avanço e incorporação na política nacional se deu com contradições que comprometem seus objetivos originais. A partir da apresentação de um caso real de UAP de grande porte na cidade de Belo Horizonte pelo programa Vila Viva se demonstra como que é preciso que tais paradigmas sejam revistos na intenção de incorporação de uma nova racionalidade que seja capaz de promover uma urbanização sócio e ambientalmente positiva para a realidade da vida cotidiana destas comunidades.

AS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO E SUAS CAMADAS DE URBANIZAÇÃO. VINTE ANOS DE POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO SOBRE ESPAÇOS POPULARES DA CIDADE
Luciana Alencar Ximenes - Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ), lualencarximenes@gmail.com
Samuel Thomas Jaenisch - Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ), samueljaenisch@hotmail.com

Este artigo pretende recuperar as camadas de urbanização sobrepostas nas favelas cariocas ao longo das últimas duas décadas. É apresentado um breve panorama das principais políticas de urbanização de favelas implementadas na cidade, buscando avaliar como se deram as suas atuações, suas inserções nas diferentes regiões da cidade e possíveis sobreposições no território. Este segundo elemento é discutido tendo como referência as favelas que receberam os investimentos do PAC-favelas. Partimos do pressuposto de que houve um acúmulo de intervenções que sobrepuseram investimentos diante da ausência de uma política estruturada e de longo prazo, capaz de dar conta da heterogeneidade e das dinâmicas que marcam essas áreas. Pretendemos lançar luz sobre esse tipo de política refletindo sobre sua atuação e ressaltando a importância de compreender a ação do poder público como parte de uma historicidade que extrapola os limites da intervenção em si mesma.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MELHORIAS HABITACIONAIS
COORDENAÇÃO: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 3

ESTADO DA ARTE DA PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE ATHIS

Débora Luiza Schumacher Furlan - UFPR, debora.sfurlan@gmail.com
Maria Eduarda Duda - UFPR, dudaeduarda95@gmail.com

Este trabalho se propõe a analisar o atual estado da arte da pesquisa científica sobre ATHIS, colaborando com a discussão acerca da política habitacional brasileira. Para tanto, foram analisados artigos publicados nas últimas edições do UrbFavelas, em 2016, e do ENANPUR, em 2017, sendo estes considerados eventos de relevância ao planejamento urbano e à urbanização de favelas. Foram identificados nos artigos indicações de avanços, limites, desafios e recomendações que dão suporte a políticas que possam enfrentar a precariedade habitacional dos espaços de moradia existentes, um dos propósitos da ATHIS. Considerando a realidade presente, na qual se observa a descontinuidade dos programas federais voltados ao tema da habitação praticados nas últimas décadas, busca-se reinserir na pauta a discussão acerca da construção de políticas habitacionais que atendam a população de baixa renda. Nesse sentido destacam-se as possibilidades da ATHIS.

MELHORIAS HABITACIONAIS E SAÚDE EM PAUTA: A INCONGRUÊNCIA DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO COMBATE À PRECARIEDADE DAS MORADIAS

Julia de Melo Amaral - UFF, jmamaral@id.uff.br
Ivan Zanatta Kawahara - IPPUR-UFRJ, iv.zanatta@gmail.com

A política habitacional no Brasil tem como desafio superar as necessidades habitacionais compostas por déficit habitacional, demanda geográfica e inadequações habitacionais, estreitamente ligadas à saúde e à qualidade da habitação. Busca-se compreender o que compõe o quadro de precariedade das habitações, em especial nas favelas, para delimitar a esfera de ação de melhorias habitacionais como um componente da política habitacional, que, integrada a outros instrumentos, pode promover o direito à cidade e à moradia, em contraposição à prática dos últimos anos que priorizou a construção de novas unidades. Entra em análise o Programa Cartão Reforma, que não mostra estar comprometido com a superação das inadequações habitacionais. No Rio de Janeiro o Programa privilegiou regiões com baixos indicadores de precariedade. Por fim, entra em pauta a necessidade de uma política habitacional integrada, mesmo diante do grave cenário que de traça para os direitos sociais.

EM MEIO À CRISE NA POLÍTICA HABITACIONAL, AS LUTAS POR TRANSFORMAÇÃO: O COLETIVO HABITE A POLÍTICA E OS DESAFIOS RECENTES NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA EM BELO HORIZONTE

Marina Sanders Paolinelli - UFMG, marinasanderspaolinelli@gmail.com

A luta institucional pelo direito à moradia tem origem no período anterior à redemocratização brasileira, influenciou uma série de iniciativas locais em prefeituras nos anos 1990 e se fortaleceu com chegada do Partido dos Trabalhadores na presidência nos anos 2000. No entanto, perdeu em mobilização popular com a introdução pouco democrática do Programa Minha Casa, Minha Vida. Após o golpe sofrido por Dilma Rousseff, começou a apresentar sinais mais intensos de crise, o que foi reafirmado com a eleição em 2018 de Jair Bolsonaro à presidência. Em Belo Horizonte, capital reconhecida pelas inovações na política habitacional, as instâncias participativas se encontram desgastadas desde os anos 2000, e uma iniciativa de revisão foi iniciada, com a participação ativa do Coletivo Habite a política. O presente artigo tem como objetivo narrar esse processo recente, e situá-lo frente aos desafios da luta institucional pelo direito à moradia no contexto político atual.

PRÁTICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE POPULAR E EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE URBANISTAS

Elton Andrade dos Santos - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, eltonandrade13@gmail.com
Carolina de Alencar Silva Martinez - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, anilorac.racnela@gmail.com
Débora de Lima Nunes - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, rededeboranunes@gmail.com

Na medida em que as cidades crescem, devido a um acelerado processo de urbanização que transforma as formas de uso do espaço, a garantia da habitação tornou-se questão central no planejamento e gestão destas. Contudo, o acesso à habitação de qualidade, mesmo tendo sido democratizada, é garantida irrestritamente às pessoas com maior renda, privando parcela significativa da população de moradia digna. Em uma tentativa de remediar esta situação, os diversos entes (Município, Estado e Nação) têm criado, ao longo do último século, políticas públicas com objetivo de assegurar às pessoas mais pobres o acesso à moradia. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo avaliar as experiências de pós-ocupação desenvolvidas pelos discentes do curso de Urbanismo, fazendo uma síntese dessas avaliações sobre as condições de ocupação dos empreendimentos construídos pelo Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Salvador e por programas habitacionais anteriores. Busca-se compreender quão bem inseridos seus habitantes estão no condomínio e em seu entorno, e qual o grau de associação coletiva presente entre estes.

ST_01 >04

AUTOGESTÃO HABITACIONAL: O PMCMV ENTIDADES
COORDENAÇÃO: ROSANA DENALDI

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 3

DIREITO À ARQUITETURA: AS ASSESSORIAS TÉCNICAS PAULISTAS NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL
Lyzandra Machado Martins - FAUUSP, lyzandramm@gmail.com

O presente artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa em desenvolvimento que visa reunir parte da produção habitacional das assessorias técnicas paulistas. Diante da crise de qualidade da produção pública de moradia, as experiências das assessorias técnicas, compõem um conjunto arquitetônico e urbanístico de destaque. Embora reconhecida por bibliografia especializada, essa produção ocupa posição negligenciada no quadro da arquitetura brasileira. Buscando sua visibilidade, a pesquisa recupera algumas dessas experiências reconhecendo sua importância, preservando sua memória e promovendo reflexões acerca dessa prática. O artigo apresenta um breve histórico das políticas públicas autogestionárias a partir das experiências das assessorias técnicas paulistas, analisando resultados dessa prática e mudanças em seus padrões desde o final dos anos 1980 até os dias atuais, por meio de dados quantitativos e de uma leitura panorâmica dessa produção.

IMPACTOS DO PMCMV-ENTIDADES: PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL NA RMSP
Denise Antonucci - FAU-UPM, denise.antonucci@mackenzie.br
Paulo Emilio Buarque Ferreira- FAU-UPM, pauloemilio75@gmail.com
Viviane Manzione Rubio - FAU-UPM, viviane.rubio@mackenzie.br
Paulo R. Giaquinto - FAU-UPM, pgiaquinto@uol.com.br

A pesquisa visa contribuir com as múltiplas reflexões sobre a produção habitacional do chamado "segmento econômico", que cresceu significativamente na década de 2000, e adquiriu maior relevância quando em 2009 o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades (MCidades) lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Este artigo concentra o foco nas alterações que o programa trouxe: nas relações institucionais entre agentes envolvidos na produção de HIS, nos parâmetros arquitetônicos mínimos colocados como condição para o financiamento operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) e, sobretudo, na qualidade arquitetônica resultante. O recorte empírico da pesquisa se concentrou em projetos realizados e implantados em cinco municípios da RMSP, pertencentes à faixa 1 do PMCMV em empreendimentos realizados por movimentos sociais organizados (PMCMV-FDS, ou "PMCMV-ENTIDADES") em parceria com as municipalidades, e alguns com parcerias ou subcontratação de construtoras.

AUTOCONSTRUÇÃO E AUTOGESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL
UM ESTUDO COMPARATIVO EM DOIS PERÍODOS: 1975 – 1986 E 2004 – 2018
Marina Boaretto Ferreira - UFRJ, marina.boarettof@gmail.com

As políticas habitacionais, direcionadas à população de baixa renda, ocupam um importante espaço na agenda técnico-político da maioria dos países, sendo muitas vezes, vinculadas a práticas de ajuda mútua, autoconstrução, mutirão e autogestão. No cenário brasileiro, essas práticas foram apoiadas e institucionalizadas a nível federal em dois períodos: o primeiro, entre 1975 - 1986, por meio dos denominados Programas Alternativos implementados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), e o segundo, entre 2004 - 2018, com os programas Crédito Solidário e Minha Casa Minha Vida - Entidades (MCMV-e). O estudo apresenta a relação entre esses dois períodos históricos evidenciando seus contrastes no que tange o incentivo a políticas habitacionais de fomento à autoconstrução no Brasil. A partir do estudo comparativo, percebe-se a oscilação no diálogo entre Estado e sociedade civil, bem como a forma distinta com que as noções presentes no debate são apropriadas pelos diferentes grupos sociais.

HABITAÇÃO EM ÁREA CENTRAL VIA PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES. ALTERNATIVAS POSSÍVEIS
Adelcke Rossetto Netto - Integra Desenvolvimento Urbano, adelcke.rossetto@integraurbano.com.br
Camila D'Ottaviano - FAU/USP, camila.dottaviano@gmail.com

Este artigo é fruto de pesquisa sobre a importância e viabilidade de habitação de interesse social (HIS) em área central, como forma de requalificação do espaço urbano e principalmente como garantia do direito à moradia e direito à cidade, na produção de uma cidade mais democrática e humana. A partir da análise de um estudo de caso paradigmático - o edifício Dandara, viabilizado via Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na área central da cidade de São Paulo – o artigo pretende contribuir para o debate sobre a forma de produção do PMCMV, o papel dos movimentos de moradia, suas lutas históricas e suas "pequenas conquistas", e os desafios permanentes.

AUTOGESTÃO HABITACIONAL NO RIO DE JANEIRO: O ACÚMULO DE EXPERIÊNCIAS E A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES
Ana Clara Meirelles de Miranda - UFRJ, anaclarameirelles@hotmail.com

O presente trabalho tem como tema a construção de moradias em regime de autogestão na região metropolitana do Rio de Janeiro e como objetivo analisar as consequências do Programa Federal Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-E) sobre o campo. Apesar do discurso de incentivo ao cooperativismo e à participação dos futuros moradores como protagonistas na solução de seus problemas habitacionais, a hipótese defendida é a de que o programa ao mesmo tempo em que é brecha para a produção de habitações por autogestão também engessa e burocratiza a prática. As questões teóricas aqui colocadas foram analisadas especialmente a partir de duas experiências: Grupo Esperança (Rio de Janeiro) e Solano Trindade (Duque de Caxias). Como resultado, o que se observa é que o MCMV-E exigiu adaptações nas estratégias adotadas pelos movimentos de luta por moradia, que interiorizaram determinados limites do programa.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (1)
COORDENAÇÃO: ADAUTO LÚCIO CARDOSO

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 4

MINHA CASA, MINHA VIDA EM PARNAMIRIM: INSERÇÃO INTRAURBANA DOS EMPREENDIMENTOS (FAIXA 1)

Diana Araújo Rodrigues - UFRN, diana.arquiteta@gmail.com

Estudos sobre a produção do PMCMV na RMNatal, apontam que existem problemas no que diz respeito a inserção urbana dos empreendimentos faixa 1, com a constatação de que grande maioria dos conjuntos ou residenciais estariam implantados em áreas periféricas e desprovidas dos serviços e equipamentos necessários à reprodução cotidiana, configurando um quadro de segregação espacial. O objetivo deste artigo é apresentar uma análise mais focalizada das localizações dos empreendimentos no que tange à inserção intraurbana por meio do estudo do entorno dos empreendimentos pela ótica da mobilidade urbana, apresentando o estudo de caso de Parnamirim. Os resultados nos mostram que nem todos os empreendimentos estão mal inseridos e que existe na verdade uma diversidade de situações. O caso de Parnamirim expressa bem esse universo de cenários encontrados na RMNatal.

A NORMA E A FORMA: PADRONAGEM E DISPERSÃO NA PRODUÇÃO HABITACIONAL ENTRE A FCP E PMCMV

Andrea Figueiredo Arruda Canavarros - UFMT, afarruda@gmail.com

A proposta da casa higiênica e econômica para a classe de menor renda, especialmente aquela isolada no lote produzida via iniciativas públicas de provimento habitacional, se reproduziu ao longo do século XX e trouxe significados simbólicos que se reiteraram na prática recente, impondo uma linguagem projetual que se assume e se concretiza tanto no saber técnico que o reproduz, tanto no imaginário da sociedade que logo a identifica como um desenho de casa popular que é atribuído ou um lugar onde vivem única e exclusivamente aos pobres. Estaria essa forma de produzir cidades, através da habitação, carregando pressupostos ideológicos do período higienista? Qual a herança desse capítulo da história da habitação atualmente? Como essas representações e práticas permanecem em programas, projetos e cartilhas de especificações de projetos? Partindo do questionamento sobre a padronagem e dispersão do habitar popular nas cidades brasileiras, esse artigo inicia uma abordagem sobre a origem desse desenho, procurando revisitar dispositivos iniciais sobre o tema e identificar as formas de representações que delinearam o habitar para os trabalhadores urbanos entre a virada do século XIX, suas permanências ao longo do século XX e manifestações em larga escala em programas recentes, reconfigurando novos eixos de dispersão sob um tecido urbano que ainda se mantém precário e por consolidar. Toma como recorte territorial o estado de Mato Grosso, trazendo uma síntese das ações no âmbito habitacional que regularam e direcionaram o uso e ocupação do espaço urbano, mais precisamente nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, sendo também importante registro da história da produção habitacional no estado, desde a Fundação da Casa Popular (FCP), a Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso (COHAB-MT) e, mais recentemente, O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO ARAGUAÍNA-TO: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO CONSTRUINDO UM SONHO

Aurélia Matos Brito - Universidade Federal do Tocantins, aureliamatos@hotmail.com
Kerley Fernandes Duarte de Oliveira - Universidade Federal do Tocantins, kerley.oliveira@ifto.edu.br
Marcela Pereira Lima Teles - Universidade Federal do Tocantins, marcelaplteles@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo promover uma discussão acerca da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) criado em 2009, na cidade de Araguaína-To, localizada no norte do estado do Tocantins, considerada de porte médio e inserida no contexto da Amazônia Legal. Serão analisados os aspectos do planejamento habitacional visando compreender as dinâmicas que envolvem a relação entre a legislação que orienta a política pública e a sua instituição. Nesse sentido, faremos um estudo de caso no setor Construindo um Sonho. Para tal, foram realizadas incursões bibliográficas e pesquisa documental a partir de dados secundários fornecidos pela prefeitura do município de Araguaína e outras fontes, bem como visita in loco para realizar registros fotográficos e compreender de maneira mais adequada e precisa as condições de moradia naquele conjunto habitacional. Encontramos um setor que o PMCMV entregou a população com elementos essenciais indisponíveis e outros com má qualidade de construção.

SUPERPRODUÇÃO DA ESCASSEZ: CONTRADIÇÕES ENTRE A OFERTA E A DEMANDA POR MORADIA NA AGLOMERAÇÃO URBANA DE PIRACICABA

Bárbara Caetano Damasceno - UNIMEP, badamasceno@hotmail.com
Estevam Vanale Otero - UNIMEP, estevamotero@gmail.com

A fim de combater os efeitos internos da crise mundial através do aquecimento do mercado imobiliário e atender o déficit habitacional brasileiro, instituiu-se em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Até 2015, o programa contratou quase 4 milhões de unidades em todo o país, sempre sob a égide de uma resposta única, a um problema que comporta grande diversidade de demandas e soluções possíveis. Vasta bibliografia vem tratando, nos últimos anos, das contradições e impactos territoriais do PMCMV. Entretanto, esses estudos, vêm se debruçando especialmente sobre contextos metropolitanos, não abarcando a realidade dos pequenos e médios municípios brasileiros, como é o caso da Aglomeração Urbana de Piracicaba (AUP). O presente artigo objetiva justamente analisar o alcance e os impactos da implementação do modelo hegemônico adotado pelo PMCMV nos municípios que compõe a AUP, a partir da compreensão acerca da expressiva complexidade de demandas habitacionais dessas realidades urbanas.

ÁREAS PRODUZIDAS PELO PMCMV E SUA RELAÇÃO SOCIOESPACIAL COM
OS TECIDOS URBANOS DA RMNATAL (2009-2014)
Tamms Maria da Conceição de Morais Campos - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, tamms.morais@ufersa.edu.br
Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, gabriel.leopoldino@ufersa.edu.br

A implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009 impactou a configuração socioespacial e estruturação urbana na Região Metropolitana de Natal. A geografia social dos empreendimentos do PMCMV – duas faixas de renda distintas (1 - R$ 1.600,2 – R$ 5.000) – fortaleceu a relocação das camadas de menor poder aquisitivo nas áreas periféricas ou de expansão urbana do contexto metropolitano, distantes da cidade-polo e carentes de infraestrutura. Dentro dessa conjuntura, este trabalho objetiva contribuir à compreensão da relação entre a distribuição dos empreendimentos das duas faixas do PMCMV e os principais elementos estruturantes da RMN (em especial, o sistema de acessibilidade viária) no período compreendido entre 2009 (início do PMCMV) e 2014 (Copa do Mundo). Parte-se da análise histórica das condições gerais do processo de metropolização da RMN – com destaque para a participação do Estado e capital imobiliário –, para o entendimento do PMCMV como solvente do déficit habitacional e, por fim, analisa a distribuição dos empreendimentos e sua relação com os eixos infraestruturais e consequente distribuição em Setores (integrado, em continuidade, segregado e disperso), como estudado por Antonio Font. Desse panorama, depreende-se as formas urbanas resultantes, corroborando a fragmentação dos tecidos urbanos e as desigualdades socioespaciais – que aqui se denomina Urbanização Imobiliária Residencial.

ST_01 > **06**

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (2)
COORDENAÇÃO: TOMÁS ANTÔNIO MOREIRA

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 3

CONFLITOS E SIGNIFICADOS EM TORNO DA CASA E DA CIDADE DURANTE OS
GOVERNOS FEDERAIS PETISTAS.
Luciana de Oliveira Royer - FAU-USP, luroyer@usp.br
Giusepe Filocomo - FAU-USP, giusepefilocomo@usp.br

Diante de arrefecimento de desempenho econômico, verificam-se esforços governamentais pela retomada do crescimento, e a agenda federal se direciona a agentes internacionais e empresários nacionais. O ajuste fiscal e suas implicações sobre a demanda, aliado ao enfoque econômico sobre a oferta, retrata este movimento, que é também político. Relativo a isso, ao subsidiar mais fortemente o setor produtivo da construção civil, o governo Dilma contribuiria para a manutenção do cenário de pleno emprego e o consequente reforço de barganha dos trabalhadores. Assim, evidências em torno do financiamento fiscal do desenvolvimento urbano sinalizam o declínio de nosso crescimento com inclusão social. Associado a isso, debatemos os conflitos e significados em torno da casa e da cidade durante os governos federais, a exemplo de tendência à alteração de recorte social atendido pelo gasto público. Para tal, estudamos o Orçamento Geral da União entre 2000 e 2016.

O DESEMPENHO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
NAS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS (2009-2014)
Joel Larocca Junior - UEPG, elementosdearquitetura@yahoo.com.br

O artigo aborda a distribuição da produção do programa Minha Casa Minha Vida nas doze principais regiões metropolitanas do país, entre 2009 e 2014. Dentre as moradias contratadas para implantação em solo metropolitano, quantas serviram para reduzir o déficit habitacional das capitais e quantas foram ofertadas à população na franja periférica? A primeira seção apresenta população e déficit habitacional de cada RM e a segunda, a produção do MCMV e seu percentual perante o déficit. Conclui que, com uma única exceção, foram prejudicadas as cidades centrais e privilegiadas as cidades de porte médio do entorno, a tal ponto que em cinco RMs produziu-se mais moradias no entorno que seu próprio déficit, que foram destinadas famílias provindas da cidade central. Determina-se numericamente o aumento da distância média de acesso ao centro e do "sprawl index" das metrópoles analisadas.

O "SALDO" DO DIREITO À MORADIA NOS ANOS DE MCMV:
OS DESAFIOS DO ÔNUS EXCESSIVO COM ALUGUEL
Thais Borges Martins - Universidade Federal de São Carlos – UFS, arq.thaisborges@hotmail.com
Carolina Maria Pozzi de Castro - Universidade Federal de São Carlos – UFS, carolmcastro@gmail.com

Principal acesso à moradia social no Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida faz parte da agenda urbana do lulismo, que representou uma estratégia de conciliação de classes ao articular suas políticas sociais à agenda neoliberal, a fim de atender aos interesses do mercado de capital globalizado. No campo da habitação de interesse social, este modelo significou o aumento da financeirização da moradia, com expressivo esvaziamento do Estado e promoção da compra da casa própria como via principal de acesso. Em nove anos de atuação, o programa foi o responsável por atender a demanda da população por moradia, além de impulsionar a economia, com a construção civil. Neste cenário, o presente artigo propõe uma análise da atuação do programa, a fim de identificar os desafios a serem enfrentados em relação ao déficit habitacional em seu item mais expressivo: o ônus excessivo com aluguel.

A CASA CAMPONESA: ADEQUAÇÃO DO PNHR NOS ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO
Angel Castañeda Rodriguez - IAU/USP, angelc@arquitecto.com
Akemi Ino - IAU/USP, inoakemi@sc.usp.br

Após vários anos da implementação do PNHR, pode-se perceber uma preocupação na redução do déficit habitacional no campo. Isso pode ser considerado como um avanço, porém na maioria dos assentamentos rurais do país verificam-se moradias que nem sempre atendem de forma suficiente às necessidades das

famílias. Por outro lado, decorrente das deficiências surgidas da padronização do projeto e do próprio processo construtivo, evidenciam-se "soluções" arquitetônicas convencionais e que se repetem no Brasil inteiro, caracterizadas por adotar o modelo PMCMV das áreas urbanas e, consequentemente, por serem desconexas com a realidade da população camponesa. Diante deste panorama, o tema abordado neste trabalho relaciona-se às especificidades da casa camponesa da região oeste do estado de SP, especificamente, a compatibilidade dos projetos habitacionais em três assentamentos de reforma agrária, no âmbito do PNHR/PMCMV, com o contexto rural e às condições particulares da vida no campo.

PROPOSTA METODOLÓGICA DE ANÁLISE DA MOBILIDADE RESIDENCIAL INTRAURBANA PROMOVIDA PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. UM OLHAR SOBRE AS ÁREAS E DOMICÍLIOS DE PROCEDÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS FAIXA 1 DO PMCMV

Marcia Cardim de Carvalho - UNESP, marcia_cardim@hotmail.com

Apresentamos uma proposta metodológica de análise da mobilidade residencial intraurbana nas áreas e domicílios de procedência de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, concretamente, das famílias com renda inferior a três salários mínimos. A compreensão da mobilidade residencial torna-se fundamental para entender as cidades devido a sua relação direta com a estrutura urbana, entendendo que a organização espacial das cidades é o resultado das ações dos agentes que a produzem, e, em especial, aqueles dedicados à construção de moradias. Concebemos a mobilidade residencial como elemento estruturador na produção do espaço urbano, razão que justifica o desenvolvimento de uma metodologia que permita avaliar os efeitos espaciais derivados do mencionado programa habitacional, tanto no que concerne à mobilidade "imposta", quanto à mobilidade "condicionada". A metodologia foi aplicada ao caso da cidade de Presidente Prudente/SP.

> ST_01 >**07**

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (3)
COORDENAÇÃO: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 3

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO SUDESTE PARAENSE: ANÁLISE COMPARATIVA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM MARABÁ E PARAUAPEBAS

Marcus Vinicius Mariano de Souza - Unifesspa, marcussouza@unifesspa.edu.br
MyrellyLlays Rodrigues Leite - Unifesspa, myrellyr@gmail.com
Karleison Coelho da Paixão - Unifesspa, netodvbbs10@gmail.com

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise comparativa da produção do espaço urbano nas cidades de Marabá e Parauapebas, no Sudeste Paraense, a partir da lógica estatal, por meio da construção de residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, de modo que procurou-se verificar se esta produção tem possibilitado a inserção urbana dos conjuntos habitacionais ou levado ao estabelecimento de desigualdades socioespaciais. Foram analisados os residenciais Tiradentes (Marabá) e Minérios (Parauapebas) e a partir da aplicação de formulários e pesquisa de campo concluiu-se que a produção do espaço via lógica estatal tem ampliado as desigualdades socioespaciais, na medida em que não tem sido oferecidas condições mínimas para reprodução social dos moradores nas cidades e, comparativamente, percebeu-se que a situação mais alarmante é a do residencial de Marabá, em função da ausência dos equipamentos públicos de consumo coletivo e do relativo isolamento do bairro em relação à malha urbana.

POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL EM GOIÁS E FINANCEIRIZAÇÃO: A CONFLUÊNCIA ENTRE OS PROGRAMAS CHEQUE MORADIA, MCMV E MERCADO

Elcileni de Melo Borges - Universidade Federal de Goiás, elcimb@uol.com.br
Aristides Moysés - PUC Goiás, arymoyses@uol.com.br
Celene Cunha Antunes Monteiro Barreira - Universidade Federal de Goiás, celene.barreira@uol.com.br

A política habitacional de Goiás que, desde 2001, resume-se no programa Cheque Moradia, alcançou seu ápice no ano de 2014 (maior número de benefícios concedidos), a partir da estratégia de formalização de parcerias com o Governo Federal, através dos Programas: MCMV – FAR, modalidades PNHU, PNHR, Sub-50 (menos de 50 mil habitantes), FGTS e FGTS Sub-20 (menos de 20 mil habitantes), possibilitando a construção de habitações, urbanas e rurais, na quase totalidade dos municípios goianos. Somando, ainda, as parcerias com grandes empresas privadas e a atuação da AGEHAB como Entidade Organizadora (EO), responsável pela execução do empreendimento – casos dos apartamentos Nelson Mandela, no bairro Vera Cruz em Goiânia (pela incorporadora de capital aberto Direcional Engenharia); e do Residencial Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia (pela CCB Construtora), introduzindo a financeirização na prática da política pública habitacional goiana e resultando numa verdadeira efervescência do "Cheque Complemento" (ápice em 2014).

A CIDADE PRODUZIDA PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – MACEIÓ/AL

Viviane Regina Costa Sá - Universidade Federal de Alagoas, vivianercosta@gmail.com

Na cidade de Maceió/AL, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, foram construídos e entregues, até o ano de 2014, 67 empreendimentos, distribuídos entre três grupos de faixa de renda (10 para Faixa 1 / 45 para Faixa 2 / 12 para Faixa 3): um grande número de projetos que parecem responder unicamente às estatísticas de redução de déficit habitacional, porém sem qualquer preocupação com a qualidade dos espaços urbanos produzidos. Se o morar não se mantém sem a educação, a saúde, o lazer e o abastecer-se, é inaceitável pensar a formação do espaço urbano unicamente pelo viés residencial. Essa é a parcial do que se tem da cidade de Maceió após a produção do PMCMV: 36.507 unidades e o déficit por ônus excessivo com aluguel urbano quase duplicado, localização nas bordas da mancha urbana metropolitana, falta de infraestrutura adequada, conexão precária ao tecido urbano existente, difícil acesso, problemáticas condições de transporte público e mobilidade, e deficiente oferta dos serviços urbanos.

EM TERRAS DE ENGENHO: INSERÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS RESIDENCIAIS TERRAS DO ENGENHO EM PARNAMIRIM-RN
Carina Aparecida Barbosa Mendes Chaves - UFRN, carinabmchaves@gmail.com

Os Residenciais Terras do Engenho I e II são dois dos 36 empreendimentos Faixa 1 entregues na Região Metropolitana de Natal pelo Programa Minha Casa Minha Vida até o ano de 2016. Situados no município de Parnamirim, esses conjuntos estão localizados desconectados da malha urbana e distantes de serviços e equipamentos urbanos. Esse trabalho busca caracterizar os empreendimentos Terras do Engenho I e II e verificar o perfil populacional de seus residentes, bem como analisar se a localidade em que estão situados impacta na vida de seus moradores. Para essa pesquisa se utilizou de materiais bibliográficos e pesquisas de campo com os residentes dos empreendimentos estudados. Os resultados demonstraram que a localidade é considerada inadequada para a maioria dos moradores e que o principal motivo é a grande distância dos serviços e infraestrutura urbana. Foi verificado também que a população mais prejudicada é aquela que depende do transporte coletivo para se deslocar.

ST_01 > **08**

PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO: ADAUTO LUCIO CARDOSO

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 3

TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI – DIVERSIFICAÇÃO NO ESPAÇO URBANO?
Hudynne Helena Guimarães Lima - FAU-USP, hudynne.lima@usp.br

A produção imobiliária pode ser estudada desde a técnica da construção até o arcabouço regulatório. Ao observar as dinâmicas do mercado, a atividade da incorporação ganha destaque pela centralidade em que ocupa na viabilização de empreendimentos e, para uma compreensão ampla sobre o papel da incorporadora enquanto agente, é fundamental a discussão sobre a tipologia dos produtos e a sua inserção urbana e metropolitana, pois é nesse momento que o processo produtivo demonstra a materialidade do espaço construído. Desde 2000, ocorreram duas situações distintas fundamentais para o setor, sendo uma de intensa atividade no mercado e outra de crise. A primeira foi marcada por uma grande reestruturação onde diversas empresas abriram capital, e a segunda foi o momento de crise do ramo por volta de 2013 e deu-se o início da queda da produção e a retração de grandes empresas. A exposição desses eventos e das estruturas das empresas são temas recorrentes nos trabalhos de Mariana Fix (2011), Beatriz Rufino (2012), Luciana Royer (2009) e Lúcia Shimbo (2010), destacados aqui como referências para a interpretação da produção imobiliária em termos de mercado imobiliário e mercado financeiro. Esses aspectos histórico-temporais são importantes marcos a serem considerados pelo presente artigo, cujo objetivo é se desdobrar sobre as transformações nas relações de produtos e inserção urbana da produção imobiliária residencial da metrópole paulistana diante desse contexto, buscando reconhecer movimentos da dinâmica imobiliária a partir dos grandes empreendimentos dos períodos analisados. A diversificação potencial da produção que pode aparecer com a reestruturação do setor e com a abertura de capital de diversas empresas é colocada em questão sobre o seu significado para o espaço construído, se há de fato uma diversificação e compreender como ela ocorre.

"BACIA IMOBILIÁRIA" E POLÍTICA HABITACIONAL: ANÁLISE DO MERCADO FORMAL E INFORMAL DE PROVISÃO DE MORADIA NO ESPAÇO INTRAURBANO À LUZ DA INSERÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO BAIRRO PLANALTO EM NATAL/RN E SEU ENTORNO.
Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio - UFRN, erica_guima@hotmail.com
Élida Thalita Silva de Carvalho - UFRN, elidathalita@hotmail.com
Cícero Wildemberg Matias Gomes - UFRN, arq.wmatias@gmail.com

A produção do espaço urbano ocorre mediante as práticas do mercado imobiliário formais e/ou informais. Nesse sentido, tem-se observado que no bairro Planalto existe uma relação intrínseca da produção de moradia formal e a informal que ocorre pela identificação das dinâmicas de valorização do solo que, em regra, ultrapassa os limites de um determinado bairro, gerando uma espécie de drenagem de preços de terrenos e de imóveis que oscilam de acordo com os elementos que estão ao seu entorno. Para tanto, adotou-se o conceito de "Bacia Imobiliária", conceito que vem sendo testado empiricamente, sendo este artigo fruto de um trabalho exploratório que contou com pesquisa bibliográfica, de campo, documental e produção cartográfica. Sendo assim, verificou-se que há uma alteração que comporta vários aspectos, mas que, em geral é orientado para a produção formal, transbordando no mercado informal.

ASCENSÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS (ABRAINC) NA FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO-HABITACIONAL
Beatriz Rufino - FAU-USP, beatrizrufino@usp.br

A reestruturação imobiliária evidenciada na consolidação das grandes incorporadoras nacionais ao longo da primeira década do século XXI mostrou os limites de uma tradicional organização política do setor baseada em associações locais e regionais. O volume de investimentos que passaram a ser característicos do setor e o imperativo da constituição de um ambiente de investimento seguro ao olhar do capital financeiro internacional reforçaram novas articulações políticas, engendradas pelo alinhamento de interesses das maiores incorporadoras nacionais, dando origem a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC). Essa associação, ainda pouco explorada como importante ator político, selou uma importante transformação na atuação do setor, passando a representar nacionalmente os interesses das empresas dominantes. Nesse artigo procuramos compreender a ação política dessa associação investigando seus membros, pautas e formas de atuação.

NOVAS ALTERNATIVAS: AUTO GESTÃO E LOCAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO: TOMÁS ANTÔNIO MOREIRA

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 3

O AUXÍLIO ALUGUEL E O PROGRAMA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS UMA ANÁLISE A PARTIR DA URBANIZAÇÃO DA FAVELA DE PARAISÓPOLIS

Tales Fontana Siqueira Cunha - USP, tales.cunha14@gmail.com

O caderno para discussão pública do Plano Municipal de Habitação, elaborado pela Secretária Municipal de Habitação da Prefeitura de São Paulo em 2016, faz o diagnóstico de que os gastos destinados a atendimentos com Auxílio Aluguel cresceram de maneira extraordinária a partir de 2009. Tal Política destina-se ao atendimento das famílias removidas em decorrência de intervenções públicas. Partindo deste diagnóstico, o presente artigo se propõe a identificar a relação entre o crescimento dos gastos com o Auxílio Aluguel e as intervenções realizadas ao longo da implementação do Programa de Urbanização de Favelas da Prefeitura Municipal de São Paulo a partir de 2005. Partindo-se de um aprofundamento do caso da urbanização da favela de Paraisópolis, segunda maior do município e cujo Plano de Urbanização teve maiordestaque e visibilidade, será analisada a relação do cadastramento dos moradores na Política com as remoções decorrentes da implementação do Plano de Urbanização e com negociações informais e disputas políticas envolvendo o benefício.

O CABIMENTO DE MANDADO DE INJUNÇÃO NA REGULAMENTAÇÃO DA LOCAÇÃO SOCIAL

Anna Carolina Lucca Sandri - UFPR, annaclsandri@gmail.com

O artigo tem como objetivo analisar o acórdão do mandado de injunção coletivo nº 2216566-84.2015.8.26.0000, impetrado pelo Grupo de Articulação para a Conquista da Moradia para o Idoso da Capital, representado pela Defensoria Pública de São Paulo, com o intuito de regulamentar a lei estadual 10.365/1999, que autorizou o Estado de São Paulo a implantar programa de locação social. A decisão colegiada foi de improcedência da ação em decorrência de haver regulamentação no tocante ao direito à moradia. A interpretação judicial configura uma restrição à utilização do mandado de injunção. Portanto, há possibilidade de utilização de mandado de injunção, visto que a ausência de regulamentação de locação social inviabiliza o direito à moradia de muitas famílias, visto que para sua efetivação são necessárias múltiplas políticas que abarquem situações distintas.

LOCAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: REFLEXÕES SOBRE OS CUSTOS E SUBSÍDIOS

Amanda de Almeida Ribeiro - amanda_ribeiro8@hotmail.com
Guilherme Filocomo - gfilocomo@gmail.com
Mayara Marques Bernardes - mayarabernardes2006@gmail.com
Monica de Azevedo Costa Nogara - monogara@gmail.com

Este artigo tem por objetivo construir uma reflexão sobre os custos e subsídios vigentes no programa Locação Social. Essa discussão é embasada pelo diagnóstico do programa realizado em 2017 pela Secretaria de Habitação do município de São Paulo em conjunto com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. Para além do levantamento da legislação vigente, regulamentada a partir de 2002, foi realizada a análise dos recursos e atribuições vigentes. O propósito é buscar a superação sobre os mitos identificados ao longo do processo da implementação do programa e fomentar o debate sobre a sua eventual revisão, com vistas a permitir o aperfeiçoamento do programa, que possui grande potencial de atendimento a população de baixa renda, especialmente àquelas excluídas do sistema financeiro imobiliário.

ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES EM PALMAS – TOCANTINS

Mariela Cristina Ayres De Oliveira - UFT, marielao@uft.edu.br
Eane Rufina Silva - UFT, eane222@gmail.com
Olivia De Campos Maia Pereira - UFT, oliviamaia@gmail.com

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) - Entidades criado pelo Ministérios das Cidades proporciona a entidades privadas sem fins lucrativos serem gestoras do seu empreendimento. Objetiva-se estudar a implantação de um projeto "residencial Parque da Praia" executado através do MCMV- Entidades pela Federação das Associações Comunitárias e Moradores do Tocantins (FACOM-TO); único a ser executado emPalmas -TO pela modalidade. A metodologia propõe visita in loco, histórico do projeto e entrevista com o presidente da associação da FACOM-TO. Os resultados aliam poucas mudanças projetuais mas grandes conquistas na participação das expectativas dos futuros moradores, reafirmando a relação positiva principalmente pela população ser um agente e não um recebedor de uma decisão. O artigo, através da fala da presidente da entidade, mostra pontos interessantes entre o que é proposto e a realidade exequível do projeto pela entidade, no sentido de melhorias das habitações e empreendimento.

O PMCMV – ENTIDADES EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA: UM A CASO DE ENTIDADE "FICTÍCIA"

Mariana Garcia De Abreu - ANHANGUERA, marianagdeabreu@gmail.com
Miguel Antonio Buzzar - USP, mbuzzar@sc.usp.br

O PMCMV foi lançado em 2009 pelo governo federal com objetivo de aquecer a atividade da construção civil, como resposta declarada à crise econômica global e com a promessa inicial de construir um milhão de casas e destiná-las inclusive aos mais necessitados. Uma das inovações do Programa foi a determinação de duas possibilidades distintas de financiamento para um mesmo seguimento de renda, denominado Faixa 1 (de zero a três salários mínimos). A primeira se dá com recursos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com empreendimentos integralmente concebidos e executados por construtoras, denominado PMCMV -Empresas. A segunda advém dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), os empreendimentos são de responsabilidade de entidades sem fins lucrativos, denominado PMCMV - Entidades. O trabalho tem como objetivo relatar e analisar o Entidades do PMCMV em São João da Boa Vista, objeto escolhido por ser uma cidade de pequeno porte, sem tradição de movimentos sociais, e com dois empreendimentos geridos por entidades, um pelo PMCMV – Entidades e o outro a Programa Carta de Crédito Associativo (PCCA), um caso atípico frente às realidades do Estado.

PERCURSOS HISTÓRICOS DA PRODUÇÃO PÚBLICA DE HIS
COORDENAÇÃO: ROSANA DENALDI

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 3

PROJETOS HABITACIONAIS EMPREENDIDOS PELO PODER PÚBLICO EM MACAPÁ-AP: DE 1943 A 2018
Kevin Cordeiro - Universidade Federal do Amapá, kevinscordeiro@gmail.com
Melissa Matsunaga - Universidade Federal do Amapá, matsunagamk@gmail.com

O artigo tem o objetivo de identificar, sistematizar e tecer análises iniciais sobre projetos habitacionais empreendidos pelo poder público com enfoque para a habitação de interesse social na cidade de Macapá, Amapá, região norte do Brasil. A pesquisa apresenta as ações realizadas na capital durante os períodos de Território Federal do Amapá (1943-1988) e posteriormente como ente federativo, Estado do Amapá até os dias atuais (1988-2018). A investigação utiliza-se de revisão bibliográfica e documental para levantamentodias atuais (1988-2018). A investigação utiliza-se de revisão bibliográfica e documental para levantamento dos dados que se encontram fragmentados nas publicações que tratam o assunto, constituindo numa sistematização importante já que organiza as informações compondo um Quadro temporal que, por sua vez, possibilita a definição de sub-periodizações além de localizar os empreendimentos habitacionais no espaço urbano de Macapá através de um Mapa. Os produtos abrem possibilidades de aprofundamentos teóricos posteriores sobre o tema além de poderem subsidiar discussões acerca da formulação de uma política habitacional efetiva na capital amapaense.

POLÍTICAS HABITACIONAIS E ESTRUTURA INTRAURBANA: LOCALIZAÇÃO DE NÚCLEOS HABITACIONAIS EM PASSO FUNDO/RS
Wagner Mazetto de Oliveira - UFRGS, wagnermazetto@gmail.com
Bruno Gallina - UFRGS, bruno.bg@hotmail.com
Clarice Maraschin - UFRGS, clarice.maraschin@ufrgs.br

O trabalho problematiza a relação entre as políticas habitacionais e a estrutura intraurbana das cidades brasileiras. Políticas habitacionais estão sujeitas ao problema do acesso à terra urbana e, ao mesmo tempo, tem a capacidade de promover alterações na estrutura urbana na medida em que alocam população concentrada em novas áreas, demandando o acesso à infraestrutura. Nesse sentido, é importante avaliar como as políticas habitacionais vêm enfrentando as questões de localização, valor da terra e segregação sócio-espacial ao produzirem espaços de moradia para os pobres. O objetivo deste artigo é analisar a localização de núcleos habitacionais propostos no âmbito das diversas políticas habitacionais de baixa renda na estrutura espacial das cidades ao longo do tempo. Toma-se como estudo empírico uma cidade média, Passo Fundo, RS, na qual se analisa a localização dos núcleos habitacionais em três períodos: 1) BNH e COHAB/RS (1966-1984); 2) Ações Municipais (1993-2004) e 3) Ações em parceria entre o governo federal e o município (2004-2018). Busca-se responder à seguinte questão: é possível identificar um padrão de localização comum aos três períodos? O trabalho identifica e localiza a produção habitacional em cada período temporal considerado e analisa sua relação com a estrutura espacial existente em cada momento através de mapas síntese. A análise identificou um padrão geral de localização segregada dos núcleos habitacionais em cada período, no entanto, foram observadas algumas diferenças entre os tipos de políticas analisadas. Verificou-se também que fatores como o crescimento da mancha urbana e a expansão da infraestrutura beneficiaram a posteriori a maior parte dos núcleos analisados.

HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1965 A 1992.
OS CASOS DE PRESIDENTE PRUDENTE E VOTUPORANGA COMO CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A PRODUÇÃO DAS COHABS E DOS PDDIS
Eulalia Portela Negrelos - IAU-USP, negrelos@sc.usp.br
Janaina Andrea Cuato - IAU-USP, jcucato@usp.br
Aline Passos Scatalon - IAU-USP, alinescataon@gmail.com

Neste artigo buscamos estabelecer relações entre planejamento integrado e produção habitacional no período de vigência do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)/Banco Nacional da Habitação (BNH)/Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)/Companhias de Habitação (COHABs), entre 1964-1986, e até 1992, em função da reorganização da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (CDHU) com recursos do ICMS no âmbito estadual em 1989. O período conta com intensa produção em Presidente Prudente e Votuporanga de conjuntos habitacionais promovidos por COHABs e de planos diretores de desenvolvimento integrado normatizados pelo SERFHAU. Articulamos urbanização, planejamento e política habitacional, estabelecendo nexos dialéticos dessas dimensões do processo de produção do espaço, buscando a efetiva inserção da produção habitacional do "período BNH" na historiografia de Arquitetura e Urbanismo contribuindo na construção de um inventário crítico dessa produção no estado de São Paulo.

EVOLUÇÃO URBANA E IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL: UMA ANÁLISE ESPACIAL DA CIDADE DE PASSO FUNDO – RS
Josiane Andréia Scotton - UFRGS, josianeascotton@gmail.com
Fábio Lúcio Lopes Zampieri - UFRGS, fabio.zampieri@ufrgs.br

As questões habitacionais têm sido protagonistas nas discussões sobre a cidade e planejamento urbano à medida que se apresenta no Brasil um déficit habitacional relevante. As políticas habitacionais tentam minimizar esse déficit e têm se mostrado insuficientes e o estado reage através de políticas de produção de moradias em larga escala. Como consequência tem-se a produção de moradias de baixa qualidade que configuram um padrão nacional segregado e afastado dos núcleos urbanos. Busca-se neste trabalho analisar a cidade de Passo Fundo-RS, verificando se os Empreendimentos de Interesse Social implementados por diferentes programas habitacionais ao longo do tempo seguem o padrão nacional. O recorte temporal selecionado para avaliação está entre 1960 e 2010 e os empreendimentos são pertencentes à programas governamentais. A verificação foi realizada através da aplicação da teoria da sintaxe espacial com o uso das medidas de integração e escolha.

PROVISÃO DA HABITAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REPÚBLICA VELHA E NO IMEDIATO PÓS-1930. UM QUADRO EM PORTO ALEGRE
Cleandro Krause - IPPUR/UFRJ, cleandrokrause@uol.com.br

Porto Alegre teve um período de continuidade administrativa no início do século XX, que chegou a incluir os primeiros anos da Era Vargas. A provisão da habitação para proletários não faria parte, a princípio, de um "programa social" de governos inspirados no positivismo comtiano. Contudo, seus intendentes emitiram tanto incentivos à produção rentista como estímulos à construção da casa própria. Além do que afirmavam gestores públicos e empresários acerca da habitação, incentivos à sua produção também advieram das condições objetivas oferecidas por uma dotação parcial e seletiva de melhoramentos urbanos

nas áreas periféricas. Em seu conjunto, essas medidas teriam buscado uma conciliação entre elites e o Estado, relativamente aos seus interesses na provisão habitacional, bem como barrar uma "questão social", idealizando e tratando o trabalhador-proprietário como um pequeno "capitalista", digno de sua proteção.

> ST_01 >**11**

HIS EM ÁREAS CENTRAIS E ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
COORDENAÇÃO: TOMÁS ANTÔNIO MOREIRA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 3

AS ZEIS E O CONCEITO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:
NOTAS SOBRE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Rosana Yamaguti - UFABC, r.yamaguti@ufabc.edu.br

As ZEIS de imóveis vazios ou subutilizados configuram uma categoria especial de zoneamento que tem por objetivos a constituição de um estoque fundiário ou o aproveitamento de imóveis vazios, subutilizados ou encortiçados para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS). Este artigo aborda uma das condições primordiais ao cumprimento de tais objetivos: o conceito de HIS. Para tanto, é analisado o caso do município de São Paulo, cujo conceito de HIS, recentemente revisto, permitiu que expressiva parcela da produção habitacional nesta categoria de ZEIS não se destinasse à demanda prioritária. Dessa forma, pretende-se evidenciar que a eficácia das ZEIS na diminuição da demanda prioritária do déficit habitacional depende de diversos fatores, como a efetiva participação do poder público na elaboração e implementação do instrumento e a existência de formas de financiamento subsidiado desta produção.
Objetivos vinculados ao instrumento.

POLÍTICAS HABITACIONAIS PARA OS CENTROS: DISPUTAS, AÇÕES E DILEMAS
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro - UFF, joaocarlosmonteiro@gmail.com
Leda Velloso Buonfiglio - FURG, ledabuonfiglio@gmail.com

O artigo propõe traçar um balanço crítico das políticas públicas para as áreas centrais das cidades brasileiras dentro de um recorte temporal que resgata marcos legais e institucionais importantes para a regulamentação da política habitacional urbana como o Estatuto das Cidades, a criação da Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003), a promulgação da Lei 11.481 de 2007 – que promove a alienação dos bens imóveis públicos para provisão de habitação de interesse social – a efetivação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e o Crédito Solidário na modalidade reforma de edifícios nos centros. Tal balanço pretende analisar as disputas pelos centros: da produção da política à apropriação efetivamente popular desses espaços, distinguindo uma linha do tempo nítida que recupera e funde elementos conjunturais e estruturais desse esforço intelectual, técnico e político para a conformação de uma política habitacional para os centros urbanos brasileiros.

PARA QUÊ AEIS? CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DE ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (AEIS) NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA COMUNIDADE ÁFRICA EM NATAL/RN
Maria Caroline Farkat Diógenes - carolfarkat@yahoo.com.br
Gabriela de França Barros Campos - gabrieladefranca.arq@gmail.com

As cidades brasileiras experimentaram, por muito tempo, um processo de urbanização que delineou uma significativa exclusão sócio espacial, configurando pontos de concentração de pobreza em áreas periféricas e centrais, representados pelos assentamentos informais. Em contraponto a isso, principalmente a partir da década de 1980, evidenciou-se um esforço para implementação de novas estratégias de gestão e intervenções em assentamentos precários. Para tanto, o Plano Diretor de Natal (2007) demarca as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), tipos de assentamentos precários com fins de urbanização e regularização fundiária. Dentre elas, destaca-se aqui a AEIS da África, localizada no bairro da Redinha, que se encontra em fase final do projeto de Regularização Fundiária, que, com o surgimento da Lei 13.465/2017 foi conduzido sem sua devida regulamentação urbanística, uma vez que a lei a dispensa. Assim, comparando o contexto de formalização da comunidade África aos seus estudos mais recentes, este artigo tem como objetivo geral discutir como a regulamentação das AEIS ainda pode ser utilizada como ferramenta de maior acesso a moradia digna e à cidade.

ZEIS X SEHIS – ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO CASO DE CURITIBA, PR
Ricardo Serraglio Polucha - COHAB-CT, rpolucha@cohab.curitiba.pr.gov.br
Paulo Nascimento Neto - PUCPR, paulo.neto@pucpr.br

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) é um dos instrumentos criados a partir da Reforma Urbana, que tem por objetivo o cumprimento da função social da propriedade, delimitando compartimentos em áreas urbanas, seja para regularização de assentamentos informais, seja para produção de habitação de interesse social. Seu desenvolvimento ocorreu a partir da década de 1970 por meio de experiências embrionária, tomando impulso na década de 1980 no contexto da redemocratização e da emergência do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Diante da relevância do instrumento, neste artigo discute-se sua aplicação a partir de estudo de caso realizado no município de Curitiba (PR). Busca-se a investigação do processo histórico de aplicação de instrumento localmente concebido, denominado Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS). A hipótese assumida é a de que o SEHIS (instrumento criado no município) é a reprodução local da ZEIS (instrumento previsto no Estatuto da Cidade).

OS FINS, OS MEIOS E A SUGESTÃO DE UM NOVO INÍCIO. UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA NA HISTORIOGRAFIA DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL.
Técio Martins - UnB, teciolsmartins@gmail.com

A historiografia da habitação de interesse social tem os principais textos pautados em discussões de ordem social e/ou econômica. São abordagens indispensáveis, pois o tema pressupõe atuação estatal, sem a qual não existiriam programas nacionais. Para além das estatísticas, entretanto, existe o morador: indivíduo, único, jamais passível de modulação. O objetivo desse artigo é propor uma leitura diferente para o campo arquitetônico da habitação, com a confrontação teórica de escritos que colocam o indivíduo como ponto de partida para o conhecimento. A fenomenologia, desde Edmund Husserl até Maurice Meleau-Ponty, propõe

a relação indissociável entre indivíduo e espaço para a percepção e é utilizada aqui como base teórica para a confrontação da legislação governamental dos três principais programas de abrangência nacional na área: Fundação da Casa Popular, Banco Nacional da Habitação e Minha Casa Minha Vida, numa metodologia denominada por Trevisan (2018) como Pensar por Atlas.

ST_02 > DIREITO À CIDADE E À MORADIA

Comissão Científica:
Benny Schvarsberg – PPG-FAU/UNB
Caio Santo Amore de Carvalho – PPGAU-FAU/USP
Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas – PPGAU+D/UFC
Regina Dulce Barbosa Lins – PPGAU/UFAL
Ruth Maria da Costa Ataíde – PPGAU/UFRN

ST_02 >**01**

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
COORDENAÇÃO: BENNY SCHVARSBERG

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 13

A MEDIDA PROVISÓRIA 759/2016 E O NOVO PARADIGMA DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NACIONAL: A IMPOSIÇÃO INSTITUCIONAL DO MODELO CAPITALISTA FINANCEIRIZADO OCULTADA PELA PROMESSA DE DINAMIZAÇÃO PROCEDIMENTAL
Rafael De Sordi Zanola - UFABC, zanolarafael@gmail.com
Julia Navarro Perioto - USP, jnavarroperioto@gmail.com
André Simionato Castro - USP, andrefdrp@yahoo.com.br
Ricardo de Pádua Salles - USP, ricardo.salles@gmail.com

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o aperfeiçoamento da elaboração, compreensão e aplicação da legislação federal atinente à regularização fundiária implementou-se com base nas diretrizes da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, conduzindo a política de regularização fundiária à oferta ao direito à cidade à população atingida. A edição da Medida Provisória 459/2009, transformada na Lei federal nº 11.977/09, teve a importante missão de cobrir a lacuna na legislação brasileira sobre a matéria da regularização fundiária. Com uma conceituação ampla, a regularização fundiária plena passou a ser entendida como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais capazes de garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. No entanto, a alteração das instituições, aqui entendidas como os arranjos relacionais de atores (CLEAVER, 2012), na esfera do Poder Executivo Federal no ano de 2016 implicou também na moldagem da legislação para a modificação do objetivo final do papel da política de regularização fundiária, passando essa a ser vista prioritariamente como um meio de obtenção de título de propriedade pela população pobre para a facilitação ao acesso ao mercado financeiro mediante a garantia do bem imóvel titulado. O presente artigo se propõe a entrelaçar o movimento global de direcionamento da economia ao capitalismo financeirizado e a recente alteração do marco normativo nacional de regularização fundiária, tendo como foco a ação do Estado Brasileiro na alteração de abordagem relativa à política de regularização fundiária.

HOUSING PRACTICE AND URBAN PRODUCTION AT THE FORMAL-INFORMAL INTERFACE: THE CASE OF DAR ES SALAAM IN TANZANIA
Priscila Izar - IHSS, Universidade Ardhi, Tanzania, izarpris@vt.edu
Nathalie Jean-Baptiste - IHSS, Universidade Ardhi, Tanzania, njb@wastestudies.com

This paper challenges policy discourse prioritizing formalization and regularization of housing and urban settlements and proposes that policy-driven transformation grounded on actually existing local systems and practices is more likely to facilitate inclusive urban production processes and cities. We frame urban production as occurring within locally established formal-informal interfaces in order to investigate on the ground practices associated to provision, permanence and adaptation to fast change. Focus is in the Makumbusho-Tandale wards of the Kinondoni district, in the city of Dar es Salaam, Tanzania, East Africa's largest and most populous country, and where informality is a defining feature. In Dar es Salaam, about seventy percent of urban production occurs in unplanned areas. We present the initial elements of a typology of housing and urban production and practice in the area that draws from grounded analysis, and put forward an agenda for future research.

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RESISTE AO NOVO MARCO LEGAL
Bruna Pimentel Cilento - PUC-Campinas, brunapcilento@yahoo.com.br
Wilson Ribeiro Santos Junior - PUC-Campinas, wilsoncaracol@gmail.com

O extinto capítulo III, da Lei Federal nº 11.977/09 (BRASIL, 2009) contribuiu para desjudicializar os processos de reconhecimento de posse e propriedade, facilitando sua aplicação nos mais diversos municípios brasileiros. Contudo, mesmo diante dos aspectos positivos constatados no seu período de vigência, foi abruptamente revogado em dezembro de 2016 e o seu conteúdo foi incluído na Lei Federal nº 13.465/2017 (BRASIL, 2017). Aparentemente trata-se da adoção de uma política de priorização da titulação da posse em assentamentos informais, sejam estes de interesse social ou específico, como resolução dos problemas das ocupações irregulares. Verifica-se com a nova Lei o recuo das regularizações urbanas voltadas à população pobre e das demais medidas de intervenção social e urbana, que iam para além da legitimação da posse do ocupante. Ainda assim, o novo marco regulatório aponta a possibilidade de um cenário positivo à segurança dessa posse em núcleos urbanos informais, inclusive em zonas rurais.

ENTRAVES HISTÓRICOS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL
Guilherme Carpintero de Carvalho - UFABC / UNIP, guilherme@carpintero.org

O artigo pretende discutir os entraves da regularização fundiária de interesse social. Tendo em vista apresentar a discussão de forma didática, elaboramos uma trajetória hipotética de um processo de regularização fundiária de interesse social e a partir desta, descrevemos as etapas do processo bem como

os entraves se expressam, ou se expressaram, considerando que uma situação pode ser ou não considerada entrave em um dado momento histórico e político. Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado, cujo conteúdo foi atualizado a luz da nova lei de regularização fundiária (LEI Nº 13.465/2017).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO GO
Jorge Lucien Munchen Martins - Presidência da República, jmunchen@gmail.com
Benny Schavsberg - Universidade de Brasília, benny@unb.br

Este trabalho trata da regularização fundiária e dos conflitos fundiários urbanos, no município de Valparaíso, na microrregião do Entorno Sul do DF. O objetivo central desta pesquisa foi o de compreender em que medida o modelo de crescimento urbano observado naquela região, pautada na expansão horizontal e na dinâmica de mercado imobiliário, com uma base fundiária precária e irregular, contribui com a proliferação de assentamentos subnormais e com a irregularidade fundiária, amplificando os conflitos fundiários urbanos. Assim, a hipótese central desta pesquisa é de que a irregularidade fundiária é foco potencial de conflitos fundiários urbanos. Se de fato os assentamentos irregulares são foco de conflitos urbanos, sua solução deve ser enfrentada para além das políticas setoriais, mas deve reconhecer a questão fundiária, ou seja, o acesso à terra legalizada, urbanizada e bem acessível como elemento primordial na constituição de cidades mais justas e socialmente equilibradas.

> ST_02 >**02**

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS
COORDENAÇÃO: RUTH MARIA DA COSTA ATAÍDE

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 13

MOBILIDADE E PROJETOS URBANOS EM FAVELAS: O CASO DO COMPLEXO DO ALEMÃO NO RIO DE JANEIRO
Jean Legroux - PROURB / UFRJ, jeanlegroux@hotmail.fr
Ana Lucia Britto - PROURB / UFRJ, anabrittoster@gmail.com
Pablo Benetti - PROURB / UFRJ, benettipablo@gmail.com

O artigo visa analisar a mobilidade dos habitantes de favelas e os efeitos de projetos urbanos nestes espaços, a partir do caso do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. A mobilidade dos moradores de favelas é um desafio, tanto pelo abandono histórico do Estado em termos de serviços urbanos, como pela morfologia e topografia destes territórios, marcados por uma alta densidade, autoconstrução de moradias e uma trama viária muitas vezes feita de ruas estreitas, becos, vielas e escadarias. Primeiramente, a mobilidade é abordada do ponto de vista conceitual e geral para logo focar-se nas especificidades da mobilidade dos habitantes de favelas do Rio de Janeiro. Em um segundo tempo, abordamos políticas públicas em favelas (Favela-Bairro e PAC) no Rio de Janeiro. Em um terceiro tempo, o teleférico do Complexo do Alemão, da sua conceição até a sua paralisação, é analisado. A quarta parte visa apresentar, em primeira mão, os resultados da pesquisa "Mobilidade e Saneamento no morro do Alemão", coordenada pelos autores, que foi realizada em 380 domicílios com amostragem representativa em 4 setores censitários (do Censo Domiciliar do IBGE, 2010) do morro do Alemão.

GENTRIFICAÇÃO E MORADIA: UM ESTUDO SOBRE A ELITIZAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS E O EXEMPLO DO GRANDE PIRAMBU EM FORTALEZA
Marina Guerra Diogenes - UFC, marinagdiogenes@gmail.com

Entende-se que o "direito à cidade" vai além dos benefícios da urbanização e considera a participação nos processos de transformação da cidade como essenciais para um desenvolvimento inclusivo. Porém o que acontece na prática é a expulsão da população pobre de áreas valorizadas e com infraestrutura, mesmo havendo imóveis subutilizados que poderiam atender as necessidades desse público. Isso pode ser observado no Centro de Fortaleza, que tem grande fluxo comercial e oportunidades de emprego, mas é cheio de vazios urbanos que poderiam ser usados para habitação. Assim, o Grande Pirambu surgiu como ocupação pobre e precária compondo a região litorânea da capital, próxima do centro. Mesmo com a forte ação popular, continua sendo carente da atenção do poder público e um local de disputa por moradia, principalmente com a implantação de projetos viários. Acredita-se que existe um processo de gentrificação ocorrendo na região devido a esses projetos e pressionando moradores a saírem da área.

DISCURSO SUSTENTÁVEL E A PRÁTICA DE REMANEJAMENTO ESTUDO DE CASO EM INTERVENÇÃO HABITACIONAL DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM BELÉM (PA)
Marlon D'Oliveira Castro - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, marloncastro@ufpa.br

Remanejamentos urbanos têm sido as práticas mais comuns para reduzir a quantidade de assentamentos precários vulneráveis do ponto de vista socioambiental na Região Metropolitana de Belém (RMB) nas últimas décadas, mas seus resultados e efetividade ainda são discutíveis. Este artigo procura analisar as interpretações discursivas e aproximações ao conceito de sustentabilidade urbana em uma intervenção de habitação de interesse social oriunda do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em Belém (PA), a partir do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), visando estabelecer nexos de sustentabilidade entre a população atendida pelo Programa durante a realização das obras da intervenção – o Projeto Taboquinha, localizado no distrito de Icoaraci. Foi utilizada pesquisa qualitativa a partir dos projetos técnicos, documentos, além de entrevistas semiestruturadas com técnicos elaboradores e executores. Percebe-se que em relação à sustentabilidade, tomando por base a categoria lazer, foco do estudo, o Projeto reproduz espaços sem relação com as vivências materiais e substantivas dos sujeitos atendidos, desconsiderando suas necessidades e práticas cotidianas.

AS DISPUTAS EM TORNO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NA FAVELA:
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PROPRIETÁRIOS E INQUILINOS
Ivan Zanatta Kawahara - IPPUR-UFRJ, iv.zanatta@gmail.com

Os conflitos das classes são de fundamental importância para a compreensão das dinâmicas que envolvem a produção do espaço no capitalismo. Quanto mais descemos da produção do espaço em geral para a análise de territórios singulares, maiores são as determinações que incidem sobre o arranjo das classes. Nesse artigo, pretendemos fazer uma discussão sobre as disputas que envolvem a relação entre proprietários e inquilinos nas favelas considerando os polos dessa relação como duas frações da classe trabalhadora que, ao assumirem diferentes posições na forma de apropriação do valor, tomam posturas antagônicas no interior da classe.

AS TRANSFORMAÇÕES DA FAVELA VIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
A EXPERIÊNCIA DO MORRO VITAL BRAZIL, NITERÓI/RJ
Aline Rocha - UFF, alinerocha.su@gmail.com

O presente artigo busca compreender o fenômeno da favelização ocorrido em diversas cidades brasileiras como expressão da "questão social". Para tal, utiliza-se da concepção materialista histórica e dialética, de maneira a romper com a visão superficial, estereotipada e preconceituosa que ocupa, há anos, a centralidade do discurso hegemônico. A partir disto, busca admitir possibilidades inauguradas pela Lei 11.888/08, a chamada Lei da Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, no sentido da construção de uma política habitacional eficaz e integrada, capaz de incentivar a atuação de equipes multidisciplinares na interação com as comunidades, de modo a contribuir com a emancipação de seres humanos, isto é, de modo a contribuir para que as relações individuais com o meio possam ganhar dimensão de força social organizada na construção democrática de uma sociedade mais justa e igualitária. A fim de ilustrar algumas destas possibilidades, bem como entraves, este artigo apresentará a experiência do projeto Arquiteto de Família que ofereceu gratuitamente Assistência Técnica, por meio de equipe multidisciplinar, para 170 famílias moradoras de domicílios inadequados no morro Vital Brazil, localizado na cidade de Niterói/Rio de Janeiro, onde atuei como assistente social ao longo dos sete anos de funcionamento do projeto.

ST_02 >**03**

OCUPAÇÕES URBANAS
COORDENAÇÃO: RUTH MARIA DA COSTA ATAÍDE

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 13

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS CENTRALIDADES URBANAS: O CASO DO EDIFÍCIO DANDARA
Carina Castro Pedro - UFMG, carinacastrope@gmail.com
Maria Cristina Villefort Teixeira - UFMG, mcrisvt@gmail.com

Edificações abandonadas e em estado de deterioração são elementos frequentes no retrato dos centros urbanos no Brasil. Ao mesmo tempo, o crescente número de famílias de baixa renda que habitam a cidade de maneira precária amplia o déficit habitacional do país. Com o objetivo de discutir essas questões, o presente artigo discorre sobre questões referentes ao valor da terra urbana como barreira para o acesso à moradia no centro pela população de renda de até 3 salários-mínimos, bem como procura identificar quais são os fatores e agentes envolvidos no processo e como se dá a disputa pelas centralidades no território. Por fim, a produção não capitalista do espaço é apresentada como alternativa para essa população através da reabilitação de edificações vacantes com a análise do caso do edifício Dandara, imóvel reabilitado no centro de São Paulo por iniciativa dos movimentos de luta por moradia através de recursos do programa 'Minha Casa, Minha Vida' modalidade entidades

OCUPAÇÕES POR MORADIA EM SÃO PAULO: PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES NA PERIFERIA E CENTRO
Iara Franco Schiavi - UFABC, iara.schiavi@gmail.com
Gerardo Alberto Silva - UFABC, gerardo.silva@ufabc.edu.br
Miriam Francisca Rodrigues Couto - UFABC, couto.mfr@gmail.com

O artigo propõe-se a realizar uma análise comparativa entre duas ocupações de moradia, a Ocupação Mauá (MMLJ), na região central da cidade de São Paulo, e a Caguassú Leste (MSTC), na periferia do município, com o objetivo de compreender as principais diferenças entre elas, semelhança principalmente quanto ao perfil socioeconômico dos moradores e sua inserção na cidade. A metodologia da pesquisa inclui um levantamento histórico sobre as ocupações de moradia e a situação da habitação na cidade de São Paulo. Utilizou-se ainda dados oficiais para contextualizar a condição da moradia no município e o direito à cidade. Foram aplicados questionários qualitativos para identificar o perfil dos moradores de cada ocupação e as condições socioeconômicas. Conclui-se que o centro apresenta uma melhor infraestrutura às famílias, o que resulta em uma renda maior. Na periferia destaca-se um maior apego à região, fruto da construção de uma identidade territorial positiva.

OCUPANDO O CENTRO DE BELO HORIZONTE – LOCAÇÃO SOCIAL COMO ALTERNATIVA PARA GARANTIR O DIREITO À CIDADE
Júlia Candelária Dias Batista - UFMG, juliacdbatista@gmail.com
Lygia Araújo Barbosa Lott - UFMG, lygiablott@gmail.com
Mariana Cristina Fernandes Pinto - UFMG, marifernato@gmail.com
Artur Freixedas Colito - UFMG, arturcolito@gmail.com

É notável no Brasil a histórica dificuldade na concretização de moradias para grandes segmentos da população, especialmente nos contextos urbanos em que vive a maioria dos brasileiros. Numa conjuntura de periferização desses sujeitos, a atual crise política e fiscal prejudica muitas demandas e sujeita tais interesses a uma lógica de especulação financeira. Dentre os grupos de sujeitos afetados por essa governamentalidade estão os estudantes do Centro de Belo Horizonte, prejudicados em seu acesso à educação. Frente a este cenário, o presente artigo explora as possibilidades de aplicação do modelo de locação social para esses estudantes, bem como seus desafios.

OCUPAÇÕES NO CENTRO DE SÃO PAULO: DESEJOS DE FIXAÇÃO NO TERRITÓRIO
Barbara Frutuoso - FAU MACKENZIE, bfrutuoso@live.com
Volia Regina Costa Kato - FAU MACKENZIE, vrkato@uol.com.br

O artigo objetiva trazer alguns resultados de uma pesquisa em andamento, enfatizando sobretudo a importância metodológica de um olhar qualitativo, a partir de dentro e de perto, nas ocupações no centro de São Paulo. A partir de 1960 o centro de São Paulo foi abandonado pela classe dominante e se popularizou, devido a concentração de atividades de baixa remuneração e fácil acesso de transporte público. A partir de 1990, com grande parte de seu patrimônio edificado vazio, os movimentos sociais por moradia usam esses prédios como instrumento de luta as ocupações. Considera-se que as diversas dimensões da vida cotidiana da população que vive nas ocupações implicam na construção de um território de fixação e

resistência e, portanto, despontam como outra face de luta pela moradia. A construção de redes de relações sociais entre as ocupações e o uso dos equipamentos relacionados às necessidades da vida produzem laços de identificação com o local, afetos e desejos de permanência.

EU NÃO TENHO ONDE MORAR UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE NATAL-RN
Verônica Maria Fernandes de Lima - UFRN, verolima04@gmail.com
Isadora Maria Ferreira de Lima - UFRN, isadora.lima@ufrn.abea.arq.br
Viviane Gomes Medeiros - UFRN, arq.vivianemedeiros@gmail.com
Edja Bezerra Faria Trigueiro - UFRN, edja.trigueiro@gmail.com

Diante do crescimento da população em situação de rua em Natal, o Ministério Público solicitou à Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE) uma resposta para a problemática da habitação. Foi criada uma comissão dentro do Conselho de Habitação de Interesse Social - CONHABINS para estudar o tema e propor soluções. O artigo apresenta os resultados preliminares dos estudos sobre essa população na cidade. A partir do entendimento que a população em situação de rua, é uma consequência da desigualdade social, o artigo foi estruturado da seguinte maneira: 1. Apresenta-se uma discussão conceitual; 2. São descritas as características dessa população em Natal; 3. Faz-se um breve panorama do processo de organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR); e 4. Sugere-se soluções para a questão da moradia a partir da discussão com o núcleo local do MNPR; apresenta-se alguns encaminhamentos para a continuidade da discussão.

> ST_02 >**04**

DIREITO À PAISAGEM
COORDENAÇÃO: RUTH MARIA DA COSTA ATAÍDE

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 7

DIREITO À NATUREZA NA CIDADE: OS DESAFIOS À INTEGRAÇÃO COM
OS AMBIENTES NATURAIS DESDE A INFÂNCIA.
Cecília Marilaine Rego de Medeiros - UFRN, cecilia.marilaine@yahoo.com.br
Elisania Magalhães Alves - UFRN, elisania.ma@gmail.com

O contato com a natureza é uma variável importante para o desenvolvimento humano, como mostram pesquisas na área das relações pessoa-ambiente, destacando-se os estudos que comprovam os benefícios para qualidade de vida e consciência pró-ambiental. Contudo, a intensa urbanização tem refletido no modo como as crianças se relacionam com a natureza, cada vez mais restrita a jardins idealizados de ambientes privados, espaços públicos sem tratamento paisagístico ou áreas de risco ambiental, poluídas e degradadas. No contexto urbano brasileiro, marcado por uma crise que inter-relaciona questões sociais e ambientais, perpetua-se (ou permanece) o conflito diante da ausência de uma matriz justa à ambas. Este artigo discuteas relações entre crianças residentes em territórios informais de moradia e os espaços naturais protegidos, remetendo aos princípios do Direito à Cidade e ao Meio Ambiente, num campo de conflitos e buscas de interações, face às concepções preservacionistas presentes na Política Ambiental brasileira. Refletimos como os espaços de proteção ambiental podem contribuir para a apropriação e a garantia do direito à natureza na cidade.

A FORMA DO DIREITO À CIDADE: LEFEBVRE ENCONTRA NATAL
Camila Bezerra Nobre de Medeiros, UFRN.

O presente artigo trata da forma do direito à cidade na perspectiva de Henri Lefebvre. Tem-se, por objetivo, identificar, na obra "O direito à cidade" que referências o autor faz à questão da forma e como ela se relaciona ao conceito principal do livro, buscando entender como tal conceito se materializa. Para isto, buscaram-se exemplos da "forma do direito à cidade" em Natal, cidade com a qual a autora possui familiaridade. Para desenvolvê-lo, realizou-se a leitura da referida obra, destacando-se os trechos vinculados ao tema e, em seguida, procurou-se relacioná-los com a realidade material, especialmente da cidade de Natal, através da fotografia. Com resultados, foi possível compreender que o direito à cidade é um conceito em construção, mas que, apesar disso, é possível encontrar fragmentos daquilo que foi discutido por Henri Lefebvre na cidade de Natal, que podem ser potencializados.

O DIREITO A HABITAR A CIDADE: O RECONHECIMENTO DA POÉTICA COTIDIANA COMO DIREITO A CIDADE
Hulda Erna Wehmann - FAUUSP / ANHEMBI-MORUMBI, wehmann.hulda@gmail.com
Catharina Pinheiro Cordeiro Dos Santos Lima - FAUUSP, cathypinheiro@gmail.com

O que na cidade é direito do cidadão? Quais os marcos que determinam o espaço urbano democrático? Em outras palavras: o que faz de uma cidade um lugar habitável? Se é impossível habitar sem poesia, como diz Heidegger (1970), pergunta-se: Como se tecem as relações entre a cidade e seu habitante? Esta indagação é tão mais importante quanto se compreende que a Cidade é resultado concreto e simbólico de uma miríade de decisões anônimas, a poiein cotidiana conforme Michel de Certeau (1998), pelas quais os citadinos se reapropriam de espaços e constroem neles seu habitar. A inserção dessas lógicas plurais no planejamento de uma urbe é passo imperativo para evitar a transformação do urbanismo em instrumento de criação de habitat abstrato, alvo das críticas de Lefebvre (2000), no qual os citadinos são meros consumidores passivos do espaço. A discussão que se pretende nesse artigo é realizada a partir dos resultados de pesquisa sobre a experiência da cidade enquanto paisagem habitada. Os dados resultantes da análise permitem sugerir a necessidade do debate do direito à paisagem como elemento essencial do direito à cidade.

TENSÕES ENTRE O DIREITO À CIDADE E AO MEIO AMBIENTE: O CASO DA GLEBA GRAJAÚ
Estefania Momm - FAU USP, estefania.momm@gmail.com
Vitor Yamamoto - FAU USP, vitormyamamoto@gmail.com
Rosane Tierno - FAU USP, ratierno@gmail.com

O presente artigo aborda a relação entre direito à moradia, recuperação ambiental e regularização de interesse social em áreas de proteção aos mananciais em São Paulo através do estudo de caso da GlebaGrajaú, área de cerca de 164 mil m^2 de propriedade da Companhia Metropolitana de Habitação de São

Paulo desde 1983. A análise abrange os principais impasses da ocupação da área e os entraves do processo de regularização, apresentando no espaço construído, um claro descolamento entre a legislação e o objeto a qual se pretende legislar. O estudo do qual resulta este artigo iniciou-se em 2016 e compreende: a análise histórica da Gleba desde a aprovação pela prefeitura e implantação por mutirão de 82 casas da Vila Arco Íris; a ocupação irregular em parte da área remanescente da Gleba pela Vila Nascente; e mais recentemente, a ocupação irregular e precária da última parcela livre da Gleba a partir de 2013. A pesquisa aborda ainda: a articulação dos atores envolvidos neste processo, o acompanhamento do Termo de Ajustamento de Conduta estabelecido entre COHAB-SP e Ministério Público, e o uso do instrumento do Programa de Recuperação de Interesse Social a partir de 2013.

O DIREITO À CIDADE AOS MORADORES DAS FAVELAS: O CASO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR DO JARDIM NICEIA, BAURU – SP

Iasmim Haruê Andrade Freitas - FCT – UNESP, iasmim.harue53@gmail.com

Trataremos neste artigo sobre o direito à cidade da população que vive nas chamadas 'cidades ilegais', que são os territórios marcados por assentamentos ilegais/informais, popularmente conhecido como favelas. População essa que não tem seu direito básico à moradia garantido, além de que geralmente são segregados tanto social quanto espacialmente do restante da cidade, de forma que tem seu direito à cidade, afetado pela dificuldade de acessibilidade aos lazeres, bens e serviços que a cidade tem a oferecer. Nosso objetivo é entender como a segregação socioespacial e a fragmentação socioespacial afeta diretamente os moradores da ocupação irregular do Jardim Niceia situado no município de Bauru-SP. Assim a metodologia da pesquisa articula uma abordagem qualitativa, sobretudo. Vimos então realizando os procedimentos metodológicos de trabalho de campo, registros fotográficos, com o foco na ocupação do Jardim Niceia, onde é feito um estudo do surgimento da ocupação a fim de compreender sua realidade e identificar os maiores problemas de acesso ao direito à cidade, as percepções, atitudes e representações sociais dos moradores. favelas. População essa que não tem seu direito básico à moradia garantido, além de que geralmente são segregados tanto social quanto espacialmente do restante da cidade, de forma que tem seu direito à cidade, afetado pela dificuldade de acessibilidade aos lazeres, bens e serviços que a cidade tem a oferecer. Nosso objetivo é entender como a segregação socioespacial e a fragmentação socioespacial afeta diretamente os moradores da ocupação irregular do Jardim Niceia situado no município de Bauru-SP. Assim a metodologia da pesquisa articula uma abordagem qualitativa, sobretudo. Vimos então realizando os procedimentos metodológicos de trabalho de campo, registros fotográficos, com o foco na ocupação do Jardim Niceia, onde é feito um estudo do surgimento da ocupação a fim de compreender sua realidade e identificar os maiores problemas de acesso ao direito à cidade, as percepções, atitudes e representações sociais dos moradores.

HABITAÇÃO - PARTE 01
COORDENAÇÃO: CAIO SANTO AMORE DE CARVALHO

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 13

ANÁLISE DO DESENHO, PROJETO E PRODUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PARAÍBA: UM CASO EM JOÃO PESSOA-PB.

Viviane Ramos de Azevêdo - UFCG, viviane_aramos@yahoo.com.br
Lívia Izabel Bezerra de Miranda - UFCG, liviaibmiranda@gmail.com

O presente artigo é resultado da Pesquisa de Iniciação Científica que tem por objetivo analisar o desenho, projeto e produção dos empreendimentos habitacionais Solar das Mangueiras e Morada dos Hibiscos inseridos no âmbito do programa Minha Casa Minha vida (MCMV) na cidade de João Pessoa-PB. O foco do trabalho esteve direcionado à qualidade do ambiente construído por meio de análises das variáveis arquitetônicas e urbanísticas, e das impressões dos moradores sobre o empreendimento. Foi utilizado um conjunto de métodos para desenvolver as análises, e como principal referência baseou-se nas diretrizes da Pesquisa Nacional: "Minha Casa... e a Cidade? - Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Seis Estados Brasileiros" (AMORE, C. S.; SHIMBO, L.; RUFINO, M. B., 2015), desenvolvida pela Rede Cidade e Moradia e pelo INCT Observatório das Metrópoles na aplicação de parâmetros de avaliação da qualidade urbanística e arquitetônica dos empreendimentos. Com os resultados dos questionários foi possível constatar que apesar dos problemas identificados de dimensionamento mínimo dos cômodos, padronização das tipologias, áreas livres residuais e o não atentar a variedade da configuração familiar, a maioria dos entrevistados consideraram suas habitações como boas e ótimas e responderam que preferem morar na moradia atual.

MORADIA DOS MAIS POBRES E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM ESTUDO SOBRE MACEIÓ, ALAGOAS.

Tainá Silva Melo - IFAL, tainamelo.ifal@gmail.com

Os assentamentos humanos precários que se multiplicam nos interstícios da "cidade formal" são os reflexos físico-territoriais da dimensão da pobreza brasileira. O crescimento desses assentamentos atesta que as políticas de promoção de Habitação de Interesse Social (HIS) não estão conseguindo atender às necessidades das famílias mais pobres. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, tem como objetivo melhorar o acesso à moradia para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos e constitui a principal ação da política habitacional brasileira. O presente artigo questiona o papel desse Programa no acesso à moradia digna da população mais pobre, tendo como objeto empírico, os empreendimentos habitacionais contratados pelo PMCMV para a cidade de Maceió, capital de Alagoas, na Região Nordeste do Brasil. Os resultados apontam que o acesso à habitação por meio do PMCMV não tem representado, necessariamente, a inclusão dos mais pobres nos benefícios da cidade.

MINHA CASA, MINHA VIDA NA RMNATAL: A DIFÍCIL E NECESSÁRIA CONCERTAÇÃO ENTRE HABITAÇÃO, TERRITÓRIO E FAMÍLIAS

Glenda Dantas Ferreira - Universidade Federal da Paraíba, glenda.dgp@hotmail.com
Raquel Maria da Costa Silveira - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, raquelmcsilveira@hotmail.com

O presente artigo objetiva problematizar acerca da relação entre habitação, território e famílias no contexto da produção habitacional de interesse social do PMCMV na Região Metropolitana de Natal. Discute-se como as funções sociais da cidade se expressam nas escalas urbana e metropolitana, e os resultados disso na configuração daquela relação, tendo em vista a importância de se efetivar uma habitação adequada. As análises baseiam-se em banco de dados da pesquisa Avaliação do PMCMV na RMNatal: qualidade de projetos e impactos urbanos e ambientais (2015), conformando um universo de pesquisa formado por 05 municípios, 13 empreendimentos e 453 famílias. Conclui-se que a concertação entre habitação, território e famílias pressupõe a efetivação das funções sociais da cidade para além do espaço urbano, e no sentido da construção da cidade metropolitana. Envolve, portanto, uma melhor combinação entre necessidades e aspirações expressas na procura individual e social pela habitação adequada.

CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA HABITACIONAL NO SERTÃO NORDESTINO: ESTUDO DE CASO DOS RESIDENCIAIS MINHA CASA MINHA VIDA EM JUAZEIRO (BA) SOB A ÓTICA DOS MORADORES

Cícero Harisson Souza - UFPE, harisson.feeling@gmail.com

As políticas de habitação e o direito a cidade são amplamente debatidos na Reforma Urbana. No período recente a implantação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), propiciou um campo fértil de ideias e criticidade sobre a ocupação socioespacial e seus problemas urbanos. A literatura aborda que, apesar das dimensões quantitativas do MCMV, sua implantação também agravou a dificuldade de acesso aos serviços básicos nas camadas sociais mais vulneráveis. Outros trabalhos já foram desenvolvidos nesta temática. Este artigo apresenta também a participação popular, por meio de entrevistas em relatos. Em Juazeiro, cidade média do sertão baiano, foram inauguradas nove mil casas contemplando cerca de 40 mil pessoas, segundo a prefeitura local. Entretanto, a percepção da população dos residenciais, é de desamparo da esfera pública, periferização de suas famílias e da dificuldade em suprir necessidades básicas que fazem parte da vida urbana.

HABITAÇÃO - PARTE 02
COORDENAÇÃO: CAIO SANTO AMORE DE CARVALHO

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 12

OCUPAÇÕES URBANAS E O DIREITO À MORADIA EM SANTARÉM-PA: OS MOVIMENTOS POPULARES NOS PROCESSOS DE AUTOGESTÃO E AUTOCONSTRUÇÃO

Erick Rodrigo Porto Pinho - Universidade Federal do Oeste do Pará, rodrigo.rpcd-pinho@hotmail.com
Ana Beatriz Oliveira Reis - Universidade Federal do Oeste do Pará, reis.aboliveira@gmail.com

Pretende-se com este estudo compreender como ocorre o processo da busca pela efetivação do direito à moradia pelos movimentos populares no município de Santarém-PA. Para tal, busca-se compreender o processo de construção e acesso à moradia por esses sujeitos coletivos e apresentar o contraponto entre as políticas públicas habitacionais já executadas no município. O referencial teórico está fundamentado em autores que se propuseram a estudar o tema em questão, incluindo uma breve apresentação do nosso ordenamento jurídico que dispõe sobre a moradia como direito social. Além disso, foi realizada a pesquisa empírica nas principais ocupações urbanas do município. Como resultados, verifica-se que os movimentos populares buscam solucionar o problema da moradia por meio da autogestão e autoconstrução que se concretiza através das ocupações urbanas, por meio das quais expressam suas demandas e lutam pela inclusão social, em contraposição ao modelo homogeneizado dos programas oficiais e ao urbanismo de classes.

PANORAMA DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – ENTIDADES: BRASIL, PARÁ E BELÉM

Patricia De Macedo Silva Dos Reis - Universidade Federal Do Pará, patriciamsreis@gmail.com
Simaia Do Socorro Sales Das Merces - Universidade Federal Do Pará, simrcs@yahoo.com.br

Em 2009, foi criado o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), uma das modalidades do Programa Minha Casa, Minha Vida, para contemplar a autogestão habitacional, um modelo de provisão de moradias cujos indivíduos organizados de forma associativa são os responsáveis pelo controle e a gestão de todas as etapas do processo de produção habitacional (MINEIRO; RODRIGUES, 2012). Neste artigo, apresenta-se a análise do desempenho do PMCMV-E nacionalmente, no estado do Pará e no município de Belém, além de alguns fatores que favoreceram a contratação do único empreendimento contratado pelo programa no município. Como resultado, pôde-se observar que o baixo desempenho do PMCMV-E em Belém se insere em um contexto nacional de baixo desempenho do programa e que a contratação do único empreendimento do município foi possível devido a características relativas à Entidade Organizadora e ao movimento social ao qual estava vinculada.

O SUJEITO ZONA NORTE. A TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO E A CRIAÇÃO DE UM SUJEITO

Poliana Risso da Silva - Universidade Federal de São Carlos – PPG, poliana.risso@yahoo.com.br
Carolina Maria Pozzi de Castro - Universidade Federal de São Carlos – PPG, carolmcastro@gmail.com
Eduardo Meireles - UNICAMP, eduardome@terra.com.br

Este artigo parte da leitura da trajetória percorrida pelo município de São José do Rio Preto, no âmbito da produção habitacional de interesse social. Busca-se aqui, analisar a organização socioespacial do território resultante deste processo e refletir sobre a contribuição deste ordenamento na construção do sujeito. O entendimento é o de que a polarização Sul rico - Norte pobre, contribuiu para a construção de um dispositivo que impacta de maneira importante na condição econômica e social do município. Para esta análise, como fundamentação, contou-se com literatura específica sobre os conceitos de dispositivo e sujeito, também sobre segregação socioespacial e inserção urbana. E, para a leitura do objeto, reuniu-se trabalhos a respeito da temática: planejamento urbano e habitação social, dados disponibilizados pelo município e IBGE, e reportagens de jornal. O retrato identificado é de um dispositivo de grande potência, criador do sujeito Zona Norte, que é fruto de uma condição permanente de vulnerabilidade.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A CONSTRUÇÃO DA HABITABILIDADE EM DUAS FORMAS DE MORADIA POPULAR

Maira Machado Martins - PUC-Rio, mmartins.maira@gmail.com
Carolina de Carvalho Gamboa Trotta - PUC-Rio, ccgtrotta@gmail.com

A noção de habitar refere-se a uma relação especial que temos com o mundo. O espaço habitado não se limita, portanto, à dimensão da moradia, mas a qualquer espaço que possa ser apropriado, seja ele público ou privado, resultando em uma ação que, no tempo, é capaz de transformar o espaço em lugar, impregnando-o de sentido e valor. O propósito deste artigo é compreender de que forma esta relação ocorre na dimensão da moradia, especificamente na moradia popular. Neste artigo buscamos apontar de que formas o espaço habitado é construído em dois casos de moradia popular: o conjunto Ismael Silva Zé-Keti, localizado no bairro Estácio, e o "condomínio popular" Monte Castelo, localizado no bairro de Ramos, ambos no Rio de Janeiro. Parte-se da hipótese de que um dos aspectos essenciais ao habitar é o engajamento do indivíduo na construção do espaço habitado, ou seja, no processo gradual de apropriação do espaço e na sua consequente transformação em lugar.

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DE POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA EM SANTA CRUZ DO SUL/RS/BRASIL

Claudia Tirelli - UNISC, ctirelli@unisc.br
Silvia Virginia Coutinho Areosa - UNISC, sareosa@unisc.br

O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida com moradores de dois conjuntos habitacionais construídos em Santa Cruz do Sul/RS/Brasil, através do Programa Minha Casa Minha Vida. Por meio da realização de um survey e de observações diretas nos residenciais buscou-se analisar de que forma o deslocamento de populações de baixa renda no espaço urbano, interfere nas suas redes de sociabilidade e no seu acesso aos serviços e equipamentos públicos. A partir desses dados construiu-se o perfil dos moradores dos dois conjuntos habitacionais e analisou-se a "efetividade subjetiva" do Programa com base na percepção dos beneficiários sobre os efeitos dessa política nas distintas dimensões das suas vidas. O estudo apontou que a implementação do Programa proporcionou a aquisição da "casa própria", mas dificultou o acesso desses grupos a outras políticas públicas, reproduzindo e reforçando os padrões de segregação residencial anteriormente existentes.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO
COORDENAÇÃO: CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 13

DESLOCAMENTOS HABITACIONAIS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA NO EXTREMO SUL DE SÃO PAULO

Larissa de Alcantara Viana - FAU-USP, larissa.aviana@gmail.com

Esse artigo está estruturada em torno dos deslocamentos habitacionais, cotidiano e produção do espaço urbano, que se propõe a discutir a cidade para além da visão dicotômica centro-periferia, por compreender que a cidade, no caso específico, São Paulo, tem passado por uma transformação que configura uma diversidade socioeconômica nas chamadas áreas periféricas, onde essas se aproximam cada vez mais das áreas onde o imobiliário investe voltado à classe média. Entende-se que a noção de produção do espaço precisa ser compreendida à luz da prática concreta. Assim, com base em um estudo de caso desenvolvido na ocupação Jardim da União, no extremo sul da cidade, a partir de aproximação etnográfica através do acompanhamento de uma importante personagem na organização dessa luta, tem-se um cenário que reflete a história da chamada "urbanização por expansão periférica", como destaca Telles e Cabanes (2006, p. 17), onde desenrolam-se diferentes histórias e trajetórias de distintos personagens.

OCUPAÇÕES PARA MORADIA NO CENTRO E NA PERIFERIA: REPENSANDO A ESPOLIAÇÃO URBANA A PARTIR DAS DAS DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS E INSURGÊNCIAS EM SÃO PAULO

Francisco de Assis Comaru - UFABC, francisco.comaru@ufabc.edu.br
Luciana Nicolau Ferrara - UFABC, luferrara@gmail.com
Talita Anzei Gonsales - UFABC, talita.anzei@gmail.com

O conceito de espoliação urbana foi importante para explicar a exploração à que estava submetido o trabalhador no contexto de urbanização e industrialização, evidenciando que o problema da moradia fazia parte desse processo, em São Paulo, nos anos 1970. De lá para cá, a produção imobiliária ganhou centralidade na instrumentalização do espaço. Observa-se a crescente valorização imobiliária, o aumento dos aluguéis, do custo de vida, e das precariedades socioambientais. O artigo visa refletir sobre conflitos e contradições relativos às atuais formas produção imobiliária como geradora de novas formas de espoliação. Busca também identificar as insurgências pelo direito de morar e contra o imperativo da propriedade privada. Para isso, baseia-se em observações empíricas sobre duas ocupações no município de São Paulo: um recente assentamento no Grajaú, extremo sul, em área de proteção dos mananciais; e um prédio na Sé, centro. As situações possuem especificidades e são distintas quanto à história e organização socioespacial, contudo, serão analisadas à luz de um processo comum que as articula, ou seja, as formas contemporâneas de produção do espaço da metrópole.

BAIRRO-OCUPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE ESTIGMA TERRITORIAL NO PROCESSO DE LUTA POR APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Luiz Henrique Prado Campos - PUC Minas, pradocamposluiz@gmail.com

Este artigo busca elucidar as relações sociais estabelecidas entre os moradores da Ocupação Urbana Izidora e o bairro vizinho Londrina, localizado na cidade de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Através de observações sistemáticas de campo em espaços frequentados no bairro por ambos os moradores – como escolas e postos de saúde – bem como pela realização de entrevistas com os moradores do bairro, a fim de reconstituir a história de formação do bairro Londrina e compreender a percepção de seus habitantes a respeito da Ocupação Izidora. Discuto a similaridade identificada no processo de formação do bairro e da Ocupação, ambos marcados pela trajetória de luta de seus moradores. Por fim, analiso o processo de estigmatização territorial em curso sobre os moradores de Izidora.

ABOLIÇÃO: DA SEGREGAÇÃO À VALORIZAÇÃO DO MAIOR CONJUNTO HABITACIONAL DA COHAB/RN

Mariana Fernandes Freitas - UFRN, maarianaff@gmail.com
Flávia Duarte de Oliveira Cruz - UFRN, flaviadoc30@gmail.com

O Conjunto Abolição, maior produto da Companhia de Habitação do Rio Grande do Norte, com 3.516 casas, foi construído durante os anos de 1970 a 1983, inicialmente em áreas periféricas na cidade de Mossoró/RN. Ao longo dos anos de ocupação, novas estruturas de comércio e serviços foram integradas ao conjunto, passando a ter uma nova configuração. Este artigo objetiva analisar as transformações ocorridas no Abolição, considerando sua inserção urbana e influência no contexto da dinâmica atual da cidade. A pesquisa consiste de consulta documental; digitalização e espacialização do partido urbanístico do conjunto; mapeamento de uso do solo e sistematização das informações em softwares do SIG. Por meio de comparações do Partido Urbanístico com a análise do uso do solo é possível notar as mudanças ocorridas na área. O conjunto encontra-se atualmente integrado ao tecido urbano de Mossoró e apresenta mudanças consideráveis nos padrões de uso e ocupação dos imóveis, não se restringindo ao uso residencial.

> ST_02 >**08**

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE - PARTE 01
COORDENAÇÃO: BENNY SCHVARSBERG

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 13

O DIREITO À CIDADE E A MORADIA ADEQUADA: ENTRE A LEI E A REALIDADE.

Ana Maria Filgueira Ramalho - Faculdade Damas da Instrução Cristã, ana.mramalho@yahoo.com.br

Este artigo discute a relação entre a urbanização e a pobreza, cujos resultados impactam no direito à cidade e à moradia adequada. Apesar de avanços legais e institucionais, no Brasil os conflitos fundiários urbanos se ampliam, resultando em ações de despejos forçados que se tornam mais frequentes à medida que, a dinâmica imobiliária se acirra. Neste contexto, observam-se grandes contradições entre as declarações e leis e as realizações, as quais impõem territórios marcados pela desigualdade social e com grandes tensões: marca das cidades brasileiras. Neste artigo se faz uma discussão teórica acerca do direito à cidade e à moradia, e uma síntese do marco regulatório brasileiro quanto à política urbana, mostrando aspectos legais para a efetivação do direito à cidade. Por fim, apresenta situações de conflitos fundiários urbanos, utilizando como objeto empírico o Grande Recife, o qual permite concluir que, ainda existem obstáculos a ser enfrentados para que a lei torne-se uma realidade.

ALTERNATIVAS À PROPRIEDADE PRIVADA INDIVIDUAL: POTENCIA PARA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À MORADIA E O DIREITO À CIDADE

Ulisses Demarchi Silva Terra - Universidade Federal do ABC, ulisses.terra@ufabc.edu.br

Os dois momentos de maior provisão habitacional estatal da história brasileira possuem como características comuns a profusão da propriedade privada como solução habitacional para população de baixa renda e a centralização da gestão da política pública em instituições bancárias. Formas de acesso à moradia alternativas a propriedade privada individual revelam potencialidades de resistência a lógica do "produto habitacional" difundida pelo Banco Mundial desde o início da década de 1990. Se estas potencialidades irão se concretizar em avanços no acesso à moradia e nas conquistas sobre o direito à cidade ou se irão sucumbir ante a dinâmicas locais e globais onde o território é utilizado para o rentismo das elites e para expansão de um mercado imobiliário que computa ativos de centenas de trilhões de dólares, é a questão que este artigo busca suscitar.

TERMO TERRITORIAL COLETIVO: INSTRUMENTO DE "COSTURA" ENTRE O PLANEJAMENTO URBANO E O DIREITO EM PROL DO INCREMENTO DA SEGURANÇA DA POSSE

Renata Cristina do Nascimento Antao - IPPUR/UFRJ, renata.antao@gmail.com
Tarcyla Ribeiro Fidalgo - IPPUR/UFRJ, tarcyla.fidalgo@gmail.com

O recente cenário de megaeventos esportivos, inflexão neoliberal e novo marco de regularização fundiária fundamentam preocupações quanto à segurança da posse nas cidades brasileiras. Os atuais instrumentos jurídicos têm se revelado insuficientes para a tarefa de garantir o direito à moradia e à cidade, especialmente dos mais pobres. Neste contexto, o trabalho busca, a partir da observação e análise da experiência internacional dos Community Land Trusts, à luz da legislação brasileira, avaliar a capacidade do modelo para subverter o caráter absoluto e privatista da propriedade, bem como empoderar comunidades por meio de processos de conhecimento e gestão territorial autônomos. A hipótese discutida é de que os CLTs se apresentam como uma ferramenta de "costura" entre diversos interesses e instrumentos, especialmente das áreas do direito e do planejamento, em prol da construção de um modelo emancipatório, capaz de atender de forma mais eficaz aos anseios de populações vulnerabilizadas.

OCUPAÇÕES URBANAS E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: ESTUDOS SOBRE A APLICABILIDADE DO COMMUNITY LAND TRUST
Camila Diniz Bastos - UFMG, cdinizbastos@gmail.com

O presente trabalho apresenta a experiência de implementação do instrumento urbanístico "Fideicomiso de la Tierra" nas comunidades de Caño Marín Peña em San Juan, capital de Porto Rico. O Fideicomiso é uma adaptação do instrumento norte americano Community Land Trust - CLT, e o caso foi escolhido como objeto de análise por se tratar da primeira vez em que o CLT é aplicado em um assentamento urbano já consolidado na América Latina. A partir da aproximação da prática porto riquenha, o trabalho se debruça sobre a potência de aplicação do instrumento nas ocupações urbanas organizadas de Belo Horizonte, buscando demonstrar que as práticas espaciais já desenvolvidas pelos ocupantes em seu cotidiano e o trabalho realizado pelo movimento de moradia, são caminhos para a efetividade do mesmo, podendo juntos, consolidar uma prática pedagógica territorial.

COMO (NÃO) GARANTIR O DIREITO À CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS E VAZIOS URBANOS EM CUIABÁ/MT
Doriane Azevedo - UFMT, doriane.azevedo@gmail.com
Thaiz Freitas Pessoa - UFMT, thaizpessoa@hotmail.com
Felipe Augusto Sodré Mascarenhas - UFMT, engenheiro.mascarenhas@gmail.com
Weslayne Siqueira De Morais - UFMT, weslayne_morais@hotmail.com

O artigo apresenta os resultados obtidos nos estudos preliminares sobre vazio urbano e sua caracterização em Cuiabá-MT, os impactos da sua (não) incorporação nas ações implantadas. Concomitante a análise da estruturação urbana do município, da revisão teórico-conceitual e metodológica, ainda em curso, levantamos uma parte dos lotes sem edificação e ou glebas não parceladas existentes, nas bases da Prefeitura Municipal de Cuiabá - PMC; no Google Earth (ambos em 2006 e 2018) e conferência em campo, juntamente com análise das políticas municipais (Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano Local de Habitação de Interesse Social e projetos implantados na última década). Constatamos a premente necessidade de entender Vazio Urbano, não apenas como um fenômeno decorrente da urbanização, e questão a ser apontada pela Política Urbana e Habitacional do Município, mas enfrentada como um recurso em potencial, que auxilie na promoção efetiva do direito à cidade.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE X INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO URBANO: BREVES REFLEXÕES
Mariana de Vasconcelos Pinheiro Beserra - UFRN, marianavasconcelos@globo.com

A Função Social da Propriedade, garantia prevista na Carta Magna de 1988, vem sendo amplamente discutida na realidade brasileira. Neste sentido, foram elaborados para fins de regulamentação da Política Urbana brasileira, instrumentos normativos a destacar: a Lei Federal 10.257/01 - Estatuto da Cidade e as orientações normativas relacionadas à elaboração dos Planos Diretores das cidades. Percebe-se que a aplicabilidade de normas urbanísticas é de suma importância na minimização das divergências sociais originadas pela lógica do mercado, hoje tão relacionada à propriedade urbana, sinônimo de fonte de renda e, sobretudo de reprodução do capital. Este artigo, pautado na pesquisa bibliográfica e legislativa, busca refletir acerca da importância dos instrumentos de ordenamento urbano existentes a fim de garantir a manutenção da Função Social da Propriedade, além de reiterar a importância do Município na legislação e fiscalização em prol do reordenamento urbano fundamentado na justiça social e no direito à cidade.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE - PARTE 02
COORDENAÇÃO: BENNY SCHVARSBERG

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 13

PRIVATE PROPERTY RIGHTS OR RIGHTEOUSNESS OF PRIVATE PROPERTY? PROPERTY RIGHTS REGULATION AND THE FIGHT FOR THE RIGHT TO HOUSING IN THE CENTER OF SÃO PAULO
Maria Clara Maciel Silva Bois - University of California, Los Angeles, claramsbois@ucla.edu

Over the past thirty years, Brazil has developed a unique urban-legal infrastructure to implement the urban reform. In this paper, I argue that there is a disconnect between the rulings over property conflict and the urban law. Courts have prioritized the use of the 2002 Civil Code as the guiding legislation to rule on land conflicts disputes between private parties. In doing so, courts reinforce the primacy of the private over the public. More importantly, they corroborate with a sense of property-ownership "rightness", that is, the perception that property ownership is ultimately connected to the rightness of a certain individual character.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS
Jorge Lucien Munchen Martins - Presidência da República, jmunchen@gmail.com
Benny Schavsberg - Universidade de Brasília, benny@unb.br

Este trabalho pretende, como enfoque teórico-conceitual, algumas definições e conceitos acerca da temática dos conflitos urbanos. A segregação é decorrente do mapa da desigualdade territorial e, grosso modo, é o foco de conflitos. No Brasil, os conflitos fundiários urbanos seguem sendo um tema isolado e invisível nas políticas governamentais. A Resolução Recomendada n° 87 de 08/12/2009 do Conselho das Cidades é o principal normativo legal que norteia as atividades de mediação e prevenção de conflitos fundiários urbanos. As políticas públicas e os normativos legais tratam os conflitos urbanos pelo viés dos direitos humanos, onde prevalecem os conceitos de direito à moradia e direito à cidade. As legislações, em todas as esferas, desde a internacional até as locais, preconizam a não violação de direitos fundamentais, inclusive em situações extremas como nos casos de reintegração de posse.

REMOÇÕES LEGALIZADAS E O JUDICIÁRIO: O CASO DAS OCUPAÇÕES EM PORTO ALEGRE
Fernanda Jahn-Verri - UCLA, fernanda.jverri@gmail.com

Como o Brasil, país com uma das políticas fundiárias mais progressista do mundo, está sendo acusado de violar o direito à moradia de seus cidadãos? Como o Judiciário Brasileiro, apesar dos mecanismos legais inclusivos criados ultimamente, ordena a remoção forçada de milhares de famílias? Essas violações e remoções devem ser entendidas como "despejos legalizados" práticas de expropriação que não são só um resultado da especulação imobiliária, mas de um processo discriminatório mais amplo em que o Judiciário

desempenha papel fundamental. Além de estudar a lógica por trás da expropriação judicial, esse artigo também investiga como elas são validadas, ao analisar o discurso de desembargadores ao julgar processos de segunda instância envolvendo movimentos pela moradia que ocupam áreas centrais em Porto Alegre. Conclui-se que juízes, ao desafiar legislações recentes em suas decisões, mobilizam ideologias políticas que condenam regimes alternativos em favor de certos modelos de propriedade.

A REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO ASSENTAMENTO HABITACIONAL "PINHEIRINHO" EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS- SP: A QUESTÃO POLÍTICA, A QUESTÃO JURÍDICA E O DIREITO À MORADIA.

Ana Lúcia Valim Gnann - UNICAMP – FEC, 040047@dac.unicamp.br
Sidney Piochi Bernardini - UNICAMP – FEC, sidpiochi@gmail.com

Pretende-se neste artigo fazer uma análise das Decisões Judiciais, proferidas entre outubro de 2011 e janeiro de 2012, na Ação Judicial de Reintegração de Posse que expulsou mais de 6.000 pessoas da área conhecida como "Pinheirinho", localizada em São José dos Campos, São Paulo, pertencente à "Massa Falida da Selecta", elucidando como o Poder Judiciário, em sintonia com os Poderes Executivo e Legislativo, na esfera municipal, considerou o caso como "questão afeta ao Direito Privado , apesar do número de pessoas afetadas pela ordem e da garantia constitucional do direito à moradia.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM INSEGURANÇA HABITACIONAL POTENCIAL RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Anderson Kazuo Nakano - Unifesp, kazuo.nakano@gmail.com

O trabalho tem como principal objetivo construir uma proxy com a estimativa da população em insegurança habitacional potencial residente na Região Metropolitana de São Paulo. Essa proxy foi construída a partir de metodologia de tratamento dos microdados da amostra do Censo Demográfico IBGE de 2010. Essa metodologia baseia-se em uma série de filtros aplicados a um conjunto de variáveis selecionadas. A seleção dessas variáveis referenciou-se nos conceitos de alienação residencial e insegurança habitacional de David Madden e Peter Marcuse (2016) e de transitoriedade permanente de Raquel Rolnik (2016). Estima-se que, em 2010, aproximadamente 3,4 milhões de pessoas com renda familiar até R$ 1.600,00 viviam em insegurança habitacional potencial na metrópole paulistana. A maior parte dessa população, cerca de 54%, acessava sua moradia por meio do pagamento de aluguéis habitacionais.

A AUTOCONSTRUÇÃO DO DIREITO NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DE MORAR

Adriana Nogueira Vieira Lima - UEFS/UNB/BOLSISTA CAPES, adriananvlima@gmail.com

O trabalho busca apresentar uma reflexão sobre a produção de múltiplas formas de juridicidade observadas no processo de autoconstrução da moradia nos territórios populares. Para isso, adota a teoria da pluralidade jurídica como instrumental analítico. A pesquisa foi desenvolvida com base no trabalho de campo realizado no Bairro de Saramandaia, localizado em Salvador, Bahia, Brasil. A etnografia foi eleita como método privilegiado de apreensão da realidade. A pesquisa revelou que os direitos urbanos autoconstruídos encontram na necessidade de morar o seu principal parâmetro de legitimação social. As análises evidenciaram a necessidade do fortalecimento de uma visão plural e democrática do Direito que contribua para o reconhecimento e legitimação dos territórios populares.

ASPECTOS TEÓRICOS DO DIREITO À CIDADE
COORDENAÇÃO: CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 15

PRODUÇÃO DO ESPAÇO: CIDADE, HABITAÇÃO, DESIGUALDADE E DIREITO À CIDADE

Rosa Maria Cortês De Lima - Universidade Federal De Pernambuco, cortez.rosa@gmail.com
Jorge Vinícios Silva Gondim - Universidade Federal De Pernambuco, jviniciosfenty@gmail.com
Maria Magaly Colares De Moura Alencar - Universidade Maurício De Nassau, mmagalycolares@gmail.com
Aline De Souza Souto - Universidade Federal De Pernambuco, souzaaline94@yahoo.com.br

Este artigo objetiva discutir a produção do espaço, as conexões com a cidade, a habitação e a desigualdade socioespacial, tendo como base empírica o Recife, cidade polo da Região Metropolitana do Recife (RMR), Pernambuco. A apropriação desigual da terra, a sua concentração por classes sociais abastadas corporificou processos de ocupação desigual do território, converteu esse urbano em constantes disputas. A produção do espaço (LEFEBVRE, 1991; 2002) conecta processo de reprodução das relações sociais na apropriação do espaço, gera acumulação do capital (HARVEY, 2004; 2006; 2012), em detrimento das necessidades da população pobre exposta a vulnerabilidades das condições de vida, das necessidades habitacionais e desvela fraturas da pobreza e das desigualdades socioespaciais e econômicas. A provisão da habitação, pelo Estado, tem sido insuficiente para responder as necessidades habitacionais. A investigação tem pilares na pesquisa quantitativa e qualitativa, utiliza fontes bibliográficas, documentais, visitas de campo, consultas a fontes oficiais.

CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL NO CAMPO DO URBANO: PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL OU "RESPONSABILIDADE SOCIAL" DA URBANIZAÇÃO NEOLIBERAL?

Nuno Andre Vasconcelos Figueiredo Patricio - IPPUR / UFRJ, nunoandrepatricio@gmail.com

Da redemocratização brasileira emergiu uma agenda no campo do urbano que acionava os termos "Sociedade Cívil, Cidadania e Participação" como modo de urbanização contra-hegemônico. Articulando teorias de renovação democrática com as teorias do direito à cidade defendia-se uma maior participação das populações marginalizadas dos processos de gestão urbana. Nas últimas três décadas houve uma explosão de agendas que elevaram o protagonismo da "Sociedade Cívil" na produção do espaço. A sua transferência internacional se deu primeiro para América Latina, depois através de agências internacionais progressivamente exportando primeiro para o Sul da Europa e depois globalmente. Este processo de adesão e difusão resultou de uma confluência perversa entre os projetos políticos defensores de uma real transformação social e o projeto neoliberalizante do capitalismo atual. O artigo pretende debater as tendências recentes e contraditórias de massificação, declínio e deslocamento de sentido no processo de circulação. Propõem-se uma pesquisa sobre a circulação tanto de modelos de políticas públicas, quanto de noções urbanas emergentes. Neste processo de circulação, a agenda estaria sendo esvaziada de seu sentido político e transformada em "tecnicalidade neutra" como forma de conservar, legitimar e expandir o modo de urbanização hegemônico.

PARA PENSAR O DIREITO À CIDADE NO TEMPO PRESENTE: DA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA À CARTOGRAFIA DAS UTOPIAS

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo - PUC-Rio, felipetaumaturgo2@hotmail.com
Thayná Cagnin Maia - UFRRJ - Instituto Multidisciplinar, thaynacagnin16@hotmail.com

Este trabalho propõe algumas reflexões a partir de questões relativas ao espaço urbano enquanto manancial de convicções e alternativas revolucionárias para a classe trabalhadora, que reivindicam o direito à cidade e a produção do espaço, mesmo em contexto de urbanização planetária que dissolve e deteriora cada vez mais os traços cotidianos de cooperação e horizontalidade. Pensar o espaço urbano no período atual exige um rigor analítico dotado de especificidades que constituem essa época. As inovações do ponto de vista tecnológico, a ação das organizações transnacionais e sua intimidade com o Estado, o desmonte do Estado de bem-estar social e o amadurecimento (ou não) dos movimentos sociais que reivindicam a cidade enquanto plataforma para a construção de utopias, são só alguns dos elementos quase intuitivos que incrementam as novas problemáticas urbanas.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO À CIDADE: UMA PROPOSTA REFLEXIVA

Wilson Levy Braga da Silva Neto - UNINOVE, wilsonlevy@gmail.com

O direito à cidade é um dos temas mais palpitantes da contemporaneidade. Para além de sua força semântica, importante para articular movimentos sociais que lutam por uma urbanização mais justa, é necessário definir parâmetros conceituais mínimos, que mantenham seu conteúdo, inclusive, alinhado com os elementos informadores que o constituem, de forma interdisciplinar, desde a obra homônima de Henri Lefebvre. Este é o objetivo deste trabalho, que buscará trabalhar os pressupostos conceituais do direito à cidade. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, baseada em textos de Lefebvre e de autores e comentadores da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, com ênfase em Jürgen Habermas. Espera-se como resultado colaborar com o desenvolvimento do conceito de direito à cidade, de modo a fortalecer a sua posição como elemento articulador de um conjunto amplos de direitos.

ST_02 >11

OUTRAS DIMENSÕES DO DIREITO À CIDADE
COORDENAÇÃO: CAIO SANTO AMORE DE CARVALHO

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 13

REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE – UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Raquel Pessoa Morano - Universidade Federal Do Ceará, raquelmorano20@gmail.com
Zilsa Maria Pinto Santiago - Universidade Federal Do Ceará, zilsa@arquitetura.ufc.br

A proposta do presente artigo é discutir os múltiplos desafios da acessibilidade acerca das políticas públicas. A ideia principal a ser explorada aqui é a da necessidade de discutir sobre a importância da inclusão no espaço público e contribuir para o debate acerca das políticas públicas relacionadas à "acessibilidade universal". Para isto, foi necessário conceituar os termos "acessibilidade", "desenho universal" e "acessibilidade universal" e fazer um histórico da normatização que inclui o direito de acesso às pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiências físicas, motoras e sensoriais, bem como abordar discursos técnicos e científicos. A estrutura da análise proposta aconteceu em quatro etapas: apresentação histórica conceitual acerca da acessibilidade e desenho universal; apresentação de documentos relativos aos movimentos sociais que articulam mais de 50 países; seguido dos primeiros aportes normativos sobre a acessibilidade surgidos no século XX; foi realizada uma reflexão em torno das políticas públicas, por fim, foram expostas as considerações finais.

SERTÃO CIGANO, O CASO DE SOUSA-PB: Percepções da realidade socioespacial dos Calon após três décadas de sedentarização.

Vitória Raíssa Ferreira Mangueira - UFERSA, vitoriaraissa@hotmail.com
Antonio Carlos Leite Barbosa - UFERSA, antonio.leite@ufersa.edu.br

O presente trabalho resulta da crítica aos atuais casos de violação dos direitos dos ciganos enquanto minoria, tendo como objeto de estudo o grupo Calon, etnia que compõe o Rancho dos Ciganos na cidade de Sousa-PB, sobretudo durante o período pós-nomadismo. Pretende-se compreender os processos que levaram a construção de uma estigmatização socioterritorial por parte da população sousense quanto ao Rancho dos Ciganos, principalmente no que diz respeito a parcela conhecida como Rancho de Baixo. Atualmente, após mais de trinta anos de sedentarização, evidencia-se que os ciganos em questão enfrentam uma série de situações emergenciais, que se configuram desde o esfriamento de suas práticas identitárias até a segregação dos mesmos do núcleo urbano. Diante desse quadro, será apontada como resultado a escassez de ações políticas que protejam os ciganos, ressaltando a importância de incorporá-los à vida na cidade.

ENSAIOS SOBRE O DIREITO À MORADIA DE INTERESSE SOCIAL EM FAVOR DA MULHER NO SISTEMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO: A COMUNIDADE NOVO BAIRRO

Arleide Meylan - Universidade de Brasília, arleide.meylan@ufersa.edu.br

O presente texto traz um ensaio sobre o direito à moradia de interesse social para mulheres de baixa renda, visto as políticas públicas de habitação no sistema brasileiro, que vêm incorporando o recorte de gênero e diversas alterações na lei do Programa Minha Casa, Minha Vida, em relação ao atendimento ao direito à moradia da mulher. Dedicou a analisar um recorte territorial, através de coleta de dados etnográficos junto às beneficiárias do projeto de construção habitacional, como também, da análise descritiva do município de Santa Rita e do bairro Marcus Moura, onde o projeto vem sendo desenvolvido. Buscou identificar as variadas dimensões envolvendo a representação do direito à moradia naquela comunidade, sob a ótica das beneficiárias do projeto, evidenciando um processo dialético entre o sistema jurídico brasileiro e a realidade delas.

CIDADE, GÊNERO E CLASSES SOCIAIS

Andreza Rohem Gualberto - UFF, andrezargualberto@gmail.com
Silvana Cristina da Silva - UFF, silvanasilva@id.uff.br

As empregadas domésticas compõem uma parte significativa da classe trabalhadora no Brasil – são mais de seis milhões, segundo dados do IBGE (2018), 91,7% mulheres e 64,5% negras, sendo que a maior

parte mora nas periferias urbanas. A análise do uso do território urbano por essas trabalhadoras revela as condições desiguais do uso do espaço urbano em que elas estão expostas. Nesse sentido, buscamos analisar as múltiplas dificuldades de apropriação do espaço urbano pelas empregadas domésticas, tendo como recorte analítico as trabalhadoras que laboram em casas de condomínios horizontais fechados localizados na periferia e periurbanos da malha urbana de Campos dos Goytacazes-RJ. Como base teórica mobilizamos os conceitos de gênero, classe social e espaço urbano. Metodologicamente foi realizado o levantamento e leitura da bibliografia, o levantamento e análise de dados secundários junto ao IBGE e o IPEIA e a produção de dados primários por meio de observações diretas não-participante, efetuada no quotidiano das áreas com concentração de condomínios horizontais fechados de alto padrão da cidade de Campos dos Goytacazes e entrevistas qualitativas semiestruturadas com as empregadas domésticas.

SEGREGAÇÃO RACIAL: O LUGAR DO NEGRO EM PORTO ALEGRE/RS – O BAIRRO RUBEM BERTA
Leticia Xavier Corrêa - Unisinos, leticia@live.com
Adalberto da Rocha Heck - Unisinos, heck@unisinos.com.br

A segregação socioeconômica e racial no Brasil remonta ao passado escravocrata e, ainda nos dias de hoje, revela-se em diversas situações. Sendo assim, neste trabalho se buscou compreender os efeitos socioeconômicos decorrentes desta segregação. Este estudo de caso foi realizado para a cidade de Porto Alegre/RS, selecionando o bairro Rubem Berta como recorte de estudo, por meio da aplicação do Índice de Dissimilaridade. Foram selecionados três indicadores socioeconômicos que possibilitam a comparação entre os negros moradores do Rubem Berta e os dados gerais dos negros de Porto Alegre/RS. De uma forma geral, os negros do bairro apresentam taxas piores que a média dos negros de Porto Alegre/RS. Através deste estudo, foi possível perceber que ainda hoje existem grandes desigualdades sociais decorrentes do componente racial. Os dados demonstram, ainda, que o fato de viver segregado pode ser prejudicial, principalmente quando observado em grupos de menor renda, como no caso em questão.

> ST_02 >**12**

PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS E UTOPIAS - PARTE 01
COORDENAÇÃO: CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 13

DIREITO À CIDADE, PLANEJAMENTO INSURGENTE E PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS TRANSESCALARES DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO. O CASO DA VILA NOVA TATETUBA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SÃO PAULO
Jairo Salvador de Souza - Universidade do Vale do Paraíba, jssouza@defensoria.sp.def.br
Paulo Romano Reschilian - Universidade do Vale do Paraíba, pauloromano@univap.br

O artigo pretende estabelecer um diálogo entre a teoria crítica do direito e o planejamento crítico, a partir da reflexão sobre a necessidade de superação da retórica domesticadora do direito à cidade – frequentemente reduzido à mera pauta de reivindicação de acesso aos serviços e equipamentos públicos -, com foco em um dos seus elementos estruturais: o planejamento insurgente. A reflexão tem como fio condutor a análise do caso da comunidade da Vila Nova Tatetuba (Morro do Regaço), assentada durante décadas numa área particular, localizada no município de São José dos Campos, São Paulo, até sua remoção em 2004, como resultante de um plano de erradicação de favelas, iniciado no ano 2000, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, através do Programa de Melhorias de Bairros Habitar Brasil, que financiou intervenções urbanísticas em oitenta e quatro cidades brasileiras. O texto destaca o caráter instrumental do direito à cidade, a atuação transescalar das agências internacionais e o impacto que as políticas públicas financiadas por essas instituições produzem no território. Discute, ainda, o processo de formação de novos sujeitos coletivos, suas práticas de resistência, e o processo de produção de direitos, evidenciando o papel do planejamento e das práticas contra-hegemônicas transescalares insurgentes na construção de utopias experimentais.

DA CIDADE DEMOCRÁTICA À CIDADE MERCADORIA: A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS URBANAS DE RECIFE, PE
Amanda Maximo Alexandrino Nogueira - Universidade Federal do Ceará, mxm.amanda@gmail.com

Durante a urbanização de Recife, os assentamentos informais se tornaram o modo preponderante de moradia popular, refletindo o histórico de segregação sócio-espacial brasileiro. No processo de redemocratização, uma geração de cidadãos insurgentes conquistou paulatinos avanços institucionais, como a criação pioneira das Zonas Especiais de Interesse Social. Todavia, quando a democracia se enraíza, observa-se um hiato entre as práticas de planejamento urbano e o "direito à cidade" como foi concebido pelos movimentos sociais. Na tentativa de entender esse processo de construção e desconstrução da cidadania urbana recifense, o estudo parte das seguintes questões: Qual a magnitude da urbanização informal? Quais planos urbanos foram desenvolvidos e sob quais discursos? Como esses planos repercutiram no processo de reprodução da urbanização informal de Recife? Utilizando-se de análise bibliográfica e da criação de um Sistema de Informação Geográfica, a pesquisa sugere que a trajetória das políticas urbanas em Recife tem oscilado entre um processo de expansão da democracia urbana e de erosão, relacionado à ênfase na produção do espaço urbano como mercadoria.

A UTOPIA EXPERIMENTAL DA CENTRALIDADE RENOVADA: EXPERIÊNCIAS EM TRÊS COOPERATIVAS HABITACIONAIS LATINO AMERICANAS
João Paulo Oliveira Huguenin - Universidade Federal de Goiás, arquiteto.huguenin@gmail.com

Este artigo busca analisar a possibilidade utópica da centralidade renovada a partir do uso habitacional. Para isso, construímos a noção da utopia do Direito à Cidade de acordo com Henri Lefebvre (2001) que nos diz que o conceito passa por uma retomada da cidade a partir da construção de um espaço diferencial, onde o valor de uso se sobreponha ao valor de troca. Observando uma urbanização desurbanizante e desurbanizada, verificamos em grandes cidades um processo de formação de vazios urbanos que favorece sua retenção especulativa. Muitos desses vazios ocorrem em áreas desfuncionalizadas que contém importante patrimônio edificado para a memória da cidade. Reconhecendo os vazios como oportunidade para a criação de uma nova cidade (BORDE, 2006), buscamos verificar a ação de movimentos de luta pela moradia no contexto latino americano a partir de três cooperativas habitacionais: COVICIVI (Montevidéu-URY), El Molino (Buenos Aires- ARG) e Ocupação Mariana Crioula (Rio de Janeiro- BRA).

PRATICAS EMANCIPATÓRIAS E UTOPIAS - PARTE 02
COORDENAÇÃO: CLARISSA FIGUEIREDO SAMPAIO FREITAS

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 13

OUTRAS FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA: DIREITO À CIDADE E AGROECOLOGIA
A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS OCUPAÇÕES URBANAS .
Izabella Galera- UFMG, izabella.galera@gmail.com
Helena D´Agosto Miguel Fonseca - Instituto Metodista Izabela Hendrix, lelearq1@gmail.com

Este trabalho debate sobre a experiências da agroecologia nas ocupações urbanas como forma de resistir, vivenciar e desejar outro modelo de cidade. A partir de uma discussão crítica sobre os conceitos do direito à cidade e de formas autônomas de produção do espaço, entendendo as fissuras e insurgências como práticas contra-hegemônicas e de resistência ao neoliberalismo, procura-se discutir a agroecologia como centralidade dos saberes tradicionais, contrapondo às formas dominantes de produzir e disseminar o conhecimento. Este ensaio parte de uma aproximação com as ocupações da região da Izidora, em Belo Horizonte/MG, na qual uma das premissas é a inserção do pesquisador como agente que contribui para a luta do território, associando a pesquisa teórica da ação prática. Essa vivência torna-se indispensável para perceber que os quintais produtivos e os espaços de uso comum das ocupações refletem a possibilidade de outro fazer, calcado nos saberes tradicionais e na necessidade do encontro.

LAZER, FESTA E CIDADE: O CARÁTER REVOLUCIONÁRIO DO BRINCAR NO
CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES URBANAS.
Izabella Galera - UFMG, izabella.galera@gmail.com
Tankilino Tulio Queiroz Freitas - UFMG, quefre@live.com

Este estudo busca trazer à tona a discussão do lazer como forma de resistência à produção hegemônica do espaço, a partir da vivência das Ocupações Urbanas de Belo Horizonte/MG, para além da luta por moradia, também pelo direito de rir e ser feliz na cidade. A pesquisa se ancora em cartografar a produção do espaço por meio das brincadeiras, festas e jogos em territórios que se constituem espontaneamente com muita resistência, organização de base, sustentados por saberes populares, sem suporte institucional, em contextos de bastante precariedade. Nesse contexto, as redes de solidariedade mostram-se necessárias e constituem-se cotidianamente. Junto da Ocupação Rosa Leão, na região da Izidora, procurou-se verificar quais são as práticas espontâneas de lazer e onde estas se apresentam no território. Entende-se aqui que o jogo, o riso e a festa têm a potência de humanizar a cidade, reivindicando-a como valor de uso e não de troca.

OS INVISÍVEIS PORTADORES DE FUTURO
Ana Cláudia Duarte Cardoso - UFPA, aclaudiacardoso@gmail.com
Letícia Ribeiro Vicente - UFPA, leticiavicente26@gmail.com
Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira - UFPA, rafaelabulhoes.oli@gmail.com

Este texto analisa a formação socioespacial do urbano híbrido amazônico e apresenta casos de ocupação informal, com matriz tradicional, localizados na Região Metropolitana de Belém (PA), com o propósito de ampliar a compreensão do papel das comunidades tradicionais inseridas em contexto urbano e periurbano, que ocorrem em todo o país, mas são mais visíveis na Amazônia. A partir dos casos, conclui-se que atributos dessas comunidades podem fortalecer uma agenda global de construção de políticas públicas mais inclusivas e plurais seguindo as propostas da Agenda 2030 (ONU, 2015).

DIREITO À CIDADE E BEM VIVER NA CIDADANIA DIGITAL – RECONSTRUÇÃO DO
IMAGINÁRIO SOCIAL E DA VIDA COTIDIANA
Norberto Milton Paiva Knebel - Universidade La Salle, norberto.knebel@gmail.com
Jorge Alberto De Macedo Acosta Junior - Universidade La Salle, jorge.acosta.jr88@gmail.com

O objetivo é a reflexão sobre a transformação da vida cotidiana, candente ao Direito à Cidade, pelo pensamento do bem viver, porém, atento ao contexto da sociedade informacional. O método é da revisão bibliográfica sob abordagem dialética, que ainda em andamento indica para resultados parciais, como a ética do bem viver servir como revolução da cotidianidade e do imaginário utópico - tendo a oportunidade de ampliação em redes pela cidadania digital.

NÃO SÓ MORADIA: A CASA 1, SUAS ESTRATÉGIAS ESPACIAIS,
E O FORTALECIMENTO DA VIZINHANÇA EM DIÁLOGO COM A MILITÂNCIA LGBT
Artur de Souza Duarte - FAUUSP, artur.arq@live.com
Renato Cymbalista - FAUUSP, rcymbalista@usp.br

A visibilidade alcançada pelas minorias sexuais nos últimos anos e a afirmação precoce da identidade de jovens LGBT resultam muitas vezes na necessidade de moradia antes da emancipação financeira. Observando a demanda, a sociedade civil tem produzido soluções alternativas de moradia, sendo a de maior repercussão a Casa 1 – república de acolhimento LGBT e centro cultural. O projeto localizado no centro de São Paulo traz inovações em seu programa e organização espacial. Através de visitas a campo e da experiência de um dos autores como voluntário na ONG, observou-se suas estratégias de diálogo com a vizinhança e com outros equipamentos da região. O local também mobiliza voluntários, movimentos militantes e a iniciativa privada formando uma rede. Ademais, cria relações e referenciais urbanos permanentes para os ex-moradores e, visto a inserção desta população "desviante" e de baixa renda na região, as dinâmicas espaciais produzidas pela Casa 1 atuam como resistência à gentrificação em curso no bairro do Bixiga.

ST_03 > ABORDAGENS SOBRE O REGIONAL, O TERRITORIAL E O RURAL

Comissão Científica:
Pedro Vasconcelos Maia do Amaral – CEDEPLAR/UFMG
Rita de Cássia da Conceição Gomes – PPEUR/UFRN
Temis Gomes Parente – PPGDR/UFT

> ST_03 >**01**

AGRICULTURA FAMILIAR
COORDENAÇÃO: SIBELLE DINIZ E JOÃO TONUCCI

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 12

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO CONTEXTO DO SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL NO SUL DO BRASIL
Virginia Elisabeta Etges - PPGDR UNISC, vetges@gmail.com
Erica Karnopp - PPGDR UNISC, erica@unisc.br
Olgário Paulo Vogt - PGDR UNISC, olgario@unisc.br

A configuração do território rural no sul do Brasil foi fortemente influenciada pela imigração europeia ao longo do século XIX. O sistema agrário colonial, decorrente desse processo, é caracterizado pela pequena propriedade rural, organizada em regime de trabalho familiar, voltada à produção da subsistência do grupo familiar e à venda de excedentes. Os dados apresentados resultam da pesquisa que analisou o processo de constituição e de funcionamento das agroindústrias familiares e suas implicações na dinâmica da organização territorial na região do Vale do Rio Pardo - RS. Por meio da investigação, de caráter analítico-explicativo, buscou-se compreender a interação de fatores de ordem endógena (horizontalidades) e de ordem exógena (verticalidades) no território, uma vez que a região é hegemonizada por grandes complexos transnacionais da indústria do tabaco, que usam o território de forma seletiva, promovendo a exclusão social e a degradação ambiental. Os dados coletados apontam dificuldades na formalização das agroindústrias, em decorrência das exigências legais. Do total de agroindústrias identificadas na região, em torno de 40% são formais e 60% estão em processo de formalização ou são informais, condição que limita o acesso ao mercado formal para comercialização da produção.

A NECESSIDADE DE EFICÁCIA E ADEQUAÇÃO DAS NORMAIS LEGAIS
EM RELAÇÃO AOS AGRICULTORES FAMILIARES
Odacira Nunes - FURB, odacira@terra.com.br
Marilda Checcucci Gonçalves da Silva - FURB, marildacheccucci@hotmail.com

Este artigo tem por objetivo verificar a adequação e eficácia da lei em relação aos agricultores familiares, analisando o caso do queijo Kochkäse no Vale do Itajaí, SC, por intermédio de análise bibliográfica e documental. O queijo Kochkäse, artesanalmente produzido por agricultores familiares do Vale do Itajaí, SC, com leite cru, de acordo com o método tradicional transmitido pelos ancestrais germânicos, não pode ser comercializado ante a proibição legal. A lei não respeita a condição sociocultural do agricultor familiar e não contempla o modo de saber fazer. Falta à norma jurídica a eficácia e adequação à realidade do agricultor familiar. A antropologia do direito vem em auxílio, objetivando acabar com a lacuna existente, tentando adaptar a lei à verdadeira situação sociocultural do agricultor familiar.

ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
Osvaldo Daniel Dos Santos Pinheiro - Universidade De Santa Cruz Do Sul – UNIS,
osvaldopinheiro@mx2.unisc.br
Erica Karnopp - Universidade De Santa Cruz Do Sul – UNIS, erica@unisc.br
Adriana Wachholz - Universidade De Santa Cruz Do Sul – UNIS, adriana.wachholz@yahoo.com

O artigo apresenta o referencial teórico de estratégias de diversificação para o desenvolvimento da agricultura familiar, utilizando como ferramenta analítica o método de Visão Baseada em Recursos, direcionado à sua aplicação no contexto rural. Essa dá ênfase aos recursos que potencializam a capacidade e o desempenho econômico da agricultura familiar. Inicialmente o artigo recupera o contexto de agricultura familiar. Faz então considerações sobre a Visão Baseada em Recursos e a diversificação da agricultura, investigando os referenciais a partir dos autores principais. Assim, apresenta o estatuto teórico da abordagem e analisa seu potencial para com os estudos sobre as potencialidades do método em prol da diversificação na agricultura familiar.

INVISIBILIDADE DO QUE ESTÁ VISÍVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR:
UM OLHAR SOBRE A JUVENTUDE RURAL.
Laércio De Souza - FURB – IFC, laercio.prof@gmail.com
Lúcia Helena de Souza Martins - FURB, lhsmartins24@hotmail.com

É uma pesquisa qualitativa que tem o propósito de apreender a realidade que envolve o universo do trabalho da juventude no meio rural. A migração do jovem do campo para o meio urbano, em decorrência da invisibilidade social, destaca a necessidade de um enfrentamento efetivo por parte do Estado. Considerar o jovem como ator permite compreender a sua relação com a família e com outros meios. Em determinados contextos são partilhados normas, valores, princípios, e relações de poder. A invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas. A resistência ao processo de exclusão requer a organização dos jovens agricultores familiares, homens e mulheres, para lutarem pela libertação deste processo de dependência e invisibilidade a partir da tomada de consciência acerca da situação de opressão.

UM ESTUDO SOBRE A ADERÊNCA DO PROJECT MANAGEMENT FOR DEVELOPMENT PROFESSIONALS (PMD PRO) A PROJETOS COOPERATIVOS

Alessandra de Sant'Anna - PPGPPD/UNILA, alessandradesantanna@gmail.com
Hilder Alberca Velasco - CPS/UNILA, hav.politica@gmail.com
Dirceu Basso - DRUSA/PPGPPD/UNILA, dirceu.basso@unila.edu.br
Jackson Jose Sales Miranda Junior - PPGPPD/UNILA, jackson,miranda7@gmail.com

O estudo propõe uma discussão acerca da aderência da metodologia do Project Management for Development Professionals (PMD Pro) aos projetos desenvolvidos no âmbito de cooperativas de agricultura familiar. O cooperativismo brasileiro emerge na década de 1960 influenciado pelo modelo europeu do século XIX que busca, nesta estratégia, uma alternativa de sobrevivência ao avanço do capitalismo e os efeitos negativos gerados por seu aprofundamento. Nos anos 1990 a cooperação vinculada à agricultura familiar emerge como uma via de inclusão social e desenvolvimento das áreas rurais em contraposição ao retorno do pensamento neoclássico, à globalização e à crise que o país atravessa desde os anos 1970. O artigo sintetiza a primeira etapa do projeto, que está em sua segunda fase. Verificou-se que o PMD Pro, por seu caráter participativo, pode qualificar a gestão, contribuir para o fortalecimento dos vínculos entre os associados e potencializar o capital social melhorando o desempenho dessas cooperativas.

ST_03 >**02**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
COORDENAÇÃO: SIBELLE DINIZ E RODRIGO CASTRIOTA

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 12

A ANÁLISE MULTIESCALAR NOS ESTUDOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Taciane Lais da Silva - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNIS, tacianelaisdasilva@gmail.com
Virginia Elisabeta Etges - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNIS, etges@unisc.br

O presente artigo tem por objetivo principal refletir sobre as implicações no desenvolvimento regional da articulação das múltiplas escalas de análise e como essas interferem na dinâmica do território. Entende-se, portanto, que o território se apresenta como expressão relacional de múltiplas escalas, de processos que se articulam entre si, formando a totalidade. Este artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica, abordando a compreensão política do território, seguida de uma breve contextualização sobre a compreensão do conceito de escala e a abordagem escalar nos processos de desenvolvimento territorial. Posteriormente discute-se as escalas e suas implicações na dinâmica territorial. Cabe destacar que cada conflito e tensão têm suas escalas específicas, contudo, uma possibilidade de articular e enfrentar os desafios postos por essa diversidade encontra-se na esfera do Estado Nacional. Entende-se que esta é uma maneira de expor os conflitos de interesses, mas também de pautar a construção de políticas públicas que estejam coerentes com o projeto de desenvolvimento da sociedade.

CIDADE MÉDIA E REGIÃO: ANÁLISE A PARTIR DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA/MG

Samarane Fonseca de Souza Barros - Universidade Federal de Juiz de Fora, samaraneb@gmail.com

O objetivo principal deste trabalho é problematizar a relação entre cidade média e região a partir do contexto empírico da cidade mineira de Juiz de Fora e sua respectiva região geográfica intermediária. Para isto, utilizou-se do levantamento de dados secundários acerca dos elementos de gestão do território, comércio e serviço, atividades financeiras, educação superior e pós-graduação e serviços de saúde, além de trabalhos de campo que constataram a centralidade da cidade. Por fim, tentou levantar questões que suscitem o debate acerca do planejamento regional, demonstrando os velhos desafios inerentes a este campo.

DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO METROPOLITANA DO SUDOESTE MARANHENSE NOS ANOS DE 2010 E 2015

José Roberto Ferreira de Souza - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, jroberto.f31@gmail.com
Pedro Araújo Pietrafesa - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pedropietrafesa@yahoo.com.br

Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento e o crescimento econômico nos municípios que compõem a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense. Para tanto, a pesquisa foi baseada em uma revisão bibliográfica, estudo de publicações técnicas e artigos, bem como o levantamento e análise de um conjunto de dados de fontes secundárias, sendo verificado o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita e do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), nos anos de 2010 e 2015. Os resultados apontam que o crescimento do PIB per capita que se verificou em todos os municípios da região analisada não se refletiu em desenvolvimento, evidenciando que o crescimento é uma condição necessária más insuficiente para levar ao desenvolvimento.

HIERARQUIA URBANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UM ESTUDO DO ISDM NO ALTO OESTE POTIGUAR

Boanerges de Freitas Barreto Filho - UERN, boanerges.sms@hotmail.com
Francisco do Ó de Lima Júnior - URCA, limajunioreconomia@gmail.com

O objetivo deste trabalho é analisar os municípios integrantes da região do Alto Oeste Potiguar, considerando as posições na rede urbana e o Índice Social de Desenvolvimento Municipal (ISDM). A posição na rede urbana reflete o dinamismo (ou não) dos municípios da região através das inter-relações que apresentam e o ISDM informa sobre as condições existentes em cada um dos 37 municípios que compõem a região. O ISDM regional médio de 3,96, com as dimensões apresentando médias regionais menores que cinco, sendo a dimensão da Educação com a menor média regional (3,32) não apontaram avanços significativos, embora alguns índices em poucos municípios integrantes da região do Alto Oeste tenham apresentado desempenho satisfatório no período. As cidades receptoras de investimentos privados e que concentram órgãos públicos exercem influência sobre o entorno (hierarquia), funcionando como polos na rede a partir da oferta de serviços públicos e pela concentração de empresas, atividades comerciais e serviços privados, mas também podem manter relações de complementaridade com o entorno, especialmente nas circunstâncias em que não é viável economicamente a estruturação de atividades públicas e privadas para atendimento de exígua população.

INOVAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO E ARTESANAL DE COURO E ARTEFATOS DE CABACEIRAS/PB
Getúlio Pamplona de Sousa - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, getuliopamplona@hotmail.com
Hermes Alves de Almeida - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, hermes_almeida@uol.com.br

O arranjo produtivo de couro e artefatos experimenta mudanças diversas, decorrentes da reconfiguração do sistema competitivo nacional, com crises financeiras e futuro incerto. Neste contexto, percebe-se a importância da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA), Cabaceiras, PB, e da necessidade de se analisar os seus aspectos de inovação no sistema produtivo e artesanal, sendo esse estudo o objetivo principal. A metodologia consistiu na aplicação de questionário semiestruturado, adotando-se o roteiro de entrevistas semelhantes ao da RedeSist. Os principais resultados evidenciam a importância da cooperativa, dos ganhos de produtividade, passando de 500 para 12 mil peles curtidas/mês, dos empregos gerados e da adoção de novas tecnologias. A produção não atende se quer a demanda interna e a venda é prioritariamente no atacado/varejo. Os artesãos têm um curtume e duas lojas para a comercialização, gerando trabalho e renda para a população local.

MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO RURAL NAS MESORREGIÕES CEARENSES
Paulo Victor Maciel da Costa - UFRN, paulovictorma22@hotmail.com
Silvana Nunes de Queiroz - URCA/UFRN, silvanaqueirozce@yahoo.com.br
Antonia Jaine da Silva Pereira - UFRN, jainerodrigues22@yahoo.com

Devido as transformações políticas, econômicas e sociais apresentadas pelo estado do Ceará a partir da década de 1980, vê-se a inserção de novos elementos no rural, os quais influenciaram na dinâmica migratória, através da permanência ou expulsão do homem do campo. Nesse contexto, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a relação entre migrações e desenvolvimento rural nas mesorregiões cearenses. Para tanto, utilizou-se como principais fontes de informação os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os resultados revelaram que o urbano da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, ainda é o principal destino dos migrantes das demais mesos, porém tal atratividade tem se reduzido. Já a mesorregião Norte Cearense apresentou-se como o principal destino dos migrantes que preferem o meio rural. Ademais, as mesorregiões do interior cearense estão ganhando população através da reversão dos saldos negativos, como é o caso do Sul Cearense e Noroeste Cearense.

> ST_03 >**03**

REFLETINDO SOBRE O RURAL-URBANO
COORDENAÇÃO: NILTON OLIVEIRA E TEMIS GOMES PARENTE

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 12

A MOBILIDADE TERRITORIAL REFLEXÕES, CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES
Pedro Henrique Maximo Pereira - UnB/UEG/PUC-GO, arqurb.phmp@gmail.com

O mundo contemporâneo parece suscitar novos conceitos que, de alguma maneira, expliquem ou elucidem os fenômenos que envolvem a vida e suas dinâmicas. O retorno de um certo nomadismo em escala planetária, ainda obscuro e em construção, é um destes fenômenos atuais. Para representá-lo, o conceito de Mobilidade Territorial ganha expressivo uso de autores das mais diversas disciplinas e lugares, no entanto, não há consenso sobre suas bases epistemológicas. Neste sentido, no presente trabalho vislumbra-se uma contribuição teórica a esta discussão. Para tal, formula-se uma discussão inicial sobre o território e sua dimensão vivida: a territorialidade. Localização e Movimento, Redes e Sistemas e Acessibilidade e Mobilidade são discussões características da territorialidade e entende-se, neste sentido, que as discussões-base para a Mobilidade Territorial devem deles partir.

ASSENTAMENTO DE MARAPICU: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE E AS RURALIDADES
Taís Côgo Ferreira - UFRRJ, taiscogo@gmail.com
Ana Paula Perrota Franco - UFRRJ, anapaula_perrota@hotmail.com

Considerando os conflitos que existem no território de estudo denominado Assentamento Municipal de Marapicu, objetiva-se compreender como que a urbanização da região e a insuficiência de políticas públicas podem resultar no processo de invisibilidade do território e de seus atores sociais. Para tanto, serão analisadas as reflexões sobre a oposição campo e cidade a partir de Ferreira (2002) e Navarro (2001) para refletir como as transformações que ocorreram no Brasil nas últimas cinco décadas implicaram no processo de perda de significados do território de Marapicu, ou seja, de uma área que foi destinada a reforma agrária a partir das reivindicações dos seus atores sociais que ocuparam com suas identidades as terras improdutivas de Campo Alegre. Como contribuição para o estudo serão pautadas as reflexões de Polanyi (2000) sobre as mudanças sociais devido a Revolução Industrial e a criação das mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro). Por fim, serão apresentados breves apontamentos sobre as distintas formas de ruralidades como caminho para o desenvolvimento rural do território de Marapicu.

INTERFACE RURAL-URBANA NO TERRITÓRIO: CENÁRIOS POSSÍVEIS A PARTIR DE PERSPECTIVAS DE AGENTES E CATEGORIAS TERRITORIAIS
Letícia Thurmann Prudente - UFRGS, lelearq@hotmail.com

O objetivo do artigo é apresentar uma proposta metodológica desenvolvida que buscou o reconhecimento e a análise da interface rural-urbana como uma categoria territorial intermediária entre as questões dicotômicas de rural e urbano no território contemporâneo. A proposta é contrapor a ideia hegemônica de priorizar as questões urbanas como positivas e inevitáveis no território, compreendendo as múltiplas facetas do território. Apresenta-se os métodos desenvolvidos com base em abordagens interdisciplinar, sócio-espacial e interescalar, voltados a descrição das perspectivas de agentes-chave (comunidade de assentados e gestores públicos), a criação de categorias territoriais da interface rural-urbana e a construção cenários possíveis, destacando a aplicação dos mesmos em três cenários mais representativos. Espera-se contribuir com novas abordagens entre o territorial e o rural, voltadas a processos mais participativos e democráticos de planejamento territorial.

RELAÇÃO RURAL-URBANA NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA
Patricia Maíssa Ferragoni da Cruz - UFABC, patferragoni@uol.com.br

Sabe-se o quanto o rural brasileiro é diverso. A teoria das novas ruralidades ressalta a não existência de apenas um meio agrícola nesta área, mas também de um território composto por muitas realidades distintas, principalmente quando se observa a questão fundiária, social e econômica. A diversidade de biomas, por exemplo, traz um ponto de vista moderno quando se fala em produção e como os habitantes do campo se conectam diariamente com a natureza. Além disso, a criação de laços interpessoais e entre essas pessoas com os seus próprios espaços tem grande relevância também comparativamente à análise que comumente se faz utilizando apenas a interação que elas têm com o seu emprego. Mudando-se os vínculos no campo, modifica-se também a sua relação com as cidades, afinal os fluxos de pessoas, capitais, mercadorias e as dinâmicas que ocorrem entre esses dois espaços, conceitualmente distintos, também se alteram. O entendimento da relação rural-urbana, dentro da perspectiva do novo rural, deve ser trabalhado e pode ter grandes impactos ao reorientar e redirecionar algumas políticas públicas e de planejamento atuais.

RUGOSIDADES MAPUCHES. HERENCIAS CULTURALES EN LA CONSTRUCCIÓN DEL LUGAR CONTEMPORÁNEO
Rodolfo Efrain Zelada Mario Vianna - PUC-Rio, rzelada.arenas@gmail.com
Fernando Espósito Galarce - PUC-Rio, fernando.esposito@ead.com

Los mapuches, civilización indígena del sur de Chile, tienen una fuerte relación con el territorio, de ahí su nombre (mapu= tierra, che=hombre). Como "hombres de la tierra", tienen un vínculo sagrado con la naturaleza, a diferencia de las culturas extranjeras dominantes, que se apropiaron del territorio desde su funcionalidad. Reflejo de ello es el valor de la construcción de lugar que la cultura mapuche expresa a través de su vivienda: la ruka. La ruka un puente entre el mapuche y lo sagrado, posee un valor técnico, revelando el material como parte de su espacio sagrado. Milton Santos dice que los elementos que forman el espacio (acciones y objetos), son producto de procesos de supresión, acumulación y superposición, estos procesos les llama "rugosidad". Explorar aquellos espacios y y sus componentes físicos, históricos y simbólicos como categorías de rugosidad, es una oportunidad para entender la trascendencia del lugar en el tiempo.

ST_03 >**04**

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
COORDENAÇÃO: NILTON OLIVEIRA E TEMIS GOMES PARENTE

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 12

CONTRIBUIÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A MANUTENÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ
Carla Janaína Mendonça de Melo - Faculdade Porto/FGV, carlajanainamend@gmail.com
Moacir José dos Santos - UNITAU, professormoacirsantos@gmail.com
Marilsa de Sá Rodrigues - UNITAU, marilsasarodrigues@outlook.com

O presente artigo traz como tema as contribuições das representações sociais para a manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, considerando a relevância dessa temática para a o contexto histórico, social e cultural no Estado de Rondônia. O objetivo do estudo é apontar os elementos de representação social para manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé. A metodologia adota para este estudo foi exploratória-documental. Os resultados obtidos frente à metodologia aplicada permitem afirmar que a comunidade de Santo Antônio do Guaporé preserva sua territorialidade, etnicidade, cultura e representações, mas permanece limitada a geração de renda, restringindo-se a produção de farinha, em função de fazer parte da Reserva Biológica do Guaporé (REBIO GUAPORÉ) e as implicações técnicas restritivas.

EFEITOS SOCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE LAJEADO ESTUDOS DE CASOS NOS REASSENTAMENTOS DO CÓRREGO DO PRATA E PINHEIRÓPOLIS RURAL
Ana Carolina Chaves Catolico - ENCE, anacatolico@gmail.com
Julia Celia Mercedes Strauch - ENCE, julia.strauch@ibge.gov.br
Fabio Giusti Azevedo de Britto - ENCE, fabiogeografia@gmail.com

No Brasil e no mundo, o setor elétrico configura uma área estratégica do ponto de vista político, econômico, financeiro e social. Na sociedade moderna, o acesso à energia elétrica tanto para funções residenciais, quanto para atividades produtivas industriais, é um elemento chave para a garantia de condições de bem-estar e crescimento econômico. A matriz elétrica brasileira pode ser caracterizada pela presença de um parque gerador, essencialmente, hidrotérmico, onde a produção hidrelétrica corresponde a cerca de 68% da oferta de energia elétrica, suportada pela implementação e expansão de grandes projetos de investimento hidrelétricos. Desde o início de sua inserção no território, estes projetos vêm proporcionando profundos impactos no meio físico-biótico e na dinâmica territorial e social pré-existentes local e regionalmente. Apesar de todo o recente avanço do arcabouço normativo e institucional ambiental, os aproveitamentos hidrelétricos continuam protagonizando diversos conflitos territoriais. Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo central compreender os desdobramentos sociais e territoriais provocados pela implementação da usina hidrelétrica de Lajeado, partindo de dois estudos de caso de reassentamentos: Córrego do Prata e Pinheirópolis Rural. Para tal, torna-se fundamental analisar o contexto político, econômico e regulatório ambiental vigentes no período de construção da usina, o projeto do empreendimento e os programas mitigatórios e compensatórios propostos pelo consórcio responsável. Em um segundo momento, a pesquisa buscou identificar os principais efeitos sociais advindos da implementação da UHE de Lajeado através de revisão bibliográfica, elaboração de entrevistas semiestruturadas e observações realizadas na pesquisa de campo. Os resultados preliminares revelam as limitações dos mecanismos e instrumentos adotados para mitigação e compensação de impactos, frente às perdas materiais e simbólicas da população atingida.

RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ: REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO E ZONA DE AMORTECIMENTO.
Felipe Loures Teixeira Neves - UFRuralRJ, felipe_loures@hotmail.com
Adriana Soares de Schueler - UFRuralRJ, schueler.a@gmail.com
Luciano Muniz Abreu - UFRuralRJ, lmabreu@predialnet.com.br

A reserva biológica do Tinguá criada em 1989, está inserida em meio a um conjunto de municípios que juntos integram uma população de mais de 2 milhões de habitantes. A região circunstante a reserva,

recebeu grandes empreendimentos durante as décadas de 60/70. O crescimento da mancha urbana dos municípios ao longo das décadas, a demarcação da Zona de Amortecimento da reserva, a questão da identidade territorial e o conceito em relação a uma nova forma de perceber o meio rural no Brasil, podem revelar correlações na geração e agravamento de conflitos das mais diversas ordens no território. Associado a isso, a forma como as relações socioeconômicas se desenvolveram ao longo das décadas permite realizar algumas reflexões em relação a esse território, aparentemente marcado pela geração de conflitos e desigualdades das mais diversas ordens.

> ST_03 >**05**

TERRITÓRIO E IDENTIDADE
COORDENAÇÃO: KLEMENS LASCHEFSKI E NILTON OLIVEIRA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 12

CAPITAIS INTANGÍVEIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
Vilmar Nogueira Duarte -UNIOESTE, vilmareconomics@gmail.com
Mirian Beatriz Schneider - UNIOESTE, mirian-braun@hotmail.com

Este artigo discute a importância dos capitais intangíveis no processo de desenvolvimento territorial. Apresenta, em linhas gerais, um escopo sobre a noção de desenvolvimento territorial, destacando a estreita relação entre os capitais intangíveis: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social e capital sinergético com o desenvolvimento econômico dos territórios. Finalizando, o texto aponta que esses capitais são decisivos no processo de desenvolvimento sustentável, como elementos de origem endógena, ou seja, procedentes do interior do próprio território.

O CRÉDITO INSTALAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS ASSENTADOS: REFLEXÕES SOBRE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O RURAL E A EXPANSÃO DAS CAPACIDADES NO TERRITÓRIO SEMIÁRIDO NORDESTINO.
Verônica de Fátima Fernandes Barbosa - UERN, veroliz23@hotmail.com
Francisco do Ó de Lima Junior - URCA/UERN, lima.junior@urca.br
Larissa da Silva Ferreira Alves - UERN, larissa0185@gmail.com

O presente ensaio visa contribuir para o atual debate em torno das estratégias contemporâneas de desenvolvimento rural no Brasil. É oriundo de revisão bibliográfica e de observação participante da pesquisadora nas dinâmicas dos assentamentos rurais no Ceará (2012 a 2017). Na primeira seção, apresentamos o território semiárido cearense, onde também discorremos sobre a concepção de território utilizada no artigo. Em seguida, discutimos sobre o processo de modernização conservadora vivenciado no Nordeste, que influenciou o caráter dual das políticas públicas presentes no campo. Na terceira parte apresentamos o crédito instalação, política pública direcionada aos beneficiários do programa de reformaagrária com fins de instalação e apoio ao início das atividades produtivas das famílias assentadas. Apontamos reflexões sobre processos desenvolvimento e de expansão das liberdades e capacidades dos sujeitos e a relação do acesso ao crédito com sua qualidade de vida.

POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E MEIO AMBIENTE: A "QUESTÃO TERRITORIAL" E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL
Klemens Laschefski - UFMG, klemens.laschefski@gmail.com
Andréa Zhouri - UFMG, azhouri@gmail.com

Este trabalho analisa as consequências da "nova era do desenvolvimentismo" introduzida pelo governo brasileiro de centro-esquerda (2003-2016) nos povos indígenas e comunidades tradicionais. Destaca-se que a re-primatização da economia, ainda que no contexto da redemocratização e governança ambiental, levou ao aumento dos conflitos fundiários e reforçou o papel subalterno do Brasil na divisão global do trabalho. Chama-se a atenção para visões eurocêntricas sobre o desenvolvimento permeiam não apenas posições conservadoras mas também estratégias progressistas que percebem as comunidades tradicionais como meros pobres rurais a serem integrados nos mercados de trabalho urbanos. Dada a luta desses grupos pela autonomia e pelas respostas políticas que ameaçam seus direitos constitucionais e a sociobiodiversidade brasileira, os autores desenvolvem uma complexa "questão territorial" entre os metabolismos territoriais urbano-capitalistas e não-urbanos que desafiam as visões de uma luta de classe unida.

SILENCIAMENTO DE SUJEITOS E ENCOBRIMENTO DE TERRITÓRIOS: O DISCURSO DOS VENCIDOS E DOS VENCEDORES NO ENSINO DA "GUERRA DO PARAGUAI" NO ESTADO DO PARANÁ
Vivian Costa Brito - Furb/Fapesc, vivianbritofoz@gmail.com
Gilberto Friedenreich Dos Santos - Furb, gilbertofrieden@gmail.com
Luis Ignacio Lopez - Unioeste, decolaje11@gmail.com

A "Guerra do Paraguai" é um dos temas mais polêmicos quando se trata da recente história de formação do território latino-americano. A ótica para apreensão de tal questão passa em geral pela análise historiográfica. Essa análise gera duas grandes narrativas: a dos vencidos (Paraguai), de base nacionalista e anti-imperialista e as dos vencedores (Brasil), de pilar nacionalista, subimperialista. Objetivo desse estudo é analisar o discurso contido nos recursos didáticos usados pelo docente do Ensino Médio das escolas públicas para explicar a formação socioespacial do Paraguai e o papel do Brasil na guerra. Para tal exame, usa-se o método de abordagem dialético marxista à luz da análise do discurso do Círculo de Bakhtin. É a ênfase dada na categoria tempo em lugar da categoria espacial a crítica as narrativas sobre o conflito. Verifica-se no livro didático do Ensino Médio nas escolas públicas do Paraná o caráter descritivo do enfoque geográfico que silencia sujeitos e encobre territórios.

VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, SIGNOS DISTINTIVOS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E INDICATIVOS METODOLÓGICOS
Valdir Roque Dallabrida - Universidade do Contestado, valdirdallabrida@gmail.com

Vivemos em tempos de transição paradigmática da sociedade dos objetos para a (i)conomia, que representa a transição para a sociedade dos ícones, ou signos. Um determinado signo pode fazer referência, por exemplo, a um produto ou serviço cuja notoriedade e especificidade remetem a um determinado lugar, numa relação constante entre produto e território, em que tanto o produto quanto o território se beneficiam dessa notoriedade. Assim, o debate sobre signos distintivos territoriais torna-se oportuno, podendo transforma-se em alternativa que possa contribuir no processo de desenvolvimento com mais autonomia territorial. Com isso, propugna-se a revalorização dos territórios, não mais na forma de territórios-zona, sim territórios-rede, em geral, desterritorializantes, mas que podem também ser base para um novo processo de territorialização. A partir do resgate de contribuições teóricas sobre signos distintivos, propõem-se aportes metodológicos que possam ser utilizados na prospecção e/ou avaliação de experiências territoriais.

ST_03 >**06**

DESENVOLVIMENTO, ECOLOGIA E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO: TEMIS GOMES PARENTE E RODRIGO CASTRIOTA

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 12

ENTRE RISCOS E INCERTEZAS: O DESENVOLVIMENTO NO JALAPÃO E A METAMORFOSE DE UMA REGIÃO ECOLÓGICA
Cleiton Silva Ferreira Milagres - UFT, cleiton.milagres@uft.edu.br
Roseni Aparecida de Moura - UFT, roseni.moura@uft.edu.br
Temis Parente - UFT, temiss@uft.edu.br
Waldecy Rodrigues - UFT, waldec@terra.com.br

Neste artigo apresentamos o Jalapão, região do estado do Tocantins e a sua relação com as características de uma identidade construída nos discursos de uma região predominantemente ecológica. A categoria de um território imaginado atribuída ao lugar em que vivem os atores sociais protagonistas deste contexto é apresentada no referencial conceitual deste trabalho. O objetivo foi refletir sobre a criação e trajetória de uma região ecológica e como os atores sociais lidam com este processo de desenvolvimento frente aos inúmeros dilemas que a região apresenta. Metodologicamente, foi realizada uma análise documental e uso de dados secundários para a caracterização da região e, posteriormente, entrevistas com representantes do poder público, sociedade civil e mercado local, além da observação participante. A análise apontou que não há um reconhecimento pelos diversos atores que estão presentes na região do Jalapão sobre uma preocupação consigo mesmo, frente as transformações ambientais. Nota-se, também, que há uma dificuldade em perceber o "lugar" Jalapão para além do aspecto ecológico, em que pessoas possam participar ativamente da tomada de decisão coletiva em prol de seus anseios e necessidades, buscando um desenvolvimento que seja de fato regional.

ACESSO ÀS TICS POR IDOSOS DO MEIO RURAL NO SUL DO BRASIL
Silvia Virginia Coutinho Areosa - UNISC, sareosa@unisc.br
Roberto Wickert - UNISC
Diorginis Luis Fontoura da Rosa - UNISC, di_fontoura@hotmail.com
Eduarda Correa Lasta - UNISC

Os idosos e a forma como envelhecem são singulares, assim precisa-se compreender o processo de envelhecimento como um acontecimento particular e subjetivo. A pesquisa buscou investigar a relação entre a percepção de solidão e o acesso à internet no contexto dos idosos do meio rural do município de Santa Cruz do Sul/RS considerando a pergunta de partida: qual a relação entre o acesso às tecnologias de informação, através da internet, e a percepção de solidão pelos idosos do meio rural? Foi aplicado questionário em 236 pessoas de ambos sexos com mais de 60 anos que vivem em sete distritos rurais. Os resultados apontaram que o acesso às TICs ainda é pequeno no meio rural, 27,8% não tinham acesso à internet e 32,8% relatam sentirem-se sozinhos. Salienta-se que entre os benefícios trazidos pelo advento da internet estão a possibilidade de expressão, sociabilização, acesso a informação e a formas de entretenimento.

ESCOLA TIPO PALAFITA: INCLUSÃO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS, ANAMÃ-AMAZONAS.
Diana Soares Costa - Universidade Federal Do Amazonas, arqdianasoares@hotmail.com

No Amazonas, as inundações sazonais afetam as edificações construídas às margens dos rios, e nesse ambiente, os sistemas construtivos devem prever soluções para essas situações. Nas escolas o impacto é negativo, pois durante as inundações ocorrem danos na infraestrutura e a alternativa que minimiza essa situação é a construção de escolas baseadas na arquitetura bioclimática e na tipologia de palafitas. Assim, é proposto repensar as construções educacionais em áreas de inundações do interior do Amazonas, através do resgate do partido palafita e da inclusão de tecnologias sustentáveis, consolidando o compromisso entre a arquitetura, educação e meio ambiente. A metodologia estruturou-se na pesquisa bibliográfica teórica qualitativa; levantamentos no campo para identificar e registrar as características locais; elaboração de estudos preliminares que representem os dados encontrados. O município de Anamã possui um padrão cultural tipo palafita e durantes as cheias sofre inundação em todo município, sendo assim, possível resgatar a tipologia palafita inserindo os conceitos bioclimáticos e tecnologias sustentáveis.

NOVA CIDADE, VELHOS PROBLEMAS: A BR 163 COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE NOVA MUTUM-MT E SEUS DESDOBRAMENTOS NA DISPERSÃO
Gisele Carignani - UNEMAT Universidade Do Estado De Mato Grosso, carignani@hotmail.com
Ana Carolina Vicentim Batista Ribeiro - UNEMAT Universidade Do Estado De Mato Grosso, anacarolinavicentim@gmail.com
Joao Carlos Machado Sanches - UNEMAT Universidade Do Estado De Mato Grosso, sanches@unemat.br
Rachel Coutinho - UFRJ, rachelcms@ufrj.br

O trabalho faz parte de um projeto que se inicia, sobre a formação de cidades novas no Norte de Mato Grosso. Elabora um percurso histórico de ocupação do norte do Estado com a formação das cidades no perímetro da rodovia BR 163, que liga Cuiabá-MT a Santarém-PA. A rodovia é um elemento que estrutura urbanisticamente as cidades a partir da sua importância no deslocamento da produção local e também no recebimento da produção processada de estados do sul do país. A cidade em evidência nesse momento é Nova Mutum, de formação agroindustrial, que apesar do alto potencial econômico e da pouca idade, sofre dos problemas atuais das cidades consolidadas urbanisticamente, como a dispersão periferização

e baixo adensamento das áreas consolidadas e infraestruturadas. Muitos dos resultados urbanos são oriundos de característica da colonização desta cidade, de origem privada e capitalista o que favoreceu a retenção imobiliária de áreas centrais da cidade e expansões do perímetro urbano para alcance de certas propriedades rurais. O Plano Diretor se nutre de instrumentos capazes de amenizar tais recorrências, mas sua aprovação recente não acusa ainda soluções ou amenizações para essas desigualdades urbanas.

POR UM LUGAR PARA CHAMAR DE "MEU": ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ESTABELECIDA POR AGRICULTORES DE UMA COMUNIDADE AGROECOLÓGICA RURAL COM O LUGAR
Leonardo Victor de Sá Pinheiro - UFPI, leonardopinheiro@hotmail.com
Fernanda Fernandes Gurgel - UFRN, fernandafgurgel@hotmail.com
José Queiroz Pinheiro - UFRN, pinheiro@cchla.ufrn.br

Nas últimas décadas, estudos trouxeram à tona a relação das pessoas com diversos contextos ambientais. Considerando a importância que o sistema agroecológico de produção apresenta na transformação das relações com o ambiente, buscou-se estudar o lugar nas relações humano-ambientais em contextos agrícolas e rurais. O objetivo do estudo foi explorar como os agricultores vivenciam e estabelecem suas relações com o lugar, em uma comunidade rural agroecológica do Rio Grande do Norte. Foi adotada uma abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica, com dados construídos por meio de diários de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas com dez participantes. O corpus foi analisado com base na análise de conteúdo temática interpretativista. Os resultados mostraram diferentes aspectos da relação dos agricultores com o lugar, revelando um vínculo multidimensional formado por variadas formas de significação, que dependiam das trajetórias de vida, das alterações no ambiente e das relações socioeconômicas e ambientais estabelecidas. A pesquisa propõe tratar o tema além das fronteiras disciplinares, apresentando a contribuição da Psicologia Ambiental.

> ST_03 >**07**

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O TERRITÓRIO
COORDENAÇÃO: TEMIS GOMES PARENTE E KLEMENS LASCHEFSKI

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 12

A PERIFERIA DA POBREZA NA BORDA OESTE METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO OCUPAÇÃO, APROPRIAÇÃO E (DES)ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E TERRITORIAL
Denise de Alcantara Pereira - UFRRJ, denisedealcantara@gmail.com
Marcio Rufino Silva - UFRRJ, marciorufis@gmail.com
Natalia Silva Oliveira - UFRRJ, nsoliveira.arq@gmail.com

As marcas da expansão urbana e periurbana tornam-se mais nítidas na medida em que avançam as investidas da industrialização e os motores logísticos e econômicos, historicamente atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas nos territórios da borda oeste metropolitana do Rio de Janeiro. Estes territórios são, por sua vez, destituídos de suas camadas e proteções epidérmicas e coberturas vegetadas tornadas rarefeitas pelas produções agropecuárias - cana, café, leite, carne e demais gêneros agrícolas - ao longo dos séculos e, na virada do milênio, por extrativismos extensivos de recursos minerais e pela industrialização. Este artigo aborda e problematiza o fenômeno metropolitano tendo como pano de fundo os territórios de Japeri e Seropédica sob uma perspectiva analítica e empírica, identificando os agentes e atores envolvidos na produção social do espaço e os marcos legais de uso e ocupação do solo como indutores da forma urbana caracterizada pelas fragilidades ambientais e desigualdades sócio-espaciais, incorporando as premissas da nova agenda urbana.

A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO ITAPOCU EM SANTA CATARINA: A GESTÃO NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
Sergio Torres Moraes - UFSC, sergiomoraes@arq.ufsc.br
Danielle Sella de Paula - UFSC, daniellesella@outlook.com
Sueme Freitas - UFSC, arq.sueme@gmail.com
Marco Aurélio Schmitt da Silva - UFSC, marcoschmitt123@gmail.com

Este trabalho faz parte de um estudo maior que se propõe a abordar questões relacionadas à gestão de áreas de vulnerabilidade socioambiental na região da bacia hidrográfica do rio Itapocu, ao norte de Santa Catarina. Os municípios catarinenses têm buscado há tempo diferentes composições de gestão regional sem, contudo, lograr ações efetivas que lidem com as fragilidades socioambientais. Desse modo, entender as dinâmicas de governança e identificar a dimensão destes problemas podem colaborar para a mitigação de vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais. Avaliamos aqui, portanto, os dados relativos à precariedade socioambiental no município de Jaraguá do Sul, confrontando-os com os planos municipais de gestão, indicando a extensão de suas efetividades.

ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM MATO GROSSO DO SUL O ÍNDICE DE POBREZA HUMANA MUNICIPAL
Cristiane de Matos Balsalobre - UEMS, crisbalsalobre6@gmail.com
Francis Regis Gonçalves Barbosa - UEMS/Unioeste, francis_barbosa@hotmail.com
Claudia Maria Sonaglio - UEMS, claudia.sonaglio@gmail.com

A identificação dos fatores que causam a pobreza multidimensional é imprescindível para a obtenção de uma visão apurada dos problemas enfrentados pela sociedade decorrentes desse problema. Nesse sentido, o objetivo geral foi mensurar a pobreza multidimensional e analisar a sua evolução para os municípios de Mato Grosso do Sul nos anos de 1991, 2000 e 2010. Foi criado o Índice de Pobreza Humana Municipal (IPHM) a partir das variáveis de saúde, educação e acesso a serviços básicos domiciliares. Os resultados apontam que os municípios de Japorã, Tacuru, Paranhos e Juti permanecem entre os mais pobres no período estudado. Os municípios de Campo Grande, Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste e Dourados permanecem entre os menos pobres. Conclui-se que houve melhoria no bem-estar social dos munícipes, como consequência de políticas públicas adotadas para o desenvolvimento e qualidade de vida da população.

DETERMINANTES MUNICIPAIS DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA
Fernanda Cavalcante Rangel - PPGCE/UERJ, nandavetra@hotmail.com
Ana Carolina da Cruz Lima - PPGCE/UERJ, anacarolinadcl@gmail.com

A escravidão contemporânea no Brasil tem sido amplamente abordada pelo prisma jurídico, descritivo e com estudos de casos. Esse trabalho contribui com uma análise econométrica do tema. O objetivo do artigo é identificar os principais determinantes municipais da escravidão contemporânea. Para sua consecução

são utilizados dois modelos econométricos, quais sejam, o modelo probit e o modelo de seleção amostral de Heckman, com a utilização dos dados do Ministério Público do Trabalho e do Atlas do Desenvolvimento Humano. Os resultados indicam que os municípios com baixa renda per capita, baixa escolaridade, elevada taxa de desigualdade e população rural tendem a apresentar quantidade mais expressiva de indivíduos resgatados de condições de trabalho análogas à escravidão. Portanto, políticas que avancem no sentido de enfrentar a desigualdade e a baixa escolaridade podem contribuir para mitigar a escravidão contemporânea nos municípios brasileiros.

POLÍTICAS TERRITORIAIS E CENTRALIDADE DE GÊNERO: ESTUDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPODERAMENTO FEMININO ENTRE PESCADORAS ARTESANAIS

Victorya Elizabete Nipo Teixeira de Carvalho - UFRN, carvalhovictorya11@hotmail.com
Winifred Knox - UFRN, winknox@hotmail.com

As políticas públicas ao adotarem a abordagem territorial assumem outra escala de planejamento, avançando na inclusão de novos atores e setores econômicos, a exemplo das mulheres pescadoras artesanais. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender como a perspectiva de gênero foi adotada pelas políticas territoriais no Brasil e de que maneira as ações públicas atendem as mulheres pescadoras, tendo como caso empírico a comunidade da praia de Muriú, no município de Ceará Mirim/RN. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental sobre a temática e a área de estudo, entrevistas semiestruturadas com os principais atores e uma oficina participativa com as pescadoras. Conclui-se com esse trabalho a necessidade de políticas públicas para as mulheres, bem como a importância da transversalidade de gênero nas ações locais e o papel dos governos locais na implementação de políticas federais para promoção de um desenvolvimento territorial rural inclusivo.

ST_03 >**08**

PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E TERRITÓRIO
COORDENAÇÃO: JOÃO TONUCCI E SIBELLE DINIZ

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 12

CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL RURAL

Patricia Maíssa Ferragoni da Cruz - UFABC, patferragoni@uol.com.br

Cada vez mais se verifica a urgência de se pensar o território de maneira mais abrangente possível, dando atenção, principalmente, às áreas que não tem tido longa tradição no planejamento. Para tanto, neste artigo pretende-se discorrer sobre o poder municipal no planejamento e gestão de áreas rurais, ressaltando as suas competências previstas pela Constituição e leis específicas, assim como também analisando as suas capacidades. O município, desta forma, teria atuação fundamental no ordenamento local das suas zonas rurais, assim como na conexão de atividades que se dão tanto no campo e na cidade. O plano diretor, apesar das suas reconhecidas dificuldades de elaboração e execução, seria um dos instrumentos básicos nos quais esse ente federativo poderia se utilizar para direcionar o desenvolvimento do rural.

CONFLITOS E IMPASSES NA DISCUSSÃO INSTITUCIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/REGIONAL NO GOVERNO LULA

Joana Tereza Vaz de Moura - UFRN, joanatereza@gmail.com
Winifred Knox - UFRN, winkinox@gmail.com

O artigo apresenta uma discussão sobre as interfaces e deslocamentos das discussões sobre desenvolvimento territorial e regional no Brasil, especialmente com a entrada do Presidente Lula no Governo Federal, em 2003. Buscamos, através de entrevistas, pesquisa em jornais e revistas e leituras de documentos compreender como os diferentes atores políticos alocados em dois Ministérios (Desenvolvimento Agrário e Integração Nacional) sustentaram as suas percepções sobre o processo de desenvolvimento do país- territorial e/ou regional. Resumidamente, buscamos desvendar as articulações e os afastamentos entre as percepções sobre a política de desenvolvimento territorial dos gestores públicos que assumiram o MDA e o MIN no primeiro mandato do Governo Lula. Partimos do pressuposto de que a inserção de militantes no MDA reforçou e possibilitou a concretização da política de desenvolvimento territorial, enfraquecendo a discussão regional apostada no MIN. Título: Desenvolvimento e Crescimento Econômico na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense nos anos de 2010 e 2015.

ENTRE O RURAL E O URBANO: RUMO A UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DAS ÁREAS DE INTERFACE URBANO-RURAIS NA RMSP

Bruno César Nascimento Portes - UFABC, bcportes@gmail.com
Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos - UFABC, luciana.travassos@ufabc.edu.br

O artigo tem como objetivo apresentar um debate teórico e conceitual sobre os conceitos de rural, ruralidade e interface urbano-rural, com o intuito de embasar a elaboração de critérios para a complexificação tipológica de rural e urbano em regiões metropolitanas brasileiras, de forma geral, e da Região Metropolitana de São Paulo, mais especificamente. Após o levantamento das abordagens existentes, conclui-se que a abordagem territorial fornece um conjunto promissor de ferramentas para o planejamento deste território, uma vez que, nessa abordagem, as áreas de interface urbano-rural, para além da dicotomia entre estas categorias espaciais, são consideradas como territórios particulares, resultantes de processos urbanos e rurais específicos e da combinação entre eles no espaço e configuradas como espaço híbrido, onde as relações urbano-rurais estão mais entrelaçadas e os limites, mais indefinidos.

O AVANÇO LEGAL DA EXPANSÃO URBANA NA ÁREA RURAL CONTRASSENSO DEMOCRÁTICO E FLEXIBILIZAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO EM CAMPINAS-SP

Chiara Alves de Oliveira - Unicamp, oliveiras.chiara@gmail.com
Maria Angélica Mocci - Unicamp, mariaangelicamocci@gmail.com
Gisela Cunha Viana Leonelli - Unicamp, gisela@fec.unicamp.br

Diversos estudos têm elucidado a questão de como e quanto a cidade deve crescer. A produção do espaço urbano não se dá sem divergências, que devem ser articuladas pela gestão urbana municipal sempre favorecendo o interesse público. Nesta temática, o objetivo deste trabalho é identificar o recente processo de ampliação do perímetro urbano de Campinas - SP e sua relação conflituosa com o rural, evidenciando disputas que enaltecem uma visão anacrônica do campo como inferior à cidade. A partir de um método de caráter qualitativo e descritivo, foram sistematizadas as legislações correlatas ao Plano Diretor de 2018,

analisando suas abordagens sobre a expansão urbana e suas relações com a área rural. Ainda que o Estatuto da Cidade defina diretrizes de participação popular e instrumentos para planejar a expansão urbana, estes conteúdos são tratados com muita arbitrariedade por parte dos municípios, sendo alvo de disputas e resultando, como no caso estudado, em contrassensos democráticos.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMUNIDADES INDÍGENAS: COMIDA E TERRITÓRIO
Aurélia Matos Brito - Universidade Federal do Tocantins, aureliamatos@hotmail.com

Este escrito busca compreender algumas questões da segurança alimentar e nutricional no contexto de comunidades indígenas brasileiras, através de uma reflexão conceitual e do debate sobre a simbologia do alimento e a importância do território para estas comunidades. Para os indígenas, existem diferentes problemas ligados à alimentação, os fatores que ganham destaque neste tema são de ordem histórica, social, econômica e ambiental, o que nos levar a pensar sobre às consequências à saúde, principalmente, que podem ser causadas, caso todos estes elementos não sejam considerados. Para construir essa escrita, partiremos da introdução e incursões metodológicas, para depois alcançar a parte teórica iniciando com a significação da comida e território, e subsequentemente tratando da segurança alimentar e nutricional de maneira geral e também direcionada aos indígenas, para depois trazer as considerações finais. Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, a partir do método bibliográfico e documental.

> ST_03 >**09**

AGROPECUÁRIA E AGROECOLOGIA
COORDENAÇÃO: TEMIS GOMES PARENTE E SIBELLE DINIZ

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 12

AGROECOLOGIA: BASE TEÓRICA DIALOGANDO COM CONHECIMENTO EMPÍRICO
Erica Karnopp - UNISC, erica@unisc.br
Jaime Miguel Weber - UNISC, jaimeweber1@hotmail.com

Neste artigo analisa-se a base teórica da agroecologia e o conhecimento empírico, com ênfase na agricultura familiar. Buscou-se estabelecer uma relação dessa base teórica com o conhecimento empírico em unidade familiar agrícola do município de Santa Cruz do Sul, RS/Brasil. As tendências mundiais mostram que a agricultura convencional ainda tem preferência, embora o desenvolvimento da agricultura de base ecológica, nos últimos anos, tenha crescido consideravelmente. A continuidade do desenvolvimento da agricultura de base ecológica depende do aumento pela procura por produtos orgânicos, por um lado, e por outro, de uma nova reestruturação da comercialização, bem como da organização dos agricultores familiares e da criação de políticas públicas para esse fim. Resultados positivos para o desenvolvimento sustentável dependem muito do desenvolvimento adequado e combinado da produção, industrialização e comercialização da produção, bem como das formas de organização e engajamento dos "atores sociais", mas, sobretudo do planejamento da sociedade regional sobre o seu futuro.

ANÁLISE TERRITORIAL DO SETOR AGROPECUÁRIO GOIANO – Censo Agropecuário de 2017
Adriano Silva de Faria - Emater – GO, fariasilvaadriano@gmail.com
Guilherme Resende Oliveira - Emater – GO, guilherme-ro@emater.go.gov.br

O estado de Goiás é o quarto maior produtor nacional de grãos, com 9,7% da produção estimada para 2018. Além disso, o estado possuía o segundo maior rebanho bovino do país e a quarta maior produção de leite em 2017. Com base no Censo Agropecuário, este estudo analisa as principais informações fornecidas, apresentando a atual situação dos municípios goianos e, consequentemente, do estado. No geral, em Goiás, houve aumento 12,2% dos estabelecimentos rurais. A população ocupada na zona rural reduziu 12,9%. A taxa de analfabetismo reduziu de 14,2% para 8,2%. Cerca de 21,9% dos produtores receberam assistência técnica. Apenas 14,6% dos estabelecimentos possuem DAPs. Cerca de 14,7% dos produtores declararam possuir financiamento. Os produtores preservam 97% de suas nascentes. O uso de agrotóxicos aumentou em 94%. Houve aumento no número de maquinário nos estabelecimentos rurais. Assim, conclui-se que o estado de Goiás vem aumentando sua produção e se tecnificando no decorrer dos anos.

PREÇO DE TERRAS E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: um estudo preditivo
Guilherme Asai - Unioeste, guilherme.asai@gvmail.br
Alexandre de Souza Corrêa - UFGD, alexandrecorrea@ufgd.edu.br

O presente trabalho tem o objetivo quantificar as influências que o aumento nos preços das terras provocará no agronegócio do Brasil no médio e longo prazo através da elaboração de cenários preditivos via modelagem de equilíbrio geral computável. Além disso, buscou-se investigar duas hipóteses sobre o aumento do preço das terras agrícolas: (i) retração dos investimentos (necessidade de aumento de capital para aquisição de novas áreas); e (ii) utilização da terra para fins mais rentáveis. Assim, simulou-se cenários de aumento de capital empregado em 7 setores do agronegócio brasileiro (produção de arroz, milho, soja, cana de açúcar, carnes e leites) devido à valorização na aquisição de novas áreas de cultivo para a expansão agropecuária em todas as cinco macrorregiões do Brasil. Como resultado, a valorização da terra e suas influências para o agronegócio nacional foram contraditórias ao que tange a balança comercial, valor da produção e preço das commodities.

REGIONALISMO E MODERNIDADE NA ZONA DA MATA MINEIRA: A CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA (ESAV) DE VIÇOSA, MG
Dayana Debossan Coelho - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, dayanadebossan78@gmail.com

O ensino profissional ocupou um lugar relevante na República Velha, tendo sido considerado pelo Estado e pelas oligarquias rurais um poderoso agente de expansão econômica ao ratificar a vocação agrária do país e de Minas Gerais. Com o propósito de instituir a educação superior de orientação agrícola no interior da Zona da Mata mineira foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) em 1922, núcleo original da atual Universidade Federal de Viçosa (UFV). Almeja-se com a pesquisa compreender como o projeto político-econômico de criação da ESAV foi concebido para atender a demanda por desenvolvimento regional clamada pelas elites agrárias em conchavo com o Estado. Também se pretende rastrear os traços manipuladores de uma identidade regional em Minas Gerais e, mais especificamente, em Viçosa. Este trabalho tem como pilar a análise geográfica da relação entre universidade e região baseada no levantamento de fontes primárias.

ST_04 > POLÍTICAS REGIONAIS E TERRITORIAIS

Comissão Científica:
Denise de Souza Elias – ProPGeo/UECE
Larissa da Silva Ferreira Alves – PLANDITES/UERN
Marcos Barcellos de Souza – PPG PGT/UFABC

ST_04 >01

POLÍTICAS URBANAS
COORDENAÇÃO: DENISE DE SOUZA ELIAS,
LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES E MARCOS BARCELLOS DE SOUZA
SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 2

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO CONTEXTO DO SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL NO SUL DO BRASILOCUPAR, COLONIZAR, URBANIZAR A AMAZÔNIA LEGAL (1970-80): AÇÕES OFICIAIS E PRIVADAS NA CRIAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS
Átila Rezende Fialho - FAU-UnB, atila.rezende1993@gmail.com
Ricardo Trevisan - FAU-UnB, prof.trevisan@gmail.com

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) compreendeu um período de esforço nacional para a integração capitalista da Amazônia, estruturado em um pensamento desenvolvimentista. O militar desenvolvimentismo propagava duas convicções: uma de que estaríamos em um estágio atrasado de avanço civilizatório e a segunda de que tínhamos um potencial subaproveitado, do qual poderíamos usufruir para alcançar um projeto de nação desenvolvida. A abordagem aqui se debruça na materialização desses esforços por meio da criação de cidades novas, visando uma colonização dirigida do território que até então se encontrava pouco habitada. Muitos projetos, desenvolvidos pela SUDAM, pelo INCRA e por outros setores do governo federal, colocaram energia nunca antes vista para capacitar de infraestrutura, atrair força de trabalho e investidores, nacionais e internacionais, subsidiar a produção e concretizar projetos de assentamentos, inseridos nos planos e projetos: PROTERRA, PIN, PND, POLAMAZÔNIA, PRODOESTE e Projeto RADAM. Nessa conjuntura, casos de cidades merecem destaque: núcleos que nasceram de política pública, especificamente do planejamento do INCRA, ou que foram planejados por empreendedores privados a fim de assentar a mão de obra de uma produção específica e lucrar com investimentos imobiliários. Objetiva-se, com isso, ter uma compreensão mais clara acerca dos projetos de ocupação da Amazônia Legal entre 1970 e 1980, das ações do INCRA e das cidades novas criadas nesse contexto. Igualmente espera-se constituir um retrato da ocupação territorial, a partir de um recorte temporal preciso, da região centro-norte, gerando maior compreensão sobre processos de urbanização regionais e práticas urbanísticas adotadas.

TRANSFORMAÇÕES DA REDE URBANA PAULISTA A PARTIR DA EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO – 1975/2010.
João Jaime de Carvalho Almeida Filho - PUC Campinas, j.jaime.almeida.fo@gmail.com
Marcos Roberto Martines - UFSCAR Campus Sorocaba, mmartines@ufscar.br
Jonathas Magalhães Pereira da Silva - PUC Campinas, jonathasmps1963@gmail.com

O Estado de São Paulo viu surgir, desde 1975, a expansão e consolidação de uma atividade predominante no agronegócio: o setor sucroenergético, que utiliza para o plantio de cana de açúcar quase metade das terras agriculturáveis das regiões em que está presente e instalou usinas em pouco mais de um terço dos municípios das mesmas regiões. Analisamos o setor entre 1975 e 2010, período de consolidação do fenômeno. Surgem questões importantes: qual o impacto demográfico? Quais as demandas sociais geradas? Há reflexo na construção do direito democrático à cidade? Qual a influência da localização das usinas sobre a rede de cidades? Surgem ou acentuam-se desigualdades? Governos atuam com políticas para compensar eventuais desequilíbrios? O artigo apresenta as estratégias adotadas pela pesquisa que objetiva analisar e investigar tais questões por meio de indicadores econômicos, demográficos, sociais, de infraestrutura e serviços, além de identificar a ação do estado no processo.

A NOVA (VELHA) RIDE-DF: A CAMINHO DA POLÍTICA REGIONAL OU DE LUGAR NENHUM?
Sergio Magno Carvalho de Souza - Instituto Federal de Brasília – IFB, sergio.carvalho@ifb.edu.br

A construção de Brasília integrou uma política regional que buscou a integração nacional e o desenvolvimento de seu espaço regional imediato. Na década de 1990, foi instituída a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), cuja gestão tem efetividade reduzida. Recentemente, foram incluídos doze municípios neste espaço por meio da Lei Complementar nº 163/2018, o que suscita o questionamento sobre as motivações para tal adição e rumos da gestão deste recorte. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender o processo recente de aprovação da Lei Complementar nº 163/2018 e analisar algumas de suas possíveis consequências para a gestão deste espaço, especialmente na busca por uma política regional própria. Os resultados apontam que o processo foi motivado por interesses políticos específicos, sem maior lastro na dinâmica regional brasiliense, apresentando pouca perspectiva de mudança quanto à efetividade da gestão desta região.

CONFIGURAÇÃO SOCIOTERRITORIAL, ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DE MONTREAL (CANADÁ)
Renata Brauner Ferreira - UFT, renatabrauner@yahoo.com.br

Este artigo pretende desenvolver o quadro histórico e teórico sobre o chamado Modelo Quebequense de Desenvolvimento, apresentando suas características, sua configuração socioterritorial e destacando um tipo de governança chamada de compartilhada ou tripartite. Enfatizar-se-á o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos em Montreal, e a importância da questão territorial, buscando refletir sobre a relação entre os territórios e vínculos sociais na cidade. Abordar-se-á a emergência da participação cidadã a partir do vínculo socioterritorial para a mobilização e promoção da capacidade de agir da comunidade. Metodologicamente, recorrer-se-á, principalmente, a revisão de literatura sobre o tema à luz das questões e conceitos como os de governança, movimentos sociais e configurações

socioterritoriais e o diálogo com as fontes primárias como relatórios oficiais relativos ao Quebec, à cidade de Montreal, como documentos produzidos pelos órgãos estatais nas diferentes instâncias e demais dados relevantes levantados para este estudo.

DEVELOPMENT STRATEGIES AND GENTRIFICATION: the case of the North Axis of Belo Horizonte, Brazil
Pedro Araújo Patrício - Cedeplar/UFMG, pedropatricio7@gmail.com
Renan Pereira Almeida - Cedeplar/UFMG, renanp.almeida@gmail.com
Marcelo de Brito Brandão - Cedeplar/UFMG, mbb@cedeplar.ufmg.br
Ramon da Silva Torres - Cedeplar/UFMG, rsnatorres@gmail.com

This paper assesses the degree to which an economic development strategy along the North Axis of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (MRBH), Brazil, may have triggered a process of gentrification since 2004. The North Axis is the poorest zone of the MRBH and it has been the subject of investments under the concept of Aerotropolis. The paper uses large samples to identify if a relationship can be established between those development investments and the displacement of low-income households. Results indicates that social relations and social conventions seems to predominate in families' residential decisions in that society, and if real estate developers attract the elites to the area, they probably will live in gated communities. These small islands of wealthy in seas of poverty probably will not displace low-income residents, but the Aerotropolis strategy may increase the inequality within the area, evincing the unequal and combined spatial structure of Latin American metropolis

ANÁLISE DA REDE URBANA RONDONIENSE: ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO DE CACOAL.
José Rafael de Lima - FACIMED, jrlrafael@yahoo.com.br
Tiago Ferrari do Nascimento - FACIMED, tiagoferrari93@hotmail.com
Ariel Barros do Nascimento Assis - FACIMED, ariel.arquitetura@gmail.com
Alana Pereira de Freitas - FACIMED, alanafreitas0004@gmail.com

Ao longo do século XX o Brasil passou por uma grande reconfiguração da sua rede urbana. Além da influência das cidades litorâneas, também esteve associada a uma maior interiorização da população, com destaque para a ocupação das regiões centro-oeste e parte da região norte impulsionada pelo agronegócio. Durante o Regime Militar, foram criados programas de ocupação da Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia, que se encontrava praticamente desabitado até a década de 1970. A rápida expansão das cidades de Rondônia fez com que se formasse uma rede urbana local, com o surgimento de 50 novos municípios no período médio de 40 anos, ocasionando a atração de inúmeros serviços especializados como redes educacionais, serviços de saúde, órgãos governamentais, assim como redes de transportes e de telecomunicação. O presente artigo tem como finalidade abordar a relação entre as cidades da região do Leste Rondoniense, com enfoque na cidade de Cacoal, como uma das mais importantes do Estado.

INTRAURBANO E METROPOLITANO
COORDENAÇÃO: LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES, DENISE DE SOUZA ELIAS E MARCOS BARCELLOS DE SOUZA

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 2

A GOVERNANÇA PÚBLICA DA COLETA SELETIVA NO RIO DE JANEIRO: UM LEVIATÃ EM CONSTRUÇÃO
Vinicius Ferreira Baptista - UFRRJ, viniciusferbap2007@hotmail.com

O objetivo do trabalho foi descrever a atuação da rede de Governança Pública de coleta seletiva na cidade do Rio de Janeiro entendendo e teorizando seus elementos na dinâmica de atores, metodologias e processos. Nos propusemos a analisar, a partir do conceito de Governança Pública trazido por Kissler e Heidemann (2006), Bizerra, Alves e Ribeiro (2012) e Bresser-Pereira (2007) e confrontá-lo com a argumentação levantada por Mancur Olson (2011) e Rua (2009) e com a pesquisa de campo empreendida por Baptista (2016). Pela pesquisa de campo por meio da Análise de Conteúdo em Bardin, defendemos que a Governança Pública funciona, por dois mecanismos – a "Antigovernança" e a "Emancipação Condicionada". Estes formam o Leviatã, um "projeto" de gestão no âmbito público, elevado à máxima potência de credibilidade, como algo grandiosamente institucional capaz de reunir, em potência e estabilidade, capaz de organizar o desenvolvimento combinado de vários atores.

PLANO DIRETOR DE PALMAS, TOCANTINS: INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO URBANO OU DE GESTÃO DAS URGÊNCIAS?
Marli Terezinha dos Santos - MPE-TO, marlisantos@mpto.mp.br
Laryssa Rezende Simão - UFT e MPE-TO, laryresi@gmail.com
José Maria da Silva Júnior - MPE-TO, josemariajunior@mpto.mp.br
Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas - MPE-TO, marlonfreitas@mpto.mp.br

No contexto em que Palmas está inserido, o espaço urbano é visto como uma mercadoria acessível a poucos. A cidade é esparsa com extenso perímetro urbano e infraestrutura permeada de vazios. Pensar a cidade é buscar o porquê dessa forma contraditória de consolidação do espaço, seja pela omissão do poder público, pela especulação imobiliária ou por outros aspectos que influem na configuração do espaço urbano. Como instrumento de ordenamento do território e de garantia da função social da cidade, o Plano Diretor e o seu processo revisional possibilitam o atendimento das necessidades da população e a promoção de debates sobre questões e problemas no cenário urbano/rural dos municípios. Nesse quadro, o direito à cidade e à cidadania se materializa no cotidiano. O presente artigo analisa a revisão do Plano Diretor do Município de Palmas-TO, com o objetivo de questionar o seu processo revisional e demonstrar seus reflexos e perda da garantia de direitos e do usufruto da cidade pela população.

OS CICLISTAS E AS POLÍTICAS CICLOVIÁRIAS EM PORTO ALEGRE
Reynaldo Lirio De Mello UFRGS, reynaldo.neto@gmail.com

As políticas públicas voltadas à mobilidade urbana por bicicleta estão cada vez mais em pauta. Em Porto Alegre, RS, o Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI) representou um marco para temática. Porém, a execução aquém do planejado reflete nas insatisfações dos ciclistas da cidade: infraestrutura cicloviária inadequada e risco de acidentes de trânsito expõe como ainda é frágil e insatisfatória a política de investimentos no tema. Foram utilizados dados de pesquisas sobre o tema e realizadas análises comparativas de dados estatísticos do município em relação à malha cicloviária e usuários, constatando relações diretas entre o desenvolvimento de políticas voltadas ao uso da bicicleta e o aumento do número de ciclistas. É preciso atentar para o retorno destas políticas: o crescimento no número dos usuários nos últimos anos é proporcional aos investimentos em quilômetros cicláveis. Investir mais em infraestrutura e na educação são medidas que podem potencializar esse crescimento.

MACROMETRÓPOLE PAULISTA: APONTAMENTOS SOBRE UMA NOVA UNIDADE DE PLANEJAMENTO
Ana Lia Leonel - UFABC, analialeonel@gmail.com
Silvana Zioni - UFABC, silvana.zioni@ufabc.edu.br
Sandra Momm - UFABC, sandra.momm@ufabc.edu.br

A Macrometrópole Paulista (MMP) é uma região no estado de São Paulo com características heterogêneas resultante de dinâmicas territoriais complexas. Apesar da emergência como unidade de planejamento estadual esta região não é formalmente institucionalizada e sua definição não possui contornos rígidos. Partindo da hipótese que a região é resultante de uma urbanização extensiva, fenômeno global associado com a concepção da mega-cidade região, e que existem interesses em disputa no estabelecimento desse território, este trabalho discute qual o perímetro da MMP. Com base na análise do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM), estabelecido pela Emplasa, e do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, estabelecido pelo DAEE, são pontuados os critérios que influenciam o desenho dessa unidade e interesses que influenciam o seu planejamento e governança.

VIVER, MORAR E PLANTAR: O IMPACTO DO PLANEJAMENTO URBANO NA VIDA DOS AGRICULTORES QUILOMBOLAS DO MACIÇO DA PEDRA BRANCA
Caroline dos Santos Santana - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, caroline_santana@ymail.com

A relação entre planejamento urbano, agricultura urbana e políticas públicas não nos parece inicialmente uma relação cercada por conflitos, mas a partir da realidade das famílias que vivem da prática agrícola no espaço urbano, compreende-se que o planejamento urbano interfere em diversos âmbitos da vida: o econômico, político e também o social. O presente estudo discute a relação existente entre a agricultura urbana e o planejamento das cidades e o impacto dos instrumentos de regulação do espaço urbano na vida das famílias que vivem da agricultura na Cidade do Rio de Janeiro.

POLÍTICAS REGIONAIS
COORDENAÇÃO: DENISE DE SOUZA ELIAS, LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES E MARCOS BARCELLOS DE SOUZA

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 2

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL UMA AVALIAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS DO ESTADO DO TOCANTINS
Rutileia Lima Almeida - FURB e IFMA, rutigeo@ifma.edu.br
Caroline Laíza Negherbon - FURB, carolnegherbon@hotmail.com
Mariane Paduan Florsz - FURB, nina_mariane@yahoo.com.br
Carolina Gonçalves de Freitas - FURB, carol@sol.sc.gov.br

O propósito deste artigo é levantar questões de cunho teórico e empírico sobre o conceito de desenvolvimento, bem como a inserção deste conceito nos planos de desenvolvimento regional no Brasil e, em particular, no estado do Tocantins. Para atingir este objetivo, em princípio optamos por uma análise bibliográfica conceitual sobre desenvolvimento regional, perpassando pela discussão de enfoques tradicionais relativos ao tema, bem como as suas implicações e limites. Posteriormente, analisamos como esta teoria foi incorporada no Brasil, a partir da década de 1930. Na última seção da pesquisa analisamos os três Planos Plurianuais do estado de Tocantins (PPA 2008-2011; PPA 2012-2015; PPA 2016-2019) com a finalidade de compreender as concepções da intervenção estatal no Tocantins e como a questão regional tem sido interpretada. A conclusão do estudo aponta para o reconhecimento de alguns avanços no planejamento a partir da inserção dos Planos Plurianuais.

ATORES E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO COREDE VALE DO RIO PARDO – RS
Tanise Dias Freitas - UNISC, tanise1208@yahoo.com.br
Rogério Leandro Lima da Silveira - UNISC, rlls@unisc.br
Cidonea Machado Deponti - UNISC, cidonea@unisc.br

O presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções dos atores institucionais que compõem atualmente o COREDE Vale do Rio Pardo sobre a atuação do Conselho como promotor do Desenvolvimento Regional, bem como sobre o mecanismo da Consulta Popular e a estrutura de Gestão Social adotada a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030. Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa, iniciando com o levantamento de informações sobre a região do Vale do Rio Pardo. Com base nestes levantamentos, foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas com membros das diferentes instituições que compõem a gestão social do COREDE-VRP a fim de entender como é executada a política gaúcha de desenvolvimento regional no Valo do Rio Pardo e quais estratégias esses atores adotam para fomentar a presente política. Os resultados iniciais apontam para o COREDE enquanto espaço essencial de gestão e promoção do desenvolvimento; em relação à Consulta Popular, mesmo que seja um mecanismo

de participação social, ainda é o ponto de divergência entre os atores, tanto sobre a metodologia de construção da consulta, como em relação à destinação do recurso financeiro.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
Kaully Furiama Santos - PPGDRS/UEMS, kaullyf.s@gmail.com
Fabricio José Missio - CEDEPLAR/UFMG, fabriciomissio@gmail.com

O trabalho tem por objetivo elencar e analisar as principais políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. Para tanto, inicialmente realiza-se um levantamento histórico com o objetivo de compreender as políticas de desenvolvimento aplicadas no território do estado, que remontam ao Governo Vargas. São exemplos a criação do Território Federal de Ponta Porã e da Colônia Agrícola de Dourados, dentro do contexto da "Marcha para o Oeste", e as políticas lideradas pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro Oeste, principalmente durante o regime militar. Em seguida, analisamos as políticas recentes, tanto aquelas relacionadas as "guerras fiscais" quanto as associadas a política dos Eixos Nacionais de Integração de Desenvolvimento, que no MS resultaram na construção da Ferronorte, do gasoduto Brasil-Bolívia e da hidrovia Tietê-Paraná. As considerações finais apontam que o desenvolvimento do estado é marcado pelas políticas públicas implementadas, e que houve uma mudança de orientação na política de desenvolvimento regional, a partir dos anos 2000.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: BALANÇO DO PLANEJAMENTO MULTIESCALAR DA PAS-PDRS E OS PPAS DO PARÁ
Rafael Gonçalves Gumiero - UNIFESSPA, gumiero84@gmail.com

A questão das desigualdades regionais na Amazônia norteou uma longa trajetória de experiências de políticas de desenvolvimento regional, dos anos 1950 a 2016. O ideário do planejamento na agenda de políticas públicas foi modificado, transitou da abordagem global da SPVEA para a setorial da SUDAM e perpassou pela interpretação multiescalar do território pela PNDR. O objetivo desse artigo possui três movimentos de análise: o primeiro é a comparação entre a proposta de desenvolvimento regional da SPVEA e da SUDAM com a da PNDR e da PAS; o segundo é cotejar se há aproximações entre diretrizes de planejamento regional entre a escala federal, organizada pela PAS e PDRS Xingu, com a escala estadual do Pará, por meio dos seus planos plurianuais (PPAs); o terceiro é analisar a distribuição e a previsão de recursos dos PPAs estaduais do Pará nas regiões de integração no período de 2016 a 2019, e qual foi a prioridade concedida pelo governo paraense aos programas da região de integração do Carajás.

WOKFARE SEM WELFARE? PENSANDO AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA
Richard Lins - IPPUR-UFRJ, richardlinsnog@hotmail.com

O processo de globalização tem acompanhado um abandono das contribuições das décadas de 1950-70, que interpretaram o capitalismo latino-americano desde o Sul e, simultaneamente, adotado os modelos dos tink thanks e agências multilaterais como formas hegemônicas de se pensar o desenvolvimento. Recentemente, autores do Atlântico Norte têm desenvolvido uma leitura crítica acerca da globalização. Tem-se apresentado o processo de neoliberalização através de teias transnacionais de difusão de políticas orientadas para o mercado, dentro de um processo cíclico e contraditório de arranjo transescalar, conformando uma variedade de neoliberalizações. Esse movimento tende ao desmonte dos Welfare's e a implementação de Workfare's. Em tal leitura, porém, pouquíssima atenção é dada à variedade latino-americana de neoliberalização. Partindo disso, busca-se estabelecer uma conversa com as abordagens do Norte e renovar o pensamento crítico latino-americano com uma perspectiva desde o Sul, através da fricção com as interpretações do capitalismo subdesenvolvido, periférico e dependente. Se estabelece questionamentos acerca do desmonte do Estado Desenvolvimentista através das transferências políticas na abertura neoliberal.

> ST_04 >**04**

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIDADE
COORDENAÇÃO: MARCOS BARCELLOS DE SOUZA, DENISE DE SOUZA ELIAS E LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 2

EMPRESAS DE ENERGIA EÓLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
Joselma Ramos Carvalho Santos - UFRN, joselma.ramos@ymail.com
Ana Carolina Silva De Azevedo - UFRN, carolazevedo.ac@gmail.com
Carla Montefusco De Oliveira - UFRN, carlamontefusco1@gmail.com

A responsabilidade social empresarial se particulariza por um conjunto de ações éticas e transparentes que, articuladas às atividades dos negócios, buscam dirimir efeitos negativos socioambientais ocasionados pela natureza própria de cada negócio. Assim, o trabalho ora apresentado, parte do projeto de pesquisa Responsabilidade Social Empresarial e Transparência: uma análise do nível de evidenciação socioambiental das empresas do Rio Grande do Norte, através de estudos bibliográficos e análise documental objetiva verificar o comprometimento socioambiental das organizações de energia eólica para o estado citado, sendo observado que nesse sistema corporativo não é transparente a evidenciação dos "stakeholders" beneficiados por ações socioambientais.

IMPASSE NO MODELO DE DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE:
O DESAFIO DE SUPERAR UMA CRISE ECONÔMICA NÃO APENAS DAS FINANÇAS PÚBLICAS.
Bruno Leonardo Barth Sobral - brunoleo.rj@hotmail.com

O Estado do Rio de Janeiro enfrenta um grave problema econômico que não se resume a aparência dos fatos que compõe a narrativa oficial do governo. Aspectos prioritários na raiz da questão serão tratados no presente artigo, o que envolve impasses no modelo de desenvolvimento como também tensões federativas. Dessa forma, visa desmistificar certas falácias no debate. Primeiro, deixar claro que a crise

não é um problema exclusivo estadual quando a escala do problema é nacional, logo, discutir suas especificidades. Segundo, questionar se é razoável aceitar que governo federal assumindo papel só de credor, sem aceitar discutir assimetrias de poder no âmbito do pacto federativo. Terceiro, enfatizar a necessidade de articular uma solução para o problema das finanças públicas com os desafios de recuperação de uma grave crise econômica.

O CORREIO COMO BRAÇO LOGÍSTICO DO ESTADO PARA A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL
Igor Venceslau - Universidade de São Paulo, igorvenceslau@usp.br

Este trabalho tem o objetivo de revelar como a capilaridade de agências postais no território brasileiro e o serviço de logística dos Correios se tornaram fundamentais para a execução de políticas públicas. Sustenta-se a ideia do correio como um braço logístico do Estado, atualizando a sua relevância como um serviço público. A partir da instalação de fixos geográficos em todos os municípios, os Correios agem como um "braço logístico" do Estado. Dentre essas políticas públicas, destacam-se: o planejamento e ordenamento territorial urbano; o Banco Postal; a distribuição de vacinas; a distribuição de livros didáticos e logística dos materiais dos exames nacionais de educação; a emissão de documentos; a distribuição de donativos. Por fim, evocou-se a ideia de modelo cívico do território para problematizar a relação entre Estado, logística e cidadania na contemporaneidade.

FINANCIAMENTO PÚBLICO: O CASO DO BNDES E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA
Fernanda Lira Goes - UnB/Ipea, fernanda.goes@ipea.gov.br
Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira - Unicamp, sergioteixeira.geografia@gmail.com

A crescente internacionalização dos territórios e das economias nacionais esteve ancorada nas necessidades do capitalismo em impor a agenda dos poderes hegemônicos sob a produção do espaço, atrofiando os centros nacionais de decisão em favor dos desígnios de acumulação das corporações mundiais. Sob a insígnia da eficiência estratégica os poderes públicos estatais têm transferido suas funções de planejamento para grandes corporações que verticalizam ordens e ações globais extravertidas, impondo ao território modelos formulados no centro do sistema capitalista e que têm o objetivo de manter os países da periferia subordinados e subservientes a um regime de espoliação mundializado em busca de plena realização de uma mais valia global. De 1998 a 2017, 47 países acessaram o financiamento do BNDES. Os desembolsos para exportação para obras e serviços e para bens de capital e demais operações foram de US$ 37 bilhões. Estados Unidos concentram US$ 17 bilhões desse valor. Entre 2002 e 2017 as contratações para obras no exterior somam US$ 14,6 bilhões. Por meio do BNDES, empresas brasileiras se relacionam com o financiamento público de modo íntimo.

O CAMINHAR DA SECA E AS NOVAS FRONTEIRAS DA EXPROPRIAÇÃO DO CAPITAL:
DA FALÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AO PLANEJAMENTO DECOLONIAL INSURGENTE
Lívia Antunes - UFRJ, antunes_livia@yahoo.com.br
Andrea Carla de Azevedo - Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, andreaazevedo_cg@hotmail.com

O objetivo do presente trabalho é discutir algumas políticas públicas de recursos hídricos descentralizadas e/ou de abrangência regional através de duas territorialidades e situações: a primeira tem base no Semiárido paraibano e na construção histórica dos discursos de escassez legitimados por políticas "de combate à seca". A segunda visa trazer uma visão complementar problematizando o que ficou conhecido como crise hídrica do Sudeste brasileiro nos anos de 2014/2015. Tal leitura será realizada sob o entendimento da escassez enquanto produção social que atinge de maneira direta, essencial e contraditoriamente, atores excluídos das formas legítimas de gestão e negociação do Estado na consolidação um planejamento esquizofrênico (MIRAFTAB, 2016) utilizado em prol - e no seio - dessa condição. Pretende-se, assim, problematizar tais contextos trazendo ao centro das discussões espaços ignorados, na proposição de outro planejamento nascido no âmbito de movimentos de enfrentamento insurgentes na contraposição aos espaços permitidos pelo Estado.

> ST_04 >**05**

MEIO AMBIENTE, POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO: DENISE DE SOUZA ELIAS, LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES E MARCOS BARCELLOS DE SOUZA

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 2

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO E ECONOMIA DO ZONEAMENTO – UMA REVISÃO TEÓRICA
Gisele Barbosa de Paiva - UFT/UnB, gisele.paiva@uft.edu.br

O zoneamento ecológico econômico (ZEE) é definido como um instrumento de ordenamento territorial e de gestão ambiental instituído na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e que tem como objetivo racionalizar a ocupação dos espaços através do redirecionamento das atividades e subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas. Apesar de institucionalizado na PNMA atua predominantemente como um instrumento de ordenamento territorial, substituindo inclusive uma política nacional de ordenamento territorial – ainda inexistente no país. Nesse sentido, esse artigo se propõe a realizar uma revisão teórica do ZEE comparando-o à teoria econômica do zoneamento – predominantemente zoneamento urbano. Essa busca se justifica pela necessidade em se definir a natureza do instrumento ZEE, se normativo, indicativo, de comando-controle ou instrumento econômico. Chega-se à conclusão, que o ZEE, na forma que é definido e implementado, se configura como um tipo de planejamento territorializado de caráter indicativo.

O SETOR MINERAL NO ESTADO PARÁ – QUAIS AS SUAS POLÍTICAS PUBLICAS?
Débora Almeida Chaves - UFPA, deboralmeidachaves@gmail.com

Este artigo procurou verificar de que forma se processa a intervenção do Estado via políticas públicas/planos implementadas pelos governos do estado do Pará para o setor mineral. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o temática da mineração no estado do Pará, tomando também como aporte uma pesquisa e levantamento documental junto as secretaria de estaduais que se

relacionam (in)diretamente com a questão mineral, com recorte temporal de 2000 – 2016, tendo como base de verificação os PPA, LOA e os relatórios de avaliação das ações já desenvolvidas pelas secretarias de estado que estão ligadas ao setor mineral, além de Planos de Desenvolvimento que tem norteados as ações do governo estadual após o ano de 2014. Com base nisto, verificou-se que a trajetória de intervenção tem se mostrado descompassada quanto aos valores orçamentários destinados ao setor mineral, e o foco está voltado apenas dois modelos de desenvolvimento: verticalização da produção mineral e formação de Arranjos Produtivos Locais, que implica em segmentos com mais de 20 anos sendo alvos de ações e com fracos resultados sociais como o crescimento de emprego e renda, o que coloca as ações com cíclicas.

FEDERALISMO, TERRITÓRIO E REGIONALIZAÇÃO NOS CONSÓRCIOS PARA ATERRO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (COMARES) NO VALE DO JAGUARIBE-CE

Maria das Candeias Silveira de Morais - UERN, candeiasmorais.ce@gmail.com
Larissa da Silva Ferreira Alves - UERN, larissa0185@gmail.com

Este trabalho objetiva compreender o processo de regionalização que resultou na formação de consórcios para gestão de resíduos sólidos no Ceará, no recorte temporal de 2005 a 2017. Antes de criar os consórcios, o Estado passou por um processo de regionalização. Uma dessas regiões foi o Vale do Jaguaribe, formada por 15 municípios, o que resultou na constituição de dois consórcios, o Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos (COMARES) Unidade Limoeiro do Norte e o COMARES Unidade Jaguaribara, pela associação de 11 e 04 municípios, respectivamente. Trata-se de um estudo de caso exploratório e descritivo, realizado a partir de pesquisas bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas com ex-prefeitos da época e com membros de grupos de interesses. Os resultados apontam que foi um processo verticalizado e que na prática os consórcios ainda não se efetivaram.

> ST_04 >**06**

GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
COORDENAÇÃO: LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES, DENISE DE SOUZA ELIAS E MARCOS BARCELLOS DE SOUZA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 2

AUTONOMIA MUNICIPAL E PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

Fernando Cardoso Cotelo - UFABC, fcotelo@gmail.com

O argumento principal deste artigo é que a dificuldade para a produção de um planejamento territorial abrangente no Brasil se deve, em parte, à forma de sua estrutura federativa, principalmente no que se refere às atribuições e competências territoriais dos municípios. Essa forma geográfica de administração local remonta aos tempos da Colônia e foi transmitida através da legislação portuguesa antes da Independência, passando pelas Constituições do Império e da República, sem que seus aspectos geográficos tenham sido questionados. Para "desnaturalizar" essa concepção de conformação territorial arraigada no imaginário, justamente por sua estabilidade secular, elaboramos uma comparação com a forma estadunidense de lidar com os governos locais em seu aspecto relacionado a seu planejamento territorial. O artigo chama a atenção para a dificuldade que a forma federativa com status de autonomia territorial virtualmente irrestrita e historicamente não questionada, paradoxalmente, prejudica o próprio desenvolvimento local, motivo pelo qual foi idealizada.

DESENVOLVIMENTO, GOVERNANÇA E COESÃO TERRITORIAL: A ATUALIDADE DO DEBATE

Bruno Abdala - UFG, abdalabr@gmail.com
Juliana Nunes - UFF, jnunesrodrigues@yahoo.com.br

Observa-se, nas últimas décadas, especial entusiasmo em relação a discursos e práticas que buscam valorizar o desenvolvimento a partir de sua dimensão espacial. Nesse sentido, assiste-se a uma tendência no desenho de políticas que acionam o local, o território, os atores e agentes locais, considerando-se que as disparidades sociais, econômicas, culturais e ambientais possam ser solucionadas, quando necessárias, a partir de um tratamento territorialmente diferenciado. Além disso, o envolvimento de atores sociais em seus contextos territoriais específicos possibilitaria maior capacidade para a promoção de processos de governança, ampliando-se a possibilidade de estímulo à coesão territorial. Neste texto, busca-se precisar os termos do debate. Sem pretender esgotar a literatura disponível sobre o tema, empenha-se em sistematizar os principais aspectos que nos possibilitam melhor compreender a atualidade do tema do desenvolvimento, orientado pela busca de maior participação de atores e agentes locais, visando-se a uma maior coesão territorial.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE UMA CULTURA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Elisa Roberta Zanon - UEL, lisazanon@yahoo.com.br

A temática apresentada neste artigo trata de entendimento do planejamento urbano no Brasil a partir da evolução do pensamento urbanístico, apontando novas possibilidades neste início do século XXI. Via de regra, as escalas do planejamento no Brasil enfatizam à dimensão da cidade, estando relacionadas aos problemas das demandas por infraestrutura, moradia e saneamento, avançando por um período na escala regional, porém, numa visão autoritária e centralista do poder ditatorial. A partir da aprovação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade em 2001, tem-se o arcabouço do planejamento territorial como uma cultura em construção. A metodologia usada neste estudo envolve a teorização do planejamento por um viés crítico com base em autores que analisam diferentes momentos históricos no Brasil. Por fim, constata-se que o planejamento é um processo contínuo, podendo avançar no seu entendimento territorial como prática e ciência, mesmo que o momento histórico seja de imprevisibilidade.

POLÍTICA TERRITORIAL NO BRASIL REFLEXÕES SOBRE OS MECANISMOS DE GOVERNANÇA E A GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA

Anelise Graciele Rambo - UFRGS, anelise.rambo@ufrgs.br

Este trabalho discute o papel da gestão social e da governança territorial nos processos de desenvolvimento, entendo este enquanto caminhos de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana

e responder às aspirações da coletividade. Reuniu-se análises acerca da política territorial brasileira, a qual ampliou o horizonte de possibilidades da sociedade, na medida em que previa a implementação de mecanismos de governança que possibilitassem a gestão social. Ao mesmo tempo, são apresentados resultados de uma pesquisa in loco, acerca da dinâmica de três colegiados territoriais, com vistas a observar avanços e desafios destes mecanismos. Enquanto resultados, verificou-se que os colegiados territoriais representaram um avanço significativo no que concerne à participação dos atores locais/regionais nos espaços de governança, entretanto estes carecem avançar no sentido de empoderar os atores territoriais de modo a lhes dar maior autonomia e emancipação nas decisões a ações territoriais.

ST_04 >**07**

INFRAESTRUTURAS E O URBANO-REGIONAL
COORDENAÇÃO: MARCOS BARCELLOS DE SOUZA, DENISE DE SOUZA ELIAS E LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 2

OCUPAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE: O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO, BRASIL
João Augusto Dunck Dalosto - Universidade do Estado de Mato Grosso, dunckdalosto@gmail.com
Cássius Dunck Dalosto - Universidade Estadual de Goiás, cdalosto@gmail.com
Antônio Pasqualetto - PUC Goiás, profpasqualetto@gmail.com

A partir da década de 1950, o transporte rodoviário ganhou notoriedade nos planos de ordenamento no Brasil, a qual passou a cooptar gradativamente as participações dos demais modais de transporte, carregada com a retórica de trazer desenvolvimento aos territórios. O presente estudo objetivo compreender os efeitos dos investimentos em infraestrutura de transporte sobre o território, inseridos em contextos e escalas diferentes. Foram analisadas bibliografias sobre a temática do planejamento de transporte, bibliografia histórica e realizada coleta de dados de indicadores agropecuários e fundiários. Dessa forma, mediante a elaboração de tabelas e mapas temáticos, possibilitou-se verificar a distribuição das variáveis no espaço, bem como a quantificação das variáveis nos dois grupos de municípios: "cortados" e "não cortados" pela BR-158. As conclusões da pesquisa apontam que a BR-158 foi, de fato, um fator estruturador do espaço geoeconômico da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, visto que atuou como fator de retração do território indígena, concentrou as atividades produtivas e diminuiu a concentração fundiária nas regiões próximas ao seu traçado.

O PLANEJAMENTO TERRITORIAL EXPLICITADO NO AVANÇO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA: TERRITÓRIOS EMPRESARIAIS E A ROTAÇÃO DE ENCLAVES
Luis Fernando Novoa Garzon - Universidade Federal De Rondônia, l.novoa@uol.com.br

Se nos anos 1970 e 1980 grandes projetos hidrelétricos materializavam espaços socialmente segregados e jurisdições territoriais ad hoc, a partir dos anos 2000, passam a envolver um nível superior de articulação interescalar e uma maior pretensão homogeneizadora da regulação pró-mercados. Os territórios empresariais que foram sendo inventados e instaurados com o avanço da fronteira hidrelétrica na Amazônia, com base na interpenetração entre grupos privados e aparelhos governamentais e intergovernamentais, tendem a obter imediata abrangência regional e continental, acompanhando redefinições estratégicas e locacionais dos capitais envolvidos. O texto pretende demonstrar, a partir do caso das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau no rio Madeira (RO), os caminhos institucionais e discursivos específicos adotados na expansão dessa fronteira, que precificam e nivelam por baixo padrões de proteção ambiental e de direitos sociais e culturais vigentes no país.

AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA DA REFORMA AGRÁRIA
Daniel Marques Moreira - UTFPR, danielmm79@hotmail.com
Ricardo Lobato Torres - UTFPR, rltorres@utfpr.edu.br
Sónia Nogueira - EsACT – IPB, sonia@ipb.pt

O artigo teve por objetivo estudar o desempenho de implementação e execução das transferências voluntárias para obras de infraestrutura em áreas de reforma agrária, a partir da investigação de índices de desempenho e avaliação política. Valendo-se de uma pesquisa aplicada e documental do tipo quantitativa descritiva em ações e projetos estabelecidos no PPA 2012-2015 foram avaliados 150 programas de infraestrutura disponibilizados pelo Incra na Rede SICONV. A investigação de índices, realizada por meio de uma pesquisa exploratória, sugere que as transferências voluntárias apresentam um desempenho com pouca eficácia no cumprimento dos objetivos, frustrando expectativas geradas em torno da celebração dos instrumentos. Como contribuição destaca-se a identificação de padrões de comportamento que expõem fragilidades dos programas e que podem auxiliar na compreensão de sucessos e fracassos para melhorias das políticas públicas.

NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E A INTERIORIZAÇÃO DOS CAMPI
Wellington Tischer - UDESC e UFFS, wellington.tischer@outlook.com
Isa de Oliveira Rocha - UDESC, isa.rocha@udesc.br

O trabalho analisa e discute a significativa expansão das universidades federais para o interior do Brasil, principalmente a partir dos governos de Lula e Dilma (2003-2016), impulsionando o desenvolvimento regional. Além da revisão da literatura sobre a temática, foram levantados e sistematizados indicadores como localização dos campi, população, distância de capitais estaduais, número e ano de criação de campi, processos de expansão para verificar as intencionalidades das políticas públicas de desenvolvimento regional e a implantação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES no território brasileiro. Categorias de análise foram formuladas para a compreensão do papel destas novas instituições como: universidades novas, interestaduais, criadas por desmembramento ou transformação e universidades multicampi. Conclui-se que a criação e implantação de novas universidades consolidam um período de avanço do ensino superior, com o incremento significativo de campi que buscaram a diminuição de problemáticas sociais por meio de ações de interiorização dos investimentos públicos em regiões estagnadas.

ST_05 > DESENVOLVIMENTO REGIONAL – VELHOS PROBLEMAS, NOVOS DESAFIOS

Comissão Científica:
Ângelo Magalhães Silva – PLANDITES/UERN; PROFIAP/UFERSA
Carlos Antônio Brandão – IPPUR/UFRJ
Rogério Leandro Lima da Silveira – PPGDR/UNISC

> ST_05 >**01**

ESTADO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO: CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO E ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 4

O ESTADO E O PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL DE 1955 A 1961: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE
Izadora Carvalho Laner - UFG, izalaner@gmail.com
Rodrigo Santos de Faria - UNB, rod.dfaria@gmail.com

Carolina Pescatori Candido da Silva - UNB, pescatori@gmail.com0 artigo tem como objetivo geral de investigação o campo do planejamento regional no Brasil no contexto da década de 1950, especialmente no governo JK. Este recorte temporal inicia-se com a candidatura de Juscelino, em 1955, e se encerra com a inauguração de Brasilia, incluindo o primeiro ano de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Nesse sentido, Brasília e SUDENE são entendidas como parte de um programa de desenvolvimento com forte atuação do Estado sobre o território. A análise parte de uma estruturação conceitual-metodológica que organizou o planejamento regional em três perspectivas analíticas: o planejamento regional como instrumento de conciliação política, o planejamento regional como facilitador do desenvolvimentismo associado, a institucionalização do planejamento regional. Por essa tríade, pretendeu-se destrinchar as frentes de atuação do governo JK no planejamento e como isso impulsionou o progresso industrial, o desenvolvimento urbano-regional (destacando a implantação de uma grande estrutura rodoviária e o aumento da capacidade energética pela instalação de usinas hidrelétricas, por todo o Brasil) e como o planejamento se institucionalizou no âmbito regional. Como resultado, buscou-se entender de que forma essas três perspectivas se coadunaram dentro das duas principais frentes de ação regional, e como contribuíram para alavancar o progresso industrial: a própria criação da SUDENE e a decisão política de se transferir a capital nacional para Brasília.

ESTADO, CAPITAL E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS: O LUGAR E PAPEL DO BNDES NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2014
Carla Hirt - IFRJ, carla.hirt@ifrj.edu.br

O BNDES é um banco estatal brasileiro que foi considerado recentemente como uma das maiores agências de fomento do mundo, e que entre os anos de 2003 e 2014 se consolidou como um instrumento ativo tanto da política interna quanto da política externa brasileira. Trata-se de uma instituição emblemática, através da qual é possível entender como e quais projetos políticos e econômicos foram postos em prática desde a sua criação, bem como compreender importantes meandros das relações entre Estado e Capital no país. Buscou-se aqui contribuir com os esforços para entender o lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento nacional, tendo como principal recorte temporal o período que se inaugura em 2003. Para analisar a sua recente importância no Brasil, foi necessário realizar um resgate sobre o Estado brasileiro, os blocos no poder, a sociedade brasileira e os ideários de desenvolvimento que guiaram as políticas governamentais desde sua criação. Assim, buscou-se entender como o BNDES, enquanto principal instituição estatal de fomento ao desenvolvimento, foi redimensionado e reorientado a cada período, sobretudo nas recentes estratégias de desenvolvimento no Brasil.

RIO DE JANEIRO E AS RODADAS DE NEOLIBERALISMO:
OS PPA'S COMO FONTE EMPÍRICA DE NEOLIBERALISMO.
Leonardo Martins Figueira - UFRRJ – PPGDT, leonardomf1984@gmail.com
Raquel Pereira de Souza - UFRRJ, raquel.p.souza@gmail.com
Robson Dias da Silva - UFRRJ, robsondsilva@gmail.com

Os Planos Plurianuais, são uma inovação no sistema jurídico/econômico brasileiro que desde a constituição de 1988. Apresentam-se como alternativa ao planejamento econômico efetivado em épocas anteriores sob efeito de um modelo desenvolvimentista / intervencionista. Sob o ponto de vista teórico econômico, uma das características das rodadas de Neoliberalização é reestruturação regulatória, que tem por definição adaptar e reestruturar o sistema em vigor mediante a uma dada estrutura posta em prática. De um modo geral, utiliza-se o modelo anterior como base de crítica para instituir o modelo neoliberal. Peck e Tickell (2002) classificam essa característica como "Roll Back", que na tradução literal para o português seria algo como "retroceder" ou "desfazer". No que se refere a teoria econômica e análise econômica podemos classificar como um avanço teórico para "enxugar" ou "desfazer" a dinâmica econômica anterior para criar uma nova rotina e diretriz. Destruição ou descrédito ativo de instituições Keynesianas de Bem-estar Social a qual a materialização estava no Estado desenvolvimentista. Ainda segundo esses mesmos autores a segunda etapa de expansão do neoliberalismo seria o "Roll out", que na tradução literal para o português seria "estender" ou "construir, fazer algo". Feito a primeira etapa de "enxugamento" da dinâmica econômica, do processo de reprodução capitalista anterior, com o terreno descampado, a etapa seguinte é no intuito de "construir algo", "fazer", "estender" as forças neoliberalizantes para consolidar o poder ideológico e estabelecer dominância e até mesmo dependência. Consolidação de propostas de formas de Estados, modos de governo e relações regulatórias. Em grande parte, essas medidas apresentavam-se sob a égide de um mercado financeiro forte e liberalização do comércio internacional. Estabelece-se um modelo de Governança com bases financeiras e comerciais pró mercado.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS PARA O NORDESTE BRASILEIRO.
Simone da Silva Costa - UFRN, simoneufrnap37@gmail.com

Este estudo objetiva refletir sobre os impactos das políticas públicas no desenvolvimento do Nordeste brasileiro e que foram responsáveis pela transformação de suas estruturas produtivas ao longo do século XX, bem como compreender como as políticas atuais podem contribuir para alavancar uma nova etapa

de prosperidade. Durante o período de 1970 a 1985, a região se modernizou, apresentando um aumento do seu produto interno, com destaque para os serviços e para a indústria. Contudo, nos anos de 1990, as políticas de desenvolvimento nacional e regional foram preteridas às políticas ortodoxas de estabilização da economia, fazendo emergir políticas públicas baseadas em estratégias fragmentadas que apenas tem aprofundado o subdesenvolvimento nordestino. De fato, apesar dos esforços teóricos e políticos para industrializar o Nordeste e da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no ano de 2003, a região ainda se depara com velhos problemas e novos desafios, tais como: minimizar os efeitos das secas, promover uma desconcentração industrial, já que os investimentos industriais encontram-se concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e do Ceará; bem como combater a guerra fiscal, que tem deteriorados as finanças dos estados mais pobres do Nordeste. Trata-se de um estudo bibliográfico baseado em dados secundários.

ST_05 >**02**

INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO: ÂNGELO MAGALHÃES SILVA E CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 4

NEOLIBERALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NA RECONFIGURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (1990-2018)

Deborah Werner - UFRJ, deborahwerner ippur@gmail.com

O artigo tem como objetivo analisar as rodadas de neoliberalização e a reconfiguração do setor elétrico brasileiro resultante das reformas setoriais das décadas de 1990, 2000 e a proposta de privatização da Eletrobrás, a partir de 2017. A análise revela novas formas de articulação entre Estado e os capitais privados, não no sentido de reduzir a participação do primeiro, mas, por meio dele, viabilizar a atuação do setor privado, tornando a atividade de geração espaço para acumulação de capital aos diversos grupos que diversificam suas atividades enquanto agentes de geração. Por meio da análise de dados secundários e documentos referentes ao setor elétrico, submetidos ao referencial teórico acerca dos processos de neoliberalização, verifica-se que as reformas permitiram a atuação de novos agentes setoriais e evidencia o vínculo deste setor com a inserção internacional do país, relacionada à exportação de commodities e à financeirização, o que se atesta na análise da cadeia societária das hidrelétricas.

PLAN "CIRCUNVALACIÓN FERROVIARIA DE LA CIUDAD DE SANTA FE" (ARGENTINA) EL ÁREA METROPOLITANA ENTRE MICRO PROCESOS Y MACRO DECISIONES

María Alejandra Saus - IHUCSO (UNL - CONICET), produccioncientificaydocencia@gmail.com

La recuperación del Ferrocarril Belgrano integra un programa tendiente a modernizar las redes de cargas para el desarrollo de las economías regionales en la Argentina. Involucra acciones con impacto en las escalas regional y local pues se pretende circunvalar ciudades del centro y norte nacional. Concretamente, el plan "Circunvalación Ferroviaria de la Ciudad de Santa Fe" procura desviar enlaces del medio urbano para evitar accidentes y demoras en los pasos a nivel. Esta ponencia estudia los objetivos directos y examina potenciales efectos externos del plan, evaluando alternativas de renovación urbana sobre el suelo posiblemente desafectado del uso ferroviario. Dicho proyecto será interpelado ponderando los desafíos de movilidad y transporte que presenta la recientemente sancionada Ley Provincial de Áreas Metropolitanas. Basado en la técnica del análisis documental, el trabajo apela a la perspectiva multiescalar ya que es China el espacio económico que está efectuando las principales inversiones de capital a escala global.

DINÂMICA RODOFLUVIAL GRANELEIRA E A ECOLOGIA POLÍTICA DO RISCO: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO TAPAJÓS

Franciclei Burlamaque Maciel - UFAM/UFOPA, francicleibmaciel@gmail.com
Júlio César Schweickardt - LHPPSA-Fiocruz Amazônia/UFAM, julio.ilmd@gmail.com
Jéssica Burlamaque Maciel - UFAM, jessicabmaciel@hotmail.com
Kátia Helena S.C. Schweickardt - UFAM, katia.helena.ufam@gmail.com

O objetivo do estudo é compreender como a estratégia rodofluvial graneleira influencia no desenvolvimento como qualidade de vida no Distrito de Mirituba em Itaituba, estado do Pará. A análise ocorreu no contexto teórico-empírico da ecologia política do risco com a dinâmica rodofluvial, com dados secundários do estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Informação Ambiental Anual, Relatório do Fórum de Comunicação e Informação da AMPORT. Na pesquisa de campo foi utilizado roteiro de entrevista junto às lideranças locais e de instituições públicas, além de observação direta entre 2017 e 2018. Prosseguiu-se com a análise crítica do discurso e das evidências empíricas. O resultado aponta para o papel do estado como determinante na elaboração da política de desenvolvimento com a infraestrutura logística que estão impactando no ambiente e na saúde da população. Concluiu-se que em Mirituba, ocorre a in-fluidez do desenvolvimento com passivo ambiental, presença colaborativa das empresas graneleiras que moldam suas ações na Agenda Mínima de compensação e a ausência de ações do estado no processo de promoção da qualidade de vida.

A RODOVIA BR 210: UMA ANÁLISE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO – AP

Thiago dos Santos Damasceno - UNIFAP, thyo.engprod@hotmail.com
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão - UNIFAP, filocreao@unifap.br

Este trabalho realizou uma pesquisa documental para relacionar a implementação do projeto da BR 210 ao desenvolvimento socioeconômico, ao passo de integrar e povoar a Amazônia setentrional. Realizou-se uma síntese do processo de rodoviarização do Brasil a partir da década 1940, onde ocorreu um salto, no que concerne à criação de órgãos governamentais para gerir este processo. Percebeu-se que este vislumbre, adotado principalmente durante a ditadura, pelos militares, foi intensificado nos anos de 1970, com o amplo discurso de promover o desenvolvimento regional, através do plano de integração nacional – PIN. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo realizar a relação da proposição do projeto não concluído da rodovia BR 210 em Serra do navio no estado do Amapá, em face à necessidade de integração, assim como apresentar os principais indicadores, que tem exposto as interações de um ensaio para o desenvolvimento socioeconômico, conforme os dados analisados deste município.

INFRAESTRUTURA, ECONOMIA E TERRITÓRIO NO CEARÁ: AS CONEXÕES DADAS PELO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM.
Francisco do O' de Lima Júnior - URCA;PLANDITES/UERN, limajunioreconomia@gmail.com
Fernando Cezar de Macedo - IE-UNICAMP, fernando.cezar.macedo@gmail.com
Denis Fernandes Alves - PPGECO-UFRN, denis_fernandes@outlook.com

No movimento de reestruturação econômica e produtiva promovendo a expansão dos fluxos internacionais impera como novo padrão de organização etapas produtivas multilocalizadas com a emergência de uma rede global de produção. Novos equipamentos de infraestrutura passam a ser concebidos promovendo arranjos de desenvolvimento regional dinâmicos. O presente trabalho objetiva analisar as conexões entre infraestrutura, economia e território no Estado do Ceará, dadas pela concepção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado no município de São Gonçalo do Amarante, Região Metropolitana de Fortaleza. A pesquisa é de caráter e utilizou-se dados da CEARÁPORTOS, Empresa Governamental responsável pela gestão do CIPP e outros órgãos governamentais. Observou-se que a constituição de um porto moderno, com alta capacidade, dispondo de vantagens locacionais e incentivos criados aos investimentos para comércio exterior dão importantes conexões entre infraestrutura, economia e território neste estado brasileiro, promovendo sua inserção competitiva np contexto da economia global.

ENERGIA EÓLICA: Entre o dilema do desenvolvimento regional e o conflito socioambiental
Herbert Emmanuel Lima de Oliveira - UFRN, herberteloliveira@gmail.com
José Gomes Ferreira - UFRN, jose.ferreira@outlook.com

Até 2016 os dados da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEOLICA colocava o Brasil como nono maior produtor de energia eólica do mundo, com 10,60 GW de capacidade de energia instalada, o que representava 7,1% da energia gerada no país. Um número total de 424 parques eólicos em operação e outros 316 em construção. A expansão desses projetos no país é resultante da política nacional de diversificação da matriz energética, que definiu a política para o investimento em fontes renováveis como uma saída para o enfrentamento do problema da crise energética, do início da década passada. O discurso oficial de seus promotores é que os ventos do litoral são o motor que impulsionam o desenvolvimento local e regional, por meio de uma atividade ambientalmente correta, gerando emprego e renda, tendo os estados da região Nordeste do Brasil, tomado para si o protagonismo desses projetos de geração de energia. Ao mesmo tempo a construção desses parques eólicos tem causado nas comunidades externalidades negativas e o surgimento de conflitos.

DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS
COORDENAÇÃO: ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA E ÂNGELO MAGALHÃES SILVA

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 4

QUANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SE TORNA POLÍTICA DE ESTADO: O CASO DOS COREDES E DA CONSULTA POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL
Igor Ferraz da Fonseca - IPEA, igor.fonseca@ipea.gov.br

A literatura aponta que as mudanças de governo são centrais para explicar a descontinuidade de Instituições Participativas (IPs). No Brasil, as IPs foram associadas aos governos de esquerda e ao Partido dos Trabalhadores e, por isso, têm perdido espaço em tempos recentes. No entanto, e contrariando a literatura especializada, o Rio grande do Sul apresenta um caso singular em que a IP não criou um vínculo intrínseco com ideologias políticas e não se tornou dependente da vontade política do gestor: A Consulta Popular (CP). Trata-se de uma importante política de desenvolvimento regional, capaz de manter-se ativa mesmo durante momentos de austeridade fiscal. A experiência conta com 20 anos de tradição, sobrevivendo a seis mudanças governamentais, a partidos políticos e a orientações ideológicas distintas. Para explicar os fatores incomuns que explicam a perenidade da política, foi realizada pesquisa com duração de cinco anos, fundamentada na metodologia do process tracing. Os resultados mostram que a resiliência da CP a contextos políticos adversos remete a um círculo virtuoso que combina o ativismo dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes (que possuem autonomia relativa em relação ao governo estadual), o enraizamento da CP no território gaúcho (especialmente em pequenos municípios do interior) e a institucionalização formal da política por meio de leis.

NOVO PADRÃO DE CRESCIMENTO E A HIERARQUIA URBANO-REGIONAL DO NORDESTE, BRASIL, PÓS 1990
Leonardo Rodrigues Porto - UNICAMP, lnrdporto@gmail.com
Humberto Miranda - UNICAMP, humberto.mn@uol.com.br

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o papel desempenhado pelas cidades da região Nordeste do Brasil, dentro de sua hierarquia urbana e diante de um novo padrão de crescimento econômico e de mudanças sociais recentes operadas na região, desde os anos 1990. A investigação da dinâmica territorial em diferentes regiões do país permite captar os efeitos contraditórios do processo de desenvolvimento econômico. A análise dos dados revelou a posição dos núcleos urbanos da região para as variáveis selecionadas, identificando seu comportamento no período recente, bem como algumas características e tendências das redes de cidades nordestinas. Como recorte espacial e classificação da rede urbana, partimos da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic), procurando avançar nos aspectos locais e regionais da composição da hierarquia urbano-regional. Com isto, buscamos propor uma visão analítica da região e de suas relações espaciais internas, a partir da configuração atual de suas redes de cidades.

DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS CONTEMPORÂNEAS: O CASO DE JUIZ DE FORA – MG

Sabrina Ferretti do Amaral - IF Sudeste MG, sabrinaferretti@yahoo.com.br

Como um organismo funcional, a cidade contemporânea mantém relações com um espaço exterior a ela, a sua região, sendo possível afirmar que no atual período da urbanização existem diversas temporalidades com suas configurações sobrepostas, que não nos permitem compreender as dinâmicas urbano-regionais sem considerar a coexistência dos tempos real e global, representados sobre os respectivos espaços. Neste sentido, as reflexões aqui contidas contemplam o suporte daquelas apresentadas em Tese de Doutorado, que perpassam os processos e contextos concernentes à Juiz de Fora, com vistas à compreensão do presente estágio de relações com sua região de influência. O objetivo é abordar a dinâmica nos espaços intra e interurbanos do aglomerado estudado, confrontando-os no tocante as novas políticas urbano-regionais e aquelas de expansão urbana para a ocupação territorial. Adotou-se como etapas metodológicas: (1) introdução à temática "dinâmica urbano-regional"; (2) análise do espaço urbano-regional de Juiz de Fora; e, (3) indicação de questões relativas à implantação de fixos territoriais e ao desenvolvimento de novos fluxos (materiais e imateriais). Assim, o artigo significa uma das possibilidades para se entender o ocorrido nestes contextos e temporalidades e de se debater sobre a relevante temática.

O ESTATUTO DA METRÓPOLE E A RECONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS DO MARANHÃO

José Antonio Viana Lopes - Centro Universitário UNDB, joseantonioarq@gmail.com
Yata Anderson Gonzaga Masullo - Universidade de Brasília – UnB, yanderson3@hotmail.com
Tiago Silva Moreira - Instituto Federal do Maranhão – IFMA, t.smoreira@hotmail.com

Esta pesquisa investiga e analisa o processo de reestruturação das regiões metropolitanas maranhenses promovido pelo Estado a partir da aprovação da Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, o Estatuto da Metrópole. O presente artigo caracteriza as regiões metropolitanas do Maranhão, analisando as transformações instituídas no modelo de governança e na reconstrução dos territórios metropolitanos. O trabalho parte da hipótese de que os ajustes e adequações na configuração do arranjo institucional das regiões metropolitanas podem fortalecer ou fragilizar seu sistema de gestão compartilhada, demonstrandoque as transformações institucionais promovidas pelo Estado representam avanços, mas também retrocessos que não conseguem eliminar o paradoxo da institucionalização, mas não efetivação destas regiões, concluindo que as vicissitudes identificadas neste processo evidenciam as limitações da aplicação do Estatuto da Metrópole frente a contextos sociopolíticos regionais e locais.

RIO DE JANEIRO E NOVAS URBANIDADES: REFLEXÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL DO LITORAL NORTE FLUMINENSE E OS DESAFIOS À GOVERNANÇA SUPRALOCAL

Joseane de Souza - UENF, joseanedesouza.souza@gmail.com
Hisrael Passarelli-Araujo - UENF, hisraelpassarelli@gmail.com
Mariana de Oliveira Pohlmann - UENF, mariolivpohlmann@gmail.com

O surgimento de novas aglomerações urbanas não-metropolitanas nas várias regiões do país, reforçam a necessidade do estudo acerca do planejamento e gestão urbana destas novas espacialidades. No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, destacam-se três aglomerados urbanos (Macaé-Rio das Ostras, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes) como formas especiais a serem acompanhadas. Neste artigo verificamos, a partir de informações sobre os movimentos pendulares, haver uma integração entre os vários municípios, que extrapola os limites territoriais dos respectivos aglomerados. A partir desta constatação, o artigo traz algumas reflexões sobre os desafios para a implementação de uma governança supralocal com o objetivo de promover o desenvolvimento e a integração regional. Dentre os principais desafios destaca-se a pulverização e atomização do poder político em um território que, apesar de um considerável grau de integração regional e potencialidade de articulação política, ainda não se reconhece como uma unidade de planejamento.

> ST_05 >**04**

(DES)INDUSTRIALIZAÇÃO E DINÂMICA REGIONAL
COORDENAÇÃO: ÂNGELO MAGALHÃES SILVA E CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 4

AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS RELEVANTES:
O QUE DIZEM SOBRE AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL?

Aristides Monteiro Neto - IPEA, aristides.monteiro@ipea.gov.br
Raphael de Oliveira Silva - IPEA, raphael.silva@ipea.gov.br
Danilo Severian - IPEA e PUC-SP, danilo.severian@ipea.gov.br

O presente estudo tem como finalidade contribuir para debate do desenvolvimento regional por meio da avaliação do papel das aglomerações industriais relevantes (AIRs) - entendidas como microrregiões geográficas com mais de 10 mil empregos industriais - na redefinição do território no período compreendido entre 1995 e 2015. O artigo explora o conceito de AIR com vistas ao entendimento das transformações atuais da indústria no território. O esforço desdobra-se na mensuração das AIRs para o período 1995/2015 e na sua aplicação para a avaliação das implicações da expansão industrial para as disparidades regionais no Brasil. A análise aponta que as AIRs se localizam predominantemente nas regiões Sudeste e Sul do país que, conjuntamente, geraram 85,1% e 78,1%, respectivamente, em 1995 e 2015 do valor agregado bruto (VAB) da indústria nacional. Contudo, registra-se no período de análise alterações no curso das disparidades com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aparecendo como responsáveis por 32% do total de novas AIRs do período, dando forma a um vetor de desconcentração territorial destas aglomerações. O conceito de AIR foi originalmente utilizado por Diniz em (1993). Teve como objetivo ampliar o entendimento da trajetória territorial da indústria no país e seus desdobramentos subsequentes. Para tal, realizou um deslocamento da unidade escalar comumente utilizada nos estudos regionais brasileira: passou da tradicional macrorregião e dos estados para a aglomeração industrial relevante (AIR), permitindo a percepção de dinâmicas e trajetórias espaciais bem mais diversas que as das tradicionais macrorregiões. O momento da análise feita por Diniz, cobrindo a dinâmica territorial da indústria brasileira do período 1970/1991, era de elevado crescimento das atividades neste setor e um dos interesses do estudo foi de apontar, num contexto bem dinâmico, as novas manifestações da concentração territorial. Desde então o quadro para a atividade industrial mudou consideravelmente. Houve regressão produtiva – caracterizada pela reespecialização em atividades intensivas em mão-de-obra e recursos

naturais – em combinação com baixo dinamismo da atividade industrial, cuja indústria de transformação perdeu participação relativa na economia brasileira de 18,6% em 1995 para 12,0% em 2014 (Monteiro Neto e Raphael Silva, 2018; Sampaio, 2015). Daí a necessidade de se entender, em perspectiva de baixo crescimento, os caminhos territoriais recentemente percorridos pelas aglomerações industriais.

DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DO EMPREGO NO SETOR DE TURISMO NO NORDESTE: 2006-2015
Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes - UNIFACS, thiagohenriquerios@gmail.com
Carolina De Andrade Spinola - UNIFACS, carolina.spinola@unifacs.br
Laumar Neves De Souza - UNIFACS, laumar.souza@unifacs.br
Renato Barbosa Reis - UNIFACS, georeis@gmail.com

Este artigo tem por objetivo identificar os determinantes do crescimento dos empregos formais no setor de turismo para os municípios do Nordeste. Parte-se dos estudos de Lazzaretti e Capone (2009) e Ribeiro et al (2018), complementando-os na investigação dos efeitos de outras variáveis, tais como uma proxy para a violência, uma dummy para municípios litorâneos e o PIB per capita das cidades vizinhas. Através da econometria espacial foi possível estimar seis diferentes modelos, além de calcular os eventuais spillovers espaciais. Os principais resultados sugerem que o aumento da violência não contribuiu para minar o crescimento do emprego no setor de Turismo. Notou-se que a concentração da atividade, medida pelo quociente locacional, bem como o grau de diversidade econômica, capturada pelo índice de Hirschman-Herfindahl, foram positivos, significativos e robustos. Ademais, o trabalho sugere que o aumento do PIB per capita dos vizinhos estimula o crescimento do emprego daquele setor no município j, resultado inversamente proporcional ao obtido com a variável emprego, indicando uma tendência a competição entre os municípios da região.

ÁREAS INDUSTRIAIS DEGRADADAS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – VELHOS PROBLEMAS, NOVAS IDEIAS. QUANDO AS DISCUSSÕES TRANSCENDEM AS FRONTEIRAS NACIONAIS E DA GESTÃO PÚBLICA URBANA.
Gisele Yamauchi - Universidade São Judas Tadeu, giseleyamauchi@yahoo.com.br
Andréa de Oliveira Tourinho - Universidade São Judas Tadeu, prof.atourinho@usjt.br

Os caminhos que levaram a Região do Grande ABC Paulista ao desenvolvimento no século XX passaram pela economia cafeeira e pela indústria, permitindo que a região nucleasse os investimentos da produção em massa fordista, mas que, desde o final do século passado, sofrem com os impactos da desindustrialização. Como consequência desse processo, instaurou-se a problemática das áreas industriais degradadas, que está ainda à espera de solução, ultrapassando as barreiras da gestão urbana. A partir da década de 1990, a Região buscou refletir sobre possíveis alternativas com a participação de atores sociais locais e regionais, bem como especialistas internacionais e nacionais. Por meio de revisão da literatura e dos eventos sobre o tema que ocorreram na região, este trabalho mostra que, mais recentemente, houve retração no diálogo sobre as áreas degradadas industriais, que se consolidaram como velhos problemas, apesar das novas ideias que, de quando em quando, voltam às mesas de discussão.

A INDUSTRIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM BARRA MANSA: ASPECTOS E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.
Daniele Helena Leão - UFRRJ, leao.helenaa@gmail.com
Denise de Alcântara Pereira - UFRRJ, denisedealcantara@gmail.com

O presente trabalho visa analisar os processos de desenvolvimento na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, no Rio de Janeiro, e seus rebatimentos na produção do espaço urbano no município Barra Mansa. Em um primeiro momento, adota-se como enfoque teórico a fundamentação conceitual a respeito do tema desenvolvimento e seus desdobramentos. A seguir, é analisado o contexto da microrregião, tendo como foco o processo de consolidação do desenvolvimento urbano, utilizando como recorte temporal a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941. Por fim, esse processo culmina na constatação de que o município de Barra Mansa se configura como um espelho dos variados paradigmas de desenvolvimento adotados pelo poder público e privado, com reflexos representativos sobre seu território.

> ST_05 >**05**

DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E TERRITORIAIS
COORDENAÇÃO: CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO E ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 4

CENÁRIOS DE DESIGUALDADES TERRITORIAIS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A BAIXADA FLUMINENSE (RJ)
Patricia Cipriano Barcellos da Silva - UFRRJ, patriciabarcellosrj@hotmail.com
Raul Rosa de Oliveira Junior - UFRRJ, raul-27-@hotmail.com
Marcio Silva Borges - UFRRJ, msborges@hotmail.com

Considerando que o território é dotado de diferentes aspectos sociais que permeiam a vida urbana, o texto que segue permite a compreensão sobre as classes sociais no Brasil e as escalas que provocam a desigualdade neste território. O caso de estudo é a Baixada Fluminense, localizada no estado do Rio de Janeiro. O artigo tem como objetivo refletir sobre questões atreladas ao desenvolvimento social do território da Baixada, a fim de minimizar a distância social entre os municípios que compõem a Baixada e a região central do estado. Para tanto, foi utilizada abordagem teórica de conceitos sobre o território e desigualdades sociais. A partir disso, é importante entender como ocorre o crescimento e desenvolvimento da região, abrindo um leque para discussões com o intuito de propiciar justiça social.

AS MUDANÇAS DO BEM-ESTAR SOCIAL NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRAS (2011-2015)
Max Vitor Kazutoshi Arabori - ENCE/IBGE, max.v.k.arabori@hotmail.com
César Augusto Marques da Silva - ENCE/IBGE, cesarmcs@gmail.com
Gustavo da Silva Ferreira - ENCE/IBGE, gustavo.ferreira@ibge.gov.br

Este trabalho se propõe a elaborar um índice que meça o nível de bem-estar social de uma forma dinâmica para as Unidades Federativas do Brasil. Para isso foram utilizadas variáveis de quatro dimensões: economia, saúde, educação e infraestrutura. Além disso, foi empregado um método de estatística multivariada, a análise fatorial, para definir os pesos de cada variável e dimensão no índice sintético. Os resultados apontam uma assimetria do nível de bem-estar entre as Unidades da Federação. De maneira geral, as regiões Norte e Nordeste apresentaram um resultado menos favorável do que as demais partes do país. Outro ponto importante foi o fato de que, mesmo que diversas UFs tenham apresentado resultados semelhantes no índice sintético, foram constatadas amplas desigualdades entre elas no que diz respeito ao desempenho nas dimensões, de modo que as políticas públicas devem ser direcionadas para que sejam eficientes em suprir as necessidades específicas de cada local.

DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL E ASSIMETRIAS SOCIOECONÔMICAS: O CASO EMPÍRICO DO "DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL" DA BAHIA
Maiara Dos Santos Dias - UFES, maraangella@gmail.com
Eneida Maria Souza Mendonça - UFES, eneidamendonca@gmail.com

O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento urbano-regional da Bahia, entre 1995-2015, enfatizando as repercussões do desenvolvimento capitalista na dinâmica do território baiano. Dentre os impactos identificados, destaca-se o "desenvolvimento geográfico desigual", e as consequentes assimetrias socioeconômicas entre regiões baianas. São investigados indicadores sociais, econômicos, demográficos, aspectos ambientais e culturais. As análises e reflexões, embasadas nas ideias de Neil Smith (1988) e Carlos Brandão (2007), reforçam a concentração do crescimento econômico e do desenvolvimento na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Os resultados obtidos indicam, também, uma branda dispersão econômica no estado, nas últimas duas décadas, com o crescimento de áreas afastadas da RMS. Nesse sentido, destacam-se o Oeste (Barreiras), o Baixo Médio São Francisco (Juazeiro) e o Extremo Sul da Bahia (Mucuri). Conclui-se ainda, que outros horizontes para redução das desigualdades regionais podem ser alcançados, sendo necessário "desmercantilizar" o desenvolvimento urbano-regional, adotando planejamento multiescalar e valores distintos da lógica capitalista.

A ECONOMIA BRASILEIRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO MINEIRO À LUZ DE SUA FORMAÇÃO ECONÔMICA
Tomás de Faria Balbino - Universidade Federal de Minas Gerais, tomasbalbino09@gmail.com
Francisca Diana Ferreira Viana - Universidade Federal de Ouro Preto
Mariângela Antigo Furlán - Universidade Federal de Minas Gerais, maantigo@gmail.com

A partir das visões postas por autores como Myrdal, Hirschman e Furtado, é possível analisar como o processo de formação econômica e social do estado de Minas Gerais configurou inúmeras desigualdades em seu tecido regional. A partir de um arcabouço teórico e histórico de seu processo de formação, o trabalho procurou sinalizar os momentos e os espaços em que a ação concentradora do capital esteve presente, gerando regiões desenvolvidas em detrimento de regiões com pouco dinamismo econômico e extrema pobreza. Percebe-se que, devido ao modo no qual se desenvolveu as atividades econômicas no estado, algumas regiões se tornaram mais atraentes ao capital durante todo período de formação até o tempo presente, enquanto outras foram esquecidas tanto pelo investimento privado quanto pelas políticas públicas. Políticas sociais e regionais foram instituídas em prol de regiões deprimidas na última década, contudo, como mostra o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (FJP), não foram suficientes para modificar a desigualdade regional do estado.

> ST_05 >**06**

DINÂMICA DEMOGRÁFICA, SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO: ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA E ÂNGELO MAGALHÃES SILVA

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 4

POBREZA MULTIDIMENSIONAL DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE
Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira - UNIOESTE, nadja_menezes@hotmail.com
Jandir Ferrera de Lima - UNIOESTE, jandir.lima@unioeste.br

A pobreza é um tema amplo, multidimensional e objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Por se tratar de um fenômeno social complexo, a pobreza não se restringe necessariamente aos níveis de renda e falta de determinados bens materiais. Os estudos empíricos sobre a pobreza trouxeram novas abordagens nas últimas décadas. Houve uma tendência às análises multidimensionais, em detrimento das unidimensionais, que priorizavam a renda familiar per capita. Nesse sentido, esse artigo analisa o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste do Brasil, por meio de uma abordagem multidimensional, no período de 2004 a 2015. Para tal, fora estimado o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) tendo por base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados evidenciaram que na região Nordeste as mulheres são multidimensionalmente mais pobres do que os homens, pois a pobreza diminuiu mais entre os homens do que entre as mulheres. Também se observou que para as chefes de família da Região Nordeste, as dimensões referentes ao acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens foram aquelas em que as mulheres se mostraram mais vulneráveis em todos os anos do período analisado. Além disso, houve uma sensível diminuição na pobreza multidimensional para as mulheres chefes de família do Nordeste, cujo MPI para o período de onze anos, fora reduzido em 29,65%. As dimensões relativas ao trabalho e a renda foram as que mais contribuíram para a inserção da mulher nordestina em uma condição de pobreza, e são assim, temas que exigem mais atenção do poder público.

MUDANÇAS NA ESTRUTURA ETÁRIA E RENDA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS:
EFEITOS RECENTES DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Roberto Luiz do Carmo - IFCH/NEPO/UNICAMP, roberto@nepo.unicamp.br
Kelly Cristina de Moraes Camargo - IFCH/NEPO/UNICAMP, kee.cmc@gmail.com
Jaqueline Lopes Dias - IFCH/NEPO/UNICAMP

Este artigo analisa os desafios e as oportunidades no desenvolvimento econômico municipal em face à nova realidade demográfica brasileira. Dessa forma, procura-se trazer elementos para a discussão do processo de Transição Demográfica nos municípios brasileiros a partir das mudanças na composição da População em Idade Ativa (PIA). O trabalho ainda traz o Rendimento familiar per capita econômico, relacionando-o com as mudanças populacionais, de modo a compreender a contribuição da PIA na variação da renda per capita dos municípios brasileiros entre as décadas de 1980 e 2010. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se os dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E aplicou-se o Teste de Correlação de Person. A hipótese é que o aumento do peso relativo da população em idade ativa, do ponto de vista demográfico, pode ser considerado um fator positivo. Uma vez que nessa fase do ciclo de vida a pessoa está apta a se inserir no mercado de trabalho e, portanto, produzir.

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO:
PLANEJAMENTO INTERMITENTE E PRÁTICA DESCOLADA DA REALIDADE

Carolina Jessica Domschke Sacconi - FAU-USP, carolsacconi@usp.br
Karina Oliveira Leitão - FAU-USP, koleitao@uol.com.br
Ana Carvalho - FAU-USP, aaana.carvalho@gmail.com
Andrea Muner - FAU-USP, dea_muner@hotmail.com

A partir de uma análise crítica sobre as práticas de planejamento adotadas pelo Governo Federal entre os anos de 2000 e 2017, o tema do trabalho aqui em questão trata de uma obra de infraestrutura federal de escala regional, o Projeto de Integração da Bacia do rio São Francisco com o Nordeste Setentrional (PISF). Assim como toda grande obra de infraestrutura no Brasil, por seus impactos, custos e jogos de interesses, trata-se de uma obra polêmica e talvez dentre as mais debatidas na história brasileira, se tratando de uma proposta que data de mais de um século. Conhecida historicamente por Transposição do rio São Francisco, o projeto mudou de objetivo algumas vezes apesar disso, a obra praticamente não recebeu mudança em seu desenho original. No final da década de 80, as leis ambientais são instituídas na nova constituição, gerando um forte embate acerca desta questão na obra de Transposição. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), se inicia a produção do arcabouço documental da obra, tanto ambiental quanto projetual, estudando a vazão mais adequada, a inserção regional no que se refere aos recursos hídricos. Este projeto final da gestão FHC é o que sairia do papel na gestão seguinte, que após quase 200 anos emplaca a obra com o discurso da integração nacional, do desenvolvimento social e ambiental a partir da reelaboração da última versão do EIA-RIMA e a viabiliza a partir de uma carteira de obras e uma remodelação na gestão dos recursos públicos. A partir do processo de planejamento e da execução do projeto de Transposição, pretende-se aqui refletir se a obra dialogou com as estruturas sociais e ambientais do semiárido dada a sua matriz de desenvolvimento e fazer uma reflexão sobre sua concepção de desenvolvimento, sobre as práticas do planejamento no Brasil.

UMA RADIOGRAFIA DA MOBILIDADE NO ARRANJO POPULACIONAL DE MACAÉ – RIO DAS OSTRAS/RJ

Rafael Corrêa Borba - IFF - Instituto Federal Fluminense, rborba@iff.edu.br
Felipe Juliboni Ribeiro Gomes - UFF, felipejuliboni@ymail.com
Herivelton Tavares Soares - IFF - Instituto Federal Fluminense, heritavares90@hotmail.com

No alvorecer do século XXI, os deslocamentos populacionais enquadram-se cada vez mais em dinâmicas intrarregionais. Neste cenário é que abordamos o arranjo populacional, unidade espacial analítica que surge como nova radiografia urbana das dinâmicas espaciais do país. A dimensão que se enfoca neste trabalho ambiciona refletir sobre as intensidades dessas dinâmicas, através da mensuração do Índice de Eficácia Migratória (IEM) relativo aos municípios membros do arranjo populacional de Macaé-Rio das Ostras/RJ, destacando o papel de Macaé na centralidade dos deslocamentos pendulares na rede urbana. Destarte, o IEM configura-se como um importante índice para qualificar com mais detalhes os deslocamentos populacionais, subsidiando aporte para políticas públicas que possam contribuir para um planejamento urbano sustentável e integrado.

A OFERTA DO ENSINO SUPERIOR NOS CENTROS REGIONAIS DE MINAS GERAIS:
INDICADORES COM BASE NA MOBILIDADE PENDULAR

Rafael Santiago Soares - IGC/UFMG, rafaelsantiagosoares@gmail.com
Carlos Lobo - IGC/UFMG, carlosfflobo@gmail.com
Ícaro Belém Horta - GC/UFMG, oracibh@gmail.com

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, favoreceu a flexibilização do ensino superior. Conforme dados divulgados pelo INEP, entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento de matrículas foi de 180% em Minas Gerais. Diante desse cenário, algumas questões merecem ser avaliadas, tais como: quais são os centros regionais na oferta do ensino superior no interior do estado? Quais são as dinâmicas de mobilidade para fins de estudo e trabalho associadas a estes centros regionais? Este trabalho discute o papel dos centros regionais na oferta do ensino superior no interior do estado de Minas Gerais, analisando as redes de influência de mobilidade para fins de estudo e trabalho. Os centros regionais na oferta do ensino superior foram identificados por meio do Índice de Centralidade Regional (ICR). Para os cincos principais centros foram avaliados as redes de mobilidade para fins de estudo e para fins de trabalho.

> ST_05 >**07**

LOCALIZAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
COORDENAÇÃO: ÂNGELO MAGALHÃES SILVA E CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 4

O PARANÁ NO SÉCULO XXI: DINAMISMOS E COMPORTAMENTOS LOCACIONAIS
Giovani Richard Pitilin - UNIOESTE, gipitilin@hotmail.com
Samara Cristina Vieceli Piacenti - UNIOESTE, samara_cv_@hotmail.com
Lucir Reinaldo Alves - UNIOESTE, lucir.alves@unioeste.br

O estudo analisa o comportamento do emprego formal nos 25 subsetores da divisão do IBGE nas 39 microrregiões do estado do Paraná, no período de 2000, 2008 e 2017. O método utilizado para efetuar a análise foi o shift-share, ferramenta muito utilizada em análises regionais. Através do estudo pôde-se observar que houve várias transformações na estrutura do mercado de trabalho no período analisado. Outro ponto analisado evidente foi a diferença de comportamento do emprego em microrregiões de grande porte e de pequeno porte. As grandes microrregiões têm sua estrutura produtiva mais diversificada, enquanto as microrregiões de menor porte têm sua estrutura produtiva baseada em setores básicos, como Administração Pública por exemplo.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA-EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL
Jover Mendes de Oliveira Negrão - UFRRJ, jovermendes@yahoo.com.br
Lamounier Erthal Villela - UFRRJ, lamounier.erthal@gmail.com
Daniel Neto Francisco - UFRRJ, danielneto@id.uff.br
Patrick Gomes - UFRRJ, patrick7663@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo identificar três diferentes experiencias de desenvolvimento local nas regiões de Los Lagos, no Chile; Imbabura, no Equador; e o território da Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro-Brasil analisando-os pela ótica do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Para analisar os territórios optou-se, metodologicamente por estudos de casos múltiplos considerando três parâmetros que devem ser fundamentais em modelos de desenvolvimento endógenos e participativos: gestão e controle social, redes e APL e sustentabilidade. Supõe-se que quanto maior a for a participação social, maior capacidade de agregação dos atores produtivos, maior intensidade de trocas em redes, maior conscientização sobre questões sociais, ambientais e econômicas, mais os casos analisados se adequarão ao conceitual de DTS.

LENTES E PERSPECTIVAS DO NORDESTE: DA INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO À CRISE
Juliana Bacelar de Araújo - UFRN, julianabacelararaujo@gmail.com
Maria do Livramento Miranda Clementino - UFRN, clement@ufrnet.br
Rodolfo Finatti - UFRN, rodolfofinatti@alumni.usp.br
Rebeca Marota da Silva - UFRN, rebeca.economia@gmail.com

O objetivo deste artigo é mostrar as principais transformações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho formal da região Nordeste nos anos 2000, a partir dos dados das Contas Regionais, do IBGE, e da RAIS. Os resultados apontam que a dinâmica econômica da região, entre 2004 e 2014, foi impulsionada pela expansão da renda, do crédito e do emprego, por investimentos em infraestrutura econômica e social, pela ampliação das políticas públicas e pelo crescimento das exportações, com importantes desdobramentos sobre o mercado de trabalho. Houve uma expressiva formalização das ocupações e forte tendência à interiorização do desenvolvimento. Todavia, a partir de 2014/2015, as economias brasileira e nordestina entraram em crise. O Nordeste tem apresentando taxas de retração da atividade econômica e do emprego formal acima da média nacional. No entanto, continua apresentando enumeras potencialidades, mas, faz-se necessária a retomada de investimentos associada a melhorias no mercado de trabalho.

DINÁMICA REGIONAL DA ECONOMIA PARAGUAIA: O CASO DA SOJA E CARNE
Claudia Vera da Silveira - UFGD, gycvera@gmail.com
Giovane Silveira da Silveira - UFGD/UEMS, giovane.economista@gmail.com
Éder Damião Goes Kukiel - UFGD, kukielgeografia@gmail.com
Rosele Marques Vieira - UEMS, roseleuems@gmail.com

O objetivo do artigo é analisar a dinâmica recente da economia paraguaia. A metodologia utilizada foi a coleta e sistematização de dados secundários de órgão como o Banco Central, Dirección Censo y Estadísticas Agropecuária do Ministério de Agricultura y Ganaderia, Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censo. Os resultados indicam que a economia do país está fortemente atrelada a exportação de commodities dentre os quais se destacam a soja e a carne bovina, a industrialização destes produtos estão concentrados no departamento Central e Asunción gerando dinâmicas diferenciadas nessa região.

LOCALIZACIÓN Y ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA: EL CASO DE LA REGIÓN AMAZORINOQUIA DE COLOMBIA
Cristian Orlando Ávila Quiñones - UNAD & UFT, cristian.avila@uft.edu.br
Wanstein Camargo - UFT, wainestencamargo@gmail.com
Nilton Marques de Oliveira - UFT, niltonmarques@mail.uft.edu.br

Esta investigación analiza la dinámica regional de las actividades productivas en la región Amazorinoquia de Colombia, usando medidas de localización para los años 2012 y 2017. Para ello, se utilizaron una serie de indicadores como el Cociente de Localización, el Coeficiente de Asociación Geográfica y el Multiplicador del Empleo. El objetivo de este trabajo consiste en verificar por primera vez la diversificación productiva en la región Amazorinoquia y la capacidad de generar empleo en cada sector de la economía. Los datos utilizados fueron extraídos del DANE según la rama de actividad económica, año 2018. Los resultados apuntan que la Economía regional posee un grupo de nuevos departamentos con sectores fuertemente asociados (complementarios) en su proceso productivo, en el que la minería es fundamental para jalonar al departamento líder (Casanare). Aunado a que, ningún departamento genera más del 15% de empleo básico, mientras el empleo no básico si supera el 85% en la región.

EDUCAÇÃO, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO: ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA E ÂNGELO MAGALHÃES SILVA

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 4

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GÊNERO: MAPEAMENTO DA FORMAÇÃO DOCENTE E DA PRODUÇÃO INTELECTUAL NOS PPG EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Luciana Butzke - Universidade Regional de Blumenau, luemtese@gmail.com
Ivo Marcos Theis - Universidade Regional de Blumenau, theis@furb.br
Caroline Laíza Negherbon - Universidade Regional de Blumenau, carolnegherbon@gmail.com
Vivian C Brito - Universidade Regional de Blumenau, vivianbritofoz@gmail.com

Os estudos sobre desenvolvimento regional e gênero procuram mostrar as imbricações entre relações de gênero, poder e espaço, suas permanências e possibilidades de mudança. Neste artigo se projeta luz sobre a presença das mulheres (sua formação e acesso a bolsas de produtividade em pesquisa) nos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da região Sul. Uma constatação é que, a rigor, não há maiores diferenças entre mulheres e homens. Na produção intelectual sobre gênero, em que estão em maior número, as mulheres tratam de temas como: o espaço rural e urbano, espacialidades em movimento, vulnerabilidades, sexualidade, grupos e instituições sociais. A presença dos estudos de gênero no desenvolvimento regional pode conferir maior abertura aos estudos regionais que têm tomado a região como recorte e contenção, oferecendo-lhes, em troca, uma compreensão relacional de região, que traz consigo o potencial libertador das identidades binárias e das hierarquias de raça e classe.

EDUCAÇÃO, UM FATOR DECISIVO PARA O DESENVOLVIMENTO: O MODELO DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE

Luzinete Barbosa Lyrio - UNIFACS - Universidade Salvador, luzinetelyrio@gmail.com
Manoel Joaquim Fernandes Barros - UNIFACS - Universidade Salvador, manoeljfb@gmail.com
Ana Maria Ferreira Menezes - UNEB- Universidade do Estado da Bahia, ana_mmenezes@hotmail.com

O objetivo deste trabalho compreende fazer uma reflexão sobre a educação e o desenvolvimento no contexto de velhos problemas e novos desafios, e também trazer a experiência do modelo de implementação da política de alfabetização do município de Sobral/CE, enfatizando o entrelaçamento da educação com o desenvolvimento. O presente estudo se configura de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico e documental, de caráter analítico. Para atingir o objetivo proposto, percorreu-se o seguinte caminho: em primeiro lugar, expõe-se sobre o objetivo e a metodologia, em segundo lugar definiu-se educação e desenvolvimento, tratando dos velhos problemas e dos novos desafios; em terceiro lugar, discutiu-se o modelo de educação do munícipio de Sobral/CE e, por fim, apresenta-se as considerações finais. Os resultados apontam que, quando existem as garantias das oportunidades sociais, principalmente, no campo da educação, favorece sobremaneira o impacto de aumento na escolaridade, as melhorias na qualidade da educação e também o desenvolvimento socioeconômico.

"TRANSFORMAÇÃO PRÁ PODER EXISTIR" UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA DAS MULHERES A PARTIR DAS PESQUISAS DESENVOLVIDAS NOS PPG EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO BRASIL (2014-2018)

Rutileia Lima Almeida - FURB e IFMA, rutigeo@ifma.edu.br
Caroline Laíza Negherbon - FURB, carolnegherbon@hotmail.com
Mariane Paduan Florsz - FURB, nina_mariane@yahoo.com.br
Leonardo Brandão - FURB, leobrandao@furb.br

O presente estudo investiga, a partir de teses e dissertações, a presença das mulheres nos PPGPUR do Brasil entre 2014 e 2018. Analisou-se 34 cursos vinculados à subárea de avaliação em Planejamento Urbano e Regional. Observou-se o quantitativo de trabalhos defendidos por mulheres e homens, com interesse de verificar o espaço das mulheres, enquanto produtoras do conhecimento. Identificou-se, entre 2014 e 2018, 1327 dissertações e 227 teses. Além desta parte empírica, este estudo contempla uma discussão teórica sobre a história das mulheres e desafios atuais no campo do desenvolvimento regional. Os resultados do estudo, apontam para uma insipiente produção sobre as temáticas que envolvem as questões sobre as mulheres, mas demonstram uma sensível evolução dessas pesquisas nos últimos anos. É notório a ascensão do número de pesquisadoras nessa área do conhecimento. No entanto, ainda há um espaço a ser preenchido por demandas femininas que são fundamentais na discussão da área.

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Luis Claudio Krajevski - UFFS, luisclaudio@uffs.edu.br

A relação universidade - desenvolvimento regional continua sendo objeto de diversas pesquisas. Embora os efeitos da universidade sobre as regiões não sejam homogêneos, os estudos de caso têm contribuído para um entendimento maior desta relação. Neste sentido cabe examinar as consequências da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Considerando o histórico de criação desta universidade e seu compromisso com o desenvolvimento regional, convém analisar como a UFFS tem cumprido com este objetivo. Ademais, convém examinar possíveis adversidades que impedem a universidade de contribuir com o desenvolvimento da mesorregião. O estudo é resultado de análise bibliográfica e documental. Os resultados apontam a existência de diversos desafios que a UFFS deve superar para que possa colaborar com o desenvolvimento regional.

DE VOLTA AO PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE: PODEM AS UNIVERSIDADES SEREM OS NOVOS POLOS DE CRESCIMENTO?

Antonio de Oliveira Jr. - Universidade Federal de Uberlândia, antonio.oliveira@ufu.br

A expansão do ensino superior, política implementada pelo governo Lula (2003-2011) estimulou uma série de estudos que trataram desde o papel das universidades nos processos de democratização do acesso a uma formação superior até estudos que focaram nas escalas de ação e nos efeitos decorrentes da localização das instituições de ensino superior (ies's) nos processos de desenvolvimento dos lugares e das regiões. A grande maioria desses estudos mais focaram a escala local do que uma análise que se preocupasse em entender o impacto dessas ies's nas regiões, sobretudo nas regiões geradas pelas próprias ies´s, ou mesmo no território. Este trabalho tem como proposição contribuir para análise do papel da universidade como vetor de crescimento econômico dos lugares e das regiões, a partir de uma releitura da Teoria dos Polos de Crescimento, elaborada por Perroux nos anos 50 e de uma proposição de análise.

> ST_05 >**09**

A PROBLEMÁTICA REGIONAL: REFLEXÕES TEÓRICAS E ESTUDOS EMPÍRICOS
COORDENAÇÃO: CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO E ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 4

PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA BAHIA

Noelio Dantaslé Spinola - Universidade Salvador – UNIFACS, spinolanoelio@gmail.com

O texto trata das circunstâncias que provocaram, na atualidade, a perda de competitividade pelo estado da Bahia. Busca responder à seguinte questão: por que a Bahia não se desenvolveu como era esperado apresentando, na atualidade, um quadro significativo de desigualdade social e de concentração da renda? Pretende, também, especular quanto às perspectivas do seu futuro imediato. Trabalha com uma metodologia dedutiva compreendendo técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Conclui que o atraso econômico da Bahia foi consequência de uma trama de circunstâncias que ao longo do tempo produziram a situação atual. A associação de problemas políticos sociais e econômicos vivenciados a partir da sua matriz colonizadora; a burocracia patrimonialista, o imperialismo vicejante no mercantilismo europeu dos séculos XV ao XVIII ; a escravidão e o modelo de exploração agroexportador; a incompetência administrativa, o padrão de vida perdulário e a corrupção que caracterizaram a elite brasileira e baiana; a má condução política do Estado durante a Primeira República; as secas e demais condições edafoclimáticas adversas; e a política macroeconômica do governo federal, ao longo do século XX; foram, no seu conjunto, os responsáveis pela situação atual.

ESPAÇO DE VIDA, ESPAÇO ECONÔMICO E CONTRADIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rainer Randolph - UNOCHAPECÓ, rainer.randolph@gmail.com

O presente ensaio pretende confrontar problemas da política e do desenvolvimento regional de hoje com uma reflexão sobre a mesma temática de John Friedmann de quase 40 anos atrás. Visa, assim, mostrar a atualidade de um texto antigo de Friedmann que apresenta sua preocupação com ameaças e desafios fundamentais de então que nomeia de contradições entre território e função e entre espaço de vida e espaço econômico que são objeto de sua reflexão. Para, posteriormente, poder aprofundar essa discussão, será apresentada uma breve caracterização de sociedades capitalistas como desenvolvida por Habermas para poder aproximar uma perspectiva sociológica a uma voltada para manifestações físico-geográficas dos fenómenos. Finalmente, a proposta de Friedmann de superar o domínio dos espaços econômicos será situada em relação à sua própria perspectiva de um "planejamento radical".

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM OLHAR A PARTIR DA MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Nina Beatriz Araranguá - Universidade Regional de Blumenau, nina.august@hotmail.com
Rutileia Lima Almeida - Universidade Regional de Blumenau, rutigeo@ifma.edu.br
Miguel Alois Pitz e Silva - Universidade Regional de Blumenau, alois.miguel@gmail.com
Pedro Ivo Ferreira Menezes - Universidade Regional de Blumenau, pedrofemenezes@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo abordar a relação entre trabalho e desenvolvimento regional, enfatizando a luta dos trabalhadores para garantir seus interesses na organização espacial. O texto está dividido em três seções: a primeira apresenta as contribuições da teoria crítica sobre desenvolvimento regional e a luta de classes a partir de Harvey (1996, 2001) e Massey (1979); a segunda trata especificamente do papel dos trabalhadores no desenvolvimento local e regional com a contribuição de Wood (2003), Herod (2011) e Harvey (2011); a terceira apresenta exemplos da ação de trabalhadores na tentativa de promover seus interesses no contexto local ou regional. Após a apresentação das seções, seguem as considerações finais, que contém a síntese dos aspectos teóricos e empíricos, além de indicar as limitações da pesquisa. O estudo realizado não se propõe como algo definitivo, mas exploratório. Desta forma, ao resgatar o lugar dos trabalhadores na produção do espaço, pode se tornar um ponto para futuros debates e ações.

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL PARA O DEBATE DA QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA NESTE INÍCIO DE SÉCULO XXI

Tatiane Thaís Lasta - Universidade Regional de Blumenau – FURB, tatilasta@gmail.com
Ivo Marcos Theis - Universidade Regional de Blumenau – FURB, theis@furb.br

Este artigo tem como tema a questão regional brasileira, com ênfase nas figuras destacadas do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro. As análises voltadas para a realidade brasileira revelam uma profunda heterogeneidade no seu interior. Essa desigualdade, o legado do colonialismo, de subordinação e subserviência, são heranças históricas e estruturais do desenvolvimento brasileiro e devem ser levadas em consideração quando se trata de analisar a questão regional brasileira. No entanto, parece se utilizar pouco do conhecimento produzido e acumulado pelos próprios brasileiros na busca por interpretações do Brasil especialmente da questão regional. Deste modo, o objetivo geral deste artigo é identificar e analisar a contribuição e a atualidade dos representantes do pensamento social brasileiro para o debate da questão regional no Brasil neste início de século XXI. Percorridas as etapas da pesquisa, os resultados sugerem que as figuras do pensamento social brasileiro oferecem pistas importantes para compreender a realidade regional brasileira neste início de século XXI.

ST_06 > MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE

Comissão Científica:
Cibele Saliba Rizek – PPGAU-IAU/USP
Eduardo Alberto Cusce Nobre – PPGAU-FAU/USP
Lindijane de Souza Bento Almeida – PPEUR/UFRN
Rogério Haesbaert da Costa – PPGEO/UFF

> ST_06 >**01**

MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA
COORDENAÇÃO: CIBELE SALIBA RIZEK, EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE E LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 5

NO PRINCÍPIO ERA A TERRA: A TERRITORIALIZAÇÃO DAS LUTAS AGRÁRIAS NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA
Wendell Ficher Teixeira Assis - UFAL e IPPUR/UFRJ, wwficher@yahoo.com.br

O trabalho procura analisar as complementaridades e dissonâncias entre as lutas camponesas por terra, mais associadas à reforma agrária e aos mecanismos de redistribuição, e, os embates protagonizados por indígenas, quilombolas e populações tradicionais, que lutam pela manutenção e conquista de territórios, ao mesmo tempo em que demandam do Estado o reconhecimento de seus modos específicos de ser, viver e produzir. Para tanto, empreendeu-se a realização de trabalhos de campo na região Oeste do Pará, que desde a última década tem sido lócus de intensos conflitos fundiários envolvendo as novas frentes de acumulação capitalista e as populações tradicionais e camponesas. Poder-se-ia sugerir de forma preliminar que uma demanda por terra não desafia, necessariamente, as regulações com que se administra o direito à propriedade, ao passo que uma demanda territorial evoca questões de poder, de afirmação de identidade, de autogestão e controle dos recursos naturais procurando impor uma nova territorialização.

COOPERATIVAS DE ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ: POLÍTICAS PÚBLICAS E INCENTIVO À GERAÇÃO DE RENDA
Alexandre Maurício Sandri - UTFPR, alemasa69@gmail.com
Prof. Antonio Gonçalves de Oliveira - UTFPR, agoliveira@utfpr.edu.br

Este artigo tem por objetivo demonstrar políticas públicas de incentivo às cooperativas de assentados da reforma agrária no Estado do Paraná. Procurou-se verificar se essas políticas públicas, por meio de programas e incentivos governamentais contribuem para uma melhor gestão das cooperativas. A metodologia utilizada se deu por intermédio de consulta bibliográfica a partir de revisão de literatura em livros, dissertações e artigos científicos relacionadas aos temas reforma agrária, agroindustrialização para a reforma agrária, cooperativismo e comercialização, publicados em periódicos disponíveis nas bases Scielo, Redalyc e google acadêmico, além de consultas em sites oficiais e no portal de convênios SICONV, ambos do governo federal. Como contribuição, sugere-se a implantação de uma política pública voltada à capacitação de gestores das cooperativas, como forma de preparo para enfrentar o mercado competitivo. Deste modo, este artigo pretende contribuir sob o ponto de vista da gestão das cooperativas, para que os recursos públicos possam ser destinados para as realidades que atendam essas cooperativas de assentados da reforma agrária.

A PRÁTICA CONTRA HEGEMÔNICA DO MST E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO
Marisela García Hernández - Universidade Federal Da Fronteira Sul, marigh98@hotmail.com

Reconhecido internacionalmente pela sua capacidade de ação política, de organização e de mobilização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, tem conquistado ao longo da sua trajetória mais de 7 milhões de hectares de terra, onde trabalham cerca de 400 mil famílias assentadas. Atualmente mais de 120 mil famílias "Sem Terra" estão organizadas em acampamentos em todo o Brasil, de forma a fazer valer seu direito a terra. A prática política característica deste movimento tem lhe permitido acumular forças de forma a desestabilizar as relações de domínio, alargar a democracia e promover seus interesses contra hegemônicos. O presente artigo tem por objetivo identificar particularidades da prática política do MST tanto junto na sua base, os Sem Terra, como junto ao Estado, de forma a evidenciar características de uma práxis contra hegemônica capaz de mudar a produção do espaço.

> ST_06 >**02**

MOVIMENTOS SOCIAIS, ASSOCIATIVISMO E DIVERSIDADE
COORDENAÇÃO: CIBELE SALIBA RIZEK, EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE E LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 5

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – REPENSANDO O ASSOCIATIVISMO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Junia Maria Ferrari de Lima - UFMG, juniaferrari15@gmail.com
Laís Grossi de Oliveira - Unifemm/UFMG, grossideoliveira.lais@gmail.com
Marina Abreu Torres - Observatório das Metrópoles, marabreut@gmail.com
Maria Moura Soalheiro - UFMG, maria.moura.mms@gmail.com

Este trabalho busca construir um referencial de análise que possa acolher diferentes formas de ações sociais coletivas, aqui chamadas de associativismo. As reflexões nasceram das atividades de extensão universitária no município de Raposos, em Minas Gerais, que revelaram uma atuação considerável de associações civis não-governamentais, refletindo um fenômeno nacional que vem sendo chamado de onguização. Com o crescimento da ação coletiva institucionalizada por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), entendemos que a abordagem centrada somente nos movimentos sociais tem se mostrado insuficiente para compreender os processos atuais de participação. Para a discussão proposta, retomamos o histórico de atuação dos movimentos sociais brasileiros desde os anos 1970, passando pela criação e enfraquecimento dos canais institucionais de participação e chegando, por fim, a uma análise sobre a emergência e crescimento das organizações do chamado Terceiro Setor.

GEOGRAFIAS DA AÇÃO NAS LUTAS ANTI-RACISMO: UM OLHAR APROXIMATIVO

Renato Emerson Nascimento dos Santos - UFRJ, renatoemerson@hotmail.com

O trabalho propõe ensaiar alguns vínculos analíticos para contribuir para a compreensão da emergência de dimensões espaciais como instrumento de luta e objeto de disputa no âmbito da luta anti-racismo do Movimento Negro Brasileiro. Se inicia por uma discussão iluminada pela Teoria do Giro Decolonial sobre o racismo e anti-racismo, tensionando como o sistema de dominação constitui agenciamentos à ação e engendra formas dos agentes e de atuação – movimento fundamental para compreendermos a pluralidade do Movimento Negro e atribuirmos unidade política e analítica para iniciativas individualizadas e distintas. Buscamos então dimensões espaciais do anti-racismo, exemplos de mobilização de categorias e instrumentos espaciais em lutas do Movimento Negro, buscando uma geografia da ação. Exemplos são colhidos em dois processos de pesquisa distintos, mas articulados: o primeiro, que explora diferentes mobilizações (e tensões) da cartografia em lutas anti-racismo, e o segundo sobre as lutas na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

RESISTÊNCIA SOCIAL E NOVAS FORMAS DE VIDA URBANA: A EMERGÊNCIA DAS BATALHAS DE RAP EM NATAL/RN

Gilnadson da Silva Bertuleza - UFRN, gilnadson.bertuleza@gmail.com
Angela Lúcia Ferreira - UFRN, angela.ferreira@pq.cnpq.br

As organizações de jovens das periferias têm, por meio de sua arte, evidenciado não somente a necessidade de espaço cultural como alternativas para a ocupação das áreas públicas, muitas vezes negligenciadas pelo poder local. Neste contexto se inserem as Batalhas de MC's, como coletivos que se utilizam de rimas para denunciar suas carências e retomar o uso do espaço. Pretende-se, assim, contribuir com o debate a respeito da inserção destas manifestações, consideradas movimentos sociais contemporâneos, na (re) ocupação e (re)significação dos espaços públicos. Para tanto, fundamentou-se na realização de entrevistas, questionários, observação participante e levantamento de dados. Os resultados da pesquisa apontam para uma (re)apropriação dos espaços de convivência urbana. A pulverização dessas batalhas induz a criação de microcosmos, onde com o auxílio das atividades desenvolvidas, os jovens procuram vencer a violência e a exclusão social tão presentes nas cidades brasileiras.

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRÁTICAS INSURGENTES: O CASO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA, FORTALEZA, BRASIL

Amanda Maximo Alexandrino Nogueira - Universidade Federal do Ceará, mxm.amanda@gmail.com

Este artigo tem por objetivo discutir as possibilidades e os desafios de práticas insurgentes de moradores urbanos, diante dos conflitos de interesses e das disputas por poder de decisão. Essa problematização considera que grande parte das deliberações de produção do espaço acontecem no âmbito das práticas institucionais, implementadas por órgãos de planejamento, sancionadas pelo Estado e frequentemente a serviço de interesses privados. Perante esta conjuntura, a noção de planejamento urbano insurgente tem ganhado aceitação por assegurar a atuação direta dos cidadãos. Diante dessas questões, o artigo aponta alguns aspectos da resistência da comunidade Poço da Draga, em Fortaleza, situada em área de elevado interesse imobiliário, frente à forma antidemocrática de condução das decisões que afetam os moradores. Utilizando-se de análise bibliográfica e documental, e observação direta são apontados alguns aspectos da relação conflitual entre as práticas do poder público e as práticas auto-organizadas dos moradores. A pesquisa sugere que, apesar dos entraves, a ação coletiva organizada pode questionar os processos de planejamento heterônomo.

MOVIMENTOS SOCIAIS, MÍDIAS E O DIREITO À MORADIA. COORDENAÇÃO: CIBELE SALIBA RIZEK, EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE E LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 5

A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA PÚBLICO. A LUTA DE COLETIVOS, ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES PELO DIREITO À HABITAÇÃO NOS BAIRROS HISTÓRICOS E CENTRAIS DE LISBOA

Heitor Vianna Moura - UFRJ – IPPUR, heitorvianna@gmail.com

Fruto de uma imersão etnográfica pelos bairros centrais e históricos de Lisboa, da observação participante em eventos e reuniões de coletivos de luta pela habitação e de conversas informais com acadêmicos, militantes e moradores, a presente investigação parte do pressuposto de que os problemas entendidos como públicos não emergem como dados da realidade, mas são construções políticas e sociais. O que procurou-se analisar com o estudo de agentes e de coletivos que, através de estratégias de publicização e de sensibilização de públicos, conseguiram transformar a luta pela permanência da população local nos bairros históricos e centrais de Lisboa em um assunto prioritário na agenda pública. Por meio da mobilização de referências teórico-metodológicos da sociologia pragmática, busca-se desvelar como que uma série de denúncias de casos individuais e localizados de despejos ganharam um estatuto de coletividade e, com isso, fortaleceram a luta pelo direito à habitação na cidade.

OS MOVIMENTOS DE MORADIA EM MEIO À FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO: O PMCMV ENTIDADES E O NEOLIBERALISMO

Isadora de Andrade Guerreiro - FAU-USP, isaguerreiro@uol.com.br

O artigo é uma reflexão sobre a transformação dos movimentos de moradia após a reestruturação do acesso à habitação popular pelo Programa Minha Casa Minha Vida, em particular na sua modalidade Entidades. Busca-se entender o programa como uma das faces da financeirização do urbano na sua especificidade brasileira. A modalidade Entidades, dentro deste contexto, é analisada como instrumento de amoldamento das estratégias dos movimentos de moradia ao neoliberalismo, na qual há uma diluição do campo político por meio da transformação de suas forças sociais em agentes de mercado, cujo ambiente é regulado por relações estritamente jurídicas. A mutação da luta por direitos sociais em campo de concorrência próprio ao direito liberal contratual deflagra um novo ambiente político na questão urbana, no qual a subjetivação cidadã é pervertida por aquela do consumidor, estabelecendo também um novo tipo de criminalização dos movimentos populares e abertura para a ascensão autoritária na sociedade.

CRIMINALIZAÇÃO MIDIÁTICA DO MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA PELA MORADIA DIGNA: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS MATÉRIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA

Hélio Jorge Regis Almeida - UNAMA, helio.mestrado,unama@gmail.com
Bruno Soeiro Vieira - UNAMA, bruno_vieiraa@yahoo.com.br
Jorge Luiz Oliveira dos Santos - UNAMA, jorgeluiz_dossantos@hotmail.com
Kaique Campos Duarte - UNAMA, kaique.ma1507@gmail.com

Busca o artigo identificar qual o conteúdo discursivo dominante emitido pela mídia impressa brasileira sobre o movimento social pela moradia urbana, a partir da tragédia do caso do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em maio de 2018 em São Paulo. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa que utiliza a técnica da análise do conteúdo, por meio da seleção das matérias jornalísticas e editoriais dos jornais impressos (versão digital) mais vendidos do Brasil, no entretempo de 2 a 31 de maio de 2018. Foi adotado como critério metodológico de seleção dos jornais o levantamento mais recente do Instituto Verificador de Circulação (IVC), órgão da Associação Nacional de Jornais (ANJ). O método de análise de dados (palavras-chave) coletou registros dados quantitativos por intermédio do software Search my files e posterior análise qualitativa do conjunto dos registros encontrados. Constatou-se clara tendência de utilização pela imprensa de palavras que expressam uma ideologia e um conteúdo discursivo que representa preconceito, estigmatização e imputação de condutas criminosas ao movimento social pela moradia urbana.

TERRITORIALIZANDO O ESPAÇO: MOVIMENTOS DE DIREITA E MÍDIAS SOCIAIS COMO APARELHOS HEGEMÔNICOS

Lalita Kraus - UFRJ, kraus.lalita@gmail.com

O artigo investiga a dinâmica relacional e afinidade ideológica dos movimentos sociais de direita que protagonizaram as manifestações de 2015. O ponto de partida é o reconhecimento da ação social e o uso das mídias sociais como espaço de significação da vida política e social, capaz de influenciar a opinião pública em prol de determinados projetos políticos. O objetivo é identificar os atores que se articulam e mobilizam entorno de um discurso comum, buscando revelar suas principais fontes discursivas. Isto permite desvendar um processo de territorialização do espaço midiático na internet, a partir de determinadas relações de poder. Do ponto de vista metodológico, a análise de redes sociais no Facebook permite identificar a rede de atores que apresentam uma afinidade ideológica e discursiva, destacando os mais populares e influentes em termos discursivos. A pesquisa revela que os movimentos da direita brasileira, ligados sobretudo ao Movimento Brasil Livre, atuam como produtores simbólicos e intelectuais orgânicos de redes liberais e conservadoras fortemente ligadas ao Estados Unidos.

PLANEJAMENTO AUTÔNOMO E AÇÃO POLÍTICA NA PRODUÇÃO DA CIDADE: MOVIMENTOS, MOBILIZAÇÕES E DIREITO À CIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Giselle Tanaka - IPPUR/UFRJ, gisellemegumi@gmail.com
Fabricio Leal de Oliveira - IPPUR/UFRJ, flealdeoliveira@gmail.com
Luis Régis Coli - IPPUR/UFRJ

No século XXI, resistências e lutas sociais se desenvolveram em várias cidades do Brasil protagonizadas por populações ameaçadas de remoção. Parte significativa destas iniciativas estão associadas à realização de megaeventos internacionais, mas as pressões para remoção sempre estiveram latentes. O avanço do setor imobiliário sobre bairros populares se somam a iniciativas governamentais que aceleram e legitimam processos de remoção. Neste artigo, nos debruçamos sobre experiências de organizações de moradores contra remoções, aliados a movimentos sociais e assessorias técnicas nas cidades do Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte, que acionam instrumentos de planejamento urbano. Após uma breve apresentação, abordamos elementos que têm caracterizado distintas formas de mobilização. Finalmente, recuperamos leituras referentes a planejamentos autônomo, radical, insurgente e conflitual, buscando avaliar em que medida as experiências desafiam os conceitos formulados.

ST_06 >**04**

RAÇA, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS
COORDENAÇÃO: CIBELE SALIBA RIZEK, EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE E LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 5

AS CAMPANHAS NEGRAS EM FAVOR DA CASA PRÓPRIA EM SÃO PAULO (1924-1937)

Ana Barone - FAUUSP, anabarone@gmail.com

No Brasil, há uma crença cultural de que a atitude mais sábia para garantir uma economia doméstica segura e estável é a aquisição da casa própria. Por gerações, o "sonho da casa própria" tem sido cultivado como um horizonte a se atingir. Muitos trabalhos apontam que as políticas públicas de habitação formuladas na década de 1940 foram responsáveis por disseminar o "sonho da casa própria" entre os brasileiros. No entanto, no cotidiano popular, a aquisição da casa própria parece ser uma urgência desde muito antes. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, a "casa própria" torna-se uma noção mobilizada em alguns periódicos da imprensa negra, circulando em diversos artigos como uma aspiração desejável e uma orientação ao público dos jornais. Neste artigo faremos uma análise das campanhas em prol da casa própria divulgadas pelos dois principais jornais da imprensa negra paulista, O Clarim da Alvorada e A Voz da Raça, procurando compreendê-las no contexto das organizações de solidariedade mútua presentes no Brasil desde o século XIX, e particularmente as sociedades prediais do início do século XX. Em seguida, para melhor compreendermos o teor dessas campanhas, buscaremos recuperar a vasta discussão sobre a questão da casa própria como princípio norteador da economia familiar brasileira e também da definição das políticas públicas de habitação ao longo no século XX. Em termos metodológicos, procuramos nos amparar nos artigos e anúncios da imprensa negra e da imprensa geral da época, para capturar a centralidade e a importância atribuída à casa própria junto à opinião pública do período. Essa discussão será cotejada com os debates já consolidados pelos autores que discutem os temas relacionados às campanhas negras em favor da casa própria, à política pública de habitação e à própria discussão em torno da centralidade da aquisição da casa própria no Brasil.

RACISMO AMBIENTAL NO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO:
AS INJUSTIÇAS E AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA GARANTIA DO DIREITO DOS ATINGIDOS(AS) NO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA/MG

Laura Lanna Carneiro - UFJF, lauralannac@gmail.com
Amanda Fernandes de Oliveira - UFOP, arq.amandafernandes@hotmail.com

O rejeito proveniente do rompimento da Barragem de Fundão decaiu sobre populações estruturalmente negras. Tal fato, somado a trajetória da escolha do local de alocação da barragem de rejeito caracterizam um processo de racismo ambiental. Este racismo é reforçado na reconstrução do município de Barra Longa, sendo visível a distinção no tratamento e nos processos de escolhas, notadamente entre as zonas rurais e a zona urbana, exercida pela Fundação Renova. A partir de relatos dos atingidos(as), da assessoria técnica AEDAS e das percepções das autoras, este artigo pretende evidenciar a mobilização e luta das comunidades rurais por seus direitos, assistido pela presença dos movimentos sociais no território. As reflexões apontam a importância do movimento social para construção da verdadeira participação das populações atingidas na luta pela reconquista do seu território e dos seus modos de vida, além de apontar questões sobre as injustiças ambientais na perspectiva do racismo ambiental.

MULHERES, DIREITO E MOVIMENTOS SOCIAIS:
ETNOGRAFIA DA ADVOCACIA FEMINISTA E ANTIRRACISTA NO BRASIL

Andressa Lidicy Morais Lima - UnB, andmoraislima@gmail.com

O objetivo deste artigo é refletir sobre a efervescência de ações coletivas protagonizadas por advogadas feministas em torno da construção de um novo campo de estudos e lutas sociais, isto é, a advocacia de causa feminista e antirracista. No Brasil, assim como na América Latina, destaca-se uma forte atuação e engajamento na esfera pública, em particular, na esfera do direito, envolvendo operadoras do direito na produção deste novo tipo de ativismo dentro do Direito e do Poder Judiciário. O presente trabalho é um esforço para compreensão desse novo fenômeno social a partir do ponto de vista de nossas interlocutoras: advogadas feministas que fazem parte da ONG TamoJuntas, coletivo ativista com sede em Salvador (BA). Com base em pesquisa etnográfica (observação participante e entrevistas em profundidade) coloco em

relevo as experiências vividas e de ativismo judicial das mulheres engajadas no coletivo TamoJuntas e tento compreender de que modo as mesmas constroem suas identidades pessoais e introduzem novas sensibilidades morais na prática jurídica. Procuro conhecer as "gramáticas morais" que guiam suas agências biográficas, assim como suas experiências de engajamento social; e de que modo este modo prático de ação coletiva vem sendo alavancado na esfera do direito. De modo geral, o trabalho é parte da pesquisa de tese de doutoramento que investiga a relação entre Movimentos Sociais e Direito a partir do fenômeno Cause Lawyers, dando ênfase no tratamento interseccional.

> ST_06 >**05**

MOVIMENTOS SOCIAIS PÓS JUNHO DE 2013. COORDENAÇÃO: CIBELE SALIBA RIZEK, EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE E LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 5

JUVENTUDE E OS SENTIDOS DA MOBILIDADE NO CICLO DE MOBILIZAÇÕES PÓS-JUNHO DE 2013
Paolo Colosso - USP, paolocolosso@gmail.com

Tendo a cidade de São Paulo como recorte, este artigo tem o objetivo de analisar a capilarização da pauta da mobilidade urbana no tecido social e na opinião pública, em grande medida como desdobramento de mobilizações de junho de 2013, mas também como sinais de um momento histórico caracterizado por Luc Boltanski e Chiapello como um "mundo conexionista". Para tanto, a apresentação é dividida em dois momentos. No primeiro mostramos que a pauta da mobilidade transborda para movimentos sociais de juventude, através de conexões geracionais que os aproximam, mas não os unifica. Observamos essa absorção em três movimentos de juventude, a saber, o coletivo Juntos, o Rua e o Levante Popular da Juventude. No segundo momento, suspendemos o recorte espacial em São Paulo para reconstituir obras de Jean Luc Boltanski, Éve Chiapello e Jeremy Rifkin, que, ao refletirem sobre o contexto histórico-social dos anos 1970 até o início do XXI, defendem que o potencial de deslocamento e acessibilidade, portanto de mobilidade, ganha um papel estruturante na vida social – tanto para a reprodução das relações de dominação e exploração quanto para os horizontes emancipatórios. Nesse patamar mais geral, argumentamos que, nos tempos vindouros, a mobilidade urbana é progressivamente percebida como aspecto intrínseco à mobilidade social, a ponto de borrar os limites entre a primeira e a segunda.

THE HISTORICAL ROOTS OF THE JUNE 2013 PROTESTS AND THEIR REMNANTS
Erick Omena de Melo - Observatório das Metrópoles/IPPUR-UFRJ, erickomena@gmal.com

Given the influence exerted on both Brazilian recent history and on mega sporting events governance, the comprehension of the June 2013 protests is key for those who intend to better understand their consequences and act upon the resulting scenarios. And the unveiling of their historical roots is particularly relevant if we really want to take on such tasks appropriately. In this vein, the paper presents the reconstruction of the processes that led to the June 2013 protests in Brazil, proposing a true "genealogy of the demonstrations cup".

MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE: DISCURSOS COLETIVOS E NARRATIVAS NA CONSTRUÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM NATAL/RN
Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior - UFRN, marcosaureliojunior@gmail.com
Joana Tereza Vaz de Moura - UFRN, joanatereza@gmail.com

O exercício da participação social se faz cada vez mais fundamental, entretanto, tal exercício ainda encontra inúmeros entraves no Brasil, principalmente na juventude. Analisar a inserção da juventude nos novos movimentos sociais e suas narrativas e discursos coletivos nos permite compreender de que forma os jovens estão se organizando, quais são suas bandeiras e as estratégias para construir pautas e demandas para o Estado. Esse presente artigo tem como objetivo analisar o discurso de três movimentos sociais de juventude atuantes em Natal/RN: Levante Popular da Juventude, Pastoral da Juventude e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Analisaremos tais discursos através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) a fim de compreender como as histórias e narrativas de militantes constroem um discurso coletivo e contribuem na construção de mobilizações juvenis na cidade de Natal.

O LEGADO DE JUNHO DE 2013: A PERCEPÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM NATAL/RN
Raquel Maria da Costa Silveira - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, raquelmcsilveira@hotmail.com
Lindijane de Souza Bento Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, almeida.lindijane@gmail.com
João Victor Moura Lima - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, joaovictormlima@gmail.com
Ana Vitória Araújo Fernandes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, avitoriaaf@gmail.com

As manifestações de junho de 2013 foram interpretadas sob diversas óticas. Nesse sentido, áreas distintas do conhecimento, sobretudo as ciências sociais e os estudos urbanos, têm se dedicado nos últimos cinco anos a investigar e tentar compreender, amiúde, as narrativas sobre as Jornadas de Junho de 2013. Assim, o presente artigo objetiva compreender os reflexos dos protestos de junho de 2013, no que tange à gestão democrática da cidade. Para tanto, foram realizadas análises de estatísticas textuais, especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise de Similitude através do software IRAMUTEC com representantes de 4 movimentos sociais urbanos de Natal/RN identificados como mais atuantes em pesquisas anteriores. São eles: (1) Comitê Popular da Copa, (2) Levante Popular da Juventude (LJP), (3) Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) e (4) Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Logo, pode-se ressaltar que os representantes dos movimentos sociais abordados na pesquisa compreendem que a insatisfação da população foi um fator que corroborou para o grande número de manifestantes nos eventos de Junho de 2013, bem como a importância dos espaços institucionais de participação e suas limitações no que diz respeito a efetividade e, por fim, a polaridade político-partidária, expressa em todos os setores da sociedade, foi apresentada como uma dificuldade no processo de diálogo nos espaços institucionais de participação.

PROTESTOS E MEGAEVENTOS: O PANORAMA DAS MOBILIZAÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Aldrey Cristiane Iscaro - IPPUR/UFRJ, aldreycris@hotmail.com

Os megaeventos esportivos vêm ganhando força no país desde a solicitação da candidatura da cidade do Rio de Janeiro em 1995 para a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Como grandes projetos urbanos, tais como os megaeventos esportivos ocorridos no Brasil, desencadeiam uma diversidade de rupturas na cidade, temos como objetivo, aqui, descrever e mapear essas rupturas olhando através dos protestos relacionados aos megaeventos na cidade de Rio de Janeiro durante o período de 2006 a 2016. Para essa pesquisa utilizaremos como material de pesquisa a base de dados pública do 'Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro'. Desta forma, utilizando o banco de dados já existente do Observatório, refinamos a nossa busca extraindo o nosso material de pesquisa, a saber, os protestos relacionados à questão dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, com recorte temporal dos anos de 2006 a 2016. Como metodologia de pesquisa utilizamos a pesquisa bibliográfica e a cartografia.

A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DE AUTONOMIA: MOVIMENTOS SOCIAIS E TRAMAS POLÍTICAS DE AÇÃO NO MORRO DA PROVIDÊNCIA
Felipe Rangel Tavares - PUC Rio, tavares.geo@gmail.com

Abordaremos os movimentos sociais enquanto produtores de espaço, compreendendo que suas ações contém uma repercussão política espaço-temporal, tanto material quanto simbólica e, discutindo a importância dos espaços de autonomia como lugares coletivos de construção de direitos. Apresentamos a noção de "tramas políticas de ação" enquanto proposta de categoria analítica e da ação – no sentido de intervenção política no âmbito do vivido – para evidenciar a necessária articulação multi e transescalar em rede de atores e práticas espaciais de resistência-contestação-profanação, isto é, das possibilidades de ação rebelde em múltiplas escalas espaço-temporais. Neste sentido, a produção de espaços de autonomia a partir dos movimentos sociais se afigura enquanto objeto de pesquisa, cujos objetivos são: a) analisar o processo de produção do espaço na perspectiva dos movimentos sociais de contestação às relações sócioespaciais de dominação; e b) instrumentalizar a produção espacial dos movimentos sociais a partir da noção de "tramas políticas de ação", a partir de um estudo de caso acerca das tensões ocorridas no Morro da Providência, situado no município do Rio de Janeiro.

ST_07 > A QUESTÃO AMBIENTAL

Comissão Científica:
Ana Cláudia Duarte Cardoso – PPGAU/UFPA
Christian Luiz da Silva – PPGTE/UFTPR
Hipólita Siqueira de Oliveira – PPPUR-IPPUR/UFRJ
Humberto Miranda do Nascimento – PPGDE-IEU/UNICAMP
José Gomes Ferreira – PPEUR/UFRN

> ST_07 >**01**

INTERVENÇÕES SOCIOAMBIENTAIS URBANAS: EXPERIÊNCIAS... COORDENAÇÃO: ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO E CHRISTIAN LUIZ DA SILVA

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 1

O DESCIMENTO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE USO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E O PRINCÍPIO IMPLÍCITO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL
Maristela Frederico - Universidade Tecnológica Federal do Para, maristelaadv@yahoo.com.br
Rogerio Allon Duenhas - Universidade Tecnológica Federal do Para, rogerioduenhas@utfpr.edu.br

As Áreas de Proteção Ambiental são Unidades de Conservação que tem por finalidade proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais existentes nesses espaços, com vistas a melhoria da qualidade de vida da população local e também a proteção dos ecossistemas regionais. O presente estudo busca apresentar e discutir as mudanças promovidas pela legislação Estadual na Unidade de Conservação da Área de Proteção Ambiental Estadual do Iraí, situada na Região Metropolitana de Curitiba – Paraná, em face do desenvolvimento sustentável e do princípio implícito da proibição de retrocesso ambiental. Para tanto, adota-se como metodologia a pesquisa de natureza exploratória e descritiva. Os resultados apurados demonstram que a legislação estadual alterou a parametrização do Zoneamento da Área de Proteção Ambiental Estadual do Iraí, permitindo outras formas de uso e ocupação.

PLANEJAMENTO URBANO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS DA RMSP: INTERFACES, CONFLITOS E PERSPECTIVAS
Paula Ciminelli Ramalho - UFABC, paula.ciminelli@gmail.com

Este trabalho propõe uma análise exploratória sobre a relação entre o planejamento urbano e a avaliação de impacto ambiental nas áreas de proteção e recuperação de mananciais da RMSP. A partir de referências teóricas sobre as matrizes do planejamento e as influências das correntes racionalistas, discutimos a relação potencial entre a legislação aplicável às APRM, a AIA e o licenciamento ambiental. Destaca-se a

diversidade de atores e instituições envolvidos na gestão destas áreas que compõe, no momento atual, uma rede complexa de governança. Observamos que, embora tenha havido um aparelhamento institucional relacionado à gestão dos mananciais, muitos instrumentos previstos não foram implantados, fazendo com que a AIA continue sendo aplicada de forma isolada e encontre um cenário carente de ações precursoras, o que pode prejudicar sua eficácia.

ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PROJETO RODOVIÁRIO: ESTUDO SOBRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DE NATAL/RN NA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO RODOVIÁRIO DA AV. MOEMA TINOCO DA CUNHA LIMA (1988 A 2017)

Camila Furukava - UNI RN, camilafurukava@gmail.com
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha - UFRN, dubentes@gmail.com

Os atributos socioambientais das zonas de proteção ambiental – ZPA - afetam e são afetados por projetos rodoviários inseridos em dinâmicas metropolitanas. Todavia, as legislações urbana e ambiental parecem ter pouco alcance sobre os projetos rodoviários, embora o projeto tenha impactos sobre a estruturação urbana e ambiental. Essa questão foi identificada em Natal, onde se evidenciou que mesmo na ZPA 9, uma Zona de elevada fragilidade socioambiental, o projeto rodoviário da Av. Moema Tinoco da Cunha Lima, apresentou tipologia padronizada, que pouco dialogou com seu entorno e tencionou as transformações no uso e ocupação do solo possíveis de comprometer a proteção da ZPA. Dessa maneira, tem-se como objetivo discutir a atuação da legislação ambiental no processo de elaboração e implantação de projeto rodoviário em ZPA. Concluiu-se que a legislação ambiental pouco apresenta parâmetros capazes de orientar a consideração dos atributos socioambientais nos projetos rodoviários.

URBANISMO E AMBIENTALISMO: DA SEPARAÇÃO À COEXISTÊNCIA SOCIOECOLÓGICA

Heliana Faria Mettig Rocha - UFBA, helianamettig@ufba.br

Muitos estudos buscam enfrentar as contradições do sistema dominante pela luta social para alcançar transformações sociais. Este texto apresenta outros olhares que compreendem as práticas comunitárias emergentes em lugares de moradia e convívio como potencialidades no campo das transformações socioespaciais. Parte-se da retomada da origem de duas vertentes do campo propositivo de ação, urbanística e ambientalista, que emergiram de forma independente, caminharam em paralelo, coexistiram, mas raramente convergiram em ações concretas no ambiente construído. Apresenta-se um método de leitura das práticas identificadas em territórios sob assistência técnica para indicar caminhos para seu fortalecimento, apontando para coexistência socioecológica.

DESIGUALDADES, CONFLITOS E INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS
COORDENAÇÃO: ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO E HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 1

DETERMINANTES SOCIOAMBIENTAIS COMO FOCO PARA DEMARCAÇÃO TERRITORIAL: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SACO BARREIRO

Alexandre Coelho Ferreira - CEDEPLAR/UFMG, acferreira@cedeplar.ufmg.br
Klemens Augustinus Laschefski - IGC/UFMG, klemens.laschefski@gmail.com

O presente estudo analisa o conflito ambiental localizado no município de Pompéu/MG entre a Comunidade Quilombola Saco Barreiro e uma empresa sucroalcooleira. Seu principal objetivo é apresentar os "determinantes socioambientais" que deverão ser fundamentalmente levados em conta para a demarcação territorial da comunidade. Esses determinantes são fatores que influenciam atualmente na qualidade do ambiente como um todo (água, solo, ar) e que interferem nos modos de vida dos quilombolas (condições de reprodução no espaço, possibilidade de exercício de atividades tradicionais etc.), o que, por consequência, afeta o território e as territorialidades do grupo. Como forma de alcançar esse objetivo, foram realizados levantamentos de dados primários com trabalhos de campo, envolvendo a realização de entrevistas e construção de cartografia social, e secundários, como pesquisa documental de relatórios técnicos e estudos acadêmicos. Os resultados indicam a necessidade de se pensar uma demarcação territorial que afaste o quilombo da empresa para que o território reivindicado e a ser demarcado possa ser plenamente utilizado, garantindo o retorno das tradições e saúde do grupo.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A CONSTITUIÇÃO DE CONFLITOS, VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS: Um olhar relacional para as cidades de Camboriú e Balneário Camboriú – SC

Stephanie Luise de Pinho - UDESC, stephanie.divinoconceito@gmail.com
Renata Rogowsky Pozzo - UDESC, sul.renate@gmail.com

Os conflitos territoriais urbanos resultam do embate entre modelos de valores da cidade, que podem ser divididos de forma abrangente entre valores de uso e de troca. O artigo demonstra como estes conflitos produzem vulnerabilidades e riscos socioambientais a partir do contexto de duas cidades catarinenses cuja história e tecido urbano estão entrelaçados: Camboriú e Balneário Camboriú. Os desastres socioambientais urbanos, costumam ter sua justificativa de causa e origem atrelados a ocupação irregular dos territórios por parte das classes populares, para desmistificar este discurso, o ensaio revela os processos que ocasionam a ocupação de territórios ambientalmente frágeis. Como resultado, tem-se que a desigualdade social é fator expositor de populações ao risco socioambiental e que o entendimento quanto às causas das tragédias ambientais frequentes no Brasil passa fundamentalmente pelo estudo social da urbanização brasileira.

PESCADORES ARTESANAIS E O COMPERJ -DISCURSOS AMBIENTAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS
Yana dos Santos Moyses - Centro Universitário Celso Lisboa, yanasmoyses@hotmail.com

O artigo analisa as disputas territoriais estabelecidas antes e depois do processo de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) no Município de Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre os anos de 2006 e 2015. Identifica-se nessa disputa o acionamento/construção de dois grandes discursos ambientais concorrentes. De um lado, os agentes do COMPERJ, a partir do uso da categoria de desenvolvimento sustentável, pautada no lócus de enunciação universal, constroem um discurso uno e global. Dentro desse discurso de cunho economicista, o território é compreendido apenas como recurso econômico, passível de negociação, e os pescadores artesanais, como improdutivos, sem conhecimento e degradantes. De outro lado, os pescadores artesanais constroem um discurso ambiental politizado, pautado na diferença, a partir de três categorias-chave: território, identidade e memória. Dentro desse discurso, o território é compreendido como patrimônio de existência e os pescadores artesanais, como sujeitos dotados de saberes e fazeres. Verifica-se que a disputa por discursos ambientais representa uma disputa territorial, bem como por projetos políticos para a Baía de Guanabara.

PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS URBANAS: APONTAMENTOS SOBRE CAMPINA GRANDE – PB
Caline Mendes De Araujo - UFPE, calinemendes@gmail.com
Alexandre Sabino Do Nascimento - UFPB, alexandre.nascimento@upe.br

No Brasil verifica-se uma produção do espaço urbano bastante injusta e perversa, relativa à intensificação de desigualdades históricas. A pior face dessa realidade se apresenta nos espaços pobres nos quais engodos sociais e ambientes se aliam, constituindo as problemáticas socioambientais. Tais realidades não são exclusivas dos pobres, mas são predominantes entre eles. Assim, tendo como objeto de pesquisa a cidade de Campina Grande, com ênfase no bairro do Pedregal, o objetivo do estudo é desvendar as nuances da relação entre problemáticas socioambientais e atuação dos agentes produtores do espaço, como o Estado e os agentes do mercado imobiliário. Para tanto, utilizou-se dos procedimentos metodológicos a seguir: levantamentos bibliográficos sobre o tema, registros fotográficos, contatos assistemáticos com moradores, visitas in loco (juntamente com a Defesa Civil). A partir do exposto, considera-se fundamental o papel do Estado e do mercado imobiliário na produção do que ora chama-se, aqui, de injustas socioambientais urbanas, ligadas sobretudo aos problemas de moradia e de saneamento básico.

DESIGUALDADE AMBIENTAL NO SERTÃO DA BAHIA: O PROJETO PEDRA DE FERRO EM CAETITÉ
Diego Henrique Santos Brito - UESB, degobrito@yahoo.com.br
Nelma Gusmão de Oliveira - UESB, nelmaoliveira@hotmail.com

Este trabalho estuda os conflitos ambientais em curso na região de Caetité, BA, desde a implantação do Projeto Pedra de Ferro de extração de minério de ferro. À luz das reflexões apresentadas pelo Coletivo de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental, a pesquisa mostra que, a despeito da capacidade de geração de emprego formal e informal e da dinâmica que confere à economia regional, este modelo de desenvolvimento, baseado nas metas de "eficácia competitiva", amplia o conflito ambiental e utiliza práticas do que Harvey (2004) chama acumulação por espoliação, resultado em uma profunda desigualdade socioambiental.

DA PROTEÇÃO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: ENTRE O PENSAR E O AGIR
COORDENAÇÃO: ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO E HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 1

PROTEÇÃO AMBIENTAL E CONFLITOS TERRITORIAIS:
REFLEXÕES A PARTIR DAS BORDAS METROPOLITANAS DE NATAL/RN
Ruth Maria Da Costa Ataide - UFRN, rataide_58@hotmail.com
Nathalia Azevedo de Melo - UFRN, nathaliaazmelo@gmail.com

Desde meados da década de 1980, os temas relacionados ao planejamento ambiental e urbano e a garantia do direito à moradia têm ganhado destaque na agenda de debates da sociedade e da produção da política urbana nas esferas de governo. O presente artigo discute as fragilidades socioambientais da Região Metropolitana de Natal, destacando os conflitos territoriais e normativos presentes nos limites dos municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim e Extremoz. Evidenciam-se as dificuldades de efetivação das normativas ambientais e urbanísticas aplicadas aos espaços protegidos contínuos das bordas desses municípios, assim como a ausência de gestão metropolitana. Essas constatações comprometem às determinações do Estatuto da Cidade incorporadas aos Planos Diretores municipais, assim como do Estatuto da Metrópole, que orientam para a garantia do direito à cidade e do equilíbrio socioambiental.

BUEN VIVIR, HABITAT E A QUESTÃO AMBIENTAL
Janaina Marx - Universidad Central del Ecuador, janainamarx@gmail.com

As lutas sociais desenvolvidas na América Latina promoveram disputas por espaços de poder que levaram à instauração de uma onda de governos progressistas na última década, fomentando processos que buscavam uma profunda transformação social no continente. Equador e Bolívia se destacaram pela incorporação de pautas originadas desde os movimentos indígenas e campesinos em seus marcos legais sintetizados no buen vivir. O termo buen vivir é inspirado nas expressões sumak kawsay e sumaq qamaña, dos grupos indígenas kichwa y aimara. Portanto, os povos indígenas são a fonte de inspiração para a renovação do pensamento de esquerda. O Estado equatoriano avançou ao considerar a universalização dos direitos sociais como um requisito para alcançar o buen vivir, entre eles o direito ao habitat e à moradia. Com isto novas exigências, como a sustentabilidade e a função ambiental da propriedade passam a existir. A construção de alternativas inspiradas neste conceito deve considerar uma relação mais harmônica entre homem natureza, partindo do questionamento da concepção burguesa da natureza. Neste sentido, este trabalho analisa a experiência da Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria desenvolvida no sul de Quito, trazendo elementos para o debate sobre a construção de alternativas desde o habitat para a promoção do buen vivir.

O RIO DA COSTA E SUAS FASES DE TRANSFORMAÇÃO. DE RICO MANANCIAL HÍDRICO AO "VALÃO"
Eliomar Venâncio de Souza Filho - Universidade Vila Velha, arquiteto@heliomarvenancio.com.br
Giovanilton Andre Carretta Ferreira - Universidade Vila Velha, giovanilton.ferreira@uvv.br

A retificação dos Canais da Costa e Guaranhuns no município de Vila Velha no Espírito Santo nas décadas de 1950, coincidiu com uma época de grandes mudanças sócio econômicas estruturais no estado, que fizeram milhares de trabalhadores rurais se deslocassem para a Grande Vitória atrás de oportunidade de emprego. A cidade de Vila Velha não estava com infraestrutura preparada para receber estas milhares de pessoas em tão pouco tempo, ocorrendo assim ocupações em áreas de morros, beira de córregos e rios para construção de moradias, situação que se agravou nas décadas seguintes. Hoje estas faixas que margeiam estes canais são áreas degradadas e marginais para a cidade. O presente artigo tem por objetivo compreender a dinâmica da ocupação das áreas destes mananciais, e suas consequências.

AS TRANSFORMAÇÕES QUE OCULTARAM OS RIOS DE SÃO PAULO: UM MODELO URBANÍSTICO A PARTIR DOS PROJETOS DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO RIO TIETÊ.
Afonso Celso Vanoni De Castro - Faculdade De Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, afonso.castro@mackenzie.br
Angélica Tanus Benatti Alvim - Faculdade De Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, angelica.alvim@mackenzie.br

O espaço é composto de materialidade e vida. Compreendê-lo implica analisar suas configurações territoriais como conjuntos de objetos artificiais e naturais em permanente alteração, que desempenham funções originais herdadas, incorporam novas ou simplesmente são destruídos de acordo com as necessidades funcionais das sociedades. A industrialização e emergência do capitalismo aceleraram essas dinâmicas. Permanência, mudança, ou o desaparecimento dependerá da existência de significado sociocultural, da funcionalidade e da dinâmica econômica da sociedade. Esses conceitos fundamentam a análise das transformações da urbanização na cidade de São Paulo e de seus rios, entre os séculos XIX e XX, propostas pela Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê. Pretendem revelar ideias que os transformaram em infraestrutura de drenagem, suprimindo navegabilidade e, sob o véu dos conceitos higienistas, ocuparam várzeas para expansão do capital imobiliário, apagando-os da paisagem e da memória da cidade, forjando ainda um modelo urbanístico.

CONFLITOS ENTRE A AGENDA HABITACIONAL E A AMBIENTAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: SUPERAR A LEITURA SETORIAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA POLÍTICA URBANA
Rayssa Saidel Cortez - Universidade Federal do ABC, cortezrayssa@gmail.com
Vanessa Lucena Empinotti - Universidade Federal do ABC, v.empinotti@ufabc.edu.br

Em consideração a persistência das degradações ambientais e dos processos de injustiça social no meio ambiente urbano, as pesquisas em planejamento podem pautar a democratização do acesso à cidade sob aspectos territoriais, isto é, sociais e políticos. Neste sentido, a Ecologia Política propõe abrir perspectivas para as abordagens interdisciplinares, pois sugere a interpretação de conflitos espaciais sem separar os componentes humanos e não-humanos. O presente artigo consiste em uma síntese de revisão bibliográfica acerca do tema do meio ambiente e seus conflitos com o Direito à Moradia na cidade de São Paulo, além da apresentação do debate feito na agenda da Ecologia Política Urbana em outros contextos, para avançar nas análises da questão socioambiental no desenvolvimento urbano paulistano. Por fim, ao discutir esta perspectiva teórica e prática, o artigo se posiciona como uma proposta às pesquisas que busquem a efetivação de maior justiça socioambiental nas cidades brasileiras.

A ÁGUA COMO ELEMENTO COTIDIANO EM PAISAGENS URBANAS:
O CÓRREGO BREJO COMPRIDO EM PALMAS – TO
Beatriz Barbosa Cordeiro - UFT, biabbc7@gmail.com
Ana Beatriz Araujo Velasques - UFT, biavelasques@mail.uft.edu.br

A relação da água com as paisagens urbanas pode ser entendida como flutuante; ora os cursos d'água incorporam-se como estruturantes da vida urbana, ora constituem-se como responsáveis pelas proliferações de doenças, inundações e enchentes. Os corpos hídricos, portanto, tornam-se ofuscados das vistas humanas, através de canalizações e aterros. Porém, essas medidas estruturais revelam-se ineficientes e, ainda, prejudiciais aos cursos d'água e ecossistemas circundantes. Desperta-se, então, o interesse em compreender efetivamente a situação e amenizar os prejuízos. A presença da água no cotidiano urbano, além dos benefícios ambientais e estéticos, possibilita que a população desenvolva relações simbólicas com os cursos d'água e incline-se a valorizá-los e preservá-los. Neste estudo, apresenta-se reflexões acerca do Córrego Brejo Comprido, localizado na região central de Palmas – TO. Percebe-se que, a maneira como este córrego mostra-se na paisagem e relaciona-se com os elementos urbanos e os habitantes, influencia diretamente o seu estado de conservação.

> ST_07 >**04**

CIDADE, PARQUES URBANOS E BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO: ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO E HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 1

BIODIVERSIDADE ARBÓREA EM ÁREAS VERDES URBANAS:
CONTRIBUIÇÕES PARA A INFRAESTRUTURA VERDE DE SÃO PAULO, SP
José Ulisses Bezerra França - PPG/CIS – Uninove, movaulisses@hotmail.com
Maurício Lamano Ferreira - PPG/CIS – Uninove, mauriciolamano@uni9.pro.br

Áreas verdes urbanas são fundamentais na prestação de serviços ambientais. Embora o desenvolvimento voltado para o capital tenha prevalecido no planejamento urbano da cidade de São Paulo ao longo do século XX, atualmente nota-se uma preocupação por parte dos órgãos públicos em planejar ambientalmente a cidade, porém dados sobre as área verdes ainda são escassos. O presente trabalho

investigou a biodiversidade arbórea de 13 praças públicas das zonas Leste e Oeste da cidade de São Paulo. Todas as árvores com diâmetro a altura do peito (DAP) > 5 cm foram identificadas por meio de coleta do ramo preferencialmente florido e tiveram o DAP e a altura mensuradas. Foram inventariados 1510 indivíduos, pertencendo a 29 famílias botânicas e 91 espécies diferentes. Deste total, 56,4% eram espécies exóticas, 45,3% nativas e 0,3% indeterminadas. A família botânica mais representativa deste estudo foi Fabaceae e em relação aos grupos funcionais 87% dos indivíduos eram árvores e 13% palmeiras. A partir destes resultados, espera-se contribuir para propostas e planos de manejo da arborização urbana da cidade de São Paulo, no que tange a criação de corredores ecológicos.

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E O DESENHO AMBIENTAL DA CIDADE: CONTRIBUIÇÃO DE UM ESTUDO EM FLORESTAS URBANAS PARA O PLANEJAMENTO ECOLÓGICO DE SÃO PAULO, SP

Mauro Ramon - PPG/CIS – Uninove, ramon.mauro@gmail.com
Maurício Lamano Ferreira - PPG/CIS – Uninove, mauriciolamano@uni9.pro.br

O plano diretor estratégico do município de São Paulo necessita de informações ecológicas para a sua elaboração e execução, no entanto, pouco esforço tem sido feito para aliar estudos ecológicos com o planejamento urbano. Este trabalho testou a hipótese de que poluentes atmosféricos na serapilheira estariam associados ao grau de influência das emissões veiculares e industriais nas áreas circundantes a parques urbanos, sendo esta uma importante informação para urbanistas e stakeholders. Os resultados indicaram decréscimo nas concentrações dos metais em relação ao eixo centro-periferia da cidade. Os dados indicaram o potencial de filtro biológico da vegetação dos parques. Com relação ao chumbo, observou-se que houve uma variação no meio de uma das áreas, indicando que pode haver contribuição do transporte aéreo na contaminação local. Em geral, conclui-se que quanto mais afastado do centro, menores são as concentrações dos metais presentes na serapilheira. Estes resultados destacam a importância de se ampliar os espaços verdes da cidade, na perspectiva de criar um local de atenuação da contaminação atmosférica emitida pela frota automotiva.

PAISAGEM MODERNA, DESENHO AMBIENTAL URBANO E GESTÃO AMBIENTAL: DESCOMPASSOS E OPORTUNIDADES

Cássia Regina Mariano - Universidade Presbiteriana Mackenzie, cassiaregina.mariano@mackenzie.br
Larissa Ferrer Branco - Universidade Presbiteriana Mackenzie, larissa.branco@mackenzie.br

O artigo visa contribuir ao entendimento do conceito de Paisagem entre o período Moderno e Contemporâneo. Investiga a questão ambiental nos instrumentos de gestão urbana, a partir do PIU Setor Central da cidade de S. Paulo. Atualmente o conceito de Paisagem incorporou a interdisciplinaridade constituindo uma ciência resultante de dinâmicas socioambientais que focam a sustentabilidade a partir do processo ambiental em cadeia (Battle, 2011). Essa metodologia fundamenta o Desenho Ambiental Urbano e a Infraestrutura Verde. Os instrumentos urbanísticos analisados mostram-se insuficientes para incorporar questões ambientais como sistema inter-relacionado. A questão ambiental na paisagem urbana necessita de espaços livres como sistema interconectado aos serviços ambientais para: regulação, abastecimento, suporte e cultura. A área central de S. Paulo é setor da cidade com diversidade de espaço livre: sua sequência oportuniza incorporar os serviços ambientais fundamentais ao meio ambiente urbano.

O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA ORLA DE PORTO ALEGRE E A CONSEQUENTE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM: O CASO DA FAZENDA DO ARADO VELHO

Clarissa Maroneze Garcia - UFRGS, clarissamaroneze@hotmail.com

Este trabalho discute a ocupação histórica da orla do Guaíba em Porto Alegre - RS, abordando, em especial, o caso da Fazenda do Arado Velho, localizada no Bairro Belém Novo, no extremo-sul da cidade. O trabalho parte da compressão de que a paisagem sofre sucessivas e sobrepostas transformações conduzidas por fatores políticos, econômicos e culturais, que permeiam a sociedade e o espaço modificando-se continuamente ao longo do tempo. A partir disso entende-se a ligação com o conceito de evolução urbana, o qual permite entender as necessidades da sociedade, as funções e as marcas de um núcleo urbano, traduzidas fisicamente pela estrutura urbana e equipamentos que se configuram em distintos períodos. Assim, a orla e a Fazenda do Arado Velho são utilizadas para entender como a transformação da paisagem e o processo de evolução urbana são resultados de um processo histórico que acompanha a lógica da produção que podem ocasionar desequilíbrios ambientais e a artificialização do natural.

PARQUES URBANOS EM BELÉM DO PARÁ, DO URBANISMO EMBELEZADOR A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

José Júlio Ferreira Lima - UFPA, jjlimaufpa@gmail.com
Flavia Tyele e Souza Souza - SEDUC, flaviatyele@gmail.com

O artigo tem como objetivo relacionar parques urbanos de Belém com a materialização dos princípios de embelezamento e de consciência ambiental no planejamento. Os parques urbanos, antes inscritos no processo de modernização decorrente do desenvolvimento econômico advindo da economia gomífera do final do século XIX e início do XX, passam a ser atrativos de marketing urbano e planejamento estratégico. O artigo enfoca a cidade de Belém como estudo de caso e busca articular a trajetória do planejamento urbano como parte da modernidade em planos diretores. Os primeiros parques urbanos foram criados mais pela paisagem que pela sua função ambiental, seria o caso do Bosque Rodrigues Alves e do Museu Emílio Goeldi com características paisagísticas "artificializadas" em contraposição ao Parque Gunnar Vingren de 2010 e ao Parque do Utinga, revitalizado em 2018. Os resultados permitem o entendimento da interrelação entre a paisagem embelezada e a emergência da consciência ambiental no tema.

CONECTANDO ESPAÇOS LIVRES DIRETRIZES PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO DE MACEIÓ – ALAGOAS

Álvaro Barbosa Gomes de Morais - UFAL, alvaromorais.arq@gmail.com
Maya Neves de Moura Araújo - UFAL, mayanevesm@gmail.com

O Corredor Ecológico de Maceió é constitui uma área livre vegetada proposta pelo Plano Diretor Vigente em 2005, por ligar duas importantes estruturas do Sistema de Espaços Livres da cidade. Contudo, pela ausência de planos e projetos específicos, esse passa por processo um processo degradação ambiental. Nesse sentido, "Conectando Espaços Livres" tem por objetivo propor diretrizes de planejamento estratégico para ressignificar a área. Sua concepção partiu de uma revisão bibliográfica, no qual foram relacionados os conceitos norteadores, como paisagem urbana, sistema de espaços livres e parques urbanos, além da legislação existente. Além disso, realizou-se um estudo de caso, para compreender a implementação de propostas equivalentes. Diante disso, elaborou-se planos e propostas, cuja proposta central é a criação de um parque linear às margens do Riacho do Silva, cujos desdobramentos permitirão consolidar o Corredor Ecológico como área livre significativa à população e ao meio ambiente.

CONTEXTOS ESPACIAIS DA GOVERNANÇA SOCIOECOLÓGICA NO BRASIL
COORDENAÇÃO: CHRISTIAN LUIZ DA SILVA E JOSÉ GOMES FERREIRA

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 1

RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA E GOVERNANÇA NO TERRITÓRIO: ESTUDO DE CASO DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO FRESCO, BLUMENAU, SC.

Bruno Jandir Mello FURB - Universidade Regional de Blumenau, brunomelloarq@gmail.com
Cristiane Mansur de Moraes Souza - FURB - Universidade Regional de Blumenau, arqcmansur@gmail.com
Maria Roseli Rossi Avila - FURB - Universidade Regional de Blumenau, mariaroselirossiavila@yahoo.com.br
Marcos Antonio Mattedi - FURB - Universidade Regional de Blumenau, mattediblu@gmail.com

No Brasil, o aumento populacional combinado com a falta de planejamento participativo e infraestrutura urbana provocou sérias problemáticas socioambientais. Parte-se da premissa de que os desastres socioambientais resultam da ruptura de serviços ecossistêmicos, e que a manutenção desses depende em grande medida da relação ambiente-sociedade. O artigo aborda a resiliência socioecológica e a governança no território da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão Fresco, em Blumenau, SC. É um estudo de caso, de cunho descritivo, exploratório, que cobre a lacuna da escassez de estudos na área e a possibilidade de produção de novos conhecimentos que tratem da temática de governança e resiliência socioecológica aplicados ao planejamento urbano e desenvolvimento regional. Concluímos que a região estudada apresenta alto grau de vulnerabilidade a desastres, com características não resilientes, caminhando para a insustentabilidade. Os resultados apontam para a necessidade de planejamento urbano participativo na região, do fortalecimento da resiliência e do sistema de governança local.

REIDRATAÇÃO DA PAISAGEM COMO PRINCÍPIO INDUTOR DO DESENHO PARA UMA NOVA REALIDADE AMBIENTAL PARÂMETROS E ESTRATÉGIAS PARA PROJETOS SUSTENTÁVEIS E PLANEJAMENTO NA BACIA DO RIO DO PEIXE, NO NORDESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Luis Octavio Pereira Lopes de Faria - Escola da Cidade Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, lifariaesilva@gmail.com
Sidney Carneiro de Mendonça Fernandes - Escola da Cidade Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sidcm.fernandes@gmail.com

Este artigo apresenta questões e material levantados para servirem de base para uma pesquisa referente ao Rio do Peixe, afluente do Rio Mogi-Guaçu, que por sua vez deságua no Rio Pardo, afluente da margem esquerda do Rio Grande, divisa entre São Paulo e Minas Gerais, que é tributário do Rio Paraná. Faz, assim, parte da Bacia do Prata. Sua nascente está próxima a Munhoz, município mineiro na Serra da Mantiqueira (forma-se da união do Rio Fundo com o Rio Correntinha, sendo que ora uma das nascentes destes ora as duas são consideradas como o início do Rio do Peixe) e deságua no Rio Mogi Guaçu na altura de Itapira, município paulista. A pesquisa vai em busca de parâmetros para o planejamento da Bacia do Rio do Peixe em sintonia com experiências que têm como prerrogativa o pensamento multidisciplinar como ferramenta de reflexão e análise para planejamento, a ideia de planejamento holístico do uso do solo, por meio de uma visão sistêmica da paisagem.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DA ÁGUA. O CASO DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Klaus Frey - UFABC, kfrey16@gmail.com
Ruth Cristina Ferreira Ramos - UFABC, ramosruth78@gmail.com
Aldenisio Moraes - UFABC, kfrey16@gmail.com
Ginesio Justino de Gomes Sá - UFABC, ginesiogomes10@gmail.com

Este artigo discute a complexa situação da gestão hídrica na Macrometrópole Paulista, com enfoque no papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas enquanto arenas políticas de deliberação democrática na política ou governança da água. Apoiando-se em resultados de pesquisas recentes sobre (i) a situação da segurança hídrica na escala macrometropolitana; (ii) a gestão da crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo; e (iii) o atual estágio da participação social na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, identificamos entraves nas práticas políticas de planejamento e gestão da água. Por fim, são apresentados alguns desafios centrais e possíveis caminhos de como avançar em direção a uma forma de governança mais democrática da água que busque contornar alguns dos obstáculos mencionados.

ANÁLISE AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO TAMANDUÁ EM APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

Wesley da Silva Belizario - UFG, wesleybelizario@hotmail.com

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a condição ambiental da bacia hidrográfica do córrego Tamanduá, localizada na área urbana de Aparecida de Goiânia/GO. Foi elaborado um Protocolo de Avaliação Ambiental composto por 19 parâmetros específicos para análise de ambientes lóticos. Cada parâmetro recebeu valores 1, 3 ou 5 conforme o nível de degradação. A bacia hidrográfica foi dividida em 5 trechos onde aplicou-se o protocolo. Constatou-se 4 trechos de condição ambiental regular, com ambientes alterados e classificados como ecossistemas de Classe C. Somente 1 trecho enquadrou-se como ecossistema de Classe B, preservado e de boa condição ambiental. Nenhum trecho foi Classe A. De modo geral, a bacia hidrográfica foi enquadrada como ecossistema de Classe C, sendo um ambiente alterado e de condição ambiental regular. A metodologia utilizada foi capaz de proporcionar uma análise efetiva da bacia hidrográfica supracitada e incitar reflexões sobre possibilidades de ações positivas no ambiente.

O CONCEITO DE INFRAESTRUTURA E A GESTÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS. A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE VAZÃO DE BASE EM PROJETOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (BRASIL)

Robson da Silva Moreno - UFABC, robson.moreno@ufabc.edu.br
Sandra Irene Momm Schult - UFABC, sandra.momm@ufabc.edu.br

A inédita concentração populacional em áreas urbanas nesse início de século e os problemas socioambientais correlatos demandam a busca de novos paradigmas que respondam ao suporte das diversas atividades urbanas. Ante a um quadro cada vez mais complexo, a revisão do padrão das infraestruturas, faz parte desse arcabouço. Desde o final do século XX, várias cidades do Norte Global vêm

experimentando profundas revisões conceituais em infraestruturas, em especial, as de drenagem urbana. Assim, a Infraestrutura Verde (IV) emerge como um conceito amplamente divulgado, que vem sendo adotado para mitigar e compensar o quadro crescente de degradação ambiental e, ao mesmo tempo, contribuir na adaptação urbana frente as mudanças climáticas. No âmbito da IV, a gestão das águas pluviais é um dos elementos chave na reversão dos problemas hidroclimáticos e na melhoria da qualidade das águas no meio urbano. No entanto, a abordagem da IV ainda é pouco adotada nas cidades do Sul Global, especialmente na América Latina. Este artigo aborda a gestão de águas pluviais, especificamente a técnica da vazão de base, em projetos em São Paulo e Guarulhos, na Região Metropolitana da São Paulo. A partir das experiências é possível discutir a aplicação do conceito de IV em consonância com as peculiaridades das grandes cidades latino-americanas.

OS LIMITES DA POLÍTICA HABITACIONAL NAS ÁREAS DE RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Lucas Daniel Ferreira - UFABC, ferreira.lucas@ufabc.edu.br
Ligia Santi Lupo - FAU-USP, ligialupo@gmail.com

O presente artigo analisa os desafios da política habitacional nas Áreas de Recuperação e Proteção dos Mananciais (APRM) do Município de São Paulo. Após um breve exame da produção social do espaço urbano das cidades brasileiras em um cenário de urbanização desigual, examina-se a questão ambiental urbana e as consequências da presença da agenda ambiental que legitima os processos de reestruturação urbana nas áreas de mananciais da porção sul do Município de São Paulo. A seguir, identifica-se o histórico da atuação do poder público na política habitacional desde o Programa Guarapiranga até o Programa Mananciais, em sua terceira Fase, a partir da contribuição da experiência dos autores deste artigo. Os argumentos são apresentados na hipótese principal de que os processos de remoções de famílias, concentrados nas APRMs, ocorrem com violações de direitos. Ao final, destaca-se a importância da construção e implementação de uma política habitacional municipal que garanta, acima de tudo, o direito à moradia digna.

ST_07 >**06**

DIMENSÕES DO SANEAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL
COORDENAÇÃO: CHRISTIAN LUIZ DA SILVA E JOSÉ GOMES FERREIRA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 1

TRAJETÓRIA DA DRENAGEM URBANA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS RECENTES DE BELO HORIZONTE

Cristiane Borda Pinheiro - Escola de Arquitetura da UFMG, cristiane.borda@gmail.com
Roberto Eustaáquio dos Santos - Escola de Arquitetura da UFMG, ro1234ro@gmail.com

Novas ideias de drenagem pluvial e medidas de controle de inundações urbanas foram sendo incorporadas nas diretrizes de planos, programas e projetos no Brasil nas últimas décadas. As principais iniciativas no âmbito das políticas públicas em Belo Horizonte, voltadas para o manejo de águas pluviais, a partir do Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDBH) ou contemporâneas a ele são apresentadas e comparadas com os principais preceitos do novo paradigma de drenagem urbana, para verificar em que medida ocorreram mudanças em relação à concepção tradicional e quais os principais desafios para sua implementação e difusão. Embora tenham sido construídas bases legais e institucionais para uma mudança de rumo em relação aos princípios higienistas e positivistas, que preconizam a evacuação rápida das águas pluviais, e que essas diretrizes estejam presentes no discurso de técnicos, políticos e lideranças, elas ainda não estão refletidas de maneira abrangente na prática cotidiana de projeto e gestão urbanos.

CICLO LIXOLÓGICO: MODELAGEM SOCIOAMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREAS URBANAS DEGRADADAS

Bárbara Maria Giaccom-Ribeiro - UFSM Cachoeira do Sul, barbara.giaccom@ufsm.br

Consideradas as mais elevadas formas de organização social, nas cidades também é onde se deflagram as maiores ameaças à urbanidade e à salubridade dos remanescentes de ambiente natural. Estudos e ações para identificação do ciclo de geração, transporte e disposição final dos resíduos sólidos são essenciais para se evitar ou minimizar as destinações indevidas de resíduos e, consequentemente, o comprometimento dos recursos hídricos. Propõe-se conceitualmente o "Ciclo Lixológico" a partir da integração de variáveis relativas ao ambiente físico, às características socioeconômicas da população e às condições da infraestrutura urbana existente, utilizando dados espacializados relativos a características do relevo, dos corpos d'água e do sistema de drenagem, da infraestrutura de acesso e circulação; bem como dados de uso e ocupação do solo; dados demográficos e socioeconômicos, e informações de cobertura e regularidade do serviço de coleta de resíduos. Com base nestas informações, são modelados a geração, o transporte e a acumulação de resíduos sólidos no contexto de uma bacia hidrográfica urbana.

DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS DE URBANIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO RIBEIRÃO GRANDE EM RIBEIRÃO PIRES/SP

Simone Rita Monteiro - UFABC, simonermonteiro@yahoo.com.br

O intuito desta pesquisa é o de analisar as condições do sistema de drenagem urbana das águas pluviais no município de Ribeirão Pires/SP, tendo como foco trecho central do Ribeirão Grande, principal curso d'água do município, que sofreu ações de canalização por conta da urbanização da região central da cidade. A metodologia desta pesquisa é documental e se baseia em registros de documentos produzidos acerca do tema drenagem urbana, complementando os dados encontrados através de visitas realizadas em campo. Como proposta de intervenção, segue um breve estudo sobre a viabilidade de obra de drenagem e pavimentação do trecho seguinte ao analisado, o qual poderá beneficiar diretamente a população residente nas adjacências (aproximadamente 1.000 famílias), bem como todo o município. O interesse neste trabalho nasceu da necessidade de se realizar um estudo, ainda que de forma primária, das condições de drenagem do referido curso d'água, uma vez que até o momento não existem documentos acadêmicos produzidos sobre o tema no município de Ribeirão Pires. Portanto, o estudo poderá futuramente servir como um instrumento de apoio para a revisão do Plano Municipal de Drenagem Urbana, indicando os problemas encontrados, medidas para a mitigação dos mesmos e proposta de planejamento para as condições futuras.

SANEAMENTO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL
Alexandra Albareda - UTFPR, alexandra.albareda@gmail.com
Ricardo Lobato Torres - UTFPR, rltorres@utfpr.edu.br

O presente artigo busca estabelecer um paralelo entre o saneamento das regiões brasileiras com a saúde e o desenvolvimento regional. Dados mundiais e nacionais apontam para a gravidade da questão do saneamento, especialmente com relação aos serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto. Esses problemas sanitários são diretamente responsáveis por inúmeras doenças, cujo tratamento envolve custos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Da mesma forma, a falta de saúde provocada pela falta de saneamento prejudica o desenvolvimento regional. Por meio de pesquisa descritiva, utilizando a análise bibliográfica, documental e de dados secundários, verificou-se haver uma relação entre a carência nos serviços sanitários, os excessivos gastos em saúde por parte do SUS e o desenvolvimento regional.

A ÁGUA OBTIDA ATRAVÉS DE SISTEMAS ALTERNATIVOS AUTOCONSTRUÍDOS EM COMUNIDADES PERIURBANAS: O CASO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO COMITÊ GUANDU, RIO DE JANEIRO
Decio Tubbs Filho - Departamento de Geociências – UFRuralRJ, dtubbs@uol.com.br
Adriana Soares de Schueler - Departamento de Arquitetura – UFRuralRJ, shueler.a@gmail.com
Sueli Yoshinaga Pereira - Instituto de Geociências – UNICAMP, sueliyoshinaga@gmail.com

O uso da água para consumo humano deve ser prioritário, pois garante o direito à vida. Contudo, ainda que a universalização ao acesso água tenha evoluído significativamente, em áreas periféricas a garantia do acesso a ela com segurança, em quantidade e qualidade é um obstáculo a ser ultrapassado, notadamente quando o uso é feito através de sistemas alternativos individuais. A cidade do século XXI ainda se depara com questões da falta de planejamento e em muitas áreas urbanas a forma de captação das águas potáveis representa um dos grandes problemas. Neste trabalho discute-se o arcabouço legal existente acerca do uso da água obtida em sítios perirubanos através de sistemas alternativos autoconstruídos (poços rasos), indicando ações orientativas, usando como referência a área de abrangência do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim, na região Metropolitana do Rio de Janeiro.

SANEAMENTO PARA QUEM? QUADRO DO SANEAMENTO BÁSICO NO LITORAL DE PERNAMBUCO
Josiane Nascimento Andrade - Universidade Federal de Pernambuco, josianenandrade@gmail.com
Larissa de Fátima Santos da Silva - Universidade Federal de Pernambuco, larissaslv02@gmail.com
Cristina Pereira de Araujo - Universidade Federal de Pernambuco, crisaraujo.edu@gmail.com

Este trabalho trata da relação entre o acesso ao saneamento básico e as camadas sociais que ocupam os municípios litorâneos do Estado de Pernambuco. Incluem-se no recorte os aspectos associados à segregação socioespacial, identificando os setores mais bem atendidos pelo serviço de saneamento e os mais carentes neste aspecto. Utilizam-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre os setores censitários dos municípios de modo a compreender quais são as áreas ocupadas por cada camada social e qual sua relação com a provisão de infraestrutura urbana, mais especificamente saneamento básico, através da elaboração de mapas temáticos. Nota-se uma relação entre a proximidade com os centros e a faixa de renda na cobertura de saneamento nestes municípios, revelando que, concordando com os preceitos da produção capitalista, o saneamento no litoral de pernambucano não é para todos.

PRODUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE URBANA: PROCESSOS...
COORDENAÇÃO: CHRISTIAN LUIZ DA SILVA E JOSÉ GOMES FERREIRA

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 1

A CIDADE E A SUSTENTABILIDADE: OS CRITÉRIOS INDICATIVOS DE UMA CIDADE VERDE E SUSTENTÁVEL
Leticia de Souza Barroso - UFF, leticiabarroso@gmail.com

O presente trabalho tem, como fio condutor, o tema sustentabilidade. Para tanto, visando investigar o conceito de sustentabilidade, elegemos o município de Sorocaba, cidade situada no interior do Estado de São Paulo, premiada em diversas categorias e que foi considerada uma das melhores cidades do Brasil. A hipótese inicial é que a elevação da cidade à categoria de cidade sustentável não expressa o que a população local entende por sustentabilidade. Buscamos identificar os indicadores e/ou temas que contribuíram para essas premiações e o seu reflexo na cidade e, de forma complementar, a percepção dos moradores a respeito dos assuntos abordados e seus posicionamentos sobre o que é uma cidade sustentável. O trabalho concluído apresenta resultados que confirmam a hipótese inicial, revelando, ainda, outros aspectos que merecem ser incorporados para se aferir uma cidade sustentável. Apresenta, ainda, diretrizes que devem guiar o planejamento ambiental com vistas à sustentabilidade.

NOSSO DIREITO A CIDADES SUSTENTÁVEIS: A PRESERVAÇÃO, O ACESSO E O CONSUMO DA ÁGUA EM BRASÍLIA.
Yara Maciel Camelo - Centro Universitário de Brasília, yaramcamelo@gmail.com
Paulo Fernando Lisbôa de Vasconcelos - Centro Universitário de Brasília, pauloflvasc@gmail.com
Sávio Tadeu Guimarães - Centro Universitário de Brasília, savio.guimaraes.2010@gmail.com

Amparado em questões vinculadas à gestão do território e seus desdobramentos, o presente trabalho tem como objetivo contribuir com a discussão sobre os atuais desafios do direito à cidade no que se refere a seus recursos naturais. Para tanto, parte de um olhar crítico sobre o conceito de sustentabilidade, trazendo uma análise de aspectos sobre o direito de acesso à água potável como recorte investigado a partir de Brasília e do Distrito Federal. O pano de fundo de tais reflexões é a proteção do meio ambiente como um direito intergeracional, analisando-se parte da legislação e doutrina do campo em associação com referências bibliográficas e casos afins na atualidade.

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Nina Aureliano Apparicio da Silva - IPPUR-UFRJ, ninapp2@hotmail.com

Considerando o destaque do setor de transportes como campo potencial para mitigar impactos negativos das mudanças climáticas e o despontamento do discurso em torno da mobilidade sustentável, o trabalho busca identificar como o tema da sustentabilidade vem sendo incorporado na trajetória de desenvolvimento dos planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro a partir de 2009, naquilo que se refere à mobilidade urbana. Busca-se observar a direção conceitual de cada plano e as mudanças associadas em termos de diagnóstico e proposições, tendo como referência marcos legais e políticos e um conjunto de literatura pertinente. Após apresentar um breve contexto de construção da agenda da mobilidade urbana sustentável, os planos são analisados quanto às relações estabelecidas com o discurso da sustentabilidade. À luz de um referencial teórico, apresenta-se uma reflexão sobre como a narrativa da sustentabilidade vem sendo incorporada como mecanismo de legitimação política e de estratégia de marketing urbano, incidindo no esvaziamento do conceito de sustentabilidade e das intenções de fazerem dele um objetivo concreto e carregado de valor coletivo.

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E CONSUMO CONSCIENTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA CHINA: Transformações nas formas de vida da população local e na produção agrícola global
Marcela Larissa Apolinário Mian - ESALQ/USP, marcelaapolinario.mian@gmail.com

Esse trabalho tem como objetivo apresentar os ganhos políticos e econômicos envolvidos nas medidas e políticas de produção sustentável e do consumo consciente de alimentos na China. Nossa hipótese é que tais políticas, implantadas recentemente, se distanciam do fato de ser apenas um benevolente sinal de preocupação ambiental, envolvendo também questões econômicas (como a redução de gastos e recursos), a preocupação do governo chinês em manter uma boa imagem pública, além da vontade de se inserir em novas frentes financeiras que tem associação direta com os investimentos globais focados na sustentabilidade. Esses fatores, em conjunto, causarão impactos nas formas de vida da população local e na produção agrícola global. São de suma importância para a pesquisa as particularidades de sua estrutura social e fundiária. Assim, consideraremos que se trata de um país cujas políticas públicas voltadas para o urbano e o rural foram historicamente discrepantes. Ademais, antes de analisar a sociedade e o meio ambiente a partir de uma relação de causa e consequência, consideraremos que tais setores sofreram impactos mútuos durante o processo.

AGRICULTURA URBANA: entre a sociedade e a natureza
Fábio De Santis Campos - UFABC, fsantiz@gmail.com
Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos - UFABC, ltravassos@gmail.com

A agricultura urbana tem ganhado a atenção de diferentes pesquisadores nas últimas décadas pela integração com as dinâmicas territoriais das cidades. Embora haja um interesse renovado em um campo multidisciplinar sobre a temática, uma parcela representativa das produções teóricas apresenta dois caminhos de análise, um associando as hortas urbanas pela narrativa da segurança alimentar, sustentabilidade e produção de áreas verdes e outro apontando as atividades agrícolas urbanas, direta ou indiretamente, na lógica do capitalismo neoliberal. Ambas abordagens não consideram o nexo sociedade-natureza, portanto negligenciam o potencial das hortas urbanas em propor metas sociopolíticas mais amplas e consistentes. Nesse sentido, as contribuições teóricas de natureza social da geografia crítica e hibridismo sociedade natureza da ecologia política urbana podem dar contribuições para uma compreensão ampla sobre os potenciais e limites da agricultura urbana nas mudanças sociopolíticas e ecológicas das cidades. Este artigo busca evidenciar o que tem sido discutido sobre a temática e um apontamento de direção com estudo de caso de agricultura urbana.

> ST_07 >**08**

ANTES DO DESASTRE O RISCO... A EMERGÊNCIA SOCIOAMBIENTAL EM DEBATE
COORDENAÇÃO: HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO E JOSÉ GOMES FERREIRA

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 1

MOBILIDADE ESPACIAL E DESASTRES AMBIENTAIS:
ELEMENTOS DA RELAÇÃO POPULAÇÃO E AMBIENTE NO CONTEXTO URBANO
Érica Tavares - UFF, ericatavr@gmail.com

O processo de ocupação e apropriação do espaço pelos grupos sociais é fundamental para compreender a relação entre população e ambiente no contexto urbano. O objetivo deste artigo é tratar sobre os processos de mobilidade espacial no contexto de desastres ambientais na cidade, como as inundações, a partir da percepção dos sujeitos que vivenciam tais situações. A localidade de Ururaí, em Campos dos Goytacazes/RJ, apresenta um histórico de desastres relacionados à água, como os alagamentos e inundações, acompanhado de intervenções do poder público municipal na remoção de famílias sob a construção do discurso de que estão em áreas de risco. A metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa de survey domiciliar, com aplicação de questionários no recorte territorial definido como áreas afetadas por inundações na referida localidade. Os resultados mostram a ocorrência de uma expressiva mobilidade residencial na área, impulsionada em parte pelas questões ambientais, aliadas a mecanismos autoritários que levaram a remoções de famílias, também foi possível notar que operam lógicas de escolha e/ou constrangimento no processo por parte da população.

ÁREAS DE RISCOS: PONTOS DE INUNDAÇÕES IMPACTOS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS/SP

Simone Bandeira de Souza - PUC-CAMPINAS, simone.bandeira.souza@gmail.com
Camila Fernanda Ignácio - PUC-CAMPINAS, camilafignacio@hotmail.com
Carina Giovana Cipriano Carvalho - PUC-CAMPINAS, carina.arq11@gmail.com

A intensificação do processo de urbanização da cidade de Campinas (1970) promoveu novas ocupações humanas, transformando a paisagem e as relações com os espaços dos cursos d'água, através do ambiente construído com seus equipamentos urbanos. O alto processo de urbanização verificado nas últimas décadas, em especial nas chamadas cidades médias, corroborou para que problemas ambientais urbanos se intensificassem de maneira generalizada. As variáveis apresentadas pelo fenômeno das inundações têm se constituído como uma das mais relevantes por acarretar danos nas esferas socioambientais. Neste sentido o presente artigo aborda as áreas de riscos, tendo como destaque, os pontos de inundações. Objetiva-se traçar um paralelo relacional entre o processo de urbanização e os pontos de inundações da sub-bacia hidrográfica do Tanquinho. Apresentam-se os pontos das áreas de risco que são altamente urbanizadas.

RISCO PARA QUEM? A INTRUMENTALIZAÇÃO DO "RISCO" CONTRA O DIREITO À CIDADE

Florence Marcolino Barboza - UFF, florencemarcolino@id.uff.br

O presente artigo é parte da pesquisa de dissertação de mestrado que tem por objetivo geral a partir de uma perspectiva crítica, analisar e discutir o discurso ambiental nas políticas urbanas de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, com destaque para a instrumentalização do risco. Utilizando assim, como ponto de partida e base empírica o estudo de caso em Ururaí, Campos dos Goytacazes (RJ) das famílias removidas de "áreas de risco" sujeitas a inundações no bairro, a fim de compreender o que está em jogo com a instrumentalização do discurso ambiental. O que por sua vez poderia nos informar como a dimensão ambiental favorece a ideologia de um discurso normativo de gestão e planejamento urbano e regional em nome do ambiental. Essa concepção tem na geopolítica atual o discurso (em sua vertente dominante) da sustentabilidade como nova forma de colonização/exploração da natureza ("natureza" esta entendida como mercadoria). A presente pesquisa está inserida no campo da geografia sócio(ambiental) mediante o olhar da ecologia política urbana, e tem como temática central discutir e analisar a questão ambiental nas políticas públicas urbanas de Campos no contexto do capitalismo, a partir das categorias da injustiça ambiental e injustiça social. Diante disso, buscamos compreender e discutir as relações sociais e de poder que se abrigam no interior dos processos as mudanças e dinâmicas que parecem-nos modelar a cidade do "ambiente único" – a cidade dos negócios. Portanto, a pesquisa refere-se à busca de um debate epistêmico, teórico e político de esclarecimentos conceituais e metodológicos relevantes que parece-nos possibilitar compreender o que está em jogo com a ambientalização do planejamento urbano.

DECRETAÇÃO DE EMERGÊNCIA: TRÊS ALERTAS DIANTE A BANALIZAÇÃO DE CRISES

Norma Valencio - Universidade Federal de São Carlos, norma.valencio@ufscar.br

Esse estudo foca três pontos para a discussão dos desastres no Brasil. O primeiro é como práticas institucionais de decretação de emergência indicam o fracasso da gestão pública do espaço diante fatores ambientais conhecidos, normalizando formas excepcionais e menos transparentes de gestão. Isto é, uma vez dada a incapacidade pública para evitar efeitos adversos recorrentes, a narrativa oficial autorizamodos conflituosos de deliberação, desde intervenção sobre a base física até o modo de interação com os sujeitos afetados. Isso afronta princípios de boa administração e proteção à dignidade humana. O segundo ponto trata do viés autoritário dos mecanismos que são empregados na crise para validar processos de higienização social e restrição das possibilidades dialógicas de gestão. O terceiro aspecto é o esgarçamento do tecido social local devido às tensões que a crise gera. Tais aspectos são tratados a partir de pesquisa documental, pontuados com casos, fruto de pesquisa de campo.

ZEIS DE VAZIO E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Bruno Avellar Alves de Lima - Universidade de São Paulo, bruno.avellar.lima@gmail.com
Letícia Stevanato Rodrigues - Universidade de São Paulo, leticiastevanato1@gmail.com
Silvia Helena Zanirato - Universidade de São Paulo, shzanirato@usp.br

A urbanização paulistana se fez de forma rápida e excludente levando à ocupação periférica de áreas ambientalmente frágeis pela população de baixa renda. Nesses espaços, riscos ambientais se sobrepõem às privações sociais e econômicas da população pobre, conformando situações de vulnerabilidade socioambiental. Políticas de inclusão social são fundamentais para o enfrentamento das vulnerabilidades na periferia paulistana, porém, há que se ter prudência quanto a outros riscos que se encontram em áreas urbanas consolidadas e que podem reafirmar os processos de vulnerabilização. Este artigo visa discutir as potencialidades e limites das ZEIS de vazio como instrumento de enfrentamento dos processos de vulnerabilização da cidade de São Paulo, por meio de análise dialética do processo de expansão periférica, que expõe a população de baixa renda a riscos geológicos, e a produção de habitação social na malha urbana consolidada que, por sua vez, pode apresentar riscos associados à contaminação.

UMA ANÁLISE AMBIENTAL DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JOANES – IPITANGA – AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CAMAÇARI

Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade - UFBA, filipetrindade551@hotmail.com

O trabalho tem como objetivo realizar uma analise ambiental, da Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes - Ipitanga, trazendo questões referentes a analises de lesgislação pertinentes, além dos impactos gerados nos últimos anos, principalmente por conta do processo de ocupação que ocorre nas localidades de Jauá e Abrantes. No presente trabalho buscou-se compreender a dinâmica da urbanização litorânea em áreas de preservação permanente de dunas das localidades de Jauá e Abrantes, situadas do município de Camaçari-BA, processo esse que vem se acentuando na região do litoral nordeste baiano, com a implantação da rodovia BA-099, em 1975.

ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL
COORDENAÇÃO: HIPÓLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA E HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 1

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS PARA A MUDANÇA DO CLIMA: IPTU COMO INSTRUMENTO DE INCENTIVO À MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS URBANOS

Luisa Aguilar Lopes - PUCPR, luisaaguilarlopes@gmail.com
Denis Alcides Rezende - PUCPR, denis.rezende@pucpr.br

A adoção de estratégias e instrumentos para a redução de emissões de gases de efeito estufa é um dos componentes para que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira sustentável. O objetivo foi verificar a regulamentação do IPTU e sua caracterização como instrumento de incentivo à melhoria da eficiência energética de edifícios urbanos. A metodologia de pesquisa compreendeu um estudo bibliográfico e documental nos cinco municípios mais populosos do Brasil, seguido de um estudo de caso no município de Salvador/BA. Apesar da tendência de inclusão da modulação de alíquotas do IPTU como modalidade de instrumento fiscal pelos municípios, Salvador é o único que atualmente contém um programa regulamentado e em execução em seu território. A conclusão reitera a possibilidade de aplicação do IPTU na implementação de estratégias municipais de mitigação às mudanças climáticas, e na contribuição para a promoção de um ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

ICMS-ECOLÓGICO NA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE POLÍTICAS PÚBLICAS INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO PARANÁ

Cleomar Mariani - UTFPR, cleomar.mariani1969@gmail.com
Ana Paula Myszczuk - UTFPR, apmyszczuk@gmail.com

Tem como objetivos analisar o modo como se dá a distribuição do ICMS-Ecológico às áreas de conservação e preservação ambiental e demonstrar a efetividade dessa forma de política pública. Para isso foram utilizados como métodos a pesquisa bibliográfica, abordando-se, além das principais características do ICMS-Ecológico, conceitos e teorias relevantes sobre o tema em questão, e também a pesquisa documental, reelaborada para melhor abstração de seu conteúdo. Como resultados têm-se uma reflexão sobre a relevância da implementação de políticas públicas ambientais e, mais especificamente, a comprovação de que a escolha dos indicadores ambientais deve estar voltada a unidades de conservação reconhecidas pelos poderes públicos e atendidas por meio do ICMS-Ecológico. Esta pesquisa permitiu concluir que o ICMS-Ecológico tem representado acima de tudo um incentivo para a conservação ambiental, e não apenas um instrumento de compensação ou mera contribuição para essa prática.

MEIO AMBIENTE E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNDO AMAZÔNIA E A ATUAÇÃO NORUEGUESA NO BRASIL

Juliana Ferreira Romeiro - IPPUR/UFRJ, jfromeiro@gmail.com

O tema meio ambiente ganha destaque nas arenas públicas na atualidade e apesar de ser um conceito em disputa e apropriado de diferentes formas, prevalece no cenário internacional a concepção fundamentada na valoração da natureza. A preservação da floresta amazônica aparece como fundamental pelo grande estoque de biodiversidade, de recursos naturais e regulação do ciclo das águas e do clima. Seus serviços deveriam ser remunerados e a constituição do Fundo Amazônia dá-se neste contexto. Tendo a Noruega como principal financiador a iniciativa completou 10 anos em 2018 e é gerenciada no Brasil pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este artigo busca compreender que discursos e práticas sobre o meio ambiente estruturaram esta cooperação e como se construiu um problema relacionado a preservação da Amazônia em escala internacional onde a solução (já posta) limita-se a financeirização da floresta, garantindo a continuidade de um modelo de acumulação predatória sem mudanças na forma de inserção da economia brasileira internacionalmente, desconcentração regional ou em promoção de justiça social e ambiental.

FUNDO AMAZÔNIA: SUSTENTABILIDADE E CONTROVÉRSIAS

Danilo Caporalli Barbosa - UFMG, danilocb90@hotmail.com
Henrique Dias Porto - UFMG, henporto@gmail.com
Natacha Silva Araújo Rena - UFMG, natacharena@gmail.com

Em 2017, o Fundo Amazônia (FA) foi tema de debate após o anúncio de cortes de doações pelo Governo norueguês. Na ocasião, a justificativa de aumento nos índices de desmatamento representou uma redução de R$200 milhões em investimentos direcionados para projetos com a União, Estados e Municípios, além de 57 Organizações da Sociedade Civil. A postura da Noruega de mecenas da Amazônia segue uma estratégia do país de pautar o discurso da Sustentabilidade no mundo. Neste sentido, abordaremos esse discurso como ator na rede de transformações territoriais e políticas. Para compreendermos melhor as relações e conexões entre os atores que compõem esta rede, apresentaremos o FA, o contexto de sua criação, a parceria entre Brasil e Noruega e o modelo institucional implementado na gestão do fundo. Assim, aplicamos a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012) para buscar as controvérsias entre os relatos de sua criação e funcionamento, levantando novos questionamentos e campos para investigação.

ICMS ECOLÓGICO EM ASSENTAMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

Nilton Bezerra Guedes - UTFPR, niltonguedes@alunos.utfpr.edu.br
Antonio Gonçalves de Oliveira - UTFPR, agoliveira@gmail.com

O presente artigo trata do potencial incremento de recursos por meio do ICMS Ecológico no município de Ortigueira/PR, ao transformar as áreas de Reserva Legal - RL dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, uma modalidade de reserva ambiental. O ICMS Ecológico é disciplinado pela Constituição Federal e cada estado cria seu incentivo para o repasse de 5% aos municípios, que devem satisfazer critérios regidos por lei estadual. O tema é um incentivo aos municípios para a conservação e preservação dos recursos ambientais e foi observado um interessante incremento na

arrecadação do município, que possui 09 Projetos de Assentamento, e uma considerável área destinados a Reserva Legal - RL. A conclusão é de que esta transformação de RL em RPPN agrega valor significativo na arrecadação e o recurso, apesar de não ter destinação determinada, poderia ser direcionado para o desenvolvimento socioeconômico dos Projetos de Assentamento ali implantados.

HABITAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM SÃO PAULO: POTENCIALIDADES E LIMITES DA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS VAZIOS NO CENTRO COMO MEDIDA DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO.
Bruno Avellar Alves de Lima - Universidade de São Paulo, bruno.avellar.lima@gmail.com
Silvia Helena Zanirato - Universidade de São Paulo, shzanirato@usp.br

A vulnerabilidade da RMSP às mudanças climáticas associa-se ao seu histórico padrão periférico de expansão urbana, o qual foi responsável pela ocupação de áreas ambientalmente sensíveis. A produção estatal de extensos conjuntos habitacionais teve papel chave na consolidação de práticas predatórias e socialmente excludentes de provisão habitacional para as classes de baixa renda. As políticas de habitação social que incorporam como alternativa a reabilitação de edifícios vazios no centro de São Paulo podem contribuir tanto como medida de adaptação, adensando os espaços consolidados da cidade e evitando a ocupação de áreas de risco, quanto mitigação, já que o uso do estoque edificado pressupõe menores emissões de gases do efeito estufa frente à produção de edifícios novos. Partindo do quadro descrito é que se encerram as discussões promovidas pelo presente artigo.

> ST_07 >**10**

IMPACTOS AMBIENTAIS SOCIALMENTE REGULADOS: PRODUTOS... COORDENAÇÃO: HIPÓLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA E HUMBERTO MIRANDA DO NASCIMENTO

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 1

ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS NO PERÍMETRO IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI-RN
Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho - UFERSA, jorge.filho@ufersa.edu.br
Anderson Rodrigo da Silva Lunes - UFERSA, anderson_lunes@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo identificar os impactos ambientais do perímetro irrigado na Chapada do Apodi-RN. Para a obtenção dos dados foram realizados levantamentos bibliográficos, visitas in loco e caracterização dos impactos com base nas etapas realizadas no processo produtivo dos empreendimentos implantados na região. Constatou-se que embora as atividades desenvolvidas pela agricultura irrigada na área proporcionam impactos positivos, como a geração de emprego e renda. Entretanto, evidenciaram-se impactos negativos, como: o comprometimento das atividades tradicionais das comunidades rurais, falsa expectativa de emprego, supressão vegetal, escassez hídrica, uso de agrotóxicos, danos à saúde da população, concentração de renda, alteração de microhabitats, alteração da paisagem natural, geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos, aumento das emissões atmosféricas e êxodo rural. Portanto, infere-se que na área investigada necessitam de ações gestão ambiental para atenuar a problemática.

PERCEPÇÃO E EMPREENDIMENTOS EÓLICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO DE GALINHOS/RN
Caroline Souza dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, devaneios.c@gmail.com

Diante da crescente demanda energética e da compatibilização com pressupostos de sustentabilidade, queríamos compreender como esta energia dialoga dentro do território, ou seja, como as pessoas vivenciam estes empreendimentos eólicos? Diante dessa relação Sociedade e Ambiente, escolhemos investigar o município de Galinhos/RN, uma vez que a implementação dos parques eólicos na localidade causou conflitos com relação à localização dos parques nas dunas. Assim, esta pesquisa fruto da dissertação teve como objetivo a investigação da percepção de moradores de Galinhos sobre os empreendimentos eólicos e a identificação das associações feitas entre energia eólica e meio ambiente na perspectiva da percepção ambiental, a partir de um desenho metodológico qualitativo em que se utilizou entrevistas semiestruturadas, diário de campo e fotografias como instrumentos para a composição das narrativas.

O RECENTE (RE)INTERESSE DO SETOR MINERÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BH: NA DIREÇÃO DE UMA AUTO-REGULAMENTAÇÃO DO SETOR?
Flavio Danilo Torre - EHESS Paris, flavio.torre@hotmail.com

A investida de mineradoras na RMBH tem suscitado preocupações face a impactos em diferentes dimensões do espaço ocupado por aproximadamente 6 milhões de pessoas. Dentre elas, o fato de os empreendimentos estarem em áreas de recarga para mananciais que abastecem os pontos de captação de água da região, configura-se em real ameaça ao bem-estar da população. Outras preocupações referem-se à emissão de particulados, trânsito de veículos pesados e implantação de barragens de rejeitos. Mesmo a justificativa econômica tem suscitado questões, pois o chamado retorno social torna-se irrelevante frente a potenciais danos ambientais. Cabe dizer ainda que a dependência em relação a tal atividade e o não incentivo à diversidade econômica tendem a produzir efeitos perversos no médio/longo prazo. No entanto, verifica-se que processos de licenciamento do setor tem tido análises céleres por órgãos ambientais e, em geral, medidas mitigadoras/compensatórias de pouca relevância. Vê-se ainda uma simplificação de estudos e documentação necessários ao licenciamento ambiental. Por vezes, esses são apresentados de forma "econômica", não abrangendo a totalidade do empreendimento que se pretende instalar, facilitando a obtenção de autorizações para o início das atividades. Uma hipótese é que as mineradoras valer-se-iam de brechas no arcabouço institucional para obter autorização inicial de atuação em áreas, e depois ampliarem a escala de suas ações. Outra hipótese seria que o setor minerário teria constituído um segmento especializado em buscar a "regularização" de ações em áreas que, a princípio, seriam interditadas à atividade.

A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORG NICA E SUAS POTENCIALIDADES DE INTEGRAR CAMPO E CIDADE

Cimone Rozendo - Univ. Federal do Rio Grande do Norte, cimone.rozendo@gmail.com
Paulo Cesar Oliveira Diniz - Univ. Federal de Campina Grande, p.diniz@uol.com.br

O objetivo deste artigo é destacar de que forma a agroecologia tem se constituído como uma estratégia e como um valor capaz de articular e/ou ressignificar a relação campo cidade em novos patamares. Para tanto, buscamos identificar como se dá integração da agroecologia à agenda pública, em especial no que se refere a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída a partir de 2012. Nesse percurso, ressaltamos a origem da noção de agroecologia e sua posição crítica frente aos processos desencadeados pela revolução verde pelo mundo, assim também como a noção de produção orgânica, até chegarem ao Brasil e formarem, ambas as noções, movimentos que vão pautar os temas na agenda política brasileira. Nesse processo, identificamos como as demandas por segurança alimentar e nutricional impulsionaram a política de agroecologia, criando um elo sinérgico na relação entre campo e cidade, à medida que permite reconectar a produção e circulação de alimentos. Entre avanços e desafios, percebemos como a PNAPO demonstrou um significativo potencial para o desenvolvimento rural-urbano, de âmbito regional, por meio da integração entre produção e consumo, entre campo e cidade.

O PERÍMETRO IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI-RN: SURGIMENTO, DESCRIÇÃO E GOVERNANÇA

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho - UFERSA, jorge.filho@ufersa.edu.br
Anderson Rodrigo da Silva Lunes - UFERSA, anderson_lunes@hotmail.com

O modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro atualmente concentra no agronegócio. Este trabalho tem por objetivo descrever a forma de estabelecimento do perímetro irrigado na Chapada do Apodi-RN e sua relação com a agricultura familiar. Como procedimentos metodológicos adotaram-se levantamento teórico, descrição da área de estudo e, caracterização dos empreendimentos agrícolas. Constatou-se que no Nordeste brasileiro, a política do agronegócio vem ocorrendo a partir da fruticultura para exportação com os perímetros irrigados. Observou-se que na Chapada do Apodi vem sendo desenvolvidos desde 2010 projetos com fins de agricultura irrigada, sistema adutor de irrigação, manejo florestal, assentamento agrário e, criação de animais de interesse dos órgãos públicos, sociedade e, iniciativa privada. Evidenciou-se também que os empreendimentos agrícolas totalizam uma área de 10.507,0522 ha, sendo considerados, de médio porte e com potencial poluidor grande. Desta forma, afirma que a área de estudo atualmente vem vivenciando conflitos do agronegócio e agricultura familiar.

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE URBANAS: O USO DE SOLO COMO ESPAÇO PÚBLICO COMO FORMA DE MITIGAÇÃO DOS CONFLITOS DA EXPANSÃO URBANA

Samantha Busnello - UFPR, arqsamanthabusnello@gmail.com
Daniele Regina Pontes - UFPR, danielepontes.ufpr@gmail.com

Em um cenário onde a qualidade de vida e sustentabilidade urbana estão entrelaçadas a fatores como desenvolvimento social e econômico, infraestrutura, meio ambiente e paisagem, a preservação ambiental dentro do meio urbano não pode ignorar as dimensões culturais e as relações de poder existentes perante as limitações ecologias. Quando os atributos ecológicos urbanos são utilizados seguindo a lógica capitalista das cidades brasileiras, a adaptação os interesses particulares, sobre tudo os econômicos, ao uso dos recursos ambientais os resultados do uso dos espaços das áreas de preservação nem sempre são democráticos. Nesse sentido com a inserção da questão urbano-ambiental dentro do planejamento urbano as APPs urbanas assumem o papel de espaços de preservação, conservação e ao mesmo tempo em que se apresentam como espaços ideais para mitigar os efeitos da expansão urbana aos moldes das dinâmicas capitalistas.

ST_08 > TÉCNICA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS

Comissão Científica:
Cidoval Morais de Sousa – PPGDR/UEPB
Fernando Cézar de Macedo Mota – PPGDE-IE/UNICAMP
Francisco do O de Lima Júnior – PLANDITES/UERN; URCA

> ST_08 >**01**

CIDADES INTELIGENTES E ESPAÇOS URBANOS CRIATIVOS
COORDENAÇÃO: CIDOVAL MOARES DE SOUZA E FRANCISCO DO O DE LIMA JÚNIOR

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 17

CIDADES INTELIGENTES: PARA QUÊ E PARA QUEM?

Ana Luiza Meca De Souza Toffano - UFF, mecaanaluiza@gmail.com

As grandes transformações de ordem técnica trouxeram mudanças na organização das cidades e nas formas de cooperação para o trabalho. Surgem, então, as chamadas cidades inteligentes. Mas o que são cidades inteligentes e para que servem? E, o mais importante: a quem servem? Esse artigo objetiva alcançar possíveis respostas a essas perguntas, pois há vários modelos de cidades inteligentes, porém não há um conceito definido. Faz se necessário verificar como a instrumentalização da tecnologia pode melhorar a qualidade de vida nas cidades. E, para que isso ocorra, é preciso permitir acessibilidade às informações, sempre levando em consideração o contexto de cada cidade, suas características culturais e diferenças locais, regionais e nacionais. É preciso, ainda haver um interesse individual em prol do coletivo. Assim, é fundamental que nos preocupemos em participar, planejar, senão corremos o risco de ter apenas cidades digitais, "feitas por poucos e para poucos" com serviços e tecnologias que "não interessam" a coletividade, não sendo, portanto, inteligentes de fato.

APLICAÇÃO DO CONCEITO SMART CITY EM MANAUS – AMAZONAS
Mariana Gurgacz - Centro Universitário FAG, gurgaczmari@gmail.com
Andressa Carolina Ruschel - Centro Universitário FAG, ac.ruschel@hotmail.com

Fundamentado sobre os conceitos de planejamento urbano, desenvolvimento urbano e smart city, o presente trabalho abordou o contexto histórico da cidade Manaus – Amazonas, juntamente com informações que abrangem o estado em que a mesma se encontra. O tema é o planejamento urbano e o assunto se refere à aplicação do conceito smart city na cidade Manaus. Assim, a problemática da pesquisa foi desenvolvida com base nos seguintes questionamentos: como aplicar o conceito de smart city na cidade de Manaus – AM? E qual a sua influência para o desenvolvimento urbano da cidade, tendo em vista o contexto em que a mesma está inserida? Com isso, pressupõe-se que seja necessário adaptar o planejamento municipal de Manaus aos conceitos smart, levando em consideração seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos. Para a realização desse trabalho, a metodologia utilizada foi a indução, fundamentada no levantamento e nas pesquisas bibliográficas juntamente com um estudo de caso, pesquisa à campo através do método observacional e um levantamento fotográfico. De tal modo, chegou-se à conclusão de que com a aplicação do conceito smart city no planejamento e desenvolvimento urbano da cidade em questão, haverá um aprimoramento nos aspectos que a envolvem, e consequentemente acarretará em uma melhor qualidade de vida à população manauara.

"CAMPINA 2035", CIDADE INTELIGENTE? UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DA RM DE CAMPINA GRANDE VIA "COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS"
Alexandre Sabino Do Nascimento - Universidade Federal Da Paraíba, alexandre.nascimento@upe.br

Essa pesquisa exploratória objetivou inicialmente desnudar o discurso subjacente de agentes nacionais e internacionais ligados há uma urbanização neoliberal, somada a características da nova economia ligada ao desenvolvimento das TICs e da inovação, que aclama a necessidade da formação de sistemas regionais de inovação ou ecossistemas da inovação como panaceia que resolverá os problemas econômicos e sociais dos mais diferentes espaços urbanos e regionais. A cidade de Campina Grande não fica de fora do desejo de se enquadrar nesse modelo de cidade inteligente encampado por uma nova agenda urbana global. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que analisa a construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Campina Grande 2035, que se apresenta como tentativa de materialização do desejo de inserção competitiva dessa cidade. Apontou-se algumas incongruências da implementação de certas ideais com a realidade concreta dos espaços de cidades periféricas do capitalismo global. Como a falta de adequação das cidades receptoras no tocante a estruturas físicas e virtuais, falta de mão de obra especializada. Observou-se a replicação de modelos ou "boas práticas" de forma incondicional pelas mais diferentes realidades espaço-temporais.

ASCENSÃO OU SEGREGAÇÃO DOS "TERRITÓRIOS CRIATIVOS": REFLEXÕES SOBRE OS DESDOBRAMENTOS E CONFLITOS DA ECONOMIA CRIATIVA NOS ESPAÇOS URBANOS.
Caio Cesar Marinho Rodrigues de Souza - UFABC, souza.caio@ufabc.edu.br

O artigo objetiva analisar os desdobramentos e conflitos da economia criativa no desenvolvimento dos territórios urbanos globalizados pós-modernos, que buscam dar novas dinâmicas para áreas de "vazios urbanos", patrimônios e áreas de interesse de valorização por meio do neoliberalismo, sendo que muitasdestas propostas buscam "maquiar" as realidades do entorno, seguindo os conceitos do economista norte-americano Richard Florida. Desta forma o artigo irá trabalhar dentro das diversas visões e aplicações da economia criativa, principalmente as de Florida, sobre as "classes criativas" e a busca das cidades pela incorporação dos "3 T's" (Tecnologia, Talento e Tolerância), porém indagando e questionando onde se encontra o "I" de "Inclusão" dentro destas visões sobre os desdobramentos nos territórios urbanos, identificando por final, perspectivas e principalmente os embates/conflitos gerados.

POLÍTICA PÚBLICA DE INFORMAÇÕES E ABERTURA DE DADOS: QUAL O LIMITE PARA A PRIVACIDADE DE DADOS CADASTRAIS NAS "CIDADES INTELIGENTES"?
Tomás Wissenbach - CEBRAP

O trabalho procura debater os impactos das mudanças relacionadas à informação urbana sobre o acesso à informação na gestão das cidades. Defendendo que o crescente monopólio das gigantes multinacionais da informação aponta para um abismo informacional entre sociedade e capital, aponta para o caminho das Infraestruturas de dados espaciais como um mecanismo de garantia de maior democratização dos dados. Por meio do exemplo da construção do GeoSampa, na cidade de São Paulo, mostra como projetos dessa natureza podem ajudar a construir um contraponto ao monopólio da informação. O acesso aos dados abertos, no entanto, esbarra nas questões de privacidade dos dados pessoais. O trabalho, dessa forma, utiliza como a abertura dos dados do IPTU municipal traz a questão da democratização das informações x privacidade. Finalmente, procura demonstrar que abrir dados sobre os imóveis urbanos permite leituras inéditas sobre as dinâmicas e desigualdades na cidade e, portanto, devem ser divulgadas.

> ST_08 >**02**

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E ESPAÇOS METROPOLITANOS
COORDENAÇÃO: CIDOVAL MORAES DE SOUZA E FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 17

POLÍTICAS DE INOVAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: UM ESTUDO SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO NA PORÇÃO FUNCIONAL METROPOLITANA POTIGUAR
Cadmiel Mergulhão Onofre de Melo - UFRN, cadi_mergulhao@hotmail.com

A partir da revolução informacional, a disseminação e uso de informação permitiu reestruturações econômicas, produtivas e socioespaciais a nível global, com o auxílio das novas tecnologias. Contudo, essa rede não apresenta semelhantes condições informacionais. O Brasil ainda encontra dificuldades na elaboração das políticas de inovação e no tratamento da questão. Esse tratamento replica-se nos demais territórios. No Rio Grande do Norte, tais políticas concentram-se na Região Metropolitana de Natal, em sua porção funcional. O presente trabalho visa apresentar as políticas de inovação atuantes na porção funcional desse recorte, focando na área das tecnologias da informação e comunicação (TICs). A metodologia consiste em uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com os gestores dessas políticas. São encontradas no recorte políticas de inovação e TICs atuantes em várias áreas que munem o território com grandes potencialidades.

A METRÓPOLE DE CURITIBA NA GEOGRAFIA DA INOVAÇÃO
Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners - PUCPR, wilhelm.meiners@pucpr.br
Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski - UFPR, olgafirk@ufpr.br

A inovação, compreendida como um importante fator de desenvolvimento regional tem sido alvo, em diferentes países e metrópoles, de políticas específicas para promoção de sistemas regionais e ecossistemas de inovação. Segundo a economia e a geografia evolucionária, a inovação não é um fenômeno disperso: a concentração espacial e proximidades de agentes (produtores e instituições) facilita o intercâmbio de informações e o compartilhamento de conhecimentos. E sua distribuição territorial também não é aleatória, mas resultado de políticas públicas e ações privadas de uma articulação local favorável ao ambiente inovador. Desde o início dos anos 1990, Curitiba busca pela produção de espaços de inovação, como o Parque de Software (1996), o Tecnoparque (2007) e o Vale do Pinhão (2017), uma resposta ao esgotamento do crescimento industrial e sua inserção na "nova economia". Este artigo tem como propósito tecer considerações dos limites e potencialidades de Curitiba em desenvolver tais projetos, avaliando os rebatimentos espaciais e ocupacionais das transformações produtivas.

PARQUES TECNOLÓGICOS E CENTRALIDADES URBANAS: O CASO DO TECNOPUC REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
Ghissia Hauser - UFRGS, ghissia@hotmail.com
Heleniza de Avila Campos - UFRGS, heleniza.campos@gmail.com
Diogo Onofre do Souza - UFRGS, diogo.bioq@gmail.com
Augusto Salvadoretti - UFRJ, augusto.salvadoretti@gmail.com

Na nova economia, as cidades retomam a função de centro produtivo que haviam perdido quando a produção em massa tornou-se o modelo produtivo dominante. De fato, a cidade é o melhor lugar para a produção da crescente demanda de serviços por parte das empresas de todas as indústrias. Nesse contexto, os parques tecnológicos são locais que oferecem condições vantajosas para abrigar filiais e sedes de empresas dos setores mais inovadores. Os parques tecnológicos, no entanto, possuem lógicas de relação com a cidade e a região em que estão instalados que não estão suficientemente estudadas. Este trabalho procura mostrar que as atividades produtivas das empresas dos parques tecnológicos geram inúmeros fluxos de informação com o espaço global. Por essa razão, são locais com alta densidade informacional, podendo configurar novas centralidades urbanas, baseadas na inovação tecnológica. Complementarmente, buscaram-se elementos para compreender se os parques tecnológicos transformam o seu território de entorno imediato e, como última questão, o artigo traz elementos de reflexão sobre como os trabalhadores da nova economia se relacionam com a cidade.
O parque tecnológico Tecnopuc foi escolhido para o estudo de caso, por estar em Porto Alegre, capital da Região Metropolitana, e figurar entre os quatro mais importantes parques do Brasil.

CIDADANIA DIGITAL, CIDADES DIGITAIS E INCLUSÃO DIGITAL: OS NOVOS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM LAURO DE FREITAS-BA
Denise Lefrançois - UNIFACS, deniselefrancois@gmail.com
Prof. Manoel Joaquim Fernandes de Barros - UNIFACS, manoeljb@unifacs.br
Prof. Edivaldo Machado Boaventura - UNIFACS, edivaldoboaventura@gmail.com

O objetivo principal desse artigo é demonstrar como a cidadania digital, o Programa Cidade Digital e a nova perspectiva de Inclusão Digital podem ser um vetor para o desenvolvimento regional. Sendo assim, a preocupação com o desenvolvimento regional é um fator constante das políticas públicas atuais e ganha destaque, na medida em que se reconhecesse o direito ao desenvolvimento como direito fundamental, conferido ao Estado através da Constituição Federal. O desenvolvimento regional, além de objetivo fundamental e princípio jurídico, deve combater as disparidades sociais e econômicas. De natureza qualitativa e caráter analítico, esse artigo utilizou-se da pesquisa bibliografia e do método estudo de caso para a sua construção. O resultado esperado com o mesmo, foi compreender como a implantação do Programa Cidades Digitais, no município de Lauro de Freitas-Ba, pode ter contribuído para o desenvolvimento, haja visto que solicita, da sua população, uma maior conscientização do seu papel de cidadão.

EM QUE CESTA COLOCAR OS OVOS: A PELEJA DO PORTO DIGITAL ENTRE PROMOÇÃO DO SETOR DE SOFTWARE E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NO RECIFE ANTIGO
Ana Cristina de Almeida Fernandes - UFPE, anacf@ufpe.br
Norma Lacerda - UFPE, norma_lac@yahoo.com.br

Nosso artigo objetiva analisar o Projeto Porto Digital, compreendendo-o como iniciativa mobilizada por coalizão que vem se renovando ao longo dos 20 anos desde a criação do parque tecnológico focado em Tecnologia de Informação (TI). Suas ações vêm transformando a paisagem do Centro Histórico do Recife, expressando duas tendências: um desempenho econômico acanhado das empresas do setor, frente ao das principais capitais, e um vigoroso movimento de valorização imobiliária na sua área de abrangência, levantando hipótese de que prevaleceria um comportamento rentista sobre a promoção de inovação tecnológica. Resultados incluem caracterização da TI, trajetória das legislações federal e municipal para o setor, desempenho deste no Recife e em outras capitais selecionadas no período 2007-2017, usando RAIS/MTE, cotejando à evolução da valorização imobiliária ocorrida no período 2001-2017 na área de abrangência do PPD. Concluímos, indicando necessidade de revisão nas mencionadas normativas.

> ST_08 >**03**

TÉCNICA, TECNOLOGIA E DINÂMICAS ECONÔMICAS URBANO-REGIONAIS
COORDENAÇÃO: FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA E FRANCISCO DO O DE LIMA JÚNIOR

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 17

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SETOR TERCIÁRIO NO CONTEXTO DA ECONOMIA COMPARTILHADA E DAS TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS – UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE SÃO PAULO
Fernando dos Santos Calvetti - USP, fernando.calvetti@gmail.com

O trabalho propõe o estudo de possíveis mudanças causadas por novas relações sociais e econômicas na lógica espacial do setor terciário e na morfologia urbana. Para tanto, o trabalho, ainda em fase inicial, está estruturado da seguinte forma: inicia revisando a relação de causa e efeito entre cidade e comércio. Essa revisão leva ao conceito de lugar de consumo e consumo de lugar numa abordagem que discute as novas relações na sociedade contemporânea e o uso de novas ferramentas para elas, impulsionadas pelo uso da internet, como redes sociais. A lógica de relações descentralizadas é analisada sob o ponto de vista

das novas relações econômicas e de prestação de serviços. Parte-se de uma análise da descentralização da oferta de serviços de hospedagem e hotelaria para finalmente discutir os impactos dessa nova realidade no uso do solo e na lógica locacional de todo o setor terciário na cidade. Neste contexto se analisa a cidade de São Paulo a partir de suas relações de uso.

A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO PELO COMÉRCIO VAREJISTA: A ESPACIALIZAÇÃO DAS LOJAS RIACHUELO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RJ

Vinícius Ferreira Pinto Vasconcelos - UFF, viniciusfpv2@gmail.com
Livia de Araujo Rodrigues - UFF, liviageouff@gmail.com
Janaína Conceição Silva - UFF, janaína2012silva@hotmail.com.br
Amanda Thereza Orozco Morais de Souza - UFF, amandaorozcomorais@gmail.com

O presente trabalho pretende compreender como o conhecimento geográfico vem sendo apropriado pelas grandes empresas do comércio varejista no Brasil em suas estratégias locacionais com objetivo de potencializar a acumulação de capital, em seu processo dominação econômica do espaço geográfico, no contexto das práticas mercantis na atual fase do capitalismo. Direcionaremos o nosso olhar para algumas ferramentas tecnológicas utilizadas como vantagens competitivas, bem como instrumento de leitura do território no âmbito da economia urbana atrelado ao terceiro setor. A rede de lojas Riachuelo será objeto de maior ênfase por ter elaborado o seu planejamento decisório de expansão de lojas físicas se valendo dos benefícios das geotecnologias, assim como a capitação de clientes para sua rede própria de cartões fidelizados. Nesse sentido, o artigo busca salientar e analisar criticamente tais comportamentos mercadológicos por entender que o domínio do capital informacional e tecnológico propicia a concentração de riquezas, assim como amplia as desigualdades no espaço.

HIPERLUGARES MÓVEIS: CONFIGURAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM SÃO PAULO

Haniel Israel - PPGAU Mackenzie, hanielisrael.92@gmail.com
Isabela Giannella - PPGAU Mackenzie, isabelagiannella@gmail.com
Clementine Briand - Ecole d'Architecture de Marne La Vallée
Valter Caldana - PPGAU Mackenzie

Hiperlugares móveis, conceito relativamente novo, se trata de uma pesquisa que intersecciona os campos das tecnologias, mobilidade e do urbanismo. Promovida pelo Institut pour la Ville en Mouvement, sediado na França, a pesquisa está sendo executada também em outros países. A equipe brasileira, adotou como objetivo deste trabalho a contextualização dos hiperlugares móveis com as feiras livres de São Paulo, sinalizando as mudanças de espaços ordinários de passagem para permanências prolongadas. Tendo como estudo de caso a Feira da Rua Martim Francisco, estabeleceu-se uma leitura analítica-descritiva com visitas e in-loco, paralelamente às revisões bibliográficas sobre o tema. O trabalho inicial serviu para elucidar a atualidade das feiras no contexto das tecnologias automotivas e para lidar com o desafio de conceituar o termo hiperlugares com a realidade local. Neste contexto, insere-se as argumentações sobre a atratividade e a resistência das feiras livres em São Paulo, com vistas a identificar o fenômeno da hipertextualidade e da hipermodernidade nos centros urbanos.

ECONOMIAS REGIONAIS E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO: CIDOVAL MORAES DE SOUZA E FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 17

MUDANÇAS PRODUTIVAS E SOCIOESPACIAIS: A FORMAÇÃO DE UM COMPLEXO PRODUTIVO URBANO E AGROINDUSTRIAL NA PORÇÃO SUL DE GOIÁS

Fernando Campos Mesquita - UNICAMP, fernandocmesquita@gmail.com

De uma região onde até finais do século XIX apenas a pecuária despontava como atividade de maior rentabilidade, a porção Sul de Goiás se transformou em um dos principais polos do agronegócio nacional. Além da pecuária, a região se passou a se destacar na produção soja, milho, suinocultura, avicultura e de cana-de-açúcar. Essa não foi uma transformação simples, mas envolveu diferentes formas de organização da região. A partir do estudo da formação econômica do Sul de Goiás, o objetivo do artigo é analisar como que a combinação entre mudanças produtivas e socioespaciais transformaram uma região pouco dinâmica em um dos polos da agropecuária nacional. Para isso, foi feita uma divisão das mudanças produtivas do Sul de Goiás em quatro fases. As mudanças socioespaciais foram divididas em quatro possibilidades baseadas na intensidade que o sistema produtivo induz forças de fragmentação e integração. Utiliza-se a ideia de complexo produtivo urbano e agroindustrial (PAGE; WALKER, 1991) para levantar categorias de análise que permitam discutir as mudanças que o Sul de Goiás passou até atingir o patamar contemporâneo de crescimento agropecuário.

ESTRUTURAS FÍSICAS E INTELECTUAIS IMPULSIONADORAS DA CONSTRUÇÃO DE INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADES/ICT E EMPRESAS: O CASO DO SISTEMA PERNAMBUCANO DE INOVAÇÃO

Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa - UFPE, sunamitairis@gmail.com
Ana Cristina de Almeida Fernandes - UFPE, anacf.ufpe@gmail.com

O presente artigo tem o objetivo de identificar como o Sistema Pernambucano de Inovação se caracteriza quanto à presença de estruturas físicas e intelectuais estimuladoras de interações entre Universidades/ICTs e Empresas. O objeto, ora proposto, se destaca posto que C,T&I passaram a definir em que medida e sob que circunstâncias um território está propenso a participar da economia do aprendizado. Visto que produção, apropriação, difusão e uso da C,T&I com fins socioeconômicos não ocorre de maneira uniforme e indistinta, mas responde a presença de fatores que estimulam o comportamento inovativo no Território, definir a presença de tais componentes mostra-se essencial às estratégias de desenvolvimento. Para tal o artigo apresenta um conjunto de indicadores sobre a disponibilidade e distribuição de infraestrutura e competências em Pernambuco, seu panorama econômico e o conjunto de interações que ele mobiliza demonstrando sua concentração territorial e organizacional.

ATRIBUTOS E OPORTUNIDADES DO SISTEMA MINEIRO DE INOVAÇÃO:
UM ESTUDO A PARTIR DE ANÁLISE MULTIVARIADA
Maria Isabel Batista D G Baptista - CEDEPLAR/UFMG, mibdgb@cedeplar.ufmg.br
João Pedro Figueira Amorim Parga - CEDEPLAR/UFMG, parga.joao@gmail.com

Esse artigo busca formular grupos (clusters) de microrregiões mineiras de forma a identificar capacidades inovativas locais. A relevância desse tema é eminente na literatura schumpeteriana e de geografia da inovação, que considera avanços tecnológicos o motor do desenvolvimento socioeconômico. A partir dos métodos de Análise de Componentes Principais (ACP) e Análise de Cluster, é proposta uma representação do arranjo das microrregiões de Minas Gerais de modo a esclarecer o estudo de seu emergente Sistema Regional de Inovação. Foram utilizados dados do ano 2010 para construir indicadores que captam as dimensões científica, tecnológica, urbana e social. Na conclusão do trabalho são identificadas regiões promissoras para alavancarem o desenvolvimento tecnológico no estado.

ST_08 >**05**

USO DE SOFTWARES E PROCESSOS URBANOS: ESTUDOS DE CASO
COORDENAÇÃO: CIDOVAL MORAES DE SOUZA E FRANCISCO DO O DE LIMA JÚNIOR

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 17

PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES: O TEMPO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)
Rafaela Vieira - FURB, arquitetura.rafaela@gmail.com
Giane Roberta Jansen - FURB, giane.jansen@gmail.com
Camila Kamp - FURB
Gabriela Silvério - FURB

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a contribuição das TICs no processo de planejamento urbano articulado à gestão de riscos de desastres naturais, enquanto ferramentas que devem estar a serviço das estratégias de comunicação, potencializando a participação dos distintos grupos sociais. A pesquisa é do tipo descritiva e explicativa, de caráter qualitativo e abordagem sistêmica. Foram identificadas estratégias inovadoras com TICs em cinco cidades nacionais e três internacionais. As TICs utilizadas no 10o Fórum Permanente de prevenção de riscos na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (BHRI) (2017) foram avaliadas pelos participantes e verificou-se a acessibilidade aos sítios eletrônicos das Defesas Civis dos municípios da BHRI. Resultados sugerem a utilização de drones (custo reduzido devido à facilidade de acesso as áreas de risco), o uso de cartilha digital e a potencialização do uso de plataforma digital que integre as ações dos distintos setores na GRD.

MAPEANDO OS INVISÍVEIS: DESAFIOS E IMPORTÂNCIA EM MAPEAR AS REMOÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
Aluízio Marino - UFABC, aluizio.marino@ufabc.edu.br

O Observatório de Remoções é um projeto de pesquisa-ação que realiza, desde 2012, um mapeamento das remoções e ameaças de remoção na Região Metropolitana de São Paulo. O objeto do mapeamento abrange processos de remoção coletivos, que afetam grupos ou comunidades. O objetivo é compreender e dar visibilidade as remoções, bem como fortalecer os processos de resistência e de luta pelo direito à cidade. O mapeamento possui caráter colaborativo e conta com a participação de lideranças de movimentos de moradia, impactados ou ameaçados de remoção e profissionais que atuam pela garantia do direito à moradia. O artigo explora os desafios e a importância do mapeamento das remoções, especialmente do seu caráter colaborativo, analisando as potencialidades e limites no engajamento dos impactados e ameaçados de remoção.

INFORMAÇÕES SOBRE RISCOS E DESASTRES: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO URBANA NO CONTROLE RISCOS URBANOS NA RMSP
Renata Maria Pinto Moreira - FAU-USP, moreira.rmp@gmail.com

O artigo analisa o contexto da produção de informação sobre riscos e desastres no cenário nacional e, especificamente, da Região Metropolitana de São Paulo. Propõe método analítico e apresenta análise quantitativa inédita para dados de registros de ocorrência de desastres nos últimos 10 anos na Região Metropolitana de São Paulo. O estudo foi feito com base nos registros de ocorrência do Cadastro Geral de Ocorrências do Instituto Geológico do Estado de São Paulo, sem privilegiar uma única categoria, mas avaliando as diversas categorias de ameaças a desastres naturais. O objetivo da análise foi identificar, em termos de impactos urbanos: anos críticos, localidades críticas e dias críticos. Entende-se que este é o primeiro passo para o desenvolvimento posterior de análises mais detalhadas do campo dos estudos urbanos sobre os efeitos complexos em situações urbanas e metropolitanas de maior risco.

O EMPREGO DA CARTA GEOTÉCNICA DE APTIDÃO À URBANIZAÇÃO. DEBATE SOBRE O LICENCIAMENTO DO CENTRO LOGÍSTICO CAMPO GRANDE, SANTO ANDRÉ, SP
Fernando Rocha Nogueira - UFABC, fernandorochanogueira2808@gmail.com
Silvia Helena Passarelli - UFABC, silvia.passarelli@ufabc.edu.br
Rodolfo Moura - UFABC, mourabrodolfo@gmail.com
Leonardo Santos Salles Varallo - UFABC, leonardovarallo@gmail.com

Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização (CGAU) é um importante instrumento para o planejamento do território, identificando restrições e potencialidade de uso da terra e apontando diretrizes para possíveis usos do solo em áreas ainda não ocupadas. O artigo apresenta como as diretrizes da CGAU serviram de suporte da discussão pública sobre os possíveis impactos da implantação do Centro Logístico Campo Grande, no Distrito de Paranapiacaba, município de Santo André, SP. Para tanto, apresenta a base conceitual metodológica que dá suporte à elaboração das cartas de aptidão à urbanização, descreve as principais características da CGAU de Santo André e discorre sobre os impactos ambientais identificados a partir da leitura da carta e de outros elementos sobre a região onde se pretende implantar o empreendimento.

GOOGLE STREET VIEW E A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
Fernanda de Freitas Lima - ESPM, limafl.fe@gmail.com

O propósito deste artigo é compreender como a falta do mapeamento virtual de determinados espaços, pelo Google Street View, é capaz de afetar o senso de pertencimento dos sujeitos que neles residem e o acesso à informação sobre esses espaços aos usuários, fazendo com que essas realidades fiquem à margem. Para isso, leva-se em consideração a relação entre cidade e cibercultura na reconfiguração e ressignificação do espaço urbano, que no caso da plataforma, ao simular espaços físicos tangíveis, não simula apenas suas imagens, mas as narrativas em seu entorno. Assim, propõe-se que, com a falta do mapeamento, é possível perceber o espacialmente excluído dentro da realidade virtual, que revela o socialmente excluído. Dentro de uma visão mais ampla a respeito do consumo, que engloba experienciar as coisas ao nosso redor, o presente artigo busca refletir de que maneira o consumir a cidade afeta o direito a ela.

> ST_08 >**06**

TERRITÓRIO, TECNOLOGIAS E MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS
COORDENAÇÃO: FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA E FRANCISCO DO O DE LIMA JÚNIOR

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 17

O TERRITÓRIO COMO TECNOLOGIA DE MEDIAÇÃO SOCIAL: A CUSTOMIZAÇÃO TERRITORIAL DOS APLICATIVOS MÓVEIS
Ana Lúcia Abrão Latrônico - FURB, analuciarq@gmail.com
Marcos Antonio Mattedi - FURB, mattediblu@gmail.com

As novas tecnologias de informação e comunicação vêm alterando o contexto em que vivemos nas mais variadas escalas. Por isso, se tornaram também uma importante ferramenta de gestão dos problemas contemporâneos, especialmente dentro do conceito de cidades inteligentes. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo investigar as relações entre território e tecnologia, observando que a tecnologia é produtora de territórios, mas nem todo território produz a mesma tecnologia. Esta relação será explicada por meio da análise da customização territorial dos aplicativos móveis AlertaBlu (Blumenau/SC) e Onde Tem Tiroteio (Rio de Janeiro/RJ). Os resultados indicam que estes aplicativos são criadores de territórios, uma vez que demarcam os locais seguros e inseguros das cidades onde atuam. Estes territórios, por sua vez, atuam como uma ferramenta de mediação social, pois ajudam o usuário a monitorar sua vulnerabilidade em caso de desastres, ou a traçar rotas alternativas em caso de tiroteio.

ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA PARA PROJETOS DE URBANISMO PARTICIPATIVO DO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO PERIFÉRICO: TÁTICAS URBANAS COMO TECNOLOGIA SOCIAL, DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE, PADRÕES ESPACIAIS E DE ACONTECIMENTOS E CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS.
Liza Maria Souza de Andrade - FAU - Universidade de Brasília, lizamsa@gmail.com
Natália da Silva Lemos - FAU - Universidade de Brasília, lemos.natalia@gmail.com
Maria Emilia Monteiro Silva - FAU - Universidade de Brasília, mmonteiro.mmaria@gmail.com
Vânia Teles Loureiro - FAU - Universidade de Brasília, vania.teles.loureiro@gmail.com

Este artigo tem como objetivo apresentar caminhos para abordagem de adequação sociotécnica para o urbanismo participativo tendo como objeto de estudo o processo de projeto do Grupo de Pesquisa e Extensão "Periférico, trabalhos emergentes" da FAU-UnB, integrando a discussão sobre táticas urbanas como tecnologia social. Considerando o conceito de adequação sociotécnica – AST (NEDER, 2013) no âmbito CTS, no qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de "interacionismo pedagógico e sociotécnico", foi realizada uma avaliação do processo de projeto do grupo sob a ótica da adequação sociotécnica baseada nas modalidades heurísticas desenvolvidas por Neder (2016). Neste sentido, o desempenho do grupo Periférico para projetos de urbanismo participativo tem sido satisfatório devido a sua capacidade de adequação sociotécnica de métodos e técnicas utilizados em diferentes comunidades e territórios.

ANÁLISE DOS RUÍDOS GERADOS POR AEROGERADORES NO COMPLEXO EÓLICO CANOAS E LAGOAS
Leohandson Santos da Silva - FIP, leo.handson@hotmail.com
Rafael de Carvalho Costa Abrantes - UFPB, rafaelabrantes@fiponline.edu.br

Nos últimos anos, registou-se um aumento no crescimento da potência instalada de energia limpa em todo o mundo, uma das componentes que tem contribuído para esse crescimento é a energia eólica. Desta forma, um dos aspetos a ter em conta na instalação de um aerogerador é o ruído causado por seu funcionamento. Logo, fica exposta a relevância de verificar os níveis de ruídos que este sistema emite. Nos aerogeradores, os ruídos podem ter três fontes: aerodinâmico, estrutural e o mecânico. O objetivo desse trabalho é analisar os ruídos gerados por aerogeradores instalados no Complexo Eólico Canoas e Lagoas. A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se na obtenção de dados in loco, pesquisa e revisão bibliográfica em fontes primárias e secundárias; utilizou-se equipamento denominado de "decibelímetro", da marca INSTRUTEMP modelo ITEDC 4000, em seguida, foram geradas informações de caráter qualitativo e quantitativo, assim, a pesquisa possibilitou investigar e caracterizar os ruídos provocados por aerogeradores do Complexo Eólico mencionado, que está situado entre os municípios de Santa Luzia, São José do Sabugi e Junco do Seridó, no estado da Paraíba.

PREVISÃO DE MORBIDADE EM CIDADES UM ESTUDO DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC)
Fabio Teodoro de Souza - Pontifícia Universidade Católica do PR, fabio.teodoro@pucpr.br

Nas últimas duas décadas, a urbanização se intensificou, e no Brasil, cerca de 90% da população agora vive em centros urbanos. Padrões atmosféricos têm mudou devido à alta taxa de crescimento das cidades, com consequências negativas para a saúde pública. Essa pesquisa visa elucidar os padrões espaciais da

poluição atmosférica e doenças respiratórias. Um modelo baseado em dados para ajudar gestão urbana para melhorar as políticas de saúde pública sobre a poluição do ar é descrito. Um exemplo de preparação de dados e análise multivariada com inventários de diferentes cidades da Região Metropolitana de Curitiba foi estudado. Um modelo preditivo com excelente precisão na previsão de surtos foi desenvolvido. A previsão da morbidade é uma estratégia sustentável para minimizar os efeitos dos surtos dessas doenças, pois aumenta o período de preparação das equipes de saúde, permite a promoção de campanhas de prevenção, otimiza os custos médicos e hospitalares, e elucida os padrões de ocupação das cidades pertinentes à gestão urbana. Os resultados preliminares descrevem relações relevantes entre escalas de morbidade, níveis de poluição do ar e padrões sazonais. O conhecimento reunido aqui contribui ao debate sobre questões sociais e políticas públicas. Além disso, os resultados deste estudo de menor escala podem ser estendidos às megacidades.

ST_08 >**07**

TÉCNICAS DE MODELAGENS E CARTOGRAFIAS APLICADAS À GESTÃO URBANA. COORDENAÇÃO: CIDOVAL MORAES DE SOUZA E FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 17

MODELAGEM DA INFORMAÇÃO PARA A QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO
Sílvia Filipe - UFC, silviafilipe@dau.ufc.br
José Almir Farias Filho - UFC, josealmirfarias@gmail.com
Daniel Cardoso - UFC, danielcardoso@ufc.br
José N. Beirão - FAULisboa, jnb@fa.utl.pt

O artigo propõe um procedimento metodológico para a elaboração de protótipos computacionais que permitam aferir a qualidade do espaço público, através de parâmetros e indicadores operacionais elencados na literatura, aptos para lidar, de modo coerente, com o quadro de problemas e dinâmicas multidisciplinares presentes em diferentes contextos urbanos. Estes modelos associam um Sistema de Informação Geográfica com ferramentas paramétricas, e designa-se por CIM: City Information Modeling (Modelagem da Informação da Cidade). Recorre-se à Sintaxe Espacial (HILLIER e HANSON, 1984) para caracterizar a morfologia urbana, onde estudos apontam que a aferição correlacionada dos indicadores acessibilidade, densidade e diversidade traduz o valor da forma urbana em capital espacial (MARCUS, 2007) e, assim, aferem a sua qualidade e permitem a sua avaliação. Os resultados preliminares apontam para a sua aplicação generalizada, sugerindo, a viabilidade da sua utilização a realidades urbanas distintas.

MODELAGEM GEOINFORMACIONAL DO TERRITÓRIO: PROCESSOS PARA REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DA PRAINHA NO QGIS
Vitor de Toledo Nascimento - UFES, vitordetoledo@hotmail.com
Bruno Amaral de Andrade - UFMG, deandradebruno@outlook.com
Jaqueline Pugnal da Silva - UFES, jaquepugnal@gmail.com

Sobre representações das camadas ambientais, cidades são planejadas e geridas, o que revela a importância do ato de representar com precisão. Nesse sentido, o geoprocessamento surge como ferramenta de potencial aproveitável tanto nos Planos Diretores, quanto no ensino em Arquitetura e Urbanismo. Objetiva-se, assim, a elaboração de modelos ambientais da Prainha, sítio histórico em Vila Velha - ES, e a democratização do conhecimento por meio de tutoriais de geoprocessamento na modelagem digital do ambiente. O estudo segue uma abordagem abrangente (territorial), e uma abordagem endógena (sustentabilidade e desenvolvimento local), utilizando metodologia e técnica de representação de valores ambientais. Os produtos abrangem a elaboração de tutorial com o uso do QGIS, software livre de geoprocessamento, e o desenvolvimento de mapas das camadas ambientais da Prainha, confirmando o potencial do tutorial na aprendizagem, e a síntese do patrimônio ambiental favorecendo sua geovisualização.

SIMULANDO CENÁRIOS URBANOS FUTUROS: MODELAGEM DE DINÂMICAS DO USO DO SOLO COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO URBANO
Guilherme Kruger Dalcin - Unisinos, gkdalcin@gmail.com
André de Souza Silva - Unisinos, silandre@unisinos.br

Há um conflito entre a dinâmica das cidades contemporâneas e os instrumentos de ordenamento de seu território que existe, principalmente, porque as abordagens tradicionais de planejamento urbano não compreendem as cidades como sistemas complexos e auto organizados construídos a partir das interações de agentes locais. Para integrar tais conceitos à prática de planejamento, uma das opções é o uso de técnicas de modelagem que buscam prever a configuração futura do ambiente das cidades. Este trabalho procurou verificar se a utilização dessas ferramentas pode produzir resultados úteis à elaboração de planos e projetos. Para tanto, foram realizados estudos de casos de modelos das dinâmicas do uso do solo existentes na literatura e de suas aplicações, sendo as conclusões destas análises utilizadas para fundamentar uma proposta de método de tais recursos na prática de planejamento. Para verificar a viabilidade técnica de tal proposta, foi criado um protótipo computacional de um ambiente de modelagem. Ao fim, se verificou a utilidade dos instrumentos estudados em aspectos específicos do planejamento urbano.

CARTOGRAFIA SOCIAL E GESTÃO TERRITORIAL: A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO
Ronaldo Augusto Campos Pessoa - UFT, camposbr@hotmail.com
Sílvio Jacks dos Anjos Garnés - UFPE, silviogarnes@gmail.com
Maria de Lourdes de Aquino Macedo Goncalves - UFPE, mlaquino@gmail.com

A pesquisa investiga a contribuição da cartografia social na gestão territorial resultante do processo de regularização fundiária em núcleos urbanos. Apresenta-se reflexões sobre a cartografia social como

ferramenta de integração entre a gestão do uso do solo e a democratização do espaço através do envolvimento dos beneficiários nas ações de regularização fundiária. Os instrumentos de intervenção da cartografia social na regularização fundiária promovem o ordenamento territorial a partir de soluções georreferenciadas para os desafios urbanos, ambientais e sociopolíticos. No Estado de Pernambuco experiências ilustram este quadro e apontam a importância dos dados georreferenciados nas intervenções de regularização fundiária garantindo a democratização do espaço e a qualidade de vida na cidade. Resultados ressonantes dependem da vulnerabilidade da dinâmica espacial, da diversidade de interesses dos atores envolvidos e dos processos decisórios da política local e nacional.

> ST_08 >**08**

MORFOLOGIAS URBANAS E CASOS ESPECÍFICOS DE EXPLORAÇÕES TECNOLÓGICAS
COORDENAÇÃO: CIDOVAL MORAES DE SOUZA E FRANCISCO DO O DE LIMA JÚNIOR

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 17

DENSIDADE E FORMA URBANA: O CASO DAS ZEIS EM CAMPINA GRANDE
Mauro Normando Macêdo Barros Filho - UFCG, mbarrosfilho@gmail.com
Yara Synthia Araújo Silva - UFCG, synthia.yara@gmail.com
Caroline de Paula Galvão Madruga - UFCG, carolinepgm@gmail.com

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são assentamentos humanos de baixa renda, predominantemente residenciais, com precariedade ou ausência de infraestrutura básica. Essas zonas são reconhecidas na legislação municipal, sendo objeto de regularização urbanística e fundiária pelo Estado. Planos urbanísticos em ZEIS devem propor equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos, mas preservar suas características morfológicas e sociais. Neste sentido, o presente artigo visa compreender a forma urbana das ZEIS de Campina Grande por meio da análise de índices de densidade em células mais representativas de cada uma delas. Os resultados revelam que as ZEIS da Campina Grande estão associadas à cinco classes morfológicas correlacionadas com a sua localização na cidade.

FORMAS URBANAS E CENTRALIDADE REGIONAL: Um estudo comparativo
Izabele Colusso - UNISINOS, icolusso@unisinos.br
Raquel Werner de Vargas - UNISINOS, devargasraquel@gmail.com
Manuela Hupper - UNISINOS, manuelahuppes@hotmail.com
Isabelle Mangoni - UNISINOS, mangoni.isabelle@gmail.com

A maneira como hoje se aborda formas urbanas, cidades e região apresenta carência de conexão das influências entre as diferentes escalas e impactos. Assim, é proposta uma correlação entre a posição relativa da cidade no sistema regional – sua centralidade – e a forma urbana que a cidade assume. Foram utilizados os casos das regiões do entorno de Santa Maria e do entorno de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, ambas sistemas regionais complexos; o primeiro, composto por 27 cidades, e o segundo por 13 cidades, em 3 períodos de tempo, tornando possível a comparação das formas urbanas e seu respectivo crescimento. Os instrumentos desenvolvidos para obtenção de resultados nesta investigação fornecem uma ferramenta útil para estudar a influência dos efeitos espaciais sobre a agregação de modelos de interação espacial e o quanto podem contribuir de diversas maneiras para realizações substanciais em estudos econométricos espaciais. Além disso, podem sugerir ferramentas estatísticas que inferem o valor, intensidade e hierarquia provável de fluxos médios a certos níveis de agregação de variáveis disponíveis reais e estimadas.

ANÁLISE DA FORMA URBANA DA CIDADE DE ICÓ, CEARÁ, BRASIL, POR INTERMÉDIO DA SINTAXE ESPACIAL
Lucas Rodrigues Moreira - FIP, lucrgds@gmail.com
Alexandre Castro - FIP, alexandrecastro@fiponline.edu.br

A forma como se dá o crescimento das cidades brasileiras, em especial das de cunho histórico, segue um modelo desordenado e que não condiz com a escala humana. É o caso da cidade de Icó, no estado do Ceará, localizada no centro-sul, à 375km da capital Fortaleza. Terceira vila instalada no estado, com seu sítio arquitetônico datado do século XVIII, segue esse modelo desordenado de crescimento, e que, assim como outras cidades brasileiras, possuem poucos, ou até mesmo nenhum estudo a respeito da morfologia urbana. O presente estudo busca desenvolver análises dos padrões espaciais da cidade de Icó/CE, quantificáveis e mensuráveis, utilizando instrumentos de análise da sintaxe espacial. Para produção desse estudo, foi realizado pesquisas a respeito do tema, em artigos, periódicos, anais, etc., e do histórico da cidade, para em seguida iniciar-se a elaboração dos mapas e sua análise. De resultados foi realizado a modelagem dos mapas de conectividade, comprimento de segmentos, integração, escolha, e de acessibilidade, em seguida pode-se analisar que, devido a presença do Rio Salgado, a porção oeste da cidade se torna a mais segregada e menos conectada da área central. Encontra-se ainda valores de segmentos pequenos, devido ao seu tamanho e a forma da sua malha urbana. E existem dois trechos que são as Avenidas Joséfa Nogueira, ligada a Av. do Cruzeiro, e a Av. Monsenhor Frota, as quais chamam a atenção por possuírem maior valor de integração e maior potencial de escolha.

ESTUDO DA MORFOLOGIA URBANA DE UM ASSENTAMENTO POPULAR A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO SUPERVISIONADA DE IMAGENS DE SATÉLITE
Davi Ramalho Rodrigues de Andrade - UFC, daviramalho@arquitetura.ufc.br
Daniel Ribeiro Cardoso - UFC, danielcardoso@ufc.br

O presente trabalho busca investigar o potencial da modelagem da informação na compreensão de morfologia urbana de assentamentos populares urbanos. Objetiva-se aqui aprimorar o conteúdo do Banco de Dados (BD) em desenvolvimento no Laboratório de Experiências Digitais da Universidade Federal do Ceará (LED-UFC) através da implementação e interpretação de imagens orbitais adquiridas junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil (INPE). Com o apoio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), através do Processamento Digital de Imagens (PDI) matriciais geradas pelos sensores/satélites TM/Landsat 5, ETM+/Landsat 7 e OLI/Landsat 8, pretende-se fazer uma leitura das transformações

urbanas observadas nos anos de 1985, 2002, 2013 e 2017 em um bairro da cidade de Fortaleza. Apesar da baixa resolução das imagens adquiridas percebeu-se uma clara expansão da massa urbanizada da região ao longo dos anos. Tal expansão veio acompanhada de uma redução na cobertura de vegetação e de água do território e, nos últimos anos, no surgimento de aglomerações industriais e institucionais que o levantamento disponibilizado pela gestão local não demonstrava.

ST_08 >**09**

INOVAÇÃO, MOBILIDADE E PROBLEMÁTICAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS
COORDENAÇÃO: FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA E FRANCISCO DO O DE LIMA JÚNIOR

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 17

MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE COLETIVO:
ELEMENTOS E TÉCNICAS PARA PROJETOS DE SISTEMAS DE ÔNIBUS INTRAURBANOS
Heloisa dos Santos Pedroso - UEPG, helospedroso13@gmail.com
Heloisa Valério Schweiss - UEPG, helo.schweiss@outlook.com
Thayná Mainardes Rocha - UEPG, thay-mr@hotmail.com
Nisiane Madalozzo - UEPG, nmadalozzo²gmail.com

Considerado o contexto globalizado e crescentemente desigual das cidades, sobretudo as de países em desenvolvimento, a circulação tem tomado importância cada vez maior enquanto viabilizadora do acesso aos serviços urbanos e do cumprimento do direito à cidade. Entendendo o papel da mobilidade urbana enquanto política pública, considera-se que a mesma deve permitir identificar, analisar e avaliar os problemas urbanos, suas causas e consequências. Entende-se que soluções pontuais, que sejam dadas a questões especificamente relacionadas à circulação, terão, portanto, um alcance muito mais amplo do que apenas resolver um problema de tráfego: ao melhorar a circulação, melhora-se o acesso aos serviços como um todo, viabilizando o cumprimento do direito à cidade por todos os segmentos sociais. O objetivo Geral deste artigo é apresentar ferramentas e elementos de intervenção disponíveis para a viabilidade e eficientização do transporte coletivo, sobretudo pelo sistema de ônibus, nas cidades brasileiras. Foram analisados normas e manuais disponíveis e recorrentemente utilizados para o planejamento de transporte coletivo nas cidades brasileiras, compilando práticas consideradas mais atuais e usualmente empregadas em sistemas de transporte coletivo urbano por ônibus. Assim, foram apresentadas as soluções encontradas, descrevendo sua execução e avaliando diferentes opções a fim de conferir sua viabilidade. Foram apresentados elementos de infraestrutura primária e secundária utilizados de forma corriqueira nos projetos de transporte coletivo intraurbano nas cidades brasileiras. Utilizando-se de tais elementos e das determinações das normas, legislações e manuais a respeito do tema, entende-se que é possível oferecer um sistema de transporte eficiente e que colabore enquanto política pública de mobilidade urbana.

ALTERNATIVAS A CRISE DA MOBILIDADE URBANA EM REGIÕES PERIFÉRICAS SEGREGADAS.
O CASO DA JAUBRA NA BRASILÂNDIA – SÃO PAULO – BRASIL
Dayana Brainer da Silva Furtado - UNINOVE, dayanabrainer@gmail.com
Jane da Cunha Calado - UNINOVE, janeccalado@gmail.com
Cristiano Capellani Quaresma - UNINOVE, quaresmacc@uni9.pro.br

A crise da mobilidade em São Paulo prejudica principalmente a população de menor renda, usuária do transporte coletivo. Os problemas de transporte e mobilidade que afetam áreas periféricas, implicam no aprofundamento das desigualdades sociais e prejudicam o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Iniciativas que se utilizam de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), como as Operadoras de Tecnologias de Transporte (OTTC's), podem se tornar limitadoras e excludentes, pois vão contra as especificidades locais e as desigualdades sociais e espaciais de áreas urbanas segregadas. A partir da estratégia local desenvolvida na Brasilândia, em São Paulo, Brasil, frente a ausência de serviços de mobilidade fornecidos por táxis e tecnologias de transportes, realizou-se um estudo exploratório baseado em entrevistas com moradores locais e os responsáveis pela JAUBRA, levantamento bibliográfico, análise documental análise e estudo de caso.

INDICADORES DE SEGREGAÇÃO URBANA
Ana Luisa Maffini Machado - UFRGS, analuisamaffini@gmail.com

A segregação urbana é fenômeno inerente às cidades. Analisada inicialmente de forma teórica, a segregação passou a ser medida na década de 1950 por indicadores quantitativos, mais tarde transformados em espaciais, até por fim chegarmos a modelos urbanos que analisam as propriedades espaciais da morfologia das cidades. A América Latina possui histórico de desenvolvimento das cidades diferente da Europa e América do Norte, e seus fenômenos urbanos não podem ser analisados da mesma forma. Nesse contexto, a população brasileira representa 50% da população da América do Sul, fazendo do Brasil um país representativo para a aplicação dos estudos de segregação. Estando na lista das 10 nações mais desiguais em renda do mundo, a principal forma de segregação no Brasil é de origem socioeconômica. O objetivo deste artigo é apresentar uma breve revisão de algumas medidas e indicadores de segregação e fazer uma aplicação empírica de algumas dessas medidas, permitindo a discussão das semelhanças e diferenças das medidas. As conclusões buscam ampliar as discussões frente os diferentes indicadores de segregação quando aplicados em cidades brasileiras.

ÍNDICE DE ACESSO À MORADIA DIGNA: CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA E RESULTADOS PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, SP
Guilherme Frizzi - UFABC, guilherme.frizzi@aluno.ufabc.edu.br
Carolina Moutinho Duque de Pinho - UFABC, carolina.pinho@ufabc.edu.br

A política e o modelo de produção habitacional adotados no Brasil vêm apresentando consequências severas na supervalorização da terra urbana e dos imóveis, especulação imobiliária, periferização das cidades, aumento nos custos com infraestrutura e transportes e impacto no meio ambiente. Nesse contexto, o presente trabalho propõe a construção metodológica do Índice de acesso à Moradia Digna (IMD), um índice multidimensional que considera componentes complexos da inserção das famílias e domicílios no

território à luz do conceito da moradia digna. O IMD foi construído e aplicado à realidade do município de Santo André. Os resultados mostram um baixo acesso a quase todas as dimensões da moradia digna em áreas de favelas, com exceção da dimensão Custo. Além disso, foram realizadas análises de clusters, sendo possível observar comunidades com acúmulos de vantagens e desvantagens. Essa pesquisa representa uma importante contribuição ao planejamento e gestão territorial, direcionamento e avaliação de políticas habitacionais, assim como para a representação espacial do acesso à moradia digna.

ST_09 > EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO E NA CIDADE

Comissão Científica:
Amadja Henrique Borges – PPGAU/UFRN
Inês Martina Lersch – PROPUR/UFRGS
Jane Roberta de Assis Barbosa – Cidades Contemporâneas/UFRN
Rita de Cássia Lucena Velloso – NPGAU-EA/UFMG
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros – PPEUR/UFRN

> ST_09 >**01**

PRÁTICAS URBANAS, PARA ALÉM DA SALA DE AULA
COORDENAÇÃO: RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO E INÊS MARTINA LERSCH

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 15

PLANEJAMENTO URBANO POPULAR NA VILA DIQUE: Construindo um diagnóstico coletivo
Douglas Silveira Martini - UFRGS, douglassmartini@gmail.com
Bárbara Kayser dos Santos - UFRGS, bah.kayser@gmail.com
Pedro Henrique Ayete Silveira - UFRGS, pedro.ayete@gmail.com
Ana Aguirre Silveira da Rosa - UFRGS, anaaguirre675@gmail.com

O artigo estrutura-se em 3 partes. A primeira aborda brevemente o contexto histórico de luta da Vila Dique, localizada na Zona Norte do município de Porto Alegre. A segunda trata de esquematizar um panorama atual dos processos de planejamento urbano e de canais de participação existentes, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e ambiental (CMDUA) e o Orçamento Participativo (OP), buscando relacionar esses canais com o processo ocorrendo na comunidade e contextualizar sobre como surgiu a demanda do Plano Popular da Vila Dique, que está sendo elaborado pela comunidade com o apoio do escritório modelo EMAV - Práticas Participativas Populares, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, junto a outros apoiadores. Nessa parte, discorremos sobre o que entendemos ser um planejamento urbano participativo ou excludente e sobre organização e registros em projetos de extensão. A última parte aborda a construção de uma metodologia adotada para elaborar a primeira etapa do Plano, que consiste de um diagnóstico para o entendimento coletivo da comunidade, descrevendo os passos e as abordagens pedagógicas utilizadas com o objetivo de tornar as dinâmicas participativas mais inclusivas e representativas.

IMPLEMENTAÇÃO DA COLETA SELETIVA EM PAU DOS FERROS-RN:
CONCEPÇÕES BASEADAS A PARTIR DO BAIRRO NAÇÕES UNIDAS
Isis dos Santos Costa - UFERSA, isis.sj@hotmail.com
Cláwsio Rogério Cruz de Sousa - UFERSA, clawsio.cruz@ufersa.edu.br

O município de Pau dos Ferros-RN, vem constantemente se desenvolvendo, e associado a ausência de planejamento urbano, surgem problemáticas socioambientais, como a progressiva geração de resíduos sólidos, e seu mal gerenciamento. A coleta seletiva se insere a partir desse contexto como instrumento de gestão, que por lei é obrigação dos municípios. Tendo em vista a execução de projetos relativos que minimizem os impactos ambientais e melhore a qualidade de vida da população, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA – Campus Pau dos Ferros) a partir do projeto de extensão Empreendedorismo Social e Negócio de Impacto Social (ESNIS) em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade, desenvolveu pesquisas em campo com a população a respeito de suas percepções do assunto. O objetivo desse trabalho é averiguar o potencial do Bairro Nações Unidas deste município para servir de local pioneiro para inserção da coleta seletiva, neste contexto, o ESNIS encontra-se elaborando um plano para implantação desse sistema, com a finalidade do gerenciamento correto dos resíduos sólidos urbanos do município e consequente melhoria da qualidade de vida da população.

AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO DA PRAÇA SÓ ALEGRIA: PROCESSO, PROJETO E EXTENSÃO
Vítor Soares Miceli - FAU USP, vitor.miceli@usp.br
Mayara Barbosa de Almeida - IF SP, mayara.barbosa@aluno.ifsp.edu.br

O trabalho buscou fazer uma análise processual e uma Análise Pós Ocupação (APO), da praça Joaquim Agostinho Zeferino, Só Alegria, localizado na Zona Oeste da Cidade de São Paulo na favela Jardim Jaqueline. O projeto, nasce em 2013 como uma matéria do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, passando para um projeto de extensão em 2015 e em 2016 como um projeto da entidade autogerida FAU Social. O texto busca analisar esses processos fazendo luz ao conceito de "extensão", para assim entender como o local foi construído e como é utilizado, valendo-se da APO.

CURTAS URBANOS: O USO DO AUDIOVISUAL PARA DEBATER QUESTÕES URBANAS
Jayne Lucas Pereira - UFRN, jayne.lp@gmail.com
Elisa Gianvenuti - UFRN, elisa102gianvenuti@gmail.com
Nathalia Azevedo de Melo - UFRN, nathaliaazmelo@gmail.com
Amíria Bezerra Brasil - UFRN, amiriabrasil@gmail.com

O artigo aborda a contribuição do audiovisual na esfera do ensino de Arquitetura e Urbanismo através da análise do projeto de extensão Curtas Urbanos, que promoveu eventos de exibição de curtas-metragens com temáticas relacionadas aos estudos urbanos. Foi realizada uma investigação teórica a respeito

da utilização do audiovisual como instrumento de debate e representação de processos urbanos e antropológicos a partir dos trabalhos de Olivieri (2007) e Tavares (2017). Em seguida, analisaram-se as temáticas levantadas pelos curtas-metragens e as discussões realizadas a partir das exibições. As sessões resultaram em ricas discussões acerca dos temas retratados, além do êxito no alcance à um público diverso, integrando professores, estudantes e público externo. Assim, se identificou o valor do audiovisual como uma potente ferramenta para levantar reflexões e questionamentos à respeito de questões urbanas, apresentando contextos desconhecidos ao meio acadêmico em seus moldes convencionais.

ST_09 >**02**

INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
COORDENAÇÃO: JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA E RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 15

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ILHA DO BORORÉ: O TERRITÓRIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO
Jorge Bassani - USP, jbassani@usp.br
Flávia Tadim Massimetti - USP, flavia.massimetti@gmail.com
Marla Rodrigues - USP, marlarodrigues049@gmail.com

Partindo-se da compreensão do território como elemento transformador e formador do sujeito, entende-se a necessidade da discussão da territorialização como uma ferramenta pedagógica e política. No entanto, quando se expande esses limites disciplinares e alcança-se outros espaços e agentes, como escolas, por exemplo, a discussão apresenta um grande potencial transformador. Quando tal potencialidade é associada ao conhecimento técnico produzido nas universidades, os resultados gerados podem impactar a sociedade produzindo reais transformações sociais naquele determinado território. Esse processo pode ser notado em projetos de extensão universitária. O objetivo do artigo é apresentar uma reflexão sobre os desdobramentos da relação sociedade-universidade que visam repensar as formas de produção do espaço e ressignificar a relação do sujeito com seu território, a partir das experiências do projeto "Revisitando o território: novas percepções sobre o Grajaú", realizado pelo GeMAP da FAUUSP.

A EXPERIÊNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: O ATELIER DE HABITAÇÃO SOCIAL – UNISINOS / PMSL / COMUNIDADE
Adalberto da Rocha Heck - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, heck@unisinos.br
Débora Becker - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, debecker@unisinos.br
Angela Maria Müller - Prefeitura Municipal de São Leopoldo, angel-m@uol.com.br

Este artigo descreve a experiência extensionista do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, buscando demonstrar como a inserção em exercícios reais de projeto pode contribuir para o aprendizado e promover a reflexão a partir da ação, além de aproximar a academia da realidade de nossas cidades. A experiência relatada trabalha com o tema da habitação de interesse social, a partir da participação dos estudantes em projetos locais desenvolvidos pela Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de São Leopoldo/RS para populações em condição de vulnerabilidade social. A metodologia aplicada foi baseada em um processo participativo e colaborativo entre os agentes envolvidos na construção de alternativas para moradia das famílias atendidas, oportunizando aos alunos o aprendizado na ação, através da aliança da teoria à prática, contribuindo com o atendimento à demanda atual por projetos sociais, e evidenciando a importância de projetos extensionistas.

AÇÕES DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO NEGAF/UNISC-RS
Cidonea Machado Deponti - PPGDR/UNISC, cidonea@unisc.br
Rosane Bernarrdete Brochier Kist - UNISC, rosanekist2009@hotmail.com
Silvio Cezar Arend - PPGDR/UNISC, silvio@unisc.br

O objetivo deste artigo é relatar a experiência desenvolvida pela equipe interdisciplinar do Núcleo de Extensão Tecnológica e de Gestão Rural para a Agricultura Familiar (NEGAF). O Núcleo conta com a parceria de diversas instituições, dentre elas: a EMATER/ASCAR-RS, as Secretarias de Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O objetivo geral do Núcleo é receber demandas de agricultores familiares relacionadas à gestão rural, buscando desenvolver sistemas adequados às necessidades dos agricultores familiares. Algumas considerações podem ser feitas, tais como a aproximação dos agricultores com a universidade e a possibilidade de construção de um conhecimento híbrido, obtido através da interface social entre o conhecimento científico dos professores, dos alunos e dos parceiros envolvidos no processo. Assim, concluiu-se que o referido Núcleo possui uma relevância social à medida que possibilita através da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção do conhecimento e a contribuição do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC com o desenvolvimento do Vale do Caí e da região de Sobradinho, através do envolvimento de alunos e de professores da graduação da pós-graduação, da comunidade local, de organizações sociais.

EXTENSÃO EM UMA XÍCARA DE CHÁ
Bruno Cesar Euphrasio de Mello - Faculdade de Arquitetura, UFRGS, brunocesaremello@gmail.com
Gabriela Rosa Nodari - Faculdade de Arquitetura, UFRGS, gabriela.nodari.n@gmail.com
Inês Martina Lersch - Faculdade de Arquitetura, UFRGS, martina.lersch@ufrgs.br
João Farias Rovati - Faculdade de Arquitetura, UFRGS, joao.rovati@gmail.com

O artigo relata as ações do projeto Práticas Urbanas Emergentes (PUE), criado para ser um espaço de interlocução entre alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pessoas ou coletivos promotores de novas práticas urbanas contra-hegemônicas. Realizado em Porto Alegre, essa atividade desenvolve experiências de "infusão" que, na visão dos autores, deveriam balizar não só as ações de Extensão, também as práticas de Ensino e Pesquisa hoje hegemônicas na Universidade Pública. São apresentados aqui os resultados de vivências e oficinas realizadas junto aos protagonistas do Sítio Horta Alegre, da Vila Nazaré e do PF das Ruas.

ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DE ACOLHIMENTO E APRENDIZAGEM
COORDENAÇÃO: INÊS MARTINA LERSCH E JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 16

APROXIMAÇÕES: UM CONVITE A PRÁTICA DO ACOLHIMENTO NOS ESPAÇOS INFRAESTRUTURAIS DA CIDADE
Julian Grub - UFRGS / UNISINOS, julian.grub@gmail.com

Preocupado em aproximar extensão e graduação, infraestrutura e hospitalidade, universidade e realidade da cidade, esse trabalho pretende combinar ensino de graduação com práticas criativas numa espécie de ensino ativo ou praticado. Assim, através de um breve relato retoma-se a disciplina de projeto de graduação da faculdade de arquitetura da UFRGS sob coordenação do professor Fernando Fuão. Esta experiência através da vivência do espaço buscou o diálogo de diferentes realidades – alunos, professores, alunos da pós-graduação e principalmente da comunidade local. Foi usado como estudo de caso a estação de trem trensurb Niterói-Rio Branco no município de Canoas. Num processo de abertura e ressignificação, as instalações experienciadas pelos alunos e pela comunidade na estação entre os anos de 2014 e 2016 objetivaram não apenas a requalificação, mas principalmente estimular a importância do acolhimento na arquitetura e a reflexão sobre a qualidade dos espaços da cidade através da realidade partilhada com o outro. A experiência dos encontros torna-se, portanto, matéria prima desse relato e uma importante forma de conhecimento e reflexão. Para além das "paredes" da universidade os exercícios de forma ativa como instalações artísticas, festas e equipamentos provisórios, expressam a preocupação com a realidade cotidianamente vivida pelos comerciantes locais e também apontam a forma autoritária (e disciplinadora) do fazer arquitetural. Portanto, o ensaio se propõe a uma reflexão sobre a importância da aproximação efetiva do aluno da graduação com a população, do contato da sala de aula com a realidade, e ao mesmo tempo, procura destacar a questão ética que envolve o pensar arquitetônico, principalmente voltadas as arquiteturas infraestruturais da cidade.

CO-CRIANDO A CIDADE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ARTICULAÇÕES E REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EM ESPAÇOS EDUCATIVOS
Mariana Ribeiro Pardo - Universidade Federal da Bahia, ribeiropardo.mariana@gmail.com
Ana Clara Oliveira de Araújo - Universidade Federal da Bahia, clara.oliveiradearaujo@gmail.com
Davi Lima Bastos - Universidade Federal da Bahia, davibastosarq@gmail.com
Maria Luiza Freitas Rocha - Universidade Federal da Bahia, mluiza_freitas@hotmail.com

A discussão em torno da participação de crianças e adolescentes no planejamento urbano tem sido frequente no campo da Arquitetura e Urbanismo, considerando importante a inclusão desses agentes sociais nos processos de produção e de planejamento urbano, entendendo-os não apenas enquanto usuários, mas também enquanto agentes de transformação, criação e proposição da cidade. Nesse sentido, o CURIAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, vem desenvolvendo projetos de extensão universitária em colaboração com dois espaços educativos de Salvador: a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada, na região do Subúrbio Ferroviário; e o Centro Municipal de Educação Infantil União Boca do Rio, no bairro da Boca do Rio. As atividades que vêm sendo realizadas, configuram-se como continuidade de ações que já eram praticadas anteriormente pelas coordenações pedagógicas desses locais, voltadas para a interação com a comunidade em que se inserem, assim como com os demais agentes sociais e culturais presentes nesses territórios.

CONSTRUINDO PONTES: UM LUGAR DE VIDA NA ZONA DO CEMITÉRIO
Terezinha de Oliveira Buchebuan - Universidade de Caxias do Sul, tobuchebuan@ucs.br
Luiza Signori - Universidade de Caxias do Sul, signoriluiza@gmail.com

O presente texto constitui-se de relato de experiência de uma ação extensionista do TaliesEM - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul, em um território autoproduzido de Caxias do Sul, RS, o Euzébio Beltrão de Queiróz. O objetivo é construir reflexões afim de compreender as atividades realizadas, servindo de suporte para ações futuras. Os procedimentos metodológicos envolveram o retrato da formação da cidade; a constituição histórica dos seus territórios autoproduzidos; a contextualização do Euzébio Beltrão de Queiróz nesse cenário; e, o relato da experiência do TaliesEM na comunidade. A reflexão analítica dos resultados se dá a partir dos conceitos de espaço e lugar (Tuan, 1983) e de fronteira (Certeau, 1998). As ações na comunidade culminaram na requalificação da Praça da Esperança através de uma abordagem colaborativa, horizontal e miniaturizada de intervir no espaço. A praça transformou-se em lugar construindo-se pontes.

DA BRICOLAGEM AO DESENHO DO POSSÍVEL
Dmetryus Targino Marques de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dmetryus_targino@hotmail.com
Amadja Henrique Borges - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, amadjaufrn@gmail.com

A atuação do arquiteto e urbanista não alcança, de maneira geral, as camadas populares no Brasil. Diante disso, observa-se construções que dependem dos conhecimentos empíricos e/ou técnicas difundidos em determinado grupo. Os assentamentos Rurais, fruto das Política Nacional de Reforma Agrária se incluem nesse contexto. Essas unidades são construídas sem fiscalização, apresentando, após algum tempo, problemas estruturais, como foi o caso do Assentamento Rosário. O INCRA estabelece normas que destinam créditos voltados para a recuperação dessas casas. Em 2007, o Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat atuou oferecendo assessoria técnica para os assentados, realizando reformas e ampliações nas suas casas. Partindo do referencial teórico com base na obra de Henri Lefebvre, estudou-se as melhorias por auto-empreendimento e assessoria técnica no Assentamento Rosário. Tendo como objeto de estudo o processo de construção e consolidação do assentamento do Rosário, a pesquisa tem como principal objetivo, expor teoricamente os conflitos entre as concepções da casa por parte dos assentados e por parte dos técnicos do GERAH.

TENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIREITO À CIDADE
COORDENAÇÃO: RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO E AMADJA HENRIQUE BORGES

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 16

O ORNITORRINCO DE PAPEL: UNIVERSIDADE, CIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Wrana Panizzi - UFRGS, wrana@terra.com.br

Os anos passam, a vida segue, mas algumas coisas não mudam. Talvez o maior desafio de todos aqueles que se ocupam da gestão da universidade, das cidades e da própria relação da primeira como a segunda através das atividades de extensão, seja os impedimentos burocráticos e o excesso de processos e protocolos a serem seguidos de modo que na maioria das vezes as leis acabam não saindo do papel. Neste sentido, no presente texto busco através de uma inflexão sobre meus trabalhos e estudos, repensar e ressignificar o modo como a universidade, a cidade e a extensão universitária é pensada, sobretudo, do ponto de vista de sua tangibilidade e incidência social. Para isto, realizo no decorrer do texto, uma breve digressão a partir da qual proponho uma reviravolta epistêmica com vistas a pensar tanto a cidade como a universidade a partir de uma dupla dicotomia entre a universidade tangível (das pessoas) e a intangível (das agências de fomento, do Estado), quanto da cidade tangível (daqueles que moram nela) e a intangível (daqueles que pensam sobre ela).

"NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA…" A ASSESSORIA TÉCNICA E O DIREITO À CIDADE NA OCUPAÇÃO VICENTÃO EM BELO HORIZONTE/MG

Gisele Marques Carraro Machado - UFMG, giselecarraro156@gmail.com
Isabela Resende Barreto - UFMG, isabelarbarreto@gmail.com
Margarete Maria de Araújo Silva - UFMG, leta123@gmail.com
Tiago Castelo Branco Lourenço - UFMG e Pucminas, tiago@coau.com.br

Este trabalho apresenta o processo de assessoria técnica desenvolvida na Ocupação Vicentão, evento urbano que ocorre no centro da cidade de Belo Horizonte/MG desde janeiro de 2018. Esta assessoria tem ocorrido com profissionais e estudantes de Arquitetura e Urbanismo associados com profissionais e estudantes de outras áreas do conhecimento, como: Ciências Sociais, Direito, Geografia, História e Pedagogia. Serão apresentados os desafios ocorridos durante as discussões de apropriação de um edifício de 10 pavimentos por sem casa e vendedores ambulantes, as interfaces utilizadas para buscar o engajamento de todos os envolvidos com as questões que envolvem a ocupação de um edifício de grande porte dentro de um centro urbano complexo e dinâmico como é Belo Horizonte. Este relato é importante para a reflexão dos processos que ocorrem na Ocupação Vicentão e para outros casos de ocupações de prédios que tem ocorrido em várias cidades brasileiras nas lutas pelo direito à cidade.

ABRACE O PORTO DO CAPIM. REQUALIFICAÇÃO URBANA E DIREITO À CIDADE. UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE.

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia - UFPB, jovankabcs@gmail.com

Este artigo trata de uma experiência de extensão universitária, o Proext/MEC-Sesu - Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa – PB (Proext Abrace o Porto), desenvolvido no âmbito da UFPB, entre 2015 e 2016, atuando junto à Comunidade Porto do Capim e aos movimentos sociais urbanos insurgentes. Os métodos e as formas de participação que marcaram esta experiência visaram, inicialmente, abrir a discussão ampla sobre a problemática inserindo a comunidade, os movimentos sociais e a universidade no processo de questionamento de um projeto de requalificação urbana para o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa realizado pela Prefeitura Municipal. A partir da extensão universidade-comunidade reunimos subsídios para refletir sobre projetos urbanísticos participativos, valorizando as ações articuladas entre diversos agentes pelo Direito à cidade. Essas ações foram marcadas pelo pensamento crítico sobre a cidade, seus agentes e a prática do urbanismo.

ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA TARAMELA PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UM CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM FORTALEZA, CEARÁ.

Lucas Golignac Lessa - Universidade Federal do Ceará, lucaslessa92@gmail.com
Natália Maria Moura Medeiros - Universidade Federal do Ceará, natimmmedeiros@gmail.com
Marcela Monteiro dos Santos - Universidade Federal do Ceará, marcelamonteirosantos@gmail.com

A Lei de Assistência Técnica (11.888/2008) completa 10 anos desde sua promulgação, apesar de pouco implementada, ela tem contribuído para (re)ampliar o debate e estimular o surgimento de novos grupos em torno da consolidação de um campo profissional. A lei foi uma vitória dentro de um processo histórico, onde diversos profissionais, destaque para arquitetos urbanistas, junto a movimentos sociais disputam a construção de uma cidade mais democrática. Recentemente emergem questões que buscam conceituar o que seria o trabalho de assessoria, ligado a esse histórico de ações próximo aos movimentos e a assistência técnica tal qual foi conquistada pela lei. Este artigo busca debater essas questões históricas e teóricas, que se construíram principalmente no sul e sudeste do país, e dialogar com a experiência prática da Taramela, um novo grupo sediado em Fortaleza que foi criado na busca de se consolidar uma atuação profissional com assessoria e assistência técnica no Ceará.

VIVÊNCIAS, TROCA DE SABERES E FORMAÇÃO CIDADÃ PARA O DIREITO À CIDADE: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO MOTYRUM – UFRN, DE EDUCAÇÃO POPULAR EM DIREITOS HUMANOS, NA COMUNIDADE DO JACÓ, EM NATAL/RN

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha - UFRN, dubentes@gmail.com
Marise Costa de Souza Duarte - UFRN, marise_csd@yahoo.com.br
Reinaldo Lima Souza de Lélis - UFRN, reinaldoleliss@gmail.com
Marcello Uchoa Wanderley - UFRN, muchoaw@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o aprofundamento do processo de efetivação do Direito à Cidade, a partir de experiências acadêmicas desenvolvidas em processo dialógico, com articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, toma como referência as pesquisas realizadas no âmbito dos Trabalhos Final de Graduação "Bom dia, Jacó: plano urbanístico de ideias para e com a Comunidade do Jacó, no Bairro das Rocas, em Natal/RN" e "Entre muros: vida escondida na Comunidade do Jacó – caminhos para

a efetivação do direito à moradia na AEIS São José do Jacó em Natal/RN", desenvolvidos por estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, e de Direito, respectivamente, da UFRN, em articulação com o Projeto Motyrum Urbano. A realização desse Projeto tem estimulado estudantes, professores, moradores da comunidade e técnicos do setor público a contribuir com ações concretas de implementação de direitos humanos e particularmente do Direito à Cidade, reafirmando o compromisso com a formação profissional cidadã e com a construção de uma cidade de direitos.

> ST_09 >**05**

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE RESISTÊNCIA
COORDENAÇÃO: INÊS MARTINA LERSCH E JOÃO FARIAS ROVATI

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 02

ASSISTÊNCIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE INCERTEZAS: OS EFEITOS NA PARCERIA DA CIAPA (MDU/UFPE) COM A OCUPAÇÃO DA VILA SUL

Bruno de Albuquerque Ferreira Lima - UFPE, mdu.bruno@gmail.com
Thalita Alves Silva Ribeiro - UFPE, alvesribeiro.thalita@gmail.com

Neste artigo apresentamos a experiência de assistência técnica da Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem (CIAPA-MDU/UFPE) na realização do projeto de urbanização da comunidade Vila Sul, ocupação em terreno da União, mobilizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). A associação de movimentos sociais com instituições de extensão tem se mostrado uma importante ferramenta para atender exigências para acessar canais oficiais de financiamento que minimizem o déficit habitacional que temos no Brasil. Por estar em área de frente de água, central e próxima de grandes empreendimentos, a comunidade sofre contínua pressão contra sua consolidação. O cenário incerto de desconstrução do planejamento federal das questões urbanas, de destinação do patrimônio da união para fins de política fiscal, e o discurso de criminalização de movimentos sociais, tornam urgentes o esforço de criar baluartes contra possíveis retrocessos de conquistas arduamente obtidas.

AUTONOMIA, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO: CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. CONTRIBUIÇÕES PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOCIALMENTE REFERENCIADA

Regina Bienenstein - PPGAU-UFF, bienenstein_regina@id.uff.br
Cynthia Gorham - NEPHU-UFF, cynthiagorham@gmail.com
Glauco Bienenstein - PPGAU-UFF, glaucob01@gmail.com
Daniel Mendes Mesquita de Sousa - PPGAU-UFF, danielmendesms@yahoo.com.br

Este artigo trata da assistência técnica gratuita na área de arquitetura, urbanismo e engenharia, voltada para a habitação, examinando a contribuição da universidade pública, por meio de suas principais e indissociáveis atividades, ensino, pesquisa e extensão, e discutindo desafios quanto à formação de profissionais críticos e capacitados para colaborar na construção de cidades sócio e espacialmente justas e inclusivas e contribuir para o fortalecimento dos movimentos populares que lutam pelo direito à moradia. Está organizado em cinco partes, além da introdução. A primeira contextualiza o processo e o arcabouço jurídico da assistência técnica no Brasil; a segunda resgata a luta pela assistência técnica gratuita, e a Lei de Assistência Técnica; a terceira aborda diferentes enfoques e formas, limites e possibilidades da assistência; a quarta apresenta breve avaliação das dificuldades e possíveis contribuições de uma ação de extensão universitária, seguida de considerações finais.

ASSESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: RELAÇÃO NÃO ALIENADA ENTRE HOMEM E NATUREZA

Viviane Zerlotini da Silva - Escritório De Integração PUC MINAS, vivianezerlotini@gmail.com
Luiz Felipe Velloso Leal - Escritório De Integração PUC MINAS, bira-leal@hotmail.com

Este artigo busca identificar mediações de primeira ordem entre o homem e a natureza, no modo de autoprodução do espaço pelas ocupações urbanas. Apresenta-se o recorte de quatro anos de pesquisa e extensão realizadas nas ocupações de Izidora, a partir da fricção entre a experiência dos moradores e outras técnicas de gestão e de urbanização do território. As relações com a natureza e modos de vida; a terra (recurso e apropriação, padrão de consumo da terra e estruturação do espaço intra-urbano, função social da terra e da propriedade, direito à cidade); o sítio (elementos pré-existentes, capacidade de suporte e potencial, a formação geológica, o relevo, a paisagem, as fontes e os caminhos das águas, o sol e os ventos); processos de autoprodução e gestão comum do espaço (técnica, organização social e divisão do trabalho) mostraram que a cidade autoproduzida guarda potenciais para a produção menos degradante e desigual do espaço.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO VIA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO ATAU-UNIFAP

Melissa Matsunaga - Universidade Federal do Amapá, matsunagamk@gmail.com
Marcelle Vilar da Silva - Universidade Federal do Amapá, cellevilar86@yahoo.com.br
Patricia Takamatsu - Universidade Federal do Amapá, patritak@gmail.com

O artigo objetiva abordar a experiência do Projeto de Extensão Universitária 'Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo' da UNIFAP (ATAU) que tem como área de intervenção o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (CHMOS) localizado na zona norte de Macapá-AP. O CHMOS corresponde a um conjunto de 528 UH térreas do PMCMV e foi entregue em 2013 pelo Poder Público Municipal. Tendo em vista que a área construída da UH apresenta-se insuficiente para a maioria dos perfis familiares, o ATAU visa, num primeiro eixo de atuação, assistir dez famílias moradoras do Conjunto elaborando – em diálogo com as mesmas –, o projeto de reforma e adequação das residências às suas necessidades e desejos. O segundo eixo foca a elaboração de projeto para as áreas públicas do CHMOS, através da discussão e acordo coletivos sobre usos pretendidos para tais áreas. O ATAU mobiliza a Lei Federal No. 11.888/2008 –– que "assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social" como parte do direito social à moradia, conforme Art. 6º da Constituição Brasileira. Pretende-se discorrer sobre a metodologia empregada, o histórico do CHMOS, além de analisar o potencial que a atividade extensionista possui em pautar as atividades de ensino e pesquisa, reforçando o caráter crítico e compromissado à realidade social local dos egressos do curso de arquitetura e urbanismo da UNIFAP.

CURSO A PRODUÇÃO CAPITALISTA DA CIDADE: A LEGITIMAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PELA PESQUISA-AÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS
Valeria Pinheiro - LEHAB UFC, pacienciarevolucionaria@gmail.com

A criação, o desenvolvimento e os desdobramentos do Curso "A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências" são objeto deste artigo, inserido num processo de pesquisa-ação do Laboratório de pesquisas da Habitação (LEHAB/UFC), na busca por compreender melhor nosso compromisso intelectual e político, enquanto parte da Universidade Pública, perante os movimentos sociais urbanos. O curso considera premente a socialização do debate sobre as parcerias público-privadas como forma de gestão e planejamento das cidades, e a construção coletiva de alternativas a este modelo de cidade. Considerando o atual cenário de ameaças aos direitos nos mais diversos campos, estratégias que permitam o fortalecimento da articulação e da capacidade de intervenção propositiva de segmentos populares legitima a existência da Universidade e reforça a necessidade de sua autonomia.

OS SEM ENDEREÇO: A DESINFORMAÇÃO URBANÍSTICA NA ZEIS BOM JARDIM E NOVAS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA URBANÍSTICA
Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas - UFC, urbcla@gmail.com
Mariana Quezado Costa Lima - Unichristus, marianaqcl@gmail.com
Rogério da Costa Araújo - CDVHS, rio.costa50@gmail.com

A despeito de garantias constitucionais desde 1988, o espaço periférico brasileiro permanece sendo produzido sob a lógica do clientelismo, onde os serviços urbanos são apresentados como um favor pelos representantes políticos para uma população, vista ainda predominantemente como moradores ilegais. Este artigo discute os desafios de implementação do projeto emancipador contido no marco legal brasileiro do direito à cidade nas periferias urbanas brasileiras. Dentre os inúmeros desafios políticos e institucionais que se apresentam para tal implementação, será aprofundado o contexto de desinformação urbanística persistente no espaço periférico. A pesquisa tem como estudo de caso uma periferia urbana representativa da realidade das cidades brasileiras: o território do Grande Bom Jardim situado no limite sudoeste de Fortaleza. Aborda a dimensão técnica do fenômeno da informalidade, mediante mensuração do grau de distanciamento da normativa vigente com a cidade existente, realizada por meio de análises espaciais de dados georreferenciados, e a dimensão comunitária, por meio do diálogo com os moradores em atividades de extensão universitária. A atuação neste território revelou a dimensão — pouco discutida na literatura brasileira — do desconhecimento da sociedade brasileira sobre como a periferia metropolitana é de fato produzida.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: MORADIAS AUTOCONSTRUÍDAS E PROCESSOS PEDAGÓGICOS
COORDENAÇÃO: RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO E JOÃO FARIAS ROVATI

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 2

ASSESSORIA TÉCNICA PARA MORADIAS AUTOCONSTRUÍDAS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE
Rérisson Máximo - FAUUSP/IFCE, maximo@usp.br

As necessidades habitacionais brasileiras são geralmente classificadas em dois componentes: déficit habitacional e inadequação habitacional. Esta considera moradias autoconstruídas, que não proporcionam condições desejáveis de habitação e que representam 3/4 das moradias produzidas. Quixadá, que abriga importante campus do IFCE, não difere da realidade de outras cidades cearenses de pequeno e médio porte, apresentando déficit habitacional cujo destaque é a inadequação habitacional. Diante deste quadro, implantou-se o Escritório Modelo de Assessoria Técnica em Construção Civil, projeto de extensão que atende grupos sociais ou organizações com dificuldades de acesso a profissionais na área de construção civil. O projeto possibilita que população de baixa renda reforme ou construa suas residências contando com assessoria técnica gratuita, baseando-se na chamada Lei da Assistência Técnica. Além de beneficiar essa população, possibilita aos alunos experiência prática voltada para questões sociais. Dentre os resultados alcançados destaca-se o desenvolvimento de desenhos e orientações técnicas para duas comunidades na periferia de Quixadá.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ATRAVÉS DOS EMAUS: ESTUDO DE CASO SOBRE OS CINCO ANOS DE ATUAÇÃO DO ABRICÓ COMO EMAU DA UFRJ
Maria Eduarda Sant' Anna Lessa - Abricó - EMAU/UFRJ, maria.slessa@gmail.com
Erick Santos de Mouros - Abricó - EMAU/UFRJ, erick.mouros@gmail.com
Bruna Garritano Ferreira - Abricó - EMAU/UFRJ, bgarritanof@gmail.com

Os Escritórios Modelo, iniciativa estudantil fomentada pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), buscam cumprir a tarefa de pôr em prática a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão nas Universidades através da assessoria a comunidades organizadas e em situação de vulnerabilidade política, econômica e social. Mas o que os caracteriza enquanto EMAUs? De que forma sua atuação pode influenciar para uma formação crítica de profissionais? Para responder a essas questões, o presente trabalho analisa a atuação do EMAU da UFRJ, Abricó, nos cinco primeiros anos após sua recriação. Através de levantamento bibliográfico, de banco de dados e coleta de testemunhos sobre as diretrizes dos EMAUs e o histórico do Abricó, o presente artigo irá sistematizar as informações e confrontar as ações do Abricó com os princípios dos EMAUs, avaliando os impactos da atuação de um Escritório Modelo dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

PROJETO CIVIS: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
William Mog - UFRGS/ASCPOA, williammog@hotmail.com
Lívia Salomão Piccinini - UFRGS, livia.piccinini@ufrgs.br
Renata de Figueiredo - ASCPOA, arq.renatafig@gmail.com
Beatriz da Fé Reis - ASCPOA, beatriz.poa@saudecriança.org.br

O artigo aborda uma experiência de assistência técnica na área habitacional em Porto Alegre/RS a partir da atuação de uma Organização Não Governamental (ONG) intitulada Associação Saúde Criança (ASC). Esta ONG possui como principal objetivo o atendido de crianças enfermas em condições de vulnerabilidade social através de uma estrutura interdisciplinar. Apresenta-se primeiramente um panorama teórico e histórico de formação da sociedade de classes brasileira e sua relação com o espaço urbano profundamente desigual para em seguida abordar a atuação da ONG neste contexto de desigualdade a partir do Projeto Civis, um espaço de diálogo entre os arquitetos do Pilar Moradia e o público atendido pela instituição. Entende-se que esta atuação viabiliza não apenas a solução de problemas habitacionais de uma população vulnerável socialmente, mas a abertura pedagógica de um espaço de autonomia que promove uma mudança social a partir do processo de resolução de problemas espaciais.

A MORADIA AUTOCONSTRUÍDA COMO PROCESSO DE MORAR DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: UM OLHAR PARA ALÉM DA PRECARIEDADE.
Juliana de Faria Linhares - UFMG, julianaalinhares@hotmail.com

Este artigo propõe o debate acerca da associação entre a autoconstrução e a precariedade. Esta proposta parte da inquietação a respeito da generalização do conceito de precariedade na medida em que esta característica seja conferida à totalidade de edificações autoconstruídas pela população de baixa renda e majoritariamente fundamentada pelo julgamento da sua forma final física. Nesta conceituação, entende-se esta arquitetura – dita precária – como algo que deve ser substituído, sem que esta caracterização seja resultante de uma investigação efetiva de suas condicionantes. Sugere-se, assim, uma análise a respeito do que dizem as moradias autoconstruídas sobre o processo de morar da população de baixa renda, desconstruindo os critérios de análise fixos, estanques e imagéticos vinculados ao morar do pobre. Entende-se a moradia como um processo de morar e de habitar a cidade, sendo sua materialidade um produto das relações pessoais, da estrutura social e histórica do morador e de seu mundo de vida.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES
Rafaela Vieira - FURB, arquitetura.rafaela@gmail.com
Kátia Ragnini Scherer - FURB, katia@furb.br
Giane Roberta Jansen - FURB, giane.jansen@gmail.com

Dentre as várias ações que contribuem para o fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres (GRD) na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, busca-se relatar a experiência vivenciada por meio de uma ação de extensão, que são os 'Fóruns Permanentes de Prevenção aos Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí'. O relato é do tipo descritivo, de caráter qualitativo e pautado na abordagem sistêmica. Os fóruns tem sido um espaço-tempo de caráter inovador, continuado e que tem permitido a integração de distintos steakholders, congregando o poder público, por meio de gestores e técnicos, comunidade acadêmica e comunidade em geral. Destaca-se, o papel da universidade como articuladora desses distintos grupos de interesse. As edições dos fóruns têm contemplado distintas temáticas e processos relacionados à GRD. Portanto, constitui-se como uma importante ferramenta de mediação que permite uma discussão ampla, participativa e continuada da GRD.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DISCUSSÕES SOBRE TEMPO, ESPAÇO, DISCURSO E PRÁTICA
COORDENAÇÃO: INÊS MARTINA LERSCH E JANE ROBERTA DE ASSIS BARBOSA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 9

ASSESSORIA TÉCNICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ROMPIMENTOS TEMPORAIS: O CASO DA GAMBOA DE BAIXO
Daniel Marostegan e Carneiro - PPGAU-FAUFBA, daniel@teia.org.br
Iago Albuquerque Barros - RAU+E FAUFBA, iago.albuquerque@gmail.com
Léo Silviano Bahia Filho - FAUFBA, leo.silviano2010@gmail.com
Erika Barbosa de Oliveira Souza - FAUFBA, erikabarbosa.au@gmail.com

Este artigo discute algumas complexidades na relação entre a universidade e os territórios urbanos a partir de ações e projetos que relacionam assessoria técnica e extensão universitária, que são muitas vezes condicionadas pelos tempos pré-estabelecidos dos ciclos de interação extensionista, previstos a priori nos projetos ou ações de extensão. Para discutir essas questões o texto dedica o olhar sobre o caso da Gamboa de Baixo em Salvador – BA, que pode ser caracterizado como um bairro popular consolidado inserido em uma zona urbana central à beira da baia de todos os santos, com localização bastante privilegiada e que recebeu ao longo do tempo diversas ações extensionistas. A ocupação da Gamboa se caracteriza tanto pela permanência popular em uma área urbana muito valorizada, quanto pela predominância de pescadores negros que tem sua subsistência muito pautada pela relação com o mar. Por fim, o texto apresenta reflexões sobre as interações extensionistas das universidades com a Gamboa de Baixo analisando a problemática dos ciclos de tempo pré-definidos, com início meio e fim muitas vezes herméticos e de baixo retorno real ao território, o que aponta para as perspectivas de rompimentos temporais entre os ciclos, de forma a se tornarem mais cumulativos.

ASSISTÊNCIA A ASSESSORIA TÉCNICA: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA
Fernanda Simon Cardoso - USP, fernandasimon@usp.br
João Marcos de Almeida Lopes - USP, jmalopes@sc.usp.br

Propomos um diálogo entre as noções de assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS), partindo de um ponto em comum - a atividade do profissional arquiteto e urbanista. Passamos pelo histórico de ações voltadas para essa área e por recentes debates e atividades realizados após a aprovação da Lei 11.888/2008, promovidos sobretudo por entidades representativas dos arquitetos e urbanistas. Tal diálogo, acreditamos, poderia fomentar a construção de um novo ideário profissional e uma agenda que delimite mais claramente o que poderia se constituir como campo de atuação dos profissionais dedicados à ATHIS. Desde a sanção da Lei Federal 11.888/2008, há uma certa efervescência de debates entre arquitetos e urbanistas sobre o assunto, mas sem um consenso sedimentado sobre qual deve ser o formato técnico e

político das ações de ATHIS. Enquanto seguem as disputas em torno do tema, a falta de clareza abre brechas para o surgimento de propostas controversas e discussões que não contribuem para introduzir mudanças estruturais na forma de se assessorar ou mesmo produzir a moradia popular.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSESSORIA TÉCNICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO

Iara Pezzuti dos Santos - UFMG, iarapezzuti@gmail.com
André Siqueira de Mendonça - UFMG, andresimen@gmail.com
Raul Pacheco Lemos dos Santos - UFMG, pls.raul98@gmail.com
Margarete Maria de Araújo Silva - UFMG, leta123@gmail.com

Este artigo é desdobramento da experiência de Extensão Universitária em trabalho colaborativo entre a Universidade Federal de Minas Gerais, a Associação de Produção Agropecuária Ho Chi Minh e a Associação Arquitetas Sem Fronteiras, no contexto de um assentamento da Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Partimos das percepções das dificuldades enfrentadas pelos assentados na consolidação de sua vida no campo para investigar as complexidades existentes em seu cotidiano, sobretudo as lacunas institucionais presentes no processo de assentamento. A partir daí, apresentamos o relato da nossa experiência em campo a fim de apontar possibilidades sinalizadas pela Extensão Universitária, tanto no campo profissional da assessoria técnica e na formação de profissionais capacitados e mais conectados a essa complexa realidade, quanto no papel da universidade pública no aprimoramento das políticas no contexto da Reforma Agrária.

AÇÃO EXTENSIONISTA E A PRODUÇÃO DE INTERFACES SÓCIO-ESPACIAIS

Débora Andrade Gomes Moura - UFMG, mouradebora111@gmail.com
Camila Oddi Duran - UFMG, milagome3@gmail.com
Jean Felipe Oliveira Dias - UFMG, jean.dias85@yahoo.com.br

O presente artigo analisa o conceito de extensão universitária e sua prática e apresenta um projeto de extensão em processo, que parte de uma crítica à assistência técnica e dedica-se à elaboração de um método de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo. A experiência em curso no distrito de Glaura, em Ouro Preto (MG), explora a relação dialógica e o uso de interfaces sócio-espaciais para desenvolvimento do método. Além de ampliar a discussão ao trazer o papel do técnico na assistência técnica, o artigo aponta ainda diretrizes para uma atuação reflexiva e que não vise a definição dos problemas das comunidades, mas que preste assessoria, oferecendo o suporte técnico necessário para a materialização das ações definidas pelos próprios assessorados.

A EXTENSÃO EM CONSTRUÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE 'IMERSÃO' EM RAPOSOS/MG

Junia Maria Ferrari de Lima - UFMG, juniaferrari15@gmail.com
Hernan Espinoza Riera - Universidad Central del Ecuador, espinozahernan9@gmail.com
Lucas Yuri Alves Zanatta - UFMG, y.lucasalves@gmail.com

A extensão traz em sua bagagem um longo histórico de experimentações, constituído por ações de cunho assistencialista ou paternalista, mas também por formas mais compartilhadas e horizontais de trabalho, fruto de parcerias firmadas entre a universidade e a sociedade civil. Influenciadas por aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, essas ações adquirem um caráter bastante dinâmico e heterogêneo. Este trabalho discute a extensão com recorte específico em uma modalidade de ação propiciada pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de uma experiência em construção, viabilizada a partir de uma parceria entre a universidade e parte da comunidade do município de Raposos-MG que, além de permitir a participação de discentes matriculados em todos os cursos da UFMG tem propiciado oportunidades mais ampliadas de contato com a população local, a partir de imersões no município parceiro.

DIAGNÓSTICO SÓCIO-URBANÍSTICO PELA PRÁTICA DO DESENTENDIMENTO E O COMUM – REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO AO NÍVEL DA SOCIEDADE

Norberto Milton Paiva Knebel - Universidade La Salle, norberto.knebel@gmail.com

O objetivo é trazer uma reflexão bibliográfica e teórica sob o planejamento urbano, tendo o objetivo de esclarecer o papel possível do desentendimento e do comum. O método utilizado é da revisão blibliográfica sob abordagem dialética. Ainda, essa pesquisa busca trabalhar a hipótese da extensão universitária promover a tradução técnica dos manifestos de desentendimento, em que a assistência técnica andaria no sentido da igualdade radical ao aceitar a possibilidade de que os agentes sociais trabalhem conceitos e concepções para além dos fechamentos teóricos. O alinhamento entre sociedade e universidade se dá no nível de igualdade necessário para conceber a partilha do sensível e a política que enxergue o insurgente, numa formação de planejadores urbanos ao mesmo tempo acadêmica como ao nível da sociedade.

ST_10 > QUESTÃO METROPOLITANA E CIDADES EM REDE

Comissão Científica:
Jeroen Johannes Klink – PPG PGT/UFABC
Lúcia Maria Machado Bógus – PEPG/PUC-SP
Maria do Livramento Miranda Clementino – PPEUR/UFRN

> ST_10 >**01**

ESCALAS, TERRITÓRIOS E O PLANEJAMENTO (MACRO)METROPOLITANO NO SUDESTE
COORDENAÇÃO: ALDO PAVIANI

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 22

DE NOVO, AS ESCALAS: O ESTATUTO DAS METRÓPOLES ENTRE O LOCAL E O REGIONAL
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva - UFRN, alexsandroferreira@hotmail.com

Desde o Estatuto da Metrópole, o tema metropolitano ainda não encontrou um eixo pautado nos novos desafios abertos às cidades brasileiras, neste conturbado período pós 2015. Neste trabalho exploramos a política escalar, ou melhor, questões envolvendo o papel das escalas de ação e de política, como chaves interpretativas desses desafios. Buscamos formas de leitura da ação e da análise conjuntas, isto é, construir um indicador de avaliação dos efeitos do Estatuto da Metrópole na sua real capacidade de gerar efeitos escalares ou reações políticas na escala metropolitana. De modo mais direto, acreditamos que o Plano de Desenvolvimento Integrado (como documento orientador do Planejamento Regional), não se constitui apenas como ferramenta de intervenção na metrópole, mas também como o próprio definidor dessa escala, a partir de quanto é reconhecida como ativo (e efetivo) instrumento de intervenção territorial.

PLANEJAMENTO, ESCALA E CONFLITOS AMBIENTAIS NA METRÓPOLE EXPANDIDA: DOIS CASOS NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA.
Pedro Henrique Torres - USP, pedrohtorres@usp.br
Ruth Ferreira Ramos - Universidade Federal do ABC, ramosruth78@gmail.com

A escala regional de planejamento tem sido apontada pela literatura especializada como pertinente para o enfrentamento dos problemas urbanos, ambientais e sociais que caracterizam as grandes. Analisaremos dois casos de conflitos ambientais relacionados às propostas para o desenvolvimento da Macrometrópole Paulista. O primeiro se refere a ampliação do Porto de São Sebastião. O segundo sobre a implantação de um centro logístico de grande porte na vila histórica de Paranapiacaba, na Região Metropolitana de São Paulo. A escala de planejamento regional está associada às transformações no âmbito econômico, no qual a globalização e os processos de reescalonamento são fundamentais para se compreender o desenvolvimento desigual (BRENNER, 2010; SOUZA, 2016). Por conseguinte, ela também está associada às contradições sócio-espaciais e ambientais da produção do espaço urbano (KLINK, 2014). Partindo do pressuposto de que conflitos ambientais como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento (Acselrad, 2004) os casos elencados trazem elementos empíricos para a discussão do processo de produção capitalista do espaço.

NARRATIVAS ESCALARES DE UM INSTRUMENTO URBANÍSTICO: o processo de elaboração do Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina – Villa Lobos em São Paulo
Isadora Marchi de Almeida - FAU USP, isadora.almeida@usp.br
Paula Freire Santoro - FAU USP, paulafsantoro@gmail.com

O trabalho analisa os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) criados pelo PDE de São Paulo em 2014, examinando-os como instrumento urbanístico de coordenação e à luz da definição do projeto urbano como mecanismo de articulação política. Desenvolve estudo de caso do processo de elaboração do PIU Vila Leopoldina – Villa Lobos (PIU VL-VL) com o objetivo de identificar algumas dentre as diversas narrativas escalares possíveis de um projeto urbano e contribuir para o debate sobre o recente instrumento do PIU. Apresenta panorama geral dos PIUs em desenvolvimento, aborda seu caráter metropolitano e sua aproximação fragmentária do território. Elabora descrição crítica do PIU VL-VL a partir da análise de documentos de seu processo de elaboração, buscando compreender escalas de articulação política e projetual envolvidas e sistematizando questões sobre a transformação urbana pretendida, suas formas de financiamento e implantação, bem como os interesses e riscos públicos e privados.

POLÍTICAS URBANAS METROPOLITANAS E LOCAIS Mundos paralelos ou um diálogo possível?
Natalia Aguiar Mol - UFMG, natalia.aguiarmol@gmail.com
Sophia Guarnieri - UFMG, sophiaguarnie19@gmail.com
Barbara Lucia Pinheiro de Oliveira França - IPPUR-UFRJ, bbarbaralucia@yahoo.com.br
Jordan Oliveira Ferreira - UFMG, jordan.oferreirac@gmail.com

A questão metropolitana tem ascendido com vigor nos debates acadêmicos desde o início dos anos 2000 no Brasil. Muito tem-se estudado acerca da retomada da gestão metropolitana, mas pouco investigou-se sobre a realidade local dos municípios metropolitanos, sua inserção, fragilidades e limites para responder à gestão compartilhada. Diante da realidade institucional, econômica e fiscal desses municípios e de todo o rol de políticas metropolitanas implementadas, busca-se analisar o seu rebatimento na escala municipal. Propõe-se, neste trabalho, a investigação das implicações e da efetividade das políticas metropolitanas instituídas no âmbito da RMBH, com foco nos municípios que integram o Vetor Norte. A metodologia constituiu-se de análises documentais e de dados e de entrevistas com secretários de planejamento urbano dos municípios em estudo, buscando-se compreender o contexto das políticas na esfera local e avaliar os limites e possibilidades de interlocução com a escala metropolitana.

PLANEJAMENTO METROPOLITANO E GRANDES PROJETOS URBANOS: CONCEPÇÃO E DESCAMINHOS DA POLÍTICA DE NOVAS CENTRALIDADES METROPOLITANAS NA RMBH
João Bosco Moura Tonucci Filho - Cedeplar/FACE/UFMG, jontonucci@gmail.com
Daniel Medeiros de Freitas - EA/UFMG, danielmedeirosdefreitas@gmail.com

Nas duas últimas décadas, dois processos caracterizaram a política e a dinâmica urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): o planejamento metropolitano, pioneiro no país, por meio da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento

Metropolitano (MZ-RMBH); e a maior intensidade de grandes projetos urbanos (GPUs). O objetivo deste trabalho é discutir criticamente as relações entre o planejamento metropolitano, os grandes projetos urbanos e os projetos para novas centralidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Mais especificamente, busca-se investigar o modo como um conjunto de Grande Projetos Urbanos executados e/ou idealizados entre 2000 e 2018, especificamente no vetor norte e vetor sul da RMBH, atravessa, altera ou se apropria nesta última década do processo de planejamento em construção. Por fim, levantam-se algumas conclusões preliminares acerca da aproximação e/ou contradição entre o planejamento metropolitano, o Governo do Estado e o capital (principalmente fundiário e imobiliário) quanto à política de criação de novas centralidades metropolitanas, assim como acerca dos desdobramentos sócio-espaciais das decisões públicas e privadas quanto à reestruturação territorial metropolitana. De modo mais geral, trata-se de contribuir para, passados mais de dez anos do novo arranjo de gestão e planejamento metropolitanos, avaliar criticamente seus avanços e limites.

O PDDI-RMBH E AS POSSIBILIDADES DE UM DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DESENCADEADO PELA ECONOMIA POPULAR MINEIRA
Evandro Luis Alves - UFMG/NPGAU, evandroluisalves13@gmail.com
Sibelle Diniz - UFMG/CEDEPLAR, sibelle.diniz@gmail.com
Bruno Siqueira Fernandes - UFMG/CEDEPLAR, brunoggsiqueira@gmail.com

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH, aprovado em 2011, apresentou como um dos objetivos do planejamento metropolitano a indução do desenvolvimento de uma "novíssima economia mineira". Em especial, na sua referência ao universo de produção de pequena escala, chama atenção o fato de o Plano tomar a tese da economia popular solidária como pressuposto de planejamento para o desenvolvimento. A partir desse fato, o presente trabalho propõe uma análise da economia popular de Minas Gerais e do potencial desta economia desencadear um processo de desenvolvimento endógeno, entendido na perspectiva do desenvolvimento solidário.

ST_10 >**02**

CENTRALIDADES, REDES E NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS
COORDENAÇÃO: LÚCIA MARIA MACHADO BÓGUS

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 22

POLICENTRALIDADE E REDE URBANA METROPOLITANA: LEITURAS A PARTIR DO RIO GRANDE DO SUL
Heleniza Avila Campos - PROPUR/UFRGS, heleniza.campos@gmail.com
Geisa Zanini Rorato - FAU/UFRGS, geisazr@gmail.com
Carolina Chassot Wawzeniak - FAU/UFRGS, carolinachassotwaw12@gmail.com
Douglas Silveira Martini - FAU/UFRGS, douglassmartini@gmail.com

A crescente especialização econômica do território reflete a atuação da intensa e diversa mobilidade do capital em suas diversas formas (mercadorias, informações, pessoas), definindo, ampliando ou alterando as diferenças entre cidades em seus contextos regionais e na rede urbana. Nesses contextos, é possível identificar distintos papéis dessas cidades, com maior ou menor grau de centralidade em um recorte regional. A noção de policentrismo relaciona-se à existência de centros urbanos articulados em rede, com diferentes funções econômicas e de gestão, bem como com distintas capacidades e condições de centralidade urbana. O artigo integra parte de pesquisa atualmente em curso e apresenta reflexões sobre as relações estratégicas de centralidades especificamente na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no Rio Grande do Sul.

URBANIZAÇÃO NÃO-METROPOLITANA NO NORDESTE PAULISTA: A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRA-URBANO EM PEQUENAS CIDADES CONTÍGUAS À RODOVIA ANHANGUERA
Kauê Felipe Paiva - FAU USP, kauefp@gmail.com

O presenta trabalho busca analisar o processo de reprodução dos espaços intra-urbanos de seis pequenas cidades da região conhecida como Alta Mogiana, na região nordeste do estado de São Paulo. Avaliamos os espaços urbanos de Orlândia, São Joaquim da Barra, Guará, Ituverava, Aramina e Igarapava. Os municípios estudados figuram em um contexto não-metropolitano e são considerados de pequeno porte – até 50 mil habitantes cada –, são limítrofes e têm suas malhas urbanas histórica e fisicamente conectadas ao eixo rodoferroviário (Via Anhanguera) que liga a Alta Mogiana (nordeste paulista) ao Triângulo Mineiro (extremo oeste mineiro). Nossa investigação avaliou: a implantação de áreas industriais contíguas ao eixo de comunicação e transportes modernizado, o processo de expansão e fragmentação dos tecidos urbanos e a implantação de conjuntos habitacionais horizontais em cada uma destas seis cidades.

A METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA E OS CENTROS LINEARES O CASO DA AVENIDA PAULISTA
Renata Priore Lima - UNIP, renataprilima@gmail.com

Na sociedade atual, as conexões em rede estão cada vez mais presentes nas atividades cotidianas e acabam se materializando no espaço urbano, inclusive nas áreas centrais. Estas áreas, que se caracterizam pela concentração, mistura e vida urbana, costumam organizar-se a partir de redes hierarquizadas e tendem a se desenvolverem ao longo de eixos territoriais. Tomando como estudo de caso a Avenida Paulista em São Paulo, este artigo procura entender o processo histórico de evolução da avenida e explicar, do ponto de vista morfológico e sociológico, sua conformação como eixo estruturador da área metropolitana. A metodologia adotada inclui revisão da literatura, levantamento de documentos como plantas, projetos, leis e imagens de satélite, além do mapeamento, realizado in loco, das atividades e configuração dos térreos dos edifícios da avenida. Através da análise gráfica, procura-se evidenciar as principais ideias e leituras realizadas em diferentes escalas.

CIDADES MÉDIAS DO INTERIOR DO NORDESTE: RUMOS E RELEVÂNCIA NA ATRAÇÃO DE MIGRANTES
Silvana Nunes De Queiroz - Universidade Regional do Cariri – URCA, silvanaqueirozce@yahoo.com.br
Ricardo Ojima - UFRN, ricardo.ojima@gmail.com
Járvis Campos - UFRN, jarviscps@gmail.com
Wilson Fusco - FUNDAJ e UFRN, wilson.fusco67@gmail.com

No Brasil o debate sobre cidades médias ganha destaque quando a população urbana suplanta a rural nos anos 1970 e as metrópoles começam a desconcentrar a população e redistribuí-la pelo entorno metropolitano e interior dos estados a partir da década de 1980. Assim, esse trabalho objetiva saber

quantas são, onde estão localizadas no interior do Nordeste e a relevância dessas cidades na atração de migrantes. Foram utilizados os microdados do Censo Demográfico 2010, precisamente o quesito data fixa que pergunta ao migrante o lugar de residência cinco anos antes da data de referência da pesquisa. Os resultados mostram que apesar maioria das cidades apresentarem perda populacional para os rumos distantes (inter-regional), grande parte é relevante na atração intrarregional e, notadamente, intraestadual, que exercem o papel de desconcentrar a população das metrópoles. Os principais rumos dos migrantes foram Caruaru (PE), Petrolina (PE) e Mossoró (RN). Por outro lado, as cidades que apresentaram maiores saldos migratórios negativos foram Imperatriz (MA), Itabuna (BA) e Ilhéus (BA). Ademais, através da revisão da literatura e dos dados levantados pelo estudo, constata-se que a definição de cidade média baseada no critério tamanho populacional não é o mais indicado para um país com dimensões continentais e em distintos estágios de desenvolvimento.

O ÔNUS E O BÔNUS DE SE VIVER AO LADO DA CAPITAL DO AGRESTE: DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E DINÂMICAS DA REDE CARUARU

André Gustavo Oliveira - UNIFAVIP/WYDEN, gustavooliveirape@hotmail.com
Raquel Oliveira Magalhães - UNIFAVIP/WYDEN, raquelomagallhaes@hotmail.com

Caruaru é a primeira cidade no Agreste/Sertão de Pernambuco, e permanece em posição de destaque na atualidade, sendo a maior cidade pernambucana fora da Região Metropolitana do Recife. Caruaru mantém taxas de crescimento econômico e populacional acima das médias para o estado e país. Sua localização geográfica privilegiada também afirma a vocação da cidade às atividades terciárias, e seus bens e serviços atendem diretamente a um raio de vinte e cinco municípios, conforme a CONDEPE/FIDEM (2012), constituindo a Rede Caruaru. A presente pesquisa se apropria parcialmente da estrutura das disciplinas de Sistema de Análise Urbana e Intervenção Urbana Regional, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAVIP/WYDEN, por meio de indicações bibliográficas e ferramentais, utilizando-se o programa QGIS para geoprocessamento. A aplicação destes instrumentos, na leitura de fenômenos urbanos e regionais, é de grande relevância na fundamentação de diagnósticos e proposições. Neste caminho, aborda-se aqui, numa pesquisa exploratória, a Rede Caruaru em suas especificidades e padrões, por categorias relacionadas à economia, população e localização das cidades da rede.

DINÂMICAS PRODUTIVAS E ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO NA METRÓPOLE
COORDENAÇÃO: JEROEN JOHANNES KLINK

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 22

ENTRE PRAIAS, MONTANHAS, INDÚSTRIAS E PORTOS AS CONTINUIDADES E ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA BAIXADA SANTISTA/SP NOS ANOS 2000.

Luiz Antonio Chaves de Farias - Universidade Estadual de Campinas, fariasax@uol.com.br
Leandro Blanque Becceneri - Universidade Estadual de Campinas, eandrobecc@hotmail.com
José Marcos Pinto da Cunha - Universidade Estadual de Campinas, zemarcos@nepo.unicamp.br

O presente estudo objetiva analisar a produção do espaço urbano na Baixada Santista nos últimos 20 anos. Ao lado disso, serão estudados quais foram os agentes modeladores e condicionantes envolvidos, haja vista seu caráter social e historicamente construído. O sistema capitalista em apresentando mudanças em sua relação com o espaço urbano nos anos 2000, onde largas parcelas de capital excedente geradas em seus ciclos de reprodução ampliada são agora reinvestidas no setor imobiliário, impondo uma nova dinâmica de produção do espaço. A Baixada Santista reproduz o cenário descrito anteriormente em uma peculiar configuração físico-territorial, na qual atividades econômicas aparentemente díspares (industrial, portuária e turística) convivem em uma restrita, e já saturada à ocupação, faixa de território. Como principais resultados, destaca-se a seletividade social na produção do ambiente construído na região, privilegiando-se os grupos sociais de maior poder aquisitivo, com quais se pode extrair maior renda da terra.

INDÚSTRIAS CRIATIVAS NO BRASIL: MAPEAMENTO DE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS POTENCIAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Julia Maria Novaes Dias - CEDEPLAR – UFMG, julianovaesdias@gmail.com
Ana Carolina da Cruz Lima - Faculdade de Ciências Econômicas – UERJ, anacarolinadcl@gmail.com

Partindo-se do pressuposto de que a criatividade é um recurso chave em uma economia baseada no conhecimento, o presente trabalho teve como objetivo a identificação de áreas com sinais potenciais de aglomerações produtivas relacionadas ao setor criativo no Brasil e sua provável contribuição para o desenvolvimento local. Utilizou-se o método de análise multivariada de agrupamentos para a estimação de grupos de municípios aproximadamente homogêneos em termos de dinamismo e criatividade, empregando-se os microdados dos Censos Demográficos do IBGE, para os anos 2000 e 2010. Foram encontrados três grupamentos principais classificados, respectivamente, como grande "polo criativo nacional", "polo criativo nacional" e "polo criativo regional", demonstrando um potencial para formação de aglomerados produtivos do setor. As cidades que formaram tais grupamentos se destacam devido à sua infraestrutura urbana; robustez institucional; governança; presença de mão de obra especializada; posição na hierarquia urbana e proximidade ao eixo mais dinâmico do país. A contribuição do estudo para a pauta de políticas públicas se dá devido à importância que o setor criativo possui no desencadeamento de efeitos econômicos positivos nas suas respectivas localidades, além de apontar uma agenda de estudos futuros relacionada à análise da efetividade de existência de tais aglomerados produtivos, cujo potencial de crescimento foi identificado.

REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (2000-2017): DESCENTRALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CONCENTRAÇÃO SOCIOESPACIAL
Humberto Miranda - CEDE/IE.UNICAMP, humbertomnascimento@gmail.com
Thais Virga - EDE/IE.UNICAMP, thaisvirga@gmail.com

Nosso objetivo é discutir a reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas, considerando os processos socioeconômicos vinculados às principais transformações nos padrões de uso e ocupação do solo. Analisam-se, em especial, os tipos investimentos anunciados e confirmados no período 2000-2017 nos 20 municípios da RM-Campinas, a partir dos dados divulgados pela Fundação SEADE-SP. Com base neles, contrastamos os objetivos da descentralização econômica com o sentido da concentração espacial dos investimentos. Conclui-se houve a formação de um Complexo Territorial-Setorial de maior significação para a dinâmica econômica urbana que para a dinâmica industrial na RM-Campinas.

TERRITÓRIOS-REDE DO CRIME ORGANIZADO NO RIO DE JANEIRO
Maria Salet Ferreira Novellino - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, saletnovellino@gmail.com
Luiz Augusto Vieira de Oliveira - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, capitao.la@gmail.com

O presente artigo objetiva identificar motivos da territorialização violenta das Organizações Criminosas que majoritariamente exploram o tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro. Sabe-se que tais Organizações ocupam aglomerados humanos de exclusão (favelas, conjuntos habitacionais, bairros pobres etc.) dominando o comércio de drogas ilícitas, e vulnerabilizando a desassistida população local. Tais Facções estruturam-se em uma complexa rede no Estado do Rio de Janeiro, resiliente o suficiente para que as ações estatais contra tais facções sejam pouco eficazes. O mapeamento das redes criminosas de 2007, 2012 e 2017 evidenciam como o território-rede criminal se modificou em decorrência do Programa de Governo de Pacificação (Unidades de Polícias Pacificadoras), ampliando sua atuação para outras regiões do Estado.

O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO AÇAÍ: A configuração atual na Região Metropolitana de Belém
Luz Marina Lopes De Almeida - CEDEPLAR UFMG, luz2808@hotmail.com
Danilo Araújo Fernandes - PPGE- UFPA, danfernandes2@hotmail.com
Ana Carolina Campos de Melo - PPGE- UFPA, carol.melo08@gmail.com
Francisco Monticeli Valias Neto - IE – UNICAMP, francisco.monticeli@gmail.com

Como ponto de partida a urbanização da Amazônia Oriental discute-se sobre as estruturas de organização da vida econômica no subdesenvolvimento, tendo como enfoque a economia do açaí na Região Metropolitana de Belém. Neste panorama, identificou-se o arranjo de três eixos que integram os dois circuitos da economia urbana de Belém, incluindo a produção agroextrativista e de cultivo, o mercado informal de comercialização do fruto, e o mercado de processamento e exportação do açaí, os quais estariam compondo a estrutura da vida econômica de uma região subdesenvolvida, e configurando o que denominamos de circuito espacial produtivo da economia do açaí.

AS METRÓPOLES BRASILEIRAS NA DIVISÃO SÓCIO-ESPACIAL DO TRABALHO
Marcelo Gomes Ribeiro- IPPUR/UFRJ, marceloribiero@ippur.ufrj.br
Juciano Martins Rodrigues -IPPUR/UFRJ, juciano@observatoriodasmetropoles.net

Este trabalho busca compreender a posição econômica que as metrópoles brasileiras possuem na divisão sócio-espacial do trabalho das regiões do país, considerando, principalmente a crise econômica experimentada pelo Brasil nos últimos anos. Postula-se que essa crise, tanto decorrente de mudanças na conjuntura econômica internacional quanto de mudanças ocorridas na própria condução da política econômica governamental, reflete na divisão sócio-espacial do trabalho no país. Dessa forma, pretende-se refletir sobre suas condições anteriores, de modo a compreender o quadro atual do desenvolvimento regional e, de forma particular, do modo como se dá a inserção de cada metrópole no seu contexto regional. Para a análise desenvolvida adota-se a definição de metrópole definidas pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e as regiões definidas pela Divisão Urbano-Regional do Brasil, ambos do IBGE. Os dados utilizados são o PIB Municipal e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

> ST_10 >**04**

COMO ANDA A GOVERNANÇA METROPOLITANA NO BRASIL?
COORDENAÇÃO: MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 22

DESENHO INSTITUCIONAL, CAPACIDADE FISCAL-FINANCEIRA E ASSOCIATIVISMO NA RM NATAL: HÁ GOVERNANÇA METROPOLITANA?
Lindijane de Souza Bento Almeida - UFRN, almeida.lindijane@gmail.com
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros - UERN, terezinhaalbuquerque@yahoo.com.br
Richardson Leonardi Moura da Câmara - UFRN, richard.camara@hotmail.com
Raquel Maria da Costa Silveira - UFRN, raquelmcsilveira@hotmail.com

O objetivo deste artigo é investigar a capacidade institucional dos municípios da Região Metropolitana de Natal para a implementação da governança metropolitana a partir de três elementos: político-institucional; financeiro (no que se refere à dinâmica fiscal) e de organização social. Metodologicamente, a pesquisa se baseou nos estudos de Garson e Ribeiro (2005, 2012), visando a análise da capacidade de investimento e endividamento dos municípios. Para caracterizar o associativismo, foi utilizado o banco de dados do IPEA, analisado à luz de Lüchmann (2016). Por fim, analisamos a capacidade político-eleitoral, utilizando o banco de dados político-eleitoral do TSE. Ao final, foi possível concluir a ausência da governança metropolitana na RMN, devido à inexistência da coordenação por parte do ente estadual e de cooperação entre os entes municipais, ao baixo associativismo relacionado à implementação de uma agenda metropolitana e à fragilidade financeira dos municípios.

REGIÕES METROPOLITANAS SOB A ÓTICA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: UMA REFLEXÃO DO CASO DE NATAL
Matheus Graciosi Pinto - UFABC, matheusgraciosi@gmail.com
Gabriel Marques da Silva - UFABC, gabriel-marques-s@hotmail.com
Giulia Farran Matteo - UFABC, giuliafmatteo@gmail.com
Tamara Portis Tobias - UFABC, tamaraportis@hotmail.com

Considerando o histórico de formação das regiões metropolitanas brasileiras, objetiva-se refletir criticamente a respeito da utilização de critérios técnico-políticos capazes de subsidiar a institucionalização

das mesmas, dado o atual contexto de enfraquecimento do Estatuto da Metrópole, a partir das mais recentes alterações legislativas. Para tanto, foi realizada uma revisão histórica dos possíveis critérios a serem utilizados, assim como um diagnóstico socioterritorial das dinâmicas de integração regional da Região Metropolitana de Natal. Observou-se que há expressiva fragilidade institucional na organização política e de governança da Região Metropolitana de Natal, além da mesma não atender a todos os critérios previamente estipulados. Ressalta-se a importância de novos olhares, perspectivas e ações, aliadas a uma análise territorial das integrações e dinâmicas regionais, a partir de estudos interdisciplinares, tal como o planejamento territorial.

DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA METRÓPOLE: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN

Brunno Costa do Nascimento Silva - UFRN, brunno.cns@gmail.com
Raquel Maria da Costa Silveira - UFRN, raquelmcsilveira@hotmail.com
Lindijane de Souza Bento Almeida - UFRN, almeida.lindijane@gmail.com

O Estado brasileiro vem buscando, nos últimos anos, consolidar um arranjo institucional que colabore com respostas aos desafios intrínsecos à questão metropolitana. Nesse sentido, em 2015, foi promulgado o Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089) enquanto marco regulatório que deveria ser capaz de orientar a discussão a respeito da temática. Diante desse contexto, o presente estudo objetivou compreender quais foram as ações efetivadas pelo Governo do estado do Rio Grande do Norte (RN) visando à implementação do Estatuto da Metrópole na Região Metropolitana de Natal, a partir da relação estabelecida com os municípios metropolitanos e a sociedade civil. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o representante do ente estadual e dos municípios. Os resultados da pesquisa destacam uma forte atuação do município de Natal (polo metropolitano) e ausência de ações por parte do Governo estadual do RN em implementar o Estatuto da Metrópole.

GOVERNANÇA METROPOLITANA E FPICS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI – CE

Francisco Raniere Moreira da Silva - Universidade Federal do Cariri, raniere.moreira@ufca.edu.br
Diego Coelho do Nascimento - Universidade Federal do Cariri, diego.coelho@ufca.edu.br

O presente texto discute o processo de institucionalização da Região Metropolitana do Cariri face às transformações recentes na política metropolitana decorrentes do Estatuto da Metrópole. O objetivo é analisar a forma como se constroem os arranjos institucionais para a governança metropolitana envolvendo a cooperação entre diferentes atores governamentais, e o modo como são definidas e executadas as funções públicas de interesse comum. Trata-se de um estudo de caráter exploratório descritivo, de caráter qualitativo e abordagem de estudo de caso único. Como procedimentos de coleta de dados, utilizou-se de pesquisa bibliográfica envolvendo os temas da metropolização, governança interfederativa e funções públicas de interesse comum, e pesquisa documental em leis, relatórios técnicos, atas de reuniões e outros documentos disponibilizados em bases públicas ou fornecidos pela Secretaria das Cidades do Estado do Ceará. A partir das análises realizadas, afirma-se que a RM Cariri encontra-se em processo de institucionalização recente, enfrentando uma série de dificuldades à sua consolidação enquanto efetivo instrumento de desenvolvimento territorial. Todavia, o fato de ser recém-criada abre caminhos também para a estruturação de arranjos inovadores de gestão e governança metropolitana, o que inaugura importantes possibilidades em termos de pesquisa e desenvolvimento. A análise do processo de institucionalização e definição de instrumentos de gestão que está em curso na RM Cariri pode ser útil à outras experiências metropolitanas brasileiras, sobretudo tendo em vista o imperativo de adequação aos dispositivos decorrentes do Estatuto das Metrópoles.

LIMITES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Marcela Ruggeri Meneses - Universidade de Brasília, marcelaruggeri@hotmail.com
Benny Schvarsberg - Universidade de Brasília, benny@unb.br

Este artigo tem como objetivo principal contextualizar o cenário da política metropolitana no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Goiânia – PDUIRMG. Além disso, objetivou-se identificar o processo de metropolização de Goiânia e discutir os agentes no processo de participação sociopolítica na construção do PDUIRMG. Como metodologia foram utilizados os dados quantitativos do processo de participação, especificamente das oficinas e audiências públicas, para identificar as limitações e os desafios no processo de implementação do Estatuto da Metrópole. A análise destes dados demonstrou que os processos de construção e de implementação necessitam de diferentes estratégias para a consolidação das políticas metropolitanas, considerando, o evidente distanciamento do cidadão da realidade e da lógica metropolitana existente.

> ST_10 >**05**

MOBILIDADE E MOVIMENTO PENDULAR NAS METRÓPOLES
COORDENAÇÃO: ENILSON MEDEIROS DOS SANTOS

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 17

A MOBILIDADE NAS CIDADES DA METRÓPOLE: uma questão de gênero

Lua Almeida Bittencourt Gonçalves - Universidade de Lisboa, lua.bittenca@gmail.com
Mariana Braga Albuquerque - PUC- Rio, mariana.imbelloni@gmail.com

Que mobilidades conectam a cidade? Qual a teia de deslocamentos que forja a vida metropolitana? Os corpos transitam da mesma forma pelos fluxos urbanos? Que fronteiras são cruzadas por quem? O direito à cidade, como todo direito (e sobretudo os críticos) é um conceito em disputa. Disputá-lo junto – ou a partir – da categoria gênero é outra face desta empreitada. Ao tratarmos aqui de mobilidade nas cidades, mostramos que o presente trabalho pretende trazer à tona aspectos de gênero ao debater a construção da mobilidade urbana de mulheres em uma metrópole. Com o objetivo final de perceber um pouco mais afundo as relações e imbricações das camadas sociais praticadas e inerentes ao cotidiano das grandes cidades, tecemos aqui uma discussão que aborda as diferentes dimensões da construção da cidade, do direito à cidade e do transitar e vivenciar nesse espaço metropolitano, todas sob a ótica da diferenciação de gênero.

TEMPO DESLOCADO – UMA LEITURA SOBRE A DINÂMICA DOS MOVIMENTOS PENDULARES METROPOLITANOS NO RIO DE JANEIRO

Larissa de Almeida Monteiro - UFRJ, monteirolarissa@poli.ufrj.br
Ariane Pereira da Silva - UFRJ, ariane.persi@gmail.com
Cauê Costa Capillé - UFRJ, cauecapille@gmail.com

O presente artigo busca desenvolver uma análise dos movimentos pendulares na metrópole do Rio de Janeiro a partir dos dados de tempo de deslocamento. A dinâmica metropolitana faz com que o ato de percorrer grandes distâncias faça parte do cotidiano de muitos dos habitantes de regiões periféricas. Isso é legitimado pela lógica de planejamento e de acessibilidade aos recursos das centralidades a partir da formulação de infraestruturas de transporte. O que se configura pelo tempo nesses percursos metropolitanos ultrapassa a análise das distâncias físicas, mas demonstra o reflexo da espacialização das atividades metropolitanas segregadas em uma estrutura centro-periferia. Por isso, a análise permite argumentar sobre os limites da mobilidade acerca da questão do acesso à cidade.

O MOVIMENTO PENDULAR DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS CENSITÁRIOS

Daner Rosskamp Ferreira - UDESC, daner_spg@hotmail.com
Stephanie Luise de Pinho - UDESC, stephanie.divinoconceito@gmail.com

O movimento pendular se diferencia de outras migrações pela possibilidade das pessoas se manterem no seu local de moradia e se deslocarem diariamente para outra localidade a trabalho, estudo ou em busca de outros serviços não garantidos na localidade de origem, tornando os meios de transporte uma importante ferramenta para sua concretização. O presente estudo pretende analisar o movimento pendular do município de Governador Celso Ramos/SC a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Os dados mostraram que 41% dos trabalhadores residentes no município, trabalhavam em outro município, com tempo médio de deslocamento até o local de trabalho de mais de meia hora até 2 horas. Os dados também revelaram que cerca de 28% dos estudantes residentes, estudavam em outro município. Os dados censitários se mostraram uma importante fonte para a análise do movimento pendular e suas implicações no desenvolvimento do município.

ST_10 >**06**

INFRAESTRUTURAS, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A VIDA QUOTIDIANA NAS ÁREAS METROPOLITANAS

COORDENAÇÃO: ANGÉLICA ALVIM

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 15

AIR TRANSPORT AND THE NETWORK OF METROPOLITAN AREAS IN BRAZIL: AN UPDATE OF THE LATEST IBGE REGIC STUDY CONSIDERING CONNECTIVITY AND ROUTE'S DENSITY

Luiz Henrique Werneck de Oliveira - UFABC, luizwerneck64@gmail.com

The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) published systematic studies of the network of cities in Brazil since 1972. With increasing methodological sophistication, the latest version of 2008 used air transport data from 2004 as one of the factors defining network relationships between cities. Brazilian air transport grew quite dramatically since then, and the network relationship between the country's largest cities may have changed as well. This article proposes an evaluation of the networking of Brazilian metropolises by air transport, examining connectivity and route's densities between the country's largest cities. It develops a baseline for 2004 and updates the rationale for 2014 (after ten years of intense growth) and 2017 (after three years of economic recession), to highlight the changes that air transport may have caused in the networking relationships of Brazilian metropolises, increasing route's densities, but reducing connectivity.

PERFIL DO JOVEM 'NEM NEM' NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Antonia Jaine da Silva Pereira - UFRN, jainerodrigues22@yahoo.com
Silvana Nunes de Queiroz - URCA/UFRN, silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Este artigo tem como principal objetivo traçar o perfil do jovem 'nem nem' residente na Região Metropolitana do Recife (RMR) e estimar a probabilidade de estarem em tal condição. Por se tratar de um tema recente, a maioria dos estudos realizados são para o Brasil, não havendo trabalhos específicos para as metrópoles, espaços com concentração populacional e elevado desemprego e subemprego, principalmente entre os jovens. Ademais, o estudo descreve alguns investimentos em educação e programas para o primeiro emprego no Pernambuco. Além da contribuição acadêmica, espera-se que os resultados auxiliem na focalização de políticas públicas para o combate à evasão escolar e ao desemprego juvenil, e para a saída da condição de nem nem. A principal fonte de informações foi a PNAD de 2015, cujo tratamento dos dados foi feito com o SPSS e o STATA. Os resultados captaram as principais características no perfil do jovem nem nem, sendo destaques o baixo rendimento e a elevada participação feminina.

PRECARIEDADE HABITACIONAL NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA: UM PRIMEIRO OLHAR A PARTIR DOS NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO

Camila D'Ottaviano - FAUUSP, camila.dottaviano@gmail.com
Suzana Pasternak - FAUUSP, suzanapasternak@gmail.com
Ângela Luppi Barbon - CDHU, albarbon@uol.com.br

Este artigo parte de duas inquietações iniciais: em primeiro lugar a percepção de que várias das dinâmicas identificadas historicamente como típicas da Região Metropolitana de São Paulo ultrapassaram seus limites e são perceptíveis em municípios e mesmo regiões contiguas; e a necessidade de um olhar para além da metrópole tradicional para a compreensão dessas novas dinâmicas. E de uma questão central: como se comporta a precariedade habitacional nesse novo território? A partir dessas inquietações propomos aqui uma análise sobre uma ampla porção do território cuja dinâmica recente ainda carece de análise: a Macrometrópole Paulista.O artigo procura investigar o comportamento da precariedade habitacional nesse novo território macrometropolitano, procurando identificar novas formas de desigualdade territorial. Para isso, serão analisadas as principais características dos espaços favelados presentes nesse território a partir da análise dos censos demográficos de 2000 e 2010 e de sua relação com os níveis de integração à dinâmica da metropolização dos municípios que a compõem.

INSEGURANÇA DA POSSE DA TERRA VERSUS ARROMBAMENTOS DE DOMICÍLIOS URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
Frederico Poley Martins Ferreira - frederico.poley@fjp.mg.gov.br

Tendo por base vertentes teóricas que procuram vincular o comportamento criminoso ao espaço e utilizando dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios do Estado de Minas Gerais, Brasil –2013, foi possível, cruzar informações sobre a irregularidade da posse da terra urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o fato do domicílio ter sido invadido pelo menos uma vez. Os resultados indicam uma associação positiva entre irregularidade da propriedade da terra e arrombamentos, nos municípios da região metropolitana e ao contrário, uma relação negativa no município de Belo Horizonte. Entre as explicações aventadas, estaria o fato de que na capital as áreas irregulares, já mais consolidadas, teriam um conjunto de relações sociais de caráter informal, como redes de conhecidos, de amizade, de familiares, o que lhes garantiriam maior confiança entre seus pares e também segurança, inclusive, da posse da terra e do patrimônio.

GRANDES UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS NO CAMPO DO URBANISMO NO BRASIL: UNIVERSIDADES "POR PROJETOS" E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO
Leandro de Sousa Cruz - PPGFAU-UnB; FAUFBA, leandro.s.cruz@hotmail.com

O debate que se propõe realizar está centrado na produção contemporânea do Urbanismo no Brasil, mais especificamente, em situações onde universidades estrangeiras se constituem como um dos seus agentes, em parceria com instituições brasileiras, realizando atividades de pesquisa aplicada, ensino, projeto, oficinas ou consultoria. A apresentação de casos que envolvem grandes universidades estrangeiras – Harvard University, Columbia University e University College London – apontam para a necessidade de se problematizar a própria natureza das colaborações transnacionais e os efeitos sobre o território destas atividades. Entende-se que a atuação destas grandes universidades é orientada pela lógica de justificação da "Cidade por Projetos", como definida por Luc Boltanski e Ève Chiapello em "O Novo Espírito do Capitalismo"; e reflete-se, ainda, sobre como estes projetos acabam por se constituir como dispositivos de governança do território, em função dos interesses das empresas financiadoras, do Estado ou de agências internacionais.

DESIGUALDADES NA OFERTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS NA RMN: UM OLHAR SOBRE A INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS
Karoline de Oliveira - UFRN, karoline.deoliveira2@gmail.com
Matheus Oliveira de Santana - UFRN, matheusoliveiraufrn@gmail.com

As desigualdades de acesso a oportunidades educacionais podem ser apresentadas na literatura por diversos fatores como o nível socioeconômico dos pais e alunos, a segregação urbana ou a capacidade das escolas de oferecerem estruturas escolares básicas. A análise da infraestrutura das escolas na Região Metropolitana de Natal objetiva compreender se a distribuição desigual de equipamentos públicos é um dos fatores que contribuem para a hegemonia do núcleo. Para tanto, este estudo foi realizado com base na metodologia quantitativa com análise de dados secundários provenientes do Censo Escolar da Educação Básica (2017), utilizando variáveis ligadas ao espaço, a exemplo da dependência administrativa, tipo de localização e infraestrutura. Além disso, foram utilizados dados populacionais e socioeconômicos do Censo Populacional de 2010. Os resultados mostram que pode-se confirmar que as melhores infraestruturas escolares estão localizadas em municípios que compõem o núcleo da RMN, com destaque para Parnamirim que supera Natal na oferta de instalações e do espaço físico escolar. Ainda assim, os dados apresentados mostram que mesmo nos municípios com as melhores médias, os indicadores ainda são insatisfatórios, uma vez que os resultados revelam que existem grandes desigualdades intra e inter municípios.

ST_11 > PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E DO TERRITÓRIO

Comissão Científica:
Ivo Marcos Theis – PGDR/FURB
Joana Tereza Vaz de Moura – PPEUR/UFRN
Josué Alencar Bezerra – PLANDITES/UERN
Karina Oliveira Leitão – PPGAU-FAU/USP
Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins – PPGAU-FAU/USP
Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski – PPGGEO/UFPR
Rainer Randolph – IPPUR/UFRJ e PPGPSDR/UNOCHAPECÓ
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior – NAEA/UFPA
Zoraide Souza Pessoa – PPEUR/UFRN

> ST_11 > 01

PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
COORDENAÇÃO: IVO MARCOS THEIS E VICTOR IACOVINI
SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 10

PLANO DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PROGRAMAS DE REVITALIZAÇÃO DE CÓRREGOS URBANOS. DISCUTINDO A INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E URBANAS.
Débora Mendonça Monteiro Machado - Uninove, debora87mm@hotmail.com
Daniella Aparecida de Mattos de Oliveira Rolo - Uninove, Daniellamattos26@gmail.com
Cláudia Terezinha Kniess - Uninove, kniesscl@gmail.com
Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo - Uninove/USP, amarilislcfgallardo@gmail.com

As políticas públicas para enfrentamento de problemas ambientais e urbanos devem buscar uma agenda integradora que visa maximizar os benefícios mútuos. Nas cidades, os córregos urbanos são submetidos a processos de degradação e sofrem os efeitos das mudanças climáticas. Para esta pesquisa estabeleceu-se como objetivo geral a realização de um diagnóstico sobre quais medidas de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), previstas no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), podem ser identificadas em projetos de revitalização de córregos urbanos. Utilizou-se como objeto de estudo um caso pioneiro e emblemático, a revitalização do córrego do Sapé, por meio de pesquisa qualitativa. Os resultados demonstram que mesmo sem terem sido estabelecidas de modo convergente, as medidas de revitalização do córrego Sapé dialogam com as propostas instituídas no marco nacional de adaptação às mudanças climáticas. Os dados encontrados trazem uma contribuição para o alcance de programas públicos que visam reverter o quadro de degradação atual dos rios urbanos e enfrentamento das mudanças climáticas em cidades.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

Ricardo Fiuza Lima - Ministério das Cidades, fiuza.mpog@gmail.com
Edson Leite Ribeiro - Ministério das Cidades, edlribeiro@gmail.com

O trabalho teve como objetivo avaliar o Programa MCMV sob o aspecto da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável das cidades. Realizou-se estudo do tema de desenvolvimento sustentável e cidades sustentáveis para estabelecer um modelo de cidade desejada, do ponto de vista da racionalidade do espaço urbano, uso e ocupação do solo. No desenvolvimento do trabalho, considerou-se informações político-institucionais e de contexto histórico sobre a construção do Programa, suas regras e diretrizes com relação às suas regulamentações urbanísticas. Realizou-se a avaliação, com base em informações capturadas por meio de revisão na literatura sobre estudos de caso feitos a respeito da implementação do Programa. Além disso, analisou-se os normativos do Programa para verificar se suas diretrizes apresentavam coerência com a visão sobre a cidade que se deseja. A pesquisa concluiu que o PMCMV Empresas tem gerado um grande impacto negativo no desenvolvimento sustentável das cidades e seus normativos influenciaram na forma de execução dos projetos e nas inadequadas características de suas implantações.

CIDADES, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ADAPTAÇÃO: UMA ANÁLISE DA CIDADE DO NATAL/RN-BRASIL

Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira - UFRN, pontesrylanneive@gmail.com
Zoraide Souza Pessoa - UFRN, zoraidesp@gmail.com
Gabriela Marques Di Giulio - USP, ggiulio@usp.br

No Brasil, o debate sobre cidades e mudanças climáticas é incipiente, com as primeiras discussões no meio acadêmico, onde os pesquisadores têm desenvolvido estudos na área, configurando-se em verdadeiras fontes de embasamento teórico-metodológico para as agendas públicas formularem e implementarem políticas públicas ou ações de enfrentamento às alterações climáticas. Neste sentido, o presente estudo visa analisar como a cidade do Natal tem abordado a questão climática, identificando as intervenções urbanas e os desafios relacionados ao enfrentamento das mudanças climáticas no âmbito local. Para isso, a metodologia do estudo segue as orientações de uma pesquisa de natureza qualitativa, ancorando-se em um conjunto de métodos: pesquisa documental, observação em reuniões, aplicação de questionários e análise de conteúdo. Em síntese, podemos destacar que, em Natal, as mudanças climáticas ainda não são percebidas como um problema de relevância maior e que, para passarem a integrar as agendas pública e política da cidade, precisariam, por exemplo, de uma maior vontade política, aliada a uma não limitação do papel dos atores institucionais locais.

A LEI DO SANEAMENTO BÁSICO E SEU IMPACTO NOS ÍNDICES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Damares Lopes Afonso - Universidade Federal de Juiz de Fora, damaresalopes@gmail.com
Eduardo Simões de Almeida - Universidade Federal de Juiz de Fora, eduardo.almeida@ufjf.edu.br

O Brasil ainda enfrenta desafios quanto ao oferecimento dos serviços de saneamento básico à população. Em busca da universalização destes serviços, o governo federal promulgou a Lei nº 11.445, a chamada Lei do Saneamento Básico de 2007. Dentre as diretrizes fundamentadas pela Lei, encontra-se a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) por parte de todos os municípios brasileiros. O presente trabalho propõe avaliar o impacto da Lei do Saneamento Básico sobre os índices de acesso aos serviços de saneamento básico relacionados ao abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário dos municípios. Utiliza-se o método de Diferenças em Diferenças com pareamento, tendo como tratamento o fato de os municípios terem elaborado seus PMSB, ou seja, estarem em conformidade com a Lei. Os resultados indicam que a aplicação da Lei teve impacto positivo e significativo nos índices de acesso aos serviços de saneamento básico.

PERCEPÇÃO DA PAISAGEM EM FOZ DO IGUAÇU

Elisiana Alves Kleinschmitt - Centro Universitário Dinâmica das Catara, arq1eliskleins@gmail.com
Letícia Peret Antunes Hardt - PUCPR, l.hardt@pucpr.br

A paisagem tem sido considerada uma variável indispensável para a gestão urbana, para o planejamento territorial e para o projeto urbanístico. Além de indicadora de condições de desenvolvimento de determinada sociedade, é interpretada pelas suas manifestações de valores naturais, culturais, históricos, sociais e econômicos, dentre outros. Todavia, é notável a sua progressiva deterioração em várias cidades brasileiras. Sob essa ótica, o objetivo geral da pesquisa é avaliar a qualidade paisagística, com adoção do estudo de caso em Foz do Iguaçu, Paraná, elencando-se subsídios à minimização dos seus impactos do passado e à ampliação da sua capacidade futura. Com natureza aplicada, abordagem qualitativa e sistema múltiplo de métodos, a investigação foi elaborada com base em quatro referenciais principais: técnico, compreendendo o recorte metodológico de ensaio peculiar; teórico, englobando o recorte temático para delimitação de conceito próprio; empírico, comportando o recorte geográfico para aplicação prática dos procedimentos anteriores; e crítico, envolvendo o recorte propositivo, derivado da integração das informações analisadas. Os resultados de caracterização paisagística da área de estudo revelam dois marcantes momentos históricos – antes e após a construção da usina de Itaipu –, partindo de um processo lento para um crescimento acentuado, associado à má gestão municipal e ao consequente desordenamento urbano. Os dados da classificação perceptual evidenciam que a maioria da população indica maior incidência da classe média baixa para os cenários avaliados. A comprovação da hipótese de que alguns parâmetros e componentes urbanísticos propiciam a qualidade da paisagem das cidades, tornando possível, pela sua redefinição, a redução de interferências pretéritas e a expansão de potencialidades futuras, conduz à indicação da necessidade de elaboração de projetos de valorização paisagística no âmbito dos planos diretores municipais.

PLANEJAMENTO, GESTÃO E MANEJO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: AGENTES, ESCALAS E PROCESSOS

Tainá Labrea Ferreira - UnB, taina.labrea@gmail.com
Nelba Azevedo Penna - UnB, nelba@unb.br

O planejamento, a gestão e o manejo de resíduos sólidos em municípios brasileiros tem sido um desafio e origem de diversos conflitos socioespaciais. Com 60,2% dos municípios com destinação inadequada de resíduos sólidos, contratos superfaturados de prestadoras de serviço de coleta e aterramento e 1,5 milhões de catadores trabalhando em grande parte em condições precárias, são necessários novos arranjos e maior

compreensão sobre os agentes e seus conflitos. Nosso objetivo neste artigo é identificar os principais agentes espaciais e suas escalas de ação, bem como os processos de planejamento, gestão e manejo. Com abordagem sobre o território brasileiro encontramos conflitos sobre: o encerramento de lixões; o estabelecimento de coleta seletiva nas cidades; e redução das desigualdades pela melhoria das condições de trabalho e renda de catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

> ST_11 > **02**

A PRODUÇÃO DA CIDADE - HABITAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURAS

COORDENAÇÃO: JOSUÉ ALENCAR BEZERRA E ZORAIDE SOUZA PESSOA

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 11

TIPOLOGIAS DA IRREGULARIDADE NO PARCELAMENTO DO SOLO EM FORTALEZA-CE
Thaís Sales Gonçalves - Universidade Presbiteriana Mackenzie, thaisalesg@gmail.com
Luiz Guilherme Rivera de Castro - Universidade Presbiteriana Mackenzie, riveradecastro@gmail.com

Este artigo apresenta os primeiros resultados de pesquisa em andamento, que estuda as ilegalidades e irregularidades no parcelamento do solo no município de Fortaleza-CE. O objetivo é explorar os conceitos dos tipos de irregularidade urbanística referentes ao parcelamento e ocupação do solo urbano, a saber, loteamento irregular, loteamento clandestino e favela, por meio de estudos de caso e mapeamento, ilustrando e caracterizando tais irregularidades existentes na cidade de Fortaleza. Para tanto, faz uso de plantas de loteamentos aprovados pela prefeitura do município em comparação com a situação existente de ocupação do território, registrada por meio de aerofotogrametria e imagens de satélite.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS: O CASO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO
Camila Nastari Fernandes - Universidade Federal do ABC, camilanastari@gmail.com
Marcela Alonso Ferreira - Fundação Getúlio Vargas, marcela.alonso.ferreira@gmail.com

São poucas as experiências de aplicação dos instrumentos urbanísticos relacionados à função social da propriedade nas cidades brasileiras e, especialmente, em grandes municípios. Na cidade de São Paulo a implementação destes instrumentos foi iniciada em 2014, de forma conjunta com a aprovação do Plano Diretor Estratégico e resultou em mais de 1.300 imóveis notificados. Tal volume de notificações foi resultado de um processo de estruturação de uma política urbana que não possuía precedentes na cidade até então. Diversos estudos analisaram suas implicações legais e fundiárias, mas são escassas análises sobre os aspectos de construção do aparato institucional e burocrático. O presente trabalho objetiva descrever os principais elementos de gestão que estruturaram a implementação dos instrumentos na capital paulista, a partir de um levantamento dos dados oficiais de forma a contribuir para o debate acerca dos processos de institucionalização de políticas urbanas

UM OLHAR A PARTIR DAS ESTRUTURAS DE PROVISÃO SOBRE O SETOR SUL DE RIBEIRÃO PRETO/SP
Debora Prado Zamboni - Universidade Federal do ABC, deboraprado@gmail.com

Esse trabalho analisa a produção do espaço urbano do Setor Sul da cidade de Ribeirão Preto, apoiando-se na metodologia de Michael Ball sobre as "estruturas de provisão", que propõe observar a relação entre agentes sociais, tipos de capitais envolvidos e papel do estado na produção do espaço urbano. Ribeirão Preto é marcado por segregação socioespacial desde sua fundação, com histórica valorização do seu eixo sul de expansão imobiliária. A partir de 1980, soma-se a esse cenário a constituição de novas formas de habitat urbano com o aparecimento dos "Espaços Residenciais Fechados". Foi possível identificar duas 'estruturas de provisão': a primeira, caracteriza-se pela transformação do uso da terra rural em terra urbana; o segundo, representa a construção da edificação e a incorporação imobiliária. O estudo da produção urbana utilizando a metodologia das estruturas de provisão proporcionou uma diferenciação importante entre os "Espaços Residenciais Fechados" no que diz respeito à sua forma de fazer. Entende-se que é necessário observar a relação entre agentes, emprego de diferentes capitais e o papel do estado nos estudos sobre a produção urbana.

BOLSÕES RESIDENCIAIS: O REDESENHO DA RUA ENQUANTO LUGAR PÚBLICO DE APROPRIAÇÃO, PERMANÊNCIA E CONVÍVIO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Rafael Pollastrini Murolo - FAUUSP, rmurolo@usp.br
Helena Aparecida Ayoub Silva - FAUUSP, lena.ayoub@usp.br

O artigo apresenta uma leitura crítica dos projetos urbanos do programa Bolsões Residenciais, proposto pela Prefeitura do Município de São Paulo em 1989, desenvolvido pela EMURB, CET e Administrações Regionais. São analisadas as estratégias de desenho urbano propostas em duas implantações desse projeto, a do Jardim Rizzo e a do Conjunto Residencial Butantã, ambas situadas na parte oeste da cidade. Busca-se relacionar essa iniciativa do poder público com correntes teóricas urbanísticas, com outras iniciativas similares previamente propostas pela administração, assim como verificar a sua relevância atual, por meio de análise de legislação específica, publicações e material iconográfico obtido em acervo municipal.

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UMA ANÁLISE URBANA NO BAIRRO DE GRAMAME EM JOÃO PESSOA – PB
Mariana Vasconcelos Vidal de Negreiros - UFPB, vvn.mari@gmail.com
Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia - UFPB, jovankabcs@gmail.com

Os espaços livres públicos de lazer vêm perdendo importância nas cidades contemporâneas, e têm a situação agravada ao voltar-se para os bairros das bordas. O Bairro de Gramame, situado na borda Sul de João Pessoa, mostra-se carente de planejamento urbano, com um crescimento urbano desordenado e ausência de espaços livres públicos qualificados, seja para mobilidade ou para lazer e contemplação dos usuários e moradores. Gramame dispõe de apenas três espaços livres públicos de lazer – duas praças e um parque – além disso, a malha urbana é composta por 37% de vazios urbanos, que possibilitam a conversão de alguns destes em áreas verdes. Diante disto, é apresentado um conjunto de informações de ordem teóricas e práticas com base em metodologias específicas como o "Safári Urbano" adaptado para aplicação em espaços públicos, dentre outros. Por fim, apresenta-se uma proposta de requalificação para o Bairro com um sistema de espaços livres públicos.

ELEMENTOS PARA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE INFRAESTRUTURA: O DEBATE LATINO-AMERICANO E APONTAMENTOS PARA O CASO BRASILEIRO
Victor Iacovini - FAUUSP, vctriaco@gmail.com

O presente trabalho trata do debate latino-americano sobre a produção do espaço urbano a partir do trabalho de autores e conceitos como as "formas de produção-circulação do espaço" (JARAMILLO, 1982), que constitui a primeira parte do artigo; das "modalidades de produção-consumo da urbanização" (PÍREZ, 2016; 2009; 2013), na segunda parte e do "contratismo" e arranjos institucionais gerais históricos típicos das relações anglo-mexicanas (CONNOLLY, 1997; 1993) e das variantes recentes de "concessão" (CONNOLLY, 2015). Esse conjunto de autores, obras, categorias e conceitos de análise para as relações sociais de produção do espaço urbano constitui uma perspectiva teórica da sociologia urbana crítica que se desenvolveu na América Latina a partir da década de 1970. Tais categoriais de análise e conceitos específicos são revisados, inter relacionados em categorias analíticas (de "tipo puro") e conceitos específicos para entender a caracterizar os novos arranjos institucionais que emergem com a "mercantilização" ou "re-mercantilização" das relações de produção-consumo (PÍREZ, 2016). Que chamamos de "mercantilização avançada": "um processo mais amplo de institucionalização de arranjos avançados de mercantilização" que se consolida nas primeiras décadas do século XXI.

ASPECTOS ESPACIAIS, PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL
COORDENAÇÃO: IVO MARCOS THEIS E VICTOR IACOVINI

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 10

PLANEJAMENTO... QUAL É O TEU NEGÓCIO? DO TERRITÓRIO PLANEJADO AO ESPAÇO DO MERCADO
William Mog - UFRGS, williammog@hotmail.com
Lívia Salomão Piccinini - UFRGS, livia.piccinini@ufrgs.br

O artigo aborda a relação entre o território que é planejado pelo Estado a partir da legislação urbanística de uso e ocupação do solo e o espaço que é produzido pelo mercado a partir de empreendimentos imobiliários. Para tanto, o trabalho se articula a partir de três partes. Na primeira, aborda-se na teoria o papel contraditório do planejamento urbano em um contexto de subdesenvolvimento e a sua influência na forma de produção do espaço urbano. Na segunda parte, destaca-se a relação entre as inconsistências estruturais do planejamento urbano em Porto Alegre/RS e o descolamento deste em relação às demandas sociais da cidade. E, por último, na terceira parte, analisa-se um recorte territorial de Porto Alegre/RS com a intenção de aprofundar a problemática através de três empreendimentos do mercado imobiliário local. Entende-se que há uma lógica associativa entre o Estado e o mercado que viabiliza o controle sobre a lucratividade dos empreendimentos a partir da regulação estatal.

PLANEJAMENTO URBANO E OS NOVOS ARRANJOS POPULACIONAIS: O CASO DA AGLOMERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE FOZ DO IGUAÇU (BR), CIUDAD DEL ESTE (PY) E PUERTO IGUAZÚ (AR)
Andre da Soler - UFPR, andredasoler@hotmail.com
Gislene de Fátima Pereira - UFPR, gislenepereira42@gmail.com

O presente trabalho reflete sobre questões de Planejamento Urbano e Regional frente às novas configurações espaciais, onde divisas tradicionais são relativizadas, inclusive fronteiras nacionais. Para tanto, foca-se sobre uma tipologia específica, as aglomerações transfronteiriças, por considerar que nestes locais alguns destes desafios se fazem mais evidentes. O recorte espacial definido foi a aglomeração de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY), e Puerto Iguazú (AR), também conhecida como Tríplice Fronteira. A pesquisa desenvolveu-se a partir da compreensão das articulações urbanas transfronteiriças existentes nesta localidade e seus reflexos sobre a materialidade, de modo a analisar a atuação do planejamento urbano nestes processos e seus impactos na produção do espaço transfronteiriço. Percebeu-se que as iniciativas de planejamento locais contribuíram na formação de uma configuração desarticulada e desuniforme. Assim, devem ser buscadas alternativas mais abrangentes de atuação do planejamento nas áreas de fronteira, capazes de reconhecer diferentes morfologias espaciais e de apreender seus processos, suas dinâmicas e suas demandas.

ATUAR NA INTERFACE: CONTRIBUIÇÕES DE MÉTODO PARA A GESTÃO METROPOLITANA DE RISCOS URBANOS

Renata Maria Pinto Moreira - FAU-USP, moreira.rmp@gmail.com

O artigo sistematiza conceitos e métodos de pesquisa que buscou compreender a incorporação de princípios de gestão de riscos a instrumentos de planejamento e gestão urbanas no contexto nacional e internacional. A pesquisa analisou efeitos e impactos de desastres em funções infra estruturais metropolitanas, problema que exige organização preventiva de grande escala e abordagem regional. Isto foi feito por meio de estudos de caso que revelam impactos sentidos e vivenciados mais amplamente não apenas pelo caráter extremo das ameaças, mas pela decorrência de efeitos das ameaças sobre infraestruturas, e de variadas interdependências entre diversos sistemas de infraestrutura urbana. Os casos estudados foram: 1. inundações recorrentes e duradouras na região Leste da metrópole e Jardim Pantanal, 2. inundações no município de Franco da Rocha, agravadas pelas manobras necessárias no reservatório Paiva Castro, do Sistema Cantareira; 3. efeitos diferidos da crise hídrica pelo rio Tietê no município de Salto, com grande mortandade de peixes, e a relação com o sistema hidráulico metropolitano para de controle de inundações e geração de energia. Ao se atingir dispositivos de infraestruturas e suas interfaces, os efeitos dos impactos são cruzados, somados, amplificados e irradiados. No artigo, são trabalhados os conceitos sobre riscos, abordados, primeiramente, de um ponto de vista objetivo. Posteriormente, é analisada a norma ISO 31000: abrangente e genérica, adaptável a contextos e sistemas diversos. Explorar os princípios desta norma e seus limites, rumo a abordagens transversais nas análises de riscos, mostrou-se relevante à área de estudos urbanos, sobretudo para se alcançar o propósito de gerenciar riscos cruzados, e na interface entre sistemas setoriais. Finalmente, são levantados pontos de uma agenda de pesquisas e gestão urbana que podem conferir relevância específica à contribuição dos urbanistas no tema da gestão de riscos.

CIDADES MÉDIAS E GESTÃO TERRITORIAL: ANÁLISE DOS FLUXOS DE GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA NA REGIÃO DOS VALES – RS

Grazielle Betina Brandt - UNISC, grazielle@unisc.br
Nicolas Billig de Giacometti - UNISC, nbgiacometti@gmail.com
Carolina Rezende Faccin - UNISC, faccincarolina@gmail.com
Débora Frantz Krug - UNISC, krugdebora@gmail.com

Aborda-se a centralidade e a capacidade de gestão territorial das cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado em suas regiões de influência, utilizando como recorte de estudo a Região dos Vales-RS. Revisa-se os conceitos de cidade média e gestão territorial e analisa-se os fluxos de gestão pública e de gestão empresarial, bem como seus reflexos na dinâmica da rede urbana e no processo de desenvolvimento regional. Na análise, utilizou-se os dados secundários da base estatística da RAIS (2014) que nos dá informações referentes ao número de estabelecimentos instalados nos municípios e número de empregados dos mesmos, Censo Demográfico (200 e 2010) e dos estudos REGIC (2007) e Gestão do Território (2014), levantados pelo IBGE, e referentes às formas com que o Estado e o Mercado organizam o espaço regional. O conjunto de fluxos de gestão pública e empresarial, que alcança e se desenvolve no território regional, tem contribuído para aprofundar a urbanização, complexificar as funções urbanas, ampliar a centralidade e o papel de comando dessas cidades médias na região. Foram levantados também dados primários acerca da gestão pública estadual que descrevem a questões estratégicas dada a localização.

PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES: DO "TER OU NÃO TER" À AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

Alex Ferreira Magalhães - UFRJ / IPPUR / LEDUB, alexmagalhaes@ippur.ufrj.br
Tarcyla Fidalgo Ribeiro - UFRJ / IPPUR, tarcylafidalgo@gmail.com
Thamara Francisconi Vieira Pereira - UFRJ / IPPUR / LEDUB, thamarafvp@hotmail.com
Daiane Maria de Sousa Santos - UFRJ / IPPUR / LEDUB, dayane.santos50@hotmail.com

A elaboração dos Planos Diretores se tornou ponto relevante da política urbana municipal a partir do Estatuto da Cidade. Passados os primeiros 10 anos de vigência dos Planos elaborados após a campanha realizada pelo Ministério das Cidades, a avaliação de seus impactos torna-se essencial. Este artigo apresenta um estudo de 15 municípios fluminenses, numa primeira aproximação do panorama da aplicação dos Planos Diretores no estado do Rio de Janeiro. Os dados empíricos iniciais sugerem um cenário de baixo grau de aplicação dos instrumentos previstos nos Planos, e a partir deles se busca debater as possíveis hipóteses explicativas desse cenário, bem como propor algumas questões para reflexão a respeito da política urbana no país. Embora o universo da pesquisa se restrinja a municípios fluminenses, a percepção é de que tais desafios estão postos para um grande número de municípios do país, ainda que em diferentes graus.

> ST_11 > **04**

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E DO TERRITÓRIO: PERIFERIAS E OCUPAÇÕES INFORMAIS

COORDENAÇÃO: MARIA LÚCIA REFINETTI RODRIGUES MARTINS E OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 11

O IDEÁRIO DOS PROJETOS URBANOS PARA AS FAVELAS CARIOCAS

Henrique Amorim Soares - Universidade Federal Fluminense, hasoares@id.uff.br

Houve uma ruptura no urbanismo carioca nos anos 1990, quando novos modelos renovaram o debate e fomentaram o retorno à prática de arquitetos externos à administração pública, destacando-se o projeto pontual em detrimento do plano de larga escala e a urbanização como resposta ao "problema-favela". Através de revisão da literatura corrente e de projetos apresentados em concursos de metodologia, este trabalho contextualiza essa inflexão e analisa as principais noções empregadas por arquitetos para refletir e intervir na cidade informal. Observamos a disposição para apreender o espaço a partir de seu aspecto visual e a suposição de que seria possível promover alterações socioeconômicas controladas por meio de modificações físicas na cidade.

POR UM OLHAR ESPACIAL NA GESTÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: equidade para superar desigualdades
Sandra Gomes - PPEUR/UFRN, sgomes.vaughan@gmail.com
Francymonni Yasmin Marques de Melo - PPEUR/UFRN, francymonni@gmail.com

Estudos sobre as relações entre desempenho escolar, características individuas e local de moradia concluem que a sobreposição ou acúmulo de diferentes tipos de desvantagens para indivíduos em situação de vulnerabilidade social são os principais fatores explicativos para a baixa performance escolar que, por sua vez, são magnificados pelos padrões de segregação socioespacial típicos das cidades brasileiras. A partir da análise de indicadores educacionais por regiões e bairros do município de Natal, os autores identificam padrões de desigualdades socioespaciais e de alocação de infraestrutura pedagógica na cidade que se associam à constituição histórica de ocupação do espaço urbano por diferentes grupos sociais. Com base nesses resultados, argumentam que um olhar espacial para o planejamento e gestão das políticas educacionais pode se tornar um efetivo instrumento para a correção das desigualdades e a promoção da equidade.

O CEU NA INTEGRAÇÃO DA PERIFERIA
Paula Custódio de Oliveira - FAUUSP, paula.oliveira@usp.br
Maria Lucia Refinetti Martins - FAUUSP, malurm@usp.br

O artigo apresenta e avalia a política pública desenvolvida pela implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), em São Paulo. Os CEUs, a partir de uma abordagem educacional, ampliam a discussão da inclusão social para o âmbito urbano ao propor seus espaços de uso público e múltiplo na periferia da cidade, estruturando-se como elemento de fomento a uma sociedade mais integrada. O artigo discute o papel e resultados desses equipamentos na qualificação urbana e na melhoria das condições de vida e acesso a oportunidades para a população local, e pontua a relevância no atual momento das intervenções de menor porte, em rede, que constituam Projetos Urbanos de Interesse Social, como contraponto a um contexto que vem tornando a cidade um investimento financeiro e ampliando as desigualdades territoriais.

PLANEJANDO CONTRA A CORRENTE O caso do Plano Popular das Vargens, Rio de Janeiro, RJ
Fabricio Leal de Oliveira - IPPUR/UFRJ, flealdeoliveira@gmail.com
Giselle Tanaka - IPPUR/UFRJ, gisellemegumi@gmail.com
Paula Cardoso Moreira - UFF, cmoreira.paula@gmail.com
Fernanda S. Santos - IPPUR/UFRJ
Renato Cosentino - IPPUR/UFRJ, rcosentino@gmail.com
Caroline Santana
Poliana Monteiro - poli.dmambembe@gmail.com
Mariana Medeiros

Na década de 2010, uma série de iniciativas de planejamento lideradas por movimentos sociais, associações de moradores e outras articulações sociais ganharam visibilidade como formas de disputa pela produção e apropriação do espaço urbano. Resistências contra grandes projetos incluídos na pauta da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 e movimentos de ocupação de prédios e terrenos ociosos se destacam entre muitas ações de iniciativa de moradores e movimentos sociais em grandes cidades brasileiras. Neste artigo, após uma breve apresentação das principais questões relativas à região das "Vargens", na periferia oeste do Município do Rio de Janeiro, discute-se o Plano Popular das Vargens (PPVA), seu processo de elaboração e seu papel como instrumento de luta em torno da legislação urbanística e dos projetos governamentais para a área. O PPVA traz novos insumos críticos para a discussão sobre o planejamento urbano e a implementação de operações urbanas consorciadas no Brasil, panaceia que resiste apesar dos recorrentes fracassos financeiros e sociais de grandes projetos elaborados por meio de parcerias público-privadas.

> ST_11 > **05**

DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO: RAINER RANDOLPH

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 10

A EXCEÇÃO TORNANDO-SE REGRA: REGIMES DE EXCEÇÃO COMO FORMA DE PRODUZIR O ESPAÇO URBANO EM FORTALEZA.
Pedro Vitor Monte Rabelo -UNIFOR, pedrovitormr@gmail.com
Carla Camila Girão Albuquerque - UNIFOR, camilagirao@unifor.br

Tendo como base o atual cenário de desregulamentação, onde investe-se nos regimes de exceção, flexibilizando os parâmetros urbanísticos explorar cada vez mais a terra como mercadoria, este trabalho realiza uma análise crítica deste cenário no qual zonas com viés de flexibilização sobrepostas abrangem uma porção majoritária do território de Fortaleza.

O FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO: O TURISMO DO CEARÁ NO CENTRO DO ARRANJO ENTRE O ESTADO, O CAPITAL E OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO
Raquel Dantas do Amaral - UFC/USP, rraqueldantas@yahoo.com

Este artigo objetiva compreender como o financiamento multilateral para o desenvolvimento influencia o planejamento territorial, a partir do caso do Ceará. O conceito de desenvolvimento em toda sua história foi construído e disseminado pelas grandes instituições multilaterais, permeado por influências políticas e econômicas principalmente norte-americanas. Dentre essas instituições, destacam-se os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento por carregarem, além de ideias – ou ideologias, vultosos pacotes financeiros que facilitam a consecução do seu próprio entendimento de desenvolvimento. Ao longo do século XX, o Estado brasileiro, a partir da sua função precípua de planejar o território e de prover a base para o desenvolvimento capitalista, ora absorveu o conceito predominante internacional de desenvolvimento, ora buscou oferecer novas saídas para um país da periferia capitalista. O Ceará, um estado com mais da metade da sua população entre vulneráveis a pobreza, pobres e extremamente pobres (Censo de 2010), 16º estado no ranking nacional do PIB, é o terceiro maior mutuário do Brasil em crédito externo, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses dados conectados em uma mesma frase indicam que há algo fora do lugar,

que valeria a pena ser desvelado. Como um estado pobre consegue tomar tanto empréstimo internacional? Como esses financiamentos compõem a política de desenvolvimento do Estado do Ceará? Qual é o modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado pelo Governo do Estado do Ceará desde o Governo das Mudanças (1987-2006)?

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA GESTÃO E DA FUNÇÃO SOCIAL DOS IMÓVEIS PÚBLICOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE

Jéssica Morais de Moura - UFRN, jessica_morais_moura@hotmail.com

O trabalho se insere na discussão acerca da gestão do espaço, concentrando-se na análise do patrimônio imobiliário público do Rio Grande do Norte e a sua relação com a dinâmica urbana e com a função social da propriedade. A pesquisa enfoca os terrenos e edificações da administração estadual e tem como objetivo principal refletir sobre o quantitativo e a situação desses imóveis, discutindo aspectos sobre o abandono, a cessão e a alienação desse patrimônio. Relativo à função social da propriedade pública evidencia-se que os preceitos normativos exigem o bom uso da propriedade pública, sendo fundamental o cumprimento das diretrizes firmadas pela política de desenvolvimento urbano. Contudo, conforme se intenciona demonstrar, a realidade é desafiadora para as administrações públicas que devem promover um melhor uso desses bens e, nem sempre, possuem o controle do seu patrimônio, existindo terrenos e prédios públicos que estão irregulares e sem função social. Numa outra ótica, existem imóveis bem localizados que encontram-se cedidos, enquanto o poder público também loca imóveis para funcionamento de suas atividades administrativas.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS: ADAPTAÇÃO AO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO

Eric Mateus Soares Dias - UFRN, erickmateus_sd@hotmail.com
Zoraide Souza Pessoa - UFRN, zoraidesp@gmail.com

A inserção de tecnologias adequadas para o semiárido está cada vez mais ganhando espaço nas agendas científicas, governamentais e de movimentos sociais, pela emergência do avanço dos processos de desertificação e dos problemas da escassez hídrica. No entanto, essa necessidade é reforçada pelos efeitos das mudanças climáticas, que aumentam a frequência e intensidade de extremos climáticos de secas nas regiões semiáridas. Por isso, as tecnologias simples e adaptadas às realidades locais ganharam mais espaço nas discussões sobre o desenvolvimento regional sustentável, mostrando formas opcionais de um manejo mais adequado dos recursos escassos, dando prioridade para a água. Diante disso, são lançados os seguintes questionamentos: Quanto à possibilidade de maior ocorrência e intensificação das secas com o avanço das mudanças climáticas, do que dispõem a população para se adaptar? De qual forma as políticas públicas, particularmente, as políticas regionais, atuam para reduzir o quadro de vulnerabilidade em relação a seca? Qual a importância de tecnologias adaptadas as condições locais para enfrentamento das mudanças climáticas? Face ao exposto, este artigo pretende discutir e avaliar, em que medida as tecnologias sociais podem contribuir com os novos desafios nas regiões semiáridas, considerando os cenários de mudanças climáticas. O artigo contribui com o debate da adaptação climática e a importância das tecnologias sociais desenvolvidas para a convivência com o Semiárido como estratégias para melhorar a capacidade da população em conviver com as mudanças do clima, para isso adotou-se uma metodologia qualitativa com a revisão bibliográfica e documental. Foi possível avaliar que as tecnologias sociais surgem como um modelo alternativo de desenvolvimento apropriado para o Semiárido, desempenhando um papel importante no Semiárido brasileiro não apenas para o enfrentamento à problemática social e ambiental local, mas também para a minimização dos efeitos das mudanças climáticas. Isso pode ser visualizado no quadro em que mostra algumas tecnologias sociais que podem contribuir para adaptação climática.

LAZER E PLANEJAMENTO URBANO: POTENCIALIDADES A PARTIR DE INDICADORES BASEADOS EM SISTEMAS DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA

Isabela Veloso Lopes Versiani - Universidade Estadual de Montes Claros, isabelamoc@yahoo.com.br
Anete Marília Pereira - Universidade Estadual de Montes Claros, anete.pereira@unimontes.br

O tema da qualidade de vida urbana tem sido uma problemática emergente que interfere no presente e futuro das cidades, legitimado pela crescente sistematização de indicadores que buscam mensurar aspectos e auxiliar no direcionamento de ações de planejamento urbano e de políticas públicas, inclusive no campo do Lazer. Embora reconhecido como um direito social por diversos documentos, o Lazer tem seu efetivo exercício democrático ainda distante de se realizar em consonância com as Políticas Urbanas, sobretudo na provisão de equipamentos públicos. De natureza exploratória, o presente trabalho busca evidenciar como o Lazer tem se inserido em alguns Sistemas de monitoramento de qualidade de vida urbana, a partir de quais indicadores e possíveis contribuições. Dentre os resultados, evidencia-se o potencial dos indicadores levantados em auxiliar o direcionamento de ações mais efetivas de planejamento urbano e de políticas públicas na busca por uma maior democratização do Lazer nas cidades.

> ST_11 > 06

INSTRUMENTOS FUNDIÁRIOS E GESTÃO URBANA
COORDENAÇÃO: IVO MARCOS THEIS E VICTOR IACOVINI

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 11

UM ESTUDO SOBRE A VINCULAÇÃO DO IPTU ÀS MELHORIAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM UM MUNICÍPIO POTIGUAR.

Francisco Jean Carlos de Souza Sampaio - UERN, UFCG e UFPE, sampaiojean@yahoo.com.br
Norma Lacerda - UFPE, norma_lac@yahoo.com.br

A pesquisa analisa o valor do IPTU arrecadado pelo município de Pau dos Ferros – RN e o seu destino durante o PPA de 2014 a 2017, na perspectiva de verificar a vinculação com as melhorias estabelecidas no § 1º do Art. 32 do CTN. A pesquisa classifica-se como aplicada, explicativa, bibliográfica, estudo de caso, documental e de predominância qualitativa. Aplicou-se o questionário com os Secretários de Tributação, Finanças, Infraestrutura, Saúde e Educação e os fiscais de tributos deste município, e com o Diretor da CAERN que responde pelo município de Pau dos Ferros – RN. A pesquisa demonstrou que durante o PPA de 2014 a 2017 o valor do IPTU arrecadado foi crescente, não existe vinculação deste imposto quanto ao seu

destino, mas que existe destino de recursos para as melhorias citadas no § 1º do Art. 32 do CTN, embora não sejam suficientes para que possam conceder os serviços de infraestrutura, de saúde e educacional necessários a todos os cidadãos pauferrenses.

QUEM SÃO OS DONOS DA TERRA URBANA? BELO HORIZONTE E SEU EIXO NORTE
Ana Luiza Nabuco - UFMG e EHESS, luizanp@hotmail.com

Este artigo analisa a estrutura da propriedade da terra nua de Belo Horizonte e no Eixo Norte da cidade, área objeto de Grandes Projetos Urbanos. O trabalho é inédito e tem acesso a dados cadastrais de imóveis da Secretaria Municipal da Fazenda, Prefeitura de Belo Horizonte, para o período de 2009 a 2017. Apesar da extensa literatura sobre políticas fundiárias, há uma ausência, nacional e internacional, de estudos empíricos sobre os proprietários da terra urbana e seu grau de concentração, paradoxalmente à importância do tema. O artigo quantifica os terrenos públicos e privados, estes últimos subdivididos em empresas e pessoas físicas. No caso das "empresas", os dados do cadastro imobiliário são cruzados com o Cadastro Municipal Mobiliário, para obter sua principal atividade econômica. Este cruzamento permite verificar os setores econômicos que concentram a propriedade do solo urbano. Ao final, constrói-se indicadores de desigualdade para a propriedade da terra urbana, os Coeficientes de Gini, as Curvas de Lorenz e análise de centis. Os resultados apontam para uma elevadíssima concentração da propriedade da terra urbana, a qual vem acentuando-se nos últimos dez anos, assim como para a centralidade do setor privado na produção da cidade.

CRESCIMENTO HORIZONTAL E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA COMO PRODUTO DA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA: O CASO DE CAPITÓLIO/MG
Wesley Almeida Teixeira - IFMG, wesleykpt@gmail.com
Eduardo Meireles - UEMG, eduardo.meireles@uemg.br
Jairo Rodrigues Silva - IFMG, jairo.rodrigues@ifmg.edu.br
Rita de Cássia Ribeiro Carvalho - UEMG, rita.carvalho@uemg.br

O artigo busca uma abordagem da urbanização fomentada pelo turismo em Capitólio/MG, uma pequena cidade do interior, onde o turismo tomou proporções nacionais devido as belezas cênicas. O estudo tem como objetivo analisar as transformações urbanas, como o crescimento horizontal da cidade, bem como a alta valorização imobiliária nos últimos anos, frente a crescente demanda da população fixa e flutuante. O método utilizado baseou-se na pesquisa qualitativa e estudo de caso pós-fato (YIN, 2001). Para localização dos empreendimentos uma abordagem descritiva e analítica. Do Ponto de vista dos resultados, verificou-se a crescente transformação de áreas rurais em urbanas com destaque para os loteamentos, essa alta demanda está correlacionada a valorização e especulação imobiliária, os dados analisados no período de quatro anos apontam valorização de mais 60% com relação ao lançamento, comprovando que o crescimento horizontal da área urbana está associado ao crescente e forte movimento turístico e que a capital imobiliário tem extraído muitos lucros desse movimento.

TERRITORIALIZAÇÃO DA NORMA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DOS LOTEAMENTOS CERCADOS E CONDOMÍNIOS FECHADOS NA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – RS
Camila Pohl Gaspar Silveira Martins - UNISC, camilapf@arqus.com.br
Vinícius Oliveira Braz Deprá - UNISC, depra@unisc.br
Ana Flávia Marques - UNISC, afmarques@unisc.br

A constante inovação das ofertas imobiliárias visando maior agregação de valor apresenta os loteamentos cercados e condomínios fechados como um dos novos produtos imobiliários deste mercado. Nestes termos, a problemática buscou analisar o contexto histórico das estratégias e mecanismos de ação utilizados pelos principais atores no processo de urbanização da cidade de Santa Cruz do Sul, que foi pontuado por quatro fases distintas. Em linhas gerais, a consolidação destes produtos imobiliários é percebida em nível global, com reflexos muito semelhantes para a pluralidade das sociedades. Desta maneira, atreve-se mencionar que o estudo realizado pode, em certa medida, trazer aspectos singulares e universais acerca de como norma e território se relacionam neste contexto. Percebe-se que a constituição destes produtos compreende uma forma de urbanização através de legitimação com base em dispositivos legais que não lhe servem de fundamento, principalmente por se apresentarem diversos à função social da propriedade.

HABITAÇÃO E REGULAÇÃO NA TESSITURA DO ESPAÇO: REFLEXÕES SOBRE UMA (DES)COSTURA NA EXPANSÃO URBANA DO VETOR NORTE DA METRÓPOLE BELO-HORIZONTINA
Patrícia Silva Gomes - UnB, sgomespatricia@yahoo.com.br

O artigo tem por objetivo refletir, a partir do levantamento de dados quali-quantitativos da expansão de parcelamentos do solo, conjuntos habitacionais e assentamentos precários em oito municípios do vetor norte da metrópole belo-horizontina, sobre a lógica de produção da habitação e a sua forma de regulação urbana, buscando uma melhor costura desses processos. O fortalecimento do Plano Diretor, do Plano Local de Habitação e do controle social é a alternativa regulatória apresentada para priorizar o uso do estoque habitacional disponível, sobretudo com ganho de escala quali-quantitativo da regularização fundiária-urbanística, e para que a cobrança de contrapartidas dos empreendimentos elitizados seja utilizada, de forma cruzada, na disponibilização de cotas habitacionais e/ou subsídios de implantação de infraestrutura nos parcelamentos populares.

AFINANDO OS INSTRUMENTOS FISCAIS URBANÍSTICOS DO ESTATUTO DA CIDADE: UM PASSO PARA ALÉM DO "COPIAR E COLAR" NA EXPERIÊNCIA DE 11 PLANOS DIRETORES DA RMBH.
Luiz Felype Almeida - UFMG, luizfelype.almeida@gmail.com

A previsão nos planos diretores municipais dos instrumentos fiscais urbanísticos obrigatórios contidos no Estatuto da Cidade – lei federal 10.257/2001 – bem como sua execução prática têm sido objeto de diferentes estudos e análises. O presente artigo busca, a partir de uma experiência de planejamento concreta, discutir de que modo os "instrumentos" da legislação podem passar por um processo de "afinação" de modo tanto a promover uma melhor integração entre eles e as demais ferramentas regulatórias existentes no plano diretor como sua maior autoaplicabilidade. Para isso realiza-se a análise do processo de revisão de 11 planos diretores de municípios da RMBH. Apesar dos percalços encontrados ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, reais avanços na temática podem ser notados. O primeiro deles diz respeito

às bases utilizadas para entendimento do mercado imobiliário local na fase de diagnósticos. O segundo refere-se diretamente aos concretos incrementos trazidos na regulação final de tais ferramentas, os quais excederam em boa medida a prática comum de apenas se "copiar e colar" o conteúdo presente no Estatuto da Cidade.

> ST_11 > **07**

A PRODUÇÃO DA CIDADE - REGULAÇÃO E OCUPAÇÃO
COORDENAÇÃO: JOSUÉ ALENCAR BEZERRA E ZORAIDE SOUZA PESSOA

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 10

TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL CONSTRUTIVO NÃO UTILIZADO:
A EXPERIÊNCIA DA LOCALIDADE DR. FÁBIO II – CUIABÁ/MT.
Amay Souza Porto - Prefeitura Municipal de Cuiabá, amayporto@gmail.com
Catarina Gonçalves de Almeida - Universidade de Cuiabá – UNIC, catarinaalmeidaadv@gmail.com

Esse artigo tem o objetivo de apresentar a experiência da aplicação da Transferência do Potencial Construtivo não Utilizado na localidade do Dr. Fábio II, Zona Especial de Interesse Social-I do município de Cuiabá, como alternativa à desapropriação de uma área particular, com a finalidade de promover a regularização fundiária. Com a emissão da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de 2011, o município passou a disponibilizar o instrumento urbanístico aos proprietários que doassem à municipalidade seus imóveis, e assim, foram expedidas certidões de potencial construtivo para a Localidade de Dr. Fábio II. Em 2015, o município recebeu a Notificação Recomendatória do Ministério Público para suspender todos os processos que visavam a transferência e ainda, que fossem elaborados estudos técnicos sobre a situação apresentada. O relatório técnico identificou graves prejuízos tanto na ordem econômica como na ordem urbanística.

ENTRE A REGULAÇÃO E A ARRECADAÇÃO: O FATOR DE INTERESSE SOCIAL NO CÁLCULO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
Helterson Ribeiro da Silva Leite - FAU USP, helterson.rsl@gmail.com

Este trabalho objetiva discutir o impacto do fator de interesse social no cálculo da contrapartida da Outorga Onerosa do Direito de Construir - OODC. Para tanto, focar-se-á na análise do município de São Paulo que adotou este fator de interesse social como forma de fomentar determinados usos e/ou não criar óbices econômicos para outros. Neste artigo dar-se-á completa atenção para um uso representativo: a produção de Habitação de Mercado Popular – HMP, a qual se beneficia de isenções e descontos na contrapartida da OODC por intermédio do fator de interesse social. Nesta pesquisa concluiu-se que o montante que o município de São Paulo deixou de arrecadar em decorrência do fator de interesse social corresponde a somente 0,61% do total arrecadado com todas as contrapartidas. Por outro lado, os dados sobre o Valor Geral de Venda dos empreendimentos não permitem afirmar que o fator de interesse social seja efetivo no fomento à produção de HMP.

O REGISTRO PÚBLICO DA PROPRIEDADE IMÓVEL URBANA NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA PARA AS ÁREAS DE URBANIZAÇÃO CONSOLIDADA
Maria Aparecida Azevedo Abreu - IPPUR;UFRJ, mazabreu75@gmail.com

Os registros públicos de imóveis urbanos receberam bastante atenção nos últimos anos, redundando em uma área profícua de pesquisa no Brasil, com reconhecimento internacional. Simultaneamente, estudos internacionais sobre a desigualdade vêm apontando a insuficiência dos estudos sobre desigualdade de renda. Para ficar apenas com o estudo mais conhecido, de T. Piketty, as desigualdades, em todo o mundo tendem a se acentuar e adquirirem os padrões de séculos anteriores, em que a desigualdade patrimonial será predominante em relação às desigualdades de renda. Nos séculos anteriores, a herança era a principal fonte da desigualdade. Atualmente, a herança, e a financeirização do capital, inclusive fundiário, são novas formas de um indivíduo obter privilégios de nascença inalcançáveis por outro que não tiver a mesma sorte de nascimento. Buscando produzir conhecimento sobre a propriedade imóvel urbana, objeto de especulação e de acumulação que traz problemas não somente de justiça distributiva, mas também urbanos, este artigo propõe uma agenda de pesquisa, buscando analisar como o registro imobiliário se constitui elemento importante para a legitimação e a opacidade das desigualdades originadas a partir do patrimônio fundiário.

A IMIGRAÇÃO JAPONESA E AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DOS ASSENTAMENTOS DE COLONIZAÇÃO DE IMIGRANTES
Karina Hatsue Shiiki - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, karinahatsue.arq@gmail.com

Este estudo objetiva investigar a gestão e produção do espaço nos assentamentos de colonização de imigrantes japoneses. Para isso, é feita, em um primeiro momento, uma revisão da literatura visando a criação de um embasamento teórico-metodológico que abarca uma revisão sobre os conceitos de espaço, como ele é produzido e os fundamentos do direito à cidade, com base principalmente nos pensamentos de Henri Lefebvre e Milton Santos; adentra-se também na discussão sobre os agentes produtores do espaço, tomando como principais referências Roberto Lobato Corrêa e Ana Fani Alessandri Carlos. Com isso, o estudo então passa seu enfoque para a abordagem do papel de um agente social específico de grande importância para a produção do espaço, especialmente no contexto desta pesquisa: o Estado e seu papel de gestor na organização do território. A partir disso, nos aprofundamos nas Políticas de Colonização, isto é, estratégia do Estado para fixação de mão de obra, nacional ou estrangeira, no campo, contexto no qual se insere o processo de imigração japonesa para o Rio Grande do Norte, durante as décadas de 1950 e 1960. Nesta etapa, é feita a revisão das legislações referentes a estas políticas e consulta aos autores Dryden Arezzo e Raymundo Laranjeiras em um esforço para compreender como era prevista e realizada a organização dos territórios, bem como a gestão destas colônias pelos órgãos oficiais. Posteriormente, em um segundo momento, passamos a focar na imigração japonesa para o Brasil, fazendo um breve panorama nacional sobre os primeiros núcleos coloniais de imigrantes japoneses instalados no país, como eram organizados, geridos e quais as demandas socioculturais trazidas pelos novos habitantes. Em seguida, nos debruçamos sobre as produções existentes sobre os núcleos coloniais de imigrantes japoneses que existiram no Rio Grande do Norte: Pium, em Nísia Floresta, e Punaú, em Maxaranguape.

A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL PELA PERSPECTIVA DOS POLOS DE CRESCIMENTO. UMA ANÁLISE DA ESPACIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR GAÚCHAS ENTRE A DÉCADA DE 1960 E 2018

Joseli Andrades Maia - UFRGS, joseli.geo@gmail.com
Tânia Marques Strohaecker - UFRGS, tania.strohaecker@ufrgs.br

Desde a sua criação, a função das Instituições de Ensino Superior (IES) tem evoluído: de uma instituição de ensino formal a uma agente criadora e modeladora de espaços. Como um espaço de produção científica, a IES também pode atrair a população não acadêmica para o seu entorno, auxiliando na produção e orientação do uso do solo no qual está inserida. Logo, a relação cidade e universidade tem ganhado cada vez mais atenção no cenário urbano e regional. A presente pesquisa está fundamentada na Teoria dos Polos de Crescimento, dada a aglutinação de atividades econômicas baseadas na capacidade de atração, influência e polarização de equipamentos em uma determinada localidade, dinamizando a economia e o desenvolvimento social no seu entorno. Para tal, objetivou-se analisar a expansão geográfica das IES no Rio Grande do Sul, para identificá-las como polos de crescimento externos à Porto Alegre, por meio do mapeamento de todas as 273 instituições gaúchas, criadas entre 1960 e 2018.

ST_11 > 08

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E DO TERRITÓRIO: PERIFERIAS E OCUPAÇÕES INFORMAIS

COORDENAÇÃO: MARIA LÚCIA REFINETTI RODRIGUES MARTINS E OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 11

TEMPO URBANO SOBRE O ESPAÇO NATURAL, APROXIMAÇÕES ENTRE TEMPOS

Flavio Almansa Baumbach - UFPel, flavio.baumbach@gmail.com
Valentina Machado - UFPel, valentina.rigon.machado@gmail.com
Mauricio Couto Polidori - UFPel, mauricio.polidori@gmail.com

Este trabalho aborda o homem e a natureza sobre a perspectiva do tempo. Primeiro demonstramos como a desconexão entre os tempos do homem e da Terra provoca um estresse nas dinâmicas e modos de funcionamento dos processos naturais. Também apontamos que o crescimento populacional e as preocupações ambientais demandam planejamento para a distribuição das atividades humanas sobre a superfície terrestre, com propósito de minimizar os efeitos negativos que nossas atividades geram sobre os sistemas de funcionamento do planeta. Apresentamos então projetos de planejamento urbano em diferentes escalas que se apropriam e utilizam ferramentas metodológicas que auxiliam o desenvolvimento de estratégias projetuais que busquem alternativas para a mitigação dos danos ambientais. Desta maneira, demonstramos que há possibilidade para uma urbanização mais consciente e que promova a manutenção dos sistemas urbanos e naturais, de modo a estimular um desenvolvimento social e ambiental.

A DENSIDADE POPULACIONAL NAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM NATAL/RN COM BASE NO PLANO DIRETOR DE 2007: VALORES ALCANÇADOS SOB O PARÂMETRO DO COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO.

Karitana Maria de Souza Santos - UFRN, karitantasouza@hotmail.com
Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de Queiroz - UFRN, alessandro@ct.ufrn.br

O presente artigo trata sobre adensamento urbano e tem por objetivo demonstrar quais as densidades líquidas médias praticadas nos lotes nas incorporações imobiliárias residenciais e mistos de residencial e flat, a partir dos limites de coeficiente de aproveitamento máximo estabelecidos no atual Plano Diretor de Natal (Lei Complementar N° 082/2007), agrupando os dados por bairros e comparando-os com as densidades líquidas máximas permitidas e as alcançadas a partir do Plano Diretor anterior (Lei Complementar N° 07/94) e suas atualizações, a fim de verificar se as densidades praticadas sob os atuais parâmetros (controle do coeficiente de aproveitamento) são maiores que os limites estabelecidos na legislação anterior. Constatou-se que, mesmo com a redução dos valores dos coeficientes de aproveitamento por bairros na revisão do Plano Diretor, os empreendimentos entre 2008 e 2016 alcançaram, nos lotes, densidades líquidas maiores em relação ao controle de densidade máxima do plano anterior.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE/PE

Otávio Augusto Alves dos Santos - Universidade Federal Rural de Pernambuco, otavioaas@gmail.com

O objetivo do presente trabalho é apontar as nuances da fragmentação do espaço no Recife/PE. As conclusões aqui apresentadas são resultado do esforço de três anos de pesquisas, realizadas no âmbito da tese de doutoramento do autor. Procurou-se, assim, oferecer uma interpretação crítica desta realidade urbana, partindo da ideia segunda a qual o caráter geomorfológico insular sobre o qual esta cidade inicialmente se edificou acabou permanecendo no transcurso do processo histórico de produção de seu espaço, assumindo atualmente o que o autor tem chamado de "insularidade social". Correspondente a manifestação local do processo de fragmentação, esta condição tem afetado negativamente o espaço púbico, para cuja pulverização tem contribuído sistematicamente o planejamento e a gestão urbanos, propiciando também a recente irrupção de formas apolíticas de gestão urbana neoliberais.

O BEM PÚBLICO COMO MERCADORIA E CAPITAL FIXO: DESESTATIZAÇÕES AEROPORTUÁRIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO VALOR DE USO DAS PROPRIEDADES PÚBLICAS URBANAS

Reginaldo Braga Silva Junior - IPPUR / UFRJ, reginaldobraga.junior@gmail.com

Este artigo busca relacionar os processos de desestatização ocorridos nos últimos anos no Brasil com a ideia de valor de uso das propriedades públicas. Essa relação e os impactos socioespaciais dos diversos níveis de privatização de propriedades públicas no espaço urbano serão discutidos a partir dos projetos imobiliários e econômicos pensados para complexos aeroportuários sob regime de concessão. O trabalho ainda discute como as desestatizações influenciam transformações no valor de uso das propriedades públicas e como podem representar as formas mais agudas de negação de um uso social desses imóveis, através de sua transformação em mercadoria ou capital fixo. O artigo conclui destacando as contradições que envolvem a utilização de propriedades públicas, não diretamente relacionadas a prestação de serviço de transporte aéreo, pelas concessionárias para fins econômicos diversos, no que diz respeito a um seu valor de uso não voltado ao interesse de toda a população.

O CONCEITO DE URBANIDADE E O USO DO SIG NO PLANEJAMENTO URBANO LOCAL CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIA DE ESCOLHA DOS LOCAIS DE APLICAÇÃO DA TERCEIRA FASE DO PROGRAMA CENTRO ABERTO DA SPURBANISMO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Katia Canova - FFLCH/USP, katia.canova@usp.br

Este trabalho tem sua origem na produção acadêmica aplicada no âmbito da SP Urbanismo, empresa mista ligada à prefeitura municipal de São Paulo, em especial junto ao Programa Centro Aberto. Explora as possibilidades de aplicação do conhecimento desenvolvido no âmbito acadêmico nas práticas públicas e ativado dentro dos conceitos defendidos pela Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat. Iniciado pela experiência de intervenções em espaços públicos realizada pela equipe de Jan Gehl em São Paulo, complementado pela abordagem da NACTO de Nova Iorque e desenvolvida dentro da SP Urbanismo com intervenções no centro histórico e bairros centrais, afirma forte ação de ativação da cidade para o pedestre, da escala de relações humanas e do urbanismo baseado em demandas locais. O conceito de urbanidade aplicado em SIG e aliado a ferramenta matemática de processo analítico hierárquico sobre base territorial UDHm permitiu focar as buscas por novos lugares potencialmente propícios, colaborando nas decisões políticas de escolha desses novos lugares.

NÍVEIS DE DENSIDADE POPULACIONAL: UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA GOIÂNIA – GO, APLICAÇÃO NO SETOR CENTRAL

Lívia Maria Pereira da Silva Moreira - UFG, arquiteta.liviamaria@gmail.com
Gabriela Cavalcante Lemos Vieira - UFG, gabriela.arqdesign@gmail.com
Karlla Emanuela Ribeiro Hora - UFG, karlaemmanuela@gmail.com
Luana Miranda Espera Kallase - UFG, mirandakallas@gmail.com

A densidade populacional e habitacional são importantes ferramentas de planejamento urbano, utilizadas em diversos Planos Diretores (PD) brasileiros. No município de Goiânia/GO, tanto o PD vigente (2007), quanto a proposta de Minuta do PDG 2018, dividem as Áreas em Adensáveis, de Adensamento Básico e de Desaceleração de Adensamento. Ambas suscitam níveis de baixa, média e alta densidade, porém, esses níveis não são estabelecidos em nenhum dos Planos. Considerando esse problema, o objetivo geral desse artigo foi definir parâmetros de níveis de densidade populacional para Goiânia. A metodologia compreendeu em levantamento teórico e estudo de caso que resultou na definição de 5 parâmetros de densidade demográfica (habitantes/hectare): <15 muito baixa, de 16 a 50 baixa, de 51 a 150 média, de 151 a 350 alta e > 350 muito alta. O artigo apresenta ainda, a aplicação desses parâmetros no Setor Central de Goiânia e algumas considerações sobre as alterações previstas na Minuta do PDG 2018.

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA - PLANOS ESPECÍFICOS E INSTRUMENTOS

COORDENAÇÃO: JOSUÉ ALENCAR BEZERRA E ZORAIDE SOUZA PESSOA

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 10

ELEMENTOS DA CULTURA DO PLANEJAMENTO: UMA BREVE ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL DE 1930 A 1990

Livia Stefânia Rosseto - Universidade Federal do ABC, liviasrosseto@gmail.com

O planejamento do território não é algo estático e meramente formal-legal, mas sim um processo com um conjunto dominante de práticas que refletem estilo, prioridades de grupos sociais e dos atores das instituições do planejamento. Conforme destacado na literatura, o mesmo território está sujeito a diferentes visões, práticas e entendimentos do planejamento e o contexto cultural em que os planos estão inseridos influenciam tanto na permanência como na transformação dos sistemas de planejamento. A partir do histórico do planejamento urbano brasileiro no período de 1930 a 1990, o presente estudo busca identificar elementos que reflitam a cultura do planejamento no país.

GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES E A ARTICULAÇÃO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO: AÇÕES PARA UMA GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Kátia Canil - Universidade Federal do ABC, katia.canil@ufabc.edu.br
Mariana Yamamoto Martins - EMPLASA, marianayamamoto@gmail.com
Ronaldo Malheiros Figueira - Prefeitura de São Paulo, romafigueira@gmail.com
Letícia Roberta Amaro Trombeta - EMPLASA, leticiaroberta89@hotmail.com

A Política Nacional de Proteção e Defesa (Lei 12.608/12) abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil. Foi aprovada após os desastres por inundações e deslizamentos ocorridos na região do Vale do Itajaí (SC) em 2008; Angra dos Reis em 2010 e Serra Fluminense em 2011 (RJ) e significou um avanço na política nacional de gestão de riscos, reforçando as medidas preventivas, de planejamento e ordenamento do território. No atual cenário brasileiro, as desigualdades socioeconômicas, a vulnerabilidade das populações, e o aumento da frequência de eventos extremos geram situações de riscos e desastres e apontam para um dos maiores desafios da governança metropolitana. Esse artigo aborda a integração entre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, como um dos instrumentos do Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/15) e as ações e programas do Plano Metropolitano de Gestão de Riscos (em elaboração pela Câmara Temática Metropolitana para Gestão de Riscos Ambientais – CTM-GRA). Esta é uma das estratégias proposta no PDUI para a consolidação da gestão dos riscos ambientais, para a Região Metropolitana de São Paulo.

GEOTECNOLOGIAS COMO AUXÍLIO NO PLANEJAMENTO URBANO – O USO DO GOOGLE EARTH COMO FERRAMENTA DE VISUALIZAÇÃO ESPACIAL PARA O PLANEJAMENTO URBANO.

Leohandson Santos Da Silva - FIP, leo.handson@hotmail.com
Isis Dos Santos Costa - UFERSA, isis.sj@hotmail.com
Alexandre Augusto Bezerra Da Cunha Castro - UFPB, alexbccastro@hotmail.com

Os mapas são utilizados para visualizações espaciais, auxiliando no entendimento das relações com o espaço e tomadas de decisões. Atualmente é possível a obtenção de imagens com resolução que permita vetorização de dados e formação de mapas usando softwares. A exemplo desses instrumentos da geotecnologia, pode-se mencionar o Google Earth Pro que é uma maneira rápida de criar mapas para visualização espacial, podendo caracterizar informações relevantes para o planejamento urbano. O objetivo desta pesquisa é mostrar como o Google Earth pode contribuir de forma positiva no planejamento urbano. O método empregue para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa e revisão bibliográfica em fontes primárias e secundárias. Para elaboração dos mapas temáticos, foi utilizado o Google Earth Pro, logo, foram gerados mapas temáticos de um terreno e aspectos do seu entorno localizado no município de Patos-PB e também mapas do bairro "Centro" do município de Santa Luzia-PB. Logo, viu-se na pesquisa abordada, que as geotecnologias aplicadas ao caráter urbano surgiram para aprimorar as formas de avaliar espaços físicos dos mais variados aspectos.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NA DEMOCATRIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA E MORADIA

Denise dos Santos - Universidade Estadual de Campinas, dossantos.denise@terra.com.br
Sidney Piochi Bernardini - Universidade Estadual de Campinas, spiochi@unicamp.br

No âmago da desigualdade socioespacial, encontra-se a questão do acesso à propriedade da terra. A partir da década de 1980, novos paradigmas foram instaurados, submetendo o direito à propriedade da terra ao cumprimento de sua função social. Este artigo pretende elucidar, através de uma abordagem quantitativa, se as Zonas Especiais de Interesse Social estão sendo previstas na segunda geração dos planos diretores pós-Estatuto da Cidade na Região Metropolitana de Campinas. A hipótese é que os municípios, inseridos em uma nova reestruturação capitalista e no empreendedorismo urbano, estejam abandonando alguns princípios da Reforma Urbana, deixando de prever este instrumento de acesso à terra urbanizada. A pesquisa traz à luz esse abandono em alguns municípios da Região Metropolitana de Campinas, em especial, em Campinas. A análise também revela aspectos positivos, por exemplo, a manutenção em Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Itatiba, demonstrando que este não foi totalmente abandonado.

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: APLICAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE COARACI, BAHIA

Fábio da Silva Santos - Universidade Salvador – UNIFACS, fabiosantosdireito@gmail.com
Manoel Joaquim Fernandes de Barros - Universidade Salvador – UNIFACS, manoeljfb@gmail.com
Leonardo Batista Duarte - Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, leo_duartee@hotmail.com

O presente estudo tem como objetivo central analisar a gestão e o planejamento do setor público da saúde no município de Coaraci, utilizando, como referência, o seu Plano Municipal de Saúde com vigência 2014 a 2017. O estudo realiza uma pesquisa qualitativa, com apoio da técnica de Análise Documental. A análise foi realizada com base nos elementos teóricos advindos da revisão bibliográfica efetuada. Como instrumento de gestão, o Plano Municipal de Saúde elaborado atende aos preceitos legais que regem o Sistema Único de Saúde, em sua constituição e apresentação dos itens essenciais. Como instrumento de planejamento em saúde, o plano apresenta a análise situacional com descrição detalhada da situação geral do município, realiza análise crítica de seus dados epidemiológicos e aponta os seus principais problemas e soluções. Por outro lado, o plano não destaca a receita financeira aplicada à saúde com estimativas de gastos por metas.

> ST_11 > **10**

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E DO TERRITÓRIO: INSTRUMENTOS E POLÍTICAS I

COORDENAÇÃO: MARIA LÚCIA REFINETTI RODRIGUES MARTINS E OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 11

A EXPERIÊNCIA DE LUTA CONTRA A APROVAÇÃO DA "OUC–CENTRO" EM NITERÓI/RJ

Amanda Thereza Orozco - UFF, amandaorozcomorais@gmail.com
Lucas Tavares Honorato - UFF, lucasthonorato@yahoo.com.br

O presente artigo tem o objetivo de estabelecer um percurso a partir de nossa experiência no processo de aprovação do Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada da Área Central de Niterói/RJ, entendendo este como ilustrativo do caráter contraditório, privativo e excludente de algumas estratégias de reestruturação urbanas capitaneadas pelo Estado corporativo. Contudo, cabe ressaltar que não se espera encerrar aqui os debates acerca das contradições estruturais que fundamentam as Operações Urbanas Consorciadas (OUC's), em vistas a maleabilidade e a complexidade que giram em torno das mesmas e o caráter de sua aplicação dependente da maneira como estas estarão previstas e detalhadas no Plano Diretor Municipal, fazendo com que cada uma OUC absorva especificidades e complexidade próprias. Nesse sentido, esta pesquisa vem no sentido de problematizar e reforçar as discussões acerca das possíveis contribuições dos pesquisadores, como profissionais ou intelectuais, nas disputas pela condução de um planejamento urbano social espacialmente justo e democrático.

DA MITIGAÇÃO À MITIGAÇÃO ADAPTATIVA: OS (DES)CAMINHOS DA APLICAÇÃO RECENTE DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA NA RMBH

Rogério Palhares Zschaber de Araújo - Universidade Federal de Minas Gerais, rogeriopalharesaraujo@gmail.com
Emilia Teixeira Mendes de Oliveira - Universidade Federal de Minas Gerais, emilia.t.m.oliveira@gmail.com
Bruna Rodrigues Sousa e Silva - Universidade Federal de Minas Gerais, brunarsousasilva@gmail.com

O presente trabalho apresenta o panorama da aplicação do EIV nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, revelando a diversidade de estágios e formatos de regulamentação existentes e traduzindo diferentes níveis de institucionalização das ações de planejamento e gestão nas administrações municipais.

Demonstra como a progressiva regulamentação do instrumento em municípios conurbados com o município sede e os tipos de empreendimentos licenciados guardam estreita relação com o grau de inserção e o papel exercido pelo município na dinâmica urbana da metrópole. Como tendências recentes, a análise detalhada da aplicação do EIV em Betim, Contagem e Ribeirão das Neves aponta, contudo, para a crescente utilização do instrumento para dar suporte ao financiamento de contrapartidas pelos empreendedores privados, em detrimento de sua função como instrumento de planejamento abrangente e participativo, fazendo prevalecer contrapartidas como medidas de adaptação das áreas destinadas a receber os empreendimentos em detrimento de medidas mitigadoras destinadas a internalizar ou reduzir impactos na vizinhança. Entendida como um reflexo de inflexões neoliberais recentes observadas nas políticas públicas e no planejamento urbano, a crescente utilização do EIV como instrumento de financiamento da urbanização aponta para a progressiva transferência de responsabilidades do poder público para o setor privado, cujos riscos são agravados pela ausência de participação e controle social, características também predominantes nos processos de licenciamento urbanístico na RMBH.

A METRÓPOLE SOB DEMANDA. COMENTÁRIOS SOBRE A EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA EM PLANOS URBANÍSTICOS NA CIDADE DE FORTALEZA.
Samuel Tavares Pinheiro - Universidade Federal do Ceará, samuelpinheiro32@gmail.com
José Almir Farias - Universidade Federal do Ceará, josealmirfarias@gmail.com

Desde as duas últimas décadas do século passado, a conjuntura política (mas também social e econômica) no Brasil vem sendo marcada por fluxos e refluxos nas relações entre Estado e sociedade civil, cujas ondulações afetam diretamente os processos que circunscrevem as políticas públicas. O objetivo deste trabalho é compreender como se configuram os processos de participação popular na elaboração de planos urbanísticos, a partir da identificação de quatro categorias: estrutura organizacional-administrativa, formas de representação, mecanismos de tomadas de decisão; e o grau de legitimidade alcançado. Toma-se como estudo de caso os procedimentos adotados na elaboração dos dois últimos planos urbanísticos elaborados para a cidade de Fortaleza-CE: o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), de 2009, e o Plano Fortaleza 2040, concluído em 2016. A metodologia adotada nesta investigação faz uso da pesquisa bibliográfica e documental articulada a uma estrutura de análise comparada.

(DES)ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS URBANAS EM UMA CIDADE PEQUENA: O CASO DE PINHALZINHO/SC
João Pablo dos Santos - UFRGS, arq.joaopablo@gmail.com
Maria Soares de Almeida - UFRGS, maria.sdealmeida@gmail.com

As novas dinâmicas das cidades brasileiras causadas pela expansão das mesmas, resultaram em diversos efeitos em seu território, principalmente ao que tange o planejamento urbano. Problemas de acesso a equipamentos e serviços básicos são assuntos corriqueiros em discussões acadêmicas por todo o Brasil. Este trabalho foca na problemática das políticas que procuram amparar este setor e, consequentemente, retardar estes agravantes nas cidades. Tem-se por objetivo discorrer sobre as desarticulações das políticas urbanas ao que tange o espaço urbano, onde legislações acabam por segregar áreas fragilizadas e marginalizadas na cidade, abordando este caso particular na cidade de Pinhalzinho - SC, uma cidade pequena que apresentou esta problemática como resultado da desarticulação entre essas políticas que implicam diretamente no desenvolvimento e expansão urbanos. O efeito disso foi o direcionamento do crescimento dessa cidade delimitado pelo Plano Diretor Municipal para uma área distante do tecido urbano consolidado às margens de uma importante rodovia federal, a BR 282 e com ocupação predominantemente rural, possuindo uma diversidade de condicionantes naturais, tal como arroios, nascentes e também áreas de preservação de vegetação nativa.

PLANEJANDO CONTRA MORADORES DE ZEIS NO CENTRO DE SÃO PAULO
Felipe Villela de Miranda - FAUUSP, flipvillela@gmail.com
Raquel Rolnik - FAUUSP, raquelrolnik@usp.br
Regina Dulce Lins - FAUUSP, reginalins.br@gmail.com
Renato Abramowicz Santos - FAUUSP, renato.abramo@hotmail.com

A disputa sobre princípios e objetivos do planejamento urbano passa por novo episódio na cidade de São Paulo com a Parceria Público-Privada (PPP) Habitacional na área central. A proposta do governo do estado implementada em convênio com a prefeitura remove moradores de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), oferece alternativas de atendimento desconectadas das necessidades dos atingidos pelas obras, e fragiliza direitos sociais com a flexibilização de normas urbanísticas. Mesmo assim, a PPP incorpora o discurso de promoção de moradia social em área central, demanda histórica de movimentos sociais. Baseado em pesquisa de campo iniciada em maio de 2017, este artigo relata como propostas de "requalificação urbana" são implementadas na "Cracolândia", e apresenta aspectos da insegurança habitacional e da transitoriedade permanente dos atingidos por múltiplos processos de despossessão, para mostrar como o poder público contribui para a reprodução da precariedade dos moradores de ZEIS.

> ST_11 > **11**

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E DO TERRITÓRIO: INSTRUMENTOS E POLÍTICAS II
COORDENAÇÃO: MARIA LÚCIA REFINETTI RODRIGUES MARTINS E OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 10

UM NOVO PLANEJAMENTO? AS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS COMO PRINCIPAL INSTRUMENTO DE GESTÃO E PRODUÇÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS – O RIO DE JANEIRO
Glauco Bienenstein - PPGAU-UFF, glaucob01@gmail.com
Daniel Mendes Mesquita de Sousa - PPGAU-UFF, danielmendesms@yahoo.com.br
Regina Bienenstein - PPGAU-UFF, bienenstein_regina@id.uff.br

O capitalismo atual tem se caracterizado pela predominância da dimensão financeira no processo de acumulação. Tal padrão se orienta pela paradoxal articulação do setor industrial com o setor financeiro. Essa dinâmica tem afetado diversas dimensões do mundo e da vida, aí incluídas as cidades. O artigo trata,

de forma preliminar, das recentes transformações experimentadas pelo atual processo urbano brasileiro, com ênfase na região metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto, focaliza os casos das Operações Urbanas Consorciadas, OUC: Porto Maravilha e Av. Presidente Vargas, no centro da metrópole, o PEU das Vargens e a OUC de Rio das Pedras na região oeste do Rio de Janeiro, assim como a OUC do centro de Niterói. Tal movimento busca desvelar suas ordens de justificação, assim como a tendência relativa à utilização das OUC como instrumento de um tipo de urbanismo que tem privilegiado o projeto em detrimento do plano, como o instrumento regulador e orientador do desenvolvimento das cidades.

O PAPEL DAS GESTÕES MUNICIPAIS NA NEOLIBERALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS ÚLTIMAS GESTÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO

Milena Cristina Sartori - IAU-USP, milenasartori@gmail.com

O neoliberalismo pode ser entendido enquanto uma racionalidade capaz de estruturar a todas as esferas da vida, baseada na forma empresa e na lógica concorrencial. Incluem-se nessa racionalidade os próprios sujeitos, vistos como ativos, assim como o Estado, cujo papel altera-se radicalmente nesse contexto, deixando de atuar como defensor e provedor dos interesses sociais e coletivos e passando ao papel de coordenador da atuação dos diversos agentes que atuam no mercado. Desse modo, o neoliberalismo atua na redefinição de um novo quadro social, moral e político que seja compatível com a nova estrutura econômica do mercado. As cidades também sofrem significativas alterações, de modo que a produção do espaço urbano passa a ser condicionada sobre a lógica da competição e da (re)produção do capital. Como atuam as gestões municipais nessas circunstâncias em que as transformações do espaço urbano não são pautadas por questões urbanísticas? A resposta se dá em cenários diversos, como se vê nas recentes gestões da Prefeitura Municipal de São Paulo, de Haddad (2013-2016), representante da esquerda moderna, e de Doria (2017-2018), de extrema direita e defensor neoliberal.

CONTRAPARTIDAS URBANÍSTICAS PARA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM SÃO PAULO: DISPUTAS NA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO MUNICIPAL

Joyce Reis Ferreira da Silva - SPURBANISMO, joycerfs@gmail.com

De 2013 a 2016 o município de São Paulo passou por um amplo processo de discussão pública para revisar os principais normativos da política urbana, tendo como resultado a aprovação do Plano Diretor em 2014 (Lei 16.050/2014) e da Lei de Zoneamento em 2016 (Lei 16.402/2016). Para enfrentar os desafios do novo paradigma do desenvolvimento urbano foram previstas contrapartidas urbanísticas definidas através de uma visão sistêmica e de qualificação da escala local. No entanto, as inovações requerem, para além da consolidação em lei, um processo contínuo de aprimoramento da jurisprudência urbanística. A fragilidade da implementação da nova legislação surge menos de dois anos depois, no contexto de troca de gestão municipal, pela tentativa de revisão do Zoneamento, cuja justificativa é atrelada a crise econômica e a dificuldade de aplicação da lei por parte do corpo técnico. O presente artigo procura expor a conjuntura de disputa sobre o ordenamento territorial municipal, assim como trazer reflexões sobre velhos problemas e novos desafios que normativos urbanísticos necessitam enfrentar no âmbito da gestão pública municipal.

POLÍTICAS DE FOMENTO AO ADENSAMENTO POPULACIONAL EM EIXOS ESTRATÉGICOS

Paula Burgarelli Corrente - UFABC, paula.corrente@ufabc.edu.br

O presente artigo propõe avaliar a influência dos instrumentos de política urbana, implementados pelas legislações vigentes, para o adensamento populacional via empreendimentos do setor imobiliário privado que demandaram área adicional computável via contribuição financeira entre 2014 e setembro de 2018. Desde a revisão do Plano diretor Estratégico em 2014 (Lei nº 16.050/2014), incentivos vinculados aos eixos propostos pretendiam promover edificações nestes lotes envolvidos. Tal prerrogativa já se mostra sensível com os licenciamentos residenciais, principalmente os denominados Habitação de Mercado Popular, e os não residenciais. Busca-se, desta forma, identificar e analisar de forma espacial e qualitativa, os tipos de empreendimentos licenciados pela prefeitura do município de São Paulo e seus respectivos locais, verificando se os mesmos lançamentos foram de fato influenciados pelos incentivos propostos pelos chamados EETU no PDE e, mais tarde através das Zonas Eixo de Estruturação da Transformação urbana, pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402/2016).

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E IMÓVEIS OCIOSOS NO CENTRO DE SÃO PAULO: OS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS E OS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS

Ana Gabriela Akaishi - FAU/USP, ana.akaishi@gmail.com
Ana Flávia Lima da Silveira - FAU/USP, ana.flavia.silveira@usp.br

O presente artigo se propõe a identificar o perfil dos proprietários de imóveis ociosos utilizados como estacionamentos rotativos no centro urbano de São Paulo, bastante significativos nesta região da cidade. Questão que contribui para entender mais profundamente os entraves e conflitos em torno da efetivação da função social da propriedade nesta área estratégica da metrópole.A análise partirá dos proprietários de imóveis utilizados como estacionamentos rotativos notificados para o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórias (PEUC) entre 2014 e 2016, localizados na região da Subprefeitura Sé, como contribuição para aplicação dos dispositivos do Estatuto da Cidade ou explicação das dificuldades para sua aplicação. Pretende-se, por meio da investigação proposta, ampliar o conhecimento sobre os proprietários de imóveis ociosos, até então pouco explorado. A pesquisa poderá contribuir para uma avaliação, aprimoramento e propostas para novos meios de efetivação da função social da propriedade no centro de São Paulo.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DE ACESSO CONTROLADO PELA LEI FEDERAL 13.465/2017: MOTIVAÇÕES E LACUNAS QUE PERPASSAM AS ESFERAS MUNICIPAL E FEDERAL

Amanda Maria Gavioli - UTFPR, gavioli@alunos.utfpr.edu.br
Simone Aparecida Polli - UTFPR, simonep@utfpr.edu.br

Os "loteamentos fechados" são realidade nas cidades brasileiras, e representavam uma das demandas do mercado de revisão do referencial normativo de parcelamento do solo, que fecharia o ciclo de novas políticas urbanas, junto a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade. Uma longa discussão a esse respeito estabeleceu-se, a partir de 2000, em torno do projeto de Lei 3.057. No entanto, em 2017, a Lei 13.465, convertida de uma Medida Provisória, com enfoque em regularização fundiária, instituiu a figura jurídica "loteamento de acesso controlado" de maneira genérica, sem observações claras quanto ao impacto

deste no planejamento urbano, mantendo uma lógica de mercantilização e aprofundamento de uma tendência a fragmentação do território urbano. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo identificar as motivações e problemáticas quanto a essa tipologia de parcelamento do solo para as cidades e avaliar as respostas dadas pela a nova legislação em âmbito federal.

> ST_11 > 12

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
COORDENAÇÃO: SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JUNIOR

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 11

DESAFIOS DOS 18 ANOS O ESTATUTO DA CIDADE E A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SP

Pedro Ribeiro Moreira Neto - Universidade do Vale do Paraíba UNIVAP, pedroribeiro@univap.br
Soraya de Paula Rosário - Universidade de São Paulo USP, sorayarosario.eng@gmail.com

As leis de uma sociedade revelam sua cultura e história, fatos e recortes que demandam análises complexas. Assim, a proximidade dos 18 anos do Estatuto da Cidade confrontada ao momento político atual exige profundas e justificadas reflexões. Com uma sociedade tão díspar como a brasileira, não há nada que se aplique de forma homogênea ao seu conjunto onde lei e planos repercutem de forma diferente a cada caso. Este artigo pretende discutir a aplicação da OODC em São José dos Campos, cidade que se relaciona a um processo mais amplo, encontrado em diferentes cidades do país. Além da pesquisa bibliográfica e documental, o artigo traz a experiência de seus autores, vivida na prática do trabalho cotidiano com o planejamento urbano nas instituições de governo, nas discussões e reuniões com entidades locais e movimentos populares na tentativa de implantação naquele município de uma legislação urbanística coerente com a regulamentação constitucional e os objetivos do Estatuto da Cidade.

AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DAS ZEIS NAS METRÓPOLES E CAPITAIS REGIONAIS BRASILEIRAS

Eldson Fernandes de Oliveira - UFCG, eldsonoliveira@gmail.com
Demóstenes Morais - UFCG, damoraes6@gmail.com
Lívia Izabel Bezerra de Miranda - UFCG, liviaibmiranda@gmail.com

Este artigo possui o objetivo de analisar os aparatos legais referente as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas Metrópoles e Capitais Regionais brasileiras visando avaliar as condições institucionais para subsidiar as políticas urbanas para os assentamentos de interesse social. O foco da pesquisa esteve direcionado em verificar a adequação dos instrumentos legais municipais referente a ZEIS às diretrizes previstas nas principais leis e instrumentos federais de política urbana. Foi utilizado um conjunto de métodos para elaboração da pesquisa, onde se destaca a análise das leis, parâmetros e instrumentos urbanísticos referentes aos diversos tipos de ZEIS, identificação de legislações municipais referente as ZEIS e caracterização, sistematização e classificação dos aparatos legais e institucionais das ZEIS. Foram também aplicados questionários aos técnicos responsáveis pelas ZEIS nos Municípios. Com o resultado das análises, foi possível organizar um banco de dados interativo que contém fichas com a sistematização de parâmetros urbanísticos para regulação urbanística, instrumentos disponíveis para políticas públicas de regularização urbanística e fundiárias e mecanismos para gestão das ZEIS. Contém ainda uma classificação do nível de adequação institucional em cada município.

A DINÂMICA DA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO E OS IMPACTOS NO IPTU: A questão da recuperação da mais-valias fundiárias e atualização do cadastro territorial e planta genérica de valores

Andrea Oliveira Queiroz - UFSCAR, andolq@hotmail.com
Carolina Maria Pozzi de Castro - UFSCAR, carolmcastro@gmail.com
Luiz Antonio Nigro Falcoski - UFSCAR, luizfalcoski@gmail.com
Ricardo Augusto Souza Fernandes - UFSCAR, ricardo.asf@gmail.com

A diversidade de características socioeconômicas retrata as cidades brasileiras, assim como suas práticas tributárias, este universo heterógeno se reflete em oportunidades de ampliação das receitas fiscais. Comparado aos países da América Latina, os governos locais brasileiros são os únicos com a atribuição e a responsabilidade para exercer com autonomia a administração o IPTU. Assim, compreender as particularidades da sua tributação é importante, em igual medida é elementar o entendimento da dinâmica da valorização do capital imobiliário. Desta perspectiva, o presente artigo pretende estudar o IPTU contextualizando suas particularidades – alíquotas, extrafiscalidade, recuperação de mais-valias fundiárias, cadastro e planta genérica de valores. Para então, elaborar um estudo de caso sobre o IPTU nas cidades do ABC Paulista analisando as receitas obtidas por meio da arrecadação deste imposto relacionando à renda da população e à valorização imobiliária; as alíquotas praticadas, e ainda; a situação da atualização dos cadastros e plantas genéricas de valores.

PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS (PEUC): O QUE AS EXPERIÊNCIAS DE APLICAÇÃO REVELAM SOBRE A EFETIVIDADE (OU O ALCANCE) DESSE INSTRUMENTO?

Dânia Brajato - Universidade Federal do ABC, dania.brajato@gmail.com

O presente artigo objetiva contribuir para o debate sobre o impasse que cerca o avanço da Reforma Urbana, abordando uma das questões relacionadas a esse impasse: a efetividade (ou o alcance) dos instrumentos do Estatuto da Cidade, quando aplicados. A partir da análise dos casos de aplicação do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), buscou se conhecer as finalidades (ou lógicas) associadas à utilização do instrumento e verificar em que medida se aproximam ou se afastam do ideário da Reforma Urbana. As experiências revelaram diferentes sentidos de aplicação do PEUC e evidenciaram que, mesmo nos casos de diálogo com o ideário reformista, o potencial de alcance do instrumento pode estar comprometido seja pela existência de reduzido estoque de imóveis ociosos, pela dificuldade de manutenção de pactos socioterritoriais locais, ou pelo seu 'esvaziamento' em decorrência de alternância administrativa, como ocorreu no Município de São Paulo a partir de 2017.

O DESCOMPASSO ENTRE OS PARÂMETROS URBANÍSTICOS E A PAISAGEM: UM ESTUDO SOBRE FACHADAS NO CENTRO DE NITERÓI/RJ

Diego Souza Caetano - UFF/RJ, diego.caetano@gmail.com
Roberto Bressan Nacif - UFF/RJ, rbnacif@yahoo.com.br
Ana Beatriz Jardim Alves - UNESA Niterói/RJ, biajardim.arq@gmail.com
Tayanna Regina Abrahao Cordeiro Lemos - UNESA Niterói/RJ, tay.abrahao@gmail.com

As fachadas são elementos que constituem a imagem da cidade, sendo por vezes os limites que configuram a paisagem, como Kevin Lynch retrata em suas análises da cidade de Boston no livro "A Imagem da Cidade" (1960), por exemplo. Esses planos de enquadramento da paisagem são caracterizados por elementos como janelas, varandas, materiais, cheios e vazios. Essas características físicas que tornam a paisagem mais dinâmica ou monótona são reguladas por parâmetros urbanísticos diversos e subjetivos a cada município, respeitando as diretrizes estaduais e nacionais presentes na legislação. Entretanto, observa-se que não é levado em conta frequentemente na discussão destes parâmetros o viés do conforto ambiental e interrelação das soluções de fachada, do conforto ambiental com os parâmetros urbanísticos e a paisagem. A relação entre medidas passivas de arquitetura no controle térmico e lumínico das fachadas, as legislações urbanísticas e a paisagem têm sido debatidas de forma distanciada. Assim, o presente trabalho, fruto de uma investigação a respeito das condições da envoltória de edifícios não-residenciais no bairro do Centro de Niterói, RJ, visa discutir a relevância das fachadas como importantes configuradores do meio urbano e de proteção da edificação, de forma que estes devem fazer parte das preocupações dos planejadores urbanos.

MAPEAMENTO DAS PRAÇAS PÚBLICAS UTILIZANDO FERRAMENTAS SIG

Dayane Jhoany Candido Gomes - Universidade Federal de Alagoas, dayanejhoany@gmail.com
Juciela Cristina Santos - Universidade Federal de Alagoas, jucielasantos@gmail.com
Gabriel Rosemberg Sobrinho de Oliveira - Universidade Federal de Alagoas, grosembergoliveira@gmail.com
Valdeny Caroline de Vasconcelos Lima - Universidade Federal de Alagoas,
carolinevasconcelos1.0@gmail.com

As praças públicas possuem funções e usos que sofrem significativa mudança na contemporaneidade, servindo como espaços livres e públicos voltados para qualidade ambiental e social, possuindo relevância no que diz respeito à dinâmica das cidades. O levantamento de um inventário sobre as praças públicas e a incorporação dessas informações a um Sistema de Informações Geográficas (SIG) contribui para a análise do indicador de qualidade que pode auxiliar na tomada de decisões na governança e nas políticas públicas nessas áreas. Neste contexto, estudou-se a Região Administrativa - 01 (RA-01) do município de Maceió, que possui 38 praças distribuídas em sete bairros, realizando a caracterização da situação física e visual desses espaços e incorporando-os a um SIG, de forma a melhorar a gestão territorial dessas áreas.

IMPACTOS TERRITORIAIS DE POLÍTICAS SETORIAIS: ESPAÇO PÚBLICO, MOBILIDADE E PARTICIPAÇÃO

COORDENAÇÃO: IVO MARCOS THEIS E VICTOR IACOVINI

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 10

DESENHO INSTITUCIONAL, PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS: ENTRE INTERESSES DO CAPITAL E O ESPAÇO BANAL

Elson Manoel Pereira - UFSC, elsonmp@hotmail.com

A cidade é o lugar do conflito e o planejamento participativo pode dar divisibilidade aos atores que disputam o território; muitos dos conflitos existentes nas cidades são explicados pela escala local, mas podemos afirmar também que outros só podem ser compreendidos pela disputa entre interesses interescalares. O estudo de caso analisado mostrou que Florianópolis é um território em disputa; os atores ligados à construção civil, ao capital imobiliário e turístico vem desenvolvendo estratégias para o investimento do chamado capital excedente nacional e internacional. Num espaço onde amenidades estão fortemente presentes é de se esperar que o capital imobiliário almeje que ele seja preparado para o investimento destinado à alta renda, de capitais nacionais e mesmo internacionais. Mas, neste processo, atores locais, não ligados ao capital, reagem e criam horizontalidades que, se não conseguem impedir o prosseguimento do curso da flecha da globalização, ao menos entortam sua direção.

A EXPANSÃO RECENTE DO METRÔ DE SÃO PAULO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Marcos Kiyoto de Tani e Isoda - FAU USP, kiyoto.fau@gmail.com
Klara Kaiser Mori - FAU USP, klara.kaiser@gmail.com

Este artigo visa analisar a expansão da rede da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) ao longo dos últimos 10 anos (2008 a 2018) em relação à distribuição espacial das novas linhas e estações em relação à aglomeração urbana da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A fragilidade dos sistemas de transporte (e a consequente baixa mobilidade da população) é um dos principais entraves ao uso e desenvolvimento do espaço urbano. Junto de outros obstáculos – espaciais, institucionais, ideológicos – reforça a manutenção do estado de crescimento intermitente e limita a possibilidade de mudança na estrutura socioeconômica. A conclusão é que, apesar de melhorias muito significativas na estruturação da rede de Metrô (e da rede de alta capacidade como um todo), a expansão realizada no período ainda reforça a diferenciação espacial existente.

ANÁLISE DE ESPAÇO PÚBLICO VISANDO MOBILIDADE ATIVA UTILIZANDO FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO PÓS OCUPACIONAL (APO): O CENÁRIO DA PRACINHA DA LITORÂNEA – MOBILIDADE ATIVA CONFORME AVALIAÇÃO PÓS OCUPACIONAL (APO) EM ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS

Letícia Lopes de Sousa Pereira - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, lehloopes@outlook.com
Marcella Simões Viégas - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, marcellasv@hotmail.com

A Análise Pós Ocupacional (APO) é entendida como um conjunto de métodos e técnicas que tem como função definir o desempenho de edificações arquitetônicas e espaços abertos, tanto do ponto de vista profissional quanto dos seus respectivos usuários. Este trabalho tem como objetivo demonstrar em um primeiro momento sobre uma análise do espaço a ser estudado, ou seja, através das visitas periódicas, discorrer sobre o cenário da Pracinha da Litorânea e o entorno em que está inserida, destacando os principais problemas e potencialidades da área e o desenho urbano da localidade e seu impacto para com o espaço construído, fazendo, assim, uma análise prévia da área. Posteriormente foram definidas e aplicadas progressivamente em campo as Ferramentas de Análise Pós-Ocupacional (APO), questionários/ entrevistas, mapas comportamentais e o poema de desejos. Através desta experiência foi possível obter um conhecimento mais maduro acerca da área estudada, quais as áreas mais ocupadas, qual o uso predominante, se o espaço é eficiente, e, desta forma, tendo resultados mais concretos para posteriormente compilar os dados, tendo sempre como base as diretrizes projetuais pesquisadas. O assunto será explanado e as orientações estudadas serão aplicadas de forma prática, com finalidade de comprovar tudo o que foi estudado durante o processo.

PRÁTICAS INSURGENTES NO PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL:
A EXPERIÊNCIA DO CAMPECHE EM FLORIANÓPOLIS-SC

Elson Manoel Pereira - UFSC, elsonmp@hotmail.com
Luis Felipe Cunha - UFSC, luis_felipe_cunha@yahoo.com.br

Após 2001, experiências participativas passaram a compor os processos de elaboração de políticas municipais. Com a institucionalização da participação, os planos diretores passaram a ser ancorados na realização de audiências públicas e na conformação de núcleos gestores, seguindo um tipo de desenho institucional qualificado como "ratificação pública" (AVRITZER, 2008). Florianópolis deu início à revisão de seu Plano Diretor em 2006. Em um de seus bairros, o Campeche, encontramos ativismos e movimentos sociais que protagonizaram resistências aos planos da prefeitura para a região, desde os anos 1980. As articulações formadas em torno desta resistência desempenharam um papel ativo na definição do desenho institucional de elaboração desses Planos. O planejamento urbano, suas relações de poder e seus processos são alterados pelas práticas sociais locais auto-organizadas que se apresentaram como alternativa ao planejamento institucional. Neste artigo, é abordada uma experiência da resistência local, a partir dos estudos sobre o conceito de "planejamento insurgente".

EFEITOS TERRITORIAIS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A RECENTE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO FEDERAL EM CIDADES NÃO-METROPOLITANAS NO CEARÁ

Rérisson Máximo - FAUUSP/IFCE, Rérisson Máximo

A recente expansão do ensino federal superior e técnico que caracteriza as políticas educacionais em nível nacional a partir da virada do século XXI se baseia em um duplo processo de democratização e interiorização. Ao mesmo tempo que possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino, essa expansão representou impactos significativos principalmente para municípios de pequeno ou médio portes, na medida em que os complexos educacionais implantados interferiram na dinâmica e na estrutura intraurbana daquelas cidades. O texto apresenta e discute, a partir da realidade cearense, aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal para cidades não-metropolitanas, e argumenta que a implantação de novos campi está associada com a flexibilização da legislação urbanística, com o aumento da demanda por mobilidade urbana, com a dinamização do mercado imobiliário e com o incremento do comércio e dos serviços.

> ST_11 > **14**

QUESTÕES E POSSIBILIDADES PARA O PLANEJAMENTO URBANO - ANÁLISES E AVALIAÇÕES
COORDENAÇÃO: JOSUÉ ALENCAR BEZERRA E ZORAIDE SOUZA PESSOA

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 11

MAPA DE RUÍDO COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO SONORA: SITUAÇÃO ATUAL E PROSPECÇÃO DO EFEITO DA VERTICALIZAÇÃO NO BAIRRO DE PETRÓPOLIS, NATAL/RN.

Marina Medeiros Cortês - PROARQ/FAU/UFRJ, marinamcortes@gmail.com
Maria Lygia Niemeyer - PROARQ/FAU/UFRJ, lygianiemeyer@gmail.com

A poluição sonora degrada a qualidade do meio ambiente e se apresenta como um dos maiores problemas das grandes cidades. A variação do nível sonoro está relacionada com as características morfológicas do campo de propagação como tecido urbano aberto ou fechado, presença de áreas verdes, materialidade, entre outros. Assim, como o processo de verticalização modifica a forma do espaço urbano, resulta também no aumento do nível de ruído devido às reflexões sobre as fachadas e ao aporte do tráfego. Em Natal-RN, esse processo está se desencadeando de forma muito rápida. Então, o objetivo do trabalho é analisar a situação acústica atual do bairro de Petrópolis e discutir o impacto sonoro futuro, resultante da verticalização. O estudo foi baseado na metodologia de mapa de ruído, através de modelos com cenário atual e futuro, cujas situações hipotéticas seguiram as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor vigente. Além disto, os resultados são apresentados a partir de cálculos previsionais ou calibrados com medições in loco.

ÁREAS INAPTAS À URBANIZAÇÃO: UM ESTUDO DE TIPOLOGIA E GESTÃO NO ABC PAULISTA

Eric Augusto Caravaggio da Costa - UFABC, ericcaravaggio@hotmail.com
Fernando Rocha Nogueira - UFABC, fernando.nogueira@ufabc.edu.br

Com a promulgação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) em 2012, a carta geotécnica se tornou instrumento obrigatório a ser considerado no planejamento urbano de municípios suscetíveis

a desastres naturais, indicando áreas inaptas à urbanização. A indicação da inaptidão, porém, precisa ser acompanhada de indicações do uso e ocupação que se pretende estimular, e de estratégias para gestão das áreas inaptas, voltadas a inibir sua ocupação inadequada. Conectada a essa problemática, esta pesquisa tem como objetivo contribuir para um melhor tratamento e gestão das áreas inaptas à urbanização, no âmbito do planejamento e gestão das cidades, tipificando essas áreas, delimitadas pela Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização Frente a Desastres Naturais do município de São Bernardo do Campo. Analisando-se possibilidades de uso e ocupação para diferentes tipologias de áreas inaptas identificadas na região, procura contribuir para a melhoria da regulação, uso, gestão e fiscalização das áreas inaptas à urbanização. Tomando como pressuposto inicial a existência de cinco fatores-chave para essa tipificação (titularidade; forma e tamanho da área; presença, área de cobertura e tipo de vegetação; proximidade de área já urbanizada; e tipo de inaptidão), sua ratificação foi factível através de entrevistas com gestores ligados à temática. Dessa forma, foi possível produzir um conjunto de tipologia e diretrizes para essas áreas, divididas em oito classes para as áreas públicas municipais e quatro classes para as áreas de posse privada. Como conclusão, esse trabalho aponta caminhos para uma melhor gestão das áreas inaptas à urbanização, em especial a possibilidades de sua utilização dentro do panorama da Região Metropolitana de São Paulo, indicando também melhorias e possibilidades de aperfeiçoamento do instrumento proposto.

REGIÕES VERNACULARES UM NOVO MODELO CÍVICO PARA AS PEQUENAS CIDADES AMAZÔNICAS

Gustavo R M Montoia - UNIVAP, milaremontoia@hotmail.com
Sandra Maria Fonseca da Costa - UNIVAP, sandra@univap.br

As pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia possuem particularidades em seu processo de formação socioespacial, o que lhes confere desafios na execução de políticas públicas. Neste sentido, este artigo se debruça sobre as cidades de Afuá e Ponta de Pedras, no estado do Pará e Mazagão, no estado do Amapá; cidades atendidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento e que se tornaram palcos de obras atrasadas, inacabadas ou abandonadas, fruto de uma implementação distorcida, que não considerou um conjunto de variáveis essenciais, como: distâncias geográficas, dependência dos municípios e suas cidades do Governo Federal, vida econômica no circuito inferior da economia, política conservadora aos modos do coronelismo político e falta de fiscalização das obras públicas. A necessidade de compreender a identidade destes locais é fator primordial para a aplicação de serviços públicos que, desde sua aprovação à sua construção, as realidades intrínsecas destas cidades-rio não podem ser negligenciadas. Pesquisa de campo, entrevistas com agentes públicos, análise de dados secundários e uma revisão de literatura que procurou compreender a urbanodiversidade da Região foram elementos relevantes para concluir, que se faz urgente, um novo modelo cívico para o Brasil que reconheça as regiões vernaculares do país em busca de desenvolvimento social e respeito à alteridade espacial.

DIÁLOGOS ENTRE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO. CONSELHEIRO LAFAIETE COMO ESTUDO DE CASO

Cecília Miranda Silva - Universidade Federal De Viçosa, ceciliams26@gmail.com
Tiago Augusto Da Cunha - Universidade Federal De Viçosa, tiagoaugustodacunha@gmail.com
Victor Barroso Rosado - Universidade Federal De Viçosa, vbrrosado@gmail.com

Direta ou indiretamente, as leis de ordenamento territorial repercutem no aspecto físico das cidades e nas singularidades de localização espacial da população. Destarte, nos interessa investigar a correlação entre legislação urbanística e predisposição locacional dos arranjos domiciliares em função dos seus estágios dociclo de vida familiar (ICV). Elegemos, portanto, um conjunto de ruas e setores censitários de Conselheiro Lafaiete entre os Censos Demográficos 2000 e 2010, que experimentaram as maiores alterações em suas legislações urbanísticas. Nos valemos da técnica estatística do ponto bisserial para aquilatarmos a correspondência entre a variável categórica (legislação) e a discreta (ICV). Repetimos o procedimento, correlacionando a legislação com as variações de rendimento nominal mensal por setor censitário. Os resultados sugerem que determinados perfis populacionais, famílias "jovens" e economicamente mais abastadas, apresentam singulares preferências locacionais.

EXPANSÃO PERIFÉRICA METROPOLITANA: O CASO DE CAMPINAS (SP) E FLORIANÓPOLIS(SC)

Tomas Antonio Moreira - Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP, tomas_moreira@sc.usp.br
Anna Laura Rossi - Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP, anna.rossi@usp.br
Larissa Martins Rodriques - Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP, larissa.cmrodrigues@gmail.com

Atualmente as urbes fundamentam o seu desenvolvimento na afirmação e manutenção de lógicas estruturadoras dos sistemas de produção e consumo capitalistas, levando a uma nova organização de interesses que visa a mercantilização, que transforma e recicla o poder urbano (SANTOS, 2013). Passa a existir necessariamente um novo modelo de política urbana, exclusivamente para viabilizar a transformação da cidade num campo de negócios, habilitando a implantação e o pleno desenvolvimento de relações mercantis no uso e apropriação da cidade, ao invés de regular as forças de mercado para torná-las compatíveis com a promoção do direito à cidade. A atuação do Estado pouco tem interferido no sentido de garantir uma urbanização adequada, com diretrizes de crescimento justas ao longo de todo o território nacional. No entanto, não se pode dizer que o Estado é neutro em suas práticas uma vez que ele tem grande importância como definidor da concentração ou da ausência de investimentos públicos que podem induzir ou não a ocupação urbana, sua expansão e sobre quem recairão os benefícios e malefícios da produção da cidade. O objetivo do presente artigo é traçar o perfil de atuação do Estado sobre o espaço de forma a compreender como se deu a estruturação da ocupação desequilibrada presente nas regiões metropolitanas polarizadas pelos municípios-sede de Florianópolis e Campinas.

REPENSANDO A MOBILIDADE URBANA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Daniela Abritta Cota - UFSJ/UFMG, abritta@ufsj.edu.br

Se mobilidade urbana significa não apenas como as pessoas se locomovem, mas também por onde, em que circunstâncias e com quais objetivos, pensar essa política significa repensar a forma como nossas cidades são ocupadas pelas diferentes pessoas, o uso que fazem dela e o tempo que despendem em seus deslocamentos. Ou seja, devemos reconhecer que as soluções para o espaço urbano não podem ser homogêneas e universais, mas devem estar articuladas e integradas visando o bem-comum. É neste contexto que defendemos a necessidade de incluir a perspectiva de gênero como temática transversal que deve permear as políticas que versam sobre o território. Assim, este trabalho busca refletir sobre a relação entre gênero, mobilidade e política urbana transversal a partir da ênfase sobre papel das mulheres na cidade e seus deslocamentos cotidianos. O trabalho denuncia os principais problemas vivenciados pelas mulheres e como, a partir do reconhecimento e da visibilidade de suas demandas, podemos propor ações integradas de modo a construir uma mobilidade urbana sustentável, alinhada aos princípios do direito à cidade.

ANÁLISE DE ESPAÇO PÚBLICO VISANDO MOBILIDADE ATIVA UTILIZANDO FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO PÓS OCUPACIONAL (APO): O CENÁRIO DA PRACINHA DA LITORÂNEA – MOBILIDADE ATIVA CONFORME AVALIAÇÃO PÓS OCUPACIONAL (APO) EM ESPAÇOS PÚBLICOS ABERTOS

Letícia Lopes de Sousa Pereira - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, lehloopes@outlook.com
Marcella Simões Viégas - Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, marcellasv@hotmail.com

A Análise Pós Ocupacional (APO) é entendida como um conjunto de métodos e técnicas que tem como função definir o desempenho de edificações arquitetônicas e espaços abertos, tanto do ponto de vista profissional quanto dos seus respectivos usuários. Este trabalho tem como objetivo demonstrar em um primeiro momento sobre uma análise do espaço a ser estudado, ou seja, através das visitas periódicas, discorrer sobre o cenário da Pracinha da Litorânea e o entorno em que está inserida, destacando os principais problemas e potencialidades da área e o desenho urbano da localidade e seu impacto para com o espaço construído, fazendo, assim, uma análise prévia da área. Posteriormente foram definidas e aplicadas progressivamente em campo as Ferramentas de Análise Pós-Ocupacional (APO), questionários/ entrevistas, mapas comportamentais e o poema de desejos. Através desta experiência foi possível obter um conhecimento mais maduro acerca da área estudada, quais as áreas mais ocupadas, qual o uso predominante, se o espaço é eficiente, e, desta forma, tendo resultados mais concretos para posteriormente compilar os dados, tendo sempre como base as diretrizes projetuais pesquisadas. O assunto será explanado e as orientações estudadas serão aplicadas de forma prática, com finalidade de comprovar tudo o que foi estudado durante o processo.

PRÁTICAS INSURGENTES NO PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL:
A EXPERIÊNCIA DO CAMPECHE EM FLORIANÓPOLIS-SC

Elson Manoel Pereira - UFSC, elsonmp@hotmail.com
Luis Felipe Cunha - UFSC, luis_felipe_cunha@yahoo.com.br

Após 2001, experiências participativas passaram a compor os processos de elaboração de políticas municipais. Com a institucionalização da participação, os planos diretores passaram a ser ancorados na realização de audiências públicas e na conformação de núcleos gestores, seguindo um tipo de desenho institucional qualificado como "ratificação pública" (AVRITZER, 2008). Florianópolis deu início à revisão de seu Plano Diretor em 2006. Em um de seus bairros, o Campeche, encontramos ativismos e movimentos sociais que protagonizaram resistências aos planos da prefeitura para a região, desde os anos 1980. As articulações formadas em torno desta resistência desempenharam um papel ativo na definição do desenho institucional de elaboração desses Planos. O planejamento urbano, suas relações de poder e seus processos são alterados pelas práticas sociais locais auto-organizadas que se apresentaram como alternativa ao planejamento institucional. Neste artigo, é abordada uma experiência da resistência local, a partir dos estudos sobre o conceito de "planejamento insurgente".

EFEITOS TERRITORIAIS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A RECENTE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO FEDERAL EM CIDADES NÃO-METROPOLITANAS NO CEARÁ

Rérisson Máximo - FAUUSP/IFCE, Rérisson Máximo

A recente expansão do ensino federal superior e técnico que caracteriza as políticas educacionais em nível nacional a partir da virada do século XXI se baseia em um duplo processo de democratização e interiorização. Ao mesmo tempo que possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino, essa expansão representou impactos significativos principalmente para municípios de pequeno ou médio portes, na medida em que os complexos educacionais implantados interferiram na dinâmica e na estrutura intraurbana daquelas cidades. O texto apresenta e discute, a partir da realidade cearense, aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal para cidades não-metropolitanas, e argumenta que a implantação de novos campi está associada com a flexibilização da legislação urbanística, com o aumento da demanda por mobilidade urbana, com a dinamização do mercado imobiliário e com o incremento do comércio e dos serviços.

> ST_11 > **15**

ABORDAGENS, CONTEXTOS E ESCALAS DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAIS
COORDENAÇÃO: RAINER RANDOLPH

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 10

PLANEJAMENTO URBANO E PÓS-MODERNIDADE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Gabriel Braga Zarth - UFRGS, gabriel.zarth@hotmail.com
Franciele Bonoldi - UFRGS, franciele.bonoldi@hotmail.com
Viviane Santos Garcia - UFRGS, garciaviviane@outlook.com

O artigo pretende examinar as condições de produção das cidades na contemporaneidade à luz de uma inquirição acerca dos desafios, responsabilidades e perspectivas que as conformam e conduzem. Procura-se ensejar, na esteira dessa investigação, políticas públicas e modos de vida capazes de balizar a ação, no âmbito do planejamento urbano, dentro de uma perspectiva cujo horizonte é a reinvenção permanente do urbano sob o prisma da sustentabilidade, da justiça social e de uma educação emancipadora. Com o aporte de conceitos como os de pós-modernidade (HARVEY, 1989), modernidade líquida (BAUMAN, 2001) e globalização (SANTOS, 2000), parte-se de um panorama global a considerações focadas na realidade brasileira e no contexto do planejamento urbano em Porto Alegre. Embora o estudo não se proponha ao esgotamento de suas questões, vislumbra delinear um panorama geral de problemas e desafios relacionados às cidades do nosso tempo, sem ignorar a complexidade que lhes é indissociável.

DE CRISE E ESCALAS: O NOVO MUNICIPALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE LÍQUIDA

Marco Aurélio Costa - Ipea, marcoaurgalo@gmail.com

Tendo como pano de fundo o debate sobre a contemporaneidade, o texto aborda a proposta do municipalismo do bem comum, caracterizado, sobretudo, pelas experiências observadas na Catalunha.

Faz-se uma reflexão sobre seu potencial, obstáculos e desafios, buscando apontar, de forma embrionária, as possibilidades de um municipalismo com essas feições no Brasil. O texto traz os desafios para o novo municipalismo em cinco eixos analíticos e de atuação de políticas públicas e práticas cidadãs, a saber, democracia participativa, economia cooperativa, direitos sociais e autonomia, cotidianidade sustentável e vínculos de solidariedade. Defende-se que o desenvolvimento do municipalismo do bem comum constitui um desafio que deve ser construído em cada contexto histórico e geográfico. No Brasil contemporâneo, somam-se aos desafios apresentados no texto a necessidade de se defender e aprofundar a democracia participativa e a agenda de redução das desigualdades socioespaciais.

ESCALA, ESCALONAMENTO E A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA:
A QUESTÃO DA ESCALA NO PLANEJAMENTO URBANO

Helterson Ribeiro da Silva Leite - FAU USP, helterson.rsl@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo compreender a noção de escala enquanto resultados temporários dos processos de escalonamento e reescalonamento, tal como defendida por Neil Brenner e cotejá-la frente ao entendimento da legislação urbanística como instrumento de planejamento das cidades. Portanto, o objeto da análise é, primeiramente, a noção de multiescalaridade como contraposto à noção de escala fixa e, posteriormente, o cotejo de tal noção frente à ideia de legislação urbanística. O problema aqui posto define-se na relação entre a noção de escala definida enquanto processos de escalonamento e reescalonamento e a legislação urbanística definida a partir da noção de uma escala fixa, a saber, a cidade. Assim, coloca-se a seguinte questão: se a escala deve ser compreendida enquanto processos de escalonamento e reescalonamento, como que a legislação urbanística, que parte de uma escala fixa a priori definida, pode ser um instrumento de regulação, ordenamento e planejamento das cidades?

DESCENTRALIZAÇÃO ÀS AVESSAS: O FEDERALISMO, A GESTÃO URBANA, A QUESTÃO METROPOLITANA E AS DINÂMICAS DO SETOR IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NA METRÓPOLE PAULISTANA NOS ANOS 2000

Letícia Moreira Sígolo - Universidade São Judas Tadeu, lesigolo@yahoo.com.br

O presente artigo buscou analisar os desafios colocados pela estrutura federativa brasileira à gestão urbana face à abertura de novas frentes de reprodução do capital globalizado e financeirizado articuladas com o setor imobiliário e ao surgimento de novos arranjos produtivos, arcabouços regulatórios e estruturas de financiamento que caminham no sentido da financeirização imobiliária e mercantilização das cidades. Evidencia-se, diante de um quadro de "descentralização tutelada" e de federalismo competitivo, em que os governos locais apresentam capacidade reduzida de planejamento e gestão de seus territórios e apostam na dinamização dos circuitos imobiliários para o enfrentamento de sua crise fiscal, a necessidade de construção de uma governança interfederativa e mecanismos mais efetivos de participação e controle social sobre as intervenções que transbordam os limites municipais, a partir de uma abordagem política, institucional e financeira transescalar.

PLANOS DIRETORES E ÁREAS RURAIS: NOTAS SOBRE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO E REFERÊNCIAS PARA CONCEPÇÃO DE MACROZONEAMENTO

Henrique Barandier - IBAM, henrique.barandier@ibam.org.br
Eduardo Domingues - UNIRIO, eduardo@domingues.fm
Hélio Beiroz - IBAM, helio.beiroz@ibam.org.br

O presente artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão teórica sobre o papel do Município na gestão territorial, em especial, no que diz respeito ao tratamento das áreas não urbanas nos planos diretores. A compreensão do território municipal de forma mais integrada, envolvendo o entendimento das relações entre espaços urbanos e rurais, dos meios de produção no ambiente rural, dos ativos ambientais, da sociobiodiversidade no município, mostra-se cada vez mais essencial para definição de estratégias de desenvolvimento local que devem pautar e estar expressas nos planos diretores municipais. Numa primeira parte, trata da competência do Município para intervir na área rural. Em seguida, aborda aspectos técnicos e metodológicos para leitura do território rural em processos de elaboração ou revisão de planos diretores. Por fim, apresenta a proposta de macrozoneamento desenvolvida para um município do Sul de Minas Gerais.

> ST_11 > 16

EXPERIÊNCIAS CRÍTICAS
COORDENAÇÃO: KARINA OLIVEIRA LEITÃO

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 11

O (NÃO) DIÁLOGO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA E A (NÃO) GARANTIA DA INFRAESTRUTURA URBANA PARA TODOS – ANÁLISE DO SUBSISTEMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE UBATUBA-SP

Estela Macedo Alves - PROCAM USP, alvesestela@usp.br

Os objetivos do estudo são: delimitar subsistema de políticas públicas de esgotamento sanitário do município de Ubatuba, considerando-se leis e planos e analisar resultado da implementação dos instrumentos que as compõem. O conceito de subsistema baseia-se no Modelo de Coalizão de Defesa para análise de políticas públicas. A hipótese é que a sobreposição de diretrizes de diversos níveis de gestão referentes ao esgotamento sanitário, não são eficientes. Metodologia baseia-se em análise de dados primários de entrevistas semi-estruturadas e no acompanhamento de fóruns de discussões sobre a temática do saneamento no município; sistematização e análise dos dados graficamente. Como resultado, obteve-se o Diagrama de Fluxos do Subsistema de Esgotamento Sanitário de Ubatuba discutindo-se cada um dos elementos que o estruturam. Analisam-se as instituições atuantes no subsistema, apontando pontos críticos em relação ao atendimento da demanda por esgotamento sanitário, também com base em análise urbanística sobre distribuição de redes de coleta e sistemas de tratamento de esgoto, que prioriza o setor turístico em detrimento do habitacional.

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE ZONAS ESPECIAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM MUNICÍPIOS INTEGRANTES DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE LONDRINA E MARINGÁ

Thamine de Almeida Ayoub Ayoub - Universidade Estadual de Londrina, thamine.ayoub@gmail.com
Alexia Kaori Matubara - Universidade Estadual de Londrina, alexiakaori@live.com
Leticia Cabreira - Universidade Estadual de Londrina, leticiacabrera.uel@gmail.com
José Luiz Faraco - Universidade Estadual de Londrina, faraco@uel.br

O objetivo deste trabalho consiste em avaliar as práticas da política habitacional de municípios integrantes das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá em relação à implantação do instrumento de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. A análise tem como foco os aglomerados metropolitanos formados a partir da conurbação entre os municípios-sede e municípios do entorno. No estudo, é feita uma análise de parâmetros que permitem compreender as práticas adotadas pelos municípios na instituição de ZEIS e inferir sobre os aspectos de inclusão e/ou exclusão da população de menor renda nas áreas cuja localização é recomendada. Ainda, verificou-se se os conjuntos habitacionais implantados nos últimos anos foram de fato construídos nas áreas previstas como ZEIS.

OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS E INDICADORES DE GOVERNO ABERTO: SUBSÍDIOS AOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL

Fábio José Ferraz - PUC CAMPINAS, fjferraz@hotmail.com
Denio Munia Benfatti - PUC CAMPINAS, deniobenfatti@pu-campinas.edu.br
Jonathas Magalhães Pereira da Silva - PUC CAMPINAS, jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) são instrumentos de planejamento, produção e gestão do espaço urbano – notadamente de áreas de reconversão – que têm as articulações público-privadas como principal meio de viabilização econômico-financeira. Apesar de alguns exemplos considerados exitosos, tal instrumento, ao ser aplicado, tem se mostrado ineficaz na garantia do direito à cidade a parcelas mais amplas da população privilegiando interesses privados em detrimento de interesses genuinamente públicos. O artigo revisa as OUCs paulistanas vigentes e enfatiza a pertinência do estabelecimento de critérios e indicadores de Governo Aberto como subsídio à governança pública e necessária gestão participativa desse instrumento para a consecução de seus objetivos de desenvolvimento urbano, econômico e social. Na análise, se considera que os processos de planejamento e gestão das OUCs devem seguir os preceitos de participação democrática e do direito à cidade estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, bem como a emergência da agenda de Governo Aberto que institui um novo paradigma de gestão pública ao contemplar práticas de transparência, participação e accountability.

DAS OPERAÇÕES URBANAS AOS PIUS: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA O CENTRO DE SÃO PAULO

Simone Ferreira Gatti - Universidade de São Paulo, sifgatti@gmail.com

Em meados de 2018 a Prefeitura de São Paulo colocou no ar a consulta pública para o Projeto de Intervenção Urbana - PIU Setor Central, que tem sua origem na necessidade de revisão da Operação Urbana Centro. O Programa de Interesse Público para o PIU poderá ser viabilizado por instrumentos diversos, como AIU (Área de Intervenção Urbana), Concessão Urbanística, AEL (Área de Estruturação Local), PPPs (Parceria Público-Privadas) ou mesmo por uma Operação Urbana Consorciada. Objetiva-se aqui, mais do que debater as propostas do PIU Setor Central em si, provocar uma reflexão sobre como as propostas de intervenção urbana estão sendo apresentadas frente às problemáticas existentes no território e frente às demais políticas em curso pelas gestões municipais, e o quando as estratégias de desenvolvimento urbano repetem iniciativas anteriores com propostas já historicamente inviabilizadas, considerando a permanência das vulnerabilidades do território.

PLANEJANDO A DENSIDADE: ESTUDO SOBRE OS LOTES MULTIFAMILIARES EM PALMAS-TO

Lucimara Albieri de Oliveira - UFT, lucimaraalbieri@uft.edu.br
Raíssa Sousa e Silva - UFT, raissasesilva@gmail.com

O artigo visa estudar as implicações da alteração de uso e ocupação dos lotes multifamiliares na densidade demográfica na capital do mais novo estado brasileiro, Palmas-TO. Fundada em 1989, a cidade nasce de um projeto urbanístico que determinou sua densidade, seu traçado, seu zoneamento e suas diretrizes de ocupação visando abrigar paulatinamente uma população de, a priori, 1.200.000 habitantes, podendo atingir 3.000.000 de habitantes quando consideradas as áreas de expansão. Porém, sua ocupação não ocorreu como fora planejado, pois foi ditada por interesses capitalistas, e atualmente Palmas possui uma densidade populacional muito abaixo da prevista, apresentando um quadro de forte especulação imobiliária e segregação socioespacial, grandes vazios urbanos, alto custo de urbanização e espraiamento precoce e expressivo. O processo de verticalização de Palmas se dá de forma peculiar, com o interesse do capital atuando nas frestas de um plano técnico. A pesquisa demonstra quantitativamente a ocupação abaixo do planejado dos lotes multifamiliares, vinculando seus resultados ao processo de ocupação de Palmas e à falta de controle do poder público frente ao planejamento.

> ST_11 > **17**

PROJETOS URBANÍSTICOS, REQUALIFICAÇÃO E INVESTIMENTOS URBANOS
COORDENAÇÃO: SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JUNIOR

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 10

REGENERAÇÃO URBANA E ESPAÇOS PÚBLICOS LOCAIS: A PRAÇA ROOSEVELT EM SÃO PAULO

Marlon Paiva - POSURB PUC-Campinas, niemarlon@hotmail.com
Maria Cristina da Silva Schicchi - POSURB PUC-Campinas, crisschicchi@gmail.com

Este artigo apresenta considerações sobre a definição do conceito de regeneração urbana. Inicia com uma revisão da literatura sobre a origem do conceito, situando-o diante dos restantes fenômenos e processos decorrentes no espaço urbano, como a renovação, reabilitação, requalificação. Num segundo ponto, serão discutidos alguns pressupostos e características do processo da regeneração urbana e que são simultaneamente princípios que orientam a teoria e a prática do planeamento urbano. Busca-se organizar

as principais características e princípios do processo da regeneração urbana, tais como abrangência, interação, estratégia, flexibilidade, apoio em parcerias e relação aos requisitos de sustentabilidade e resiliência como pontos que norteiam a teoria e a prática deste processo no planejamento urbano. Por fim, o trabalho busca ilustrar tais conceitos a partir da análise de um caso exemplar específico - as intervenções recentes na Praça Roosevelt (2000-2012) – de modo a verificar os desdobramentos de tais processos na lógica de produção de espaços públicos locais.

PROGRAMA FAVELA-BAIRRO E PROJETO "RÉUNIR VÉNISSIEUX": REFLEXÕES SOBRE PROJETOS URBANÍSTICOS QUE PRETENDEM PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL, NO RIO DE JANEIRO E EM LYON

Carolina Rezende Kroff - PPGAU/UFF, crkroff@hotmail.com
Gerônimo Emílio Almeida Leitão - PPGAU/UFF, geronimo_leitao@uol.com.br

O artigo em questão analisa programas de intervenções urbanas promovidos pelo Estado, com objetivo de estimular a integração socioespacial. Nesse sentido, são abordados dois estudos de caso, no Brasil e na França, que traduzem experiências que, apesar de singulares, apresentam semelhanças, no que diz respeito aos objetivos das políticas públicas implantadas. A partir das visões de técnicos dos setores público e privado, bem como de liderança comunitária da área objeto de estudo – o Parque Royal – , obtidas através de entrevistas e de documentos publicados, pretende-se promover uma reflexão, no caso brasileiro, sobre a questão da "integração da favela à cidade oficial", proposta como diretriz principal no maior dos programas de urbanização de assentamentos informais no nosso país – o Programa Favela-Bairro, implementado entre 1994, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. No caso francês, abordamos o Projeto "Réunir Vénissieux", localizado na região metropolitana de Lyon, cuja implementação ocorrerá entre 2015 e 2020, analisando as intervenções de requalificação em um complexo habitacional – Les Minguettes –, construído segundo os parâmetros do urbanismo modernista, no final da década de 1950. Neste trabalho, realizamos uma reflexão sobre o efetivo alcance das intervenções urbanísticas realizadas, no que diz respeito à pretendida integração de grupos sociais distintos, apresentando, ainda, algumas considerações sobre os limites e possibilidades desses programas públicos.

O MARKETING URBANO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016: ESTUDO DO DISCURSO DE LEGADO NO ENTORNO DO COMPLEXO ESPORTIVO DE DEODORO, RIO DE JANEIRO

Rafael Alves Corradi - Universidade Federal do ABC, rafael.corradi91@gmail.com

Este artigo pretende investigar e analisar as ações de marketing urbano no discurso de legado olímpico, vinculado aos jogos olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, em particular o caso do Complexo Esportivo de Deodoro e suas infraestruturas de suporte. Pretende-se ainda, comparar as análises realizadas com as reais transformações no entorno do complexo e, assim, discutir as intenções dessas ações de marketing. Deodoro é uma região singular, quando se trata do seu vínculo com os megaeventos esportivos, devido a sua situação periférica, desacolhida pelo sistema de infraestruturas urbanas, marginalizada, a presença 1ª Divisão do Exército Brasileiro e, principalmente, a transferência da influência/poder que normalmente se encontra no setor econômico para o militar nas áreas degradadas que se vinculam a tais eventos. Com este fim, utiliza-se de referências bibliográficas de destaque no campo para embasar o debate e investiga-se em materiais oficiais do governo, sejam documentos, sites, vídeos e outros materiais de divulgação utilizados pela administração municipal, como os documentos da Autoridade Pública Olímpica e canais do governo nas redes sociais.

O PARQUE AUGUSTA E O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO: O CASO DAS DOAÇÕES DE IMÓVEIS PARA IMPLANTAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS NO PDE-SP DE 2014.

Amanda Paulista de Souza - USP, apaulista.souza@gmail.com
Flavia Taliberti Peretto - USP, flaviapereto@gmail.com
He Nem Kim Seo - USP, henem.kim@gmail.com

O presente artigo trata da Transferência do Direito de Construir (TDC) no âmbito do Município de São Paulo, dando ênfase à modalidade que envolve a doação de imóvel ao Poder Público para implantação de Parques Municipais, que será tratada a partir do famoso imbróglio do Parque Augusta, em São Paulo. Destacaremos como o mecanismo formulado para a efetivação de tal modalidade promove uma multiplicação significativa do potencial construtivo transferível quando comparado ao potencial construtivo que poderia ser, de fato, exercido no imóvel - multiplicação esta inexistente nas demais modalidades de TDC e que implica em uma rentabilidade expressiva de potencial e, consequentemente, de metros quadrados (m^2) alienáveis. Por fim, teceremos breves considerações sobre os efeitos que esta modalidade de TDC pode acarretar no mercado de compra e venda de potencial construtivo.

ESPRAIAMENTO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPINA GRANDE: O CASO DO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS

Lívia Izabel Bezerra de Miranda - UFCG, liviaibmiranda@gmail.com
Demóstenes Andrade de Moraes - UFCG, damoraes6@gmail.com
Jobson Brunno da Silva Lima - UFCG, jobsonbrunno@gmail.com
Twane Xavier de Lima - UFPE, twane.xavier@gmail.com

O Artigo pretende caracterizar e discutir os impactos socioterritoriais gerados pela implantação do complexo Multimodal (industrial-logístico e habitacional) Aluízio Campos no Município de Campina Grande, Paraíba. A avaliação se deu reconhecendo as interdependências entre os arranjos espaciais Recife-João Pessoa-Campina Grande e as influências dos setores econômicos e políticos dominantes locais para a consolidação de uma agenda urbana empreendedorista e pró-mercado. Observou-se que essa agenda vem reforçando processos de dispersão urbana e de pressão sobre áreas ambientalmente frágeis. Ao se analisar o papel dos agentes na produção do empreendimento, pôde-se constatar que o governo municipal vem assumindo um papel subsidiário nas decisões e, ao mesmo tempo, fundamental na realização de obras de infraestruturas e serviços urbanos de suporte para o empreendimento. Constatou-se, também, que os empreendimentos públicos e privados que vêm viabilizando a implantação do Complexo, consolidará uma nova frente de expansão periférica que gerará uma série de impactos negativos considerando a pouca aplicação de políticas de regulação do uso e ocupação do solo, a ausência de políticas fundiárias, a inobservância das políticas ambientais e as fortes associações de interesses clientelistas entre agentes públicos e privados.

CLIMA, SUSTENTABILIDADE E DESIGUALDADES
COORDENAÇÃO: KARINA OLIVEIRA LEITÃO

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 11

DINÂMICA METROPOLITANA E SUA INTERFACE COM A ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA
Edilza Paula Queiroz Alves - PPEUR/UFRN, edilzapaula20@gmail.com
Zoraide Souza Pessoa - PPEUR/UFRN, zoraidesp@gmail.com

Os impactos territoriais da dinâmica metropolitana, causados pela ocupação em áreas de fragilidade ambiental e habitações impróprias em zonas de risco, podem exercer grandes influências sobre as alterações da dinâmica do clima, que são somadas pela urbanização crescente, desordenada e pela distribuição socioespacial. Posto isso, o artigo tem por objetivo analisar os desafios da dinâmica metropolitana e a relação desses fatores metropolitanos quanto a sua organização socioespacial que pode proporcionar impactos no solo e interferir no contexto das mudanças climáticas. Trata-se de uma pesquisa teórica, relatando a realidade contemporânea e sua confluência com a organização do território metropolitano e os impactos aos efeitos das mudanças climáticas. Para a construção da presente pesquisa os procedimentos metodológicos, segue a orientação de uma abordagem qualitativa, com revisões bibliográficas e documentais. Dessa forma, o exercício para ordenar e organizar o território, para a redução da vulnerabilidade e da exposição ao risco ambiental, se manifesta a necessidade integrar planos de adaptação climática que apresentam elementos essenciais para a qualidade de vida do meio ambiente e da sociedade.

REALIDADES INVISÍVEIS: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE (MG)
Barbara Marques Sales - UFMG, barbaramarques.7@gmail.com
Denise Marques Sales - UFMG, denise.marques.sales@gmail.com

Vários avanços em termos de legislação sobre políticas públicas intersetoriais ocorreram no Brasil nos últimos anos, entretanto, ainda não foram suficientes para resolver na prática problemas existentes e emergentes nas cidades. O processo de urbanização que ocorreu na metade do século passado foi pautado em uma distribuição desigual das riquezas e do acesso não equitativo a serviços básicos. A população urbana passou a viver em um espaço marcado pela insuficiência de infraestrutura e crescente degradação ambiental. Distante deste contexto esse artigo visa confrontar questões sanitárias da capital mineira, com seu histórico de realizar ações de planejamento, evidenciando alguns pontos de segregação, e instrumentos utilizados para orientar a universalização das ações e serviços de saneamento. Belo Horizonte apresenta índices elevados de atendimento pelos serviços de saneamento, quando comparados à realidade nacional, porém, a situação ainda não se mostra satisfatória. O município apresenta algumas manchas de vulnerabilidade que não são muito bem desvendadas, e que coincidem com zonas de vilas e favelas distribuídas ao longo de seu território.

O DESAFIO DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS: prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano
Ana Célia Baía Araújo - UFRN, araujo.acba@gmail.com
Zoraide Souza Pessoa - UFRN, zoraidesp@gmail.com

É possível um desenvolvimento urbano sustentável? Os problemas ambientais e socioeconômicos nas cidades acabam sendo reforçados no desenvolvimento urbano, por meio de uma racionalidade econômica que permeia o planejamento e a gestão urbanas, sendo de certa forma antagônico às preocupações ambientais. Nesses aspectos, as discussões ambientais e urbanas vêm adotando a proposta de Cidades Sustentáveis (CS) como uma alternativa ao modelo atual de desenvolvimento urbano, inclusive com o endosso das agendas das Nações Unidas. Contudo, as CS ainda são uma proposta que, conceitualmente, dialoga com a sustentabilidade urbana e o desenvolvimento sustentável, mas contestada por todas as suas contradições. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os prós e contras de uma proposta para o desenvolvimento urbano baseada nas CS, a partir de revisão bibliográfica, observando os contextos das cidades, suas desigualdades, riscos e como os discursos da sustentabilidade urbana e do desenvolvimento sustentável.

A INFLUÊNCIA DA VERTICALIZAÇÃO NO COMPORTAMENTO MICROCLIMÁTICO EM CIDADE DE CLIMA SEMIÁRIDO
Luana Karla de Vasconcelos Brandão - Universidade Federal de Alagoas, luana.arquiteta@outlook.com
Armyson Rafael - Universidade Federal de Alagoas, armysonrafael@gmail.com
Ricardo Victor Rodrigues Barbosa - Universidade Federal de Alagoas, rvictor@arapiraca.ufal.br

O processo de urbanização nas cidades brasileiras, em sua maioria, não é norteado por um Planejamento Urbano, gerando um microclima urbano caracterizado pelas ilhas de calor. A Climatologia Urbana apresenta estratégias e diretrizes com potencial de orientar uma melhor adequação do clima local com a configuração e uso do espaço urbano. Diante deste cenário, o presente trabalho teve como objeto de estudo a cidade de Arapiraca/AL, cujo processo de urbanização está em fase inicial de verticalização, todavia sua legislação urbanística não apresenta parâmetros urbanísticos equivalentes a este desenvolvimento urbano. Assim, buscou-se: entender como o clima regional, o semiárido, comporta-se com a morfologia urbana já existente; e analisar possíveis cenários urbanos futuros, com os parâmetros urbanísticos em vigor e os propostos pela pesquisa. Isso foi possível por meio de simulações computacionais com o software ENVI-met. Como resultado, comprovou-se a necessidade de novos parâmetros urbanísticos serem incorporados no atual Código de Edificações, e evidencia a importância da Climatologia Urbana como ferramenta para o Planejamento Urbano.

PLANEJAMENTO URBANO MODELO E CONSTITUIÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A INFRAESTRUTURA DO ESPAÇO INTRA-URBANO DE CURITIBA
Taina Andreoli Bittencourt - Universidade de São Paulo, taina.andreoli@gmail.com

Curitiba destaca-se no universo do planejamento urbano e de transportes. Contudo, para além do discurso de cidade-modelo, verifica-se a existência de heterogeneidades e desigualdades sociais e urbanas. A presente pesquisa propõe-se a evidenciá-las, tendo como enfoque a infraestrutura do espaço intra-urbano. Para tanto, as características dos domicílios, dos serviços públicos urbanos, da infraestrutura, da renda e da oferta de transporte público serviram de base para o mapeamento do território segundo diferentes

níveis de precariedade. Tal conformação territorial foi complementada pela análise da integração urbana pela sintaxe espacial. Verificou-se a alta precariedade das regiões periféricas que contrasta com o elevado acesso à infraestrutura da região central e dos eixos estruturantes, priorizados pelo planejamento urbano municipal. Ainda, a precariedade da infraestrutura soma-se ao isolamento da rede urbana, impondo dificuldades e barreiras à mobilidade e ao acesso à cidade por determinados grupos sociais, particularmente os de baixa renda.

AS RELAÇÕES DE DESIGUALDADE NAS CENTRALIDADES EM BRASÍLIA: IMPACTOS DAS POLÍTICAS URBANAS DE ZONEAMENTO E DE USO E OCUPAÇÃO DA TERRA URBANA NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO
Juliana Machado Coelho - SEGETH/DF, jujucoelho@gmail.com
Valério Augusto Soares de Medeiros - UnB, Câmara dos Deputados, medeiros.valerio@uol.com.br

O artigo explora as relações entre as políticas urbanas – expressas, principalmente em seis planos diretores desenvolvidos entre 1977 e 2009 – e a demarcação de centralidades em Brasília a partir da leitura configuracional do sistema urbano. Investigam-se comparativamente os planos diretores (PEOT/1977, POT/1985, POUSO/1986, PDOT/1992, PDOT/1997 e PDOT/2009) e a forma urbana diacrônica do assentamento (1964, 1977, 1986, 2009, 2015) a partir da leitura configuracional, amparada pela Sintaxe Espacial. Após a leitura diacrônica, explora-se a interdependência entre as perspectivas configuracional, socioeconômica e funcional na dinâmica urbana vinculada às centralidades no estudo de caso. Deste modo, a investigação dos padrões de expansão da cidade planejada aponta para relações entre a forma urbana e a sociedade de modo a indicar que segregação socioespacial associa-se à segregação configuracional e as centralidades funcionais conectam-se às centralidades configuracionais. O cenário revela um processo complexo no qual a forma urbana e as dinâmicas socioeconômicas estão relacionadas: o uso e a ocupação do território materializam a inequidade.

ST_11 > 19

PARTICIPAÇÃO, CENTRALIDADES E SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO: LARA FERREIRA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 10

UTOPIAS E DISTOPIAS DEMOCRÁTICAS: UM PANORAMA CRÍTICO DA PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL E DIGITAL NAS POLÍTICAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO
Thaisa Comelli - Prourb-UFRJ, thaisa.comelli@gmail.com
Luciana Amorim - Prourb-UFRJ, amorim.lu@gmail.com

Ao longo das últimas décadas, a implementação de processos participativos institucionalizados vem se apresentando como uma promessa de modelos mais democráticos e transformadores de governança. Tais paradigmas se transportaram também para o contexto urbano, onde multiplicaram-se verdadeiros canteiros experimentais de ampliação do direito à cidade. Estas "utopias democráticas", entretanto, não operam na prática como esperado, sendo cooptadas por agendas paralelas de governo. Neste artigo, apresentaremos um panorama crítico dos processos participativos presentes nos Planos Diretores e Planejamentos Estratégicos para a cidade do Rio de Janeiro. Partimos da crítica de que a participação tem servido para legitimar interesses políticos, limitando o poder de decisão sobre o território urbano pelas capilaridades da sociedade. Nos ateremos principalmente à atual gestão municipal, onde a participação foi inserida no Plano Estratégico do prefeito Marcelo Crivella, incluindo também o uso de ferramentas digitais. Entendemos aqui a participação como uma forma ambivalente de transição entre utopias e distopias democráticas, onde apesar dos processos de dominação e cooptação, também é possível encontrar fagulhas de transformação e emancipação socioespacial.

CIDADE COMPETITIVA E APAVORADA: UMA ANÁLISE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E PLANEJAMENTO URBANO EM FORTALEZA (CE)
Janaína Carneiro Americano de Brito - UFC, janainabritoc@gmail.com

Este artigo trata das correlações entre segurança pública e planejamento urbano na cidade de Fortaleza, Ceará (CE), tendo como principal objetivo compreender como as atuais políticas de segurança, baseadas na territorialização de infraestruturas e no patrulhamento policial, articulam-se com o desenvolvimento urbano estratégico da cidade, responsável por consolidar Fortaleza como o "paraíso das flexibilizações". Assim, a partir da análise dos programas de segurança "Pacto por um Ceará Pacífico" e "Plano Municipal de Proteção Urbana" (PMPU), respectivamente à nível estadual e municipal, será possível evidenciar como, em alguns bairros, a melhoria na segurança pública influencia no desenvolvimento de um ambiente capaz de impulsionar os setores imobiliário e turístico, enquanto em outros bairros, e principalmente nos assentamentos precários, é responsável pelo controle social e acirramento das vulnerabilidades sociais.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO ESPAÇO URBANO: ESTADO COMO AGENTE NA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE FORTALEZA
Marcela Monteiro dos Santos - UFC, marcelamonteirosantos@gmail.com
Renam Magalhães da Silva - UFC, renam.cont@gmail.com

O espaço urbano é construído a partir de ações dos diferentes agentes na cidade. Contudo, o Estado, como um desses agentes, tem função substantiva na articulação com os outros, o que suscita um constante conflito de interesses, principalmente a partir de uma das suas principais ferramentas de planejamento: o orçamento. Assim, nesse contexto de disputa orçamentária, o presente artigo procura trazer os aspectos socioespaciais da cidade de Fortaleza, no Ceará, e fazer uma análise da destinação de recursos públicos municipais a partir do orçamento executado nas divisões administrativas da cidade, as secretarias regionais. Com isso, procura-se visualizar o descompasso de investimentos e prioridades, a partir da análise entre a realidade de desigualdade socioespacial e a seletividade na destinação de recursos públicos.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO "PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO – CAMPINA GRANDE 2035: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA
Isabelle Kellen Silva Monteiro - Universidade Estadual Da Paraíba, isabelleksm@gmail.com

No ano de 2017, em um cenário de crise política e econômica no Brasil, a cidade de Campina Grande, no interior da Paraíba, adotou um plano de desenvolvimento de longo prazo como guia para a gestão

municipal. O Plano Estratégico de Desenvolvimento – Campina Grande 2035 foi proposto pelo município como projeto de lei. Objetivamos com este trabalho realizar uma análise qualitativa da participação popular na elaboração dessa política pública, através do estudo documental dos Relatórios Sínteses de Pesquisas que foram aplicadas na etapa de diagnóstico e utilizando os conceitos teórico-metodológicos de Políticas Públicas. Verificou-se que foram realizados três tipos de pesquisa com atores públicos e privados: entrevistas presenciais; entrevistas em "grupos focais"; e pesquisa via internet. Concluiu-se que, dadas as características dessas pesquisas, a quantidade e especificidade dos atores envolvidos e a utilização dos resultados obtidos, o documento pode ser considerado uma política pública com irrelevante participação democrática em sua formulação.

CRIMES VIOLENTOS E CONDICIONANTES SOCIOECONÔMICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE
Cristina Maria dos Reis Martins - Observatório Estadual Segurança Pública, cristina-martins@ssp.rs.gov.br

O objetivo deste estudo foi a análise da distribuição espacial dos crimes violentos, comparada as condições socioeconômicas, nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, por meio da confrontação entre os índices de criminalidade e os índices de desenvolvimento humano e de vulnerabilidade social. Para tanto foram desenvolvidos os índices de incidência e prevalência de crimes. O uso de índices ponderados, permitiu atribuir um maior peso aos delitos considerados mais violentos e graves e, possibilitou uma hierarquização e comparação da criminalidade entre os municípios metropolitanos. Os resultados apontaram que os crimes tendem a prevalecer nos municípios com maior população e densidade demográfica e, os municípios que, em 2017, apresentaram uma tendência de maior incidência criminal foram aqueles que, em 2010, registravam os menores indicadores de desenvolvimento humano. Os crimes tendem a concentração nos municípios de maior porte, que mesmo com maiores índices de desenvolvimento humano, ainda registram alta vulnerabilidade social.

> ST_11 > **20**

TEMAS CRÍTICOS
COORDENAÇÃO: PAULA OLIVEIRA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 11

O DESENVOLVIMENTO DA PRAIA DO FUTURO COMO ELEMENTO DA ANÁLISE DA AÇÃO ESTATAL EM PROVEITO DA "CIDADE COMO NEGÓCIO"
Vinícius Saraiva Barretto - UFC, viniciussaraivab@yahoo.com.br
Breno Santiago Holanda - UFC, brenosholanda@gmail.com
Renato Pequeno - UFC, renatopequeno@gmail.com
Thaís Matos Moreno - UFC, thaismoreno65@gmail.com

A constituição do atual cenário do desenvolvimento urbano de Fortaleza é esta: processos de planejamento regidos por interesses privados e pela economia do turismo, os quais atuaram diretamente na remoção ou ameaça de remoção de 1.440 famílias somente no ano de 2017 de acordo com a pesquisa do Observatório de Remoções realizada pelo Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab) da qual esse trabalho faz parte. Com base nessas constatações, o presente trabalho constitui um estudo do setor leste de Fortaleza, um dos focos de remoções e de atividades do Estado. O estudo foi realizado através de pesquisas sobre a expansão urbana de Fortaleza, os tipos de investimentos e projetos destinados à área em questão, juntamente com o estudo de planos e de leis conflitantes. Através disso, o presente estudo busca observar as relações entre o setor imobiliário e a gestão pública, objetivando analisar o papel do Estado no incentivo e na legitimação de um desenvolvimento urbano de uma "cidade como negócio".

GEOPROCESSAMENTO NO MAPEAMENTO E ANÁLISE DO ESVAZIAMENTO URBANO: ESTUDOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA 01 DE MACEIÓ, ALAGOAS
Brian Falcão Farias - UFAL, brianfalcaofarias@gmail.com
Rafael Simões Sampaio - UFAL, rafael.sampaio@ceca.ufal.br
Juciela Cristina dos Santos - UFAL, jucielasantos@gmail.com

As cidades brasileiras são caracterizadas pelo seu espraiamento imbricado de vazios urbanos, bem como pela privação de grande parcela da população das condições básicas de urbanidade e de direito à cidade. Neste sentido, busca-se discutir sobre a peculiaridade dos vazios urbanos, sobretudo com relação aos métodos de enfrentamento, trazendo enfoque a importância da dimensão espacial. Para tanto, o uso do Geoprocessamento, englobando desde a coleta de dados a partir do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) até sua modelagem computacional através de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), apresenta-se como meio singular utilizado na busca por uma representação e interpretação do espaço real que viabilize sua melhor compreensão e consequente intervenção. Como demonstração, mapearam-se os vazios da Região Administrativa 01 de Maceió de forma a atestar sua importância como uma ferramenta base para a aplicação de instrumentos urbanísticos previstos pelo Estatuto da Cidade.

TERRITÓRIO EDUCATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS MECANISMOS ESTRUTURANTES DAS CIDADES ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO
Alain Flandes - Universidade Federal do Rio de Janeiro, alflandes@gmail.com
Julio Moreira - Universidade Federal do Rio de Janeiro, juliomoreira.arq@gmail.com

Este trabalho pretende espacializar e analisar os dados referentes à educação pública fundamental do município do Rio de Janeiro a partir de projeções feitas na pesquisa "Do espaço escolar ao Território Educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade" baseadas nos dados populacionais referentes a faixa etária de 0-10 do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2010, na matrícula infantil da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e no Índice de desenvolvimento da educação básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Apontar-se-ão problemáticas referentes ao déficit estrutural de equipamentos educativos, à qualidade dos ambientes educativos e à mobilidade infantil "casa - escola". O reconhecimento de territórios educativos em conjunto com o sistema de espaços livres busca sustentar a premissa de entendimento das políticas públicas de viés educativo como possíveis mecanismos estruturantes das cidades e a gestão urbana.

CRESCIMENTO URBANO A PARTIR DE OCUPAÇÕES RURAIS: O CASO DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE BASE –OTB TACOPOCA NA REGIÃO METROPOLITANA DE COCHABAMBA-BOLIVIA

Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro - Universidade Federal do Tocantins, luizaga@mail.uft.edu.br
Margoth Atahuachi Burgos - Universidad Mayor de San Simón, mar_legu@hotmail.com
Deusine Cristianne Borges Aguiar Mendes - Universidade Federal do Tocantins, deusine.mendes@ifto.edu.br
Bruno Lopes Pereira - Universidade Federal do Tocantins, biologouft@hotmail.com

A Participação Popular na Bolívia é um processo de empoderamento das comunidades fragilizadas de camponeses e juntas de vizinhos, como estratégia governamental de proporcionar autonomia na gestão de desenvolvimento do território destes pequenos grupos. Assim, objetivamos analisar o processo de crescimento urbano na OTB Tacopoca, Região Metropolitana de Cochabamba, para conhecer os elementos preponderantes no processo de urbanização de uma zona agrícola. A pesquisa tem uma abordagem qualiquantitativa, com levantamentos espaço-temporais, infográficos e aplicação de questionários. Observamos a densificação urbana da OTB num curto espaço de tempo, insuficiente para a preparação político-organizacional dos moradores, que adquiriram suas melhoras em base a lutas e constantes reuniões. Conclui-se que é necessário fortalecer este processo de empoderamento inserindo nas capacitações não somente aos dirigentes, mas também à toda a população da OTB. São necessárias à aplicação de estratégias que qualifiquem os vizinhos quanto à importância do meio ambiente na sua qualidade de vida.

APONTAMENTOS E DISCUSSÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE PAU DOS FERROS/RN SOB A ÓTICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Tereza Raquel França Ferreira - UFERSA, terezaraquel70@hotmail.com
Cicero de França Neto - UFERSA, cicerofranca_7@hotmail.com
Anna Cristina Andrade Ferreira - UFERSA, anna.ferreira@ufersa.edu.br
Almir Mariano de Sousa Júnior - UFERSA, almir.mariano@ufersa.edu.br

No Brasil o plano diretor participativo atua como um instrumento regulador da política urbana, onde o município de Pau dos Ferros/RN, objeto de estudo deste artigo, ainda não possui, o que vem fazendo com que vários edifícios de cunho histórico da cidade sejam demolidos para dar lugar a novas construções. Assim, este estudo de caso qualitativo, busca discutir as propostas apresentadas para o Plano Diretor Participativo da cidade, e os possíveis impactos que pode gerar caso este seja aprovado. Para sua realização foi necessário analisar o documento final do Plano o Diretor Participativo e elencar os problemas atuais da cidade de Pau dos Ferros. O Plano Diretor apresenta dentre suas diretrizes a fortificação da identidade visual da cidade, no tocante à avaliação do patrimônio cultural, atribuindo valores culturais que concedam identidade ao espaço urbano e busca transformar o centro da cidade em uma área propicia ao turismo histórico-cultural, gerando, assim, receita para o município.

A MOBILIDADE POR BICICLETAS NA RMBH: UMA ANÁLISE SOBRE AS (NÃO) POLÍTICAS DE BELO HORIZONTE, CONTAGEM E PEDRO LEOPOLDO

Guilherme Lara Camargos Tampieri - Universidade Federal de Minas Gerais, guilhermetampieri@gmail.com
Diego Pessoa Santos - Maastricht University, diego.pessoa@gmail.com

As políticas de transporte adotadas durante o século XX não priorizaram os transportes coletivos e ativos, trazendo consequências indesejáveis às cidades. O presente artigo analisa o uso da bicicleta em três municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a partir de análises e caracterização dos dados das Pesquisas Origem/Destino e outros levantamentos. Belo Horizonte Contagem, baseado no conceito de "Sistema da Bicicleta" e no modelo Presto, caracterizam-se como cidades Iniciantes e Pedro Leopoldo como Aspirante. Do ponto de vista metropolitano, ainda não há clareza como as políticas poderiam estimular o uso da bicicleta. Com os dados investigados e a ausência de outros, entende-se que há necessidade de investimentos em infraestrutura, mas também em medidas suaves, coordenadas nos níveis municiais e metropolitanos, cuja compreensão se expanda para além dos setores de transportes.

ST_12 > DESENVOLVIMENTO URBANO - VELHOS PROBLEMAS, NOVOS DESAFIOS

Comissão Científica:
Cláudio Roberto de Jesus – PPEUR/UFRN
Denise Morado Nascimento – PRAXIS-EA/UFMG
Maria Ângela de Almeida Souza – MDU/UFPE
Mariana de Azevedo Barretto Fix – PPGDE-IE/UNICAMP

> ST_12 > 01

PLANEJAMENTO E DISPUTAS URBANAS
COORDENAÇÃO: DENISE MORADO NASCIMENTO

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 7

ESTRATÉGIA GLOBAL-LOCAL E REFLEXOS NO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Vanessa Marx - UFRGS, vanemarx14@gmail.com
Gabrielle de Araújo - UFRGS, gabie.araujo@gmail.com
Vitoria Gonzatti de Souza - UFRGS, vitoriagonzatti@live.com

Neste artigo buscamos demonstrar, a partir do caso do 4º Distrito de Porto Alegre, que a estratégia global-local na cidade passa por influências diretas de atores transnacionais, de projetos internacionais ou de alianças entre atores locais e transnacionais. Ao mesmo tempo, agentes locais fazem lobby e pressão para que as leis sejam modificadas, visando uma operação mais rápida e eficaz para as forças do capital transnacional e nacional. As modificações no Plano Diretor e na legislação de parcerias público-privadas na cidade são um exemplo concreto disto. No caso em questão buscamos demonstrar como o 4º Distrito historicamente vem sofrendo influências globais e locais para a transformação de seu território. Assim, pensamos que o desenvolvimento urbano na cidade passa por uma relação dialética entre um território

permeado por velhos problemas e novos desafios na medida em que a diversidade de atores sociais torna mais complexa a perspectiva relacional dos agentes.

NADA DE NOVO SOB O SOL: OS PROJETOS DO GRUPO 25 E A SUCESSÃO DE CONFLITOS TERRITORIAIS NO BAIRRO DO ALECRIM EM NATAL/RN.
Daniel Lucas Viana Santos - UFRN, daniel.lucasviana@gmail.com
Angela Lúcia de Araújo Ferreira - UFRN, angela@ct.ufrn.br

Em 2017, um grupo empresarial divulgou na mídia local a construção de empreendimentos comerciais e propostas de redesenho urbano para a região central do bairro do Alecrim em Natal/RN. Tais intervenções implicariam na retirada dos comerciantes informais e do "camelódromo" historicamente consolidados. Em seguida, movimentos contestatórios surgiram, suscitando inquietações quanto às interferências nas peculiaridades territoriais e à destinação da área. Discutir a manifestação de lógicas contraditórias da ocupação da cidade na concretização da produção neoliberal do espaço urbano é o objetivo deste trabalho. A análise se apoiou nos aportes de Harvey (2006), Capel (2013) e Carlos (2018), entre outros. As notícias publicadas em veículos locais permitiram a sistematização dos acontecimentos, de maneira a analisar criticamente as ações e narrativas empenhadas no processo de concretização ou contestação dos projetos. Observou-se que as propostas, espelhadas em uma agenda neoliberal, contam com o apoio do poder público, ao mesmo tempo evidenciam interesses contraditórios e, à procura do consenso, mascaram outros para legitimar-se ante a opinião pública.

A METODOLOGIA DESPERTAR A BUSCA POR UM PLANEJAMENTO URBANO FOCADO NOS USUÁRIOS DO LUGAR A PARTIR DO URBANISMO COLABORATIVO
Mariana Araújo de Oliveira - marianadeoliveira2018@gmail.com
Carla Camila Girão Albuquerque - Universidade de Fortaleza – UNIFOR, camilagirao@unifor.br

Este trabalho aborda a confecção da Metodologia Despertar, uma metodologia de Urbanismo Colaborativo cujo objetivo é a realização de um diagnóstico e Plano para bairro em conjunto com a comunidade. Elencando características, talentos e materiais locais e buscando efetivar propostas que dinamizem o cotidiano, potencializem espaços apontados pela população e integrem no processo a ideia de pertencimento a uma comunidade, a metodologia foi cunhada de forma preliminar e aperfeiçoada a partir de uma aplicação no bairro Vila Neuma, em Iguatu-CE, em ocasião de um Trabalho de Conclusão de Curso. A iniciativa permitiu compreender a forma de comportamento dessa população e fortalecer o consenso de união comunitária a partir da grandeza do fazer, buscando atuar como um adendo aos métodos colaborativos emergentes na construção de um planejamento urbano que busca envolver todos os agentes no pensamento de soluções em prol de cenários positivos para as cidades.

RELAÇÕES DE PODER NO PLANEJAMENTO URBANO UMA ANÁLISE DOS DESENHOS INSTITUCIONAIS DOS ÓRGÃOS DA POLÍTICA URBANA DE CURITIBA
Matheus Mafra - UFPR, mathemafra7@gmail.com

Item privilegiado tanto no âmbito legal, quanto nos discursos oficiais, os planejamentos urbanos no Brasil tardam a ser cumpridos. Em Curitiba, de primeira análise, o sucesso na implementação de seu planejamento ocorreu após históricas alianças com setores específicos da cidade, principalmente aqueles relacionados ao capital industrial e imobiliário. Todavia, contemporaneamente, serão esses os mesmos setores a demandar uma flexibilização nos parâmetros de desenvolvimento urbano. Considerando tal realidade, o presente artigo visa analisar como essas relações de poder influenciam no desenho institucional dos principais órgãos da política urbana curitibana, sendo eles: Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Conselho Municipal de Urbanismo (CMU) e Conselho da Cidade de Curitiba (CONCITIBA). A análise em questão demonstra como determinados sujeitos possuem maior transição entre órgãos oficiais do que outros, em detrimento de uma gestão democrática.

> ST_12 > **02**

DISPUTAS URBANAS NAS ÁREAS CENTRAIS E CIDADES MÉDIAS
COORDENAÇÃO: MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 7

DISPUTAS SOCIOESPACIAIS EM ÁREAS URBANAS CENTRAIS VALORIZADAS:
O CASO DA VILA SANTA ROSA, FLORIANÓPOLIS/SC.
Isabela Braga Martins - UFSC, isabela.bmart@gmail.com

Este trabalho pretende discutir sobre conflitos socioespaciais e a disputa pelo acesso à terra urbanizada, em especial nas áreas centrais valorizadas, receptoras de investimentos públicos. A importância da localização e da moradia em áreas urbanas centrais vem sendo amplamente debatida, contudo, o que se observa é a reprodução dos modelos de cidades desiguais e segregadas, com a população de baixa renda ocupando as periferias, com infraestrutura precária, e as elites tendo acesso às áreas centrais, privilegiadas. Em alguns casos, as camadas sociais de alta renda e as de baixa renda se instalam em espaços geograficamente próximos, em áreas valorizadas. Com a finalidade de elucidar essas questões, será apresentado o caso da Vila Santa Rosa, um assentamento informal situado em terras da União, em um bairro nobre de Florianópolis.

CIDADES MÉDIAS, ÁREAS URBANAS FUNCIONAIS E DINÂMICA REGIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS FLUXOS PENDULARES NA REGIÃO DOS VALES-RS
Rogério Leandro Lima da Silveira - UNISC, rlls@unisc.br
Grazielle Betina Brandt - UNISC, grazielle@unisc.br
Carolina Rezende Faccin - UNISC, grazielle@unisc.br
Nicolas Giacometti - UNISC, grazielle@unisc.br

Aborda-se o uso analítico e metodológico do conceito de áreas urbanas funcionais (FUAs) para compreender a centralidade das cidades médias e seu papel na orientação e dinâmica dos fluxos pendulares no território, na escala regional. A partir de estudo exploratório na região dos Vales-RS, usando microdados do IBGE

sobre deslocamento pendular para trabalho, analisa-se a existência de áreas urbanas funcionais, sua configuração espacial, os principais fluxos e as interações socioespaciais entre as cidades da região. Observa-se a constituição das FUAs de Santa Cruz do Sul e de Lajeado, evidenciando incipiente e desigual conteúdo policêntrico na região, através da orientação, intensidade e conteúdo dos deslocamentos pendulares para essas duas cidades. Tais fluxos, além de explicitar a centralidade de ambas cidades médias na dinâmica urbana regional, também evidenciam as transformações da divisão territorial do trabalho e seus reflexos no território.

SUBMERCADOS RESIDENCIAIS EM ÁREAS CENTRAIS TRADICIONAIS NOVAS ESPACIALIDADES, RESSEMANTIZAÇÃO E OBSOLESCÊNCIA IMOBILIÁRIA NO RECIFE

Iana Ludermir Bernardino - Universidade Federal de Pernambuco, ianaludermir@gmail.com

As áreas centrais das cidades brasileiras têm adquirido uma importância crescente nas dinâmicas de produção capitalista do espaço, seja por meio da construção de novos imóveis ou da ressemantização de imóveis antigos. No Recife, a intensificação da produção de imóveis residenciais no entorno imediato dos sítios históricos tombados tem adicionado, ao estoque edificado representativo de ciclos produtivos anteriores, imóveis com tipologias semelhantes àquelas já praticadas em outros bairros. O presente trabalho demonstra como se articulam, em áreas centrais caracterizadas pela heterogeneidade do estoque edificado, o mercado de imóveis residenciais novos – correspondentes aos anseios de consumo contemporâneos – e o mercado de imóveis usados, a fim de desvendar como se configuram os submercados imobiliários residenciais. No caso, a gentrificação ou a progressiva desvalorização dos sítios históricos ladeados por novos imóveis podem vir a ser componentes antagônicos da nova dinâmica habitacional nas áreas centrais brasileiras.

VETORES DE EXPANSÃO E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO NA PRODUÇÃO DA CIDADE: PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES ENTRE AGENTES IMOBILIÁRIOS E O DIRECIONAMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO DAS CIDADES MÉDIAS

Bruno Leonardo Silva Barcella - Universidade Estadual Paulista UNESP, bruno_barcella@hotmail.com

O artigo analisa o planejamento urbano e a produção do espaço urbano em cidades médias. Para isso ele direciona o debate em dois exemplos empíricos, as cidades de Ribeirão Preto/SP e São Carlos/SP. É demonstrado como as estratégias de determinados agentes econômicos e suas relações com o poder público está no centro do planejamento e desenvolvimento urbano destas cidades nas últimas décadas. A partir da análise de entrevistas com importantes agentes privados e públicos é demonstrado como os recentes processos de expansão territorial urbana são resultados de estratégias de determinados agentes imobiliários que direcionam os sentidos, o ritmo, o escopo e o porte das citadas expansões, na busca permanente pela reprodução ampliada do capital mediante a lógica que situa a cidade como "lócus" das estratégias de acumulação. Portanto, o artigo apresenta os resultados do planejamento e desenvolvimento urbano atrelados diretamente aos interesses de determinados agentes econômicos, advogando que tal relação altera significativamente os padrões de estruturação de determinadas cidades, interferindo diretamente no aumento das desigualdades socioespaciais.

GRANDES INTERVENÇÕES URBANAS
COORDENAÇÃO: DENISE MORADO NASCIMENTO

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 7

GRANDES PROJETOS URBANOS À PROCURA DE UM PLANO DE CIDADE: CONTRADIÇÕES E FRAGILIDADES NA ELABORAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS EM FLORIANÓPOLIS, SC

Marina Toneli Siqueira - UFSC, marina.siqueira@ufsc.br
Anna Flávia Pereira Lopes - UFSC, lopesannaflaviap@gmail.com
Julia Hoffmann Buratto - UFSC, jhoffmannburatto@gmail.com

O Plano Diretor de 2014 de Florianópolis, fruto de longo e polêmico processo de elaboração, introduz na cidade os instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade. Utilizando como objeto de análise as propostas de operações urbanas consorciadas (OUCs), esse trabalho demonstra tanto dificuldades na compreensão desse novo instrumento, quanto a manutenção de antigas práticas do planejamento urbano local. Por um lado, a priorização do sistema viário e a falta de elementos de valorização ambiental e melhoria social, como previsto no Estatuto, reproduzem padrões de uso e ocupação do solo. Por outro, a localização de perímetros em aterros públicos dificulta a definição da estrutura de contrapartidas e incentivos para o setor privado, enquanto existem inconsistências com a previsão de utilização de recursos fora do perímetro dos projetos. O presente trabalho, portanto, expõe a necessidade de repensar as OUCs em Florianópolis, sua viabilidade e os objetivos a serem alcançados para a cidade como um todo.

GOVERNANÇA URBANA E FINANCEIRIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PELOS FUNDOS DE PENSÃO

Eduardo Lopes Pederneira - Universidade Federal Fluminense, eduardolpederneira@gmail.com

Em decorrência do estrangulamento fiscal de inúmeros países ao longo dos anos 1970/80, novos atores financeiros surgem no cenário econômico, dentre estes atores, estão os fundos de pensão. No caso brasileiro, os fundos de pensão estatais surgem na década de 1970 com o intuito de desenvolver a poupança interna. Após passarem por problemas envolvendo corrupção e serem importantes na privatização de empresas, os fundos de pensão estatais (Petros, Previ e Funcef) tornam-se importantes agentes da financeirização de serviços públicos. No Rio de Janeiro, estes investidores institucionais são detentores das concessões de serviços como Metrô da cidade, veículo leve sobre trilhos, BRT – Transolímpico, linha amarela e rodovia Rio – Teresópolis. Esta pesquisa busca identificar a forte inserção destes investidores na financeirização destes serviços na cidade do Rio de Janeiro, fomentando um novo modelo de governança urbana pautado na presença de parcerias público-privadas.

BRAZIL CORP.: PANORAMA DA PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRIVADA DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA BRASILEIRA

Rafael Kalinoski - Universidade Federal do Paraná, rafael@kalinoski.rocks
José Ricardo Vargas de Faria - Universidade Federal do Paraná, jrvfaria@gmail.com

Este texto busca apresentar novos agentes envolvidos na produção da infraestrutura aeroportuária brasileira e discutir quatro hipóteses a respeito do novo modelo de administração desses serviços por agentes privados: a financeirização da infraestrutura aeroportuária, a internacionalização do setor, a governança pró-mercado e o uso das concessões como eufemismo para privatizações. O texto explora modelos de arranjos financeiros por trás das concessões desde a primeira experiência, consolidada em 2012, até as concessões em blocos, ainda não consolidadas. Esses arranjos financeiros denotam uma mudança no perfil das empresas atuantes nas concessões, de consórcios diversificados compostos majoritariamente por capital nacional para empresas de capital fechado, estrangeiras, atuando individualmente. Junto desse metabolismo do capital que ocorre no setor de administração aeroportuária, ocorrem reflexos na urbanização das maiores metrópoles do país e recria-se um rol de impasses de gestão do território urbano, conformando em novos desafios para velhos problemas do desenvolvimento urbano no Brasil.

PERIFERIAS CONTEMPORÂNEAS: TERRITÓRIOS POPULARES NAS FRANJAS DA ZONA NORTE PAULISTANA

Larissa Gdynia Lacerda - USP, larissa.gdynia@gmail.com
Débora Grama Ungaretti - USP, deborag.ungaretti@gmail.com
Martim Ferraz Costa Furtado - USP, martim.furtado@usp.br
Paula Freire Santoro - USP, paulasantoro@usp.br

O artigo é um primeiro resultado da pesquisa desenvolvida pelo LabCidade/FAUUSP, que tem como objetivo a elaboração de uma leitura sobre territórios populares atingidos por processos de reestruturação territorial em curso na metrópole paulista. A partir de incursões etnográficas realizadas em ocupações de moradia estabelecidas no entorno das obras do eixo norte do Rodoanel, são apresentadas reflexões preliminares sobre as dinâmicas e os atores que produzem e transformam esses territórios. As desapropriações para realização das obras, que incidiram sobre o nó fundiário da região, resultaram não só em novas dinâmicas territoriais em grande escala, mas também em conflitos fundiários que contaram, por um lado, com a remoção das populações de assentamentos irregulares e, por outro lado, com o estabelecimento de novas ocupações de moradia em seu entorno, reproduzindo um cenário de precariedade e transitoriedade das famílias que habitam os territórios populares.

OS MEIOS JUSTIFICAM OS MEIOS? O LUGAR DAS PESSOAS E DA NATUREZA NO DESENVOLVIMENTO URBANO

Pablo Pimentel Pessoa - FAU-UnB, pabloppessoa@gmail.com
Rômulo José da Costa Ribeiro - FAU-UnB

Os sentidos do progresso urbano representam um conjunto de possibilidades de futuro que se apresentam de forma desigual às diferentes sociedades urbanas. Assim como as nações e seus governos automatizam a busca de objetivos supostamente consensuais, as cidades também orientam-se para o alcance de determinados fins não necessariamente pactuados coletivamente. Esse estudo tece uma crítica aos sentidos hegemônicos do Desenvolvimento Urbano, considerando suas heranças do campo da Economia Clássica, sobretudo da perspectiva do processo de urbanização periférica latino-americana. Dessa forma, são abordados os problemas centrais resultantes da transposição às escalas urbanas da crítica aos modelos de Desenvolvimento destinados aos países do Sul. Sugere-se, por fim, a conceituação do processo de urbanização reflexiva como princípio de pós-desenvolvimento urbano capaz de internalizar o respeito às preexistências humanas e naturais. Complementarmente, aplica-se as ferramentas analíticas apresentadas à interpretação das contradições existentes nos termos propostos pela Nova Agenda Urbana da ONU-HABITAT.

> ST_12 > **04**

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS
COORDENAÇÃO: MARIA ÂNGELA DE ALMEIDA SOUZA

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 7

REINTEGRANDO DESCONTINUIDADES URBANAS

Gilda Amaral Cassilha - arqgilda@uol.com.br
Brenda Brandão Pontes - autonomabrendabrandaopontes@gmail.com

Atualmente grandes metrópoles enfrentam consequências deixadas pela desindustrialização de espaços urbanos centrais, gerando espaços obsoletos em áreas de grande oferta de infraestrutura, mas também dando espaço para novos projetos articuladores. São chamados no presente artigo de descontinuidades urbanas, e mais do que debater sobre suas causas e consequências, que apresenta um ensaio acerca de possíveis caminhos para enfrentar tal problemática. Dessa forma, foi selecionado em Curitiba/PR o eixo da linha férrea próximo ao Parque Jardim Botânico, onde grandes espaços adjacentes aos trilhos encontram-se subutilizados em uma região com grande potencial de conexão urbana, mas que se apresenta como um hiato no tecido urbano. A intenção do ensaio não é buscar a panaceia para problemáticas que cercam as descontinuidades urbanas, mas contribuir para o exercício de materializar soluções, demonstrando caminhos que possam ser percorridos para possíveis respostas a estas situações.

PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA (PIU) E ZEIS 1 EM SÃO PAULO O FILÉ DAS ZEIS 1 NO PERÍMETRO DO PIU DO TERMINAL DE ÔNIBUS DO JARDIM ÂNGELA

Catharina Christina Teixeira - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, cct.arq@gmail.com

As ZEIS 1 (de ocupação) na cidade de São Paulo são territórios vulneráveis, que vem sofrendo transformações substanciais, desde sua institucionalização com o Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002. Alguns avanços foram conquistados diante das lutas pleiteadas pelos movimentos sociais. No entanto, temos assistido alterações (PDE de 2014), que se apoiam nas parcerias do setor público com o privado, que colocam o instrumento em risco, principalmente no que diz respeito aos perímetros que envolvem

Projetos Estratégicos e obras. Um desses instrumentos, é o Projeto de Integração Urbana (PIU) nas suas diversas modalidades. Hoje são 40 perímetros, sendo 27 PIU (s) de Terminais de Ônibus. O PIU do Terminal de Ônibus do Jardim Ângela, na Zona Sul da cidade, se sobrepõe à perímetros de ZEIS 1. Essa sobreposição estaria dentro do pensamento de que, ao se comprar o boi, leva-se o filé e o acém? Diante do PIU, qual a proteção das ZEIS 1 e a garantia do direito a cidade e a moradia?

O POTENCIAL DO IPTU COMO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DE MAIS-VALIAS URBANAS: ANÁLISE DA GESTÃO DO IPTU ENQUANTO INSTRUMENTO URBANÍSTICO EM NATAL E PARNAMIRIM-RN
André Felipe Bandeira Cavalcante - PPGEUR – UFRN, andrebcavalcante@gmail.com
Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio - PPGEUR – UFRN, erica_guima@hotmail.com

O IPTU vem sendo objeto de pesquisas acerca da sua potencialidade em recuperar mais-valias urbanas, deixando de ser analisado apenas na sua finalidade fiscal. Vem sendo também compreendido seu caráter extrafiscal, ao recuperar em prol da coletividade valores auferidos pelos proprietários de imóveis privados em razão de ações, na maioria das vezes estatais, que os valorizam. Em diálogo com estudos em andamento dos autores, a pesquisa busca compreender o potencial do IPTU e analisa como as gestões municipais de Natal e Parnamirim - municípios com maior grau de integração da RMNatal - vêm aplicando-o, percebendo a arrecadação e a relação com a política urbana. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados, com a produção de gráficos. Observou-se nos dois municípios, que apesar dos recentes esforços, a arrecadação do IPTU ainda está aquém da sua capacidade e é escassa a noção da potencialidade que o imposto tem de recuperar mais-valias urbanas.

PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DE TERESINA SOB A ÓTICA DOS PLANOS DIRETORES
Rayane Portela Monteiro - Universidade Federal do Piauí, rayane.portela.monteiro@outlook.com
Caroline Arabela Leão Carvalho - Universidade Federal do Piauí, carol_arabela@hotmail.com
Brenda Rachel Soares Martins - Universidade Federal do Piauí, brendaraxel@hotmail.com
José Hamilton Lopes Leal Junior - Universidade Federal do Piauí, josehamilton.arq@gmail.com

O Estatuto da Cidade, Lei Federal Nº 10.257/2001, através da regulamentação do Plano Diretor e de outros instrumentos fortaleceu as diretrizes da política urbana. O plano diretor surge como instrumento urbanístico básico, de modo a facilitar a comunicação entre os diversos atores sociais dentro da dinâmica urbana. Teresina, situada no Piauí, ergueu-se como capital planejada, e tem como Plano Diretor vigente a Agenda 2015. Em fase de aprovação está a Minuta do PDOT 2018, oriunda da Agenda 2030, apresentando diversas mudanças em relação ao plano atual. Este trabalho objetiva analisar as diretrizes presentes na Minuta e compará-las às implementadas pela Agenda 2015, verificando a existência de continuidade. Embora apresentem formas de elaboração e estruturas diferentes, o que reflete diretamente na aceitação por parte dos atores e na aplicabilidade, observa-se uma forte semelhança em relação à participação popular e ao processo de elaboração dos dois planos. Contudo, conclui-se que a Agenda 2015 possui uma visão tradicional do planejamento urbano, e o PDOT busca uma abordagem holística frente aos aspectos urbanísticos, inserindo um novo modo de pensar a cidade.

URBANIZAÇÃO, DILEMAS E CONTRADIÇÕES
COORDENAÇÃO: MARIA ÂNGELA DE ALMEIDA SOUZA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 7

LOCAL MASTERPLAN: MEDIATION INSTRUMENT OF URBAN SCALES AND OVERCOMING SPATIAL DILEMMAS BETWEEN NODE AND PLACE
Yara Cristina Labronici Baiardi - UNISO, yaclba@yahoo.com.br
Luiz Fernando Hagemann - Bartlett School of Planning, luizfernandohgm@me.com

This paper discusses what are the spatial dilemmas between NODE OF TRANSPORT and PLACE and the role of the Local Masterplan as an important urban instrument that could overcome it. In this scenario, the station area may be the basis of spatial tensions, but also can be considered a strategic point for the urban structuring and spatial transformation of a territory. Supported by the formulations of Contemporary Urbanism, as well as in the spatial guidelines that are being implemented in several European cities for the spatial remodeling of strategic train stations, this paper analyzes Stratford Station Area (London) as a case study. Stratford Station, which driven from Olympics Games of 2012, had accelerate overcome spatial dilemmas especially by "Local Masterplan", an articulator urban instrument decisive for the spatial transformations providing an alternative to the Brazilian model of planning.

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA
Ester Tomás Natal Ribeiro - UNESP - FCT - Presidente Prudente, essitanatal@gmail.com

O processo de urbanização intensificou-se com a revolução industrial, sobretudo nos países chamados hoje de desenvolvidos. Nos atuais países subdesenvolvidos, o processo de urbanização ainda está em curso. O continente africano é o menos urbanizado. Em Moçambique o processo de urbanização está em curso e segundo os dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2007, 30% da população reside na área urbana e 70% na área rural. A urbanização em Moçambique ocorreu primeiramente ao longo do litoral. Do litoral para o interior, o processo de urbanização vai rareando, fenômeno que persiste até hoje. O presente artigo aborda a urbanização em Moçambique em dois períodos: antes e depois da independência e o crescimento da população urbana segundo os dados dos censos de (1980, 1997 e 2007). Os objetivos foram alcançados por meio de consulta de referências bibliográficas que abordam sobre a temática.

ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO: AS INCONGRUÊNCIAS DOMINANTES.
Gustavo Henrique de Lima Campos - Pontifícia Universidade Católica, gustavoh.lima.campos@gmail.com
Jonathas Magalhães Pereira da Silva - Pontifícia Universidade Católica, jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

O Arco Metropolitano é uma infraestrutura rodoviária em estudo desde a década de 70, pensado como fator de desenvolvimento socioeconômico para o Estado do Rio de Janeiro e, consequentemente, para as demais

escalas nacionais. No projeto inicial previa-se a interconexão de nove municípios da Baixada Fluminense inseridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A obra foi apresentada como etapa essencial ao desenvolvimento da estrutura viária do Estado, sendo essa sua concepção física e discursiva, articulando objetivos próprios e crescentes expectativas. Já na nova concepção da rodovia, com extensão de 145 Km, a logística de escoamento de insumos e produtos industriais passa a ser a principal finalidade da rodovia. Considera-se sumariamente a ligação entre dois polos econômico, por um lado o Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ), leste da Baía Guanabara, e de outro o Porto de Itaguaí, a oeste na Baía de Sepetiba. Desta forma, o Arco Metropolitano compele averiguação para compreender sua relação entre objetos e eventos, tendo como principal questionamento a que agentes serviu a transformação da paisagem ocorrida. Cabe a pergunta: a ação foi marcada pelo querer dominante de determinados grupos ou pela absorção das demandas dos entes federativos locais?

VAZIOS URBANOS EM NATAL: UM ESTUDO PARA CATEGORIZAÇÃO DAS ÁREAS OCIOSAS E SUBUTILIZADAS
Amíria Bezerra Brasil - UFRN, amiriabrasil@gmail.com
Ruth Maria da Costa Ataíde - UFRN, rataide_58@hotmail.com
Saulo Matheus de Oliveira Lima Cavalcante - UFRN, saul.om@hotmail.com
Bárbara Rodrigues Marinho - UFRN, barbara.rodm@gmail.com

As cidades contemporâneas, em fins do século XX, passaram por intensas transformações devido à produção capitalista do seu espaço, expandindo-se rapidamente, mas permanecendo com vazios estratégicos em seus territórios. Os chamados vazios urbanos estão, portanto, presentes em diversas grandes cidades no mundo. No Brasil a legislação federal – em especial o Estatuto da Cidade – prevê instrumentos urbanísticos para combatê-los e garantir a efetivação do cumprimento da função social da propriedade, repassando para os municípios, através dos planos diretores, a responsabilidade do detalhamento dessa exigência. Em Natal, dentre os objetivos do Plano Diretor está definido o cumprimento da função socioambiental da propriedade, prevendo também diversos instrumentos para efetivar esse cumprimento. Apesar disso, ao longo do território da cidade conformaram-se muitos vazios urbanos. No intuito de contribuir com a discussão acerca do tema, e com a catalogação dos vazios naquela cidade – em especial no contexto de revisão do Plano Diretor previsto para 2019 – este artigo articula duas pesquisas feitas em dois diferentes bairros de Natal, mostrando um panorama resumido dos vazios urbanos nesta cidade.

ESTUDOS PARA A DESATIVAÇÃO DO ELEVADO JOÃO GOULART, E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA LEI DO PARQUE MINHOCÃO
Maria Laura Fogaça Zei - Universidade Nove de Julho, arqlaurazei@gmail.com
Tatiana Tucunduva Philippi Cortese - Universidade Nove de Julho, taticortese@gmail.com
Cíntia de Castro Marino - Universidade Nove de Julho, cintiacmarino@gmail.com
João Alexandre Paschoalin Filho - Universidade Nove de Julho, paschoalinfilho@yahoo.com

Este artigo busca trazer à luz a discussão a respeito do Minhocão, elevado viário inaugurado na década de 70 no século passado e que perdura há mais de 40 anos. Tem por objetivo apresentar os diversos pontos de vista da sociedade civil a despeito do seu destino, além dos previstos na legislação municipal. A metodologia adotada foi a análise qualitativa dos dados apresentados, tanto o relatório apontado pela CET, que elaborou estudos de demanda e modelagem em dois momentos, 2010 e 2014, assim como o projeto de lei n. 10 (2014) para criação do parque. A intervenção foi prevista no Plano Diretor da Cidade de São Paulo, Lei n. 16.050 (2014), com prazos para sua completa desativação, sua demolição ou transformação parcial ou integral em parque. Será apresentada, por fim, a promulgação da Lei n. 16.833 (2018), que cria o Parque Minhocão, atendendo aos anseios de uma parcela da sociedade civil favorável à transformação do uso e permanência deste equipamento para a cidade e para os cidadãos.

> ST_12 > **06**

CIRCUITO IMOBILIÁRIO, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
COORDENAÇÃO: MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 7

INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO (2003-2015)
Pietro Calderini Aruto - Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação, pietro.aruto@gmail.com
Raul da Silva Ventura Neto - Universidade Federal do Pará, netoventuraraul@gmail.com

A atual crise política e econômica brasileira realça tendências e características históricas do subdesenvolvimento brasileiro, em várias dimensões sociais e espaciais. Entre elas, encontram-se a segregação espacial, o déficit habitacional e a inadequação domiciliar. Do ponto de vista da produção do espaço urbano, a atual crise apenas coloca em primeiro plano algo que sempre permeou a história e o espaço brasileiro, inclusive durante o auge do crescimento econômico no final da década de 2000: a desigualdade socioespacial e as condições de vida degradantes a que são submetidas grande parte da população trabalhadora brasileira nas cidades. Defende-se neste artigo que esses espaços, tradicionalmente enquadrados pelo pensamento crítico brasileiro como informais, dada as condições espontâneas da ocupação da terra, representam em toda sua resiliência uma das mais evidentes materializações da superexploração da força de trabalho (SFT), e uma das principais particularidades da formação socioespacial brasileira.

O "MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO" E SEUS REFLEXOS SOBRE A POLÍTICA URBANA
Melissa Ronconi de Oliveira - UNICAMP, meronconi@gmail.com
Stella Harumi Okumura - UNICAMP, stella.harumi@gmail.com

Dada a necessidade do resgate teórico sobre o projeto de país, propomos partir de alguns conceitos importantes da obra de Celso Furtado, especialmente após 1970, e entender como eles se relacionam com a temática do urbano. Objetiva-se, portanto, discutir os impactos urbanos das políticas desenvolvimentistas a partir de conceitos-chave do autor, dialogando com as principais contribuições ao estudo do urbano no Brasil e na América Latina. A questão central colocada é problematizar de que modo as políticas urbanas e o desenvolvimentismo em geral contribuíram para reforçar uma noção de desenvolvimento baseada

na busca pela reprodução do padrão de vida de outras sociedades, negligenciando aspectos locais e os impactos sobre o urbano. Nossa hipótese é que, na busca pelo suposto "desenvolvimento", ignoraram-se particularidades locais e se produziram efeitos negativos em termos sociais e ambientais, sem nem sequer se aproximar do padrão de consumo dos países ditos desenvolvidos.

INCORPORADORES IMOBILIÁRIOS E SUAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO: CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO DE PROMOTORES DE EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS EM NATAL/ RN E SEU ENTORNO, DO PERÍODO DE 2011 A 2016.

Huda Andrade Silva de Lima - UFRN, hudaandrade@gmail.com

Identifica-se um conjunto de incorporadoras imobiliárias atuando na Região Metropolitana de Natal (RMN) com o propósito de ocupar áreas urbanas e semirrurais por meio de novos empreendimentos residenciais, a procura de influir no mercado local e nas decisões sobre investimentos públicos e privados. Busca-se compreender as estratégias de atuação de incorporadores na RMN, do período de 2011 a 2016, e suas repercussões no setor imobiliário, com base: na análise das especificidades e das diferenciações entre empresas e promotores; nas aquisições de faturamentos e de financiamentos para construção do empreendimento; e, na composição societária e no próprio capital social da empresa que se refletem na dinâmica econômica e imobiliária. Versa-se, também, sobre a aproximação do capital financeiro as empresas locais e as tentativas de organizações de determinadas incorporadoras em se articularem em grupos específicos, por intermédio de parcerias entre investidores nacionais e/ou internacionais.

DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE E O SETOR IMOBILIÁRIO:INTERPRETAÇÕES A PARTIR DAS MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Carlos Alberto Penha Filho - Unicamp, carlos.penha@yahoo.com.br
Beatriz Tamaso Mioto - UFABC, bea.mioto@gmail.com

Durante a segunda metade dos anos 2000 o Brasil assistiu a retomada em larga escala da produção imobiliária pelo território. Uma série de fatores institucionais, macroeconômicos e sociais possibilitaram esta alavancagem. No bojo dessas mudanças as grandes empresas do setor também alteraram suas estratégias após se agigantarem via emissão de ações, fazendo com que as determinações do capital fictício estivessem mais presentes na construção do espaço brasileiro. A formação de bancos de terra, diversificação de produtos imobiliários, a expansão geográfica do mercado e a oferta para famílias de baixa renda foram alguns dos componentes dessas estratégias. Entretanto, a partir de 2012, tanto o ciclo expansivo da produção imobiliária, como da entrada/abertura de capitais apresentaram forte arrefecimento. Diante dessas mudanças, o objetivo do artigo é discutir, à luz da economia brasileira, as transformações na dinâmica imobiliária, observando especificamente: as mudanças das estratégias empresariais em relação aos seus ativos (produtivos e financeiros); grau de endividamento; e seus resultados operacionais. A análise desses pontos é desenvolvida por dados macroeconômicos e setoriais das empresas de maior porte do setor no ano de 2010 (Cyrela, Gafisa, PDG e MRV). Especificamente no segundo caso, utiliza-se os dados dos balanços patrimoniais divulgados pelas empresas entre os anos de 2010 e 2018, compilados através do sistema Economática. Com esse estudo, busca-se contribuir para o entendimento das relações entre as estratégias financeiras e produtivas das empresas (no nível microeconômico) e os determinantes gerais (macroeconômicos) que condicionam o setor imobiliário brasileiro.

MUDANÇAS RECENTES NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL EM SÃO PAULO

Rossella Rossetto - PMSP e Uninove - pós-graduação, rossellarossetto@hotmail.com
Eduardo Donizete Pastrelo - FFLCH-USP, eduardopastrelo@gmail.com

O artigo apresenta uma análise sobre a produção imobiliária residencial na última década em São Paulo, com base nas informações disponibilizadas pela Embraesp. A partir de 2004 houve uma forte elevação na produção formal da habitação em decorrência da articulação do mercado imobiliário com o mercado financeiro, associada ao crédito farto e a um ambiente de segurança legal. Paralelamente ocorrem mudanças na distribuição espacial dos lançamentos imobiliários, com a oferta de novos imóveis do segmento econômico. Nesse contexto, o centro da cidade tornou-se uma das principais concentrações de novos lançamentos, após décadas de estagnação. Os empreendimentos localizados no centro caracterizam-se por uma tipologia especifica: apresentam alta densidade construtiva e apartamentos com área muito reduzida. Essa tipologia por sua vez, além de responder a um nicho de demanda, pode ser outra forma de atuar no segmento econômico: redução de área dentro dos limites teto de financiamento.

> ST_12 > **07**

CIRCUITO IMOBILIÁRIO E FINANCEIRIZAÇÃO
COORDENAÇÃO: MARIANA DE AZEVEDO BARRETTO FIX

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 7

FINANCEIRIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO PORTO MARAVILHA, RIO DE JANEIRO/RJ: NEOLIBERALISMO ÀS AVESSAS?

Letícia Giannella - ENCE/IBGE, leticiagiannella@gmail.com

O artigo tem como objetivo problematizar a produção da cidade neoliberal no contexto latino-americano, tomando como ponto de partida o caso emblemático do Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro. Frente ao possível fracasso da operação, do ponto de vista social e financeiro, buscou-se compreender a dialética particularidade-totalidade na implantação do modelo de cidade neoliberal no contexto carioca. Para tanto, o artigo se inicia com uma discussão sobre o modelo, enfatizando o processo de financeirização urbana; passa pelos mecanismos presentes na legislação brasileira que possibilitam este processo; dialoga esses mecanismos com o caso da OUC do Porto do Rio de Janeiro; e debate sobre os agentes envolvidos no caso em questão, destacando quem perde e quem ganha com a operação. Conclui-se que é possível falarmos de um neoliberalismo às avessas, uma vez que se trata de um processo que favorece grandes empresas brasileiras articuladas a agentes políticos locais.

A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E ESTADO NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO URBANA: O CASO DO EDIFÍCIO L'ORÉAL NO PORTO MARAVILHA, RIO DE JANEIRO/RJ

Marcela Larissa Apolinario Mian - ENCE IBGE, marcelaapolinario.mian@gmail.com
Letícia de Carvalho Giannella - ENCE IBGE, leticiagiannella@gmail.com

Este trabalho analisa a relação entre capital e Estado a partir da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro, um projeto de revitalização que será considerada sob a ótica da conjuntura político-econômica neoliberal. A hipótese considerada é que o discurso usado para implementar a OUC aqui estudada— baseado na ideia de que a abertura para o mercado mundial atrairia investimentos externos, sendo uma possibilidade de poupar os cofres públicos— foi uma falácia utilizada para legitimar um projeto pensado e desenvolvido para assegurar ganhos de um restrito núcleo de agentes locais, que obteriam vantagens independentemente do fracasso da operação. O objetivo deste trabalho, assim, foi elucidar alguns sujeitos envolvidos e a relação destes com o Estado. Operacionalizamos a investigação da hipótese nos debruçando sobre o estudo de caso de um edifício de alto padrão, capaz de correlacionar um agente internacional a agentes locais: o Edifício L´Oréal. A partir dele procuramos identificar quem ganha e quem perde com sua consumação.

O CIRCUITO IMOBILIÁRIO NO CAPITALISMO DEPENDENTE CONTEMPORÂNEO: FINANCEIRIZAÇÃO OU EXACERBAÇÃO DA LÓGICA DO CAPITAL DE INCORPORAÇÃO?
Vitor Hugo Tonin - Instituto de Economia/Unicamp, vitorht@gmail.com

Este trabalho debate o tema da financeirização da produção do espaço urbano a partir da análise das categorias de circuito imobiliário e do capital de incorporação em países dependentes. Parte-se de uma caracterização abstrata das fases do circuito imobiliário (ciclo do capital na produção do espaço urbano) e como que de suas contradições emerge o capital de incorporação. Em seguida, verifica-se sua evolução em sociedades dependentes e periféricas. Busca-se suprir uma lacuna na história do pensamento urbano: articular as análises sobre o capital de promoção imobiliária com a teoria marxista da dependência, caracterizando o ciclo do capital imobiliário a partir das categorias de superexploração da força de trabalho e da renda da terra. Por fim, se analisa as transformações do circuito imobiliário em países dependentes no atual padrão de reprodução mundial do capital: o neoliberalismo e como se articula a categoria de financeirização.

A OUCPM NOVE ANOS DEPOIS: POR ONDE SOPRAM OS VENTOS?
Thiago Araujo do Pinho - IPPUR/UFRJ, ta.pinho@hotmail.com
Paula Cardoso Moreira - IPPUR/UFRJ, cmoreira.paula@gmail.com

A área portuária do Município Rio de Janeiro tem sido palco de grandes transformações nos últimos anos que já alteram de maneira significativa a paisagem urbana do lugar. Essas transformações são apenas uma das faces de um processo complexo de interação entre a acumulação capitalista e a construção do espaço urbano. O presente trabalho tem como objetivo central examinar o estado atual da OUCPM, identificar, mapear e qualificar alguns dos principais agentes atuantes na região e avaliar a evolução de sua dinâmica imobiliária. Sendo assim, a primeira seção faz apontamentos sobre o aparato político-institucional e econômico-financeiro adotado e na segunda sobre os diferentes agentes envolvidos. Na terceira discutimos a dinâmica imobiliária da região, buscando refletir a partir de distintas fontes de dados sobre a evolução dos preços praticados e a evolução dos preços dos imóveis. Na quarta seção propomos uma reflexão sobre as distintas espacialidades, onde apresentamos uma tipologia. Por fim, são feitas as considerações finais quem desafios a pesquisa futura e questões sobre o momento de interstício atual da operação urbana.

MEIO-AMBIENTE, SAÚDE E VIOLÊNCIA
COORDENAÇÃO: CLÁUDIO ROBERTO DE JESUS
QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 7

QUALIDADE DE VIDA URBANA: ANÁLISE DE SERVIÇOS FINANCEIROS EM BELO HORIZONTE
Anderson Cavalcante - Cedeplar/UFMG, atmc.economia@gmail.com

A análise da distribuição espacial dos bens e serviços e de seus impactos sobre a qualidade de vida das pessoas é importante tema para estudos urbanos. Esse artigo tem o objetivo de discutir a qualidade de vida urbana a partir da análise da distribuição e uso de serviços financeiros em Belo Horizonte. Em um mundo de crescente financeirização das relações, o principal argumento deste trabalho é que as avaliações sobre qualidade de vida nos espaços urbanos, em particular aquelas que incorporam acesso a serviços financeiros, devem considerar elementos relativos às formas e tipos de uso desses serviços. Dessa forma, a análise incorpora centralidade financeira urbana como fundamental, possibilitando a discussão de exclusão financeira absoluta e relativa como fatores cruciais na qualidade de vida. Os resultados da análise empírica apontam que parâmetros de uso de serviços financeiros são relevantes para a avaliação da qualidade de vida urbana em Belo Horizonte.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA AS ÁGUAS URBANAS NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS A BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO E A REABILITAÇÃO URBANA E AMBIENTAL
Eduarda Dias de Berrêdo - UFES, berredo.eduarda@gmail.com
Daniella do Amaral Mello Bonatto - UFES, daniella.bonatto@ufes.br

Esse trabalho tem como objetivo discutir problemas urbanos e ambientais das cidades contemporâneas, apontar legislações que amparam essa discussão e apresentar a infraestrutura verde como possibilidade de enfrentamento de tais problemas. Toma como objeto de análise a Microbacia do Guaranhuns, em Vila Velha-ES - frequentemente vítima de alagamentos e inundações - e propõe a implantação de infraestrutura verde para tratar os problemas e promover uma reabilitação urbana e ambiental. A metodologia aplicada consistiu em: i) revisão bibliográfica; ii) análise das legislações urbanística e ambiental nas diferentes esferas governamentais; iii) pesquisa documental, dados secundários, levantamento em campo e análise urbana e ambiental; e iv) elaboração de diretrizes proposta para implantação de corredores verdes na microbacia estudada. Conclui-se que a infraestrutura verde pode ser um caminho para a reabilitação urbana e ambiental, proporcionando a integração dos elementos naturais com o meio construído e melhorando a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

ÁREAS URBANAS EM BEIRA D`ÁGUA ANÁLISE DE INTEGRAÇÃO DOS AÇUDES VELHO E DE BODOCONGÓ COM A CIDADE DE CAMPINA GRANDE, PB

Rafaela Cristina Sander - UFCG, rafacristina.sander@gmail.com
Yuri Vieira Brandão Ferreira - UFCG, yuri.vbf1@gmail.com
Shalana Santos Carvalho - UFCG, shalana.carvalho@gmail.com
Mauro Normando Macedo Barros Filho - UFCG, mbarrosfilho@gmail.com

O presente artigo consiste em avaliar a integração dos Açudes Velho e Bodocongó em Campina Grande. Mais especificamente, busca analisar como a forma urbana gerada pelos espaços livres e edificados nas áreas próximas dos referidos açudes, interferem na apropriação dos mesmos pela população. Métodos foram aplicados para analisar as interfaces público-privado nos lotes lindeiros aos corpos d`água. Parte-se do pressuposto de que a forma, planejada ou não, como os espaços são edificados e conectados entre si gera diferentes níveis de integração do açude com a cidade, o que pode facilitar ou dificultar o reconhecimento, a valorização e a apropriação do mesmo pela população. Os resultados obtidos contribuem para melhor compreensão do processo de produção do espaço urbano e como o mesmo se relaciona com os seus recursos hídricos, de modo a auxiliar na formulação de diretrizes urbanísticas mais sustentáveis que considerem e incorporem os corpos d`água no planejamento e desenho das cidades.

APONTAMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO NA BAIXADA FLUMINENSE

Nathália de Castro Abreu - UFRRJ, nathaliacabreu@gmail.com
Maria Viviana de Freitas Cabral - UFRRJ, mvivianafreitas@gmail.com

Esse trabalho objetiva-se a abordar, de forma preliminar, uma avaliação dos serviços de saneamento básico, especificamente o esgotamento sanitário, na Baixada Fluminense e a relação da implementação do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM com a possível melhoria deste serviço na região. Dentre os serviços de saneamento básico, aquele que mais se destaca pela ineficácia de atendimento é o esgotamento sanitário, mesmo este tendo impacto positivo na qualidade de vida da população. As informações estatísticas sobre o este serviço na Baixada Fluminense, região mais vulnerável do estado do Rio de Janeiro, comprovam a incipiência do esgotamento sanitário. Por este motivo, promover uma análise sobre saneamento básico, principalmente acerca do esgotamento sanitário na Baixada Fluminense, é imperativo para a melhoria da eficácia das políticas públicas em execução e para a melhoria dos indicadores sociais da região.

SAÚDE URBANA E OS DESAFIOS NAS CIDADES: EPIDEMIA DE DENGUE NA CIDADE DE JUIZ DE FORA-MG.

Jucélia de Oliveira - IFCE, juolivi@yahoo.com.br
Francisco Nataniel Batista de Albuquerque - IFCE, natangeo@hotmail.com
Roberto Carlos Vital - PJF, vital-prof@hotmail.com

O artigo analisa que na era de urbanização, assegurar que as cidades atendam o desenvolvimento de uma vida saudável é uma necessidade urgente. O impacto da urbanização na cidade e no meio ambiente acarreta uma segregação socioespacial e influencia o processo de adoecer. Trata-se um estudo teórico-reflexivo sobre saúde urbana, abordando que os gestores das cidades devem considerar os determinantes da saúde no espaço urbano para a efetivação de estratégicas justas e permanentes no sentido de aumentar a qualidade de vida das pessoas e reduzir os níveis de vulnerabilidade às doenças. A partir do arcabouço teórico, refletimos sobre e epidemia de dengue em Minas Gerais, tendo como estudo de caso a cidade de Juiz de Fora, cujo crescimento urbano desordenado e a segregação socioespacial contribuíram para aumentar o risco de epidemia de arbovírus através do mosquito Aedes agypti que transmite a dengue, Zika vírus, febre chikungunya e febre amarela.

VIOLÊNCIA URBANA E LIBERDADE INSTRUMENTAL: Um estudo para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fernanda Cavalcante Rangel - PPGCE/UERJ, nandavetra@hotmail.com
Ana Carolina da Cruz Lima - PPGCE/UERJ, anacarolinadcl@gmail.com
Victor Cosenza dos Santos Pereira - PPGCE/UERJ, victorcosenza@gmail.com

Em face da violência a qual se defrontam os moradores das áreas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), o objetivo do artigo é analisar privação de liberdade na perspectiva de SEN (2010) a qual seus cidadãos são submetidos. O perfil da violência urbana será delineado com base nos homicídios por ocorrência disponíveis no DATASUS. Essa análise possibilita identificar quais os municípios com maiores privações de liberdade e mais vulneráveis à violência urbana. Técnicas de estatística multivariada – análise hierárquica de grupamentos – serão utilizadas para analisar a relação entre valorização do solo e violência. Os resultados obtidos apontam que a valorização do solo afeta de maneira negativa a violência urbana.

> ST_12 > **09**

MOBILIDADE URBANA E REGIONAL
COORDENAÇÃO: CLÁUDIO ROBERTO DE JESUS

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 7

RESILIÊNCIA DO RETROGRADO ENTRAVES NA ESTRUTURA DE MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

Jose Luiz Roge Ferreira Grieco - PÓSURB PUC Campinas, zegrieco@uol.com.br
Wilson Ribeiro dos Santos Junior - PÓSURB PUC Campinas, wilson@puc-campinas.edu.br

O modo de vida da população condiciona e é condicionado pelo espaço socialmente produzido, onde a mobilidade das pessoas e a circulação de cargas e mercadorias assumem grande relevância pois definem as infraestruturas urbanas e regionais. O desenvolvimento urbano e econômico foi extensamente pautado pela construção destes sistemas de circulação, opção conhecida como rodoviarismo em meados do século XX, que apresenta rapidamente baixa eficiência e graves fragilidades para atender as demandas sociais, especialmente nos grandes centros urbanos. No Brasil a implantação deste sistema ocorreu de forma desigual e incompleta, na escala do país e nas grandes cidades. Novas soluções não podem mais serem pautadas pelo " rodoviarismo", embora a ações governamentais persistam nesta direção. A flexibilização

dos modais, o uso de sofisticadas tecnologias de informação articuladas às formas de organização de uma sociedade cada dia mais digital, poderão romper o paradigma atual contribuindo para um desenvolvimento urbano mais equilibrado.

MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO – ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE ARACAJU

Syslayne Carlos da Silva Costa - UNIT, syslayne@hotmail.com
Tony dos Santos Silva - UNIT, saelevetu@hotmail.com
Rooseman de Oliveira Silva - UNIT, roosemandeoliveirasilva@gmail.com

Desde muito tempo as cidades se firmaram como referência na vida humana. Todas as relações no espaço de convivência repercutem na qualidade de vida de milhões de pessoas. Nesse contexto a mobilidade urbana se destaca por dar condições aos cidadãos para usufruir dos bens e serviços, um direito de todos. Esta compreensão sobre o conceito de mobilidade urbana permite a leitura do processo de crescimento das cidades. De forma local permite uma análise do processo de consolidação da cidade de Aracaju. Através da análise de dados relacionados a circulação de veículos, em bairros centrais deste município, é possível entender como a ocupação do solo está profundamente ligada a forma de desenvolvimento. A partir da leitura da percepção do cidadão sobre mobilidade pode-se buscar propostas de transformação, para a realidade complexa que marca os centros urbanos no tocante ao direito de 'ir e vir". Assim, é possível criar um contexto urbano com acesso igualitário e sustentável a toda a população.

ONDE OS FATOS NÃO TÊM VEZ: UMA ANÁLISE ACERCA DAS FAKE NEWS DIVULGADAS NA GREVE DOS CAMINHONEIROS E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO URBANO DO MEDO

Suelen Mazza Batista - Universidade Federal de Pernambuco –UFPE, mazza.suelen@gmail.com
Sérgio Carvalho Benício de Mello - Universidade Federal de Pernambuco –UFPE, sergio.benicio@gmail.com

Nos dias 21 a 31 de maio de 2018, o Brasil vivenciou a greve dos caminhoneiros. Tais movimentações foram marcadas pelo intenso compartilhamento de Fake News nas redes sociais, além disso, um cenário de imobilidade e pânico foi instaurado nas cidades. Com o objetivo analisar como notícias falsas compartilhadas na greve dos caminhoneiros contribuíram para a construção de um imaginário urbano do medo, foram escolhidas 5 (cinco) notícias que causaram temor na população. A partir da Análise do Discurso, foi possível compreender que as Fake News, criadoras e criaturas da era pós-verdade, estão conduzindo as pessoas para uma nova ontologia, na qual os fatos têm uma importância secundária. Os grupos que detém poder sob a produção das Fake News obtêm controle sobre a construção da realidade humana. Portanto, ao ressaltar o medo à cidade, as notícias falsas criam uma barreira invisível que isola as pessoas, fazendo-as entrar num processo crescente de enclausuramento doméstico e individualismo.

ESTRUTURA ESPACIAL, MOBILIDADE URBANA E DIREITO À CIDADE: O CASO DO BRT EM GOIÂNIA

Débora Ferreira da Cunha - UFG, deboracunha.ufg@gmail.com
Patrick Zechin - UEG, patrick.zechin@gmail.com
Marcos Bittar Haddad - UNIFAN, haddad13@gmail.com

A mobilidade urbana é um dos importantes temas relacionados à urbanização, com características e problemas comuns nas cidades, considerando suas devidas proporções e particularidades, que compõe atualmente um dos desafios do desenvolvimento urbano, presente no debate internacional, acadêmico e político. O objetivo deste artigo é investigar um componente específico da estrutura espacial da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), o novo Bus Rapid Transit - BRT do Corredor Norte-Sul, observando a relação entre a mobilidade urbana e o direito à cidade, na forma conceitual de mobilidade inclusiva, aquela que as pessoas se deslocam tendo-se boas condições, seja por modos não-motorizados ou motorizados, possibilitando a todos participar da cidade. Como a estruturação do corredor de transporte de massa em questão pode, potencialmente, beneficiar a população residente nas diferentes regiões abrangidas em seu percurso, que propõe a ligação das regiões norte-sul da capital goiana e região. O corredor parte da cidade de Aparecida de Goiânia, segundo maior município da região e do estado, que enfrenta graves problemas de ordem econômica, social, urbana e ambiental, apesar desta possuir o terceiro maior PIB do estado de Goiás. O trecho se estende para a região sul de Goiânia, por bairros com diferentes características socioeconômicas e urbanas, até a região norte da cidade, o BRT conecta uma região periférica, bastante marginalizada e empobrecida, chamada Recanto do Bosque, a outras regiões mais consolidadas e de ocupação mais antiga, passando pela plataforma rodoviária da cidade, localizada no centro histórico, uma região de intenso comércio popular. A proposta do BRT enquadra-se no esforço por parte do poder público em melhorar a mobilidade e a acessibilidade na RMG, pois consiste em uma grande inversão de recursos financeiros para a expansão do sistema estruturador que teve início no chamado Eixo Anhanguera (Corredor Leste-Oeste), implementado nos anos 1970.

DA DISTOPIA ÀS UTOPIAS URBANAS: ENSAIO SOBRE A CRISE DA MOBILIDADE NO SUL GLOBAL

Cédrick Cunha Gomes da Silva - IFRN, cedrick.cunha@ifrn.edu.br
Sérgio Carvalho Benício de Mello - UFPE, sergio.benicio@gmail.com

Mobilidade é parte fundamental da vida cotidiana. Mover-se entre espaços e lugares exerce importante papel nas interações sociais e construção de identidades. De modo geral, esses deslocamentos têm efeitos positivos, sendo produtos e produtores da vida urbana. No entanto, a partir dos processos hegemônicos de urbanização e modernização das metrópoles do Sul global, tais movimentos ganharam contornos específicos e problemáticos. É a partir deste cenário que este ensaio busca problematizar a natureza política e discursiva do fenômeno contemporâneo da mobilidade, mas em última instância refletir sobre os espaços urbanos no contexto de crise da mobilidade no Sul global. O argumento principal neste é de que a modernização de espaços urbanos do Sul global, imposta pela colonialidade de saberes desenvolvimentistas e progressistas, instituiu o regime da automobilidade enquanto um de seus principais pilares, produzindo condições urbanas distópicas de imobilidade que marginalizam condições de possibilidade para o que podemos denominar modernidades alternativas (e.g. as sociedades pós-carro sustentáveis).

ST_13 > ABORDAGENS SOBRE A CIDADE E O URBANO

Comissão Científica:
Camila D'Ottaviano – PPGAU-FAU/USP
Eneida Maria Souza Mendonça – PPGAU/UFES
Geraldo Magela Costa – IGC/UFMG
João Farias Rovati – PROPUR/UFRGS
Jorge Bassani – PPGAU-FAU/USP
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – PPGAU/UFRN

ST_13 > 01

FAVELAS E CIDADE INFORMAL
COORDENAÇÃO: ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA E ANDREIA FERNANDES MUNIZ
SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 8

A PRODUÇÃO DA IMAGEM EM NITERÓI E A EXCLUSÃO ESPACIAL NO MORRO DO PALÁCIO

Angelo Fernando Pereira - UFF, angelofernando@id.uff.br

A produção do espaço da cidade é fruto dos interesses do capital, apoiados na estrutura de um Estado que se impõe na sociedade. Essa situação se estabelece, também, a partir da imagem que a cidade possui ou produz com aquilo que se depara na paisagem. A produção gráfica e cartográfica, estabelecidas nos canais midiáticos contribuíram com a dificuldade de reconhecimento da identidade no espaço urbano e com a fragmentação da cidade, gerando diversos conflitos. As favelas no centro da área metropolitana do Rio de Janeiro reconfiguram-se morfologicamente. O Morro do Palácio, localizado no bairro do Ingá, em Niterói/RJ, é ocupado e adensado por autoconstruções populares desde os anos de 1970, muito em função das crises políticas e econômicas ocorridas em diversas escalas de poder. Compreendido entre bairros da área urbanisticamente privilegiada da cidade, a favela foi escondida pela sua arquitetura na/da paisagem urbana, tornando-se um espaço de exclusão. A 'fragmentação' e a 'segregação' tornaram-se consequências da falta de planejamento urbano. Atualmente, o 'mapeamento participativo' têm ajudado a democratizar o reconhecimento espacial na cidade.

ACESSIBILIDADE ÀS FAVELAS POR UMA AGENDA DO DIREITO À MOBILIDADE URBANA, ANÁLISES NAS BORDAS DAS COMUNIDADES NA ÁREA DE PLANEJAMENTO 2 NO RIO DE JANEIRO

Fabiana Generoso de Izaga - UFRJ, fabizaga@gmail.com
Renata Chianelli Monteiro Rebello - UFRJ, renatachianelli@hotmail.com
José Garcia Ribeiro Abreu Netto - UFRJ, jose.abreu.netto@gmail.com
Julia Maria Barbosa Maia - UFRJ, juliamariabarbosa@gmail.com

Este artigo visa fornecer insumos para uma agenda urbana para as favelas do Rio de Janeiro onde o direito à mobilidade urbana seja estruturante e componente central para o enfrentamento das suas desigualdades socioespaciais. Embora o Rio de Janeiro tenha amplo histórico de programas de urbanização de favelas, a discussão sobre a mobilidade urbana, a acessibilidade e os transportes são ainda superficiais. Por meio do mapeamento das bordas de todas as comunidades da Área de Planejamento 2 (AP2), nosso estudo propõe uma matriz de análise da acessibilidade às comunidades, categorizando e relacionando os pontos de entrada às favelas, em distância e tempo, à disponibilidade das redes dos transportes formais e os alternativos. Apesar do alto grau de consolidação e por estarem em geral cercadas de boa oferta de transportes públicos, as favelas da AP2 apresentam dificuldades para acessibilidade, e o seu equacionamento é fundamental para fazer frente às assimetrias entre elas e a cidade formal.

DA FAVELA URBANIZADA AO URBANO NO BRASIL

Miguel Bustamante Fernandes Nazareth - Napplac/FAUUSP, mgbustamante@gmail.com

Desde de 2009, estuda-se as transformações que a favela Vila Nova Jaguaré, situada no bairro do Jaguaré, Zona Oeste de São Paulo, vinha sofrendo após uma intervenção pública. A partir de 2014, começamos a analisar essas transformações de um ponto de vista etnográfico e, confrontando os resultados de entrevistas, da oficina e observações de campo com dados e fatos históricos da urbanização do bairro do Jaguaré, surgem pontes que ligam as dualidades da vida atual na Vila Nova Jaguaré às contradições da urbanização do bairro. Primeiro, apresenta-se o contexto da pesquisa e sua metodologia. Em seguida, relata-se a história da urbanização do bairro e consolidação da Vila Nova Jaguaré. Em seguida, exploraremos as territorialidades "favela", "comunidade" e "bairro" como síntese da apropriação do espaço "favela urbanizada". E, finalmente, argumenta-se a apropriação do espaço da favela urbanizada se estrutura a partir de territorialidades que compõem o espaço urbano brasileiro.

UMA APROXIMAÇÃO CONTEXTUAL DO FENÔMENO URBANO FAVELA ÀS SINGULARIDADES CARIOCAS

Ricarda Lucilia Domingues Tavares - Universidade Federal Fluminense, ricardalucilia@yahoo.com.br

O artigo tem como principal objetivo apresentar a multidimensionalidade do fenômeno favela, a partir de dados que caracterizam a favela nas escalas mundial, continental, nacional e municipal, além de definições presentes em documentos da ONU-Habitat, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Instituto Pereira Passos – IPP. As leituras e concepções oficiais são contrapostas a outras, com a intenção de demonstrar que o tratamento da favela como um fenômeno homogêneo, quantitativamente mensurável e contextualmente isolável, além de insuficiente e enganoso, pode gerar interpretações de pouca valia para a elaboração de propostas que visem a sua qualificação urbanística. Tal abordagem pretende promover a gradual desconstrução dos enquadramentos frequentemente impostos à favela, no geral, e à favela carioca em particular, tanto nas abordagens mais conceituais quanto nos estudos e análises de dados que embasam políticas públicas de intervenção, em especial as mais diretamente vinculadas ao planejamento urbano.

URBANIDADE NA CIDADE INFORMAL: UMA ABORDAGEM OPERATIVA
Wagner de Souza Rezende - UFG / PPGAU Mackenzie, wagnerrezende@hotmail.com
Angélica A. T. Benatti Alvim - PPGAU Mackenzie, angelica.benatti.alvim@gmail.com
Luiz Guilherme Rivera de Castro - PPGAU Mackenzie, riveradecastro@gmail.com

O significado de urbanidade, como a articulação dinâmica da convivência humana em contextos urbanos, tem se transformado radicalmente desde meados do século XIX, alterando os modos de habitar a cidade desde então, e assumindo nuances políticas ao longo do século XX. De fato, em meio às discussões teóricas e práticas sobre as transformações urbanas no século XX, diversas críticas relacionadas ao conceito de urbanidade emergiram ao longo das últimas décadas, fomentando consensos e dissensos sobre os padrões de apropriações dos espaços públicos contemporâneos. Nesse contexto, questiona-se em que medida uma crítica das teorias urbanas – envolvendo aspectos da morfologia urbana, das práticas sociais e da percepção da paisagem – contribui na revisão do conceito de urbanidade. Adicionalmente, pode-se questionar as restrições e vantagens colaterais de se produzir um modelo analítico utilizando tais atributos para estudo da cidade informal. Este artigo propõe, por meio de uma revisão crítica das tendências urbanísticas das últimas décadas, a elaboração de um quadro conceitual que possibilite identificar e classificar os principais atributos de urbanidade que sejam adequados para realizar estudos urbanos na microescala. Além disso, pretende-se ampliar o conceito de urbanidade a partir de textos relevantes de autores brasileiros. Como resultado, podem ser identificados os atributos da urbanidade mais relevantes para o estudo da apropriação de espaços públicos em assentamentos precários. Por fim, ao elaborar uma revisão crítica das principais tendências conceituais sobre urbanidade, verifica-se que existe uma ampla gama de atributos, que podem ser classificados e estruturados de modo a gerar informações sobre a apropriação de espaços públicos por meio de estudos sobre percepção, leitura e interpretação urbana.

> ST_13 > **02**

ESPAÇO E QUALIDADE DE VIDA
COORDENAÇÃO: GERALDO MAGELA COSTA E THIAGO CANETTIERI

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 8

"RUMO À CIDADE VERTICAL" (RE)CONHECENDO TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM CARUARU-PE DE 2000 A 2017.
Caroline Barreto Calado - UNIFAVIP/WYDEN, caroline.barreto.calado@gmail.com
Gustavo Magalhães Silva Miranda - UNIFAVIP/WYDEN, arqgustavomiranda@hotmail.com

Assim como em diversas cidades brasileiras, Caruaru-PE vem passando por um forte processo de mudança em sua paisagem natural, desde o início dos anos 2000. Com um forte crescimento no número de imóveis ofertados, caracterizado por um "boom" imobiliário e pelo superaquecimento do setor da construção civil nacional, o mercado investiu pesado em edificações verticais em uma área bem específica da cidade e uma das mais valorizadas, o bairro Maurício de Nassau, causando ao longo do tempo drásticas transformações. Assim, a presente pesquisa busca explorar essa nova dinâmica, compreender o processo evolutivo e de transformação da tipologia edilícia no bairro, com reflexos claros sobre o crescimento e a formação do espaço urbano e, por fim, analisar os impactos que esses edifícios verticais exercem na paisagem urbana do Maurício de Nassau.

O PAPEL DO ESTUDO DA VITALIDADE URBANA NA INCLUSÃO DO IDOSO NA CIDADE
Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe - Universidade Estadual do Maranhão, andrea.duailibe@gmail.com
Larissa Silva Nunes - Universidade Estadual do Maranhão, larissasn98@gmail.com
Mariana Protázio Santos - Universidade Estadual do Maranhão, protaziomariana@gmail.com
Camila Diniz Ramalho - Universidade Estadual do Maranhão, camila.ramalho175@gmail.com

A relevância do tema acerca da utilização do espaço público urbano pelo cidadão se associa com as condições da dinâmica urbana imposta a esses usuários. O ambiente urbano quando desprovido de elementos compositivos que satisfaçam a promoção da vivência na cidade, ocasiona a desapropriação desses espaços comuns. Quando se trata da especificidade do pedestre idoso inserido na cidade, as condicionantes impostas a ele no ambiente das calçadas determinam a utilização desses espaços públicos por essa categoria de usuários. Esse artigo se estabelece na aplicação de um método de abordagem qualitativa, em que são apresentados três estudos de caso na cidade de São Luís, Maranhão, a partir de uma ferramenta auxiliar de diagnóstico, ora denominada Matriz Temática, que se concretiza através de representações gráficas. Aliada as experiências de observações empíricas em campo, essa ferramenta permite uma maior precisão de análise do ambiente urbano como cenário da vitalidade urbana.

QUALIDADE DE VIDA PARA QUEM? IQVU E A INVISIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Frederico Bernis - UFMG, fredericobernis@gmail.com
Lucas Lafetá - UFMG, lucaslafeta86@gmail.com

Este artigo aborda a questão do direito à cidade da pessoa com deficiência e a invisibilidade das suas demandas na concepção de políticas públicas de combate à desigualdade. A construção da metodologia do Índice de Qualidade de Vida Urbana é confrontada com a percepção de qualidade de vida de pessoas cadeirantes entrevistadas, selecionadas por amostragem em "bola de neve". A análise das entrevistas aponta para a dificuldade de acesso à cidade por pessoas cadeirantes em virtude da desconsideração de suas necessidades específicas, o que limita o alcance dessa política pública ao excluir de seu escopo uma parcela considerável da população. Por fim, são apresentadas algumas propostas com o intuito de aperfeiçoar o IQVU ao reaproximá-lo de seu objetivo original: equalizar a possibilidade de acesso da população à oferta de serviços e recursos urbanos.

TRAÇOS URBANOS E SISTEMAS CIRCULATÓRIOS EM CAMPINA GRANDE (PB): UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DE SUA FORMA URBANA
Luiz Ricardo Sales - UFCG, versalesartistavisual@gmail.com
Pryscilla Rodrigues Fernandes - IFPB, prysrfernandes@gmail.com

A partir da conceituação e análise de tipos de traços urbanos e sistemas circulatórios dos espaços livres, o artigo apresenta uma caracterização geral da cidade de Campina Grande, Paraíba. Objetiva discutir a

relação existente entre o sistema dos espaços e a produção da forma urbana, abordando temas como origem e história, morfologia e habitação, infraestrutura e recursos hídricos, e planejamento, gestão e patrimônio. Esses espaços são imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, eles devem assegurar os direitos do cidadão ao uso da cidade, à acessibilidade, memória, segurança, informação e circulação. Reconhecer a situação atual e suas dinâmicas, tendências de ocupação, e condição da vida cultural, pode contribuir para se pactuar diretrizes de expansão/reordenamento urbano para essa tipologia de cidade que cresce com problemas do aumento de assentamentos precários e irregulares, mobilidade urbana, redução de áreas verdes, contaminação dos recursos hídricos e escassez de água.

VERTICALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: Estudo sobre o caso de Palmas
Kananda Fernandes de Sousa Lima - Universidade Federal do Tocantins, kananda_lima@hotmail.com

O seguinte artigo busca, por meio da revisão bibliográfica de produções relacionadas ao tema, discorrer sobre o processo de verticalização na formação do espaço urbano de Palmas. A compreensão da dinâmica da cidade e seus diversos agentes, frente ao sistema econômico capitalista, é de suma importância para a análise de conflitos e problemáticas que levaram Palmas ao estado atual de segregação socioespacial. Através da percepção da tendência de verticalização, mediante às proporções de áreas desocupadas e vazios urbanos no município, são realizados os seguintes questionamentos: Qual a relevância deste processo para a formação do espaço urbano? Qual seu impacto no agravamento das problemáticas existentes? O ato de verticalizar, vinculado à sua capacidade de adensamento e aproveitamento do solo ocupado, no cenário atual, se conecta de forma intrínseca a um dos principais agentes segregadores de Palmas: a especulação imobiliária. O objetivo ao longo do trabalho é buscar argumentações baseadas em estudos da legislação de Palmas e pontuar as contribuições desses agentes para o quadro atual de segregação socioespacial. A metodologia a ser trabalhada irá buscar desde as primeiras manifestações de verticalização no país à sua influência em Palmas na atualidade através da abordagem do contexto socioeconômico no qual o lugar está inserido. A identificação de atores políticos, econômicos e sociais é fundamental para compreender os impulsos que tendenciaram o processo de verticalização na escala nacional, regional e municipal.

ST_13 > 03

PROJETOS URBANOS E A CIDADE COMO NEGÓCIO
COORDENAÇÃO: JOÃO FARIAS ROVATI E HERNÁN ESPINOZA

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 9

A CIDADE INTELIGENTE E SUA INFLUÊNCIA REGIONAL
Claudio Machado Maia - Unochapeco, claudiomaia.dr@hotmail.com
Myriam Aldana Santin - Unochapeco, aldana@unochapeco.edu.br

Este artigo analisa a cidade a partir de suas funções, tal como cidade inteligente em consideração ao seu meio inovador pressupondo-se o seu protagonismo de influência regional. No debate acerca da complexidade existente nas interações entre funções da cidade e participação social, objetiva-se refletir sugestivas características e categorias de análise, como uma fonte de consulta que evidencia a cidade inteligente. A metodologia parte da pesquisa exploratória, apresentando uma revisão bibliográfica do papel das cidades na nova economia, relativa especificamente a cidade de Chapecó, utilizando dados e informações bibliográficas, junto a materiais de pesquisa, apresentações e publicações do tema. A produção textual resulta num roteiro na forma de uma matriz de elementos, contextos e categorias de análise, permitindo a compreensão da importância de que cidades, tal como regiões inteligentes, desempenham importante papel na configuração regional.

DA CIDADE INDUSTRIAL À CIDADE NEOLIBERAL:
PROJETOS URBANOS NA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ARTIFICIAIS
Clarice Misoczky de Oliveira - UFRGS, arq.clarice@gmail.com

Atualmente há um renovado interesse pela obra de Henri Lefebvre. Acredita-se que o retorno do autor decorre do avanço do sistema do capital, em busca de novos espaços de acumulação sobre o espaço urbano. No entanto, se faz necessário aprofundar o estudo de sua obra e verificar a adequação, com as devidas mediações para analisar fenômenos contemporâneos, dentre os quais se incluem os Projetos Urbanos (PUs). O artigo propõe uma renovação acerca da hipótese da Revolução Urbana, baseada na teoria dos momentos e associada ao movimento regressivo-progressivo do fenômeno urbano, em Lefebvre. A partir da compreensão da obra do autor no seu conjunto, busca-se nas proposições de Lefebvre a orientação para tal adequação. O argumento é que da cidade industrial não decorreu a revolução urbana, mas a passagem para a cidade neoliberal, na qual os PUs desempenham o caráter prático-operacional da produção de espaços artificiais na expansão da acumulação capitalista. Contraditoriamente, os PUs representam a força motriz para a produção de espaços diferenciais.

DO NAVEGANTES AO GASÔMETRO: ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS PARA O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CAIS MAUÁ DE PORTO ALEGRE
Maria Rita Ferreira Soares - UFSC, mariaritasoares@gmail.com
Edgar Belmeni Steffens - UniRitter, eredgar,steffens@gmail.com
Geisa Bugs - UniRitter, geisabugs@gmail.com

Este artigo busca estabelecer uma comparação do modelo de grandes projetos urbanos contemporâneos internacionais recentes para áreas portuárias desativadas. Tem como foco de análise o Cais Mauá, em Porto Alegre, compreendido entre o bairro Navegantes e a Usina do Gasômetro. A pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica e da consulta de documentos, bem como da análise de projetos de mesma envergadura realizados em importantes capitais do mundo globalizado. O artigo busca compreender as estratégias de intervenção no espaço urbano geradas a partir de um GPU elaborado nos moldes dos grandes empreendimentos internacionais, relacionando-as com a produção de novos espaços, com as dinâmicas de produção do capital na cidade contemporânea, e com a construção do tipo de imagem desejado para a cidade. Os resultados, entre outros, apontam para estratégias genéricas de cunho mercantilista, para condições locais estabelecidas ao longo dos anos.

O PROJETO URBANO NA LÓGICA DE ESTANDARDIZAÇÃO DA CIDADE
Aline Assis de Andrade Cruz
PROURB/UFRJ, lilicruz.arq@gmail.com

Este artigo objetiva estabelecer relações entre o processo contemporâneo de estandardização das cidades e as matrizes ideológicas da formação em Arquitetura e Urbanismo, a partir do projeto urbano como instrumento de transformação da realidade física, social e cultural. Para tanto, aborda-se o conceito de cidade standard, sua repercussão no âmbito das políticas públicas e a crescente inserção do projeto urbano na lógica neoliberal de "fazer cidade", explorando as relações dicotômicas das instâncias público/privada que permeiam as intervenções urbanas. Num segundo momento, contextualiza-se a atual crise sobre o ensino de arquitetura e urbanismo e sua contribuição para a alteração do "eidos" do projeto urbano enquanto instrumento de intervenção e manifestação democrática no espaço público. Aponta-se, ao final, possíveis caminhos para a revisão do ensino a partir da contribuição de pedagogias experimentais e o papel estratégico que o projeto urbano tem nessa transformação, enquanto instrumento de construção crítica do conhecimento na universidade.

> ST_13 > 04

ARTE & CULTURA NA CIDADE
COORDENAÇÃO: JORGE BASSANI E CAMILA D'OTTAVIANO

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 8

CIDADES PRA QUEM? OBSERVANDO A DISTOPIA E PROJETANDO O IMPREVISÍVEL (E/OU A UTOPIA) POR MEIO DA ARTE URBANA
Ademir França - Universidade do Extremo Sul Catarinense, urb.ademir@gmail.com
Lucas Sabino Dias - Universidade do Extremo Sul Catarinense, lucassdias@yahoo.com
Evandro José de Oliveira de Andrade -
Universidade do Extremo Sul Catarinense, evandroarquiteto@hotmail.com
Marcelo Cabral Vaz - Universidade do Extremo Sul Catarinense, urb.ademir@gmail.com

Observando a distopia da cidade contemporânea, que se apresenta cada vez mais com espaços divididos e com menores possibilidades de convívios sociais em espaços públicos, e, diante das investigações do espaço urbano, percebemos que a arte no espaço público proporciona uma forma de construir uma ponte com a população. Esta abordagem sobre a espaço urbano caminha não no sentido de impor ou se conformar com consensos pré-estabelecidos, mas de questioná-los de forma dissensual. Afinal, para quem é construída a cidade? O que é e como é ocupado o espaço público hoje? Utilizando da intervenção de arte pública denominada "Im[pé]ssão Corporal: pegadas entre praças", ocorrida em maio de 2018 em Florianópolis, que proporcionou ao corpo encampar a arte urbana de forma performática, tivemos a condição de vivência e investigação-crítica dos espaços da cidade para poder contribuir através deste texto no estudo e pesquisa da disciplina de urbanismo. Desta forma, a partir dos fatos ocorridos nesta intervenção, sobre a possível criminalização deste tipo de atividade, participamos da criação do 1° Ciclo de Debates de Liberdade e Expressão na UFSC com conferencistas da área de direito, de arquitetura e artes assim como a realização de outra intervenção artística no Seminário Municipal de Arte e Espaço Público.

COLETIVOS DE SARAU EM BELO HORIZONTE: EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS
Rachel de Castro Almeida - PUC Minas, rachel.castro.almeida@gmail.com
Rodrigo Costa Silva Matos - PUC Minas, rodrigomatosarquitetura@hotmail.com

Este artigo apresenta algumas discussões sobre os novos coletivos e sua presença cada vez mais ativa nos espaços públicos das grandes metrópoles. Em Belo Horizonte, assistimos a um recente movimento dos jovens de periferia e a organização de coletivos de Sarau. As suas formas e estratégias de uso e ocupação dos espaços públicos e o modo como se expressam tornam-se fontes instigantes de pesquisa, ao trazerem à tona a tríade lefebvriana do espaço percebido-concebido-vivido. Ancorados pelo método etnográfico, buscamos apreender o modo como esses jovens percebem a produção do espaço social e vivenciam as desigualdades socioespaciais. As análises apontam que essas experiências reconfiguram práticas socioculturais, constroem narrativas que produzem a ambivalente condição do lugar da periferia e de sua população na cidade. As marcas de uma desigualdade socioespacial estão impressas não apenas no espaço, mas no próprio corpo e na relação entre os próprios pares ou com outros estratos sociais.

DO ESPETACULAR AO EXTRAORDINÁRIO: POTENCIALIDADES DO TEATRO DE RUA COMO REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA
Kauan Arthur Fonseca Lunardon - Universidade Federal do Paraná, kauanfonseca@ufpr.br

Pretende-se aqui explorar as possibilidades do teatro de rua enquanto um processo de reapropriação criativa do espaço urbano, ou como Henri Lefebvre pontua, como um espaço de representação. Queremos assim, explorar as dialéticas e contradições entre a ação e pensamento social na produção do espaço público e as possibilidades que o ambiente urbano oferece a sua apropriação artística, utilizando como referencial empírico as apresentações realizadas no festival internacional de teatro de Curitiba. A despeito de uma experiência espetacular da cidade, apontamos o teatro como um acontecimento extraordinário, uma deriva do cotidiano, como propunham os situacionistas. Buscou-se ir de encontro aos questionamentos levantados por meio de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos que participaram do acontecimento cênico, isto é, os próprios atores e diretores, bem como os transeuntes-espectadores. Foram escolhidas, dentre as muitas apresentações do festival, duas montagens que tinham no espaço público um elemento crucial para a construção da narrativa cênica. As respostas e impressões coletadas evidenciam uma dialética que é própria do espaço urbano, característica relação entre público e privado, bem como a multiplicidade de acontecimentos que se integram na paisagem citadina e constroem isso que chamamos de vida cotidiana.

HÉLIO OITICICA E A ARTE DA ADERÊNCIA URBANA: UMA ABORDAGEM AMBIENTAL SOBRE A CIDADE
Flávia Martini Ramos - UFSC, flaviamartiniramos@gmail.com
Rodrigo Gonçalves dos Santos - UFSC, rodgonca@gmail.com

Nos atuais tempos diversos e plurais cabe pensar quais são as heranças que se imbricam nos fazeres urbanos e se é cabível e responsável incorporá-las na produção contemporânea. Este trabalho aborda a arte ambiental de Hélio Oiticica como um dos traços da vanguarda brasileira a ser resgatado criticamente na

atualidade em diálogo direto com a arquitetura e o urbanismo. Sem o intuito de transferir passivamente seus princípios, mas de adaptá-los às necessidades dos tempos e da área em questão, vislumbra-se a possibilidade de exercitar uma abordagem ambiental sobre a cidade. Acredita-se que ela pode ser inspirada na relação direta de Oiticica com seus contextos e sugerir fazeres urbanos pautados na aderência. O artigo apresenta obras do artista em diálogo com algumas produções arquitetônicas da atualidade, aproximando arte e arquitetura, corpo e espaço, passado e presente no intuito de fomentar exercícios urbanos críticos, sensíveis e aderidos como a arte ambiental de Hélio Oiticica.

OS PAPÉIS DA CULTURA NAS METRÓPOLES CONTEMPORÂNEAS
Clarice de Assis Libânio - UFMG, claricelibanio@gmail.com

As metrópoles contemporâneas apresentam um modelo centro-periferia desigual, hierárquico, excludente e segregador, com agravamento da pobreza, das desigualdades e violações de direitos. No caso brasileiro às espoliações econômica e socioespacial se soma a fragilização dos direitos de cidadania. As favelas e periferias são locais onde se manifestam com maior intensidade tais processos e onde, em contraponto, a população desenvolve práticas para a sobrevivência cotidiana e para a superação da ausência do Estado e garantia de direitos. Frente a tal situação, retoma-se o conceito de Direito à Cidade, elaborado por Henri Lefebvre em 1968, e busca-se entender as ações e projetos socioculturais como potentes formas de resistência e caminhos para a emancipação das populações periféricas, a efetivação do direito à cidade e a reinvenção do urbano como lugar de encontro, de troca e de acesso às oportunidades.

ST_13 > 05

ELEMENTOS URBANOS
COORDENAÇÃO: MARIA DULCE PICANÇO BENTES SOBRINHA E JORGE BASSANI

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 9

ANÁLISE GRÁFICA DO PROJETO CONJUNTO SANTO AMARO V
Thaís Sales Gonçalves - Universidade Presbiteriana Mackenzie, thaisalesg@gmail.com
Nathália da Mata Mazzonetto Pinto - Universidade Presbiteriana Mackenzie, arq.damata@gmail.com
Carmem Campos Pereira - Universidade Presbiteriana Mackenzie, carmemcpereira@gmail.com

Este artigo analisa graficamente o projeto do conjunto Santo Amaro V, uma intervenção para a urbanização de assentamento precário implementada em região de microbacia ambientalmente vulnerável do município de São Paulo. Apresenta-se aqui o contexto político-institucional em que se inseriu essa intervenção e descreve-se as soluções de projeto desenvolvidas pelo escritório contratado pela prefeitura, VIGLIECCA&ASSOCIADOS. A análise deste projeto se dá por meio da metodologia apresentada por Júlio Vieira (2015) em sua tese de doutoramento, intitulada "Vias de aproximação para uma leitura da condição espacial da arquitetura". Adota-se quatro dos sete tópicos apresentados por Vieira (2015) para elaborar diagramas de análise do projeto. Por meio destes estudos gráficos busca-se avaliar a inserção do conjunto no contexto, como o conjunto se apropria e faz uso do espaço, e qual a relação do projeto com seu entorno.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO IDOSO EM ABRIGOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO
Diana Lopes Pires - Universidade Federal De Pelotas, deedee.lpires@gmail.com
Celina Maria Britto Correa - Universidade Federal De Pelotas, celinab.sul@terra.com.br

O envelhecimento da população brasileira acontece de forma acelerada, direcionando as políticas públicas para idosos. A legibilidade do espaço público e a necessidade de informação e orientação sobre os serviços de ônibus são facilitadas por um sistema de iluminação adequado nos abrigos. Um bom sistema de iluminação pública valoriza a cidade e aumenta a autoestima dos indivíduos que nela circulam. O usuário entende e organiza seus trajetos, e o uso de dispositivos de sinalização em um sistema de wayfinding que tende a suprir uma demanda informacional dos serviços de ônibus. Contudo, foi possível concluir que o acesso à informação sobre os serviços de transporte público é um fator limitante ao uso e interfere no acesso do usuário idoso na questão da mobilidade urbana. A iluminação pública também influencia na qualidade de vida do usuário idoso, produzindo, maior sensação de segurança e de independência na permanência do abrigo.

MAPPING URBAN HISTORY: BELO HORIZONTE'S SPATIAL HISTORY THROUGH A CARTOGRAPHIC APPROACH
Patricia Capanema Alvares Fernandes - UFMG/KULEUVEN, patcapanema@gmail.com

O presente artigo oferece uma reflexão sobre as possíveis contribuições do uso da cartografia para a história, mais especificamente, procura contribuir com um novo olhar sobre a história urbana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. A cartografia é aqui abordada tanto com método de pesquisa com base em Deleuze e Guattari quanto prática, no uso de mapas como ferramenta importante para a construção de uma narrativa espacial alternativa. Ao enfocar na produção histórica do espaço, o artigo traz uma reflexão acerca de entendimentos sobre os conceitos de espaço e paisagem - através de Milton Santos, Henri Lefebvre, Denis Gosgroce, Charles Waldheim e outros – e de como tais categorias podem contribuir para a reconstrução de uma história espacial através da cartografia. Assim, três momentos da história de Belo Horizonte são abordados: sua fundação positivista, a moderna construção da Pampulha e o recente transbordamento sobre o município de Nova Lima, em um cenário neoliberal de pós-mineração.

PARKLETS ENQUANTO ELEMENTOS DE BANALIZAÇÃO DA PAISAGEM PAULISTANA
Milena Cristina Sartori - IAU-USP, milenasartori@gmail.com

As cidades estão constantemente passando por transformações orientadas pelo cenário de competição por investimentos e reconhecimento externos a fim de viabilizar sua inserção em redes globais. Muñoz apresenta seu conceito de urbanalização identificando-o a partir de processos de especialização econômica e funcional do território, bem como de segregação morfológica do espaço urbano, que tem como consequência um processo de tematização da paisagem, reduzida de seus atributos e conteúdos. A urbanalização ocorre quando se torna possível identificar processos comuns na produção do espaço

urbano, ou seja, quando se criam paisagens homogêneas desenraizadas de um "lugar" e replicadas indiferentemente em diversas cidades, banalizando o território a fim de torná-lo facilmente apreensível e consumível no contexto global. Os parklets em São Paulo são identificados como elementos que contribuem para a ocorrência deste processo na cidade, uma vez que são idealizados a um contexto internacional distinto, mas ainda assim são amplamente replicados a partir de lógicas homogêneas, além de apresentarem práticas de cunho privado, associadas ao consumo no e do espaço.

SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS E SUAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

Ana Beatriz Jardim Alves - Universidade Estácio de Sá, biajardim.arq@gmail.com
Miriam Victoria Fernandez Lins - Universidade Estácio de Sá, miriam_lins@yahoo.com.br

As subestações elétricas são componentes comuns da funcionalidade das cidades, contudo tais elementos inserem-se num contexto no qual preza-se por quesitos econômicos e técnicos, desconsiderando a interferência que podem causar a morfologia urbana, a paisagem e aos transeuntes. O presente trabalho pretende analisar os impactos gerados por essas estruturas na cidade de Niterói, RJ. Assim, essa investigação observará o cenário dos elementos encontrados no recorte, estabelecendo uma avaliação comparativa entre eles em busca da identificação das principais características que interferem negativamente no espaço urbano. Objetiva-se com este estudo colaborar no processo de projeto e planejamento dessas estruturas, a fim transformar a conjuntura atual. Almeja-se também ressaltar o papel do Arquiteto e do Urbanista como auxiliador do planejamento dessas infraestruturas, atuando como conciliador das questões técnicas e da paisagem e morfologia urbana.

> ST_13 > 06

DEMOGRAFIA, DESIGUALDADE E INFORMALIDADE
COORDENAÇÃO: CAMILA D'OTTAVIANO E JANAINA MARX

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 8

A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DOS RESIDENCIAIS DO MCMV: UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAR O CONCEITO DE PERIFERIA, A PARTIR DESSE OLHAR

Mayara Mychella Senara Araújo - UFBA, maiaraujo2006@gmail.com

Tendo em conta as discussões e questionamentos resultantes da tese de doutoramento defendida, em 2016, este artigo surge como um caminho para aventar outras possibilidades de debates no tangente as questões e inquietações do trabalho que hoje consideramos como inacabado. Assim, buscando remontar as discussões relacionadas às percepções dos moradores quanto ao aspecto localização dos empreendimentos, é que neste material abordaremos sua percepção relacionando-a com as áreas onde os residenciais foram implementados, tentando operacionalizar outro entendimento de periferia. Para dar conta dessa operacionalização, primeiro faremos um resgate acerca do espaço percebido pelos moradores do MCMV do bairro da Mangabeira. Em seguida, na seção intitulada uma discussão que não se encerra: operacionalizando outro "conceito" de periferia, apresentamos esse olhar dos moradores sobre o que compreendiam como periferia. Por fim, apontamos que ainda que as percepções dos moradores se relacionem a distância do centro da cidade, como geralmente se discute o conceito, tem mais a revelar e traz mais questões a serem debatidas.

AUTO-ORGANIZAÇÃO NA INFORMALIDADE: OS PADRÕES SOCIOESPACIAIS NA FAVELA

Vânia Raquel Teles Loureiro - FAU-UnB, vania.teles.loureiro@gmail.com
Valério Augusto Soares de Medeiros - PPG-FAU UnB, vaugusto@unb.br
Maria Rosália Guerreiro - CRIA, ISCTE-IUL, rosalia.guerreiro@iscte-iul.pt

O trabalho busca decodificar o sistema espacial da favela, enquanto entidade auto-organizada e espontânea, por meio do estudo comparativo com estruturas orgânicas. O propósito é discutir as favelas e seus processos espontâneos em áreas urbanas contemporâneas como similares a outros assentamentos auto-organizados. Adota-se como abordagem a Teoria da Lógica Social do Espaço e são comparados 120 assentamentos localizados ao redor do mundo, explorados segundo um conjunto de 26 variáveis configuracionais (entre qualitativas e quantitativas, geométricas e topológicas) com uma amostra de 45 cidades portuguesas de origem medieval (exemplares da cidade orgânica). Os achados revelam que a favela busca, na medida do possível, organizar-se dentro do sistema maior que a recebe, buscando conexões com a envolvente direta além de se estruturar internamente. A leitura configuracional aponta que emergem de suas relações espaciais padrões comuns aos que estruturam cidades orgânicas, distinguindo-se essencialmente em sua densidade extrema e grau de consolidação, apesar de revelarem boa estruturação global.

DAS ESTRUTURAS VISÍVEIS ÀS DINÂMICAS INVISÍVEIS:
ANÁLISES EXPERIMENTAIS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Paulo Nascimento Neto - PUCPR, paulo.neto@pucpr.br
Marina Quirino Luxi de Paula - PUCPR, marinaluxipaula@gmail.com

Os assentamentos precários surgem como resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, constituindo uma importante face da desigualdade social e parte promotora da mesma, tanto em nível simbólico quanto em nível social e econômico. Neste contexto, é ampla a gama de estudos sobre as dinâmicas visíveis destes assentamentos, sobretudo vinculados à infraestrutura, morfologia e inserção no território. Tais análises são de fundamental importância e, via de regra, embasam projetos de regularização fundiária e reurbanização. Contudo, além dos elementos claramente apreensíveis, estes territórios se caracterizam por um palimpsesto de fluxos e dinâmicas que as transpassam, envolvendo dinâmicas invisíveis. Este é o tema de interesse deste trabalho que, por meio de estudo piloto na Vila Três Pinheiros (Curitiba – PR), objetiva investigar a dinâmica intradomiciliar em assentamentos precários, compreendendo as dinâmicas e relações de percepção e apropriação, com vistas a agregar novos aportes ao diagnóstico socioespacial de assentamentos informais.

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE
Paloma de Oliveira Silva - UFF, pos10@hotmail.com
Érica Tavares - UFF, ericatavs@hotmail.com

O envelhecimento populacional é um processo multifatorial, que deve ser compreendido na sua relação com diversos fatores internos e externos aos sujeitos. As dimensões históricas e teórico-conceituais sobre o envelhecimento fundamentam-se, sobretudo, no processo de transição demográfica, que levou a uma mudança na composição social da população. Além disso, também há um impacto considerável sobre a cidade e a distribuição da população no espaço. Este trabalho busca trazer elementos para pensar as estratégias de reprodução social entre os idosos considerando o nível de dependência física e econômica, o papel da família e do estado, assim como as desigualdades sociais na cidade. O objetivo é analisar o processo de envelhecimento populacional no interior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no município de Campos dos Goytacazes. A metodologia utilizada considerou a análise secundária de dados, a partir de informações dos Censos Demográficos do IBGE. Sendo assim, é importante questionar como as cidades são reorganizadas para um novo perfil populacional, principalmente diante das desigualdades sociais e econômicas das famílias que ocupam diferentes espaços da cidade no que se refere à distribuição dos recursos e equipamentos urbanos.

MORADIA NA FAVELA: UMA VISÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM CAMPINAS
Suyanne Galvão Bacelar - Unicamp, suyannegalvaobacelar@hotmail.com
José Marcos Pinto da Cunha - Unicamp, zemarcos@nepo.unicamp.br

Propõe-se para este artigo a análise e a compreensão fenômeno de favelas na cidade de Campinas. Primeiramente, se ocupará em demonstrar como a bibliografia retrata as articulações de interesses do mercado imobiliário na cidade e que, consequentemente, modificam as dinâmicas demográficas configurando e reposicionando os aspectos socioespaciais do urbano. Então, se trabalhará a definição e a caracterização do que são favelas no Brasil e em seguida se analisará como se estruturam as favelas, especificamente, no município de Campinas. Desse modo, se fará uso de bibliografias que abordam a produção do espaço e a noção de favela e de dados sobre aglomerados subnormais do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, a fim de identificar como se estruturam as favelas de Campinas e como se configura o perfil geral de sua população.

CONDOMÍNIOS FECHADOS E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL
COORDENAÇÃO: ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA E ANDREIA FERNANDES MUNIZ

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 9

COESÃO X SEGREGAÇÃO OS IMPACTOS DO LOTEAMENTO DE ACESSO CONTROLADO NO CONVÍVIO URBANO
Alice de Almeida Barros - UFAL, alice.barros@arapiraca.ufal.br
Suzann Flávia Cordeiro de Lima - UFAL, suzann@fau.ufal.br

A pesquisa busca na literatura relacionar o loteamento de acesso controlado (LAC) aos conceitos de coesão social a eficácia coletiva, o objetivo é desvendar como os conceitos se materializam no loteamento. A metodologia é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para compreender o tema. A coesão social é a integração entre indivíduos baseada na confiança e a eficácia coletiva é o alcance de benefícios coletivos graças à mobilização de um grupo. Conceitos que podem ser aplicados em loteamento residencial fechado, intitulado como LAC devido à lei 13.465 de 2017. A relação do loteamento com o exterior resulta na segregação socioespacial e a relação com o interior se dá na formação de coesão e eficácia. Ao final das consultas teóricas percebe-se que os fatores que impulsionam a disseminação de LAC's promovem a coesão e a eficácia entre moradores intramuros e descoesão e baixa eficácia entre moradores intra e extramuros, resultando em convívio urbano com conflitos entre grupos.

CONSENSO E CONTRADIÇÃO: MARKETING E CINEMA NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS
Rafael Baldam - IAU USP São Carlos, rafabaldam@gmail.com
Tomás Antonio Moreira - IAU USP São Carlos, tomas_moreira@sc.usp.br

Condomínios fechados desempenham papéis como símbolos de status, segurança, e lucrativos produtos imobiliários. Seu sucesso mercadológico está relacionado ao crescimento da criminalidade e também à uma estratégia de marketing que idealiza estes espaços como refúgios de segurança. Esta estratégia constrói um consenso coletivo de que condomínios são sinônimo de segurança. Contrapondo-se a esta narrativa, o cinema apresenta algumas contradições à vida entremuros, como a presença do crime dentro dos condomínios e a intolerância. Nesse contexto, nesse artigo são analisados anúncios de condomínios fechados, promovendo o consenso da sua segurança, em contraste à análise dos filmes "La Zona" e "Historia del Miedo", apresentando contradições da vida securitizada e vigiada. A partir disso, são perceptíveis duas camadas de discussão e ação da insegurança urbana: uma prática, que age sobre os espaços físicos; e outra discursiva, que molda o entendimento do que é segurança e como adquiri-la.

LES ENCLAVES RÉSIDENTIELLES FERMÉES: L'INFLUENCE DE LA CONSTRUCTION EN HAUTEUR SUR LA SÉGRÉGATION SOCIO SPATIALE À LONDRINA – BRÉSIL

Amanda Carvalho - Université de Montréal, acarvalho.dc@gmail.com
Michel Guenet - Université de Montréal

Notre recherche vise à comprendre la relation entre la ségrégation socio spatiale et la forme urbaine, celles des enclaves résidentielles fermées, notamment par la construction en hauteur. On observe la multiplication de l'enclavement résidentiel nourri surtout par la peur de violences urbaines des classes moyenne et aisée qui s'auto ségréguèrent dans leurs quartiers fortement sécurisés. Cette forme urbaine peut renforcer la ségrégation spatiale entre les différents groupes sociaux. Au Brésil, l'enclavement se produit notamment sous la forme de tours, qui entre les années 1980 et 2010 a augmenté de 46%. Notre hypothèse réside dans le fait que les quartiers des tours accentuent la désagrégation sociale entre les résidents, et cela serait observer en trois échelles de ségrégation résidentielle. Afin d'en vérifier, nous étudierons le cas du quartier « Gleba Palhano » à Londrina au Brésil, qui depuis la fin des années 1990 se développe de façon intense sans considérer les problèmes urbains d'inégalité sociale qui s'en découle.

URBANIZAÇÃO VIOLENTA: DINÂMICAS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM BRASÍLIA

Elane Ribeiro Peixoto - PPG/FAU-UnB, elanerib@hotmail.com
Carlos Henrique Magalhães Lima - PPG/FAU-UnB, carloshenrique@unb.br
Carolina Pescatori - PPG/FAU-UnB, pescatori@unb.br

Neste artigo, exploramos as interpretações de Bernardo Secchi a respeito da segregação socioespacial, fazendo correlações com a atual região metropolitana de Brasília. Para o autor, há uma "nova questão urbana" que contribui para o agravamento da crise da economia planetária, e para a qual as práticas urbanísticas concorrem. A partir de um arco histórico com origem na cidade europeia, Secchi caracteriza a urbanização violenta, atualmente em curso em metrópoles asiáticas, africanas e latino americanas e contrária ao entendimento da cidade como lócus ideal de integração social e cultural por excelência. Partindo daí, pensamos em políticas e projetos que acirram a desigualdade no Distrito Federal centradas em dispositivos formulados no longo processo de construção da capital, resultando hoje numa dinâmica de centralidades capazes de assimilar os benefícios da urbanização; e periferias pauperizadas nas franjas da metrópole.

ESPAÇO PÚBLICO: TEORIA E PRÁTICA
COORDENAÇÃO: GERALDO MAGELA COSTA E THIAGO CANETTIERI

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 8

ESPAÇO PÚBLICO: DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE

Thais Dos Santos Vieira Gabi De Macedo
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, vieirathais@hotmail.com

Os caminhos nebulosos pelos quais ascendeu e frutificou a modernidade, são também rastros que justificam a dificuldade de situar a sua origem na história do mundo. Ao se desenvolver e avançar pela Europa, a era moderna se difundiu de maneira diferente e em períodos distintos. Considerado, neste trabalho, em ampla perspectiva, o espaço público é o foco catalisador de tais transformações. O indivíduo, que antes se orientava por meio da tradição, da religião e de sua relação direta com a natureza, perdeu suas garantias para se conduzir e passou a contar com novas perspectivas das experiências cotidianas. Essas perspectivas ganham novas significações na pós-modernidade, que, sob o ponto de vista da economia política, pode ser situada na transição do fordismo para a acumulação flexível do capital. É com o objetivo de investigar as transformações ocorridas no espaço público, que se estendem desde à modernidade até a pós-modernidade, de modo a compreender as maneiras pelas quais as modificações econômicas, políticas, sociais e culturais afetaram a vida social urbana e de estabelecer elementos representativos desse processo, que este trabalho avança.

ESTRATÉGIAS PARA O ESTUDO DE ESPAÇOS PÚBLICOS: A ETNOGRAFIA COMO DISPOSITIVO DE CONHECIMENTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

Fernanda Meniconi Barbabela - UFMG, fernandabarbabela@gmail.com

A interdisciplinaridade na construção do conhecimento é uma valiosa postura na apreensão de objetos de estudo e no desenvolvimento de qualquer tipo de pesquisa. Neste artigo, defende-se uma postura interdisciplinar a partir da utilização de uma metodologia antropológica, mais especificamente a realização de uma etnografia, no desenvolvimento de uma pesquisa que se encontra no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo e cujos objetos de estudo são espaços públicos da cidade e as relações sociais travadas entre seus usuários. Por meio da exposição de métodos e resultados pertencentes a um trabalho previamente desenvolvido pela autora, pretende-se delinear contribuições da Antropologia para uma abordagem mais aprofundada em relação aos objetos de estudo.

O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO: SUCINTA REVISÃO DE LITERATURA EM ARTIGOS DOS ENANPUR
Alessandro Filla Rosaneli - UFPR, alefilla@yahoo.com
Gláucia Helena Dalmolin - UFPR, glauciadalmolin@yahoo.com.br
Débora Raquel Faria - UFPR, deborahraquel@gmail.com

O espaço público tem adquirido cada vez mais relevância entre os estudiosos do espaço urbano. Em virtude desse enfrentamento multidisciplinar, sua conceituação tem assimilado variadas e, por vezes, divergentes interpretações. Dessa forma, o presente artigo pretende organizar esse panorama de contribuições investigativas, a partir de uma seleção de artigos apresentados nas últimas quatro edições dos ENANPUR, desde 2011, em forma de um estudo de revisão. Trabalhos de revisão de literatura, para além de uma visão panorâmica sobre o processo de produção científica sobre determinado assunto, permitem construir ponderações mais balizadas sobre as características desse conjunto de publicações. Aponta-se, como resultado, que esse tema possa ser mais explorado nos ENANPUR, de forma a promover discussões mais atualizadas e que se balizem pela natureza dual desse conceito.

REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO DAS CIDADES: ORGANIZANDO UMA BASE TEÓRICA PARA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO URBANA PAUTADA NO ESPAÇO PÚBLICO
Ana Lúcia Pinto do Nascimento Alvaro -
UFS, analuciapn@yahoo.com.br

Numa observação das características mais marcantes das cidades contemporâneas não é difícil destacar a predominância dos fenômenos da fragmentação e segregação socioespacial, além de uma profunda desigualdade entre camadas sociais e o próprio espaço. Tal situação vem se construindo há muito tempo e é devedora de um processo complexo de urbanização que se submete, cada vez mais, aos interesses do mercado e do capital, deixando de lado traços constituintes do espaço urbano que, historicamente, são os responsáveis pela dinamização da vida social urbana. Finalmente, a cidade atual segue perdendo cada vez mais em diversidade, convivência e vitalidade. Percebe-se, assim, a emergência de buscar-se uma forma diferente de planejar e fazer cidades, permitindo-se ir além do convencional acerca de centralidades, mobilidade e espaço público, e ousar dar respostas diferentes pautadas numa nova concepção. Dessa maneira, o objetivo de estabelecer parâmetros para a organização de uma proposta de reestruturação urbana no trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo, conduziu-nos a explorar os conceitos que envolvem estas três realidades do espaço urbano. Este texto, apresenta, portanto, as reflexões realizadas a partir desta base teórica, compondo um pano de fundo que lance luz a possibilidades de mudança da lógica atual de desenvolvimento da cidade. A intenção é instrumentalizar-se de mecanismos que promovam um ambiente urbano menos excludente, que tenha condições de garantir a todas as pessoas o exercício de direitos cidadãos e democráticos.

VISÕES DO CAMINHAR. UM PASSEIO SOBRE TEORIAS E PRÁTICAS.
Karen Nency Ferreira - UNICURITIBA, arquiteta.karenferreira@gmail.com
Alessandro Filla Rosaneli - UFPR, alefilla@yahoo.com

O ato de caminhar tem se constituído como motivo de investigação com fecundas contribuições em distintas abordagens. Por um lado, pesquisas de inspiração mais teórica esboçam o caminhar não apenas como necessário, mas primordialmente como ato simbólico na sociedade. Por outro, a experiência do caminhar tem sido investigada com suporte de um fértil conjunto de procedimentos que ora aferem a qualidade do ambiente ora as características do fenômeno em si. A presente pesquisa, ao esquadrinhartal universo investigativo, nesses dois enfoques, procura fornecer um panorama epistêmico que suporte a concepção de cidades orientadas para as pessoas, em oposição ao entendimento mais comum que valoriza o deslocamento dos automóveis. Nesse sentido, pretende-se contribuir para que o processo de planejamento urbano fomente de forma mais incisiva as relações sociais que se estabelecem no espaço público da cidade contemporânea.

> ST_13 > **09**

REDE URBANA E HISTÓRIA
COORDENAÇÃO: JOÃO FARIAS ROVATI E HERNÁN ESPINOZA

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 9

A CENTRALIDADE DE ALCÂNTARA E A HISTÓRIA URBANA DE SÃO GONÇALO-RJ: A ATUAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NA CONSOLIDAÇÃO DE UM NÚCLEO URBANO E NA TRANSFORMAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO
Jefferson Tomaz de Araújo - UFF, jeffersontomaz@id.uff.br

O artigo aponta determinados processos da história urbana de São Gonçalo para o entendimento da consolidação do núcleo urbano de Alcântara e seu destaque regional na evolução urbana da cidade. Ademais, o trabalho analisa o papel das ideologias capitalistas e a atuação dos agentes sociais nas transformações da cidade e do urbano no espaço-tempo de São Gonçalo. Neste sentido, percebe-se que na cidade contemporânea os lugares urbanos tradicionais de sociabilidade são substituídos por outros ainda não devidamente definidos em termos funcionais e formais. Diante da lógica contemporânea de obsolescência e desativação de usos, a praça Carlos Gianelli sofreu nesta década um processo de desafetação e transformação de uso em benefício da instalação de um shopping center. O artigo, portanto, expõe o papel de grande visibilidade exercido pela praça naquele núcleo e ilustra sinteticamente sua arbitrária reconfiguração espacial como fruto das disputas ideológicas entre os sujeitos.

A REDE URBANA DE CAMPINA GRANDE: DOS CAMINHOS DO GADO À IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX
Elizangela Justino De Oliveira - Universidade Federal Da Paraíba, elizangelaoliveirarn@gmail.com

Desde a criação do povoado de Campina Grande, em 1697, por Teodósio de Oliveira Ledo, até a implantação da ferrovia em 1907, a história urbana de Campina Grande pode ser revelada a partir das transformações na sua rede urbana no transcorrer do tempo. Assim, o objetivo do trabalho aqui desenvolvido é analisar a rede urbana de Campina Grande, identificando os diferentes fluxos atraídos pela cidade e que lhe atribui centralidade em temporalidades distintas, desde a sua origem até a implantação da Estrada de Ferro Great Western, que irá consolidar a sua posição de empório comercial, tornando-a um importante nó na rede urbana da Paraíba. A metodologia consiste na análise de dados dos documentos oficiais, como o Anuário de Campina Grande (1925) e do Estado da Parahyba do Norte (1918), e elaboração de material cartográfico.

Os resultados apontam dois momentos distintos da rede urbana de Campina Grande: antes e depois da implantação da Estrada de Ferro, em 1907.

ENTRETEMPOS: História e memória da (des) apropriação na Praça da Bandeira em Campina Grande- Paraiba
Letícia Barbosa Bomfim - Universidade Federal De Campina Grande, lebomfim0@gmail.com
Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior -
Universidade Federal De Campina Grande, xtojunio@yahoo.com.br

As praças, ponto central da pesquisa em questão, se constituem como um dos objetos mais importantes para se entender as relações entre os diversos segmentos sociais. A importância de uma praça na cidade é justificada pela necessidade de espaços públicos de lazer em que as pessoas tenham como referência para estabelecerem vínculos, no entanto, atualmente constituem-se como ambiente cada vez mais privativo, devido as diferentes funções que exercem. Nessa perspectiva, a presente pesquisa pauta-se na análise histórica da Praça da Bandeira em Campina Grande, localizada na área central e histórica da cidade, tendo em vista suas mudanças ao longo do tempo por parte do Estado e do comércio atual. A importância de entender as dinâmicas passadas e presentes é pautada na consideração de que a "modernização" dos espaços desvincularam a cidade do seu passado, afetando diretamente na sociabilidade e memória afetiva do indivíduo com o espaço.

NO ENTORNO DOS MONÓLITOS DA CIDADE DE QUIXADÁ – CEARÁ
Claudio Antonio Vieira da Silva - USP, claudioavsilva@hotmail.com

O município de Quixadá, localizado no Sertão Central cearense, concentra grande quantidade de maciços residuais, popularmente conhecidos como monólitos. A pluralidade de formas e feições encontradas em Quixadá confere um caráter único e excepcional em num verdadeiro "jardim de pedras" que desafia a imaginação humana. Devido à unicidade do conjunto e natureza peculiar de suas formações o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou estudos e definiu a salvaguarda do conjunto. Nesse sentido, este trabalho pretende apresentar os elementos do processo de patrimonialização dos monólitos de Quixadá, tecendo algumas considerações sobre como ocorreu este processo. Para isso, traz um panorama em torno do processo de patrimonialização dos monólitos de Quixadá, destacando os elementos vislumbrados pioneiramente, juntamente com as formas de apropriação, uso e ocupação do espaço. Também são apresentadas características físico-naturais da paisagem, enquanto motes de apropriação no processo de patrimonialização.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO REBOUÇAS EM CURITIBA : UM ESTUDO EM TRÊS ESCALAS
Maria da Graça Rodrigues dos Santos - Bigorrilho, mariagrs@gmail.com

Este texto apresenta considerações iniciais de uma pesquisa voltada para análise das transformações ocorridas e em curso, no bairro do Rebouças em Curitiba, no trecho correspondente à antiga área industrial, que também concentra a antiga estrutura ferroviária. O objetivo principal da pesquisa é avaliar a possibilidade de integração da área na dinâmica contemporânea da cidade, preservando o patrimônio industrial, nas dimensões arquitetônica e urbana, à luz de instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade e previstos no Plano Diretor aprovado em 2014. Para ampliar o conhecimento sobre a área, com vistas a contribuir para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, este texto traz análises realizadas sobre interesses envolvidos em mudanças recentes previstas no bairro. São interesses manifestados por agentes públicos e privados e evidenciados nas iniciativas de reconhecimento da área como centro de empreendedorismo pela Prefeitura Municipal de Curitiba em 2017, o denominado Vale do Pinhão, e nas sugestões de mudanças no Projeto de Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, em processo de aprovação na Câmara de Vereadores. Na contrapartida, avaliam-se as ações encaminhadas por representantes de entidades da sociedade civil, principalmente ligados a interesses do mercado imobiliário. As análises são apresentadas sob três escalas de abordagem, buscando alcançar um conhecimento amplo e consistente do problema.

> ST_13 > **10**

URBANO: REVISÃO TEÓRICA
COORDENAÇÃO: JORGE BASSANI E JOÃO FARIAS ROVATI

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 8

A CIDADE ENQUANTO OBRA; A ARTE DE HABITAR COMO UM POETA: URBANISMO CRIATIVO E A (RE) INVENÇÃO DO ESPAÇO-VIVIDO NA PÓS-MODERNA CIDADE DO SOL NATAL (RN)
Geovane de Souza Almeida - UFRN, geovaness@yahoo.com.br

Na contemporânea cidade de Natal/RN, a velocidade dita cotidianamente os novos ritmos de sua expansão e transformação no seu tecido urbano que de maneira ultra acelerada e singular, faz com que todos, mesmo que de distintas maneiras, percebam as transformações, os defeitos e as qualidades da metrópole pós-moderna. A produção do espaço-vivido urbano contemporâneo se dá de maneira exacerbadamente acelerada, modificando significativamente os processos do habitar e o seus diversos desdobramentos territoriais. Diante deste axioma pensar a cidade é pensar na produção do seu habitar através de uma retomada ontológica, com táticas urbanas criativas, poéticas e reinvenção das práticas espaciais cotidianas. É analisá-la como existência, como a maior das obras de arte da humanidade. Para corroborar com esse panorama, o presente artigo, nos orienta a entender que é no espaço-vivido e nos territórios usados, que a história e criatividade do homem se realiza plenamente.

CIDADES DO AMANHÃ: UMA RELEITURA GEOGRÁFICA CONTEMPORÂNEA
Gustavo de Souza Barbosa - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, gustavosouza@recife.ifpe.edu.br

A reflexão quanto à cidade tem inquietado os mais diversos cientistas, dentre eles Peter Hall. Em "Cidades do Amanhã", publicado em 1988, o autor desenvolve sua análise quanto à cidade e suas transformações de forma estática. A partir da leitura e interpretação de tal obra, objetiva-se apresentar um novo ordenamento

das suas ideias considerando a cidade como espaço dinâmico, palco de transformações, para tanto, foram selecionados como objetivos específicos: recordar a trajetória acadêmica e profissional do autor e suas ideias-chaves; descrever as transformações pelas quais passaram as cidades sobretudo europeias e estadunidenses no século XX e; identificar os principais problemas contemporâneos ainda presentes nas cidades abordadas na obra. Como procedimentos metodológicos partiu-se da pesquisa em diferentes fontes, sobretudo jornalísticas e da própria obra "Cidades do Amanhã". A partir do exposto considera-se que o planejamento, quando isolado e desconectado à natureza e diversidade dos problemas urbanos, dificilmente será capaz de resolvê-los.

MULTIESCALARIDADE URBANA: QUESTÕES DE ESCALA NOS ESTUDOS E POLÍTICAS URBANAS
Andre da Soler - UFPR, andredasoler@hotmail.com
Fernanda Andrade dos Santos - UFPR, ferr.andradee.s@gmail.com

Refletir sobre as dimensões da lógica espacial urbana exige a incorporação de várias escalas de análise, de modo a apreender os diferentes níveis de atuação dos agentes produtores do espaço e as relações que desenvolvem. Contudo, se é possível dizer que os processos sociais que produzem o espaço se dão em múltiplas escalas, como fragmentar um contexto interligado para sua análise e intervenção? Buscando discutir esta questão, este ensaio explora a ideia de multiescalaridade urbana, utilizando-a como diretriz para uma compreensão das diferentes escalas de urbanização e as interações entre elas. A reflexão proposta parte da discussão conceitual concernente para abordar o processo de produção da escala na produção do espaço e como sua multiplicidade repercute sobre o urbano, inclusive morfologicamente. Por fim, são levantadas questões de política pública e governança. Conclui-se que pensar o urbano em sua multiplicidade escalar pode evidenciar os diferentes processos que o produz, permitindo novas leituras espaciais, novas percepções sobre a realidade e possíveis novas estratégias de atuação na elaboração de políticas e atividades de planejamento e gestão.

O (NÃO)MODERNO E O URBANO: PERSPECTIVAS MARXISTAS PARA A CRÍTICA DA MODERNIDADE
Victor Augusto Campos Alves - UFMG/PUC-MG, victoraca.2010.1@gmail.com

O texto tenta realizar um diálogo entre uma crítica da modernidade e do capitalismo e o contexto de formação de uma "sociedade urbana", num contexto global em que cada ator social desempenha um papel importante e conectado à lógica mais geral de acumulação e do biopoder. Assim, numa perspectiva que é marxista, buscará se colocar a urgência de uma pesquisa que busque contemplar o urbanismo como condição para a formação das novas relações sociais pós-capitalistas. Nesse sentido, se busca pautar uma agenda de pesquisa que gire em torno das possibilidades de articulação entre os diversos atores presentes hoje na conformação do tecido urbano contra o capital, o neoliberalismo e a modernidade. Por fim, será possível vislumbrar a limitação de se pautar políticas e ações coletivas que não identifiquem no capital aquilo que estrutura e atualiza as desigualdades e opressões que, por vezes, são apresentadas como algo "fora" da totalidade capitalista, ou não engendrados por esse modo de produção.

URBANO: TEORIA E PRÁTICA
COORDENAÇÃO: MARIA DULCE PICANÇO BENTES SOBRINHA E ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 9

ATRAVESSAMENTOS DO URBANISMO POR TEORIAS E PRÁTICAS ANARQUISTAS – CAMPO DE DEBATES EM TORNO DA PARTICIPAÇÃO NO PENSAMENTO URBANÍSTICO
Marina Silveira Muniz Ferreira - Universidade Federal Da Bahia, marinamuniz.arq@gmail.com

Os conceitos de autonomia, autogestão e colaboração estão presentes, atualmente, em intervenções urbanas realizadas por coletivos artísticos e/ou ativistas, arquitetos, urbanistas e designers nas grandes cidades brasileiras e mundo afora. Muitas são as investigações que reafirmam o potencial de tais ações que, quase sempre desvinculadas do estado, tomam para si a responsabilidade pela transformação dos espaços públicos urbanos. Apoiado no estudo historiográfico desses conceitos (e sua polissemia) que hoje retornam às proposições e reflexões sobre o fazer cidade, o presente artigo traz reflexões resultantes de uma iniciação científica que se propôs buscar possíveis atravessamentos do urbanismo pelas teorias e práticas anarquistas, integrando uma investigação maior acerca do que é considerado como um "campo de debates em torno da participação" no pensamento urbanístico. Evidenciar alguns diálogos, convergências e tensionamentos entre teorias anarquistas e este campo de debates no pensamento urbanístico é o objetivo do presente artigo, visando contribuir na tarefa coletiva de construção de uma história da arquitetura e do urbanismo mais complexa e plural.

CONSUMO CRIATIVO COMO PRODUÇÃO DO ESPAÇO – UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O URBANISMO TÁTICO A PARTIR DE PRÁTICAS SOCIOTERRITORIAIS DE ANTIDISCIPLINA
Laura Fonseca de Castro - UFMG, lauracastroo@gmail.com

A experiência cotidiana de uso dos espaços urbanos é atravessada pela condição neoliberal contemporânea. A partir de conceitos discutidos por David Harvey, Karl Marx, Michel Foucault, Michel de Certeau e Neil Brenner, propõe-se uma reflexão sobre consumo e produção dos espaços na pós-modernidade. O conceito de antidisciplina é a base para a análise do urbanismo tático como alternativa às estratégias do urbanismo neoliberal. Entretanto, ao reconhecer a importância das táticas na microescala do cotidiano, apontam-se as contradições inerentes a esse modelo considerando sua inserção na conjuntura capitalista. Exemplos de urbanismo tático serão analisados a fim de apontar distinções e aproximações socioeconômicas: os Space Hijackers de Londres (Reino Unido), a Praia da Estação de Belo Horizonte-MG, os parklets de San Francisco (Estados Unidos) e o Parquinho do Nego de Esmeraldas-MG. Eles revelam as condições de cooptação neoliberal em casos do Norte e do Sul global e também na escala territorial de centro e periferia das cidades. O consumo criativo vivido num bairro de periferia de uma cidade do Sul global revela a possibilidade de desvio do neoliberalismo.

DA IMOBILIDADE AO DESESPERO: NOTAS SOBRE UMA SOCIEDADE AFLITA DIANTE DA "PARALISIA"
Antonio Fagner da Silva Bastos - UFPE, fagnersbastos@hotmail.com
Sérgio Carvalho Benício de Mello - UFPE, sergio.mello@ufpe.br
Gabriel Benício de Mello - UFPE, gabrielbfmv@icloud.com

À primeira vista, a imobilidade parece um oposto natural à mobilidade. Mas, de certo modo, a paralisia também é imanente ao movimento. Em maio de 2018, uma greve organizada por caminhoneiros no Brasil acabou produzindo uma série de interrupções causando uma paralisia sem precedentes. O evento foi um desastre logístico, expondo grandes falhas nas cadeias de suprimento de commodities, perdas econômicas monumentais, cancelamentos de serviços básicos, interrupção dos serviços públicos e desespero da população. O objetivo deste artigo foi investigar quais as consequências de uma vida móvel paralisada. Através de uma análise de conteúdo de dados secundários, com base nos níveis do urbano de Lefebvre, foi possível verificar a natureza estranha, surpreendente e potencialmente reveladora da imobilidade em um mundo de vida móvel.

ELES ESTÃO POR AÍ: URBANISMOS ESPONTÂNEOS
Marcela Lorena Farkat Scheer - UFRN, scheermarcela2@gmail.com

O planejamento urbano nas cidades contemporâneas tem situado o discurso do direito à cidade num exercício totalitário de urbanismo que considera a visão de técnicos e especialistas como o entendimento correto sobre o espaço e a casa própria como única forma legítima de habitação. Tal concepção marginaliza práticas distintas, aqui chamadas de espontâneas, que se apropriam do espaço público e fazem dele seu local de inventividade e devir próprio, onde o valor de uso é sobreposto à lógica de reprodução capitalista que impõe um regime de reprodução de mais valias no espaço urbano. O presente artigo busca problematizar o discurso hegemônico e ilustrar formas alternativas de apropriação criativa do espaço coletivo, sobretudo da população em situação de rua, que subvertem o sistema dominante numa prática espontânea e contínua, muito embora fragmentada diante das contínuas ações de expulsão praticadas pela municipalidade.

> ST_13 > **12**

A MULHER NA CIDADE
COORDENAÇÃO: CAMILA D'OTTAVIANO E JANAINA MARX

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 8

A PRODUÇÃO FEMINISTA DO ESPAÇO: COSTURANDO UMA COLCHA EPISTÊMICA PARA PENSAR A CIDADE E AS LUTAS URBANAS
Poliana Gonçalves Monteiro - UFF, poli.dmambembe@gmail.com

O presente artigo parte da reflexão de que não há, em uma sociedade desigual, espaço cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual e a desigualdade impetrada pelo patriarcado se materializa na cidade. Nesse sentido, é necessário pensar uma cidade diferente, que parte da produção do espaço que cotidianamente se engendra, mas que não se vê. Para desenvolver a reflexão pretendida, o artigo estrutura-se em três seções. A primeira inicia um debate sobre violência epistêmica que invisibiliza a figura da mulher na formação do sujeito e na conformação dos objetos de pesquisa. Em seguida, a possível correlação entre um urbanismo estruturado a partir de uma perspectiva colonizadora e a conformação das cidades patriarcais será discutida. Na terceira seção, as lutas urbanas protagonizadas por mulheres serão destacadas com intuito de indicar as possibilidades de pensar a Produção Feminista do Espaço como estratégia para a construção coletiva de uma nova episteme para pensar a cidade.

ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE A QUESTÃO URBANA: ABORDAGENS E CRÍTICAS
Carolina Alvim de Oliveira Freitas - Universidade de São Paulo, carolinaaof@gmail.com

O artigo apresenta estudos feministas que se dedicaram à questão urbana. Autoras de diversas nacionalidades escreveram a respeito das possibilidades de entrecruzamento entre categorias do pensamento feminista e os conceitos das pesquisas sobre o espaço. A diversidade de análises é classificada em três grupos: há estudos que foram feitos a partir de projetos habitacionais e planos urbanísticos; há outros que se detêm na discussão epistemológica, como a crítica à produção do conhecimento geográfico; e um terceiro grupo, formado por estudos sobre a condição feminina nas cidades contemporâneas no contexto de globalização. As semelhanças entre eles giram em torno da crítica à perspectiva masculina dos clássicos sobre o urbano, mas também se utilizam comumente da dicotomia entre feminino e masculino como parâmetro para desenvolverem outras dualidades, como público e privado, produção e reprodução e tempo e espaço. Ao fim, o artigo procura expor uma crítica, estabelecendo um diálogo sobre como essas pesquisas superam ou não os clássicos sobre o urbano a quem centram seus questionamentos teóricos e metodológicos.

MULHERES E BICICLETAS EM SÃO PAULO: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, MOBILIDADE ATIVA E DESIGUALDADES NO USO DO ESPAÇO URBANO
Marina Kohler Harkot - FAUUSP, marina.harkot@gmail.comA desigualdade de gênero no espaço urbano se expressa, também, através de padrões de mobilidade e modos de deslocamento. Com base em dados quantitativos e qualitativos sobre o uso de bicicletas na cidade de São Paulo, este artigo é fruto de pesquisa de mestrado e investiga por que o uso da bicicleta é tão incomum entre mulheres em grandes cidades brasileiras. Busca responder duas perguntas: quais características das cidades impedem as mulheres de usarem bicicletas, e o que significa falar de mobilidade ativa e gênero no contexto brasileiro? Para tal, baseia-se em literatura recente nos campos de sociologia urbana e estudos de gênero para desenvolver discussão sobre porque mulheres usam ou não usam bicicletas em contextos urbanos. Também apresenta metodologia para estudar mobilidade e analisar a infraestrutura urbana que considera fatores culturais e subjetivos que embasam as escolhas das pessoas de como se locomover na cidade, e que estão na base de como relações de gênero impactam os usos diferentes que mulheres e homens fazem da cidade.

PERCURSOS FEMININOS NO ESPAÇO URBANO: DA TEORIA À PRÁTICA DAS TRAJETÓRIAS COTIDIANAS DA MULHER EM MACAPÁ – AP
Chrys de Araújo Oliveira - UNIFAP, arq.chrys@hotmail.com

O seguinte trabalho busca criar uma trajetória teórica que elucida o cotidiano urbano vivido por diversas mulheres na atualidade, partindo do entendimento onde a cidade se comporta como um ambiente de constrangimento e opressão para as mulheres, tanto pelas violências propriamente urbanas quanto pelo espaço simbolicamente construído a partir de uma visão patriarcal histórica. Esses fatores buscam ser ilustrados através de exemplos referentes à cidade de Macapá, no Amapá, através de análise de dados e questionários, fatos bibliográficos e estudo de caso em um conjunto habitacional popular. Por meio de pesquisa hipotético-dedutiva, busca-se entender a relação entre a teoria e a real vivência feminina no espaço urbano, além de suas trajetórias de luta contra as violências e os discursos hegemônicos que atingem a questão de gênero.

ST_13 > **13**

INTRAURBANO E EXPANSÃO URBANA
COORDENAÇÃO: ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 9

A PROPRIEDADE DA TERRA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE TERRAS EM FORTALEZA E O PAPEL DO LOTE NÃO EDIFICADO
Fernanda Cavalcante Mattos - fernandacavalcante88@gmail.com

No senso comum, o lote não edificado é visto como um terreno baldio, onde a inexistência de uma construção implicaria na ausência de uma função. No meio técnico e acadêmico, esse é percebido como uma prática predatória de retenção especulativa da qual seu suposto dono se apropriaria indevidamente de benefícios coletivos. Em ambos os casos, contudo, haveria uma compreensão incompleta do fenômeno. Para iluminar o problema, o artigo abordará desde sua origem até seu tratamento pelas políticas urbanas atuais, a partir do caso de Fortaleza. Através da leitura crítica, refletir-se-á sobre como a propriedade fundiária reproduz o capital (nas perspectivas de Marx e Lefebvre), quais foram as modalidades de acumulação de capital adotadas pelos empresários imobiliários na expansão do mercado de terras em Fortaleza e qual o papel do lote não edificado nesse período da cidade. Neste estudo, o lote não edificado é encarado como parte essencial das relações sociais de produção capitalista.

SANTA CECÍLIA NO DISCURSO DA MÍDIA. REFLEXÕES SOBRE O DISTRITO DE SANTA CECÍLIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.
Mariana Pinheiro de Carvalho - FAUUSP, maripinheirodecarvalho@gmail.com

Esse artigo pretende analisar um conjunto de reportagens e artigos publicados no jornal Folha de São Paulo no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2017. Esse conjunto apresenta em comum a referência ao termo "Santa Cecília" remetendo de maneira direta ou indireta, mais ou menos específica ao distrito situado na cidade de São Paulo. Ao todo registramos 2540 reportagens publicadas em 63 seções diferentes, evidenciando a abrangência de temáticas relacionadas à região pesquisada. Trataremos do conjunto dessas reportagens de maneira geral, mas privilegiaremos o enfoque sobre uma transformação em curso da região. O estudo dessas reportagens e notícias pretende abordar dois movimentos simultâneos. Em primeiro lugar, o que pode ser revelado por meio da escala dos acontecimentos não excepcionais do cotidiano. Em segundo lugar, que tipo de discurso está sendo construído e veiculado sobre o distrito de Santa Cecília nesse início de século.

VALOR DE USO EM CENTRALIDADES PERIFÉRICAS METROPOLITANAS: ESPAÇOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL
Gabriela de Faria Pinho - UFMG, gabrielapinho.arqurb@gmail.com

Pretende-se uma discussão acerca do valor de uso em centralidades periféricas metropolitanas a partir de apropriações de seus espaços públicos sob uma perspectiva lefebvriana. O artigo se organiza sob uma perspectiva metropolitana, reconhecendo a centralidade como elemento fundamental para se alcançar a desfragmentação socioeconômica do território. As centralidades aqui tratadas são delimitadas como espaços que resistem nas periferias sociais e geográficas da metrópole, discorrendo-se sobre a recuperação do seu valor de uso através da práxis social como essência para a conquista do direito à cidade por meio de manifestações do ser político coletivo através da festa e da fruição. O espaço público, para além do seu espaço físico formal, afirma-se então como receptáculo dessas práticas que promovem o exercício da cidadania plena. O debate por fim se expande pelo processo de construção social do espaço público nesses territórios sob diferentes arranjos entre o Estado e da sociedade civil.

PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AEROPORTOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: UM PANORAMA PARCIAL, DE 2006 A 2017
Paulo Sergio Ramos Pinto - Universidade de Brasília, arquitetoramospinto@gmail.com
Marcos Thadeu Queiroz Magalhães - Universidade de Brasília, marcosthadeu@unb.br

As cidades brasileiras reúnem 85% da população e têm diversos conflitos urbanísticos. Entre eles, conflitos com os aeroportos, infraestruturas que têm requisitos de segurança, funcionalidade e eficiência das atividades aeronáuticas e aeroportuárias que estabelecem restrições sobre o território fora de seus limites. Em 2006, importante mudança ocorreu no Sistema de Aviação Civil com a instalação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, em 2011 e nos anos seguintes, novas normas federais aeronáuticas e aeroportuárias foram publicadas. Este artigo analisa a política da Infraero, estatal federal de aeroportos, quanto à integração cidades-aeroportos, de 2006 a novembro de 2017, e traça um panorama parcial, relativo a oito aeroportos da estatal. No período estudado, a Infraero celebrou, com 13 Prefeituras, Acordos de Cooperação Técnica para a elaboração de Planos de Integração Operacional Urbana, para 11 de seus aeroportos. Até 2011, a estatal administrava 67 unidades, que concentraram 97% dos passageiros e 98% das cargas do País naquele ano, mas, em 2017, operava 57, devido à concessão dos outros a empresas privadas ou público-privadas e a outros entes públicos.

POLÍTICA URBANA
COORDENAÇÃO: GERALDO MAGELA COSTA E THIAGO CANETTIERI

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 8

AS CRISES DE PARADIGMA DE THOMAS KUHN E A ATUAÇÃO DE JANE JACOBS: ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE AS ALTERAÇÕES DE POSTURAS PRESENTE NA LEGISLAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Mariana Meidani Ripoli - Posurb-arq PUC Campinas, marianamripoli@gmail.com
Jonathas Magalhães Pereira da Silva - Posurb-arq PUC Campinas, jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

Este trabalho discute a mudança de paradigma tomando como referencial teórico os conceitos desenvolvidos por Thomas Kuhn. Tenta-se resgatar as ideias e proposições levantadas por Jane Jacobs, em meados do século XX na tentativa de empregar, àquele contexto histórico, os conceitos de paradigma e de crise, conforme as definições por Kuhn. Busca-se compreender como as atuais discussões acerca da multiplicidade de usos e dos novos modelos possíveis de cidades se encaixam no que Kuhn chamaria de crise da ciência normal. Por meio da análise do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo na cidade de São Paulo, o artigo discute a alteração nas correlações de forças que possibilitaram uma, ao menos aparente, quebra de paradigma quanto ao modelo de cidade de forte cunho automobilístico.

CONSTRUIR A CIDADE EXPERIÊNCIAS INTEGRADORAS NO ENSINO DE PLANO E PROJETO URBANO

Patricia Maya Monteiro - UFRJ-PROURB, pmmayam@gmail.com
Filipe Marino - UFRJ-PROURB, ilipemarino@gmail.com
Isabela Bacellar - UFF-EAU, isabelabacellar.arq@gmail.com
Marlise Sanchotene de Aguiar - UFRJ-PROURB, marlise.aguiar@uol.com.br

Este trabalho apresenta uma experiência didática inovadora no âmbito do ensino do planejamento urbano e regional e projeto urbano em um curso de arquitetura e urbanismo. A partir do ensino integrado de duas disciplinas, buscou-se evidenciar as etapas que permitiram que essa mudança se tornasse um movimento de inflexão no ensino de propostas urbanas. Partiu-se de uma abordagem interescalar, seguida para uma problematização, baseada na discussão de textos chave para a construção de um arcabouço teórico, que propiciou um aprofundamento das pesquisas e análises sobre um recorte urbano e a subsequente proposição de cenários propositivos. A experiência relatada nos mostra que a inovação proposta pode contribuir para uma formação mais ampla e abrangente para o urbanista, comprometida com os problemas enfrentados pelas metrópoles brasileiras e estimulante para a formação de crítica e criativa.

ENTRE OLHARES E VIVÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DAS DOZE PRAÇAS DO CONJUNTO NOVA MARAMBAIA I EM BELÉM – PA.

Cristina Cátia Araújo Rêgo - Universidade Federal Do Pará, ccarpaisagismo@yahoo.com.br

Partindo-se da relação sócio espacial, o espaço assume a condição de produto da ação humana ao longo de sua existência o qual se materializa formalmente. Na sua qualidade de público, o espaço assume papéis diversos, como: lugar da ação política, palco de apropriações sociais e espaço socialmente produzido e carregado de diversos significados simbólicos. Inserida nesta categoria de espaço, a praça constitui-se como um equipamento urbano de convivência e lazer, cuja apropriação está relacionada a fatores de atração e repulsão. As vivências, caracterizadas como experiências vividas pelos indivíduos nos lugares correspondentes ao domínio público, se constituem como um fator fundamental de análise referente às relações socioambientais e às formas de apropriação espacial. O presente trabalho refere-se às reflexões acerca dos modos de apropriação e vivências como prática social nas doze praças do Conjunto Nova Marambaia I, situado em Belém, Estado do Pará, possíveis a partir da análise teórica sobre conceitos de espaço, espaço público, equipamento de lazer, praça pública e vivências além de observações realizadas in loco e entrevistas realizadas com usuários locais.

EVANGÉLICOS E POLÍTICA: UMA RELAÇÃO FECUNDA

Cristina Lontra Nacif - EAU-UFF, clnacif@globo.com
Vinícius Lobo da Nóbrega - EAU-UFF, vinicius.lobo@live.com
Diego Martins Perazzo - EAU-UFF, diperazzo95@gmail.com

O presente trabalho identifica o crescimento do segmento religioso evangélico no Brasil em geral e em particular na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo a composição atual da bancada evangélica da Câmara Municipal do Rio (CMRJ) reflete alguns desdobramentos da expansão geográfica da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e revela aspectos curiosos da relação executivo/legislativo a partir da eleição do Bispo Crivella em 2016. Identificamos que a distribuição geográfica da rede de igrejas evangélicas se traduz em instrumento seguro de difusão de princípios religiosos, e o mapeamento das votações do executivo no Rio demonstra a influência das denominações evangélicas com sua ocupação espacial. As lideranças evangélicas no Rio demonstram coordenação da atuação no campo político. Conforme Bispo Edir Macedo, Fundador e chefe da IURD, no livro Plano de Poder (2008) Deus tem um plano político para os fiéis da IURD e para os evangélicos que sejam seus aliados: governar o Brasil.

PRISÃO E MEDO: PROBLEMAS URBANOS NAS FRANJAS DA CIDADE

Bárbara Bruna Araújo Bezerra - UFRN, barbaraaraujobezerra@gmail.com
Cláudio Roberto de Jesus - UFRN, claudiorobertojesus@gmail.com
Rodrigo Figueiredo Suassuna - UFRN, suassuna.rodrigo@gmail.com

O presente trabalho pretende discutir de que forma determinados equipamentos públicos, criados para tentar solucionar problemas urbanos, alteram o cotidiano de grupos que vivem nas franjas da cidade. Mais especificamente, trata-se de analisar os impactos da construção do presídio de Alcaçuz no município de Nísia Floresta, região metropolitana de Natal/RN. Sendo assim, se objetiva compreender os condicionantes da criação do presídio, tendo em vista não só a questão do super encarceramento, mas, principalmente, sob a ótica da negação da cidade em lidar com seus problemas, isto é, passou-se a construir presídios fora dos centros urbanos por uma questão de "segurança". Em um segundo momento, será dada atenção para a história de formação da comunidade vizinha ao presídio: a Comunidade de Hortigranjeira. Além disso, serão analisadas as relações que ela desenvolve com o espaço local e sua interface com os aglomerados vizinhos e com a cidade de Natal.

ESPAÇO PÚBLICO: USOS
COORDENAÇÃO: JOÃO FARIAS ROVATI E HERNÁN ESPINOZA

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 9

ALTERAÇÃO NO USO DA CIDADE
Siva Alves Bianchi - UFRRJ, sivabianchi@gmail.com

A proposta deste artigo é uma reflexão sobre a apropriação das vias e calçadas, na cidade de Arraial do Cabo – RJ. Tem como base as ideias de Jan Gehl sobre a cidade para pessoas, e de Jane Jacobs sobre como a diversidade urbana concorre para a vitalidade de uma cidade através da locomoção, pois, no dizer de Paulo Mendes da Rocha, a cidade é feita mais do comportamento dos homens que das construções. Tendo como exemplo a cidade de Arraial do Cabo, parte-se da ideia de atribuir valor à construção e uso do espaço urbano pelas pessoas. Para que isso ocorra há necessidade de alteração na maneira de usar a cidade para que se tornem mais humanas. A metodologia de análise inclui a observação incorporada, onde o pesquisador participa do dia a dia da cidade em pesquisas de campo, onde inclui sua observação como entrevistado. O resultado, ainda em processo, mostra a necessidade de ser alterada a forma de usar a cidade.

ESPAÇO PÚBLICO E URBANIDADE: EXPRESSÕES DA COTIDIANIDADE NO CENTRO DE MACEIÓ-AL
Roberta Félix Maia - UFPE, robertamaiaa@outlook.com
Caroline Gonçalves dos Santos - UFAL, littlecarols@gmail.com

A dinâmica socioespacial das cidades contemporâneas revela como os sujeitos se apropriam do espaço público. Na cidade de Maceió, capital alagoana, esse estudo aborda o bairro do Centro, núcleo de origem da cidade, que narra sua história urbana e continua seu processo de evolução. Sua transformação está intrinsicamente ligada com a dinâmica da sociedade no espaço. Compreender essa relação faz parte da construção de uma análise socioespacial, pois reflete a importância dos espaços públicos ali existentes. Assim sendo, toma-se como estudo algumas ruas, definidas através das suas representatividades no bairro, a fim de esclarecer como se dá a apropriação dos usuários. Almeja-se com isso, demonstrar os resultados dessa pesquisa, adquiridas pelas experiências de integração social nesses espaços, e assim, contribuir para reconstrução de significados do Centro, visto que considerou-se que a área de estudo apresenta deficiências que interferem na efetiva urbanidade do lugar. Porém, seu potencial é notório, já que é lugar de passagem obrigatória, contém espaços livres que podem propiciar momentos de encontro e uma paisagem digna de ser observada.

O BRINCAR COMO EXPERIÊNCIA DO E NO ESPAÇO URBANO
Sérgio Eduardo dos Santos - PROARQ / UFRJ sesp.eduardo@gmail.com

O artigo compõe pesquisa em que se explora a presença e influência das crianças nas concepções de discurso e desenho urbano de arquitetos e urbanistas. Com seu olhar curioso, em conjunto de imaginário e ludicidade, as crianças possuem a habilidade de captar e (re)configurar os espaços de forma inusitada a olhos naturalizados. Tudo o que é visto, sentido, é imediatamente (re)interpretado enquanto buscam fazer da cidade uma construção também sua através do brincar. Essa ação exprime potência para a crítica, revisão, elaboração e implementação de outras lógicas de cidade, ou seja, sua ação no meio urbano concede novos instrumentos e insumos àqueles que o pensam e constroem. Configura-se contato com conceitos e noções de corpo, atravessados pela criança como tema, norteados pelos autores Marcel Mauss (1872-1950) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), além do brincar da criança tendo Johan Huizinga (1872-1945) e Manuel Jacinto Sarmento como pontos de partida. Com auxílio de Gustave-Nicolas Fischer (1944-), e através de relato de experiência voluntária do autor em campo no bairro da Baixada do Glicério – São Paulo/ SP através do projeto Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério da organização CriaCidade em 2016. Tal abordagem, para além de aproximação do autor aos conceitos citados, tem como objetivo contribuir para os estudos e ações projetuais que reconhecem o indivíduo criança como parâmetro para o pensar e fazer cidades. Incorporando nas diretrizes e desenho urbano o brincar livre das crianças a ocuparem os espaços públicos livres urbanos, reconhecendo neste ato a construção e fortificação das ações coletivas nos espaços urbanos, culminando em cidades socialmente justas e amigáveis à vida humana.

PRAÇA VIVA – VIVÊNCIAS NO ESPAÇO PÚBLICO
Michelle Campos Morais - UFSM Campus Cachoeira do Sul, michelle.morais@ufsm.br
Andreza da Costa - UFSM Campus Cachoeira do Sul, aandrezadacosta@gmail.com
Luana Mendes da Silva - UFSM Campus Cachoeira do Sul, luanam1990@gmail.com
Pablo Ceolin Dallagnol - UFSM Campus Cachoeira do Sul, dallagnol97@gmail.com

As ações em prol das cidades devem partir da valorização e da conscientização da sua importância por parte da população, sendo que a falta de maior participação popular contribui para a existência de ambientes urbanos que não se mostram devidamente apropriados e explorados na ampla possibilidade de suas potencialidades arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas. O projeto Praça Viva consiste em um evento de ocupação temporária, de vivência coletiva e de revitalização das relações junto a Praça Santo Antônio, em Cachoeira do Sul/RS, para que deixe de ser apenas lugar de passagem e passe a integrar o dia-a-dia da comunidade. Realizar um evento com ações e intervenções urbanas em uma praça pública com a participação da comunidade vêm ao encontro da questão do direito à cidade, contribuindo para o compromisso com a realidade sociocultural brasileira, ao ampliar a participação dos cidadãos na transformação da realidade e do espaço em que vivemos.

VISIBILIZAR AS NARRATIVAS DE RUA – A DIMENSÃO PÚBLICA DA PAISAGEM DE PORTO ALEGRE EM QUESTÃO.
Daniele Caron - PROPUR – UFRGS, daniele.caron@ufrgs.br
Renata Carrero - PROPUR – UFRGS, arq.renatacarrero@gmail.com
Bárbara Hypolito - PROPUR – UFRGS, hypolito.barbara@gmail.com
Diogo Vaz - PROPUR – UFRGS, diogovazjr@gmail.com

O texto convoca uma abordagem do urbano contemporâneo a partir das narrativas cotidianas que constituem a paisagem. Desafiando as metodologias de planejamento e projeto urbano distanciadas da experiência dos sujeitos e seus modos de subjetivação no território, focalizamos as narrativas frequentemente invisibilizadas pela homogeneização e espetacularização urbana. A partir de uma trama

epistemológica entre paisagem e narrativa, descrevemos a metodologia de análise dos relatos do Jornal Boca de Rua, para compreender a dimensão pública da paisagem do centro de Porto Alegre/RS. São discutidos os conceitos de prefiguração, configuração e refiguração de Ricoeur (2003) enquanto operações da narrativa que, combinadas ao indício integrador de Barthes (1977) e o cronotopo de Bakhtin (1989), possibilitam a construção de um metatexto cartográfico. As cartografias tensionam a dimensão pública da paisagem, trazendo o pertencimento, a visibilidade e a cidadania como atravessamentos do corpo político nas ruas.

> ST_13 > **16**

URBANO: ABORDAGENS TEÓRICAS
COORDENAÇÃO: JORGE BASSANI E MARIA DULCE PICANÇO BENTES SOBRINHA

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 8

A REPRESENTAÇÃO DO IMAGINÁRIO: DAS HISTÓRIAS À IDENTIDADE DO LUGAR
Rodrigo de Moraes Rosa - UERJ, dimoraes2001@gmail.com

Entre os anos de 2009 e 2014, inúmeros projetos de reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro para essa sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 foram incluídos, na agenda (e nos esforços) dos atores institucionais, públicos e privados; um conjunto de medidas para tornar a cidade atraente a partir da eleição e seleção de ações nos bairros escolhidos para representá-la como cartão de visitas. A atratividade configurava-se, fundamentalmente, como a apresentação de diferenciais qualitativos do Rio de Janeiro em relação a outras cidades e a Lapa, região central da cidade, tomada como melhor encarnando o "espírito carioca". O presente trabalho propõe investigar a articulação de imaginários na composição de identidade associada a um território, sobremaneira, dando atenção à descontinuidade, a porosidade, ao híbrido, às resistências, ao diálogo entre as propostas, projetos e ações revitalizadoras.

COMPLEXCIDADE: A ODISSEIA DA INCOMPLETUDE URBANA
Nilberto Gomes de Sousa - UFRN, metropolis.nilberto@gmail.com

Há muito as investigações urbanísticas desenvolvem um esforço hercúleo para explicar a complexa cidade contemporânea, Complexcidade, e suas dinâmicas. Sempre na esperança de compreendê-la para resolver seus problemas imediatos, corrigir seus rumos e antecipar o seu futuro. Buscamos aqui refletir sobre as novas leituras da cidade apoiadas em modelos matemáticos e big data aliados à computação. Essas ferramentas impulsionam novas abordagens e reacendem a esperança de uma nova ciência das cidades que soa como uma teoria geral da relatividade-cidade capaz de explicá-la por inteiro. A confiança na capacidade humana de compreender o universo alimenta a expectativa de dominar a cidade. Com o suporte das ferramentas computacionais, as recentes explorações parecem reeditar as "certezas" inabaláveis do urbanismo moderno, crente em leis que modelariam a cidade para uma pessoa "tipo". Assistimos a um novo surto de technotopia embalado pela possibilidade de auscultar os batimentos da urbits? Estão no certeiro caminho as tentativas para desvelar os fios da costura urbana invisível? Existem leis invisíveis no real? Questionamos as ilusões de domínio completo com a teoria da relatividade, com o princípio incerteza e com o teorema da incompletude, para arriscar que a Complexcidade não se destina a ser "agarrada" por completo.

ENTRE AS LUZES E A DIMENSÃO NOTURNA DAS CIDADES: A CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA A PARTIR DA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA
Tatiana de Albuquerque Ferreira - PROURB/ FAU-UFRJ, tatianadealbuquerque@gmail.com

Este artigo se dedica ao estudo da iluminação urbana por meio do entendimento da experiência noturna que se desdobra no espaço público. Parte-se do entendimento que no contexto atual a iluminação urbana tem sido questionada por questões mais sustentáveis e pela aproximação às dimensões mais sensíveis da noite, assim, entende-se como necessário a busca por novas ferramentas de análise que possam abranger as particularidades do que é vivenciado à noite. Como metodologia, organizou-se este artigo em duas partes, a primeira destinada ao entendimento de conceitos relacionados à experiência que se desdobra no espaço público e suas especificidades noturnas. A segunda se refere à construção metodológica baseada na observação empírica da experiência. Esta parte se desdobra em dois aspectos, de um lado tem-se a descrição da luz e suas reverberações no ambiente construído; por outro lado, tem-se a observação dos gestos e das práticas dos sujeitos. Desta forma, como objetivo, pretende-se abranger a pluralidade da dimensão noturna da cidade, buscando novos métodos que permitam uma leitura espacial da experiência noturna, assim como, desvios de concepções já formatadas em relação às luzes e à escuridão que a compõem.

ESTUDOS URBANOS OU ESTUDOS DA CIDADE? Notas sobre o Citadismo, ou Cidade-Centrismo
Rodrigo Castriota - CEDEPLAR/UFMG, castriota@gmail.com
Bruno Siqueira - IGC/UFMG, brunoggsiqueira@gmail.com

O presente trabalho reivindica a reintegração da não-cidade junto ao campo dos estudos urbanos no Brasil, em coro com as agendas contemporâneas que exploram a extensão da problemática urbana para além da cidade. Recentemente, Angelo e Wachsmuth atruibuíram à obsessão teórica e metodológica com as cidades o nome de 'citadismo metodológico' (2015), finalmente nomeando o problema de uma prática teórica que pretende atingir o urbano, mas desde o início está fadada a perdê-lo, a partir de sua concepção cidade-cêntrica. Apresentamos aqui as agendas de pesquisa contemporâneas que apontam para a centralidade do caráter extensivo da urbanização, a crítica do citadismo metodológico e interrogamos o problema do citadismo não apenas do ponto de vista 'metodológico', mas também do ponto de vista do percebido, concebido e vivido. Questionamos até que ponto a presença e a marca colossal da cidade (enquanto objeto e plataforma da experiência humana) no mundo contemporâneo se encontram muito além da prática acadêmica e atingem os ambientes sensoriais percebidos de uma imensa e crescente quantidade de pessoas ao redor do mundo.

O QUE ESTÁ SENDO PROPOSTO QUANDO SE FALA EM "EDUCAR PARA A VIDA URBANA?"
Patricia Daflon Dos Santos - Universidade Federal Fluminense, patdsantos@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo uma primeira aproximação a um aporte teórico-conceitual que auxilie na discussão acerca da relação entre os projetos e modelos de educação urbana e processos de governança territorial. Nesse contexto, busca-se analisar de forma crítica o contraponto, muitas vezes encontrado, entre as perspectivas que envolvem tais temáticas, além de uma análise crítica aos modelos de projetos de educação urbana, importados e muitas vezes aplicados de forma equivocada e distanciada tanto dos problemas locais quanto dos processos que o causaram, dos sujeitos que o vivenciam, como dos possíveis agentes propositores de ações. Desta forma, faz-se necessário problematizar de que forma as políticas públicas, neste caso relacionadas tanto ao planejamento urbano como de gestão, podem viabilizar novas práticas.

ST_13 > **17**

O URBANO E O RURAL
COORDENAÇÃO: CAMILA D'OTTAVIANO E JANAINA MARX

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 9

EDUCAÇÃO E EFEITO-VIZINHANÇA: REFLEXÕES A PARTIR DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Carla Nogueira Patrao de Aquino - Instituto Federal Fluminense, cnpatrao@gmail.com
Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda - UCAM-CAMPOS, serpanogueira@gmail.com

O objetivo do trabalho é discutir possibilidades de estudos de efeito-vizinhança com base na tipologia institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, isto é, contribuir analiticamente com o debate sobre os impactos provocados pela presença de um equipamento público educacional em um território trazendo para essa análise, o conceito de efeito-vizinhança. Assim, a questão central é o que este equipamento produz de efeito-vizinhança no território, a qual pode ser traduzida na seguinte pergunta: quem se apropria, de fato, deste equipamento implantado no território? Neste artigo, estas perguntas encontram sentido em Harvey (1980) e Corrêa (2005), que ressaltam que há um conjunto de forças que permitem localizações e relocalizações das atividades e da população sobre o espaço urbano, sendo o Estado um dos atores que modelam e organizam este espaço urbano; e em Sant'Anna (2009) e Ribeiro (2016), que argumentam que há diversos elementos da vida social que podem ser influenciados pelos territórios, por meio do efeito-vizinhança e, neste caso, a capacidade de apropriação dos recursos se distingue nos diversos grupos sociais.

LEITURAS E DISCURSOS SOBRE AGRICULTURA URBANA: Um debate em construção
Claudia Souza De Mello - PPGAU-UFF, claudiasouzamello@gmail.com

O artigo aborda a temática da agricultura urbana como prática social de apropriação do espaço urbano, trazendo algumas experiências e um quadro sintético da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, abarcamos alguns diálogos teóricos sobre o tema, discorrendo sobre abordagens utilizadas nos estudos do fenômeno. A seguir, exploramos o conceito de urbano e de utopia experimental em Lefebvre, acreditando que estes auxiliarão na compreensão e análise das práticas. Por último, apresentamos duas leituras referentes aos movimentos de agricultura urbana na cidade em questão. De um lado, as práticas dos agricultores tradicionais que se mantêm e resistem em seus territórios, hoje, áreas periurbanas; e, de outro, as práticas dos coletivos urbanos que se apropriam de espaços (públicos) urbanos, em geral, áreas intra-urbanas, através de intervenções temporárias. O estudo nos possibilitou perceber que ambas as práticas narram resistência por apropriações democráticas, sejam através da permanência ou impermanência no território.

RECONVERSÃO TERRITORIAL E PLANEJAMENTO URBANO:
O CASO DO ATERRO SANITÁRIO DE BELO HORIZONTE
Carolini Tavares Frinhani - PUC Minas, cfrinhani@hotmail.com
Fernanda Mingote Colares Luz - PUC Minas, mingotefernanda@yahoo.com.br
Jairo Bianchi - PUC Minas, jairo.bianchi@gmail.com

A gestão dos diversos usos, funções, elementos componentes das dinâmicas territoriais nas metrópoles ao longo do tempo são um grande desafio ao planejamento urbano. Determinados usos, como as áreas de mineração, indústrias ou outros que se encontram abandonadas ou inativas, são um grande problema para a gestão e planejamento territorial nos grandes centros urbanos. Diante disso, este artigo parte da análise de experiências em Reconversão Territorial, abordando o tema de forma a inseri-lo nos debates sobre planejamento urbano e a reabilitação de aterros sanitários desativados. O objeto de estudo é a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS) da cidade de Belo Horizonte, que atualmente encontra-se na última etapa do processo de desativação. Tem como objetivo compreender as relações territoriais e urbanas construídas em um processo de reconversão territorial. Busca identificar se os estudos para implantação de um parque público – Parque Taiobeiras, proposto pela Prefeitura Municipal - estão em consonância com os ideais do redesenvolvimento territorial.

UMA DISCUSSÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA: O CASO DO PAU MIÚDO, EM SALVADOR.
Maria Carolina Maziviero - Universidade Federal do Paraná, mcarolmazi@hotmail.com
Eneida de Almeira - Universidade São Judas Tadeu/SP, eneida.almeida@gmail.com
Luis Octavio de Faria e Silva - Universidade São Judas Tadeu/SP, lifariaesilva@gmail.com

O artigo apresenta relato sobre a transformação da paisagem urbana a partir de registros de levantamento do Brongo do Pau Miúdo, em Salvador, por parte do arquiteto Sylvio Sawaya, revisitado em oficina realizada no V Enanparq – Salvador, 2018. Trata-se de uma reflexão sobre formas de pensar os espaços do cotidiano, de modo a incorporá-los no ato de projetar. O levantamento do arquiteto e sua equipe, realizado nos anos 1980, lança mão de procedimentos ortodoxos, mas desenvolve, ao longo do processo, métodos para precisar e sintetizar a compreensão da realidade. As conversas que estabeleceram com os moradores colocaram em questão as ações urbanizadoras e os meios de representação. O artigo está organizado em três partes: i) uma contextualização do processo nos anos 1980; ii) uma análise sobre a dimensão participativa no

planejamento e no projeto de intervenção urbana em territórios populares; e, iii) uma reflexão sobre o habitar como forma de resistência política. Aborda um processo de intervenção urbana que torne possível a participação direta dos cidadãos na concretização dos planos e na formulação de propostas de solução com maior chance de serem implementadas.

VELHAS E NOVAS DICOTOMIAS DO RURAL/URBANO NO PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR URBANA: O CASO DE PORTO ALEGRE

Caren Freitas de Lima - PPGDT/UFRRJ, carenfreitas.lima@gmail.com
Anna Rosa Maria Lopane - CPDA/UFRRJ, anninalopa@gmail.com
Tatiana Cotta Gonçalves Pereira - PPGDT/UFRRJ, tatianacotta75@gmail.com
John Wilkinson - CPDA/UFRRJ, jhn.wlknsn@gmail.com

O objetivo do artigo é analisar os impactos da manutenção da dicotomia rural-urbano nas normas de planejamento urbano, como Planos Diretores municipais e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Utilizando como caso referência a volta do zoneamento rural no município de Porto Alegre, observou-se que se fez necessário definir as áreas rurais com o intuito de garantir o acesso às Políticas Públicas por parte dos agricultores, refutando a tendência de diversos Planos Diretores que estabeleciam todo o território municipal como urbano. Apesar da DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) exigir a produção agrícola em meio rural, diversas Resoluções e Portarias foram expedidas no sentido de flexibilizar tal exigência, garantindo que a agricultura urbana também possa ser caracterizada como familiar. A dicotomia rural-urbano, portanto, não se sustenta mais na realidade do século XXI e vem trazendo novos problemas e soluções no âmbito da norma administrativa, sendo preciso reformulá-la em termos de planejamento urbano e políticas públicas voltadas para a agricultura.

> ST_13 > **18**

ESPAÇOS PÚBLICA: ANÁLISE E AVALIAÇÃO
COORDENAÇÃO: MARIA DULCE PICANÇO BENTES SOBRINHA E GERALDO MAGELA COSTA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 8

CAMINHABILIDADE: UM ENSAIO GERAL SEGUNDO O ÍNDICE DO ITDP NA ÁREA CENTRAL DE PETRÓPOLIS, RJ

Alline Margarette da Mota Serpa - UFRJ/PROURB, alline.serpa@gmail.com
Larissa Duarte Amorim - Universidade Católica de Petrópolis, l.duarte.amorim@gmail.com
Maria Eduarda Cavati Medeiros - Universidade Católica de Petrópolis, cavatimedeiros@gmail.com

Como consequência do aumento da demanda por rotas rodoviárias, políticas são adotadas priorizando o transporte motorizado individual sobre o movimento de pedestres. Diante da análise dos benefícios da caminhada, como redução dos custos de deslocamento, melhoria da saúde da população e vivência comunitária, o incentivo à prática de caminhada é imprescindível para o desenvolvimento sustentável das cidades. Este trabalho apresenta os primeiros resultados do teste de aplicação do índice de caminhabilidade do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), na cidade de Petrópolis, conhecida sob a suposição de ser segura e mais urbanizada do que a média das cidades brasileiras. Tal estudo tem, como objetivo, analisar premissas do índice utilizado em associação com uma pesquisa aplicada na mesma área. A pesquisa resultou na criação de um banco de dados, relacionando os padrões sociais, econômicos e de locomoção dos entrevistados com a pontuação resultante dos critérios do índice ITDP. Pretende ser um produto da percepção do espaço público e da caminhabilidade, pois auxilia as discussões sobre mobilidade nesta e outras cidades de médio porte.

ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA CRIMINALIDADE NAS PRAÇAS ARGENTINA E RAUL PILLA EM PORTO ALEGRE

André Coutinho Augustin - Observatório da Segurança Pública RS, andreaugustin.fee@gmail.com
Taiane Beduschi - Arquitetura Humana, tai@ah.arq.br

A violência urbana é um assunto que cada vez preocupa mais os brasileiros e que tem sido objeto de pesquisas acadêmicas em diversas áreas. No entanto, ainda há poucos estudos relacionando a ocorrência de crimes ao planejamento urbano no Brasil. Este artigo faz uma análise comparativo entre a Praça Argentina e a Praça Raul Pilla, localizadas no centro de Porto Alegre. São apresentadas as diferenças entre as duas praças em relação ao seu uso, iluminação, visibilidade, relação com o entorno e usos dos prédios vizinhos. Também são analisados os crimes ocorridos nas praças desde 2010, a partir de ocorrências policiais. A Praça Raul Pilla, que possui melhor iluminação e visibilidade e a presença de edificações com uso mais diversificado no entorno apresenta uma maior circulação de pessoas e também registrou um número consideravelmente menor de crimes do que a Praça Argentina, indicando que o uso do espaço público pode influenciar a ocorrência de crimes.

OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DA PRAÇA CENTRAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

Aline Cristina Gomes da Costa - Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, aline_cgc@hotmail.com
Valéria Regina Zanetti - Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, vzanetti@univap.br

Este artigo realiza uma análise etnográfica sobre as diferentes formas de apropriação do espaço de uma praça pública do antigo centro da cidade de São José dos Campos, localizada no médio Vale do Paraíba paulista. O estudo, baseado na figura do flâneur de Walter Benjamin (2000) e no caminhante de Michel de Certeau (1994), desvelou a constituição de múltiplos territórios, afirmados pelo poder da representação simbólica, no espaço funcional do espaço público. Por meio do conceito de panoptismo de Michel Foucault (2012), desenvolveu-se uma leitura sobre a vigilância, a disciplina, o poder e as constituições das barreiras abstratas, partindo tanto das instituições, quanto dos usuários fixos da praça, que marcam seus territórios por aquilo que denominamos no estudo por "panoptismo reverso". A leitura subjetiva do espaço, proporcionada pela etnografia, reforçou a necessidade da construção de um (re) conhecimento sobre a práxis urbana nas discussões do campo do Planejamento Urbano e Regional.

SEGURANÇA E ESPAÇO PÚBLICO: UM ESTUDO DE IMPACTO APÓS REFORMA NO C.S.U. EM ESPERANÇA-PB.
Robson Joabson Soares Porto - LabRua, robson@labrua.org
Antônio Fernando Vasconcelos Filho - UniFacisa, feuvasconcelos@gmail.com

A falta de segurança e de infraestrutura pública atualmente assola os pequenos e grandes centros urbanos, desencadeando uma constante segregação entre as edificações e o espaço público, na maioria das vezes com muros altos e fachadas cegas. No município de Esperança, na Paraíba, está localizado o Centro Social Urbano (C.S.U.), um espaço dedicado a contribuir para a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social. Recentemente este órgão passou por uma reforma na sua estrutura, retirando os muros que faziam parte de sua composição e que separavam seu interior do exterior; no lugar dos muros foram implantadas grades que facilitam a permeabilidade no espaço, quebrando a segregação que existia previamente. Através de pesquisa bibliográfica, coleta de dados e aplicação de questionários in loco, observou-se os impactos positivos que a reforma trouxe, sendo elas praticamente unânimes quanto a melhoria do espaço público e a convivência com o seu entorno.

ST_14 > POLÍTICAS URBANAS: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Comissão Científica:
Glória Cecília dos Santos Figueiredo – PPGAU/UFBA
Jupira Gomes de Mendonça – NPGAU-EA/UFMG
Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal – DPP/UFRN
Verônica Maria Fernandes de Lima – PPGAU/UFRN

> ST_14 > **01**

OPERAÇÕES URBANAS E A CIDADE-MERCADO
COORDENAÇÃO: VERÔNICA MARIA FERNANDES DE LIMA

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 16

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: REFLEXÕES SOBRE AS OPERAÇÕES URBANAS SIMPLIFICADAS EM BELO HORIZONTE
Rogério Palhares Zschaber de Araújo -
Universidade Federal de Minas Gerais, rogeriopalharesaraujo@gmail.com
Leonardo Batista de Andrade -
Universidade Federal de Minas Gerais, leonardo.batistadeandrade@gmail.com

Motivadas necessariamente por interesse público, conforme previsão legal do Plano Diretor de Belo Horizonte, as Operações Urbanas Simplificadas (OUSs) diferenciam-se das Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), pelo seu caráter pontual, consolidando a tendência das parcerias público-privadas e da flexibilização de parâmetros urbanísticos em torno de empreendimentos específicos. Em analogia a modelos internacionais de planejamento orientados pelo mercado, compreende-se o uso crescente das OUSs como resultado da redução do protagonismo do papel do Estado e das consequentes inflexões neoliberais do planejamento e gestão urbanos, e seus desdobramentos na escala local com a progressiva transferência de responsabilidades antes do poder público para a iniciativa privada. A partir da contraposição de interesses públicos e privados envolvidos na concepção e desenvolvimento de processos de instituição de OUSs em Belo Horizonte, discute-se, segundo a perspectiva da função social da propriedade e da gestão democrática das cidades, os limites e possibilidades do instrumento de contribuir para uma melhor distribuição dos ônus e benefícios da urbanização.

OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS 2.0: ORIGEM E PERFORMATIVIDADE DE UM MODELO EM CONSTANTE ADAPTAÇÃO

Laisa Eleonora Marostica Stroher - UFABC, laisaeleonora@gmail.com
Nílcio Regueira Dias - UFABC, arq.nilcio@gmail.com

O artigo visa contribuir para a compreensão do processo de penetração das lógicas, narrativas e agentes financeiros no planejamento urbano, através do qual os bens comuns – terra, solo criado, redes de infraestrutura urbana, fundo público, base tributária – têm sido transformados em ativos financeiros. Por meio da análise das operações urbanas consorciadas (OUCs) paulistanas, da experiência do Rio de Janeiro (que denominamos OUC 2.0), e da recente tentativa de sua replicação em São Bernardo do Campo, Niterói, Belo Horizonte e Salvador, apresentamos a evolução das modelagens e dos agentes envolvidos no design, implementação e na sua disseminação. Apontamos uma complexificação e crescente multiescalaridade da coalizão que promove as OUCs, com o envolvimento de vários níveis de governo e um maior protagonismo das empreiteiras, em meio a uma progressiva colonização pela noção de governança corporativa e de instrumentos mediante os quais os bens comuns são tratados como ativos. Por fim, analisamos a performatividade do modelo de OUC 2.0, que ocorre independentemente dos resultados da experiência embrionária do Rio de Janeiro.

AS OPERAÇÕES URBANAS ENTRE A CIDADE-MERCADO E A CIDADE-DIREITO: UM ESTUDO PRELIMINAR DO INSTRUMENTO EM BELO HORIZONTE (1996-2016).

Renato Barbosa Fontes - PPGCS/PUC Minas, renatobfontes@gmail.com

Este artigo coloca em questão a necessidade investigar a aplicação das Operações Urbanas em Belo Horizonte (1996-2016) e suas especificidades a partir do contexto e da trajetória local. Pretende-se, a partir de uma análise documental e um aporte teórico, identificar a natureza dessas operações, isto é, estes projetos urbanos expressariam uma ampliação progressiva de direitos conduzida pela ou para sociedade, considerando a possibilidade do caráter redistributivista do projeto, ou seus objetivos estariam fundamentalmente (ou parcialmente) associados às necessidades de acumulação urbana características do urbanismo neoliberal ou até que ponto esses dois aspectos conviveriam no interior dos projetos.

A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO PLATAFORMA PARA O RENTISMO: O CASO DE MARINGÁ (PR) BRASIL

Ricardo Luiz Töws - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ricardotows@gmail.com
Paulo Roberto de Souza - Universidade Estadual de Maringá, paulorsouzauem@gmail.com
Ana Lucia Rodrigues - Universidade Estadual de Maringá, alrodrigues1962@gmail.com

A Operação Urbana Consorciada Novo Centro Cívico - EuroGarden Maringá foi concebida e aprovada em uma grande área dentro da cidade de Maringá (PR), oriunda da desativação de um aeroporto e liberação de grande área dentro da cidade. É objeto de investigação por possuir particularidades, a saber: foi aprovada em 2013 e revogada em 2018; a despeito disso, gerou valorização da terra e do entorno e foi objeto de marketing urbano (TÖWS, 2015); foi inserido no planejamento estratégico de cidades (TÖWS, 2015); foi uma modalidade de parceria público-privada e foi inserida na lógica do voto; foi envolvida em disputas judiciais e resistência (CORDOVIL, 2018); viabilizou o rentismo, que é a tese defendida nesta comunicação de pesquisa. Por isso, delineamos sobre alguns aspectos do projeto e, na sequência, abordamos sobre o processo de financeirização, cujo rentismo é uma das expressões verificadas. Por fim, daremos alguns encaminhamentos de pesquisa.

A DIFUSÃO DE UM MODELO DE GESTÃO URBANA: TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E OPERAÇÕES URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Thaís Mariano Nassif Salomão - Observatório das Metrópoles - UFMG, thaisnassif@gmail.com

Este artigo tem como objetivo apresentar o levantamento de projetos de desenvolvimento e gestão urbana que fazem uso de instrumentos de parceria público-privada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) acompanhado de algumas análises preliminares. Tratam-se de resultados de investigação em curso pelo Observatório das Metrópoles - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Núcleo Belo Horizonte. Especificamente, foram levantados, ao longo de 2018, projetos de Operações Urbanas (OUs) e de Parcerias Público-Privadas (PPPs) stricto sensu – tal como definidas pela Lei Federal nº 11.079/2004 –, assim como a existência de órgãos dedicados à promoção de PPPs. De maneira geral, acredita-se que as questões explicitadas por esse levantamento apontam para uma tendência de fragmentação e mercantilização da agenda urbana na RMBH. A partir do levantamento de Operações Urbanas observa-se uma tendência de aplicação de variações simplificadas do instrumento para viabilização de empreendimentos pontuais, em um cenário em que o suposto "interesse público" desses empreendimentos se confunde com aquele de suas contrapartidas também pontuais. Por sua vez, a partir do levantamento das Parcerias Público-Privadas stricto sensu, observa-se um alastramento temático e territorial do uso do instrumento com tendências à indeterminação e desespacialização de projetos deixando a cargo do interesse privado a pauta de investimentos não apenas em infraestrutura viária e de equipamentos, mas também crescentemente na prestação de serviços urbanos e na gestão de espaços de lazer e eventos. Finalmente, a partir do levantamento de órgãos de promoção de PPPs, observa-se a difusão de um modelo de gestão urbana caracterizado pela entrada de Prefeituras, inclusive de pequenos municípios, no campo instrumental das PPPs, apontando para uma nova etapa de intensificação da associação entre Estado e capital na RMBH, enraizada na escala local.

> ST_14 > **02**

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO
COORDENAÇÃO: SORAIA MARIA DO SOCORRO CARLOS VIDAL

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 16

A TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO: INCENTIVO AOS BENS PROTEGIDOS NA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO (?)

Dulcilei De Souza Cipriano - Universidade De São Paulo, dulci.cipriano@usp.br
Eduardo Alberto Cusce Nobre - Universidade De São Paulo, eacnobre@usp.br

Este artigo faz parte de dissertação desenvolvida no PPGAU-USP. Portanto, é parte de uma pesquisa que busca analisar a aplicação da Transferência de Potencial Construtivo (TPC), no âmbito da Operação Urbana Centro, na área central de São Paulo. Em funcionamento há vinte anos, o referido mecanismo é o único

instrumento urbanístico que visa promover a conservação do patrimônio cultural edificado por intermédio da concessão de contrapartida financeira, paga pela iniciativa privada, em troca da permissão para exceder o coeficiente de aproveitamento do solo imposto pela legislação de zoneamento. Após a análise dos documentos e dados referentes à operacionalização da TPC iremos verificar a efetividade desta por meio do estudo de um caso de transferência de potencial, escolhido num rol de seis processos finalizados durante o período compreendido entre 1997, ano de instituição da Lei nº12.349/97 e, 2017 quando se contabiliza duas décadas da implementação deste instrumento.

A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA PRÁTICA: UM OLHAR A PARTIR DOS AGENTES PRIVADOS NA EXPERIÊNCIA PAULISTANA DE 2002 A 2013.
Kaio Matheus Santos Nogueira - Universidade Federal do ABC, kaiom.nogueira@gmail.com

A Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e os instrumentos do Estatuto da Cidade compõem um rol de ferramentas criadas para promover a função social da propriedade e a redistribuição dos benefícios do processo de urbanização. Sua efetividade não é condicionada puramente à sua aplicação, mas também à maneira com a qual está inserida em uma política urbana mais ampla e ao modo com a qual é utilizada pelos agentes privados, considerando o redesenho de suas estratégias de atuação. O artigo mostra, através da teoria do comportamento do mercado imobiliário, de dados e entrevistas que o ônus do pagamento da OODC em São Paulo representou um custo marginal para o setor imobiliário e que a forma e os parâmetros de aplicação minoraram o potencial tanto de arrecadação quanto de indução do desenvolvimento urbano na cidade. Contudo, o instrumento contribuiu positivamente na capacidade de investimento do município e pode contribuir ainda mais se for aprimorado.

PAISAGEM URBANA e IMPACTO DE VIZINHANÇA
Susie Fonseca de Souza - UFES, susie.souza@gmail.com

Impactos são efeitos provocados em alguma coisa ou lugar, a partir de uma ação, tornando-se seus reflexos diretos ou indiretos. Quando produzem mudanças na paisagem da cidade, tais efeitos são quase sempre percebidos positivamente. Compreendendo a paisagem urbana como ambiente resultante da técnica, sendo essa um meio de transformação e construção, o trabalho apresenta uma análise das interferências ocorridas no espaço urbano, em função da inserção de um shopping center, observando as alterações visuais e estruturais em suas imediações. Para uma comparação, foram utilizadas imagens aéreas de fonte digital tomando períodos anteriores e posteriores à construção do edifício, e fotos captadas em três pontos determinados, de áreas que foram alteradas em sua configuração territorial, assim como em sua paisagem. Utilizando o conceito de "impacto de vizinhança", a presente abordagem trata dos impactos provocados no entorno do edifício, observando a estrutura urbana construída para favorecer sua inserção, e as consequências relacionadas às características de sua área de influência.

PIU "UMA NOVA FORMA DE INSERÇÃO"
Victor Martinez Corrêa e Sá - USP, victormcsa@usp.br
Débora Almeida Bruno - USP, abruno.debora@usp.br
Mariana Sayuri Takechi Yoshimura - USP, m.yoshimura@usp.br

Com o propósito de analisar o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) - recente instrumento urbanístico na política urbana do município de São Paulo - e discutir a interface entre agentes públicos e privados, o artigo faz uso de um dos casos como objeto empírico: o Vila Leopoldina Villa Lobos (VL-VL). Na discussão dessa interface, problematizamos também a participação das comunidades e seus moradores no processo de debate do Projeto PIU. Primeiramente, é apresentado o PIU - conforme a legislação do município - e, especificamente, o PIU VL-VL. Doravante, é apresentada a narrativa construída pelos proponentes e agentes envolvidos. Tal narrativa é discutida frente à problemática da lógica na qual está se concebendo o PIU VL-VL: atende os interesses privados, resguardado pelo ente público que a fim de garantir o amplo interesse coletivo, utiliza o fundo estatal. Essa dinâmica, somada a narrativa construída, sugere uma nova lógica da produção do espaço, discutida neste texto.

COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO. A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA (PIUS) EM SÃO PAULO
Carolina Heldt D'almeida - IAU USP, carolheldt@gmail.com

O artigo mapeia o panorama de Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) em desenvolvimento em São Paulo para ensaiar uma análise sistematizada a partir daquilo que essas propostas apresentam como elementos recorrentes, com o objetivo de alcançar uma reflexão sobre os propósitos dessas intervenções urbanas. A hipótese em causa é que nessas propostas de reestruturação urbana por meio do PIU a finalidade é antes viabilizar a concessão, do que propor um conteúdo programático ao projeto urbano de interesse público. Mas se isso não é novo, nem é um efeito do uso do PIU em particular, a novidade se manifesta na generalização desse processo e na sua normalização como padrão normal de desenvolvimento urbano e racionalidade de planejamento urbano. A análise empírica realizada permite acenar a um certo percurso da recorrência da concessão do espaço urbano adotada como norma para a produção do espaço urbano, por meio do PIU, como seu dispositivo.

> ST_14 > **03**

TERRA, PROPRIEDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO
COORDENAÇÃO: SORAIA MARIA DO SOCORRO CARLOS VIDAL

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 16

ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS DA UNIÃO: OPORTUNIDADES DESPERDIÇADAS?
Flavia Pedrosa Pereira - UnB, flaviapereira09@gmail.com
Benny Schvarsberg - UnB, benny@unb.br

Os normativos e iniciativas da Administração Pública Federal que estimulam a alienação de bens imóveis da União estão na pauta do dia. O artigo propõe uma abordagem que inicia com a caracterização dos bens que compõem esse universo, procurando compreender como se deu a formação do patrimônio da União. Destaca-se que há um conjunto heterogêneo desses bens, parte conhecida e parte ignorada, o que configura uma imprecisão fundiária. São destacadas as possibilidades de destinação e a função social dos bens públicos. Dedica-se especial atenção aos bens dominiais, pois são aqueles que não estão afetados,

ou seja, podem ser transacionados, inclusive alienados, pela União. Na sequência aborda-se o Plano de Alienação de Imóveis da União, posto em prática pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em março de 2017. Apresentam-se os resultados das pretendidas vendas até meados de 2018, quando iniciou o período de vedações devido às eleições no país. Conclui-se que que as destinações chamadas sociais, que deveriam ser o principal objetivo e foco do Governo Federal para a gestão democrática do patrimônio imobiliário da União, não têm sido priorizadas. A prioridade atual é a alienação para média e alta renda, para agentes do mercado imobiliário, e a constituição de fundos de investimento. Caracteriza-se a referida prática como oportunidades desperdiçadas e demonstra-se o porquê.

A TERRA COMO ATIVO FINANCEIRO: SUPERPRODUÇÃO E CONSUMO DO ESPAÇO URBANO EM PIRACICABA NO SÉCULO XXI

Estevam Vanale Otero - USP, estevamotero@yahoo.com
Bianca Crepaldi - Unimep, bianca.crepaldi@hotmail.com

A partir de meados do século XXI Piracicaba, cidade média do interior paulista, passou a se destacar nos rankings de produção do espaço urbano, notadamente em termos de novos parcelamentos do solo. Essa superprodução se deu num contexto paradoxal de queda em seu crescimento demográfico, ainda que persistissem passivos urbanos e socioambientais. Entretanto, essa produção não se orientou à demanda existente, mas consistiu fundamentalmente de produtos destinados aos estratos de mais alta renda, especialmente "loteamentos fechados" nas franjas do tecido urbano. O artigo em tela busca desvelar as lógicas por trás dessa superprodução descolada da demanda real, mas que foi efetivamente implantada, comercializada e consumida no município, ainda que parte expressiva do estoque produzido permaneça desocupada. Nas últimas duas décadas a terra urbana converteu-se verdadeiramente num "ativo financeiro", escoadouro de capitais em busca de valorização, amalgamando um amplo conjunto de interesses na produção e no consumo do espaço urbano.

ARTICULAÇÕES ENTRE AS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO HABITAT POPULAR LATINO-AMERICANO: CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇO DA TERRA NA PRODUÇÃO DOMÉSTICA E DE MERCADO — UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE

Isadora Fernandes Borges de Oliveira - FAUUSP, isadoraborges@usp.br

O texto busca refletir sobre as formas de produção do habitat popular na América Latina (que configura grandes assentamentos populares, caracterizados pela autoconstrução da moradia a baixos custos, com precária infraestrutura), discutindo as articulações entre as formas de produção do espaço (doméstica e para mercado) no habitat popular ao longo da história, buscando aprofundar a compreensão de como os custos de produção e o preço da terra relacionam distintos modos de produzir a cidade. O método central consistiu em revisão teórico-bibliográfica e tem como reflexão empírica a metrópole de São Paulo, assumindo como hipótese que o movimento de transição das formas de produção do espaço neste território se relaciona com alterações nas articulações entre as mesmas. Se em um determinado momento da história, quando observada sob uma lógica industrial de produção do urbano, estas formas admitem uma articulação a partir Tdos custos de produção, em uma lógica urbana, que se exacerba com o fortalecimento dos processos de financeirização/metropolização do espaço na atualidade, o preço da terra se reforça como elemento central de articulação entre as mesmas.

PROPRIEDADE PÚBLICA E FUNÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA DESTINAÇÃO DAS TERRAS DA UNIÃO NA OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA

Orlando Alves dos Santos Junior - IPPUR/UFRJ, orlando.santosjr@gmail.com
Mariana da Gama e Silva Werneck - IPPUR/UFRJ, marianagsw88@gmail.com
Tuanni Rachel Borba - IPPUR/UFRJ, tuanniborba@gmail.com
Ana Paula Soares Carvalho - PUC-Rio, apcarvalho@gmail.com

O argumento central defendido neste artigo é que a definição da função social da propriedade é inerentemente contraditória e conflitiva, podendo servir tanto aos agentes do mercado quanto às classes populares, e que este conflito é gerido pelo estado por meios de mecanismos seletivos que definem, em cada situação, qual o seu conteúdo e desfecho. Para esta reflexão, toma-se como objeto a destinação dos terrenos públicos da União na Operação Urbana Consorciada - OUC Porto Maravilha. Neste caso, busca-se mostrar que esse conflito foi resolvido em prol do mercado, implicando a suspensão temporária da lógica arrecadatória, que marca a atuação da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, para viabilizar o modelo financeiro da operação urbana, expressando-se na privatização de terras públicas da União na área portuária, traduzidas em empreendimentos imobiliários e/ou ativos imobiliários para fundos financeiros. Nesse contexto, a prevalência da lógica destinatória, não foi capaz de viabilizar projetos destinados para Habitação de Interesse Social, que não saíram do papel.

AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA PROPRIEDADE E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TERRAS DA UNIÃO

Fernanda Accioly Moreira - LABCIDADE FAUUSP, fefaccioly@gmail.com

No Brasil, os primeiros quinze anos do século XXI (mais do que em outros períodos) foram marcados por ambiguidades. Ainda que se tenha construído uma agenda para uma política urbana sustentada pela "hipótese integradora", também foram criados outros instrumentos para viabilizar a ação do mercado imobiliário. O Estado não foi capaz de democratizar o acesso à terra e de reverter os níveis de desigualdade e segregação socioterritorial das cidades, mas continua agenciando e mobilizando fundos públicos e terras públicas, para interferir na produção e reestruturação do espaço urbano, e permitir ganhos rentistas sobre a valorização da terra apropriada pelos agentes privados envolvidos. Atualmente, em que o papel da propriedade vem passando por transformações pautadas pelo léxico da financeirização, pretende-se debater qual o papel das terras da União nesse processo, à luz das alterações na legislação federal que regem a gestão patrimonial e regularização fundiária, a partir de 2016.

> ST_14 > **04**

PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO DA TERRA
COORDENAÇÃO: GLÓRIA CECÍLIA DOS SANTOS FIGUEIREDO

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 16

PAISAGENS PRIVADAS: IMPACTOS DOS CONDOMÍNIOS DE LOTES E LOTEAMENTOS DE ACESSO CONTROLADO NAS CIDADES BRASILEIRAS
Leonardo Loyolla Coelho - Escola da Cidade, lloyolla@usp.br

Busca-se por meio deste trabalho fazer uma análise dos possíveis impactos e conflitos que a aplicação da Lei Federal 13.465/2017 poderá trazer para a produção e gestão dos sistemas de espaços livres das cidades brasileiras. São estudadas, mais especificamente, duas novas figuras urbanísticas introduzidas por essa lei: os condomínios de lotes e os loteamentos de acesso controlado. Entende-se que esses dois instrumentos têm potencial significativo para reduzir ainda mais as possibilidades de criação, qualificação e articulação de espaços livres públicos com efetivo acesso irrestrito à população, bem como para legitimar processos de parcelamento do solo que já ocorrem no país há décadas, baseados na criação de extensas áreas muradas que se configuram como barreiras urbanas.

ÁREAS DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL: AS POSSIBILIDADES E OS ENTRAVES NA IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM FLORIANÓPOLIS, SC
Marina Toneli Siqueira - UFSC, marina.siqueira@ufsc.br
Carolina Silva e Lima Schleder - UFSC, carolinaslschleder@gmail.com
Isabella Magnanti - UFSC, isamagnanti@hotmail.com

Inseridas nos debates consolidados pelo Estatuto da Cidade e que buscam a conjugação entre interesses públicos e privados no planejamento urbano, as Áreas de Urbanização Especial (AUEs) são um tipo de zoneamento previsto no Plano Diretor de Florianópolis de 2014 no qual a intenção de preservação ambiental alia-se ao adensamento e à criação de novas centralidades. Em uma cidade polinucleada, com forte atividade turística e diversos ecossistemas frágeis, as AUEs apresentam grande potencial para o desenvolvimento urbano de Florianópolis. A partir da análise do Plano Diretor e do levantamento de dados quantitativos e qualitativos, o presente trabalho aponta dificuldades na formulação e aplicação deste zoneamento. Enquanto a legislação traz poucas definições sobre os benefícios e as contrapartidas esperadas, o número de AUEs indicadas e suas localizações demonstram a dificuldade de equacionar os interesses presentes, configurando-se atualmente como áreas "congeladas" e com futuro incerto.

REESTRUTURAÇÃO URBANA E PRIVATIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS: O CASO DO "NOVO CENTRO" DE MARINGÁ/PARANÁ
Jeanne Christine Versari Ferreira Sapata - FAUUSP, jeanneversari@usp.br
Fabíola Castelo de Souza Cordovil - UEM, fabiolacordovil@gmail.com

A cidade média Maringá-PR nasceu como um empreendimento privado e presencia, ao longo de sua história, a repercussão da privatização do espaço público por meio de projetos de rearranjo urbano vinculados a grandes nomes da arquitetura - peças de marketing urbano. Analisa-se o processo de privatização de uma das terras públicas da cidade na reestruturação do antigo pátio de manobras ferroviárias, o qual se tornou o "Novo Centro" de Maringá, uma nova frente de investimentos imobiliários. São estudadas as disputas entre os agentes urbanos, as imagens e os discursos das propostas para reestruturação dessa área. A privatização desse espaço concretizou-se por meio da ação emparelhada dos agentes públicos e privados locais e da especulação de imagens propostas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O poder público criou condições favoráveis para transformação do antigo pátio de manobras do município em uma frente imobiliária, permitindo a privatização sem desafetação de interesse público dessa terra.

A FRONTEIRA EM MOVIMENTO: DESTRAVANDO E ATIVANDO A TERRA EM FORTALEZA/CE
Camila Rodrigues Aldigueri - Unichristus, camila.aldigueri@gmail.com

A constituição da moderna propriedade da terra é um marco na mudança do significado da terra como poder econômico, em que se metamorfoseia a riqueza-terra em mercadoria, que só aparece como tal porque a terra passa ser instrumentalizada como um capital (fictício). A instrumentalização da terra como capital fictício tornou-se mais evidente na atualidade, em decorrência do contexto de financeirização mundial e seus impactos na produção imobiliária, potencializando a mobilização da terra como uma forma de capital fictício ativo. Considera-se que a dinamização dos negócios imobiliários e a ressignificação da terra como um capital fictício ativo na produção de mercado acirra a disputa da terra e, especialmente nesse contexto, há uma tendência a surgir processos, a partir de estratégias dos promotores imobiliários e Estado, que trazem à tona o significado da terra na favela como fronteira ao capital. Desse modo, propõe-se discutir o significado da terra na favela como fronteira ao capital, a partir de dois estudos de casos na cidade de Fortaleza, associado ao significado da terra como capital fictício na produção imobiliária de mercado.

O ESFACELAMENTO DO TECIDO SOCIAL URBANO COM VISTA À CONSUMAÇÃO DE INTERESSES PRIVADOS: UMA ANÁLISE CENTRADA NA DEFINIÇÃO SOCIOESPACIAL DA "GRANDE MESSEJANA"
Thaís Matos Moreno - UFC, thaismoreno65@gmail.com
Breno Santiago Holanda- UFC, brenosholanda@gmail.com
Renato Pequeno - UFC, renatopequeno@gmail.com
Vinícius Saraiva Barretto - UFC, viniciussaraivab@yahoo.com.br

O artigo objetiva analisar a constituição do eixo de expansão sudeste, marcado historicamente por fortes dinâmicas de articulações entre o mercado imobiliário e o Estado. Resultante dessa relação, constitui-se um vetor de valorização imobiliária que se desdobra até o que se busca definir socioespacialmente como "Grande Messejana", sendo a materialidade das dinâmicas urbanas nessa área o objeto principal. A realização desse estudo se fundamenta em leituras e em análises de informações coletadas que, através de ferramentas de georreferenciamento, foram materializadas em mapas, tabelas e gráficos. Observa-se como consequência desse cenário um grave contexto de remoções e violência estatal em virtude da ação dessas dinâmicas na região da Grande Messejana. Por fim, conclui-se que as remoções se apresentaram de forma mais violenta nessa região do que no resto da cidade, reforçando a intenção do Estado no esfacelamento do tecido social urbano local com vista à garantia de ganhos de capital.

> ST_14 > 05

PLANEJAMENTO URBANO E MERCANTILIZAÇÃO DA CIDADE
COORDENAÇÃO: JUPIRA GOMES DE MENDONÇA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 16

(DES)CAMINHOS DAS ÍNDIAS: SMART (COMPETITIVE AND PRIVATE) CITIES E AS CONTROVÉRSIAS URBANAS NA ÍNDIA CONTEMPORÂNEA TENDO O BRASIL COMO CONTRAPONTO.
Luiz Felype Gomes de Almeida - UFMG, luizfelype.almeida@gmail.com

Análises comparadas sobre processos de urbanização mostram-se comuns no campo teórico e prático relativo a temática. O presente artigo insere-se em tal discussão ainda que de forma relativa. Adotando-se a Índia, país de população ainda majoritariamente rural, como referência principal de análise, busca-se um diálogo com a realidade brasileira adotando essa última como um contraponto. Apresentam-se e discutem-se os principais programas recentes de urbanização indiana com foco na "Smart City Mission", lançada em 2015 pelo governo federal do País. A aproximação melódica dá-se aqui através da literatura brasileira crítica aos sistemas de planejamento e execução da política urbana. Em seus diferentes componentes estruturantes a pauta de tal projeto de urbanização materializa no subcontinente indiano os conceitos de cidade empresa, pátria e mercadoria trabalhados por Carlos Vainer para a realidade brasileira. Da mesma forma em que se unem em seus aspectos de existência, os processos de resistência também se manifestam nessa polifonia de forma conjunta sob a melodia principal da defesa pela vida cotidiana, os modos tradicionais de vida e o direito à cidade.

O PAPEL DO PLANEJAMENTO NA LEGITIMAÇÃO, VIABILIZAÇÃO E BLINDAGEM DOS GRANDES PROJETOS URBANOS ESTUDO DE CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE ENTRE 2000 E 2017
Daniel Medeiros de Freitas - UFMG, danielmedeirosdefreitas@gmail.com

O termo Grande Projeto Urbano (GPU) identifica neste artigo um conjunto de intervenções urbanas concebidas como formas fechadas, em escala superior à tradicionalmente praticada na política urbana local, gerando, por meio da hegemonia do projeto em detrimento do planejamento de longo prazo, objetos icônicos e que abrigam atividades restritas e homogêneas. A definição inclui, além das grandes requalificações e novas áreas urbanas, as grandes intervenções viárias, as operações urbanas e os grandes equipamentos públicos e empreendimentos privados. Já o termo planejamento define, a partir do conceito de campo de poder, microcosmo de relações sociais que exerce papel técnico-especialista na produção dos GPU, incluindo as instituições públicas e as consultorias privadas dos setores de planejamento urbano, arquitetura e engenharia viária envolvidas nos projetos estudados. O artigo tem como objetivo desvelar as relações de poder que estruturam a atuação desse campo técnico especialista na produção de um conjunto de GPU localizados na região metropolitana de Belo Horizonte entre 2000 e 2017. Para tal, analisa um conjunto de características invariantes observadas nos GPU, lançando luz sobre o modo como o planejamento atua na viabilidade técnica, legitimação cultural e blindagem institucional dessas intervenções. A primeira parte do artigo apresenta resultados de pesquisa sobre a produção de GPU na RMBH a partir de um quadro geral de características invariantes. A segunda parte problematiza o papel do campo especialista do planejamento na legitimação, blindagem e viabilização dos projetos, identificando permanências e desestabilizações na tradição tecnocrática, nos avanços e retrocessos da agenda urbana e dos novos paradigmas de desenho e gestão.

A AGENDA DE INCUBAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM SÃO PAULO: FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS PARA A MERCANTILIZAÇÃO SETORIAL
Alvaro Luis dos Santos Pereira - Universidade Federal de São Paulo, alvarolsp@yahoo.com
Gabriel Maldonado Palladini - Universidade Federal de São Paulo, gmpalladini@gmail.com

O artigo trata da dinâmica das articulações entre Estado e mercado no setor habitacional em face da ascensão do neoliberalismo e da difusão de uma agenda de política pública calcada na hegemonia da "nova economia institucional". Com base em estudo de caso sobre um projeto de parceria público-privada para a provisão de habitação de interesse social promovida pela Agência Casa Paulista, apresentamos uma reflexão sobre as mudanças e continuidades que o atual modelo de política habitacional do Estado de São Paulo representa em relação ao modelo anterior, protagonizado pela Companhia Paulista de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Os dados coletados evidenciaram uma tendência de deslocamento da primazia nas atividades de formulação e financiamento de políticas habitacionais para o setor privado.

> ST_14 > 06

POLÍTICA SETORIAL E DESIGUALDADES
COORDENAÇÃO: GLÓRIA CECÍLIA DOS SANTOS FIGUEIREDO

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 16

LOS DESASTRES COMO ESCENARIOS PARA LA RADICALIZACIÓN DE ESTRATEGIAS NEOLIBERALES EN LA PRODUCCIÓN HABITACIONAL. EFECTOS DE LOS SISMOS DE 2017 EN CIUDAD DE MÉXICO Y CIUDAD IXTEPEC, OAXACA
Natalia Ponce Arancibia - UNAM, natalia.ponce@gmail.com
Lisette Soto Delgado - UNAM, lisette.sot.del@gmail.com
Pierre Arnold - Habitat en Movimiento, pierre.arnold.pa@gmail.com

El presente artículo tiene por objetivo ofrecer una aproximación a los efectos de los sismos del 7 y 19 de septiembre de 2017 en México, vista desde las afectaciones experimentadas por el parque habitacional construido y las sus habitantes. Dichos fenómenos impactan a distintas entidades federativas, entre ellas los estados de Oaxaca y Ciudad de México, ambos territorios con características socio demográficas disímiles. No obstante, y pese a las diferencias, se observa de manera transversal la implementación de estrategias de reconstrucción promotoras de esquemas de financiamiento que agudizan las políticas neoliberales y que a la fecha han desencadenado diversos conflictos territoriales. En este sentido, el presente ensayo

ofrece la posibilidad de construcción de algunos ejes que sirvan de evidencia para el análisis de las lógicas neoliberales en la política habitacional y de cómo los desastres se transforman en oportunidades para la profundización de dichas estrategias.

A PARTICIPAÇÃO PRIVADA NO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS COM RECURSOS DO FGTS
Fabiana Kuhn - UFABC, fabianakuhn30@gmail.com
Raphael Brito Faustino - USP, raphael.britof@gmail.com

O presente trabalho busca destacar o processo de financeirização ocorrido no setor se saneamento básico, a partir da maior participação de empresas privadas e da lógica presente nas empresas públicas de capital aberto. A primeira seção busca contextualizar a política de saneamento básico após a Constituição de 1988, com algumas considerações sobre sua estrutura institucional, marcos regulatórios e investimentos. Após, na segunda seção, sugere-se algumas breves considerações sobre o processo de financeirização do urbano e suas relações com o setor de saneamento. Por fim, apresenta-se, na terceira seção, alguns dados consolidados sobre os investimentos do FGTS no setor, destacando sua relevância como fonte de financiamento para as empresas privadas e companhias de capital aberto, bem como seu papel no lucro gerado por estas empresas. Na conclusão, destaca-se as perspectivas futuras para o setor de saneamento, com aprofundamento do cenário destacado ao longo do trabalho, em especial a partir das propostas em andamento, como o novo marco regulatório do setor e a possível extinção do Ministério das Cidades.

PLANEJAMENTO URBANO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A EXPERIÊNCIA NA OCUPAÇÃO ELIANA SILVA, EM BELO HORIZONTE
Marcelo Duarte Borges Caixeta - UFMG, marceloduartearquitetura@gmail.com

A autoconstrução em assentamentos precários envolve, além de moradias, mesoestruturas urbanas como esgotamento sanitário, dentre outras. Na ocupação Eliana Silva, a autoconstrução dessas mesoestruturas envolveu parcerias entre moradores, movimento social e universidade, resultando em sistemas convencionais e alternativos, que, durante a realização da pesquisa, vinham sendo substituídos pelo convencional da Copasa, após longo processo de luta. Buscou-se compreender por que os moradores desejam o sistema convencional da Copasa, partindo-se do pressuposto da imposição do sistema hegemônico centralizado e empresarial, cuja lógica tem origem no contexto autoritário da ditadura militar, com a criação das CESBs, dentre as quais a Copasa-MG. No campo do planejamento urbano, abordou-se os preceitos positivistas e higienistas que basearam a produção dos sistemas em Belo Horizonte, e sistematizou-se ações experimentais de assessoria técnica em arquitetura voltadas ao esgotamento sanitário em ocupações urbanas. A discussão sobre alternativas teve como pano de fundo proposições de Saturnino de Brito e o conceito de Urbanização Reversa.

MISTURA SOCIAL E GRANDES PROJETOS URBANOS EM ÁREAS CENTRAIS BRASILEIRAS: PROJETO PORTO MARAVILHA (RIO DE JANEIRO) E PPP DE HABITAÇÃO (SÃO PAULO).
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro- UFF, joaocarlosmonteiro@gmail.com
Eduardo Augusto Wellendorf Sombini - Unicamp, eduardosombini@gmail.com

Atores públicos e privados vêm utilizando a noção de mistura social como estratégia de legitimação de grandes projetos urbanos nas áreas centrais de Rio de Janeiro e de São Paulo. Parte da literatura internacional sobre o tema ressalta que projetos filiados à mistura social frequentemente encobrem tentativas de revalorização de bairros ocupados por populações de baixa renda. Partimos dessa crítica para analisar as estratégias discursivas da operação urbana consorciada Porto Maravilha (zona portuária do Rio de Janeiro) e da parceria público-privada de habitação de interesse social (centro de São Paulo). O trabalho aponta a sofisticação das estratégias de legitimação desses projetos em relação à geração anterior de propostas de intervenção. Defendemos que a mistura social fornece elementos relacionados ao léxico progressista da diversidade aos esses projetos, ao mesmo tempo em que essas intervenções tendem a ampliar os usos corporativos do território das áreas centrais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
Lucas Daniel Ferreira - UFABC, ferreira_luc@hotmail.com

O presente artigo visa caracterizar o histórico da privatização do setor da política de saneamento ambiental e identificar os dispositivos financeiros da governança corporativa adotada pela SABESP como um ponto de inflexão para uma nova forma de penetração da lógica financeira na política pública, mais especificamente através do convênio entre o Município e o Estado de São Paulo. Ao final, o trabalho apresenta a hipótese principal de que a estrutura da política de saneamento atual contribui para o aprofundamento do desenvolvimento espacial desigual, priorizando a maximização dos lucros dos acionistas em detrimento da garantia dos direitos dos cidadãos ao saneamento ambiental.

> ST_14 > **07**

POLÍTICA SETORIAL E SOLO URBANO
COORDENAÇÃO: JUPIRA GOMES DE MENDONÇA

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 16

TÁTICAS E ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS INTERVENÇÕES URBANAS EM ÁREAS NEGLIGENCIADAS E/OU ABANDONADAS EM SALVADOR/BAHIA
João Marques dos Santos Neto - UFBA, marquesneto1970@gmail.com
José Carlos Huapaya Espinoza - UFBA, jhuapayae@gmail.com

Este artigo trata de dois fenômenos urbanos contemporâneos em Salvador/Bahia: o primeiro é aquele onde pessoas comuns e de classe criativa intervêm no espaço urbano de forma pontual em áreas abandonadas ou ocupadas, negligenciadas pelo poder público, dando-lhes um novo significado e uso, aproximando-se assim das "táticas" de Certeau (1994). O outro fenômeno são as estratégias empregadas por aqueles que utilizam o estado como instrumento de poder para enfraquecer e controlar as táticas, incentivando ações coletivas de intervenções pontuais sob a égide do "faça você mesmo", diretriz definida pelos defensores do "estado mínimo".

O PÚBLICO E O PRIVADO NO DESENHO DE UM MODELO DE GESTÃO URBANA: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DA POLÍTICA HABITACIONAL EM SÃO PAULO
Magaly Marques Pulhez - Unifesp, magamarquespulhez@gmail.com

A partir de uma atualização da discussão sobre o conceito de governança, o artigo tematiza as interações entre agentes estatais e não-estatais nos cotidianos de implementação da política habitacional em São Paulo. Como aporte metodológico, são detalhadas a construção e a consolidação do modelo de gestão operado hoje em âmbito municipal, com destaque para a atuação de empresas privadas de consultoria que vêm prestando serviços à administração pública de forma ininterrupta nos últimos trinta anos, fornecendo um pacote de apoio gerencial à operacionalização da política de moradia em nível local. Procura-se discutir, a partir deste estudo, as permeabilidades entre o público e o privado no caso específico do modelo operado em São Paulo, as condicionantes históricas de conformação de tal modelo e, mais amplamente, a relevância das interações entre diferentes atores políticos para a produção de políticas públicas (sobretudo as do urbano), a depender das variantes contextuais encontradas.

NOVAS AGÊNCIAS, VELHOS DISCURSOS? NOTAS SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DA REGULAÇÃO DO SOLO URBANO EM CURITIBA À LUZ DO CONTEXTO DE BARGANHA DOS REGIMES URBANOS.
Mariana Galacini Bonadio - UFPR, mari.bonadio@gmail.com
Mônica Máximo da Silva - USP, monicamsilva@usp.br

O presente artigo examina o processo atual de revisão da lei de zoneamento, uso e ocupação do solo em Curitiba à luz do contexto de barganha na conformação de regimes urbanos, apropriando-se das ideias de agência política e de estratégia discursiva dos distintos agentes sociais na formulação da política urbana. No processo revisório em questão, é possível identificar a centralização da disputa em dois grupos sociais: o setor produtivo, identificado como "G10", e outro conformado por organizações não governamentais, movimentos populares e entidades sindicais, com um desfecho favorável ao primeiro, pelo acolhimento da maioria de suas demandas junto ao poder executivo. Embora a interveniência do empresariado na condução da política urbana em Curitiba não seja nova, o que nos aparenta "novo" é o deslocamento estratégico-discursivo do "conhecimento técnico": da mística tecnocrática do planejamento urbano liderada pelo poder público ao setor produtivo, materializado na figura do G10.

ATORES URBANOS E ARRANJOS INSTITUCIONAIS NAS POLÍTICAS DE "REVITALIZAÇÕES" PORTUÁRIAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: NOTAS DE UMA PESQUISA EM CURSO
Mariana Motta Vivian - UFRGS, marianavivian@live.com
Luciano Joel Fedozzi - UFRGS, lucianofedozzi@gmail.com

O presente estudo aborda o tema das políticas de "revitalizações urbanas" de regiões e áreas portuárias desativadas. Partindo da compreensão de que representam um fenômeno urbano da atualidade em franca ascensão, o trabalho objetiva analisar quem são e como operam os agentes envolvidos na produção e viabilização de tais políticas no território brasileiro, considerando ser este um objeto de especial relevância ainda pouco explorado. Para tanto, vale-se da articulação de reflexões teóricas específicas da ciência política, da sociologia, e do campo dos estudos urbanos, e investiga empiricamente três casos emblemáticos e exemplares brasileiros: o projeto "Viva Cais Mauá" (Porto Alegre - RS), o projeto "Porto Maravilha" (Rio de Janeiro - RJ), o projeto "Novo Recife" (Recife - PE). Embora ainda em curso, a análise do material coletado já aponta para alguns resultados de relevo, sendo possível estabelecer denominadores comuns entre os casos em estudo – aspectos estes que podem ser de grande valia para a discussão das agências públicas e privadas na definição de tais políticas no Brasil.

> ST_14 > **08**

PLANEJAMENTO, MOBILIDADE URBANA E SEUS IMPACTOS
COORDENAÇÃO: VERÔNICA MARIA FERNANDES DE LIMA
QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 16

CENTRALIDADE E SETOR TERCIÁRIO: METODOLOGIA E ANÁLISE DA DISPERSÃO E CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS ENTRE ÁREAS DE CENTRALIDADE PÚBLICAS E PRIVADAS EM CURITIBA (PR).
Gustavo Domingues Gaspari - UFPR, gasparigd@gmail.com

O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo de constituição de áreas de centralidade no contexto contemporâneo a partir da concentração de atividades econômicas do setor terciário da economia. À dinâmica complexa de estruturação urbana responsável pelo surgimento de novas áreas de centralidade públicas para além do Centro, soma-se o fenômeno do surgimento de shopping centers, estruturas privadas que divergem das anteriores tanto no que diz respeito aos agentes promotores, tempo de formação e público ao qual se dirigem. Os resultados obtidos para Curitiba através da espacialização de alvarás de localização comercial para cinco tipos distintos de atividades terciárias demonstraram que a influência dos shopping centers é variável de acordo com o ramo de atividade observado, mas, no cômputo geral, detêm significativo poder de concentração de atividades, além de indicar para a consolidação de subcentros periféricos, numa dinâmica dupla voltada para diferentes estratos de renda.

O USO DAS INFRAESTRUTURAS CICLOVIÁRIAS EM SÃO PAULO: ESPAÇO DEMOCRÁTICO E EM DISPUTA!
Leticia Lindenberg Lemos - USP, leticialemos@usp.br
Gabriela Monteiro Carneiro - USP, gabriela.monteiro.carneiro@usp.br

Nos últimos dez anos, a Prefeitura de São Paulo implantou centenas de quilômetros de infraestrutura cicloviária, o que desencadeou resistências e contrarresistências. O uso de bicicleta tem sido tema de cada vez mais pesquisas no Brasil e no mundo, e as investigações nacionais que olham para as relações da mobilidade no ambiente urbano têm produzido informações quantitativas. Este artigo se insere nesse contexto urbano e acadêmico e propõe um debate qualitativo sobre a relação entre o uso do espaço público (de circulação) da cidade a partir do olhar sobre o uso da bicicleta. Para tanto, analisa o uso da infraestrutura implantada na cidade de São Paulo e sua relação com o comércio. O artigo mostra que a oferta de infraestrutura não teve como foco usos mais antigos da bicicleta, que ela é mais necessária em contextos de maior escassez de espaço e que o uso das faixas para bicicleta não é exclusivo de ciclistas, mas sim múltiplo e conflituoso.

FINANCIAMENTO PÚBLICO E GESTÃO PRIVADA DOS TRANSPORTES URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Ulisses Carlos Silva Ferreira - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ulisses.uff@gmail.com

Entre 2010 e 2016 uma série de políticas de transportes urbanos foram implementadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, a criação do Bilhete Único, os investimentos nos trens, barcas e metrô, além da inauguração dos corredores do Bus Rapid Transit (BRT) e das linhas do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Assim, este trabalho tem por objetivo demonstrar que o Estado atua em favor do poder econômico e discutir o porquê a gestão dos serviços de transportes são privadas mesmo tendo o Estado como um grande financiador do serviço. Para alcançar tais objetivos foram realizadas uma revisão da literatura, análises de dados quantitativos, análise documental e entrevistas. Por fim, se demonstra que tais políticas tiveram grande aporte do Estado em favor dos empresários do setor de transportes urbanos, num quadro em que já era evidenciado um péssimo cenário da mobilidade urbana na região.

PERTINÊNCIA E IMPASSES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA BRT NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Jose Julio Ferreira Lima - UFPA, jjlimaufpa@gmail.com
Leonardo Gabriel Braga Arruda - IFPA, arrudalgb@gmail.com

O artigo analisa a pertinência e os impasses na implantação de um Sistema de Bus Rapid Transport (BRT, Sistema de Transporte Rápido por Ônibus em inglês) na Região Metropolitana de Belém (RMB). A mobilidade urbana na RMB, como nas demais RMs brasileiras é dependente do ônibus, num modelo rádio-concêntrico ratificado pelo rodoviarismo. O artigo inicia com uma revisão sucinta tanto da origem do sistema de transporte público de passageiros no município de Belém desde o final do século XIX, quanto das modificações introduzidas a partir do período rodoviarista em meados do século XX que culminaram na elaboração dos planos e projetos de mobilidade urbana os quais levaram ao BRT a partir dos anos 2000. Discutem-se os impasses para a implantação do BRT decorrentes da composição societária e operacional das empresas privadas existentes em Belém e problemas advindos da má gestão municipal conforme atestada pelo Ministério Público Estadual. A conclusão do artigo busca contribuir para a elucidação das razões para os impasses atuais que dificultam a mobilidade urbana na RMB com o exame do recente edital lançado pela PMB para a concessão do serviço.

ST_15 > ARQUITETURA, URBANISMO E CIDADE CONTEMPORÂNEA

Comissão Científica:
Frederico Rosa Borges de Holanda – PPG-FAU/UNB
George Alexandre Ferreira Dantas – PPGAU/UFRN
Ricardo Alexandre Paiva – PPGAU+D/UFC

> ST_15 > 01

PLANEJAMENTO, PLANOS E LEITURAS DA/PARA A CIDADE
COORDENAÇÃO: GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS E FREDERICO ROSA BORGES DE HOLANDA

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 9

FRAGMENTOS E ASPECTOS DISPERSOS: INTERPRETANDO PALMAS (TO) A PARTIR DE HENRI LEFEBVRE

Roberto de Almeida Bottura - UFT, roberto.bottura@uft.edu.br

No presente trabalho busca-se uma interpretação de uma cidade nova, Palmas (TO), a partir da crítica da vida cotidiana de Henri Lefebvre. Parte-se da hipótese de que uma cidade projetada como Palmas contém em si por meio do desenho (abstração), discurso (ideologia) e da ação do Estado (materialização do espaço) os elementos necessários para um projeto totalitário de anulação da vida cotidiana.

OS USOS TEMPORÁRIOS NO PLANEJAMENTO URBANO

Tiago Balem - UFRGS, tiagobalem@gmail.com

Em muitas cidades do mundo realizam-se ações efêmeras em terrenos baldios, edifícios abandonados e espaços urbanos degradados com o objetivo de transformá-los em cenários para atividades recreativas, clubes comunitários, empresas criativas, economias nômades e mercados informais. Precisamente nesses lugares tem havido, uma produção cultural inovadora e eles têm se tornado uma esfera pública vibrante por meio da participação das comunidades. Este artigo apresenta a abordagem dos usos temporários de espaços da cidade como maneira para pensar o planejamento urbano, e estrutura-se a partir de uma leitura do problema por camadas. A camada 1, Cidade contemporânea em tempos fluidos – uma narrativa, apresenta uma reflexão sobre a sociedade contemporânea, na perspectiva de entendê-la em rede e fluída, aproximando-a de uma noção de um urbanismo também fluído. Na camada 2, Microurbanismo efêmero – uma prática, debruça-se sobre novas teorias e estudos de caso que têm se dedicado a compreender ações de usos temporários. A camada 3, O uso temporário no planejamento urbano – uma possibilidade, busca estabelecer a relação dessas práticas com a teoria no urbanismo.

O PROJETO DO GRANJA MARILEUSA E SUAS FILIAÇÕES AO CONGRESSO PARA O NOVO URBANISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA
Valeika Carminati - Universidade Federal de Uberlândia, valeikacarminati@yahoo.com.br
Fernando Garrefa - Universidade Federal de Uberlândia, fgarrefa@ufu.br

Esse artigo trata da análise crítica do empreendimento Granja Marileuza na cidade de Uberlândia-MG a partir de sua comparação com as propostas expostas pelo Congresso para o Novo Urbanismo, movimento que desde 1993 tem se pautado pela crítica ao modelo urbano centrado no uso do automóvel. O empreendimento Granja Marileuza, proposto em 2013, nasceu como um bairro planejado, propagando a partir dos pressupostos do Novo Urbanismo constituir-se em um modelo mais sustentável de cidade, contemplando um desenho pedestrianizado, uso misto do solo entre outros elementos teoricamente sustentáveis do desenho e infraestrutura urbanos. Esta pesquisa busca analisar se os princípios desse movimento foram, de fato, aplicados ao projeto do bairro e se configurariam de fato como um modelo urbano mais sustentável.

HYBRIDIZATION AS A DESIGN STRATEGY TO ATTRACT AND RETAIN PEOPLE AT SHORT DISTANCE FROM EACH OTHER IN PUBLIC OPEN SPACES: A NECESSARY CONDITION TO SOCIALIZE
Paula Barros - UFMG, p.barros@yahoo.com.br

The importance of urban design in influencing passive and active forms of social interaction has been verified in different types of public spaces. However, since most of environment-behaviour research was carried out in North America and Europe, the literature on how urban design may support co-presence, and hopefully active forms social interaction, lacks a cross-cultural perspective. To make a useful contribution to the field of urban design, this empirical research examines the conditions that support passive and active forms of social activities in Liberdade Square (LSq), Raul Soares Square (RSq) and Estação Square (ESq). The fieldwork activities included unstructured and structured direct observations carried out in 2006 and 2016. The research adopted a quali-quantitative approach to analysis. The results shown the relevance of hybridization as an important design strategy to attract and retain people that experience highly contrasting urban conditions as part of their daily life.

GOIÂNIA EM CINCO FRAGMENTOS, METRÓPOLE ENTRE O EFEITO GENÉRICO E AS PERMANÊNCIAS
Pedro Henrique Máximo Pereira - UnB/UEG/PUC-GO, arqurb.phmp@gmail.com
Mayara Dayanne Sousa Rezende - UFG, mayararezende.arq@gmail.com
Guilherme Ribeiro Tavares - PUC-GO, grtavares@gmail.com
Luiz Felipe Teixeira Aguiar - PUC-GO, luizfelipe.aguiar@gmail.com

Este trabalho refere-se à Goiânia Contemporânea. Nele relatamos os conflitos entre as forças do capitalismo que impulsionam para uma transformação acelerada de seus espaços (Efeito Genérico) e à resistência das permanências urbanas. Trata-se, portanto, de impasses observáveis cotidianamente nas paisagens da cidade. Neste sentido, para fins metodológicos, selecionamos os elementos que identificamos como "transformadores" das identidades construídas até então. Estes são aqui apresentados em cinco fragmentos sendo: 1) O Setor Central e a Praça Cívica; 2) os Parques Urbanos e o caso do Parque Flamboyant; 3) os "monumentos" implantados nos viadutos Latif Sebba e João Alves Carneiro na Avenida 85; 4) os condomínios horizontais resultantes da autossegregação e, por fim, 5) os Shoppings Centers e a explosão do Efeito Genérico. A partir destes fragmentos objetivamos pôr em discussão os entraves entre as permanências urbanas percebidas no espaço de Goiânia e seu processo de generificação.

> ST_15 > **02**

ARQUITETURA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
COORDENAÇÃO: GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS E FREDERICO ROSA BORGES DE HOLANDA

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 5

GRAND PARIS EXPRESS: ARQUITETURA DA MOBILIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
Luísa Gonçalves - FAUUSP, luisa.tg@usp.br

O artigo analisa o projeto do Grand Paris Express, que propõe a ampliação do metrô de Paris para abranger áreas periféricas da cidade, como parte do Grand Paris, plano lançado em 2007 para reformular a metrópole parisiense. O lugar do sistema de transporte público de massa ganhou lugar de destaque, com a previsão de quatro novas linhas, a extensão de duas existentes e sessenta e oito novas estações, em projetos que envolvem equipes de arquitetura francesas e internacionais em ampla divulgação. O artigo expõe contradições internas ao projeto, buscando problematizar o lugar da arquitetura pública na produção de espaço urbano, através da urbanização metropolitana, do espaço público e da construção de uma identidade local. O trabalho dialoga com o metrô de São Paulo, contrapondo aspectos do contexto brasileiro no intuito de fomentar o debate sobre a produção de arquitetura pública metropolitana.

LINHA PAULISTA DO METRÔ DE SÃO PAULO – REFLEXOS DA INSERÇÃO URBANA NA ARQUITETURA E NO MÉTODO CONSTRUTIVO DAS ESTAÇÕES
Mariana Felippe Viegas - FAUUSP, marianaviegas@usp.br
Helena Aparecida Ayoub Silva - FAUUSP, lena.ayoub@usp.br

O artigo analisa o processo de implantação do primeiro trecho da Linha Paulista do Metrô de São Paulo, com foco nas suas estações. Trata-se de investigar a inter-relação entre o projeto de arquitetura das estações e o meio urbano no qual estão inseridas. As primeiras estações da linha – Clínicas, Consolação, Trianon-Masp e Brigadeiro - têm características que permitem identificar relações exemplares entre a arquitetura das estações, os fatores determinantes do projeto - como método construtivo e programa, e os efeitos de sua inserção no território. Em consonância com um momento de reflexão teórica no campo da arquitetura e do urbanismo, as estações implantadas no espigão da Paulista inauguram uma nova relação com seu entorno. A qualidade urbana da Avenida Paulista e seu desenho singular irão permitir e determinar a implantação do sistema de mobilidade, em contraposição à experiência das estações da primeira linha.

A (IN)ACESSIBILIDADE FÍSICA DOS RIOS URBANOS E SUAS BEIRAS:
O CASO DO RIO PIRACICABA EM PIRACICABA/SP
Laís Margiota Salvador - PUC-CAMPINAS, lais.msalvador@gmail.com
Alexandre Castro - FIP, alexbccastro@hotmail.com
José Roberto Merlin - PUC-CAMPINAS, jrmerlin@puc-campinas.edu.br

A necessidade da água para aspectos imprescindíveis à vida (de subsistência, funcional, econômico ou de lazer), somada ao fato de diversas cidades serem banhadas por ela, reflete na urgência do planejamento e desenho urbano adotarem a dinâmica das águas como elemento chave e norteador, enorme desafio das cidades contemporâneas. Investiga-se a acessibilidade física dos corpos d'água e sua orla no meio urbano, partindo de um estudo de caso específico: o rio Piracicaba, que atravessa a cidade de mesmo nome, localizada no interior do estado de São Paulo. Para avaliar as diferentes configurações socioespaciais da orla fluvial, utilizou-se a Análise Angular de Segmentos como método, vertente da sintaxe espacial, complementada pela pesquisa empírica. Os resultados obtidos identificaram quais configurações, sob a ótica da urbanidade, promovem maior ou menor valorização do corpo d'água no meio urbano, podendo subsidiar futuras intervenções à beira-rio.

TRAVESSIAS URBANAS E OS IMPACTOS MORFOLÓGICOS, UMA ABORDAGEM A PARTIR DA SINTAXE ESPACIAL
Emerson dos Santos Silva - UFRGS, emersonssilva@ufrgs.br
Fábio Lúcio Lopes Zampieri - UFRGS, fabio.zampieri@ufrgs.br

O processo de criação e expansão das cidades brasileiras foi um importante fator de desenvolvimento durante Século XX, principalmente pela expansão do país rumo ao interior com criação de novas cidades. Neste processo, rodovias fizeram parte da expansão e foram projetadas e construídas, algumas inseridas em trechos urbanos, com população urbana em sua adjacência, portanto, podendo ser classificadas como Travessias Urbanas. Nestes casos, a rodovia se torna um problema, pois segrega partes da cidade, configurando-se como uma barreira na malha urbana. Neste trabalho analisa-se a relação da BR-153 no trecho urbano de Erechim-RS e utilizam-se os estudos de Sintaxe Espacial propostos por Hillier e Hanson (1984) como base para avaliar o impacto provocado pela rodovia, considerando as medidas de Integração Global, Integração Local, Profundidade, Conectividade e Choice. Desta maneira, pode-se afirmar que as rodovias, como no caso da BR-153, consolidaram-se como parte das dinâmicas de fluxo urbano e, consequentemente, sobrecarregam sua capacidade e provocam conflitos na malha urbana. Os resultados destacam a importância de um Planejamento Urbano e Regional estruturados concomitantemente para que este problema seja evitado, uma vez que as soluções para melhoramento se restringem apenas a mitigação dos conflitos devido a dificuldade de tratar trechos já consolidados.

LEGADOS URBANOS E SUBURBADOS: ESPAÇO, FORMA E VITALIDADE EM DUAS VILAS OLÍMPICAS CERTIFICADAS PELO SELO LEED-ND
Nicholas Martino - UFRN, nicholas.martino@hotmail.com
Edja Trigueiro - UFRN, edja.trigueiro@gmail.com
Cynthia Girling - UBC, cgirling@sala.ubc.ca

As Vilas Olímpicas construídas para os jogos olímpicos de Vancouver (Southeast False Creek, SFC, 2010) e do Rio de Janeiro (Condomínio Ilha Pura, CIP, 2016) receberam a certificação LEED-ND para bairros sustentáveis com base em diretrizes de desenho urbano que buscam promover comunidades mais habitáveis, sustentáveis e vivas. Mas até que ponto a alocação de usos e distribuição de elementos nos bairros construídos permite espaços urbanos mais vivos? A intenção deste artigo é explorar a relação entre configuração espacial e indicadores de vitalidade urbana a fim de investigar se e como o projeto dessas vilas olímpicas certificadas pelo LEED-ND promovem ou dificultam a vitalidade urbana. Usos do solo, densidade populacional, interfaces público-privado e infraestrutura para pedestres foram mapeados e sobrepostos a modelos configuracionais do espaço baseados na teoria da sintaxe do espaço a fim de verificar como padrões de visibilidade e movimentalidade de pedestres promovem ou dificultam a vitalidade urbana das Vilas Olímpicas. Intensos padrões de movimento de pedestres surgem a partir da localização do SFC dentro da cidade e da integração entre edifícios, espaços públicos, corredores de transporte e frente d'água. Enquanto isso, o CIP é segregado tanto do resto do Rio quanto de seu entorno imediato, resultando em uma distribuição desigual de espaços verdes e de lazer, altamente integrados àqueles que vivem dentro do condomínio e pouco integrados às comunidades do entorno. O desenho do CIP que não contribui para a vitalidade urbana da região e a impossibilidade de considerar as múltiplas relações entre os inúmeros fatores contextuais que influenciam na performance dos projetos já construídos, levanta a questão sobre a necessidade de utilizar um processo de avaliação caro (como o do LEED-ND) para representar conceitos amplos e subjetivos como "sustentabilidade" e "crescimento inteligente" em sistemas complexos e imprevisíveis que são cidades e vizinhanças.

> ST_15 > **03**

NOVAS/OUTRAS VISADAS PARA O URBANO
COORDENAÇÃO: GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS E FREDERICO ROSA BORGES DE HOLANDA

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 5

CIDADE, GÊNERO E INFÂNCIA
Ana Gabriela Godinho Lima - FAU Mackenzie, anagabriela.lima@mackenzie.br
Rodrigo Mindlin Loeb - FAU Mackenzie/Instituto Brasiliana, rodrigo@ibrasiliana.org
Débora Sanches - FAU Mackenzie/FAU Belas Artes, deborasanches@uol.com.br

Este artigo apresenta, a partir da perspectiva de gênero e da temática do investimento na primeira infância como ferramenta primordial para a transformação das vulnerabilidades em direção à equidade e oportunidades de desenvolvimento, reflexões acerca dos modos pelos quais podemos analisar a presença e atuação das mulheres que promovem transformações positivas em territórios urbanos vulneráveis, tanto na esfera governamental como no âmbito das ações dos movimentos sociais, comunitários, participativos e de moradia, com particular atenção aos benefícios quanto à qualidade espacial urbana, e estratégias específicas de abordagem para a infância e defesa de direitos. Ao fazê-lo alinha-se com os objetivos enunciados por importantes agendas de desenvolvimento mundiais, em particular os amplos processos participativos estabelecidos pela Habitat III (2016) nas assembleias de mulheres, e em particular a agenda mantida pelo UN Habitat-gender hub; a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(2015), em especial o ODS5: "alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Em nível local, o projeto visa prover contribuições a partir da plataforma "Cidade 50-50: todas e todos pela igualdade", lançada em 2016. Esta reflexão busca contribuir para os esforços que vêm sendo feitos em âmbito nacional no sentido de reconhecer as especificidades de gênero no que se refere à formulação de políticas públicas no País, como o convênio estabelecido entre o IBGE e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

O CAMINHAR É PARA TODAS? UMA ABORDAGEM DE MULHERES LATINO-AMERICANAS SOBRE DERIVAS E FLÂNERIES NA CONTEMPORANEIDADE

Adriana Gomes do Nascimento - Universidade Federal de São João del-Rei, adrianan@ufsj.edu.br
Alice Saute Leitão - Universidade Federal de São João del-Rei, alicesauteleitao@gmail.com
Ana Luiza Ribeiro Carvalho - Universidade Federal de São João del-Rei, analucarvalhoo@gmail.com
Thais de Almeida Gonçalves - Universidade Federal de São João del-Rei, thais.dagoncalves@gmail.com

Se compreendemos o vaguear pela cidade como ato político e como possibilidade de um urbanismo mais inclusivo, é imprescindível a noção de acessibilidade espacial a todos. Portanto, para além de uma compreensão do ato de caminhar, das teorias da deriva propostas pelos situacionistas e da questão do gênero, exploramos através da nossa experiência enquanto mulheres latino-americanas, como as deambulações podem transformar o espaço na construção de narrativas urbanas. E se o caminhar envolve a cidade, eis a questão: por que a rua dá medo? O caminhar desempenhou diferentes protagonismos nas cidades. O ideal de cidade para pessoas, baseado no caminhar e na perspectiva do pedestre, nem sempre estiveram em evidência na organização e no planejamento urbano, perdendo seu papel principal notoriamente a partir do século XX. Assim, a sociedade contemporânea parece se acostumar à sensação de medo nas cidades, sendo preciso pontuar também a importância de revolução desse anestesiamento.

CARTOGRAFANDO A CIDADE: PERSPECTIVAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA

Marcella Raysa Tôrres Vasconcelos - UFPE, vasconcelosmarcella@gmail.com

A cartografia é a disciplina que conecta arte, ciência e tecnologia na construção e uso de mapas. Ocupa-se da manipulação de dados sobre um recorte espacial e cria sistemas de representação que permitem a sua compreensão. Alguns autores consideram seu surgimento a partir do instante em que o homem adquire consciência de si no mundo e desenvolve um senso de lugar: da necessidade humana em representar as dimensões do tempo e espaço está, possivelmente, as origens da cartografia. Espaço urbano e espaço cartográfico são inseparáveis e enquanto são transformados esse relacionamento também se altera. O objetivo de tornar legível a entidade complexa e dinâmica que é a cidade continua urgente, os mapas, por acumularem grandes ideias, se mostram um meio adequado para representá-las. Há um potencial para a compreensão do fenômeno urbano contemporâneo através das operações de descrição e representação. As práticas cartográficas ganham relevância quando colocadas em dialética a esses processos para delinear lógicas atreladas aos territórios: uma chave para o projeto urbano.

DA CARTOGRAFIA AFETIVA À ANÁLISE URBANA: OLHARES FENOMENOLÓGICOS SOBRE A RUA HALFELD

Carlos Eduardo Ribeiro Silveira - UFJF, carloseduardo.ribeiro@ufjf.edu.br
Fernanda Silva Freitas - UFJF, fernanda.freitas@arquitetura.ufjf.br
Mariana Mendonça de Mattos - UFJF, mattos.mariana@hotmail.com

O ato de absorver a poética latente nos espaços traz consigo uma inquietação que ecoa nos seres projetantes, à maneira de um impulso inerente de criação. A proposta central deste devaneio imaginário é a incorporação e uso dos espaços urbanos visando à produção de intervenções artísticas, reivindicando a cidade como espaço para a arte. A imbricação do uso dos espaços públicos com os elementos teóricos próprios da fenomenologia é a ferramenta chave para a abertura desse portal. A cartografia que abriga essas experimentações é a cidade de Juiz de Fora, mais especificamente a Rua Halfeld, graças ao seu forte caráter simbólico, sua importância histórica e seu inegável papel como agente mnemônico.

A VIDA PÚBLICA – A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA E A EXPERIÊNCIA NO DIÁLOGO ENTRE CORPO, ARQUITETURA E PROJETO

Maria Isabel Villac - Universidade Presbiteriana Mackenzie, belvillac@gmail.com
Danielle Alves Lessio - Universidade Presbiteriana Mackenzie, danielle.lessio@gmail.com

Apresenta-se aqui uma reflexão sobre o Projeto de Arquitetura e Cidade no momento contemporâneo e como apreender a experiência cotidiana no Projeto. A necessidade da arquitetura e do urbanismo possuírem lógicas híbridas e heterogêneas constantemente se reafirmam para assimilar estas condições. O campo ampliado, o olhar sensível e a pesquisa empírica são alguns dos elementos que podem mediar a poética necessária para a compreensão das práticas contemporâneas. Esta aproximação trazida por diferentes campos enfatiza a prática transdisciplinar como pensamento essencial para novas propostas que busquem cada vez mais reconhecer a vida pública, a relação entre corpo e espaço e as apropriações que transcendem o esperado e padronizado. Por meio desta lógica, é estabelecido um olhar projetual que compreende a cidade não apenas como espaço de fluxo e infraestrutura, mas como de vínculos afetivos, conflitos e manifestações diversas, e que assume seu compromisso perante tais acontecimentos.

> ST_15 > **04**

CONFIGURAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS
COORDENAÇÃO: GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS E FREDERICO ROSA BORGES DE HOLANDA

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 2

PRIVILÉGIO LOCACIONAL DE RESIDÊNCIAS FRENTE A SHOPPING CENTERS: DEFININDO PERFIS DE RESIDENTES COM BASE NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE CIDADES DO INTERIOR PAULISTA

Leonardo Lima - PROPUR/UFRGS, leonardo.lima@ufrgs.br
Clarice Maraschin - PROPUR/UFRGS, clarice.maraschin@ufrgs.br

A relação dos shopping centers com a estrutura espacial urbana tem sido objeto de diferentes investigações. Estudos indicam que esses centros aumentam a acessibilidade e a densidade populacional além de valorizar seu entorno. Porém, poucos estudos tem buscado identificar o perfil dos residentes nas áreas com mais e menos vantagens locacionais frente a estes centros. O objetivo deste trabalho é identificar os perfis dos residentes, considerando variáveis etárias, de renda e de gênero, nas melhores e piores localizações frente a shopping centers. O estudo empírico analisa seis shopping centers regionais em três cidades médias do interior do estado de São Paulo. Metodologicamente, aplica-se um modelo configuracional urbano capaz de hierarquizar residências em função de seu acesso à ofertas. Os resultados sugerem a existência de um padrão nos perfis sócio-econômicos dos residentes nas localizações mais/menos privilegiadas espacialmente frente à shopping centers, mesmo em cidades distintas.

DIFERENÇAS E HOMOGENEIDADES NO CONTEÚDO DA PAISAGEM URBANA DE PRESIDENTE PRUDENTE: UMA ANÁLISE VISUAL DOS PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Victor Chirillo de Oliveira Stoian - UNESP, victorstoian@bol.com.br

O presente trabalho busca avançar na discussão sobre a diferenciação e a segregação socioespacial a partir de uma análise visual de áreas específicas da cidade de Presidente Prudente em que estes processos puderam ser identificados. Tal reflexão pode contribuir para uma multiplicidade analítica em que elementos da materialidade urbana sejam parte constituinte de um conjunto de informações que caracterizam tais processos. O artigo é formado por duas partes: a primeira traz um breve debate teórico sobre o conceito de paisagem urbana e análise visual a partir de um diálogo com autores relacionados ao tema abordado, como Lynch, Cullen, Besse, Serrão e Menezes; na segunda parte é apresentado, ainda que de maneira sintética, os conceitos de diferenciação e segregação socioespacial juntamente a uma reflexão a partir da análise visual de áreas específicas da cidade de Presidente Prudente.

A DIMENSÃO ESPACIAL DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

Patrick Zechin - Universidade Estadual de Goiás, patrick.zechin@gmail.com
Frederico de Holanda - Universidade de Brasília, fredholanda44@gmail.com

Nos últimos anos, o Brasil conheceu algum progresso no que diz respeito à diminuição da desigualdade socioeconômica, mas, embora a desigualdade tenha recuado um pouco, a segregação entre as classes mais altas e as mais baixas não pareceu ter conhecido melhora e o ambiente urbano brasileiro continua sendo um lugar de exclusão para um importante contingente populacional. Considerando que é essencial o conhecimento mais pormenorizado da dinâmica da desigualdade espacial para a formulação de melhores políticas públicas, objetivamos, por meio do uso de técnicas de análise espacial alternativas ao tradicional Índice de Dissimilaridade (D), apresenta-se e discute-se a relação entre espaço e desigualdade nas cinco cidades mais desiguais do país, buscando matizes mais detalhadas da materialização da segregação espacial.

SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA. DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS EM SÃO PAULO

Janaina Almeida Stédile - Universidade presbiteriana Mackenzie, jastedile@gmail.com

Este artigo procura estender os debates sobre as dinâmicas da segregação espacial nos últimos dez anos em São Paulo, compreender seus aspectos materiais e simbólicos, bem como estes se geram e se reproduzem. Partindo da argumentação Schimtt, onde não existem ideias políticas sem um espaço em que elas se referendem, nem espaço ou princípio espacial que não corresponda a uma ideia política, somado ao pensamento hegeliano de que a forma é o aspecto material do conceito, e não apenas a sua representação, logo a segregação espacial não é só um resultado, mas uma resultante que ultrapassa o tempo de sua implantação e segue influenciando a maneira de estar nas cidades. Apresenta-se uma investigação sobre esse tipo de estruturação espacial, primeiro a partir de uma breve histórico da segregação espacial, em seguida suas implicações simbólicas através da teoria crítica contemporânea no campo da psicanálise social; para por fim demonstrar a evolução formal nos enclaves fortificados nos primeiros anos do século XXI, através do estudo dos novos empreendimentos habitacionais no distrito da Vila Leopoldina, em São Paulo.

SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XX: A CIDADE FORMAL E OS ENCLAVES FORTIFICADOS COMO REPRESENTAÇÃO HEGEMÔNICA DO ESPAÇO URBANO (1985-1996).

Luma de Sousa Yoshioka - Pontifícia Universidade Católica SP, lumayoshioka@gmail.com

No final do século XX, as cidades brasileiras passaram por intensas transformações sociais e econômicas que, resultaram em um período de instabilidade financeira e política, modificando o acesso à moradia e transformando os espaços urbanos da cidade de São Paulo. A segregação espacial urbana foi o resultado das articulações entre o Estado e o Mercado imobiliário que, através da instituição de políticas públicas perversas, precarizaram o acesso à moradia e a infraestrutura urbana pela população vulnerável, e fomentaram a especulação imobiliária do território, transformando a fisionomia da cidade, e invertendo a lógica do público e privado, para criar espaços de admissão e exclusão altamente segregados. Foi nesse contexto de recessão econômica que, a habitação passou a ser fortemente associada a um investimento altamente seguro e rentável. Dessa forma, a propriedade privada vinculada a produção capitalista do espaço, tornou-se a única forma segura de acesso a cidade formal e legalizada, com condições adequadas de habitabilidade, segurança e infraestrutura urbana.

ANÁLISE CONFIGURACIONAL DA EXPANSÃO URBANA: A LOCALIZAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS EM PELOTAS/RS

Waleska Andrzejewski Avozani - PROPUR/UFRGS, waleska_avozani@hotmail.com
Fábio Lúcio Zampieri - PROPUR/UFRGS, fabio.zampieri@ufrgs.br

Este trabalho estuda as localizações de novos empreendimentos residenciais do ponto de vista de suas contribuições para a expansão da malha urbana através da abertura de vias de circulação e do acesso aos serviços e equipamentos. Adota-se o enfoque da análise configuracional, verificando-se o desempenho destes a partir da aplicação de medidas sintáticas. O estudo empírico avalia a contribuição de 77 empreendimentos residenciais construídos pelo mercado formal no município de Pelotas/RS entre os anos de 2010 e 2018. A amostra é classificada de acordo com o tipo de empreendimento analisado: condomínio ou loteamento; unifamiliar ou multifamiliar. Trabalha-se com a hipótese de que os empreendimentos do tipo condomínio fechado, em especial os unifamiliares, pouco contribuem com a acessibilidade da cidade e do local onde são implantados. As análises identificam um padrão de localização segregado no sistema e os resultados apontam diferenças e potencialidades para os tipos residenciais analisados.

> ST_15 > **05**

DILEMAS URBANOS CONTEMPORÂNEOS: ARQUITETURA E CIDADE
COORDENAÇÃO: GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS E FREDERICO ROSA BORGES DE HOLANDA

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 5

BAUGRUPPEN: AS EXPERIÊNCIAS DE COABITAÇÕES NA ALEMANHA (1994-2016)

Anie Caroline Afonso Figueira - UnB, anieline@gmail.com
Ricardo Trevisan - UnB, prof.trevisan@gmail.com
Talita Rocha Reis - UnB, reis.talita96@gmail.com
Rodrigo Beserra Figueiredo - UnB, rodrigo.b.figueiredo@gmail.com

Este artigo se propõe a discutir o fenômeno dos Baugruppen (grupos de construir) na dinâmica habitacional alemã da cidade contemporânea (1994-2016). A ideia consiste em contrapor, ainda que parcialmente, o recorrente cenário, de transformação da habitação em apenas um ativo financeiro e uma mercadoria. Essa contrariedade ocorreria pelos Baugruppen, pois estes são constituídos de diversas partes interessadas, dentre eles, a comunidade que irá habitar nessa casa coletiva, as cooperativas de arquitetos, o Estado alemão, o meio jurídico e os bancos que financiam essas moradias. O intuito é excluir determinados agentes que lucram com a financeirização da moradia, como incorporadoras e construtoras, podendo, com isso, aumentar o tamanho das habitações, contratar os serviços de arquitetos para projetarem residências para se adequar ao perfil dos seus usuários, e simultaneamente diminuir o seu preço em até 25% a 35% do valor tradicional, investindo também em tecnologias ecológicas. A expectativa é a de poder avaliar as consequências positivas e negativas desse processo participativo, no qual os cidadãos se responsabilizam pelos riscos da construção da moradia e da cidade.

MODOS DE HABITAR A CIDADE CONTEMPORÂNEA: MORADIA COMPARTILHADA E COLABORATIVA

Denise Vianna Nunes - UFF e Ibmec, denisenunesfau@gmail.com
Larissa Tavares Vieira - Ibmec, lari_t_vieira@hotmail.com

Diante da necessidade de se preservar o planeta e facilitada pelas novas possibilidades tecnológicas da comunicação surgiu a economia compartilhada, que se aplica também a modos de habitar a cidade contemporânea, em especial entre a geração Millenials. O presente trabalho reflete sobre a moradia compartilhada e colaborativa, conhecida como Coliving, onde se procura otimizar custos e recursos da natureza e compartilhar experiências pessoais e profissionais. Este estudo realiza-se através da análise de exemplares de algumas cidades do mundo e do Brasil e tem como conclusão preliminar que trata-se de uma nova atitude em todas as esferas do viver, baseada na ideia de "contrato de curto prazo", onde tudo é efêmero. Verifica-se que outros segmentos da sociedade estão também passando a adotar estas práticas e que no Brasil, ainda há ainda poucas edificações construídas com este programa arquitetônico.

ARQUITETOS CONTEMPORÂNEOS DA ESCOLA DO PORTO

Yuri de Souza Duarte - UFRN, yurisd25@gmail.com

A produção do movimento moderno em Portugal ocorreu de maneira singular, denominada Escola do Porto e reconhecida a partir da década de 1950, foi um movimento que produziu ecos identificáveis nas produções arquitetônicas até a contemporaneidade. Dentre outras características, apresenta como condicionantes de projeto a harmonia entre a inserção do edifício e o ambiente pré-existente. Este artigo apresenta uma análise panorâmica da produção de dois grupos de notáveis arquitetos portugueses, considerando aspectos como: histórico de trabalho; relação de tutoria com outros arquitetos; formação profissional; e caracterização geral de sua obra. O primeiro formado por Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura; e o segundo composto por João Carrilho da Graça; os irmãos Nuno e José Mateus (escritório ARX); os irmãos Manuel e Francisco Nuno Aires Mateus; e Nuno Brandão Costa.

RELAÇÕES DE ESCALA NA SUPERQUADRA DE BRASÍLIA – PARADIGMAS OU MISTIFICAÇÃO?

Gabriel Ernesto Moura Solórzano - Universidade de Brasília, ernestgabriel@gmail.com
Pedro Paulo Palazzo de Almeida - Universidade de Brasília, palazzo@unb.br

A concepção de Brasília é indissociável do conceito de escala, sua dinâmica e a constante variação é parte fundamental da vivência na cidade. É a partir dessa relação que Lúcio Costa lança o traçado do Plano Piloto ao mesmo tempo que o significa. A Superquadra, elemento estruturante do desenho urbano e centro da vida cotidiana, representa essa constante mudança de escalas da cidade. O bloco de apartamentos e as áreas intersticiais da quadra dão às pessoas a oportunidade de interagir com o espaço. É a partir dessa relação de identidade e pertencimento que o usuário torna-se morador. O presente trabalho busca relacionar as atividades cotidianas com as diferentes relações de escala que abrangem desde o espaço público até o interior dos apartamentos.

DO CONFLITO ÀS CONVERGÊNCIAS: PROCESSO DE CORRESPONSABILIDADES COMO ALTERNATIVA À DEMANDA DE MORADIA

Bianca Feijão de Meneses - UFC, biancafmeneses@gmail.com

O presente artigo parte da noção da produção habitacional como território de conflito, permeado por agentes distintos, destrinchados em Estado, mercado e população, e suas diferentes narrativas. Diante de diversos contextos, disponibilidades de recursos e prioridades relativos aos agentes, a moradia se torna um produto em comum, porém passível de inadequações. A investigação sobre as potencialidades e as fragilidades de cada um dos agentes permite retomar um olhar crítico à prática arquitetônica inserida neste contexto, de onde esta investigação se origina. Com a centralização do fazer arquitetônico nesta discussão, busca-se converter o cenário de conflitos em convergências, utilizando-se, para isso, da flexibilidade em arquitetura. Visando conciliar diferentes interesses e potencialidades dos agentes, bem como suprir suas fragilidades, estrutura-se um processo de corresponsabilidades, uma possível transição entre o cenário de inadequações percebido e um cenário mais justo almejado.

OS VAZIOS URBANOS INDUSTRIAIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CASO DE FORTALEZA-CE

Emanuel Ramos Cavalcanti - Universidade Presbiteriana Mackenzie, emanuel.cavalcanti.au@gmail.com
Angélica Tanus Benatti Alvim - Universidade Presbiteriana Mackenzie, angelica.benatti.alvim@gmail.com

Os vazios urbanos são parte constituinte da cidade contemporânea. Ao longo das últimas décadas, o status de sua relevância foi resultado tanto do crescente interesse acadêmico e institucional, como da importância que alcançaram apropriações, representações e intervenções, formais e informações. A formação e a transformação destes espaços, impactantes no ambiente construído das cidades, têm revelado fenômenos e processos originais, além das estratégias e ideários de diferentes agentes, públicos e privados. O artigo objetiva relacionar a relevância específica dos vazios urbanos industriais com o pensamento urbanístico e com a produção da cidade contemporânea, articulando processos formadores e transformadores destes espaços. A partir de estudo de caso para a antiga periferia industrial de Fortaleza-CE abordamos alguns fenômenos, características e agentes envolvidos nos processos formadores e transformadores recentes de seus vazios urbanos industriais, confrontando estes processos com alguns aspectos gerais e específicos da produção e regulação do espaço local.

AS VÁRIAS ESCALAS DOS ESPAÇOS DE USO PÚBLICO
COORDENAÇÃO: GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS E FREDERICO ROSA BORGES DE HOLANDA

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 5

ESPAÇO PRIVADO DE USO PÚBLICO: O BOULEVARD DA NEO SUPERQUADRA EM CURITIBA

Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners - PUCPR, wilhelm.meiners@pucpr.br
Renata Adriana Garbossa - UNINTER, renata.g@uninter.com

Qual ressignificação ocorre no espaço público contemporâneo? Os espaços públicos de propriedade privada funcionam e podem ser uma alternativa viável à apropriação da cidadania? O espaço público contemporâneo assume diferentes formas, usos e domínios. Para perceber as formas que assume na trialética da pós-modernidade, destacamos um espaço de uso público e propriedade privada, localizado no Centro Cívico, bairro de Curitiba que representa a reconquista do espaço público como lócus da expressão da cidadania e manifestação política. O espaço analisado é um pocket-park de passagem e conexão junto ao empreendimento imobiliário da Neo Superquadra, um conjunto pós-modernista, de uso misto, com torres comerciais e residencial. A proposta do trabalho é promover, nos limites de uma pesquisa em espaço de propriedade privada, a análise simbólica, física, sensorial e social, para avaliar seu uso, fruição e funcionalidade. Destarte conforma uma crítica ao espaço público contemporâneo, que considera a subsunção dos interesses públicos aos privados.

CITY MARKETING, A ORLA CONDE E O (DES)ACORDO DO ESPAÇO PÚBLICO

Tarciso Binoti Simas - Centro Universitário IBMR e UNISUAM, tarcisobinoti@gmail.com
Alessandra de Figueiredo Tarcsay - UFF e Centro Universitário IBMR, atarcsay@gmail.com
Aline Cordeiro Rodrigues - Centro Universitário IBMR e UNISUAM, aline.rodrigues@ibmr.br

O espaço urbano sofre alterações ao longo do tempo, as transformações sociais levam a diversas mudanças na estrutura física de uma cidade, conhecidos como projetos de revitalização. Este artigo trata do questionamento do projeto executado no Rio de Janeiro, o Porto Maravilha, e as problemáticas existentes no uso de um padrão globalizado de ação em regiões portuárias, com enfoque nos aspectos turísticos, levando a uma gentrificação da área. Neste contexto, este artigo analisa a proposta de remodelação da orla da zona portuária do Rio de Janeiro, denominada Orla Conde. O objetivo deste artigo é ressaltar que seu projeto foi elaborado fora de seu contexto seguindo modelos de revitalização de zonas portuárias resultando, no trecho de contorno do Morro de São Bento da Orla Conde, em um espaço público majoritariamente de ligação, tal como um "corredor" ou "túnel", sem fachadas ativas, sem serviços e outros atrativos, e com baixa apropriação de pessoas.

A ARQUITETURA DO MEDO E AS LEIS DE FECHAMENTO DE RUAS

Verônica Maria Fernandes de Lima - UFRN, verolima04@gmail.com
Ricardo de Souza Moretti - UFRN, ufrn.moretti@gmail.com
Débora Youchoubel Pereira de Araújo Lima - UFRN, deborayouchoubel@yahoo.com.br
Letícia de Lima Leite Silva - UFRN, ledelimaleite@gmail.com

O artigo apresenta uma reflexão a respeito da violência urbana e o abandono dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, partindo da questão: Como garantir a segurança pública sem o fechamento dos muros? O texto se debruçará sobre a discussão da elaboração de leis que propõem o fechamento de ruas em contraponto aos argumentos, de teóricos que discutem a questão da violência urbana e propõem saídas para uma cidade com mais segurança e vitalidade. O artigo se compõe por: uma discussão conceitual sobre a arquitetura do medo e seus reflexos na cidade; um referencial teórico construído através de autores como Jane Jacobs, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Arno Vogel, e Jan Gehl sobre apropriação dos espaços públicos e a segurança nas cidades; uma análise das propostas de lei para o fechamento de ruas e bolsões residenciais em São Paulo e em Natal (a chamada lei do Bairro Seguro); e finalmente algumas considerações sobre as questões levantadas.

A PEQUENA ESCALA E A CIDADE, O MOBILIÁRIO NA ATIVAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
Ana Laura Rosas Brito - IFPB, analaura.brito@gmail.com
Jose Augusto Ribeiro da Silveira - UFPB, ct.laurbe@gmail.com

O cenário urbano contemporâneo comumente aponta para um enfraquecimento da 'esfera pública', tão fundamental quanto o próprio princípio de cidade. Esse artigo foca na compreensão de intervenções de pequena escala, com mobílias urbanas, na 'ativação' dos espaços livres públicos conduzidas por setores da sociedade e gestão pública, para a retomada dos valores de cidade como espaço propício ao compartilhamento de experiências. O estudo de caso conduzido na cidade de João Pessoa, apresenta uma metodologia de análise de três dimensões: i) espaço livre público, ii) mobília e iii) usuário, através de ferramentas específicas, como: fotos e anotações de campo, mapas georeferenciados, mapas comportamentais centrados no lugar; entrevistas com questionários semiestruturados e uso de parâmetros qualitativos e quantitativos do aporte teórico adotado. Os resultados apontam para uma forte capacidade de 'ativação' do espaço livre público, com apropriações, mas sem atingir uma 'ativação profunda', despertando a noção de 'comum' urbano.

OCUPAR E CONSUMIR – A APROPRIAÇÃO DOS DISCURSOS DOS ATIVISMOS URBANOS PELO MERCADO IMOBILIÁRIO NA GENTRIFICAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO
Luanda Vannuchi - FAUUSP, luanda.vannuchi@usp.br

Nesse trabalho analiso a apropriação pelo capital imobiliário de terminologias caras aos ativismos urbanos e insurgências na criação de novas embalagens conceituais para novos produtos imobiliários que vem sendo lançados no centro de São Paulo. O marketing dos novos empreendimentos associa às unidades diminutas a tendência internacional e estilo de vida cosmopolita, jovem, consciente ambientalmente, consumidor de cultura e boêmio. Assim, nesses empreendimentos, graffiti, cultura de bicicleta e de compartilhamento, espaços coletivos e até horta comunitária aparecem como atrativos, itens de decoração em peças publicitárias que se apropriam dos discursos próprios à onda de ativismos urbanos vivenciada na cidade principalmente a partir de junho de 2013, convidando o consumidor a "ocupar sua cidade". Por trás deles, grandes construtoras voltadas aos segmentos de média e alta renda, algumas com capital aberto na bolsa ou atuando em parceria com fundos imobiliários internacionais, em um amplo processo de gentrificação, com o retorno decisivo do capital imobiliário para o centro depois de pelo menos duas décadas de desinvestimento.

ST_16 > CIDADE, HISTÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA

Comissão Científica:
Amíria Bezerra Brasil – DARQ/UFRN
Carolina Pescatori Candido da Silva – PPG-FAU/UNB
Clovis Ultramari PPGTU/PUCPR
Fernanda Ester Sanchez Garcia – PPGAU/UFF
José Júlio Ferreira Lima – PPGAU-FAU/UFPA
Rubenilson Brazão Teixeira – PPGAU/UFRN
Suely Maria Ribeiro Leal – MDU/UFPE

> ST_16 > 01

HISTÓRIA URBANA - ESTUDOS DE CASO 1
COORDENAÇÃO: RUBENILSON BRAZÃO TEIXEIRA E CLOVIS ULTRAMARI

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 14

BORDANDO A HISTÓRIA URBANA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO NOS SÉCULOS XIX E XX
Laíse Frasão Barros - Universidade de Brasília UnB, laisefrasao@gmail.com

Análises historiográficas e espaciais apresentam a história urbana ludovicense, nos séculos XIX e XX, abrangendo o crescimento territorial para além dos limites do núcleo fundacional francês. O bordar, aqui, é um percurso metodológico/poético conceitual e teórico (historiográfico e cartográfico) que, se assemelhando ao ato de costurar, visa interpretar a dinâmica citadina local e seus processos construtivos urbanos por meio de aproximações (costuras) entre passado/ presente e cidade, história e cultura. Com isso, pretende-se ir além de uma mera interpretação expositiva de dados técnico-documentais, ou de padrões morfológicos, estabelecendo uma crítica analítica que considera a cidade de São Luís como o organismo complexo e pulsante que ela é. Afinal, São Luís "esconde glórias passadas e sonha grandezas futuras". (TRIBUZI, Bandeira)

UM TERRITÓRIO E DUAS NARRATIVAS POLÍTICAS: O GOIÁS DOS GOIANOS E A BRASÍLIA EX NIHILO DOS MUDANCISTAS.
Isabelle Macêdo de Almeida Salgado - UnB, isabellemdealmeida@gmail.com

Este artigo pretende cotejar narrativas políticas mudancistas e goianas acerca do território de Goiás, colocando a questão do desdobramento de valores culturais a partir da ideia do tombamento de Brasília ex nihilo. Será apresentada a narrativa mudancista sobre história da capital abordando a construção da ideia

do vazio do Planalto Central pela obra de Ernesto Silva e discursos de Juscelino Kubitschek. A narrativa da política goiana se dará pelo estudo do Conselho de Imigração e Colonização de Goyaz, de 1949, verificando-se uma visão focada na propaganda de fomento a migração para o estado através de uma leitura de ocupação crescente, modesta e relevante do estado a nível regional. A justaposição destas narrativas geradas em tempos muito próximos almeja a construção de um olhar crítico para que se permita, a cada nova leitura, explorar e refletir de maneira mais rica outras perspectivas sobre a história de Brasília.

GEOGRAFIAS E GENEALOGIAS DO PLANEJAMENTO URBANO EM BELÉM: ELEMENTOS DA MODERNIDADE E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES

Tiago Veloso dos Santos - IFPa, tiago.veloso@ifpa.edu.br

Considerando a dinâmica e a estrutura urbana de Belém no início do século XXI como expressão da acumulação das intervenções urbanas e das práticas de planejamento e gestão do espaço da cidade, analisa-se a genealogia do planejamento urbano para compreender a produção de um espaço que tem como característica a negação da natureza e a produção da desigualdade entre classes sociais. Nesse aspecto, identificou-se três períodos específicos que produziram impactos significativos na produção do espaço urbano de Belém: o terceiro quarto do século XVIII (1755 – 1777) com as reformas promovidas no período Pombalino na Amazônia, momento de expressão de uma modernidade urbana e arquitetônica; o final do século XIX e a primeira década do século XX (1890 – 1910), momento de ascensão da economia regional a partir da intensificação de atividades extrativas que produziram reformas urbanísticas com tons higienistas e; por fim, o período entre 1940 e 1970, que marcou uma série de propostas de planejamento com viés técnico-burocrático na produção do espaço. Do ponto de vista da metodologia adotada, estabeleceu-se como percurso de pesquisa: i) levantamento bibliográfico de caráter teórico e empírico da temática; ii) levantamento documental acerca das práticas de planejamento e intervenção dos períodos destacados com base em legislação, planos e projetos de cada um dos períodos; iii) coleta de iconografia representativa da época as quais as políticas foram executadas. Apresenta-se como resultados a hipótese de que a narrativa de uma pretensa ausência de planejamento como fator explicativo dos problemas da cidade é um discurso que não tem base na realidade, posto que historicamente é exatamente o oposto que a pesquisa indica, as modalidades de planejamento efetivadas em Belém acentuam problemas como a segregação socioespacial.

URBANISTAS E URBANISMO NA HISTÓRIA 1
COORDENAÇÃO: JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA E CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 14

ANHAIA MELLO E O CONTROLE DA EXPANSÃO URBANA

Candido Malta Campos - PPGAU / FAU / UPM, candido@mackenzie.br

As propostas para o controle do crescimento urbanístico elaboradas por Anhaia Mello, desde sua participação na Lei de Parcelamento de 1923, seus atos municipais como prefeito em 1931, sua consultoria não-oficial com o prefeito Fabio Prado, sua polêmica com Prestes Maia, seu plano regional de 1954, e a aprovação da Lei Municipal 5.261/1957, dos coeficientes; disputaram a hegemonia com propostas mais liberalizantes assumidas por Prestes Maia, Dumont Villares e Robert Moses. O Plano Regional de Anhaia Mello resume várias posições defendidas ao longo de sua carreira. A capacitação de técnicos capazes de levar a cabo programa regulador recaía à própria FAU/USP dirigida por Anhaia Mello, na qual ele patrocinaria, a partir de 1958, a criação do CPEU, reunindo docentes e alunos. Com a emergência do polo industrial paulistano, isto deveria evoluir, em sua visão, para articulações institucionais avançadas, amparadas em uma legislação minuciosa. No entanto, a São Paulo, particularmente entre 1945 e 1965, não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento urbano, tanto horizontal como vertical, e a lei 5.261 (mesmo constantemente burlada) era um dos pontos máximos a que se podia chegar.

SUBÚRBIO MODERNO, UTOPIA BURGUESA. REFLEXÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO DE SÃO PAULO E A SUBURBANIZAÇÃO DO MORUMBI

Anderson Dall'Alba - Unisinos, PROPAR-UFRGS, dallalba@unisinos.br

A formação de subúrbios na periferia do cuore urbano de São Paulo logo no início do século XX é um fenômeno que já motivou estudos nas mais diversas frentes. Sabe-se que, embora a suburbanização tenha envolvido sobretudo grupos socioeconômicos de renda baixa, ela também abrangeu famílias de médio e alto poder aquisitivo. O atual distrito do Morumbi, urbanizado a partir do final da década de 1940, compreende diversos bairros que foram concebidos como subúrbios para famílias de renda alta. Dentre eles, o Paineiras do Morumbi, projetado pelo arquiteto Oswaldo Bratke (1907-1997), é um exemplo representativo do padrão de traçado adotado em quase toda a região. Este artigo examina justamente a suburbanização que envolveu parte das classes de renda média e alta da população de São Paulo ao final dos anos 1940, e que promoveu, nesse período, a ocupação do Morumbi. O objetivo é discutir os fatores que impulsionaram a emergência de tal processo, bem como iluminar as dinâmicas de desenvolvimento e configuração urbana típicas dos bairros que hoje conformam o distrito. Inicialmente, o trabalho revisa as transformações urbanas ocorridas em São Paulo a partir dos anos 1920, quando a cidade enfrentou sua primeira modernização. A segunda parte examina o projeto de Bratke para o bairro Paineiras do Morumbi, que é tomado como estudo de caso. Na reflexão final, atenta-se para as principais motivações que

facilitaram a suburbanização do Morumbi, pontuando a contradição inerente a tal processo. Nesse sentido, o subúrbio parece ter sido encarado por parte das famílias nucleares de elite como oportunidade de realizar uma utopia de vida moderna em um cenário agreste, porém modernizado, distante das condições urbanas conturbadas e heterogêneas que vinham se impondo na metrópole.

APRAZÍVEL SUBÚRBIO: VERANEIO E LOTEAMENTOS BALNEÁRIOS NO BAIRRO BELÉM NOVO EM PORTO ALEGRE ENTRE OS ANOS 1920 E 1970
Clarissa Maroneze Garcia - UFRGS, clarissamaroneze@hotmail.com

Este trabalho apresenta dois projetos de loteamentos balneários realizados para o Bairro Belém Novo, em Porto Alegre – RS, implantados na primeira metade do século XX. Os loteamentos "Villa Balneária Nova Belém" (1927) e o "Belém Novo Balnear" (1929/1930) foram projetados e implantados na margem do lago Guaíba e seguiram a lógica e a tendência que se apresentava no país naquele momento: dotar áreas litorâneas de estruturas balneárias. O trabalho demonstra que os empreendimentos e as belezas naturais de Belém Novo eram constantemente alvo de propagandas e matérias de jornais e revistas locais, atestando sua importância para o período áureo do veraneio de Porto Alegre entre as décadas de 1920 e 1970. Nos anos em que a capital passava por um acentuado crescimento urbano, desenvolvia suas indústrias e as estradas para as praias de mar eram extremamente precárias, os loteamentos da zona sul atraíam a população do centro como local de descanso e Belém Novo possui destaque nesse contexto.

VIADUTO PACAEMBÚ, SÃO PAULO, 1958: SIGNIFICADOS DE UMA OBRA EM FACE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Renata Monteiro Siqueira - USP, renata.siqueira@usp.br

A história do Viaduto Pacaembú, inaugurado em 1958 junto à antiga estação de trem da Barra Funda, é recuperada em busca de seus significados em face do processo de urbanização em São Paulo. A obra integrava o projeto de prolongamento da Avenida Pacaembú, em pauta desde os anos 1920. Ela também inscrevia-se em um debate sobre estruturação urbana, em curso nos anos 1950, em que a travessia das estradas de ferro, a urbanização da várzea e os bairros periféricos tiveram peso importante. A construção foi erigida sobre um antigo espaço de sociabilidade negra, conhecido como Largo da Banana, acarretando a expulsão de seus frequentadores. Na análise, considerou-se a pluralidade de agentes envolvidos nas negociações e disputas relativas àquela proposta, bem como a percepção dos grupos sociais por ela afetados. Pretendeu-se, assim, contribuir para uma visada crítica sobre um momento de intensa transformação da capital paulista, em que sobressaiu a ambiguidade de um projeto de modernização.

A DOUTRINA HIGIENISTA E AS CANALIZAÇÕES DE CURSOS D'ÁGUA: O CASO DE BELO HORIZONTE
Danilo de Carvalho Botelho Almeida - UFMG, danilo.botelho@gmail.com
Roberto Eustaáquio dos Santos - UFMG, ro1234ro@gmail.com

Na virada do século XIX para o XX, assiste-se no Brasil a primeira experiência de importação de um modelo de cidade baseado no ideário urbanístico europeu de modernidade. A concepção do plano de Belo Horizonte está alinhada ao que havia de mais arrojado naquele momento, a Paris haussmanniana. Os princípios higienistas e a crença no domínio da natureza, que ainda perduram na produção do espaço urbano, resultam numa situação paradoxal: hoje grande parte dos cursos d'água urbanos estão canalizados, tamponados e poluídos acarretando riscos e prejuízos ambientais mas, sobretudo, afastando a população do convívio com as águas urbanas. A partir de um breve histórico acerca das disputas no interior do emergente campo do urbanismo, este artigo discute a apropriação da doutrina higienista na concepção do plano de Belo Horizonte na gestão do espaço urbano ao longo do século XX.

LUGARES DE MEMÓRIA EM BUENOS AIRES – EX ESMA E PARQUE DE LA MEMORIA
Clara Buckley Rennó Corrêa - UFRJ, clarabuckleyrc@gmail.com

O presente artigo pretende, a partir de um primeiro momento de compreensão do conceito de Lugar de Memória de Pierre Nora publicado em sua obra 'Les lieus de mémoire, vol. 1: La République' (1984), confrontar dois espaços memoriais da cidade de Buenos Aires, a Ex ESMA - edifício de um antigo Centro Clandestino de Detenção, e o Parque de la Memoria - primeiro sítio urbano na Argentina criado com a finalidade de recordar uma tragédia coletiva de sua história. São dois lugares distintos em essência, mas tem sua razão de existir para rememorar as vítimas de uma tragédia comum: o terrorismo do Estado no período da ditadura civil-militar (1976-1983). Através da análise dos estudos de caso será abordada a questão do reconhecimento de uma cultura e do uso político da memória, que trata da dicotomia entre a obsessão pela memória e o medo do esquecimento, e da necessidade social de cultuar monumentos, segundo o referencial teórico de Andreas Huyssen (2000, 2003).

> ST_16 > **03**

PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA COLETIVA E SEGREGAÇÃO SOCIAL 2
COORDENAÇÃO: CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA E AMÍRIA BEZERRA BRASIL

TERÇA, dia 28, 08:00 – 10:00
Auditório 15

REABILITAÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA
Anna Cristina Andrade Ferreira - UFERSA, anna.cristina.a@gmail.com
Natália Miranda Vieira-de-Araújo - UFPE, vieira.m.natalia@gmail.com

A cidade de João Pessoa/PB, é uma das cidades mais antigas do Brasil, o que motivou a delimitação da área do seu centro histórico, tombado a nível estadual e a nível federal. Desde a década de 1980 a área tem sido alvo de diversas ações de reabilitação, aplicadas de forma pontual, e sempre voltadas a restauração e recuperação do patrimônio edificado ou de parte do tecido urbano, priorizando a implementação e expansão das atividades turísticas, em detrimento da atenção para com os aspectos sociais da área histórica. Em um momento em que os projetos elaborados para as áreas antigas preconizam a necessidade de resultados sustentáveis, que possam garantir a vivência e manutenção dos centros históricos, não se vê em João Pessoa uma relação efetiva entre as ações implementadas que possam atingir tal objetivo.

Destacamos, em especial, falta de instrumentos de promoção da habitação. Em quase todos os projetos elaborados foram listadas ações estruturantes semelhantes, na maioria das vezes não efetivadas. Essa dificuldade de implementação pode ser relacionada com o caráter exclusivo de algumas propostas, que desconsideravam uma parcela de menor renda da população, ou com a falta de articulação entre os mecanismos de reabilitação urbana, de disponibilização dos recursos, e de promoção da habitação, devido ao caráter das intervenções propostas e do foco dos programas disponíveis. Assim, este trabalho apresentará um panorama da atuação das políticas patrimoniais em João Pessoa da década de 1980 até a atualidade, demonstrando a repetição de erros já cometidos em outras cidades, com a implementação de projetos que apresentam sempre propostas de ações descoordenadas, que não garantem resultados sustentáveis, e nem sempre consideram o aspecto social e as características individuais das áreas históricas.

HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO E A LIMINARIDADE NAS VOZES DOS SAMBISTAS ADONIRAN BARBOSA E PAULO EMÍLIO VANZOLINI

Marcos Virgílio da Silva - FAU USP, mvirgilios@gmail.com
Roberto Gomes Monção Junior - UNIVAP, rgmoncao@yahoo.com.br

A principal lição que extraímos da realização deste trabalho refere-se ao potencial da música popular de apontar para visões não hegemônicas dos processos de urbanização. Destacamos aqui dois compositores, Adoniran Barbosa e Paulo Vanzolini, que integram o coro dos contrários. Falam muitas vezes em nome de um tempo perdido, mesclando sentimentos individuais à memória daqueles que veem desaparecer de seus antigos espaços de sociabilidade. Trazem à tona as contradições de um processo de modernização que exclui parcelas expressivas da população. A exclusão não é apenas socioeconômica, mas também simbólica, daí o sentimento de não pertencimento. Vale ressaltar a posição de liminaridade destes compositores, que colocando-se fora das estruturas sociais, afastando-se das representações de modernidade que se busca oficializar, portam um discurso contra hegemônico, trazendo uma perspectiva nova à discussão das políticas urbanas.

POR UMA OUTRA PATRIMONIALIZAÇÃO DAS BELAS PAISAGENS CARIOCAS: OU, PEQUENOS ACHADOS DE PESQUISA SOBRE O PORTO MARAVILHA

Laura De Bona - PUC Campinas, lauradebona@gmail.com
Manoel Lemes da Silva Neto - PUC Campinas, manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

Pela análise de articulações possíveis entre projetos de reestruturação urbana e bens patrimoniais, discute-se a recorrente "reinvenção" de cidades por modelos internacionais a fim de inseri-las no chamado circuito das cidades globais. A reconstrução simbólica promovida pela patrimonialização oculta tensões e disputas inerentes ao território, criando espaços homogêneos, voltados para o consumo cultural e o turismo. Por meio da análise dos circuitos espaciais produtivos do Museu do Amanhã e do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, equipamentos culturais situados na zona portuária do Rio de Janeiro – área de intervenção do projeto Porto Maravilha, verifica-se a instrumentalização desses patrimônios na constituição do mercado cultural em constituição na região. Defende-se uma outra patrimonialização e políticas públicas de caráter territorial, constituídas a partir do "território usado", que fortaleçam a singularidade e a riqueza dos lugares.

DA CIDADE POR PARTES À GESTÃO POR PARTES: DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO NO URUGUAI

Mariana Gico Lima Belo - UFMG, marianagicolbelo@gmail.com
Gisela Barcellos de Souza - UFMG, gisela.barcellosdesouza@gmail.com

Frente à crise urbana das grandes cidades do fim dos regimes autoritários no Cone Sul, no início da década de 80, os novos governos municipais democráticos atribuem às questões urbanísticas significativa relevância em seus programas políticos. Constituindo um dos experimentos de relevância internacional na inovação da gestão participativa, a Descentralização Participativa de Montevidéu representa a institucionalização de um modelo de gestão, que se consolida a partir da operacionalização de um debate no âmbito da cultura arquitetônico-urbanístico, em circulação no Uruguai. O presente artigo procura demonstrar que esta nova gestão se enraíza no contexto de redemocratização uruguaia, a partir da circulação do discurso da Cidade por Partes, e que se desdobra de formas particularidades em Montevidéu. Para tanto, baseia-se na análise de estudos que reconhecem tanto a circulação do discurso, como sua evolução ao associar-se com as particularidades do contexto político da cidade.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO DE IDEIAS

Ana Luisa Jeanty de Seixas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analuisaseixas@gmail.com
Eber Pires Marzulo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, eber.marzulo@ufrgs.br
Eduardo Ernesto Filippi - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, edu_292000@yahoo.com.br

O presente artigo busca fazer uma aproximação entre a história do desenvolvimento econômico e as políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Apresenta-se de maneira exploratória e sintética o desenvolvimento econômico do país desde a década de 1930, aproximando-o da ideia inicial de bem de valor monumental e excepcional, seguido por momentos de industrialização e urbanização acelerada, refletido na necessidade de valorização de conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas. A partir de meados da década de 2000, a discussão se amplia com conceitos e ideias como o de patrimônio imaterial, referências culturais e paisagens em diferentes escalas (paisagem cultural e paisagem histórica urbana). Assim, busca-se, construir nexos entre os contextos econômico e cultural e as políticas de preservação e as transformações da ideia sobre patrimônio cultural no Brasil.

UM OLHAR (CRÍTICO) SOBRE AÇÕES PÚBLICAS DENOMINADAS DE 'REVITALIZAÇÃO URBANA': PAC -CIDADES HISTÓRICAS, PRESERVAÇÃO CULTURAL OU FETICHE PATRIMONIAL?

Juliana Silva Pavan - CAU/UFSM, juliana.pavan@ufsm.br

O presente artigo tem o intuito de analisar a estruturação política legal do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC cidades históricas. O PAC-Cidades Históricas, idealizado em 2009, nasceu com o intuito de revitalizar cidades históricas brasileiras através de investimentos federais e ações que envolvam as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), com a proposta de articular políticas públicas envolvendo questões sociais, culturais, econômicas, educacionais e de turismo. Através de um entendimento e estudo das teorias de preservação do patrimônio urbano e cultural e dos princípios expostos em documentos e Cartas internacionais – UNESCO, ICOMOS, Conselho Europeu,

entre outros - compreendemos os principais objetivos a serem alcançados em ações de revitalização/ reabilitação de cidades. Baseados nestes princípios e teorias analisamos a estrutura política legal do programa PAC-Cidades Históricas.

> ST_16 > **04**

PATRIMÔNIO URBANO E MODERNIDADE
COORDENAÇÃO: CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA E FERNANDA ESTER SANCHEZ GARCIA

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 14

PATRIMONIALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES MODERNAS EM CONJUNTOS HISTÓRICOS: A LADEIRA DA MISERICÓRDIA DE LINA BO BARDI EM SALVADOR

Andressa Pinheiro Constanti - Universidade De Brasília, andressaconstanti@yahoo.com.br
Pedro Paulo De Almeida Palazzo - Universidade De Brasília, palazzo@unb.br

À medida em que obras arquitetônicas modernas se inserem em sítios patrimoniais, promovendo um novo destino ao preexistente, elas projetam um novo marco histórico referente ao tempo de intervenção. A percepção da arquitetura do Movimento Moderno como patrimônio, surge em um cenário no qual o moderno virou história. O trabalho se propõe apresentar a maneira em que o projeto piloto de Lina Bo Bardi para a Ladeira da Misericórdia, em Salvador, se insere nos debates em relação às intervenções modernas em sítios com valor de patrimônio histórico. Partindo de uma dissociação conceitual entre "patrimônio" e "intervenção no patrimônio", é evidente, no projeto de Lina, a apropriação do legado histórico na concepção de uma autêntica obra do modernismo brasileiro. Com o intuito de apontar possibilidades de patrimonialização, o artigo articula o reconhecimento dos valores estéticos, históricos e culturais da intervenção moderna estudada.

RUAS QUE REVELAM HISTÓRIAS: ESTUDOS MORFOLÓGICOS E PERCURSOS SENSÍVEIS PELO SÍTIO HISTÓRICO DE NATAL

Cíntia Camila Liberalino Viegas - UFRN, 8cintiacamila8@gmail.com
Rubenilson Brazão Teixeira - UFRN, rubenilson.teixeira@gmail.com

A porção da Cidade do Natal definida como Sítio Histórico em 2010, assim como outras cidades, passou por inevitáveis transformações em sua forma urbana, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando as modificações formais se intensificaram. Esta problemática motivou uma pesquisa de doutorado que investigou, entre outras questões, se as transformações na forma urbana do Sítio Histórico de Natal interferem nas percepções das historicidades locais. Este artigo apresenta parte dos resultados desta pesquisa, sobretudo os que derivaram dos métodos de pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental, análise morfológica e percursos sensíveis pela área de estudo. Os resultados mostram que os participantes da pesquisa reconhecem as muitas transformações na forma urbana local e se preocupam com esta questão, mas ainda consideram que o Sítio Histórico de Natal exala historicidades próprias, embora não consigam associá-las aos fatos históricos da cidade.

UM OLHAR SOBRE O CAMINHO PARA O MAR: AS TRANSFORMAÇÕES NO USO, LOTE E IMPLANTAÇÃO

Filipe Valentim Afonso - UFPB, valentim.filipe@gmail.com
Surama Batista Vieira da Costa - UFPB, suramavieira@gmail.com

Tomando a Avenida Epitácio Pessoa, principal eixo de estruturação da expansão da cidade de João Pessoa em direção ao litoral, como objeto de estudo, interessa a este artigo refletir sobre como os espaços foram apropriados ao longo do percurso dessa via, buscando entender em que medida este processo representou, no seu tempo, mudanças ou continuidades em relação ao seu passado e às formas de ocupação nas áreas mais antigas da cidade. Para tanto, apresentamos a história da avenida, da sua abertura até a consolidação de seu traçado, e como se deu sua ocupação, destacando os agentes e grupos sociais envolvidos. Num segundo momento, procuramos entender as implicações de morar na avenida através da relação entre o lote e a arquitetura edificada nesse caminho para o mar. Dentro dos processos de transformações e camadas de tempo que se sobrepõem e constituem a cidade, conseguimos reconhecer na via em estudo sua faceta antiga e moderna.

REDESCOBRIR A VISCONDE: A EMERGÊNCIA DA PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA HISTÓRICA DE UM ANTIGO CAMINHO DE EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA

Isabelle de Lima Almeida - Universidade de Fortaleza – UNIFOR, isabelle.almeida@edu.unifor.br
João Vitor Nascimento Alves - Universidade de Fortaleza – UNIFOR, jvnalves31@gmail.com
Marcelo Mota Capasso - Universidade Federal do Ceará – UFC, mm.capasso@gmail.com
Ana Cecilia Serpa Braga Vasconcelos - Universidade de Fortaleza – UNIFOR, anaceciliavas@unifor.br

Fortaleza, capital do Ceará, tem tido pouco sucesso na preservação da sua arquitetura de interesse cultural, visto o contínuo e acelerado desaparecimento de bens imóveis dos séculos XIX e XX, sem uma política efetiva de inventariação nem estímulos de ordem legal à sua permanência. As revisões na legislação urbana municipal após a aprovação do Plano Diretor vigente, em 2009, tiveram pouco avanço nesse sentido, apenas tratando indiretamente da preservação dos bens culturais imóveis. Dessa forma, nos propomos neste artigo a apresentar o caso da Avenida Visconde do Rio Branco, uma das áreas da cidade com exemplares de arquitetura histórica que, para além de um único exemplar tombado, não motivou o agenciamento dos gestores públicos em preservá-la, se encontrando exatamente entre os bairros de maior atuação do mercado imobiliário na produção de novos prédios de apartamentos posteriores à aprovação do Plano Diretor de 2009.

PERSISTÊNCIAS DE UMA MEMÓRIA COLETIVA NA RUA DO CATETE: O CAFÉ LAMAS, RJ.

Pâmela Paris Avila - Universidade Federal do Rio de Janeiro, pamelap.avila@gmail.com
Ethel Pinheiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ethel@fau.ufrj.br

A evolução da cidade do Rio de Janeiro foi pontuada por influências e impactos que se refletem em sua história urbana. A construção do metrô, na década de 70, é um caso de exemplar intervenção urbana que

marcou de forma significativa o espaço urbano (interferido e revisitado) e a memória urbana de alguns bairros cariocas. A atual configuração da Rua do Catete é o resultado dessa mudança: a combinação de trechos preservados com edifícios construídos nos terrenos remanescentes das demolições e a solidificação de vazios urbanos. O objetivo deste artigo é, então, apresentar uma análise de como o espaço urbano pode ser revisitado por ações de ressignificação da memória, usando como objeto de estudo o Café Lamas, demolido quando da obra de passagem do metrô do Largo do Machado-RJ (1970), demonstrando que a persistência de uma imagem simbólica (o Café que ali esteve durante tantas décadas e cujo valor sentimental e histórico é refletido na ausência e relocação deste elemento) é fator de estabilidade de uma memória coletiva e através espaço análogo ao tempo contado através de narrativas do ensaio do pensamento, que se ancora na experiência do corpo no espaço físico.

ST_16 > **05**

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E MEMÓRIA 1
COORDENAÇÃO: JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA E CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA

TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 14

PALACETE SANTA HELENA: DE SÍMBOLO DO PROGRESSO À DEMOLIÇÃO (1925-1971)
Gabriela Lira Assunção - UFRN, gabriela.lira.assuncao@gmail.com
Silvia Helena de Castro - UFRN, ribeirosilviah@hotmail.com

No século XX, São Paulo passou por grandes transformações em seu corpo físico impulsionado pelo processo de industrialização. Um dos locais mais visados dos jogos de poder da Capital foi a imagem de seu núcleo de formação, na região da Sé. Embasado na história cultural urbana, o presente artigo propõe um novo recorte, pois investiga a trajetória do eclético Palacete Santa Helena, desde de sua construção (em 1925) enquanto símbolo de modernização da cidade até sua demolição (em 1971). O olhar para um edifício comum, sem reconhecimento de valor patrimonial, desvela fatos importantes sobre a história da edificação ligada a profissionais estrangeiros que atuaram na metrópole em rápida expansão, principalmente de origem italiana. A citar os arquitetos Giacomo Corberi e Giuseppe Sanchetti na concepção e versão final do projeto. Mas a marcha de expansão da cidade para novas áreas não pouparia a decadência econômica de sua porção mais central. A localização privilegiada do edifício multifuncional (com salas de escritórios e o Cine-teatro Santa Helena) atraiu artistas com poucos recursos, que se aproximaram por afinidades técnicas/financeiras, formando o grupo Santa Helena. Os ateliers artísticos ficaram conhecidos por intelectuais e artistas modernos (como Mário de Andrade, Anita Malfatti e Villanova Artigas). A demolição da edificação é reveladora das práticas preservacionistas da década de 1970, marcada pelo período ditatorial em que ainda pesavam sobre os exemplares ecléticos a crítica modernista, que priorizou a preservação do estilo barroco (num esforço de valorizar os traços de origem da cultural nacional) e de desprezar o historicismo característico da Primeira República. O Palacete Santa Helena mesmo após sua morte foi alvo de estudos e também de rememorações em sites e blogs, revelando que desdobramentos de casos de demolições podem atravessar décadas e colaboram enfim para a compreensão da história urbana e das trajetórias políticas.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA: VENDENDO A SALVAÇÃO, CONSTRUINDO UM PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO E ESTRUTURANDO O CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE
Luanancy Lima Primavera - UFPE, primaveralua@gmail.com
Norma Lacerda - UFPE, norma_lac@yahoo.com.br
Priscila Vasconcelos - UFPE, priscilabv1908@yahoo.com.br

Recente estudo sobre o mercado imobiliário em centros históricos das cidades brasileiras revelou a predominância, no período de 2008 a 2014, das transações imobiliárias de aluguel de imóveis destinados às atividades residenciais, comerciais e de serviço. No caso recifense, a pesquisa mostrou que um dos mais expressivos proprietários/locadores é a Santa Casa da Misericórdia do Recife (SCMRecife). Essa realidade estimulou investigar como essa Irmandade, fundada em 1735, foi formando um vasto patrimônio imobiliário no centro histórico recifense, o que foi lhe conferindo o status de coautora das transformações espaciais ali ocorridas. Isso exigiu, abordar a fundação da Irmandade em Portugal, a sua expansão ultramar –o que viabilizou o seu desembarque no Brasil, munida de compromissos e regalias junto ao Padroado Régio–, os movimentos de expansão e retração do patrimônio imobiliário da SCMRecife. Essa trajetória permitiu concluir que ela foi um agente ativo no processo de estruturação do aludido centro.

NARRATIVAS DE UM TOMBAMENTO: DE HOSPITAL JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA A MUSEU VIVO DA MEMÓRIA CANDANGA
Daniela Pereira Barbosa - Universidade de Brasília, barbosa.dnl@gmail.com
Maria Fernanda Derntl - Universidade de Brasília, mariafernanda_d@yahoo.com.br

Este trabalho aborda o processo de patrimonialização dos remanescentes do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira - HJKO em 1985, transformado em Museu Vivo da Memória Candanga em 1990. A pesquisa investiga a maneira como discursos de valorização da figura do candango foram construídas com o intuito de justificar o tombamento do HJKO. Como modo de compreender as leituras que foram feitas deste remanescente, apoiamo-nos em seu processo de tombamento, que esteve envolto em uma trama que envolveu o resgate da imagem da construção de Brasília, seus mitos e personagens. Nossas discussões estão focalizadas em como versões da história foram valorizadas, construindo uma narrativa patrimonial em que inúmeras vozes, por vezes conflitantes, fazem parte e se complementam. O objetivo foi trazer ao debate esta trama complexa de atores que culminou no tombamento do HJKO, analisando ainda o processo de transformação em Museu Vivo da Memória Candanga.

CASTELO DE ITAIPAVA E INDÚSTRIA CULTURAL. O CULTO AO MONUMENTO MEDIEVAL BRASILEIRO.
Diogo Ubaldo Braga - UFMG, diogoubaldobraga@gmail.com

Pretende-se neste artigo abordar o fenômeno da apropriação de monumentos edificados da paisagem cultural brasileira pela lógica capitalista da indústria cultural, tendo como objeto de estudo o Castelo de Itaipava em Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ. Para isto, foi realizado um levantamento de relatos de

consumidores do hotel instalado no castelo, revelando que o Castelo de Itaipava é valorado, sobretudo, por sua imagética que remete aos castelos medievais integrantes dos produtos da indústria cultural. O Castelo de Itaipava, projetado por Fernando Valentim e Lúcio Costa na década de 1920, é representante de uma produção arquitetônica eclética que foi submetida ao esquecimento pela lógica lembrar-esquecer da política de preservação imposta pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no entanto, hoje encontra relevância em poder "contar" uma história sobre o fim da cultura como manifestação tipicamente social e da alienação do trabalhador pelo capital em seu tempo de lazer.

O CULTO PÓS-MODERNO AOS MONUMENTOS. O SURGIMENTO DE UM MONUMENTO ESTÓRICO E O SEU VALOR DE CENOGRAFIA.
Diogo Ubaldo Braga - UFMG, diogoubaldobraga@gmail.com

O trabalho consiste em um levantamento sobre a evolução do conceito de monumento, a reflexão sobre os valores atribuídos a eles e à identificação do surgimento de um novo tipo de monumento característico da época pós-moderna globalizada: o "monumento estórico" e o seu valor de cenografia. O artigo se desenvolve através de uma pesquisa sobre a apropriação da indústria cultural aos monumentos históricos, levantamento de aporte teórico, fontes primárias e secundárias e documentação obtida nas mídias de massa, objetivando consciência crítica e observar o fenômeno global do turismo induzido por produtos da indústria cultural que ressignificam os monumentos existentes, ou que produzem novos monumentos, provocando alienação e ressignificação pelo esvaziamento de sentido da paisagem cultural.

VESTÍGIOS DO ART DÉCO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE (1930-1940): REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E ESQUECIMENTO
Luiz Ricardo Sales - UFCG, versalesartistavisual@gmail.com
Pryscilla Rodrigues Fernandes - IFPB, prysrfernandes@gmail.com

O artigo estuda a produção arquitetônica da cidade de Campina Grande, Paraíba, das décadas de 1930 e 1940, pretende apresentar informações referentes à produção da arquitetura moderna, tratando especificamente do caráter modernizador atribuído ao Art Déco. Assim o objetivo da pesquisa é avançar além da necessária constatação documental e descritiva da obra em si, realizando simultaneamente, reflexões históricas e arquitetônicas, bem como, considerações teóricas. Justifica-se por resgatar a produção arquitetônica proto moderna da cidade de Campina Grande, contribuindo com a inserção da mesma no cenário nacional, difundindo o valor dessa produção. Com uma metodologia voltada para a pesquisa histórica, estudando suas vinculações técnicas, espaciais e estéticas com o pensamento arquitetônico circulante na época. Para tanto, foram analisados projetos originais do período, memórias, matérias de jornais e levantamento fotográfico recente.

URBANIZAÇÃO, IDENTIDADE E SEGREGAÇÃO 1
COORDENAÇÃO: AMÍRIA BEZERRA BRASIL E JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA
TERÇA, dia 28, 14:00 – 16:00
Auditório 15

"SOMOS HERANÇA DA MEMÓRIA": AS NARRATIVAS REPRODUZIDAS NO TOUR DA EXPERIÊNCIA EM VASSOURAS-RJ
Carolina Mara Teixeira - Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, caarol_mara@hotmail.com

O presente trabalho tem o objetivo de estudar o projeto Tour da Experiência em Vassouras, na região turística do Vale do Café, no estado do Rio de Janeiro. Propõe-se analisar o tipo de experiência turística que está sendo desenvolvida nesse município e como história e memória do negro nas fazendas históricas estão sendo utilizadas enquanto produto turístico nas visitas guiadas. A metodologia que será utilizada para a construção deste trabalho estará baseada em uma pesquisa bibliográfica, fontes primárias, seguido também da análise de fontes secundárias, como dissertações, artigos e reportagens que tratam sobre a temática desta pesquisa e com entrevistas com atores do movimento negro presentes no território, além de visitas de campo. O objetivo central deste trabalho será analisar um possível processo de espetacularização e desvalorização da figura do negro neste projeto que faz parte de uma política pública.

O PREFEITO ANTÔNIO PRADO E A POPULAÇÃO NEGRA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1899 – 1911)
Débora Fernandes do Nascimento - FAUUSP, debora.nascimento@usp.br

A presente pesquisa visa estudar a influência da política urbana adotada por Antônio Prado, como prefeito de São Paulo, sobre a segregação urbana dos negros, evidenciando na sua administração uma questão racial que não é discutida. A combinação entre o tratamento dado à população negra, a difícil inserção dos manumitidos na sociedade de classes e a dinâmica espacial da cidade nesse período revela como as ações do prefeito contribuíram para a marginalização do negro na cidade e na estrutura social vigente, em uma formação sócio-racial-territorial que se manteve até hoje. Dessa forma, o aspecto racial presente nas obras urbanas de Prado assume grande relevância, à medida que essa característica permaneceu e se tornou recorrente no urbanismo que se praticou em São Paulo desde então. Em sua maioria, os negros ainda se concentram nas camadas mais baixas da população e suas moradias localizam-se na periferia.

BAIXADA FLUMINENSE: NOTAS PRELIMINARES SOBRE SENTIDOS E IDENTIDADES DE UMA REGIÃO
Stella Maris Nunes Pieve - UFRRJ, stellapieve@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo abrir uma agenda de pesquisa que, além de percorrer os diversos sentidos já estudados sobre a Baixada Fluminense e que conformam a identidade do território, acrescenta outros sentidos e identidades possíveis de serem mapeados na região. Nossa intenção é olhar a Baixada para além da violência, da escassez e das vulnerabilidades constantemente presentes nos discursos sobre

a região. Para isto, apresentamos o histórico de ocupação da região, as definições que acompanham o território e seguimos parte de um processo histórico de autoconstrução de um Posto de Saúde em Nova Iguaçu. Ao repensarmos a maneira pela qual olhamos o lugar do outro, buscamos seguir as narrativas que construíram e continuam a definir a identidade da Baixada Fluminense enquanto um espaço de moradia, memória e resistência.

LEITURAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: SOBRE ANTIGOS OLHARES E NOVAS DISPUTAS

Luiza Xavier Pereira - PROURB, luizaxavierx@gmail.com

O artigo pretende tratar da construção de representações sobre espaços do Rio de Janeiro e sua influência no processo de segregação socioespacial vivido historicamente na cidade. Parte-se aqui do entendimento que a construção simbólica de categorias como "favela", "subúrbio" e "Zona Sul" é própria a discursos e conteúdos ideológicos que, não só ignoram parte da história da cidade e de suas vivências, mas também a pluralidade de seus conteúdos socioespaciais. Ademais, implicariam na omissão e distorção de fenômenos urbanos, além de influenciar na definição de prioridades e tipos de intervenção nas políticas públicas. Partindo de tal contexto, busca-se fazer um breve resgate histórico sobre o processo de construção de tais representações na cidade para compreender o contexto vivido atualmente nela. Em seguida, propõe-se uma reflexão sobre possibilidades de se questionar e disputar tais visões de mundo. Como possível caminho, serão apontadas representações construídas por moradores do Complexo de favelas da Maré que, através de fotografias, materiais audiovisuais, peças de teatro e exposições, vêm construindo e divulgando olhares que, não só questionam estigmas endereçados a favelas da cidade, como colocam-se na disputa por outras visões sobre Rio de Janeiro como um todo.

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE UM PROCESSO URBANO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE: JOVENS DO PINHEIRINHO DOS PALMARES

Vanda de Souza Siqueira - Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, vandasiqueira14@gmail.com
Pedro Ribeiro Moreira Neto - Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, pedroribeiromoreira@gmail.com
Paula Vilhena Carnevale Vianna - Faculdade Medicina Anhembi Morumbi SJC, paulacarnevale@uol.com.br
Valéria Regina Zanetti - Universidade do Vale do Paraíba -UNIVAP, vzanetti@univap.br

Este artigo, de caráter exploratório, investigativo, com foco na abordagem qualitativa, pretende discutir a relação entre a cidade de São José dos Campos/SP, seus habitantes e suas memórias. Busca-se entender o processo de desocupação urbana e reintegração de posse do bairro Pinheirinho, em 2012, tendo como fonte as memórias de jovens de 15 a 17 anos, à época ainda crianças, bem como as lembranças de suas mães. Os conceitos de memória social, esquecimento, silêncio e as reflexões sobre a "alma da cidade" nortearam a pesquisa. Procura-se conhecer a perspectiva dos jovens que experimentaram, durante cinco anos, as vivências da ocupação, da desocupação, das moradias transitórias, até a realocação das famílias, em 2016, para uma região periférica da cidade. A pesquisa revelou memórias de jovens que contrastam o perfil da próspera cidade tecnológica com a ausência de políticas públicas que garantam o direito básico à moradia, direito prescrito pela constituição.

POPULATION IDENTITIES AND URBANIZATION: RECONCILING IDENTITY OF SPACES WITH SPATIAL DEVELOPMENT; THE CASE OF LUENHA, MOZAMBIQUE

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa - KU Leuven, eliana.barbosa@kuleuven.be
Elis Locia Matchowani Mavie - elismavie@gmail.com

This paper seeks to question the rationale of urbanization in rural precincts of Mozambique; with a closer look at the case of Luenha settlement. The discussion revolves around the theme of population identities which discusses ways in which identity, culture and the general way of living is disregarded in the urbanization process. Development is mostly presupposed by global models that at times overlook the particularity of an area; the specific identity of an area that is part and parcel of the production of spaces through the urbanization process. The paper dwells on the local perspectives of what 'going' or 'being' urban means to the local community compared to global constructs of what urban is. It is an invitation to try and look for ways in which urbanization can occur in tandem with socio-cultural traditions, so as not to lose the identity in new produced spaces within settlements that already had a well-developed identity. As an entry to the discussion, the paper looks at how population identities are embodied in Luenha landscape, how population identities can inform on the design and planning of new spaces; and planning projects are designed threatening to destroy and change population identities. At last, initial discussion points are given to invite all professionals to think of how urbanization should be perceived and how to ensure existing population identities are included in the design of urban development plans. The paper comes as a post-reflection of a paper carried out as part of a Master's Thesis on Population Identities in Luenha: "Population Identities: A Look the Settlement of Luenha in Tete, Mozambique" at KU Leuven in 2018. For the paper, a fieldtrip was done under the umbrella of the Urbanism Studio and, for the current paper, observations made on site, interviews and conversations with the local population were revisited and well as the revision of literature regarding identity and theories regarding the problematic of the development of settlements and resettlements of the global South and their inability to accommodate the identity of the places of intervention.

> ST_16 > **07**

URBANIZAÇÃO, IDENTIDADE E SEGREGAÇÃO 2
COORDENAÇÃO AMÍRIA BEZERRA BRASIL E SUELY MARIA RIBEIRO LEAL

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 14

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA CRISE URBANA E AS RESTRIÇÕES À PRESENÇA ESPACIAL DE AGENTES CULTURAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO DA PEDRA DO SAL

João Luiz Pereira Domingues - UFF, joaolpdomingues@gmail.com
Kyoma Silva Oliveira - UFRJ, kyomaoliveira@gmail.com
Bianca Rodrigues Toledo - UFF, btoledo.adv@gmail.com

Este artigo procura traçar inquietações acerca das relações contemporâneas entre as expressões da cultura e da vida citadina. À luz desta relação tais termos mostram-se de extrema tensão, sobretudo no que diz respeito a todos os esquecimentos e exclusões que permeiam o cotidiano da cidade. Analisaremos como estudo de caso "A Roda de Samba da Pedra do Sal", que ocorre no bairro da Saúde, Zona Portuária da cidade

do Rio de Janeiro. Fundada há mais de uma década, a Roda carrega, em seu nome, um testemunho do patrimônio cultural afro-brasileiro e da história urbana da cidade. Observamos a relação entre a acumulação do capital no espaço urbano e as políticas de ordenamento espacial perante as produções culturais no espaço público; e, analisamos que estas ações de controle às expressões culturais populares explicitam o volume de regras responsáveis pela manutenção de uma ordem social violenta material e simbolicamente, que permeiam o cenário hegemônico do capital financeiro.

EXPANSIONISMO CULTURAL E MULTILOCALIDADE NA ALTA AMAZÔNIA:
PAISAGENS HÍBRIDAS, CIDADES NÔMADES

Gisela de Andrade Brugnara - Universidade Federal do Acre, gibrugnara@yahoo.com.br

A multilocalidade caracteriza-se por uma rede estabelecida por certos grupos populacionais entre cidade e floresta. É um padrão observado de comportamento social que institui um padrão de ocupação na Alta Amazônia contemporânea, dilata as territorialidades antes circunscritas aos lugares isoladamente e cria a figura de cidades nômades, permitindo a troca e a reinvenção de modos de viver. Nesse padrão movediço, as pausas características formam uma rede de multilugares: as conexões da multilocalidade. Estas, especialmente quando nas franjas das cidades, favorecem a definição de territórios interculturais como extensões não contínuas de territorialidades imbricadas, desenhando uma paisagem híbrida, diversa e animada e introduzindo manchas de diferenciação na paisagem homogênea que tenta se fixar. São lugares balizadores da paisagem: lugares de resistência e expansão cultural onde evidencia-se uma contra-racionalidade; onde a ciência da floresta está presente e colabora na investigação de novas respostas formais da cidade ao novo padrão de multilocalidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL DA CULTURA ÁRABE NA DINÂMICA DA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)

Natalia Bogado Balbuena - UEMS, natalia_economia2014@hotmail.com
Aline Robles Brito - UEMS, alinerobles.brito@gmail.com
Eliana Lamberti - UEMS, lililamberti@hotmail.com

Analisar a influência do capital social da cultura árabe na dinâmica econômica fronteiriça de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é o objetivo central deste artigo. Para isso, são apresentados conceitos importantes sobre capital social e suas relações com a lógica social de uma região. Em seguida, explana-se acerca da influência dos fatores intrínsecos inerentes à presença dos árabes em regiões de fronteira. Por fim, empreende-se algumas reflexões sobre alguns aspectos que podem ter determinado a vinda e a expansão dos árabes para a fronteira em epígrafe. Os procedimentos metodológicos envolveram, essencialmente, uma revisão de literatura pautada em livros, artigos e demais trabalhos científicos. A pesquisa possui natureza qualitativa e classifica-se em um estudo descritivo e exploratório. As considerações ao longo do artigo, permitem concluir que o capital social, expressados pelas relações de confiança, pela cooperação e pelo espírito empreendedor identificado entre os árabes pauta-se em seus princípios culturais. Além disso, tais relações apresentam-se como um fator significativo no processo de formação social e econômica da região estudada.

CULTURA URBANA E ESPAÇOS PÚBLICOS: ESTUDO DE CASO DO VIADUTO SANTA TEREZA E DA PRAÇA DA LIBERDADE EM BELO HORIZONTE

Paola Bonetto Ferrari - UFMG, paferrari14@gmail.com

A produção cultural em Belo Horizonte é amplamente diversificada. Se, à primeira vista os complexos de museus aparecem como atrativos da cidade, a vivência desta demonstra uma produção cultural que extrapola esses limites e está presente em diversas espacialidades urbanas. Com o objetivo de entender esta diversidade cultural e seus espaços de produção, este artigo tem como objetos de estudos a Praça da Liberdade e o Viaduto Santa Tereza, polos atuais de produção cultural. A partir destes dois espaços, procura-se observar possíveis fatores que os conformam como circuitos de geração urbano-cultural. Para tal, utiliza-se uma metodologia descritiva, complementada por marcos teóricos e questionamentos estabelecidos, por exemplo, por autores como Jürgen Habermas, Sharon Zuckin, e Camillo Sitte. Procura-se estabelecer, portanto conclusões sobre o uso e frequência das espacialidades urbanas geradoras de cultura artística e urbana; além de se notar relações entre suas morfologias lindeiras ou internas com seus usos sociais e culturais.

ALEXÂNIA & ABADIÂNIA DUAS CIDADES NOVAS PARA BRASÍLIA

Pedro Henrique Maximo Pereira - UnB/UEG/PUC-GO, arqurb.phmp@gmail.com
Ricardo Trevisan - UnB, prof.trevisan@gmail.com

Este trabalho refere-se às cidades novas Alexânia e Abadiânia. Ambas situam-se em Goiás no percurso da rodovia Brasília-Anápolis - parte do trajeto da rodovia Belém-Brasília -, e possuem relação de proximidade com a nova capital federal – 85 km e 115 km respectivamente. São cidades oriundas, assim como a nova capital, de processos de relocação de suas antigas sedes: Alexânia foi relocada de Olhos D'Água e Abadiânia de Posse D'Abadia. Alexânia é fruto da ação empreendedora de Alex Abdallah, cujo projeto foi elaborado pela Empresa Brasil de Imóveis Limitada em 1957 e executada pelo engenheiro alemão Fritz Gezets. Abadiânia foi projetada e executada pelo agrimensor Nilton Rabello em 1961, fruto de uma negociação que datava desde 1956 entre Bernardo Sayão e Oribes Gontijo, o então prefeito do município. Estes casos ainda se encontram inexistentes na historiografia do urbanismo brasileiro, portanto, vislumbramos uma contribuição histórica e teórica com estes fatos inéditos a partir desta pesquisa inédita. Neste documento são expostos seus projetos e seus processos iniciais de ocupação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, MARKETING URBANO E PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO: CLOVIS ULTRAMARI E SUELY MARIA RIBEIRO LEAL

QUARTA, dia 29, 08:00 – 10:00
Auditório 15

PATRIMÔNIO, PAISAGEM E TERRITÓRIO NOS PLANOS DIRETORES: O TERRITÓRIO DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM NO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE SÃO PAULO (2014)

Danielle Cristina Dias de Santana - PROURB – UFRJ, danielle.santana@ufrj.br / danicsdias@gmail.com

O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, instituído pelo PDE de São Paulo em 2014, pode ser compreendido como um marco para as políticas de patrimoniais no reconhecimento de lugares simbólicos para a identidade e memória de determinados grupos sociais. Apesar da criação do instrumento ter se dado dentro da política urbana, observa-se no caso de São Paulo uma trajetória quase sempre paralela dos campos da preservação e planejamento. Ressalta-se o fato de o instrumento ter sido apropriado pelos grupos sociais em atuação nos territórios demarcados e que não tenha sido objeto de debates e proposições dentro dos órgãos institucionais, permanecendo restrito aos artigos que tratam de sua conceituação no PDE. Analisamos as possibilidades do instrumento a partir da delimitação dos conceitos acionados em sua definição, em especial os que tratam de nomeá-lo e conformam seu desenho inicial: território e paisagem, a fim de extrair deles as intenções, limites e potencialidades.

CULTURA E CIDADES PATRIMONIALIZADAS EM MINAS GERAIS: POR UM PLANEJAMENTO URBANO ETNOGRÁFICO E DECOLONIAL

Flora Del Rei Lopes Passos - Universidade Federal de Minas Gerais, floralopespassos@gmail.com
Rodrigo da Cunha Nogueira - Universidade Federal de Ouro Preto, rodrigocunhanogueira@gmail.com

A partir do imbricamento entre gestão patrimonial e planejamento urbano nas cidades patrimonializadas do estado de Minas Gerais, aquelas que integram conjuntos arquitetônico e urbanísticos tombados nos fins da década de 1930, propomos aprofundar o debate sobre outros caminhos epistemológicos e possibilidades de atuação a nível local que sejam socialmente referenciados. Abordamos a institucionalização do patrimônio cultural urbano em nível federal, incluindo dados sobre os tombamentos e investimentos recentes na execução de obras com recursos públicos. E buscamos trazer para o debate referenciais teóricos que nos auxiliam a pensar em um planejamento urbano que seja etnográfico e decolonial. Etnográfico no sentido de resultar das vivências cotidianas dos moradores dessas cidades, e decolonial, porque acreditamos na construção de processos alicerçados nessas vivências locais para a formação dos saberes e para a necessária ressignificação do patrimônio cultural.

O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO BEM COMUM URBANO: PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO, CAPTURA E INTERDIÇÃO

Mariana Luscher Albinati - IPPUR/UFRJ, marianalbinati@yahoo.com.br

Nos projetos contemporâneos de renovação e reapropriação capitalista de grandes espaços urbanos, o patrimônio cultural tem comparecido como um importante ativo, colaborando na produção da imagem comercial das áreas renovadas lado a lado com a construção de equipamentos culturais com arquitetura de grife. Tomando como objeto o projeto de renovação da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, o Porto Maravilha, o artigo procura refletir sobre o patrimônio cultural como bem comum urbano. Nesse sentido, discute as diferentes lógicas que operam a apropriação do patrimônio da região: de um lado, a lógica da territorialidade, que marca processos em que o patrimônio é apropriado como elemento constituinte do sentimento de pertencimento ao território e de outro, a lógica da exploração, predominante nos projetos em que o patrimônio é entendido como ativo econômico na mercantilização do espaço urbano. Em um registro, apropriação como geradora de pertencimento, identidade e produção de bens comuns urbanos. Em outro, a apropriação como tomada de posse, captura e mercantilização de comuns.

CIDADE PARA SER VISTA E CONSUMIDA – O CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE FLORIANÓPOLIS

Larissa Cunha Martins Rodrigues - IAU USP, larissa.cmrodrigues@gmail.com

A paisagem do centro histórico é testemunha de diversos tempos de construção do território, expressa a história do espaço e representa a memória daqueles que a viveram e vivem. A comprovação dessas repercussões do passado e a convivência com a dinâmica atual da cidade dão a essa porção do território um caráter especial. A produção da cidade na lógica neoliberal transformou o espaço urbano em objeto de consumo, em que a imagem é o primeiro fator de sua produção uma vez que é usada como elemento de atração dos investimentos na dinâmica de competição entre cidades. Nesse contexto, os projetos urbanos de requalificação são pensados segundo a lógica de comercialização dos espaços urbanos da cidade. Frente a essa problemática atual, esse texto objetiva analisar o caso do centro histórico de Florianópolis e, maisespecificamente, a região do Mercado Público, e o projeto de requalificação do Largo do Mercado sob a ótica da urbanalização teorizada por Muñoz.

O PESCADOR ENTRE TERRAS E MARES: HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE DA PESCA ARTESANAL NA PRAIA DO JOÃO PAULO (FLORIANÓPOLIS-SC)

Paulo André Fukuta da Cruz - UDESC, paulofukuta@gmail.com

Artigo elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, sobre o tema de cooperativa familiar para pescadores artesanais. O enfoque foi dado para a pesca artesanal açoriana praticada no litoral catarinense. Através do resgate histórico realizado com leituras sobre o período colonial até aos dias atuais, pode-se constatar o enfraquecimento desta modalidade pesqueira diante da perda de seu território pesqueiro para a especulação imobiliária, para o turismo e na disputa direta com a pesca industrial. Realizando-se, também, um estudo de caso com a comunidade de pescadores artesanais do bairro João Paulo, Florianópolis-SC, que sonham em fundar uma cooperativa familiar. Assim como eles, espera-se que as cooperativas familiares possam ser uma das alternativas para a continuidade da pesca artesanal.

PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA COLETIVA E SEGREGAÇÃO SOCIAL 1
COORDENAÇÃO: FERNANDA ESTER SANCHEZ GARCIA E SUELY MARIA RIBEIRO LEAL

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 14

RENOVAÇÃO URBANO-CULTURAL PORTO MARAVILHA: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA E DA MEMÓRIA COMO PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO.

Amanda Wanis - UFF, awanis@gmail.com
Ana Carolina Machado - UFF, anamachado.carol@yahoo.com.br
Felipe Ninn - UFRJ, felipe.nin@gmail.com
Yasmim Leite - UFF, yasmimrleite@gmail.com

A Zona Portuária do Rio Olímpico sob o signo do Porto Maravilha instaura profundas transformações no território. Para tais transformações vem sendo desenvolvidas ações que estimulam a expulsão da população original da área, alinhadas à lógica da gestão empresarial da cidade, convertendo a região aos moldes da cidade-empresa-cultural. Nesse processo, vem sendo instalado um jogo de disputas identitárias e a configuração de um novo ethos da área portuária. Esse novo ethos busca ressignificar a história da região mobilizando elementos do "passado" e disputando a redefinição dos "lugares de memória" em um processo de "branqueamento do território".

OS ESPAÇOS HABITADOS PELOS POBRES: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA URBANA TRANSNACIONAL ATRAVÉS DE CLASSIFICAÇÕES URBANAS

Camila Pereira Saraiva - UFRJ-IPPUR, lacamisaraiva@gmail.com

As palavras escolhidas para endereçar determinado tema contribuem para a definição da ação em relação ao mesmo. O presente artigo dedica-se a explorar a história de termos utilizados para nomear, delimitar e classificar os espaços habitados pelos pobres em diferentes cidades. A análise parte da emergência e dos usos associados a esses termos em cidades inglesas e norte-americanas e sua relação com as reformas urbanas ao final do século XIX. Em seguida, analisa termos que surgem, ao longo do século XX, em cidades brasileiras e sul-africanas. O que se observa é que enquanto a construção de um estigma negativo é comum aos lugares habitados pelos pobres, nas cidades brasileiras e sul-africanas tal estigma é aprofundado pela lógica colonial que perpetua a apartação entre colonizadores e colonizados ou escravizados. A comparação entre o caso sul-africano e brasileiro também coloca questões sobre as imbricações entre segregação racial e desigualdades de classe na atualidade.

O ORIGINÁRIO NA RELAÇÃO MAR-CIDADE ENTRE SALVADOR E BAÍA DE TODOS OS SANTOS: CONFLITOS ENTRE TRANSFORMAÇÕES URBANAS E PRÁTICAS POPULARES

Janaína Lisiak - UFMG, janalisiak@gmail.com

Este artigo surge da investigação da constituição da cidade de Salvador a partir da sua relação com o mar, mais especificamente com a Baía de Todos os Santos. Busca-se evidenciar a complexidade de tempos (JACQUES, 2017) pelo tensionamento entre os projetos urbanos e as urbanidades promovidas pelas práticas tradicionais marítimas. A partir do contato com mestres saveiristas do Recôncavo baiano, narrativas apontam para uma produção dentro do campo do urbanismo que perpetua algumas lógicas em detrimento de outras. As contínuas ações ordenadoras, apoiados em discursos de progresso e modernização, promovem o desmonte das práticas e dos territórios tradicionais. A atuação das instituições de gestão pública e do capital, com seus interesses diversos e, por vezes, confluentes, entram em conflito com estas práticas, persistentes nos seus modos de vida. Dessa disputa, entre operações urbanas e práticas populares, aponta-se para a manifestação do originário (BENJAMIN, 1984) na relação mar-cidade.

MEMÓRIA COLETIVA, HISTÓRIA DA FAVELA: CONQUISTAS, TESOUROS E VIOLÊNCIA NO ESPAÇO DOS POBRES.

Eber Pires Marzulo - UFRGS, eber.marzulo@ufrgs.br
Juliana Lang Padua - UFRGS, langpadua@gmail.com
Luciana Linhares de Andrade - UFRGS, luciana.andrade@ufrgs.br
Dany Delfim Silbermann - UFRGS, danydelfimsilbermann@gmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar a transformação socioespacial da favela, visto que a urbanização das grandes cidades brasileiras traz intrinsecamente a constituição da favela como parte inexorável. A favela, ao não constar na história narrada por documentos oficiais, traz a necessidade de reconstituição de sua trajetória pela memória coletiva. Têm-se como fonte primordial os relatos dos moradores, estabelecendo necessariamente uma relação entre história urbana e memória. O método de pesquisa é baseado em entrevistas não diretivas, etnografia urbana e produção de imagens. O associativismo comunitário se mostra como chave para a compreensão da ocupação territorial e alocação de equipamentos e infraestrutura urbana, em especial pela experiência do Orçamento Participativo. Incidem sobre a dimensão do cotidiano os saberes da cultura negra; e recentemente, a crescente violência, que reduz o uso do espaço público. O estudo de caso da comunidade Cascata-Glorinha, em Porto Alegre/RS, alocada em área em parte regularizada e urbanizada e outra sem urbanização nem regularização, possibilita estabelecer distinções e repetições na transformação da favela contemporânea.

CONTEXTOS HISTÓRICOS VULNERÁVEIS PROCESSOS DE DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO FRONTISPÍCIO DA CIDADE DE SALVADOR

Ana LIcks Almeida Silva - UNIFACS, aalmeida.ssa@gmail.com
Ariadne Moraes Silva - UFBA, aariadnemoraes@gmail.com
Marcia Maria de Couto Mello - UNIFACS, mellomarcia@uol.com.br

Este artigo problematiza e discute a descaracterização do frontispício da cidade de Salvador/Ba enquanto elemento identitário significativo da paisagem do Centro Antigo. Uma série de transformações na configuração morfológica, ambiental e social, resultante de diferentes processos de apropriação gerados por empreendimentos imobiliários e políticas de conservação patrimonial impactaram nos aspectos físicos e estruturais e na estrutura socioeconômica, revelando um campo de disputa onde a segregação espacial é cada vez mais visível. O trabalho baseia-se em relatos de viajantes estrangeiros análises iconográficas, leituras cartográficas, aproximações antropológicas e apreensões da paisagem urbana. Verifica-se que as relações de patrimonialização se estendem aos bens arquitetônicos, urbanísticos e culturais, evocando um novo imaginário sobre a paisagem. Simultaneamente o frontispício é atravessado por práticas invisibilizadas como vivências, práticas cotidianas, resistências e acontecimentos. A degradação dessa região potencializa a vulnerabilidade dos moradores, face aos projetos de requalificação e modernização dos sítios antigos.

PAISAGEM E MODERNIDADE
COORDENAÇÃO: CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA E JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA

QUARTA, dia 29, 10:10 – 12:10
Auditório 15

O FOTÓGRAFO E A BRINCADEIRA: A RELAÇÃO ENTRE A CRIANÇA E A CIDADE NO URBANISMO MODERNO ATRAVÉS DA OBRA DE NIGEL HENDESON

Igor Gonçalves Queiroz - UFBA, igor.gq@gmail.com

Entre 1949 e 1953, Nigel Henderson fotografou crianças que brincavam nas ruas de Bethnal Green, então uma das áreas mais empobrecidas do East End de Londres. Naquele mesmo ano de 1953, os arquitetos Alison e Peter Smithson utilizam estas fotografias na grille para o projeto Urban Re-identification, apresentada durante o CIAM IX, numa clara crítica à separação de funções proposta pela Carta de Atenas, à representação do homem-máquina moderno corbusiano, o Modulor, e, porque não, à própria grille corbusiana, instituída como modelo de apresentação dos projetos urbanos desde o CIAM VI, de 1947. Invocar a imagem de crianças brincando serve para produzir uma outra imagem vividamente ambivalente: por um lado, a de habitantes resistentes, que criam algo do nada, brincam a partir do terreno urbano e; por outro, a da fragilidade, do mundo precário e traumatizado pelas Guerras. Imagens que justapõem – sem exclusão – alegria e destruição, traumas e utopias.

CIDADE, TÉCNICA, COTIDIANO: TRAJETÓRIAS DE LINA BO BARDI E ARACY ESTEVE GOMES EM SALVADOR (1950-1970)

Junia Cambraia Mortimer - UFBA, junia.mortimer@gmail.com
Adele Sá Martins Belitardo de Carvalho - UFBA, adelebelitardo@gmail.com

Este artigo investiga relações entre cidade, técnica e cotidiano segundo fragmentos que recompõem as trajetórias da arquiteta Lina Bo Bardi (1914-1992) e da fotógrafa amadora Aracy Esteve Gomes (1923) em Salvador, Bahia, no período entre 1950 e 1970. Utilizamos como fontes cartas, fotografias, recortes de jornal e outros documentos oriundos de arquivos institucionais e do arquivo pessoal de Aracy. As evidências históricas encontradas sugerem a presença de uma dimensão técnica e de uma temática de cotidiano nas práticas de cidade empreendidas pelas duas mulheres. Ao inserir esses fragmentos numa constelação de acontecimentos, desconfiamos que a singularidade da relação dessas mulheres com o aparato técnico e com o cotidiano se dissolve num debate em torno de industrialização, modernização e desenvolvimentismo, situando-as como parte de uma construção social e simbólica mais ampla. Ao mesmo tempo, sobrevivem enquanto raridades (Veyne 1998) uma determinada noção de popular e uma certa dimensão de domesticidade que são definidores na constituição desses sujeitos em relação com a cidade e que são também aspectos caros a esse momento histórico.

RELAÇÕES ENTRE PAISAGEM E MEMÓRIA NA FOTOGRAFIA: EXERCÍCIOS NA CIDADE DE VITÓRIA (ES)

Manuella Comerio de Paulo - UFES, manuella_cp@hotmail.com
Homero Marconi Penteado - UFES, homero.penteado@ufes.br

O processo de construção de memória aparenta estar cada vez mais enfraquecido na contemporaneidade, com consequente dificuldade de identificação entre o morador de Vitória e sua paisagem. Procura-se entender como a memória influencia na percepção da paisagem e como isso se expressa na imagem fotográfica. Para isso, realiza-se uma abordagem conceitual, com revisão de bibliografia, e uma abordagem empírica, com a apresentação de dois métodos de análise de fotografias de paisagem e exercícios de aplicação desses métodos. O primeiro método aplica ferramentas de composição fotográfica na análise de fotografias selecionadas de paisagens de Vitória, tanto de autoria da própria autora, quanto de outros fotógrafos. O segundo método baseia-se em definições propostas por Meinig (1979) de diferentes formas com que cada indivíduo entende a paisagem, de acordo com sua formação pessoal. Essas definições também foram aplicadas sobre as mesmas fotografias selecionadas. O resultado obtido permitiu comparar os dois métodos empregados e analisar suas vantagens e desvantagens. Concluiu-se que a fotografia é um meio eficiente para exprimir relações entre memória e paisagem, por permitir uma expressão subjetiva de quem registra.

DISCURSOS URBANOS: (DES)CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E (TRANS)FORMAÇÕES DE SENTIDO

Bianca Paola Comin - UTFPR, biancacomin@hotmail.com

É inegável que os vínculos que se estabelecem entre o ser humano e seu entorno são resultado das múltiplas interações e vivências ocorridas entre ele e o lugar em que atua. Assim, parte das mudanças sofridas pelos espaços é também refletida nos seres humanos que neles vivem, uma vez que estes passam a ser uma extensão daqueles. Contudo, as transformações externas (ambientais) são mais céleres que as internas (humanas), gerando um hiato de aceitação entre o que é sensorialmente percebido e o que é interiormente assimilado. Dessa forma, a impermanência das imagens/paisagens urbanas contemporâneas traz consequências em termos de relação pessoa-ambiente. Sabendo disso, procurou-se estudar as respostas fornecidas a entrevistas realizadas com moradores da Rua Ministro Gabriel Passos, localizada nos bairros Jardim das Américas e Uberaba na cidade de Curitiba – PR, após as alterações sofridas por esse logradouro quando da instalação de um viaduto em seus arredores. As análises mostraram que as mudanças na via descaracterizaram a situação anterior, criando uma aversão à nova situação.

O GRAFFITI E A PAISAGEM DA CIDADE: ARTE, POLÍTICA E CULTURA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Elis de Araújo Miranda - UFF, elismiranda10@gmail.com
Arthur Nogueira Rangel - Prefeitura Municipal de Campos, arthur_nr2@yahoo.com.br

O presente trabalho apresenta a análise da paisagem urbana da cidade de Campos dos Goytacazes produzidas por grafiteiros. O graffiti é entendido enquanto uma arte libertária que difunde culturas, ideias político-ideológicas e poéticas. Este estudo busca compreender como se dá a criação de uma nova paisagem urbana, onde o sentido da representação é descrito sob a ótica dos artistas a partir de suas marcas na paisagem e os grafiteiros são os sujeitos das ações, que criam novos significados para a paisagem. O estudo ampara-se no método fenomenológico, que se constitui a base da formação da escola denominada Geografia Humanista que tem em Eric Dardel (1954), Yi-Fu Tuan (1983) e Edward Relph (1976) os seus

principais expoentes. Esses autores debruçam-se sobre o entendimento das experiências vivenciadas pelos sujeitos nos lugares a partir da apropriação concreta ou simbólica do espaço, das relações de identidade cultural e/ou de movimentos artísticos. A mediação e a compreensão dos fenômenos, tais como: ansiedade, conduta, sociabilidade, topofilia ou topofobia, só ocorreriam por meio de ações e vivências realizadas em grupo em um dado espaço-tempo.

VEGETAÇÃO E IMAGINÁRIO URBANO: O PAPEL DA VEGETAÇÃO URBANA NA CONSTRUÇÃO DO LAÇO AFETIVO ENTRE A SOCIEDADE E A PAISAGEM URBANA.
Taís Alvino da Silva - UFRJ, taisalvino@gmail.com

A abordagem da paisagem urbana, a partir das questões sensíveis, consiste na busca pela construção de uma paisagem detentora de características que favoreçam a criação de elo afetivo entre suas partes integrantes – usuários e meio físico – na perspectiva de alcançar o conceito de paisagem afetiva. Esse artigo busca investigar como ocorre a construção do laço afetivo entre a população e a vegetação urbana, a partir da vegetação urbana pelo seu caráter de destaque na paisagem como elemento de atribuição de diversos valores e significados pela população. Em meio a complexidade da pluralidade de valores e significados transmitidos pela vegetação, o caminho metodológico se deu através de três dimensões(simbólica, memorial e do ambiente) como suporte teórico. Sendo assim, a dissertação apontou sutilezas da vegetação que incitam a construção de laço afetivo entre a população e a vegetação a partir da vegetação como elemento forte na paisagem afetiva.

> ST_16 > **11**

PLANEJAMENTO E PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO: SUELY MARIA RIBEIRO LEAL E RUBENILSON BRAZÃO TEIXEIRA

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 14

CASAS COMUNS. UM ESTUDO SOBRE HABITAÇÃO ÀS MARGENS DO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA (CE)
Júlia Brito Mafaldo - Universidade Federal do Ceará, juliabritomafaldo@gmail.com

Este trabalho propõe refletir sobre a condição contemporânea das áreas centrais marcadas pelo predomínio de moradias unifamiliares antigas que se localizam as margens do centro histórico na cidade de Fortaleza. O estudo analisa quais dinâmicas e contradições compõem um tecido fruto da superposição de um traçado que se afigurou moderno e um parcelamento colonial, e como ele responde às pressões imobiliárias e vem sendo tratado nos planos urbanísticos atuais da cidade. Reconhecendo a importância da existência de edifícios antigos nos centros urbanos para diversidade e democratização das áreas centrais e do valor histórico e social no modo de morar que essas habitações abrigam, o artigo reflete, por fim, possibilidades de tratamento urbanístico e arquitetônico para a área.

ONDE ESTÁ O MARACANÃ? ECOS DE UM PATRIMÔNIO URBANO
Daniel Ortiz Lopes - UFABC, danielortiz.arq@gmail.com

A busca do Rio de Janeiro por um lugar ao sol no competitivo mercado mundial de cidades, teve como principal estratégia a realização de uma série de megaeventos esportivos. Eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, tiveram seus altíssimos custos justificados pela capacidade de atuarem como elemento catalisador de mudanças necessárias na cidade, o que no senso comum foi assimilado como legado. Contudo, a implantação de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos, nada mais foi que insumo para viabilizar um negócio. A crítica à legitimação de grandes projetos urbanos através dos megaeventos, tem nas adequações executadas no Maracanã um objeto para farta análise empírica. Assim, o presente trabalho tem por objetivo percorrer a trajetória do estádio, sobretudo os aspectos que tangenciam a dimensão da paisagem cultural e do patrimônio urbano, bem como o processo de ruptura que levaram à sua descaracterização, mesmo sendo protegido por lei federal desde o ano 2000.

A RESISTÊNCIA EM ESPAÇOS RESULTANTES DOS MEGAEVENTOS: APROPRIAÇÕES INSÓLITAS ATRAVÉS DA CULTURA
Claudia Seldin - PROURB/FAU-UFRJ, claudia.seldin@gmail.com
Lilian Fessler Vaz - PROURB/FAU-UFRJ, lilianfv@gmail.com
Caio César de Azevedo Barros - Museu Nacional/UFRJ, caiocesar.azevedo@hotmail.com
Pedro Vitor Ribeiro Costa e Thomas Ilg Gavinho - FAU-UFRJ, thomas.ilg.gavinho@gmail.com

Esse artigo apresenta o conceito de "espaços insólitos" - brechas urbanas, não planejadas/projetadas, frequentemente modificadas pelo uso temporário e que sofreram uma transformação em relação à sua função original para abrigar novos usos culturais. Esses espaços são muito característicos das regiões marginalizadas das cidades, onde a população sofre com políticas públicas ineficientes, vendo-se obrigada a lutar por seus direitos. Na última década, tem sido possível observar o surgimento de alguns espaços insólitos atrelados aos projetos urbanos desenvolvidos no âmbito dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. Sua concentração maior é percebida na Zona Oeste - historicamente marcada pela ausência de equipamentos culturais tradicionais e pela predominância de habitantes de baixa renda. As obras ali realizadas focaram, além dos equipamentos esportivos, na infraestrutura de meio de transporte, sendo acompanhadas por processos intensos de remoção de favelas. Nas brechas urbanas deixadas pelo legado perverso dos megaeventos, encontram-se 3 exemplos de espaços insólitos que se destacam por carregarem consigo um forte caráter de resistência. São eles: o Museu das Remoções na Vila Autódromo, o Espaço Cultural Viaduto de Realengo e o Cine Taquara.

CIDADE, SOCIEDADE E ESPETÁCULO: A CULTURA COMO NARRATIVA MERCADOLÓGICA NA ERA DO CAPITALISMO ARTISTA.
Guilherme Nogueira Ragone - Universidade Federal Fluminense, guilhermeragone@hotmail.com
Dinah Tereza Papi Guimaraens - Universidade Federal Fluminense, dinah.papi@gmail.com

No século XXI, observa-se o advento do chamado capitalismo artista e a proliferação dos grandes projetos urbanísticos e dos planos estratégicos das cidades globalizadas. Atuando em prol do mercado imobiliário e da especulação, esses planos e projetos se utilizam da estratégia do discurso cultural como norteador de

suas ações, sendo tratada pela mídia através de um discurso hegemônico e como único caminho possível para o desenvolvimento. Respondendo à questão sobre qual o real papel das narrativas culturais na proposição de ideários pelos agentes fomentadores da cidade, o artigo objetiva analisar tal manifestação e seus impactos na cidade. Para tal, foi realizada uma pesquisa de cunho exploratório através de material bibliográfico sobre a temática. Pode-se concluir que, desde a década de 1960, as narrativas midiáticas e a animação cultural promovida pelos agentes mercadológicos visa promover o marketing urbano em prol da venda da imagem da cidade, tendo na contemporaneidade, um papel central na definição dos projetos e planos urbanísticos.

A PRODUÇÃO DO DISCURSO IMAGÉTICO NO PLANO ESTRATÉGICO DE 2013 – 2016 DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ives da Silva Duque-Pereira - Universidade Federal Fluminense, ivesduque@gmail.com
María Gabriela Scotto - Universidade Federal Fluminense, mgscotto@id.uff.br

O presente trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense (PPGDAP/UFF Campos). Objetivou-se, nesse momento, analisar as imagens fotográficas presentes no Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro vigente entre os anos de 2013 até 2016. A partir do entendimento do planejamento urbano no Brasil, com raízes modernistas, se iniciando no final do século XIX e início do século XX, o presente trabalho contextualiza a implementação do planejamento estratégico como importante ferramenta de gestão do espaço urbano no século XXI. Assim, o Rio de Janeiro passa a planejar por metas e ações que irão interferir na sua espacialidade de maneira a produzir uma cidade produto cujo objetivo é atrair investimentos de diversas ordens. Tal Plano precisa ser legitimado pelos diversos atores envolvidos, incluindo seus cidadãos, e o marketing da cidade se torna ferramenta que possibilita propagar imagens sínteses de uma cidade que pretende-se produzir e/ou ressignificar. Em uma sociedade cercada por imagens, a percepção visual tem ganhado espaço na construção de discursos sobre o urbano, por tanto, de grande valor para a argumentação legitimadora das metas que se pretende atingir. As imagens analisadas no Plano Estratégico (2013-2016) permitem concluir que se trata de um reforço argumentativo que compõe esse discurso legitimador de modificações no espaço da cidade. O Rio é apresentado por imagens sínteses que não refletem a totalidade do município, podendo levar ao falso entendimento de que as ações positivas projetadas pelo Plano abarcariam a totalidade da cidade. O que se percebe é uma construção discursiva, pelas imagens fotográficas, de uma cidade pelas suas partes, em que o real interesse parece ser o de promover espaços específicos cujo valor é estabelecido pelo interesse dos investimentos privados.

TEORIA E CRÍTICA 1
COORDENAÇÃO: FERNANDA ESTER SANCHEZ GARCIA E SUELY MARIA RIBEIRO LEAL

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 14

AS CIDADES DE PLATÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA UTOPIA.

Amanda Rafaelly Casé Monteiro - Universidade de Brasília, arqamandacase@gmail.com

A cidade utópica de Platão comumente é relacionada com a cidade Kallipólis descrita na República (entre 387 a 367 a.C.), livro mais importante do autor. Na República, o autor descreve como seria a cidade ideal, mas seu texto se dedica a construção de uma cidade justa, não apresenta nenhuma informação sobre o desenho da cidade. No livro As Leis (357 e 347 a. C.), último e maior livro do filósofo, o assunto é a criação de uma constituição ideal, com isso novamente pensa uma cidade ideal, Magnésia, porém dessa vez propõe até um desenho para sua utopia. Esse trabalho apresenta as cidades utópicas descritas nos livros A República e As Leis de Platão, em sua espacialidade e morfologia. Em seguida, são estudadas as polis Atenas e Siracusa, cidades que o autor viveu, a fim de entender a inovação e a reprodução do conhecimento do período. Por fim, conclui-se apresentando a relação entre Kallipólis, Magnésia, Atenas e Siracusa.

DA MEDIDA À EXPERIÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE CORPO E UTOPIA

Soraya Nór - UFSC, soraya.nor@ufsc.br
Gabriel Grosskopf - UFSC, gabreorge@gmail.com
Lia Maestrelli Bizzo - UFSC, maestrellibizzo@gmail.com
Susan Natalí Oliveira Lecuona - UFSC, susan150795@gmail.com

A construção textual das Utopias se deu na forma de crítica a uma realidade vigente e a posterior proposição de modelos espaciais que abrigavam novas concepções e organizações socioespaciais. Como frutos de seu tempo, as obras literárias que descrevem cidades utópicas imaginadas no Renascimento reproduziram uma mentalidade de abordar o habitante utópico como um "corpo-medida", racional e tipificado. Neste artigo buscou-se explicitar, em representações gráficas de cinco cidades utópicas desse período, o modo como os espaços foram imaginados segundo princípios racionalistas. Na contemporaneidade, mudou-se a mentalidade sobre a corporalidade, incorporando aspectos subjetivos e sensoriais à ideia de corpo, aqui chamado de "corpo-experiência". Buscou-se confrontar as diferentes abordagens sobre corpo e espaço, identificando como cada uma dessas mentalidades influenciou na concepção de espaços.

O TEMPO NA MODERNIDADE URBANA

Germana Konrath - UFRGS, germana.konrath@gmail.com
Paulo Edison Belo Reyes - UFRGS, paulo.reyes@ufrgs.br

O artigo proposto aborda distintas visões de tempo características da modernidade, comentadas e debatidas sobretudo por Marshall Berman em Tudo que é sólido desmancha no ar e por Jacques Rancière na obra A partilha do sensível. O intuito é analisar como o próprio conceito de tempo depende do momento

histórico em que está inserido e, assim, apresentar a transformação sobre seu entendimento durante a modernidade. Mais especificamente, visa discutir essa noção no contexto dos planos de cidade e projetos urbanos icônicos do período e colocar em diálogo e confronto a teoria de Berman com as ideias de Rancière, permeando o texto com outros autores do século XX que trataram do tema. A ideia de projeto espaço-temporal perpassa todo artigo e vem atrelada, em grande parte, à noção de cidade que marcou a civilização pós Revolução Industrial e segue influenciando o ideário e a prática de projeto e planejamento urbano até hoje.

EMERGÊNCIAS DA CIRCUNSTANCIALIDADE NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE HERANÇAS, TESTAMENTOS E DESAFIOS DO LUGAR

Vitor Sartori Cordova - PUC-Campinas, vitorcordova@yahoo.com.br
Jane Victal - PUC-Campinas, janevictal@puc-campinas.edu.br

O habitat, para muitas pesquisas sobre urbanismo, pautaria a discussão sobre o lugar do "homem tradicional" como romântica. Assim sendo, muitas destas investigações estariam conectadas a uma análise das novas formas produtivas e às alteridades no espaço urbano, fomentando aportes teóricos derradeiros sobre os fenômenos da cidade. Todavia, crê-se que a tradução destas mudanças se dá num nível mais "aterrado" do que imaginam as sistematizações acadêmicas. Desta forma, apresenta-se um pequeno ensaio onde discute-se os problemas analíticos e de sociabilidade na cidade contemporânea sob a ótica do modo de vida mais conectado à cotidianidade da vida, isto é, a casa. Desta maneira, discutir o urbano e as diversas formas de vivência é admiti-lo numa compreensão mais holística (humana) que envolve, também, um reencantamento do papel do pesquisador quanto as possibilidades que seu objeto de estudo já contempla e que se-dá a compreender.

> ST_16 > **13**

HISTÓRIA URBANA - ESTUDOS DE CASO 2 E TEORIA E CRÍTICA 2
COORDENAÇÃO: CLOVIS ULTRAMARI E JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA

QUINTA, dia 30, 08:00 – 10:00
Auditório 15

TRAÇADO URBANO NAS CIDADES DO CENTRO OESTE AO LONGO DO SÉCULO XIX

Giovane Teodoro de Brito Chaparro - Universidade de Brasília, giovanechaparro@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo analisar a formação do Centro Oeste brasileiro, isto é, daqueles espaços que até a Independência compunham as capitanias de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso e que, através de processos conturbados e conflituosos, originaram os territórios políticos provinciais desde então. Nosso olhar estará direcionado principalmente ao traçado urbano, partindo do princípio da sua implantação no século XVIII e continuidade com conceitos aprimorados ao longo do século XIX. Partindo de um breve histórico da ocupação e apropriação do território desde os primeiros anos do século XVIII, analisando a incorporação dessas áreas à Coroa portuguesa, dando uma especial atenção à necessidade emergente de consolidação de uma geopolítica para a fronteira oeste. Na sequência, tratamos das transformações ocorridas no início do século XIX, quando novos processos de integração e as diretrizes do Reformismo Ilustrado atuaram decisivamente sobre essa região, redefinindo inclusive os sentidos da urbanização. O foco está no movimento de ocupação do território por meio da implantação e consolidação das vilas e cidades no decorrer do século XIX, marcando definitivamente a presença portuguesa na região. Trata-se de uma historiografia sobre a cidade no interior do território brasileiro, através da qual se procura compreender o processo pelo qual se formaram, a partir das conquistas da Coroa portuguesa, os espaços urbanos de poder e representação da nação do Brasil.

A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CURITIBA ENTRE 1930 E 1964

Ricardo Serraglio Polucha - Cohab Curitiba, ricardopolucha@gmail.com

O objetivo deste artigo é analisar a produção de habitação de interesse social em Curitiba entre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. Parte-se da análise da reconfiguração do Estado que ocorreu nesse período e de sua influência no desenvolvimento de políticas públicas de habitação de interesse social. Em seguida é apresentado como essas mudanças no plano nacional repercutiram em Curitiba. Para tanto foi realizado um inventário da produção de habitação de interesse social, analisando suas características, o papel das diferentes instituições envolvidas nesse processo e o efeito dessa política na estruturação urbana.CIDADE E

HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

Daniela Braga Santos - UNB, danielabraga94@gmail.com

O trabalho tem o intuito de compreender a partir da história da configuração da cidade de Goiânia-Go as transformações da paisagem urbana da sua Região Noroeste nos anos de 1979, 1985, 1990, 2000 e 2017. Esse recorte temporal permite a reflexão da segregação sócio espacial da cidade no processo da construção da paisagem urbana periférica da Região Noroeste de Goiânia. Dessa forma, a partir da pesquisa historiográfica este trabalho busca entender a gestão urbana do Estado e do capital imobiliário, no processo de produção, reprodução e ocupação do espaço urbano da cidade, refletido na construção paralela e de caráter irregular da paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia. Assim, pelas leituras teórico-conceituais, mapeamentos e levantamento de dados e recortes de jornais da época busca-se compreender o papel do Estado e do capital imobiliário na orientação da produção do espaço urbano na Região Noroeste em seu processo histórico de formação.

INTERSEÇÕES EXPERIMENTAIS: A CONTAÇÃO, O LUGAR E AS INTERAÇÕES SOCIAIS

Ana Rubia Ferraz - MDU – UFPE, anarubiaferraz@gmail.com
Lígia Dias - MDU – UFPE, ligia.diass@gmail.com
Maria Eduarda Queiroz - MDU – UFPE, eduardaaqueiroz@gmail.com

Este artigo busca experimentar um tipo de abordagem para analisar a comunidade do Bode, no bairro do Pina, Recife-PE. A partir de uma síntese teórica sobre os lugares na cidade e as interações sociais, lança-se um olhar sobre as mudanças e permanências da área, no qual o relato da moradora Maria da Penha Gonçalves Lima é o responsável por estruturar e conduzir o trabalho. Dessa maneira, foram identificadas

algumas categorias de lugar relacionadas a tipos de interação social, são elas: o lugar-maré e a sociabilidade dos banhos; o lugar-mocambo e as interações de conflito; e os lugares-comunitários e a sociação dos movimentos de resistência. Portanto, foi possível reconstruir, através do olhar de Penha, uma trajetória da evolução urbana da comunidade e mostrar como as mudanças nas tipologias construtivas, forma urbana e infraestrutura foram acompanhadas por processos simbólicos. Por fim, espera-se que o cruzamento dos conceitos teóricos com as vivências dos sujeitos explorados neste trabalho contribua com outras análises socioespaciais.

A CIDADE QUE HABITA EM NÓS: METRÓPOLES E CRIAÇÃO DE SUBJETIVIDADES
Eliana Kuster - Ifes, elianakuster@gmail.com

No início do século XX, Georg Simmel contemplava Berlim e se questionava sobre os efeitos que essa dinâmica que colocava estranhos em um convívio tão próximo no mesmo espaço teria para a subjetividade daqueles que o vivenciavam. Hoje, mais de um século se passou e a sociedade na qual vivemos é bem diferente daquela observada pelo sociólogo. Consequentemente, os desdobramentos que a sua vivência tem para a vida mental daqueles que a partilham são diversos daqueles observados por Simmel. Esse artigo procura olhar para esse tema, atualizando-o. Através de autores como Richard Sennett, Jane Jacobs, Gilles Lipovetsky, Christopher Lasch e outros, tentamos investigar o que o convívio em grandes cidades – e a maneira como escolhemos organizar as nossas sociedades - têm despertado no cidadão metropolitano. Conferindo especial atenção ao espaço público fragilizado e ao crescente individualismo que caracteriza boa parte das cidades no século XXI, questionamos qual pode ser o seu papel no crescimento de formas contemporâneas de padecimento, como a depressão e o bullying. Finalmente, tentamos interrogar as razões de, ainda hoje, organizarmos as nossas cidades com especial priorização ao tráfego de veículos individuais motorizados.

TEMPO AO TEMPO DE CIDADES EMPRESARIAS: A FANTASMA FORDLÂNDIA, A MODERNISTA SERRA DO NAVIO E A VERNACULAR CARAÍBA
Ricardo Trevisan - FAU-UnB, prof.trevisan@gmail.com
Sylvia Ficher - FAU-UnB, sficher@unb.br
Ariele Tavares dos Santos - FAU-UnB, arieletavares@hotmail.com

A industrialização brasileira consolidou-se efetivamente no século vinte, engendrada por fatores: econômico (diversificação dos setores produtivos), social (imigração estrangeira) e político (estímulos estatais à indústria nacional). Tal processo foi acompanhado da migração campo-cidade, alterando-se o habitat da população. Se em 1890 eram 6,8% de brasileiros residindo na zona urbana, em 1991 chega-se a 74%. Assim, em um século, temos um país que se modernizou – distanciando-se das raízes coloniais, pautada numa economia monocultora para exportação – e que se urbanizou – com ampliação da rede urbana pelo território mediante a fundação de novas cidades, fossem elas de origem espontânea ou intencional. Nesse sentido, os núcleos urbanos planejados para darem suporte à industrialização são reconhecidos pela historiografia urbana nacional, sobretudo estudos sobre vilas e conjuntos habitacionais produzidos para operários. Contudo, destaca-se desse rol a produção de dezenas de cidades empresariais criadas para auxiliar empreendimentos voltados ao setor de produção fabril (indústria manufatureira), à construção de infraestruturas de grande porte (hidrelétricas, barragens, rodovias, portos etc.) ou à extração de recursos naturais (jazidas de minérios, plantações etc.). Sobre este último debruça-se o presente trabalho ao focar atenção sobre três exemplares de cidades empresariais específicas: Fordlândia (1923), Serra do Navio (1953) e Caraíba (1979). Três cidades empresarias que este trabalho, pelo aporte metodológico do Atlas warburguiano, buscará analisar e revelar as aproximações e distorções imagéticas entre a cidade idealizada e a cidade vivida, entre a utopia e a realidade, tendo o tempo como elo conector. Uma contribuição aos estudos de cidades empresariais a partir de três urbes exemplares: a fantasma, a modernista e a vernacular.

> ST_16 > **14**

URBANISTAS E URBANISMO NA HISTÓRIA 2
COORDENAÇÃO: RUBENILSON BRAZÃO TEIXEIRA E CAROLINA PESCATORI CANDIDO DA SILVA

QUINTA, dia 30, 10:10 – 12:10
Auditório 14

A "METRÓPOLE DO ORIENTE DA AMÉRICA": "UTOPIA" E MODERNIDADE NA NATAL DE MANOEL DANTAS (1909)
Yuri Simonini - UNI-RN, ysimonini@gmail.com
Angela Lúcia Ferreira - UFRN, angela.ferreira@pq.cnpq.br
Giovana Paiva de Oliveira - UFRN, giovanaufrn@gmail.com

Em conferência proferida no dia 21 de março de 1909, Manoel Dantas, proeminente intelectual norte-rio-grandense, prenuncia o futuro reservado à, então, pacata Natal. Ao misturar ideais imaginários e concretos, narra fantástica transformação física da cidade em cinquenta anos quando, por grandiosa infraestrutura possibilitada pelas inovações tecnológicas, se tornaria uma das maiores metrópoles mundiais. A partir da visão de Dantas sobre a Natal de 1959, suas motivações e a relação para com a cidade existente em 1909, pretende-se possibilitar discussões a respeito da ideia de tempos em transformação e sua ligação com a utopia. O texto exposto e as notícias dos jornais da época, revelam o importante papel de arauto da modernidade que o palestrante assumia, clamando as elites locais a apoiar o processo, dispendioso, mas promissor, de mudança em curso. Assim, Dantas foi capaz de conceber uma interpretação utópica singular, cuja narrativa arrebatadora se funde aos desejos da Natal moderna.

IDENTIDADE NACIONAL NA ERA VARGAS: TURISMO, PATRIMÔNIO, POLÍTICA E MUITO MAIS
Andrea de Albuquerque Vianna - UFRN, andvianna@gmail.com

Este artigo aborda as tentativas de elaboração da uma identidade nacional durante o período da chamada Nova República, ou Era Vargas, contando com o apoio e a participação direta de Oswaldo Aranha, companheiro firme e coerente de Getúlio Vargas quanto aos ideais propostos pela a Revolução de 1930.

Este trabalho se propõe a discutir as ações do Governo Vargas para a elaboração de uma identidade nacional, fazendo uso de três pilares como ferramentas de sustentação ideológica, a saber: turismo, propaganda e patrimônio. Estes elementos foram largamente utilizados para o êxito do projeto governista de se criar uma unidade cultural, política e ideológica que proporcionasse a segurança necessária para a manutençãodaquele grupo no poder. Além destas questões, as atividades aqui relacionadas serviram para criar, sustentar e difundir a imagem de um país aprazível, seguro, de um povo hospitaleiro e um governante confiável, despertando o orgulho da população e conquistando a confiança de políticos, empresários e investidores para a realização de negócios que viriam a impulsionar o desenvolvimento econômico do país e sua projeção no mercado internacional. Busca-se, então, discutir a intrincada relação entre as questões referentes ao patrimônio, história e a cultura nacional com os interesses políticos vigentes nas primeiras décadas do século XX.

A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS: GAMA ABREU E A VIAGEM DE BEAUREPEIRE-ROHAN PARA A AMAZÔNIA (C.1856)

Jorge Nassar Fleury - FAU / UFRJ, jorgefleury@fau.ufrj.br

O presente artigo aborda a circulação de ideias na segunda metade do século XIX, sobretudo o fluxo de ideias migratórias da capital Rio de Janeiro para a cidade de Belém, a partir da viagem de Henrique de Beaurepaire-Rohan para a Amazônia, sobretudo para a Província do Pará em 1856, quando este assumiu a presidência da mesma, ficando no cargo por um ano. Durante seu mandato inúmeras foram as tomadas de decisões e contatos com os locais, dentre eles, José Coelho da Gama Abreu, jovem de 23 anos, formado em direito e matemática na Universidade de Coimbra, Portugal, que havia assumido a direção da Repartição de Obras Públicas em 1855, passando dezesseis anos à frente da mesma. Esse contato é marcante e importante, pois trata-se de um jovem sem formação em engenharia que, logo no início de sua carreira, lhe é possibilitado o contato com um experiente engenheiro que já exercera aquela mesma função na capital do império e muito tem a contribuir para seu crescimento. Percebe-se que essa troca de conhecimentos é importante sobretudo para Gama Abreu e visualiza-se, ao longo de sua vida, várias ações repletas de noções apreendidas quando de seu contato com Beaurepaire-Rohan.

PRÁTICAS DE PLANEJAMENTO (URBANO) DURANTE O ESTADO NOVO: A ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1939/45

Lucia Silva - UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lrentesilva@gmail.com

A Exposição de Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro foi um evento organizado pelo Departamento das Municipalidades do estado. A abertura ocorreu no dia 8 de agosto de 1942 e contou com a presença do interventor Amaral Peixoto e do presidente da república Getúlio Vargas, foi realizado no Museu de Belas Artes da capital federal. A Exposição de Urbanismo juntamente com o Certame do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), ocorrido no mesmo período, podem ser lidos como a explicitação de uma nova concepção de administração pública e, para o que cabe aqui, dos problemas de urbanização que ocorriam no estado fluminense durante o Estado Novo. O Departamento das Municipalidades foi criado pelo Decreto 799/39, tinha como objetivo assessorar tecnicamente os municípios fluminenses em relação aos assuntos financeiros, administrativos, jurídicos e os que envolvessem aspectos ligados à engenharia. Tornou-se importante espaço de prática urbanística na medida em que coordenava, através dos escritórios contratados, a confecção dos planos urbanísticos dos vários municípios do estado. O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica de funcionamento dessa repartição pública articulando-a às demandas político-partidárias acionadas pelo interventor (governador) para o controle dos municípios e as consultorias técnicas realizadas nas prefeituras. Para este texto elegeu-se o evento Exposição de Urbanismo de 1942 para conhecer a atuação desta instituição, mas para tal, é necessário percorrer a discussão que envolve a criação do DASP, dos Departamentos das Municipalidades, principalmente o fluminense no contexto político do Estado Novo e a atuação do mesmo em relação às questões urbanas.

O PROJETO DE FRANCISCO PRESTES MAIA PARA A CIDADE NOVA DE PANORAMA

Magdiel Silva - Universidade de São Paulo, magdielsilva@outlook.com

A Sociedade Imobiliária Panorama Ltda, empresa fundada em Campinas em 1945, ligada à exploração agropecuária e colonização de terras do interior paulista, tomou conhecimento que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro indicava o interesse de expandir os trilhos da Ferrovia Alta Paulista até o limite do Estado de São Paulo, à beira do rio Paraná. Sobre essa região a Sociedade Imobiliária propôs a construção de uma cidade nova, que além de ser as pontas dos trilhos da Ferrovia Alta Paulista, seria projetada por Francisco Prestes Maia, então prefeito de São Paulo e autor do Plano de Avenidas. O objetivo desse artigo é apresentar, resumidamente, fatos históricos sobre a Sociedade Imobiliária Panorama Ltda e uma análise do projeto de Francisco Prestes Maia para a nova cidade de Panorama, um modelo de Cidade-Jardim desenvolvido no interior oeste de São Paulo entre 1946 e 1948.

> ST_16 > **15**

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO 2
COORDENAÇÃO: CLOVIS ULTRAMARI E RUBENILSON BRAZÃO TEIXEIRA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 14

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA PATRIMONIAL: O CASO DO SÍTIO ALAGADIÇO NOVO, FORTALEZA/CE

Marina de Castro Teixeira Maia - PROPUR/UFRGS, marinactmaia@gmail.com
Inês Martina Lersch - PROPUR/UFRGS, ines.martina.lersch@gmail.com

Este trabalho resulta da dissertação de mestrado Sítio Alagadiço Novo: Entre Valor e Transformação, uma evolução da cidade de Fortaleza, CE, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo principal da pesquisa foi investigar os aspectos que legitimaram o tombamento federal do Sítio Alagadiço Novo, este que é um dos últimos recintos verdes de uso público da região em que se insere e possui como maior referência ter sido o local de nascimento do romancista José de Alencar. A pesquisa é qualitativa de cunho historiográfico e responde ao seguinte problema: O que legitimou o tombamento do Sítio Alagadiço Novo? A hipótese levantada como é de que a

proteção patrimonial do bem se consolidou, em sua gênese, com base no valor histórico atribuído à imagem do romancista José de Alencar, em torno da qual se erigiu uma espécie de imaginário mítico em Fortaleza. Dessa maneira, o referencial teórico que fundamenta a discussão desta pesquisa é baseado nos conceitos de Valor e Imaginário.

O IMIGRANTE NAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO E DO TERRITÓRIO: ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE A PARTIR DOS ROTEIROS NACIONAIS DA IMIGRAÇÃO

Karina Hatsue Shiiki da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, karinahatsue.arq@gmail.com

Este artigo aborda o processo de reconhecimento e as políticas de preservação do patrimônio cultural dos imigrantes, com foco no instrumento da Chancela da Paisagem Cultural, devido ao envolvimento direto do fator humano neste conceito. Para isto, se faz uma análise do Dossiê de Tombamento dos diversos municípios de Santa Catarina, o qual gerou o programa Roteiros Nacionais da Imigração, visando compreender como o imigrante é visto e considerado neste processo de reconhecimento e estabelecimento de ações e das referidas políticas de proteção do patrimônio.

A CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA DE BOLONHA (1950-1970) A PARTIR DA OBRA DE PIERLUIGI CERVELLATI

Fabricio Martins Silva - UFPE, fabriciolaw@gmail.com
Tomás Albuquerque Lapa - UFPE, thlapa@outlook.com

A ambição por estruturar uma "cidade antiga para uma sociedade nova" fez o município de Bolonha (Itália) assumir um processo singular de planejamento urbano de cidades históricas, entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, pretendeu-se superar o modelo de restauração patrimonial conservadora, que trata o conjunto patrimonial de maneira isolada, autorreferente e excluído da dinâmica geral do território. Para tanto, foi posto em prática um intrincado sistema de regulação estatal e investigação acadêmica que possibilitou a identificação, o resguardo e a promoção da qualidade de vida no conjunto patrimonial histórico. Da mesma maneira, foram estabelecidos objetivos e diretrizes para o ordenamento da metrópole como um todo, sendo o centro histórico a matriz desse ordenamento. Condicionando o êxito desses esforços estaria o compromisso político de preservar a composição social dos habitantes tradicionais dos bairros, em oposição à lógica desagregadora da especulação imobiliária. O presente artigo procura, por meio de revisão bibliográfica das obras escritas por Pier Luigi Cervellati e sua equipe, eles próprios técnicos responsáveis pela etapa derradeira desse modelo, na década de 1970, analisar a experiência de restauro em Bolonha. Essa compreensão foi enriquecida com a bibliografia de autores secundários que buscaram situar o planejamento urbano bolonhês no particular contexto histórico, político e social, de modo a compreender as sucessivas sínteses programáticas que formataram o modelo de Bolonha, positivado nas obras de Cervellati: La Nouvelle Culture Urbaine (1981) e Bolonia: Política y Metodologia de la Restauración de Centro Históricos (1976).

AS DISTINTAS CIDADES POR DETRÁS DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E DE PLANEJAMENTO. MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO URBANO NO CASO DO CENTRO HISTÓRICO DA PENHA EM SÃO PAULO

Barbara Belorte -Universidade São Judas Tadeu, barbarabelorte@gmail.com
Andréa de Oliveira Tourinho - Universidade São Judas Tadeu, prof.atourinho@usjt.br

O presente estudo busca refletir sobre a relação entre as distintas ideias de cidade que estão por detrás das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e de planejamento urbano na cidade de São Paulo, a partir de um estudo de caso do centro histórico do bairro da Penha, na região leste da cidade. Essas políticas se traduzem nos instrumentos do zoneamento e do tombamento, ainda que o Plano Diretor do município tenha incorporado, desde 2002, as Zonas Especiais de Preservação Cultural em seu zoneamento. Ainda que, nas últimas décadas, a integração dessas políticas, na teoria, seja considerada fundamental no planejamento geral da cidade, não é o que ocorre, na prática, no Brasil. O que se verifica nessa contradição são duas visões de cidade que não se conversam: a cidade da preservação versus a cidade do planejamento, a cidade da memória versus a cidade do desenvolvimento ou, ainda, a cidade das permanências versus a cidade das transformações.

AS MISSÕES DE PARENT E VIANA DE LIMA: ORDEM SOCIAL E ORDEM ESPACIAL EM OURO PRETO

Bárbara Helena Almeida Carmo - USP, barbara.hac@gmail.com

Este artigo discute o processo de construção das ideias e práticas que ajudaram a consolidar o Estado como ator central nas políticas de planejamento urbano e patrimônio cultural no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Para isso, estudamos as visitas a Ouro Preto de Michael Parent e Viana de Lima, consultores internacionais convidados para analisar a cidade e propor ações de modernização. Mostramos uma possível desordem registrada e tentamos analisa-la a partir das colocações de Topalov (1991) sobre uma possível "crise" da comunidade formada pelos produtores de representações científicas sobre a cidade. Topalov considera que existe um "elo" entre o discurso científico e o progresso social e suas reflexões se fazem úteis para entender como as missões, os relatórios e os planos desnudam o trabalho dos especialistas e repercutiram em ações institucionais, expondo uma "ordem espacial nova". Por fim, questionamos os limites da democracia, ao apoiar-se na ciência para impor uma ordem política.

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO: JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 15

ITINERÁRIO CULTURAL "CAMINHOS PARA OS ERVAIS" UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Carlos Busón Buesa - UEMS/PPGDRS, cbuson@gmail.com
Carlos Otávio Zamberlan - UEMS/PPGDRS, otaviozamberlan@gmail.com
Claudia Maria Sonaglio - UEMS/PPGDRS, claudia.sonaglio@gmail.com
Cristiane de Matos Balsalobre - UEMS/Ciências Econômicas, crisbalsalobre6@gmail.com

Os itinerários culturais, ao dinamizar o território, são tidos como alternativas para fomentar o desenvolvimento, em especial pelo resgate cultural por estes proporcionado. Entende-se que o elemento cultura é visto também como um bem que pode ser utilizado no saneamento de problemas socioeconômicos dos territórios. Assim, este estudo apresenta uma proposta de itinerário cultural para a franja de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Uma região marcada fortemente pela cultura da erva mate, pela interação entre etnias e múltiplas culturas. O trajeto apresentado se mostra presente nos documentos históricos como importante via de acesso ao longo do processo de formação histórico econômica da região. Atualmente, o que se observa na área de abrangência deste itinerário é uma heterogeneidade econômica com predominância de baixo desenvolvimento e pobreza.

O AVANÇO DO SETOR TERCIÁRIO EM DIREÇÃO AO EIXO HISTÓRICO DE SANTO AMARO,
E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO

Luciana Monzillo de Oliveira - Universidade Presbiteriana Mackenzie, luciana.oliveira@mackenzie.br

O artigo aborda a questão da preservação do patrimônio histórico, diante da necessidade de renovação e transformação urbana imposta pelas atuais demandas de adensamento, expansão e melhoramentos viários para as cidades. A pesquisa apoia-se na premissa de que a preservação do patrimônio histórico deve estar vinculada às questões urbanas, como forma de se evitar a desarticulação entre o bem histórico e o tecido urbano. O tema da pesquisa surge da observação das transformações urbanas recentes próximas ao Eixo Histórico de Santo Amaro, em São Paulo. O texto apresenta o método de pesquisa de análise de dois estudos de casos similares da cidade de São Paulo: a Casa das Rosas, na Avenida Paulista e a Casa Bandeirista do Itaim-Bibi, na Avenida Faria Lima, com o objetivo de antecipar a discussão sobre as resoluções necessárias para mitigar os efeitos, em um cenário futuro de médio prazo, dos conflitos entre o avanço do setor terciário e a questão do patrimônio edificado na região.

O PATRIMÔNIO OPERÁRIO: O CAMINHO TRAÇADO PELOS CAMPOS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E DA MEMÓRIA OPERÁRIA RUMO À PRESERVAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Aline Cristina Fortunato Cruvinel - PROURB/UFRJ, aline.cruvinel@hotmail.com

O estudo sobre o patrimônio operário no Rio de Janeiro se alicerça em alguns questionamentos básicos: qual o lugar do operário no campo do patrimônio cultural e das políticas de preservação? Que lugar é dado para o trabalhador na gestão da cidade? Quais histórias o espaço urbano pode contar a partir da experiência dos trabalhadores? Para responder como a academia e a gestão pública tem tratado o tema, o artigo em questão parte da abordagem trazida pelo patrimônio industrial – subdivisão do patrimônio cultural construída através da chamada arqueologia industrial – e dos estudos sobre a classe operária na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvidos pela antropologia, pela história e pelas ciências sociais. Em seguida, são identificados, dentre os imóveis tombados no Rio de Janeiro a nível municipal, aqueles que se mostram vinculados ao conceito de patrimônio industrial, bem como suas limitações para a preservação efetiva de uma memória operária através do espaço.

COMPETIÇÃO DE USOS E DESCARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO
BAIRRO DE SÃO JOSÉ NO RECIFE

Larissa Rodrigues de Menezes - UFPE, larissarmenezes@gmail.com

O presente artigo discorre sobre o processo de substituição do uso habitacional pelo uso comercial no bairro de São José, tradicionalmente um bairro voltado para a habitação das classes populares no Recife, desde o século XVII. Esse processo, que vem se fortalecendo nos últimos quarenta anos, parece estar perto de eliminar o uso habitacional na área histórica do Bairro de São José e compromete a preservação de seu conjunto arquitetônico e urbano. O fenômeno reflete uma alteração da hierarquia das rendas imobiliárias e pode ser interpretado à luz da teoria da renda da terra urbana. Considerando que diferentes fatores podem influenciar na composição da renda imobiliária, o artigo busca lançar luz sobre a problemática da disputa de usos comercial e residencial em São José, através de uma breve revisão sobre a teoria da renda da terra urbana, de um histórico da área e sua redução populacional e da exposição da atual situação do estoque edificado em termos de preservação e evolução dos usos ali desenvolvidos.

PRESERVAÇÃO E USOS TURÍSTICOS DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: PANORAMA DOS TRENS TURÍSTICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ewerton Henrique de Moraes - UFABC, ewerton.moraes@ufabc.edu.br
Silvia Helena Facciolla Passarelli - UFABC, silvia.passarelli@ufabc.edu.br
Eduardo Romero de Oliveira - UNESP, eduardo.romero@unesp.br

Este artigo tem como objetivo principal reunir e sistematizar informações sobre os casos de uso turístico do patrimônio ferroviário em São Paulo e a produção bibliográfica sobre o tema. A partir destes dados e com foco nos trens turísticos – principais exemplos deste uso específico – problematizamos a relação deste tipo de projeto com a preservação do patrimônio, em especial, quanto aos bens tombados. Trata-se de uma pesquisa exploratória, baseada em uma revisão bibliográfica sobre o tema e fontes documentais. Dado o interesse em ações do poder público utilizamos, principalmente, dados do Ministério do Turismo e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Entre os resultados, destacamos a desconexão entre os repasses financeiros feitos pelo Ministério do Turismo e os bens ferroviários tombados em São Paulo, demonstrando alguma distância entre as políticas de turismo e preservação das diferentes esferas do poder público. Por outro lado, identificamos uma grande quantidade investimentos do mesmo órgão para restauro e reformas de bens edificados ferroviários não protegidos. Assim sendo, a relação entre turismo e preservação pode estar, minimamente, no custeio de ações para preservação.

LANÇAMENTO DE LIVROS

OFICINA DE PÓS-GRADUAÇÃO > PRÉ-EVENTO

OFICINAS > PRÉ-EVENTO

EVENTOS PARALELOS




XVIII
ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

LANÇAMENTO DE LIVROS

SEGUNDA, dia 27, 18:10 – 19:00
1º andar, junto ao Coffee Break

CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS E PODER JUDICIÁRIO
Giovanna Bonilha Milano

DO PLANO DIRETOR ÀS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS: A ASCENSÃO DO DISCURSO NEOLIBERAL E DOS GRANDES PROJETOS URBANOS NO PLANEJAMENTO PAULISTANO
Eduardo Alberto Cusce Nobre

GOIÂNIA: PARQUES E PRÉDIOS
Antônio Pasqualetto; Cibele de Moura Guimarães

LINGUAGEM TÉCNICA E (IM)POSSIBILIDADES PARA A PRODUÇÃO DEMOCRÁTICA DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DUAS EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS EM BELO HORIZONTE
Thaís Nassif

MIGRAÇÕES NO MUNDO DA FLUIDEZ E DOS MUROS: MOVIMENTOS, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA
Isis do Mar Marques Martins; Marcos Leandro Mondardo (Orgs.)

NEBULOSAS DO PENSAMENTO URBANÍSTICO: TOMO I E II
Paola Berenstein Jacques; Margareth da Silva Pereira (Orgs.)

PLANEJAMENTO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: POLOS, EIXOS E A REGIÃO DOS VETORES PRODUTIVOS
Jeferson Tavares

QUEM MANDA NA CIDADE: PODER E RENT-SEEKING URBANO
Charles Henrique Voos

RAÍZES - A CONTRIBUIÇÃO PORTUGUESA NA FORMAÇÃO CULTURAL DO BRASIL
Noelio Dantaslé Spinola

SPORTS MEGA-EVENTS AND URBANS LEGACIES: THE 2014 FIFA WORLD CUP, BRAZIL
Eduardo Alberto Cusce Nobre (Editor); Heloísa Soares de Moura Costa; João Tonucci Filho; Luiz Renato Pequeno; Valéria Pinheiro; Alexsandro Cardoso da Silva; João Rovati; Clarice Misoczky; Flávio de Souza; Fabrício Leal de Oliveira; Fernanda Sanchez; Glauco Bienenstein; Giselle Tanaka; Jorge Bassani; Camila D´Ottaviano

TERRITÓRIO, REDES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Rogério Leandro Lima da Silveira; Ângela Cristina Trevisan Felippi (Orgs.)

URBANISMO E POLÍTICA NO BRASIL DOS ANOS 1960
Maria Cristina da Silva Leme(Org.); Ana Fernandes; Celia Ferraz de Souza; Eneida Mendonça; Fabio Lima; José Francisco Freitas; José Geraldo Simões Jr; Maria Almeida; Marlice Soares; Rodrigo Farias; Vera Rezende; Virginia Pontual; Sarah Feldman

TERÇA, dia 28, 18:10 – 19:00
1º andar, junto ao Coffee Break

A LUTA PELA REFORMA URBANA NO BRASIL: DO SHRU AO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO
Nabil Bonduki

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS QUE TENTAM EXPLICAR AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE LUGARES, REGIÕES TERRITÓRIOS OU PAÍSES
Valdir Roque Dallabrida

DA CIDADE E DO URBANO: EXPERIÊNCIAS, SENSIBILIDADES, PROJETOS
Autora: Stella Bresciani. Organizadores: Josianne Cerasoli; Márcia Naxara; Rodrigo de Faria

QUAL É A SUA PRAIA? ARQUITETURA E SOCIEDADE EM NATAL
Autora: Lucy Donegan. Apresentação: Frederico de Holanda. Prefácio: Edja Trigueiro

FOUCAULT E A CAIXA DE FERRAMENTAS: MODOS DE PENSAR SOBRE A CIDADE, MODOS DE AGIR NA CIDADE
Eliana Kuster; Fernando Pinho (Orgs.)

GESTÃO AMBIENTAL E RURALIDADES: O CAMINHO INTERDISCIPLINAR NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
Alan Martins de Oliveira; Geovânia da Silva Toscano; Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho; Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins

MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO: A INFLUÊNCIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO NAS SUAS TRANSFORMAÇÕES
João Augusto Dunck Dalosto; Antônio Pasqualetto

MODERNIDADE SEM FRONTEIRAS: DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES ENTRELAÇADAS
Airton Adelar Mueller; Fabrício Antônio Antunes Soares

POLÍTICA METROPOLITANA GOVERNANÇA, INSTRUMENTOS E PLANEJAMENTO METROPOLITANOS – II SEMINÁRIO E OFICINA
Bárbara Oliveira Marguti; Sara Rebello Tavares (Orgs.)

POR UMA GEOGRAFIA DAS MIGRAÇÕES: ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE E PERMANÊNCIA EM MIGRANTES HAITIANOS
Isis do Mar Marques Martins

PRODUÇÃO EMPRESARIAL DA CIDADE NO BRASIL: UM LABORATÓRIO - 1965/1974
Carolina Heldt D'Almeida

REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI
Kleber Antonio da Costa Mourão; Sergio Felipe Melo da Silva

SEGREGAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS EM NATAL
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL: UM BALANÇO PRELIMINAR DO PAC
Adauto Lucio Cardoso; Rosana Denaldi (Orgs.)

QUARTA, dia 29, 18:10 – 19:00
1º andar, junto ao Coffee Break

CANTINHOS DO CÉU - A URBANIZAÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO DE MANANCIAIS E SEUS VIVENCIADORES
Melissa Matsunaga

CORPO, DISCURSO E TERRITÓRIO: A CIDADE EM DISPUTA NAS DOBRAS DA NARRATIVA DE CAROLINA MARIA DE JESUS
Gabriela Leandro Pereira

DESARROLLO Y CRESCIMIENTO ECONOMICO CASANARE: LECCIONES APRENDIDAS
Cristian Orlando Avila Quiñones; Nilton Marques de Oliveira

DESENHO COMO QUESTIONAMENTO: DISTINTAS DIMENSÕES DE PLANOS E PROJETOS URBANOS
Jonathas Magalhães Pereira da Silva

GUIA DA CIDADANIA E IDENTIDADE METROPOLITANA NA RMBH
Clarice de Assis Libânio (Org.). Autores e fotógrafos: Alexsandro Trigger; Ana Mourão Oliveira; André Veloso; Caroline Craveiro; César Zanandreis; Clarice de Assis Libânio; Consuelo Abreu; Dandara Aimée dos Santos; Daniel Galdino Netto; Daniela Andrade; Eduardo Maia Memória; Élcio Paraíso, Fernando Libânio; Flávia Mourão Parreira do Amaral; Gustavo Nogueira de Souza; Heloisa Moura Costa; Josemeire Alves Pereira; Juliana Ribeiro de Aquino; Junia Ferrari; Jupira Gomes de Mendonça; Leopoldo Curi; Lucien André Regnault Marques; Luísa Nonato; Luiz Gustavo Ferraz Coelho; Maria Clara Ribeiro Soares; Melissa Luciana de Araújo; Patrícia Cristina Coutinho Nardini; Pedro Henrique Cícero Ferreira; Roberto Luís Monte-Mór; Rodolfo Ataíde; Rodrigo Lemos; Saulo Albuquerque; Sibelle Diniz; Thales Santos; Tiphany Gomes Rodrigues

O DIREITO AUTOCONSTRUÍDO EM SARAMANDAIA: POROSIDADES, CONFLITOS E INSURGÊNCIAS
Adriana Nogueira Vieira Lima

O HUMOR CONTRA A VIOLÊNCIA NA CIDADE
Myriam Bahia Lopes; Claudine Haroche; Olivier Mongin; Ségolène Le Men; Clara Luiza Miranda

O URBANO E O METROPOLITANO EM BELÉM: (RE)CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS E ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Saint-Clair C. Trindade Jr; Tiago Veloso dos Santos

PERIFERIAS EM REDE: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS
Clarice de Assis Libânio; Josemeire Alves Pereira (Orgs.). Autores: Alessandra Rocha; Ana Lares; Bruno Márcio de Castro Reis; Clarice de Assis Libânio; Claudia Elizabete dos Santos Santos; Denise Morado Nascimento; Filipe Silva; Josemeire Alves Pereira; Júlia Lazarinni; Juliana Batista dos Reis; Juliana de Faria Linhares; Lisandra Mara Silva; Luísa Cristina Nonato; Marcela Menezes Costa; Marco Antônio Silva; Mariana Pereira de Oliveira de Freitas Gonçalves; Matheus Santos Soares; Nayara Salgado; Ricardo Evangelista; Vanessa Camila da Silva

POLÍTICAS TERRITORIAIS, EMPRESAS E COMUNIDADES: O NEOEXTRATIVISMO E A GESTAO EMPRESARIAL DO SOCIAL
Henri Acselrad

REM KOOLHAAS NAS METRÓPOLES DELIRANTES: ENTRE A BIGNESS E O BIG BUSINESS
Paolo Colosso

VETORES DE EXPANSÃO URBANA: ESTADO E MERCADO NA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO EM ARACAJU-SE
Sarah Lúcia Alves França

VIVA A VILA AUTÓDROMO: O PLANO POPULAR E A LUTA CONTRA A REMOÇÃO
Giselle Tanaka; Fabrício Leal de Oliveira; Fernanda Sánchez; Regina Bienenstein; Glauco Bienenstein; Carlos Vainer; Renato Consentido; Mariana Medeiros; Poliana Monteiro

DIMENSÕES DO INTERVIR EM FAVELAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Lara Ferreira; Paula Oliveira; Victor Iacovini

QUINTA, dia 30, 18:10 – 19:00
1º andar, junto ao Coffee Break

ARQUITETURA E SUAS PARTICULARIDADES I, II E III
Eliete de Pinho Araujo

CAMPO DE PODER DOS GRANDES PROJETOS URBANOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
Daniel Medeiros de Freitas

CIDADE E HABITAÇÃO - TENDÊNCIAS URBANAS CONTEMPORÂNEAS
Coordenação geral: Eliete de Pinho Araujo. Coordenação acadêmica: Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária; Maria Eleusa Montenegro. Comissão técnico-científica: Ana Paula Borba Gonçalves Barros; Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária; Maria Eleusa Montenegro; Rossana Maria Delpino Sapen; Sávio Tadeu Guimarães

CONFLITOS URBANOS EM CURITIBA
Simone Aparecida Polli; José Ricardo Vargas de Faria; Maurini de Souza; Ramon José Gusso.

CONSUMO, CRÉDITO E DIREITO À CIDADE
Eda Maria Góes; Igor Catalão; Maria Angélica de Oliveira Magrini; Luciano Antonio Furini; Márcio José Veríssimo Catelan; Maria Encarnação Beltrão Sposito

CONTRA AS SECAS: TÉCNICA, NATUREZA E TERRITÓRIO
Angela Lúcia Ferreira; George Alexandre Ferreira Dantas; Yuri Simonini (Editores)

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E SOCIOESPACIAL NO BRASIL METROPOLITANO: CONVERGÊNCIAS E ESPECIFICIDADES REGIONAIS
José Marcos Pinto da Cunha (Org.); Alberto Augusto Eichman Jakob; Anderson Kazuo Nakano; Breno Aloísio T. Duarte de Pinho; Camila D'Ottaviano; Dafne Sponchiado Firmino da Silva; Ednelson Mariano Dota; Fausto Reynaldo Alves de Brito; Guilherme Margarido Ortega; José Marcos Pinto da Cunha; Késia Anastácio Alves da Silva; Kleber Fernandes de Oliveira; Luiz Antonio Chaves de Farias; Raquel Maria de Lima Alonso; Ricardo Rippel; Sergio Stoco; Suyanne Galvão Bacelar; Wilson Fusco

IMEDIATO, GLOBAL E TOTAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A FINANCEIRIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI
Paulo Cesar Xavier Pereira (Org.); Álvaro Ferreira; Carlos Teixeira de Campos Junior; Fausto Moura Breda; Guilherme Moreira Petrella; Luciana Nicolau Ferrara; Márcia Saeko Hirata; Maria Beatriz Cruz Rufino; Paulo Cesar Xavier Pereira

MULHERES, DIREITO À CIDADE E ESTIGMAS DE GÊNERO: A SEGREGAÇÃO URBANA DA PROSTITUIÇÃO EM CAMPINAS
Diana Helene

O MEIO GEOGRÁFICO ATUAL DO RIO GRANDE DO NORTE. NOVAS MATERIALIDADES, NOVAS DINÂMICAS
Aldo Dantas; Mónica Arroyo; Márico Cataia (Orgs.)

O PONTO DE RUPTURA: REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
Oséias Teixeira da Silva

PUERTO MADERO EN MOVIMIENTO. UN ABORDAJE A PARTIR DE CIRCULACIÓN DE LA CORPORACIÓN ANTIGUO PUERTO MADERO (1989 - 2017)
Guillermo Jajamovich

SUPERQUADRA 400 SUL | HABITAÇÃO SOCIAL NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA - ANÁLISE DIRECIONADA PARA O CONFORTO AMBIENTAL, A HISTÓRIA E A TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E SUA INTERFERÊNCIA NO AMBIENTE SALUTAR
Eliete de Pinho Araujo; Júnia Marques Caldeira; Leonardo Pinto de Oliveira

OFICINA DE PÓS-GRADUAÇÃO

DOMINGO, dia 26, 08:00 – 20:30
Auditórios 01 e 02

TÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PROJETO URBANO
Aline Assis de Andrade Cruz

ENTRAVES À EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NO CENTRO DE SÃO PAULO: O PAPEL DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS OCIOSOS
Ana Gabriela Akaishi

MODELO MULTIESCALAR ADAPTATIVO PARA CIDADES INTERTROPICAIS EM ALTURA
Ana María Osorio Guzmán

A UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS NAS POLÍTICAS DE AUTOGESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL E NO URUGUAI
Anna Carolina Lucca Sandri

GOVERNANÇA URBANA E INSTITUIÇÕES: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NO SETOR DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE SÃO PAULO
Camila Nastari Fernandes

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A QUESTÃO REGIONAL NAS VOZES DE ANA CLARA TORRES RIBEIRO, BERTA RIBEIRO E VÂNIA BAMBIRRA
Caroline Laíza Negherbon

IMOBILIÁRIO E INFRAESTRUTURAS NA TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES: A PRODUÇÃO DA ODEBRECHT NO BRASIL E SUA EXPANSÃO LATINO AMERICANA (2005/2014)
Cristina Wehba

INTERFACES ENTRE O RURAL E O URBANO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER EM TERRAS INDÍGENAS DE RORAIMA, BRASIL
Elionete de Castro Garzoni

INFRAESTRUTURA URBANA INTEGRADA AO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O PROJETO DE CORREDORES VERDES URBANOS
Elisania Magalhães Alves Maciel

REDE URBANA, SITUAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS
Ernesto Pereira Galindo

SOBRE FORMAS, USOS E LEIS: O DECIFRAR DE RELAÇÕES DE URBANIDADE, FORMA URBANA E NEXOS COM OS CÓDIGOS URBANÍSTICOS DE NATAL.
Fabrício Lira Barbosa

DIMENSÕES FISCAIS DO DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO: REFLEXÕES EM TORNO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO
Giusepe Filocomo

EM BUSCA DE UTOPIAS EXPERIMENTAIS: O COOPERATIVISMO HABITACIONAL LATINO AMERICANO
João Paulo Oliveira Huguenin

ANÁLISE DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL
Jorge Ricardo Neres Saraiva Nascimento dos Santos

ESPAÇOS COLETIVOS DE ECOVILAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE MODO DE VIDA E AS DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE
Juliana Viégas de Lima Valverde

DESLOCAMENTOS HABITACIONAIS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
Larissa de Alcantara Viana

UNIVERSIDADES POR PROJETOS: A ATUAÇÃO DE UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS NO CAMPO DO URBANISMO NO BRASIL (2008-2018)
Leandro de Sousa Cruz

BRASÍLIA E O CINEMA: NA PAISAGEM, O TEMPO
Liz da Costa Sandoval

O LIMBO DA COMUNIDADE EUGÊNIO PEREIRA: (IN)SEGURANÇA JURÍDICA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA E CONTRA O DESPEJO FORÇADO (13 ANOS DE RE-EXISTÊNCIA)
Lucas Serra Borba Fonseca

SOLO CRIADO E OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR: GÊNESE E TRANSFORMAÇÃO DO INSTRUMENTO NA CIDADE DE SOROCABA/SP
Marco Antonio Leite Massari

PARA ONDE LEVA A FLEXIBILIZAÇÃO? AS TENSÕES ENTRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E A JUSTA DISTRIBUIÇÃO DA URBANIZAÇÃO
Matheus Mafra

A PRATICA PROFISSIONAL DO ARQUITETO COM AS COMUNIDADES: O BEM VIVER NO EQUADOR
OSCAR EDUARDO PRECIADO-VELÁSQUEZ

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DENTRO DA DINÂMICA URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ECONOMIA CRIATIVA.
Pollyana Heloisa de Jesus Silva

QUEM DECIDE? A PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL DE MERCADO EM MARINGÁ PR A PARTIR DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA
QUEREN GONÇALVES OLIVEIRA

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL DE MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP: INVISIBILIDADE, PRECONCEITO E DIREITO À CIDADE
Raquel de Souza Martins Lima

O PAPEL DO ESPAÇO URBANO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO ENSINO MÉDIO INOVADOR NA ÁREA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
Rodrigo d'Avila

CRISE, INTERDEPENDÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO: GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DA ÁGUA NO CONTEXTO DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA. UM ESTUDO DE CASO NA BAIXADA SANTISTA E NO GRANDE ABC, SP.
Ruth Cristina Ferreira Ramos

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMPINAS: O CASO DAS FAVELAS
Suyanne Galvão Bacelar

PADRÕES DE ÁREAS VERDES NA REGIÃO METROPOLITA DE BELÉM: IMPASSES E PERMANÊNCIAS
Thales Barroso Miranda

DESCONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA LOCAL: GENTRIFICAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS REVITALIZADOS EM CONGONHAS-MG E LISBOA-PORTUGAL
Valéria de Fátima Chaves Des. Silvério Soares

PRÁTICAS URBANAS E A FENOMENOLOGIA
Vinícius Galvão Ramos

OFICINAS

Todas as oficinas terão ínicio ás 08:00. Com ponto de encontro na lateral do centro de eventos do Praiamar.

OFICINA > 01

APRE(E)NDER (COM) O ESPAÇO URBANO: NARRATIVAS SOBRE A CIDADE DE NATAL ATRAVÉS DOS DESENHOS DE LOCAÇÃO

José Clewton do Nascimento – PPGAU/UFRN – organizador

A oficina proposta tem por objetivo realizar atividade de apreensão e registro de aspectos morfológicos de trechos definidos previamente, localizados em Natal, visando reforçar a ideia do "olhar calmo e atento sobre a cidade", no sentido da construção de um conhecimento e síntese sobre o que é observado. Como método de apreensão, será utilizada como base a conceituação de "visão serial", de Gordon Cullen, em que "o percurso de um extremo ao outro da planta ao passo uniforme, revela uma sucessão de pontos de vista. (. . .) A progressão uniforme do caminhante vai sendo pontuada por uma série de contrastes súbitos que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso". O desenho in loco é a ferramenta/instrumento de registro de apreensões individuais. Como metodologia para construção das sínteses das narrativas individuais resultantes, será utilizada a prática da montagem urbana (Paola Berenstein Jacques, 2015), que utiliza a "montagem urbana" como "processo de conhecimento", em que a construção de nexos entre as narrativas individuais gera outra narrativa, coletiva, de forma a transformar um tipo de experiência "individual" em uma experiência "transmitida, partilhada, coletiva". Espera-se obter como resultados a construção de painel-síntese das narrativas a articular as apreensões das dimensões individuais e coletivas do espaço urbano observado.

ATIVIDADE REALIZADA NO SÁBADO E NO DOMINGO, DIAS 25 E 26 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 20 PARA O SÁBADO E 20 PARA O DOMINGO

OFICINA > 02

COMÉRCIO POPULAR E REESTRUTURAÇÃO URBANA NO BAIRRO DO ALECRIM: ESPAÇO PÚBLICO, APROPRIAÇÕES E DISPUTAS TERRITORIAIS

Cláudio Roberto de Jesus – PPEUR/UFRN – organizador
Ruth Maria da Costa Ataíde – PPGAU/UFRN – organizadora
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva – PPEUR-PPGAU/UFRN – organizador
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – PPEUR-PPGAU/UFRN – organizadora

O bairro do Alecrim é lugar de múltiplos usos, de diversidade social e vitalidade econômica. Desde o século XIX, é área de residências populares, de comércio de rua e de comércio formal, atraindo pessoas de todas as partes da cidade em busca de produtos baratos, oportunidades de emprego e renda, e dos serviços ofertados. Identificado como popular (em oposição às áreas de Shopping Center), seu centro comercial assume formas diferenciadas de apropriação – cada m2 sendo disputado por camelôs, comerciantes, lojistas, interessados no grande movimento pedonal e no cruzamento de linhas de transporte coletivo. Sua feira, existente desde o início do século XX, é um atrativo à parte, ocupando uma das avenidas principais e mobilizando centenas de feiras e atraindo milhares de usuários todos os sábados. Ao mesmo tempo em que apresentou transformações em relação à ampliação e à diversificação do seu comércio, passou também a abrigar formas mais intensas de atividades informais, especialmente relacionadas aos camelôs e à venda de produtos made in China. Esta vitalidade, por outro lado, guarda vários problemas urbanos e sociais; as dificuldades de circulação, a irregularidade urbanística e as formas de apropriação do espaço público e privado geram conflitos com normas e posturas municipais, ao mesmo tempo que dificulta o tratamento adequado dos seus espaços. Como se dá a relação entre as diversas formas de apropriação e os usos do Alecrim em seus espaços públicos? Quais conflitos e potencialidades essa área tão ativa carrega? É possível pensar intervenções que qualifiquem esse espaço e mantenha a sua vitalidade e o seu perfil popular? Tais questões insurgem em momento em que uma proposta da Prefeitura do Natal passa por ações de privatização, alteração do desenho urbano e formação de "parcerias" com empresas privadas. Propostas que alteram e se reapropriam dos espaços coletivos trazem novos riscos à histórica diversidade do bairro? Desse modo, o objetivo da Oficina é gerar uma reflexão sobre a dinâmica urbana do Alecrim no presente, visando sistematizar conhecimento acadêmico e questões propositivas que contribuam para a agenda dos movimentos sociais mobilizados principalmente em defesa dos direitos dos comerciantes informais do Alecrim, na perspectiva do Direito à Cidade. Nesse sentido, a Oficina será desenvolvida em dois momentos: 1) no turno da manhã será realizado um percurso nas principais ruas do bairro, com observações e registros sobre as atividades e, principalmente, sobre a forma como as pessoas ocupam o espaço, bem como sobre os modos de sociabilidades decorrentes de tal ocupação. No local, haverá diálogo com representações dos comerciantes informais e com grupos e organizações sociais mobilizados na defesa de direitos no bairro do Alecrim; 2) no turno da tarde, após o almoço, que será no bairro do Alecrim, os participantes da Oficina irão se reunir em uma sala localizada no local do evento da ENANPUR, onde serão apresentados resultados de pesquisa sobre o comércio informal do Alecrim, além de dados sobre o Projeto de Reestruturação Urbana, proposto pela Prefeitura do Natal. Em seguida, reunidos em grupos, serão realizados apontamentos e reflexões sobre pesquisas relativas à problemática do Alecrim, além de ações propositivas, que contribuam para a agenda dos movimentos sociais em luta pelos direitos urbanos no bairro.

ATIVIDADE REALIZADA NO SÁBADO, DIA 25 DE MAIO DE 2019.

NÚMERO DE VAGAS: 40.

OFICINA > 03

O OUTRO LADO DO RIO: VELHAS E NOVAS CONFIGURAÇÕES DA PERIFERIA DE NATAL

Jane Roberta de Assis Barbosa – Estúdio Conceito/UFRN - organizadora
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros – PPEUR/UFRN - organizadora
Beatriz Medeiros Fontenele – PPEUR/UFRN - organizadora
Daniel Nicolau de Vasconcelos Pinheiro – PPGAU/UFRN - organizador

A Zona Norte (ZN), Região Administrativa Norte de Natal, que é separada geograficamente das demais áreas da cidade pelo rio Potengi, abriga uma das ocupações mais antigas de Natal, a Redinha, que, apesar de sua antiguidade, não figura na Planta da cidade do Natal confeccionada em 1958. Essa Zona teve sua ocupação ampliada, a partir dos anos 1970, com a criação do Distrito Industrial de Natal (DIN) e a construção de conjuntos habitacionais promovidos pela Companhia de Habitação (COHAB/RN). Em virtude dessa ocupação por uma população trabalhadora de menor poder aquisitivo, a ZN foi estigmatizada, por muito tempo, como área pobre da cidade, com uma dualidade explicita em relação à Zona Sul – que concentra parcela significativa da população de maior poder aquisitivo, do aparelhamento do Estado e da dinâmica do turismo. Inicialmente, o acesso a essa região dava-se por uma antiga ponte nomeada de Presidente Costa e Silva. A partir dos anos 2000, investimentos públicos e privados proporcionaram a integração da ZN às dinâmicas dos setores produtivos, novas atividades industriais, comerciais e de serviços (clínicas, lojas de vestuários, instituições de ensino, redes de supermercados varejo e atacado), equipamentos e infraestrutura, tais como: Ginásio Nélio Dias, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), universidades privadas, Partage Norte Shopping e Ponte Newton Navarro (como um novo meio de ligação). Nesta oficina, os participantes serão motivados a refletir sobre as diversas apropriações do espaço, considerando a produção do espaço residencial, as dinâmicas dos circuitos da economia, e o papel do planejamento urbano e regional na indução de dinâmicas de ocupação para o "desenvolvimento", que se mescla com cenários de desigualdades socioespaciais.

ATIVIDADE REALIZADA NO SÁBADO, DIA 25 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 20

OFICINA > 04

PAISAGEM E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: ESPAÇOS LIVRES, ÁREAS AMBIENTAIS E OS DILEMAS DE UMA REGIÃO EM CRESCIMENTO

Ruth Maria da Costa Ataíde – DARQ/UFRN – organizadora
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva – DPP/UFRN - organizador
Amíria Bezerra Brasil – DARQ/UFRN – organizadora

Os municípios contíguos à Natal (Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Macaíba) apresentaram, na última década, crescimento mais acentuado do que o polo da RM, especialmente em suas áreas periféricas. Tal crescimento se deu sobre áreas ambientais, espaços livres e comunidades rurais, criando dilemas e conflitos entre o processo de metropolização e a proteção dos recursos naturais. Novos projetos de integração regional (via metropolitana), grandes projetos urbanos (aeroporto internacional) ou construção de moradia social (MCMV) trouxeram novos componentes nessa difícil relação entre ambiente construído e áreas livres. A presente Oficina pretende conhecer e identificar os principais pontos de conflito entre a expressão da metropolização e a existência das áreas ambientais – protegidos ou não – revelando algumas dimensões da problemática socioambiental, discutindo os impactos à paisagem e as alternativas ao enfrentamento dos problemas.

ATIVIDADE REALIZADA NO DOMINGO, DIA 26 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 20

OFICINA > 05

NA BRISA DO VENTO: ENERGIA EÓLICA NO LITORAL POTIGUAR

José Gomes Ferreira – PPEUR/UFRN – organizador

A energia eólica tem ganho relevância no Brasil e em particular no Nordeste, assumindo o protagonismo no cenário energético nacional com instalação de diversos empreendimentos de geração de energia a partir de usinas eólicas. Em particular, o Rio Grande do Norte tem-se notabilizado nos últimos dez anos na expansão do setor de geração de energia eólica no Brasil, o que representa a maior participação entre os 12 estados produtores, com 137 parques em operação. Em sua primeira fase, a construção de parques eólicos concentrou-se no litoral do estado, construindo em muitos casos as torres eólicas em áreas de interesse paisagístico, ambiental, comunitário e econômico como campos dunares, reservas de biodiversidade e áreas de uso coletivo sem título de propriedade. Esse processo tem gerado alguma controvérsia pública e motivou a eclosão de conflitos sociais, sobretudo na fase da instalação. Entre as principais questões, está em discussão se a chegada da energia eólica contribuiu para o desenvolvimento dos municípios e do estado. A

oficina pretende levar os participantes a visitar um dos parques litorâneos e ir ao encontro de representantes da prefeitura, empresa(s) eólica(s) e comunidade na envolvente do complexo eólico situado no litoral norte do Rio Grande do Norte, no município de São Miguel do Gostoso. Espera-se discutir a controvérsia pública da construção deste complexo e sua inserção na paisagem e no conjunto de atividades econômicas do município.

ATIVIDADE REALIZADA NO SÁBADO, DIA 25 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 40

OFICINA > 06

CARTOGRAFIAS INSURGENTES: ECONOMIA FEMINISTA E A AGROECOLOGIA

Winifred Knox – PPEUR/UFRN – organizadora
Cimone Rozendo – PGCS/UFRN – organizadora
(Apoio das pós-Graduandas: Carine Santos – PGCS/UFRN e Victorya Carvalho – PPEUR/UFRN)

Experimentar novas formas de produção e reprodução dos modos de vida e economia, assim como novas formas de relação com o ambiente. Os participantes conhecerão modelos de planejamento, concebidos e implementados com autonomia e persistência do coletivo. A chamada economia feminista tem mostrado como sua implementação resulta em empoderamento, autonomia e alteração de condições de subordinação nos diversos níveis. Assim, os participantes vivenciarão dinâmicas de conversas com os grupos, relações espaciais e afetivas, percebendo o espaço na construção de identidades sociais.
Será realizada visita à associação de mulheres que produzem e beneficiam algas para conversas coletivas, dinâmicas sociais territoriais afetivas, almoço, e visita a Gramorezinho, onde visitaremos a horta agroecológica e teremos conversa coletiva sobre o processo de mudança de um sistema de utilização de venenos e agrotóxicos para a produção de alimento no sistema da agricultura ecológica.
O almoço será realizado pelas próprias mulheres da associação e servido na localidade, compondo uma mistura regional de paladar, constituindo-se em: saladas, escolha entre duas guarnições, dois tipos de arroz, acompanhamentos e suco.

ATIVIDADE REALIZADA NO SÁBADO, DIA 25 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 40.

OFICINA > 07

BICICLETADA NA ORLA: DO IMOBILIÁRIO-TURÍSTICO ÀS ZONAS DE PROTEÇÃO E DE INTERESSE SOCIAL

Rodolfo Finatti – PPEUR/UFRN – organizador
Huda Andrade Silva de Lima – Observatório das Metrópoles/RMNatal
(Apoio das pós-graduandas: Alenuska Lucena Medeiros – PPEUR/UFRN; Gabriela Baesse Iglesias Alves Pereira – PPEUR/UFRN)

Propõe aos participantes percorrerem o trecho da faixa litorânea e urbana de Natal sobre bicicleta para presenciar conflitos diferenciados da paisagem urbana da cidade, a partir: a) das ocupações consolidadas de áreas de interesse social, situadas entre bairros com população de elevado poder aquisitivo, rede de hotelaria e extensas zonas de proteção ambiental; b) da dinâmica imobiliária-turística, com ênfase na verticalização; e c) dos principais elementos de valores cênicos-paisagísticos, por exemplo o Morro do Careca, o Parque das Dunas e a Ponte Newton Navarro.
O percurso iniciará na praia de Ponta Negra (Zona Sul), reconhecida esta pelo potencial imobiliário-turístico; percorrerá a Via Costeira, que concentra os principais hotéis do Estado e o maior parque urbano sobre dunas e com reservas de Mata Atlântica do país. Em seguida, passará pela orla urbana da Zona Leste – especificamente, as Praias dos Artistas, do Meio e do Forte – onde se situa um dos principais edifícios de valor histórico-cultural, o Forte dos Reis Magos – construído este no século XVI; e, para finalizar o primeiro trecho da bicicletada, subirá a Ponte Newton Navarro para ter uma visão panorâmica das diversidades de usos e ocupações do solo das Zonas Leste e Norte de Natal.
O segundo trecho da bicicletada passará pela área portuária e pela mancha de interesse social do bairro das Rocas e terminará no sítio histórico-cultural que se encontra tombado pelo IPHAN – bairros da Ribeira e da Cidade Alta.
Durante o percurso também serão comentados alguns movimentos urbanos realizados pela sociedade civil de Natal em defesa de questões da mobilidade urbana, habitacionais, ambientais e do patrimônio histórico. Os participantes seguirão de volta para o Hotel Praia-Mar no micro-ônibus disponibilizado pela organização do evento.
Distância estimada a ser percorrida: 25km
Exigência: Quem se inscrever nesta Oficina afirma estar na devida forma física e saber utilizar a bicicleta. O percurso tem altos e baixos, em temperaturas por volta dos 30oC. É necessária proteção da insolação com utilização de protetor solar, bonés, óculos escuros etc. O passeio terá o acompanhamento de automóvel, com água, sanduíches leves e bicicleta reserva para eventual substituição. Não haverá parada para almoço, mas o término da atividade está previsto para as 14h.

ATIVIDADE REALIZADA NO DOMINGO, DIA 26 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 20.

OFICINA > 08

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE NATAL

Verônica Maria Fernandes de Lima – PPGAU/UFRN - organizadora
Ricardo Moretti – DARQ/UFRN – organizador
Tadeu Mattos – UFRN – organizador
Vanilson Torres – Coordenador do MNPR – organizador

Existem pessoas em situação de rua no mundo inteiro, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. Essa situação representa uma crise global relacionada aos direitos humanos e requer respostas urgentes. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas, de 30 de dezembro de 2015, "O termo 'situação de rua' não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos". Ou seja, a 'situação de rua' não se refere unicamente à falta de refúgio físico, refere-se também a uma perda de conexão social – o sentimento de "não pertencer a lugar algum", o qual atinge as pessoas psicologicamente.

O fenômeno mundial é diverso, afetando diferentes grupos de pessoas de formas diferentes, mas com características comuns. Segundo o relatório citado, devemos pensar a questão sobre um enfoque tridimensional baseado nos direitos humanos: a primeira dimensão se refere à ausência de moradia (tanto do aspecto material, quanto do aspecto social); a segunda considera a situação de rua como uma forma de discriminação sistêmica e de exclusão social e a terceira reconhece as pessoas em situação de rua como titulares de direitos que são resilientes na luta pela sobrevivência e dignidade.
No Brasil, a atenção do poder público para com esse segmento populacional é recente, o que reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam o tema, ora com assistencialismo, ora com repressão, preconceito e indiferença. Segundo o MDS, faz-se necessário implementar políticas que estejam pautadas pelos conceitos de garantia de direitos humanos, de inclusão social e de auxílio na construção de projetos de vida.

Entre agosto de 2017 e março de 2018, foi realizado o I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Naquele momento foram pesquisadas 71 cidades brasileiras e registradas 31.992 – pessoas maiores de 18 anos em situação de rua nos municípios estudados. Em 23 de dezembro de 2009, foi implementado o Decreto 7.053 que instituiu a Política Nacional para a população em situação de rua e um Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento.

Apesar desses esforços, até hoje na cidade de Natal não existe um Censo sobre essa população. Segundo dados do Movimento Nacional População de Rua, existem aproximadamente 1.500 pessoas nessa situação na nossa cidade.

Recentemente o Ministério Público solicitou à Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE) uma resposta para essa situação e foi criada uma comissão para estudar o tema e propor encaminhamentos de soluções para a questão em Natal. A oficina aqui proposta será desenvolvida como forma de apoiar essa comissão na busca de respostas para questão tão delicada e urgente.

O que é população em situação de rua? Quem são as pessoas que a compõe? Quais são suas características? Quais suas principais demandas? Quais soluções mais viáveis para atendê-las?
A oficina será comandada por uma equipe formada por professores e por representantes do MNPR e será desenvolvida no Domingo, dia 26 de maio de 2019, das 08:00 - 18:00.

ATIVIDADE REALIZADA NO DOMINGO, DIA 26 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 40.

OFICINA > 09

PIPA NA LÓGICA LITORÂNEA DO TURISMO SOL E PRAIA

Josué Alencar Bezerra – PLANDITES/UERN – organizador
Larissa da Silva Ferreira Alves – PLANDITES/UERN – organizador

O turismo no Nordeste brasileiro se consolidou a partir de um mesmo processo de estruturação da atividade, principalmente por meio de programas estruturantes, como o PRODETUR I. Contudo, as suas formas de espacialização se deram de maneiras diferenciadas, compostas por elementos sociais, políticos e econômicos inerentes a cada localidade, demonstrando diferentes culturas de ordenamento territorial. Dessa forma, o objetivo dessa oficina é situar o ordenamento territorial do turismo no Rio Grande do Norte, contextualizando o papel de Pipa (Tibau do Sul-RN) na lógica litorânea do turismo sol e praia.
Para iniciarmos as atividades pela manhã, partiremos de Natal e sua região metropolitana, lócus de concentração dos recursos de infraestrutura turística (hotéis, receptivos etc.) no RN, seguindo em direção ao litoral sul do estado, executando o exercício de análise da paisagem, com foco nas estruturas e tipologias turísticas que se apresentam nas praias de Ponta Negra (Natal), Cotovelo e Pirangi (Parnamirim), e Búzios e Tabatinga (Nísia Floresta). No decurso do caminho para Tibau do Sul, será contextualizada a formação territorial do estado do RN, bem como o padrão de ocupação litorâneo, até chegamos às hodiernas formas de uso do território por novos mecanismos de consumo e de reprodução do capital, como o turismo.
Ao chegar a Pipa, o grupo terá uma hora e meia para uma leve refeição ou almoço. Há muitos restaurantes, padaria, lanchonetes e bares no local.

Em Pipa, serão situadas as ações públicas e privadas de turismo, que agregaram mormente os elementos da paisagem litorânea, incitando o exercício do mapeamento da distribuição dos investimentos em turismo para o fluxo da atividade no litoral potiguar, mostrando os diferentes espaços de consumo da atividade, que agregam a valorização ambiental e o estilo de vida litorâneo.

Serão pontos de parada para análise e reflexões a Lagoa de Guaraíras e o Santuário Ecológico de Pipa, áreas de reserva e de proteção ambiental; a falésia de Cacimbinhas, com uma vista panorâmica do litoral

de Tibau do Sul-RN; as praias do Madeiro, da Pipa (central), do Amor e Chapadão de Pipa, que são áreas de concentração dos investimentos turísticos e imobiliários de Tibau do Sul-RN.
Retornaremos para Natal às 20:00, após discussão de mapas temáticos previamente elaborados pelos organizadores da Oficina, situando o ordenamento territorial da atividade no panorama turístico litorâneo do RN.

ATIVIDADE REALIZADA NO SÁBADO, DIA 25 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 40.

OFICINA > 10

ARENA DO MORRO: MAIS DO QUE UM PROJETO DE ARQUITETURA

Nilberto Gomes de Sousa – UFRN – organizador
Yuri de Souza Duarte – UFRN – organizador

O bairro de Mãe Luiza originou-se da ocupação de parte das dunas que limitam a cidade nas proximidades do litoral. Embora situada em área valorizada, essa sempre foi uma das áreas mais carentes e violentas da cidade.
Na busca por alternativas de soluções para as questões da violência, educação e saúde, em processo participativo, o Centro Sociopastoral Nossa Senhora da Conceição e a população local decidiram pela construção de um ginásio que abrigasse atividades esportivas, didáticas, culturais ou simples recreação.
Patrocinado pela Fundação Ameropa, em iniciativa filantrópica, a Arena do Morro tem a assinatura do escritório dos arquitetos suíços Herzog & de Meuron. De fato, o ginásio integra uma proposta de intervenção urbana mais ampla, que os arquitetos intitularam "Urban vison for Mãe Luiza". Essa proposta aposta na ideia de que uma série de lugares e equipamentos, que sejam efetivamente ocupados pela comunidade, traduzem o "poder coletivo" que as intervenções urbanas/arquitetônicas podem exercer na transformação dos locais onde se concretizam, à semelhança do que aconteceu em Medellín, na Colômbia.
A partir da apresentação das intervenções, de visitas aos equipamentos já executados e do contato com a realidade local, a oficina objetiva provocar reflexões sobre a experiência de Mãe Luiza e sua possível irradiação para outras localidades que experimentam problemas semelhantes.
A programação inclui palestras, discussões e depoimentos de arquitetos que acompanharam as obras (Lúcio Dantas e Verner Monteiro), de representantes do centro sociopastoral (Dr. Ion de Andrade, presidente) e de representantes da comunidade, incluindo instrutores das atividades.

ATIVIDADE REALIZADA NO DOMINGO, DIA 26 DE MAIO DE 2019.
NÚMERO DE VAGAS: 40.

EVENTO > 01

SIMPÓSIO ÁGUA PODER E TERRITÓRIO

QUARTA, dia 29, 8:45 – 18:10
Auditório 22

Ester Limonad – PPGEO/UFF – organizadora
Marco Aurélio Costa – IPEA – organizador
Maria do Livramento Miranda Clementino – PPEUR/UFRN – organizadora

QUARTA, 29 DE MAIO DE 2019.

08:45 Abertura
Márcio Moraes Valença, Maria do Livramento Miranda Clementino, Marco Aurélio Costa e Ester Limonad

09:00 Água e Conflitos Socioambientais
Coordenador: Marcionila Fernandes – UEPB
Debatedor: Heloísa Soares de Moura Costa – IGC/UFMG
09:00 Edna Maria Ramos de Castro – NAEA/UFPA
09:20 Rainer Randolph – IPPUR/UFRJ e PPGPSDR/UNICHAPECÓ e Livia Antunes – UFRJ e IPEA
09:40 José Gomes Ferreira – PPEUR-UFRN
10:00 DEBATE

10:30 Políticas Territoriais e Gestão da Água
Coordenador: Marco Aurélio Costa – IPEA
Debatedor: Ana Lúcia Britto – PROURB-UFRJ
10:30 Antenor Lopes de Jesus Filho – IPEA
10:50 Demetrios Christofidis – UnB e MMA
11:10 Brandina de Amorim – ANA
11:30 DEBATE

12:10 Almoço

14:00 Pelo Direito à Água
Coordenador: Cidoval Morais de Sousa – PPGDR/UEPB
Debatedor: Ivaldo Lima – POSGEO/UFF
14:00 Carlos Alexandre Bordalo – PPGEO-UFPA
14:20 Plácido Domingues – CPT NORDESTE
14:40 Luís Henrique Cunha – PPGCS-UFCG
15:00 Ester Limonad – PPGEO/UFF
15:20 DEBATE

16:00 Encerramento
Coordenação: Maria do Livramento Miranda Clementino – PPEUR/UFRN
José Esteban Castro – CONICET/UNS

EVENTO > 02

ENCONTRO ÁREA PURD-CAPES - PROGRAMAS EM CONSOLIDAÇÃO

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 18

Clovis Ultramari PPGTU/PUCPR – organizador

Este Encontro visa oportunizar aos programas em consolidação da Área PLURD da CAPES discutir suas especificidades e interesses. Reconhece-se que há um percurso a realizar quando da criação de novos programas para que se familiarizem com as responsabilidades e oportunidades da pós-graduação e com as características da avaliação quadrienal. Mais que isso, esse encontro objetiva visualizar a possibilidade de articulações interprogramas, favorecendo e enriquecendo o cotidiano acadêmico e científico.

PARTICIPANTES: CORPO DOCENTE DOS PROGRAMAS.

EVENTO > 03

PILARES VIVOS – EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS

SEGUNDA À SEXTA, 27 a 31, 8:00 – 21:30
No corredor do subsolo

Jessica Bittencourt – fotógrafa e arquiteta

Na pressa do cotidiano, entre carros do infindável tráfego que vários natalenses enfrentam na travessia da Ponte Newton Navarro, não podem imaginar que em seu insuspeitado vazio aquele monumento abriga vidas e memórias. No íntimo dos seus pilares, estão marcados os nomes dos que já passaram e ainda estão por lá, na companhia dos ruídos dos carros, das chuvas e de suas próprias vozes, ecoando no breu profundo de toda extensão de suas casas.

PILARES VIVOS revela a contradição em torno de um dos principais cartões postais da cidade de Natal, a Ponte Newton Navarro. O mesmo monumento, motivo de atração turística e símbolo de imponência, e que por muitos anos foi alvo de escândalos de corrupção de superfaturamento, guarda dentro de si o testemunho vivo do descaso. Seus pilares, convertido em habitat invisível, reduz seus moradores em situação de rua ao seu último grau de vulnerabilidade. Há quem diga que o belo está nos olhos de quem vê e, para Maria, moradora do pilar, uma das mais belas coisas é observar a lua cheia do seu quintal em uma noite fria na praia da Redinha.

O projeto fotográfico propõe expor a realidade dos moradores dos pilares da Ponte Newton Navarro, reproduzindo a atmosfera de suas moradias, por meio de uma ambientação que simula algumas das condições de dentro do pilar. O convite fica para os dispostos a sair da sua zona de conforto, percebendo-se naqueles cenários ou confrontando seus sentimentos mais obscuros: quais semelhanças inquietantes partilhamos com aquela realidade aparentemente tão distante?

Jessica Bittencourt (jessicabitt05hotmail.com)

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2016) com graduação sanduíche pela University of Manitoba (Canadá, 2013-2014) no curso de paisagismo (Environmental Design). Pesquisadora com foco em sustentabilidade e habitação de interesse social, área que a levou a descobrir, ainda na graduação, o seu interesse por fotografia.

EVENTO > 04

REUNIÃO DA ANEPCP

TERÇA, dia 28, 10:10 – 12:10
Auditório 20

Lindijane de Souza Bento Almeida – PPEUR/UFRN – organizadora

Reunião Especial da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) sobre a realização do III ENEPCP, que será realizado em Natal, entre os dias 27 e 30 de agosto de 2019.

EVENTO > 05

REUNIÃO DA DIRETORIA DA ANPUR

SEGUNDA, dia 27, 14:00 – 16:00
Auditório 19

Eduardo Alberto Cusce Nobre – PPGAU-FAU/USP – organizador
Tomás Antônio Moreira – PPGAU-IAU/USP – organizador

Reunião da Diretoria da ANPUR, com a participação de Eduardo Alberto Cusce Nobre – PPGAU-FAU/USP; Tomás Antônio Moreira – PPGAU-IAU/USP; Humberto Miranda do Nascimento – PPGDE-IEU/UNICAMP; Hipólita Siqueira de Oliveira – PPPUR-IPPUR/UFRJ; José Júlio Ferreira Lima – PPGAU-FAU/UFPA; Márcio Moraes Valença – PPEUR-PPGAU/UFRN; Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski – PPGGEO/UFPR.

EVENTO > 06

ENCONTRO BRCIDADES + FÓRUM DIREITO À CIDADE (RN)

QUINTA, dia 30, 08:00 – 12:10
Auditório 22

Ermínia Maricato – BRCidades e FAU/USP – organizadora
Ruth Maria da Costa Ataíde – PPGAU/UFRN – organizadora

O encontro tem como objetivo reunir representantes e colaboradores do BrCidades durante o XVIII ENANPUR para fortalecer a articulação e organização entre os núcleos e personalidades próximas ao projeto, tendo como pautas principais: 1) Encaminhamentos e relatos de atividades regionais de cada núcleo; 2) Organização do II Fórum Nacional do BrCidades, que acontecerá nos dias 2, 3 e 4 de Agosto; 3) Agenda de 2019: repasses dos fóruns regionais, troca dos planos de trabalho de cada núcleo; 4) Estabelecer estratégias de organização das regionais e da nacional; 5) e Fortalecimento de organizações próximas ao BrCidades (entidades, movimentos sociais, universidades, ONGs, juventude, técnicos e personalidades).

EVENTO > 07

REUNIÃO DA EQUIPE DO PROJETO GOVERNANÇA METROPOLITANA NO BRASIL

QUINTA, dia 30, 14:00 – 16:00
Auditório 21

Marco Aurélio Costa – IPEA – organizador

EVENTO > 08

REUNIÕES DO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ – organizador
Maria do Livramento Miranda Clementino – PPEUR-UFRN – organizadora

TR Moradia
Auditório 20
QUARTA, dia 29 de maio, 08:00 – 12:10

TR Regimes Urbanos
Auditório 6
QUARTA, dia 29 de maio, 14:00 – 16:00

TR Organização do Espaço
Auditório 6
QUINTA, dia 30 de maio, 08:00 - 12:10

TR Economia Metropolitana
Auditório 20 (no primeiro andar)
QUINTA, dia 30 de maio, 10:10 - 12:10

TR Águas
Auditório 6
TERÇA, dia 28 de maio, 14:00 - 16:00

TR Mobilidade
Auditório 6
QUARTA, dia 29 de maio, 10:10 - 12:10

EVENTO > 09

REUNIÃO DO GRUPO DE PESSQUISA DO PROJETO CNPQ UNIVERSAL SOBRE INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO

QUARTA, dia 29, 14:00 – 16:00
Auditório 18

Carlos Antônio Brandão – IPPUR/UFRJ – organizador

Reunião com cerca de 15 pesquisadores do grupo que estarão presentes ao XVIII ENANPUR.

A
Adalberto da Rocha Heck, 81, 136
Adauto Gomes Barbosa, 32
Adauto Lucio Cardoso, 02, 11, 29, 59, 60, 63, 66, 240
Adelcke Rossetto Netto, 62
Adele Sá Martins Belitardo de Carvalho , 228
Ademir França , 187
Adnan Habibipourzare, 54
Adriana Bernardes da Silva, 29
Adriana Caúla , 39
Adriana Dorfman, 36
Adriana Fernandes, 45
Adriana Gomes do Nascimento, 213
Adriana Mara Vaz de Oliveira, 31
Adriana Nascimento, 30
Adriana Nogueira Vieira Lima, 35, 79, 240
Adriana Soares de Schueler, 86, 121
Adriana Wachholz, 83
Adriano Silva de Faria, 91
Afonso Celso Vanoni De Castro, 117
Ailton Gualante Júnior , 37
Airton Adelar Mueller, 239
Akemi Ino, 12, 64
Alain Flandes, 173
Alan Mabin, 51
Alan Martins de Oliveira, 239
Alan Spencer Mabin, 53
Alana Moraes, 41
Alana Pereira de Freitas, 93
Alberto Augusto Eichman Jakob, 241
Alberto de Oliveira, 37
Aldenisio Moraes, 119
Aldo Dantas, 241
Aldo Paviani, 143
Aldrey Cristiane Iscaro, 114
Alenuska Lucena Medeiros, 246
Alessandra de Figueiredo Tarcsay, 216
Alessandra de Sant'Anna , 84
Alessandra d'Avila Vieira , 52
Alessandra Rocha, 240
Alessandro Filla Rosaneli, 192
Alex Ferreira Magalhães, 29, 40, 153
Alexandra Albareda, 121
Alexandre Augusto Bezerra Da Cunha Castro, 160
Alexandre Castro, 133, 212
Alexandre Coelho Ferreira, 115
Alexandre de Souza Corrêa, 91
Alexandre Mauricio Sandri, 109
Alexandre Sabino do Nascimento, 30, 116, 127
Alexia Kaori Matubara, 169
Alexsandro Cardoso da Silva, 239
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva, 2, 59, 61, 65, 143, 244-245
Alexsandro Trigger, 240
Alice de Almeida Barros, 190
Alice Nohl, 35
Alice Saute Leitão , 213
Aline Assis de Andrade Cruz, 187, 242
Aline Cordeiro Rodrigues, 216
Aline Cristina Fortunato Cruvinel, 235
Aline Cristina Gomes da Costa, 201
Aline De Souza Souto, 79
Aline Passos Scatalon, 68
Aline Robles Brito, 225
Aline Rocha, 72
Aline Vicente Cavanus, 242
Alline Margarette da Mota Serpa, 201
Almir Mariano de Sousa Júnior, 174
Aluízio Marino, 41, 130
Álvaro Barbosa Gomes de Morais, 118
Álvaro Ferreira, 241
Alvaro Luis dos Santos Pereira, 207
Alvaro Pereira, 32, 35
Amadja Borges, 44
Amadja Henrique Borges, 2, 12, 135, 137
Amanda Carvalho, 191
Amanda de Almeida Ribeiro, 67
Amanda Fernandes de Oliveira, 112
Amanda Maria Gavioli, 162
Amanda Maximo Alexandrino Nogueira, 81, 110
Amanda Paulista de Souza, 170
Amanda Rafaelly Casé Monteiro , 230
Amanda Thereza Orozco, 129, 160
Amanda Thereza Orozco Morais de Souza, 129
Amanda Wanis, 227
Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo, 149
Amay Souza Porto, 157
Amíria Bezerra Brasil , 135, 179, 217, 219, 223-224, 245
Ana Aguirre Silveira da Rosa, 135
Ana Barone, 112
Ana Beatriz Araujo Velasques, 117
Ana Beatriz Jardim Alves, 164, 189
Ana Beatriz Oliveira Reis, 29, 75
Ana Carolina Campos de Melo, 146
Ana Carolina Chaves Catolico, 86
Ana Carolina da Cruz Lima, 89, 145, 182
Ana Carolina Machado, 227
Ana Carolina Silva De Azevedo, 95
Ana Carolina Vicentim Batista Ribeiro, 88
Ana Carvalho, 105
Ana Cecilia Serpa Braga Vasconcelos, 221
Ana Célia Baía Araújo , 171
Ana Clara Giannecchini, 54
Ana Clara Meirelles de Miranda, 62
Ana Clara Oliveira de Araújo , 137
Ana Cláudia Cardoso, 35
Ana Cláudia Duarte Cardoso, 2, 82, 114, 115, 116, 117
Ana Cristina de Almeida Fernandes, 21, 128-129
Ana Cristina Fernandes, 20
Ana Fani Alessandri Carlos, 12, 157
Ana Fernandes, 41, 48, 239
Ana Flávia Lima da Silveira, 162
Ana Flávia Marques, 156
Ana Gabriela Akaishi, 162, 242
Ana Gabriela Godinho Lima, 212
Ana Gabriela Texeira, 59
Ana Isabel de Sá , 40
Ana Lares, 240
Ana Laura Rosas Brito, 217
Ana Lia Leonel, 94
Ana LIcks Almeida Silva, 227
Ana Lúcia Abrão Latrônico , 131
Ana Lucia Britto, 71
Ana Lúcia Britto, 249
Ana Lucia Pastore Schritzmeyer, 20
Ana Lúcia Pinto do Nascimento Alvaro, 192
Ana Lucia Rodrigues, 203
Ana Lúcia Valim Gnann, 79
Ana Luisa Jeanty de Seixas, 220
Ana Luisa Maffini Machado, 134
Ana Luiza Meca De Souza Toffano, 126
Ana Luiza Nabuco, 156
Ana Luiza Ribeiro Carvalho, 213
Ana Maria Fernandes, 19, 22
Ana Maria Ferreira Menezes, 107
Ana Maria Filgueira Ramalho, 77
Ana María Osorio Guzmán, 242
Ana Mourão Oliveira, 240
Ana Paula Borba Gonçalves Barros, 241
Ana Paula Bruno, 52
Ana Paula Myszczuk, 124
Ana Paula Perrota Franco, 85
Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, 200
Ana Paula Soares Carvalho, 205
Ana Rubia Ferraz, 231
Ana Silva Fernandes, 42
Ana Vitória Araújo Fernandes , 113
Anderson Cavalcante, 181
Anderson Dall'Alba , 218
Anderson Kazuo Nakano, 42, 79, 241
Anderson Rodrigo da Silva Lunes, 125-126
André Carrasco, 48
André Coutinho Augustin, 201
Andre da Soler, 152, 194
André de Souza Silva, 91, 132
André Duarte Baptista, 38
André Felipe Bandeira Cavalcante, 178
André Gustavo Oliveira, 145
André Luis André, 30
André Pasti, 29
André Simionato Castro, 70
André Siqueira de Mendonça, 142
André Veloso, 240
Andrea Carla de Azevedo, 96
Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe, 185
Andrea de Albuquerque Vianna, 232
Andréa de Lacerda Pessôa Borde, 51
Andréa de Oliveira Tourinho, 103, 234
Andrea Figueiredo Arruda Canavarros, 51, 63
Andrea Muner, 105
Andrea Oliveira Queiroz, 163
Andréa Zhouri, 87
Andreia Fernandes Muniz, 53, 184, 190
Andréia Márcia Cassiano, 47
Andréia Moassab, 30, 34
Andressa Carolina Ruschel, 127
Andressa Lidicy Morais Lima, 112
Andressa Pinheiro Constanti, 221
Andreza da Costa, 198
Andreza Rohem Gualberto, 80
Anelise Graciele Rambo, 97
Anete Marília Pereira, 155
Angel Castañeda Rodriguez, 64
Ângela Cristina Trevisan Felippi, 239
Angela Franco, 43
Angela Lúcia de Araújo Ferreira, 175
Angela Lúcia Ferreira, 110, 232, 241
Ângela Luppi Barbon, 148
Angela Maria Gordilho Souza, 12, 20, 48
Angela Maria Müller, 136
Angela Mercedes Facundo Navia, 20
Angélica Tanus Benatti Alvim, 117, 148, 185, 216
Angelo Fernando Pereira, 184
Ângelo Magalhães Silva, 02, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 107,
Anie Caroline Afonso Figueira, 215
Anna Carolina Lucca Sandri, 67, 242
Anna Cristina Andrade Ferreira, 174, 219
Anna Flávia Pereira Lopes, 176
Anna Kaiser Mori, 35
Anna Laura Rossi, 166
Anna Rosa Maria Lopane, 201
Antenor Lopes de Jesus Filho, 249
Anthony Boanada-Fuchs, 31
Antonia Jaine da Silva Pereira, 85, 148
Antônio Balau, 50
Antonio Carlos Leite Barbosa, 80
Antonio de Oliveira Jr., 107
Antonio Fagner da Silva Bastos, 195
Antônio Fernando Vasconcelos Filho, 202
Antonio Gonçalves de Oliveira, 109, 124
Antonio Hoyuela Jayo, 39
Antônio José Pedral Sampaio Lins, 48
Antônio Miguel Vieira Monteiro, 35
Antônio Pasqualetto, 98, 239
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, 100
Ariadne Moraes Silva, 227
Ariane Pereira da Silva, 148
Ariel Barros do Nascimento Assis, 93
Ariele Tavares dos Santos, 232
Aristides Monteiro Neto, 21, 102
Aristides Moysés, 65
Arleide Meylan, 80
Armyson Rafael, 171
Arthur Nogueira Rangel, 228
Artur de Souza Duarte, 82
Artur Freixedas Colito, 72
Arturo Orellana, 38
Arwen Pendergast, 42
Átila Rezende Fialho, 92
Augusto Salvadoretti, 128
Aurélia Matos Brito, 63, 91

B
Barbara Belorte, 234
Bárbara Bruna Araújo Bezerra, 197
Bárbara Caetano Damasceno, 63
Barbara Frutuoso, 72
Bárbara Helena Almeida Carmo, 234
Bárbara Hypolito, 198
Bárbara Kayser dos Santos, 135
Barbara Lucia Pinheiro de Oliveira França, 143
Bárbara Maria Giaccom-Ribeiro, 120
Barbara Marques Sales, 171
Bárbara Oliveira Marguti, 29, 41, 239,
Bárbara Rodrigues Marinho, 179
Beatriz Barbosa Cordeiro, 117
Beatriz da Fé Reis, 141
Beatriz Medeiros Fontenele, 245
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, 32
Beatriz Rufino, 30, 66
Beatriz T. Mioto, 49
Beatriz Tamaso Mioto, 49, 180
Benny Schavsberg, 71, 78
Betânia Moraes Alfonsim, 50
Bianca Crepaldi, 205
Bianca Feijão de Meneses, 216
Bianca Paola Comin, 228
Bianca Rodrigues Toledo, 224
Boanerges de Freitas Barreto Filho, 84
Brais Estévez-Vilariño, 36
Brandina de Amorim, 249
Brenda Brandão Pontes, 177
Brenda Rachel Soares Martins, 178
Breno Aloísio T. Duarte de Pinho, 241
Breno Pimentel Câmara, 40
Breno Santiago Holanda, 173, 206
Brian Falcão Farias, 173
Bruna Garritano Ferreira, 140
Bruna Pimentel Cilento, 70
Bruna Rodrigues Sousa e Silva, 160
Brunno Costa do Nascimento Silva, 147
Bruno Abdala, 97
Bruno Amaral de Andrade, 132
Bruno Avellar Alves de Lima, 123, 125
Bruno Cardoso, 23, 25
Bruno Cesar Euphrasio de Mello, 136
Bruno César Nascimento Portes, 90
Bruno de Albuquerque Ferreira Lima, 139
Bruno de Oliveira Biazatti, 55
Bruno Gallina, 68
Bruno Jandir Mello, 119
Bruno Leonardo Barth Sobral, 95
Bruno Leonardo Silva Barcella, 176
Bruno Lopes Pereira, 174
Bruno Márcio de Castro Reis, 240
Bruno Massara Rocha, 40
Bruno Siqueira, 199
Bruno Siqueira Fernandes, 144
Bruno Soeiro Vieira, 111

C
Cadmiel Mergulhão Onofre de Melo, 127
Caio César de Azevedo Barros, 229
Caio Cesar Marinho Rodrigues de Souza, 127
Caio F. Silva, 34
Caio Santo Amore, 12, 48, 70
Caio Santo Amore de Carvalho, 12, 70, 74, 75, 80
Caline Mendes De Araujo, 116
Camila Benezath Rodrigues Ferraz, 42
Camila Bezerra Nobre de Medeiros, 73
Camila D´Ottaviano, 38, 239
Camila Diniz Bastos, 78
Camila Diniz Ramalho, 185
Camila Fernanda Ignácio, 123
Camila Furukava, 115
Camila Kamp, 130
Camila Nastari Fernandes, 151, 242
Camila Oddi Duran, 142
Camila Pereira Saraiva, 46, 227
Camila Pohl Gaspar Silveira Martins, 156
Camila Rodrigues Aldigueri, 206
Candido Malta Campos, 218
Caren Freitas de Lima, 201
Carina Aparecida Barbosa Mendes Chaves, 66
Carina Castro Pedro, 72
Carina Giovana Cipriano Carvalho, 123
Carine Santos, 246
Carla Camila Girão Albuquerque, 154, 175
Carla Hirt, 30, 99
Carla Janaina Mendonça de Melo, 86
Carla Montefusco De Oliveira, 95
Carla Nogueira Patrao de Aquino, 200
Carlos A. Nome, 34
Carlos Alberto Torres Tovar, 12
Carlos Alberto Penha Filho, 180
Carlos Alexandre Bordalo, 249
Carlos Antônio Brandão, 02, 22, 31, 99, 100, 102, 103, 106, 108, 251
Carlos Bernardo Vainer, 2, 13, 22
Carlos Busón Buesa, 235
Carlos Eduardo Martins, 17
Carlos Eduardo Ribeiro Silveira, 213
Carlos Henrique Magalhães de Lima, 31, 42
Carlos Henrique Magalhães Lima, 191
Carlos Lobo, 105
Carlos Otávio Zamberlan, 235
Carlos Penha, 49
Carlos Teixeira de Campos Junior, 241
Carlos Vainer, 240
Carmem Campos Pereira, 188
Carmen Beatriz Silveira, 23-25
Carolina Alvim de Oliveira Freitas, 195
Carolina Chassot Wawzeniak, 144
Carolina de Alencar Silva Martinez, 61
Carolina De Andrade Spinola, 103
Carolina de Carvalho Gamboa Trotta, 76
Carolina Gonçalves de Freitas, 94
Carolina Heldt D'Almeida, 41, 204, 240
Carolina Jessica Domschke Sacconi, 105
Carolina M. de Hollanda, 50
Carolina M. Pozzi de Castro, 49
Carolina Mara Teixeira, 223
Carolina Maria Pozzi de Castro, 64, 76, 163
Carolina Moutinho Duque de Pinho, 134
Carolina Pescatori, 39, 191
Carolina Pescatori Candido da Silva, 02, 99, 217, 218, 219, 221, 222, 228, 232
Carolina Rezende Faccin, 153, 175
Carolina Rezende Kroff, 170
Carolina Silva e Lima Schleder, 206
Caroline Arabela Leão Carvalho, 178
Caroline Barreto Calado, 185
Caroline Craveiro, 240
Caroline Cristiane Rocha, 60
Caroline de Paula Galvão Madruga, 133
Caroline dos Santos Santana, 94
Caroline Gonçalves dos Santos, 198
Caroline Laíza Negherbon, 94, 107, 242
Caroline Santana, 154
Caroline Souza dos Santos, 125
Carolini Tavares Frinhani, 200
Cássia Regina Mariano, 118
Cassiano José Bezerra Marques Trovão, 49
Cássius Dunck Dalosto, 98
Catarina Gonçalves de Almeida, 157
Catharina Christina Teixeira, 177
Catharina Pinheiro Cordeiro Dos Santos Lima, 73
Cátia Wanderley Lubambo, 19
Cauê Costa Capillé, 148
Cecília Marilaine Rego de Medeiros, 73
Cecília Miranda Silva, 166
Cédrick Cunha Gomes da Silva, 183
Celene Cunha Antunes Monteiro Barreira, 65
Celia Ferraz de Souza, 41, 239
Celina Maria Britto Correa, 188
César Augusto Marques da Silva, 104
César Zanandreis, 240
Charles Henrique Voos, 31, 239
Chiara Alves de Oliveira, 90
Christian Luiz da Silva, 02, 22, 54, 114, 120, 121
Chrys de Araújo Oliveira, 196
Cibele de Moura Guimarães, 239
Cibele Saliba Rizek, 2, 22, 45, 109, 110, 111, 239
Cicero de França Neto, 174
Cícero Harisson Souza, 75
Cícero Wildemberg Matias Gomes, 66
Cidonea Machado Deponti, 94, 136
Cidoval Morais de Sousa, 02, 37, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 249
Cimone Rozendo, 2, 46, 126, 246
Cíntia Camila Liberalino Viegas, 221
Cíntia de Castro Marino, 179
Cíntia Guedes Braga, 36
Clara Buckley Rennó Corrêa, 219
Clara Luiza Miranda, 53, 240
Clarice de Assis Libânio, 188, 240
Clarice Libânio, 54
Clarice Maraschin, 68, 214
Clarice Misoczky, 186, 239
Clarice Misoczky de Oliveira, 186
Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas, 02, 23, 70, 76, 79, 81, 82, 140
Clarissa Maroneze Garcia, 118, 219
Cláudia Bastos Coelho, 46
Claudia Elizabete dos Santos Santos, 240
Claudia Helena Campos Nascimento, 49
Claudia Maria Sonaglio, 89, 235
Claudia Seldin, 229
Claudia Souza De Mello, 200
Cláudia Teresa Pereira Pires, 242
Cláudia Terezinha Kniess, 149
Claudia Tirelli, 76
Claudia Vera da Silveira, 106
Claudine Haroche, 240
Claudio Antonio Vieira da Silva, 193
Claudio Machado Maia, 186
Cláudio Roberto de Jesus, 02, 174, 181, 182, 197, 244
Cláwsio Rogério Cruz de Sousa, 135
Cleandro Krause, 49, 68
Cleiton Silva Ferreira Milagres, 88
Clélio Campolina Diniz, 21, 31
Clementine Briand, 129
Cleomar Mariani, 124
Cleuber da Silva Junior, 53
Clovis Ramiro Jucá Neto, 32
Clovis Ultramari, 22, 217, 249, 226, 231, 233
Consuelo Abreu, 240
Cristian Orlando Ávila Quiñones, 106, 240
Cristiana Griz, 34
Cristiane Borda Pinheiro, 120
Cristiane de Matos Balsalobre, 89, 235
Cristiane Guinancio, 54
Cristiane Mansur de Moraes Souza, 37, 119
Cristiano Capellani Quaresma, 134
Cristiano Nunes Alves, 29
Cristina Cátia Araújo Rêgo, 197
Cristina Henriques, 42
Cristina Lontra Nacif, 197
Cristina Maria dos Reis Martins, 173
Cristina Pereira de Araujo, 32, 121
Cristina Wehba, 30, 242
Cristovão Fernandes Duarte, 51
Cynthia Girling, 212
Cynthia Gorham, 139

D
Dafne Sponchiado Firmino da Silva, 241
Daiane Maria de Sousa Santos, 153
Damares Lopes Afonso, 150
Dandara Aimée dos Santos, 240
Daner Rosskamp Ferreira, 148
Dânia Brajato, 163
Daniel Cardoso, 132
Daniel Galdino Netto, 240
Daniel Lucas Viana Santos, 175
Daniel Marostegan e Carneiro, 141
Daniel Marques Moreira, 98
Daniel Medeiros de Freitas, 40, 143, 207, 241
Daniel Mendes Mesquita de Sousa, 139, 161
Daniel Montadon, 53
Daniel Negreiros Conceição, 45
Daniel Neto Francisco, 106
Daniel Nicolau de Vasconcelos Pinheiro, 245
Daniel Ortiz Lopes, 229
Daniel Ribeiro Cardoso, 133
Daniel Sanfelici, 32
Daniela Abritta Cota, 166
Daniela Adil Oliveira de Almeida, 37
Daniela Andrade, 240
Daniela Braga Santos, 231
Daniela Pereira Barbosa, 222
Daniele Caron, 39, 198
Daniele Helena Leão, 103
Daniele Regina Pontes, 33, 126
Daniella Aparecida de Mattos de Oliveira Rolo, 149
Daniella do Amaral Mello Bonatto, 181
Danielle Alves Lessio, 213
Danielle Cristina Dias de Santana, 226
Danielle Saori Enomoto Hantani, 59
Danielle Sella de Paula, 89
Danilo Araújo Fernandes, 146
Danilo Caporalli Barbosa, 124
Danilo de Carvalho Botelho Almeida, 219
Danilo Severian, 102 Dany Delfim Silbermann, 227
Davi Lima Bastos, 137
Davi Ramalho Rodrigues de Andrade, 133
David M Sperling, 40
Dayana Brainer da Silva Furtado, 134
Dayana Debossan Coelho, 91
Dayane Jhoany Candido Gomes, 164
Débora Almeida Bruno, 204
Débora Almeida Chaves, 96
Débora Andrade Gomes Moura, 142
Débora Becker, 136
Débora de Lima Nunes, 61
Débora Ferreira da Cunha, 183
Débora Frantz Krug, 153
Débora Grama Ungaretti, 43, 177
Débora Luiza Schumacher Furlan, 61
Débora Mendonça Monteiro Machado, 149
Debora Prado Zamboni, 151
Débora Raquel Faria, 192
Débora Sanches, 212
Débora Youchoubel Pereira de Araújo Lima, 216
Deborah Werner, 31, 49, 100
Decio Tubbs Filho, 121
Demetrios Christofidis, 249
Demóstenes Andrade de Moraes, 170
Demóstenes Moraes, 29
Demóstenes Morais, 163
Denio Munia Benfatti, 169
Denis Alcides Rezende, 124
Denis Fernandes Alves, 101
Denise Antonucci, 62
Denise de Alcantara Pereira, 89
Denise de Souza Elias, 2, 92
Denise dos Santos, 160
Denise Lefrançois, 128
Denise Marques Sales, 171
Denise Morado Nascimento, 11, 17-18, 43, 174, 240
Denise Vianna Nunes, 215
Deusine Cristianne Borges Aguiar Mendes, 174
Diana Araújo Rodrigues, 63
Diana Helene, 44, 241
Diana Helene Ramos, 44
Diana Lopes Pires, 188
Diana Soares Costa, 88
Diego Coelho do Nascimento, 147
Diego Henrique Santos Brito, 116
Diego Martins Perazzo, 197
Diego Pessoa Santos, 174
Diego Souza Caetano, 164
Dinah Tereza Papi Guimaraens, 229
Diogo Henrique Costa Fonseca, 50
Diogo Onofre do Souza, 128
Diogo Ubaldo Braga, 222-223
Diogo Vaz, 198
Diorginis Luis Fontoura da Rosa, 88
Dirceu Basso, 84
Dmetryus Targino Marques de Souza, 137
Doralice Sátyro Maia, 18
Doriane Azevedo, 78
Douglas Silveira Martini, 135, 144
Dulcílei De Souza Cipriano, 203

E
Eane Rufina Silva, 67
Eber Pires Marzulo, 33, 220, 227
Eda Maria Góes, 241
Éder Damião Goes Kukiel, 106
Edesio Fernandes, 11
Edgar Belmeni Steffens, 186
Edilza Paula Queiroz Alves, 171
Edinardo Rodrigues Lucas, 30
Edja Bezerra Faria Trigueiro, 73
Edja Trigueiro, 212, 239
Edna Maria Ramos de Castro, 2, 249
Ednelson Mariano Dota, 241
Edson Leite Ribeiro, 150
Eduarda Correa Lasta, 88
Eduarda Dias de Berrêdo, 181
Eduardo Alberto Cusce Nobre, 02, 20, 38, 109, 110, 111, 112, 113, 203, 239, 250
Eduardo Augusto Wellendorf Sombini, 208
Eduardo Domingues, 168
Eduardo Donizete Pastrelo, 180
Eduardo Ernesto Filippi, 220
Eduardo Lopes Pederneira, 176
Eduardo Maia Memória, 240
Eduardo Meireles, 76, 156
Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt, 46, 60
Eduardo Rocha, 48
Eduardo Romero de Oliveira, 235
Eduardo Simões de Almeida, 150
Elane Ribeiro Peixoto, 31, 191
Elcileni de Melo Borges, 41, 65
Élcio Paraíso, 240
Eldson Fernandes de Oliveira, 163
Eliana Kuster, 47, 232, 239
Eliana Lamberti, 225
Eliana Rosa de Queiroz Barbosa, 224
Eliane Cabral, 31
Élida Thalita Silva de Carvalho, 66
Eliete de Pinho Araujo, 241
Eliomar Venâncio de Souza Filho, 117
Elionete de Castro Garzoni, 242
Elis de Araújo Miranda, 44, 228
Elis Locia Matchowani Mavie, 224
Elis Miranada, 45
Elisa Gianvenuti, 135
Elisa Roberta Zanon, 97
Elisabetta Romano, 48
Elisângela de Almeida Chiquito, 37
Elisania Magalhães Alves, 73
Elisania Magalhães Alves Maciel, 242
Elisiana Alves Kleinschmitt, 150
Elizangela Justino De Oliveira, 192
Eloisa Carvalho de Araujo, 45
Elson Manoel Pereira, 164-165, 167
Elton Andrade dos Santos, 61
Emanuel Meirelles, 50
Emanuel Ramos Cavalcanti, 216
Emerson dos Santos Silva, 212
Emília Teixeira Mendes de Oliveira, 160
Emmily C. Leandro Castro, 34
Eneida de Almeida, 41, 200
Eneida Maria Souza Mendonça, 02, 41, 104, 184, 190, 194, 196
Eneida Mendonça, 239
Enilson Medeiros dos Santos, 147
Eric Augusto Caravaggio da Costa, 165
Eric Mateus Soares Dias, 155
Erica Karnopp, 83, 91
Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio, 66, 178
Érica Tavares, 122, 190
Erick Omena de Melo, 113
Erick Rodrigo Porto Pinho, 75
Erick Santos de Mouros, 140
Erika Barbosa de Oliveira Souza, 141
Erminia Maricato, 13, 47, 250
Ernesto Pereira Galindo, 242
Estefania Momm, 73
Estela Macedo Alves, 168
Ester Limonad, 2, 12, 249
Ester Tomás Natal Ribeiro, 178
Estevam Vanale Otero, 63, 205
Ethel Pinheiro, 221
Eudes Leopoldo, 44
Eugenio Fernandes Queiroga, 53
Eulalia Portela Negrelos, 68
Eunádia Silva Cavalcante, 38
Evaldo Gomes Júnior, 33
Evandro José de Oliveira de Andrade, 187
Evandro Luis Alves, 144
Everaldo Santos Melazzo, 18
Ewerton Henrique de Moraes, 235

F
Fabiana Félix do Amaral e Silva, 43
Fabiana Generoso de Izaga, 184
Fabiana Kuhn, 208
Fábio da Silva Santos, 160
Fábio De Santis Campos, 122
Fabio Giusti Azevedo de Britto, 86
Fábio José Ferraz, 169
Fabio Jose Lima, 41
Fabio Lima, 239
Fábio Lucas Pimentel, 49
Fabio Lucas Pimentel de Oliveira, 31
Fábio Lúcio Lopes Zampieri, 69, 212
Fábio Lúcio Zampieri, 215
Fábio Ramos Nunes, 46
Fabio Teodoro de Souza, 131
Fábio Tozi, 23, 24, 29
Fabíola Castelo de Souza Cordovil, 206
Fabrício Antônio Antunes Soares, 239
Fabricio José Missio, 95
Fabricio Leal de Oliveira, 35, 112, 154, 239, 240
Fabrício Lira Barbosa, 242
Fabricio Martins Silva, 234
Fania Fridman, 32, 49
Fausto Moura Breda, 241
Fausto Reynaldo Alves de Brito, 241
Felipe Augusto Sodré Mascarenhas, 78
Felipe Juliboni Ribeiro Gomes, 105
Felipe Loures Teixeira Neves, 86
Felipe Ninn, 227
Felipe Rangel Tavares, 114
Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo, 80
Felipe Villela de Miranda, 161
Fernanda Accioly Moreira, 205
Fernanda Andrade dos Santos, 194
Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, 20
Fernanda Cavalcante Mattos, 196
Fernanda Cavalcante Rangel, 89, 182
Fernanda de Freitas Lima, 131
Fernanda Ester Sanchez Garcia, 02, 217, 221, 227, 230
Fernanda Fernandes Gurgel, 89
Fernanda Jahn-Verri, 78
Fernanda Lima-Silva, 59
Fernanda Lira Goes, 30, 96
Fernanda Meniconi Barbabela, 191
Fernanda Mingote Colares Luz, 200
Fernanda S. Santos, 154
Fernanda Sanchez, 239
Fernanda Sánchez, 46, 240
Fernanda Silva Freitas, 213
Fernanda Simon Cardoso, 141
Fernando Atique, 48
Fernando Campos Mesquita, 129
Fernando Cardoso Cotelo, 97
Fernando Cezar de Macedo, 101
Fernando Cezar de Macedo Mota, 02, 33, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 134
Fernando de Melo Franco, 53
Fernando dos Santos Calvetti, 128
Fernando Espósito Galarce, 86
Fernando Garrefa, 211
Fernando Libânio, 240
Fernando Manuel Rocha da Cruz, 2
Fernando Michelotti, 33
Fernando Pinho, 47, 239
Fernando Rocha Nogueira, 130, 165
Fernando Tadeu Lima, 34
Filipa Bolotinha, 38
Filipe Marino, 197
Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade, 123
Filipe Silva, 240
Filipe Valentim Afonso, 221

Flávia Braga Vieira, 30
Flávia Duarte de Oliveira Cruz, 77
Flávia Iankowski Claro Pereira, 59
Flávia Martini Ramos, 187
Flávia Mourão Parreira do Amaral, 240
Flavia Pedrosa Pereira, 204
Flávia Tadim Massimetti, 136
Flavia Taliberti Peretto, 170
Flavia Tyele e Souza Souza, 118
Flavio Almansa Baumbach, 158
Flavio Danilo Torre, 125
Flavio de Lemos Carsalade, 39
Flávio de Souza, 239
Flávio Tavares Brasileiro, 48
Flora Del Rei Lopes Passos, 226
Florence Marcolino Barboza, 123
Franciclei Burlamaque Maciel, 100
Franciele Bonoldi, 167
Francis Regis Gonçalves Barbosa, 89
Francisca Diana Ferreira Viana, 104
Francisco Antonio dos Anjos, 44
Francisco de Assis Comaru, 11, 76
Francisco do O de Lima Júnior, 02, 33, 84, 87, 101, 126, 128, 130, 131, 133, 134
Francisco Jean Carlos de Souza Sampaio, 155
Francisco Monticelli Valias Neto, 146
Francisco Nataniel Batista de Albuquerque, 182
Francisco Raniere Moreira da Silva, 147
Francymonni Yasmin Marques de Melo, 154
Frederico Bernis, 185
Frederico de Holanda, 214, 239
Frederico Lopes Meira Barboza Jr, 54
Frederico Poley Martins Ferreira, 149
Frederico Rosa Borges de Holanda, 02, 210, 211, 212, 214, 215, 216

G

Gabriel Benício de Mello, 195
Gabriel Braga Zarth, 167
Gabriel Ernesto Moura Solórzano, 215
Gabriel Grosskopf, 230
Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, 64
Gabriel Maldonado Palladini, 207
Gabriel Marques da Silva, 146
Gabriel Rodrigues da Cunha, 34, 39
Gabriel Rosemberg Sobrinho de Oliveira, 164
Gabriel Silvestre, 46
Gabriela Baesse Iglesias Alves Pereira, 246
Gabriela Cavalcante Lemos Vieira, 159
Gabriela de Faria Pinho, 196
Gabriela de França Barros Campos, 69
Gabriela Fauth, 45
Gabriela Leandro Pereira, 34, 44, 240
Gabriela Lira Assunção, 222
Gabriela Marques Di Giulio, 150
Gabriela Monteiro Carneiro, 209
Gabriela Porcionato, 32
Gabriela Rosa Nodari, 136
Gabriela Silvério, 130
Gabrielle de Araújo, 174
Garth Rex Klein, 53
Geisa Bugs, 186
Geisa Zanini Rorato, 144
George Alexandre Ferreira Dantas, 02, 37, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 241
Geovane de Souza Almeida, 193
Geovânia da Silva Toscano, 239
Geovany Jessé Alexandre Da Silva, 34
Geraldo Magela Costa, 02, 23, 35, 44, 184, 185, 191, 197, 201
Gerardo Alberto Silva, 72
Germana Konrath, 230
Gerônimo Emílio Almeida Leitão, 170
Getúlio Pamplona de Sousa, 85
Ghissia Hauser, 128
Giane Roberta Jansen, 130, 141
Gilberto Friedenreich Dos Santos, 87
Gilda Amaral Cassilha, 177
Gilnadson da Silva Bertuleza, 110
Gilson Bergoc, 47
Ginesio Justino de Gomes Sá, 119
Giovana Paiva de Oliveira, 2, 232
Giovane Silveira da Silveira, 106
Giovane Teodoro de Brito Chaparro, 231
Giovani Richard Pitilin, 106
Giovanilton Andre Carretta Ferreira, 117
Giovanna Bonilha Milano, 35, 239
Gisela Barcellos de Souza, 220
Gisela Cunha Viana Leonelli, 33, 90
Gisela de Andrade Brugnara, 225
Gisele Barbosa de Paiva, 96
Gisele Carignani, 88
Gisele Marques Carraro Machado, 138
Gisele Yamauchi, 103
Giselle Tanaka, 47, 112, 154, 239-240
Gislaine Elizete Beloto, 51
Gislene de Fátima Pereira, 152
Giulia Farran Matteo, 146
Giusepe Filocomo, 52, 64, 242
Gláucia Helena Dalmolin, 192
Glauco Bienenstein, 35, 139, 161, 239-240
Glenda Dantas Ferreira, 75
Glória Cecília dos Santos Figueiredo, 02, 30, 36, 202, 206, 207
Grazielle Betina Brandt, 153, 175
Guilherme Asai, 91
Guilherme Carpintero de Carvalho, 70
Guilherme Filocomo, 67
Guilherme Frizzi, 134
Guilherme Kruger Dalcin, 132
Guilherme Lara Camargos Tampieri, 174
Guilherme Lassance, 39
Guilherme Margarido Ortega, 241
Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos, 51
Guilherme Moreira Petrella, 241
Guilherme Nogueira Ragone, 229
Guilherme Resende Oliveira, 91
Guilherme Ribeiro Tavares, 211
Guillermo Jajamovich, 46, 241
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária, 241
Gustavo da Silva Ferreira, 104
Gustavo de Souza Barbosa, 193
Gustavo Domingues Gaspari, 209
Gustavo Henrique de Lima Campos, 178
Gustavo Magalhães Silva Miranda, 185
Gustavo Nogueira de Souza, 240
Gustavo R M Montoia, 166

H

Handerson Joseph, 36
Haniel Israel, 129
Harley Silva, 44
He Nem Kim Seo, 170
Heitor Vianna Moura, 111
Helena Aparecida Ayoub Silva, 151, 211
Helena D´Agosto Miguel Fonseca, 82
Helena Silvestre, 22
Heleniza Avila Campos, 144
Heleniza de Avila Campos, 128
Heliana Faria Mettig Rocha, 115
Hélio Beiroz, 168
Hélio Jorge Regis Almeida, 111
Helion Póvoa Neto, 36
Heloisa dos Santos Pedroso, 134
Heloisa Moura Costa, 240
Heloisa S. M. Costa, 35
Heloisa Soares de Moura Costa, 37
Heloisa Valério Schweiss, 134
Helterson Ribeiro da Silva Leite, 157, 168
Henri Acselrad, 36, 240
Henrique Amorim Soares, 153
Henrique Barandier, 168
Henrique Dias Porto, 124
Henrique Zoqui Martins Parra, 41
Herbert de Vasconcelos Rocha, 32
Herbert Emmanuel Lima de Oliveira, 101
Herivelton Tavares Soares, 105
Hermes Alves de Almeida, 85
Hernán Armando Mamani, 37
Hernan Espinoza, 186, 192, 198
Hernan Espinoza Riera, 142
Hilder Alberca Velasco, 84
Hipólita Siqueira de Oliveira, 02, 31, 114, 124, 125, 250
Hisrael Passarelli-Araujo, 102
Homero Marconi Penteado, 228
Huda Andrade Silva de Lima, 180, 246
Hudynne Helena Guimarães Lima, 66
Hulda Erna Wehmann, 73
Humberto Miranda, 101, 146
Humberto Miranda do Nascimento, 02, 114, 115, 116, 117, 122, 124, 125, 250

I

Iago Albuquerque Barros, 141
Iana Ludermir Bernardino, 176
Iara Franco Schiavi, 72
Iara Pezzuti dos Santos, 142
Iasmim Haruê Andrade Freitas, 74
Ícaro Belém Horta, 105
Igor Catalão, 241
Igor Ferraz da Fonseca, 101
Igor Gonçalves Queiroz, 228
Igor Venceslau, 96
Inês Martina Lersch, 02, 135, 136, 137, 139, 141, 233
Isa de Oliveira Rocha, 98
Isabel Duque Franco, 46
Isabel Raposo, 42
Isabela Bacellar, 197
Isabela Braga Martins, 175
Isabela Giannella, 129
Isabela Resende Barreto, 138
Isabela Veloso Lopes Versiani, 155
Isabella Magnanti, 206
Isabelle de Lima Almeida, 221
Isabelle Kellen Silva Monteiro, 172
Isabelle Macêdo de Almeida Salgado, 217
Isabelle Mangoni, 133
Isadora de Andrade Guerreiro, 111
Isadora Fernandes Borges de Oliveira, 205
Isadora Marchi de Almeida, 143
Isadora Maria Ferreira de Lima, 73
Isis do Mar Marques Martins, 36, 239-240
Isis dos Santos Costa, 135, 160
Ivaldo Lima, 249
Ivan Zanatta Kawahara, 61, 71
Ives da Silva Duque-Pereira, 230
Ivo Marcos Theis, 2, 11, 37, 107-108, 149, 152, 155, 164
Izabele Colusso, 133
Izabella Galera, 82
Izadora Carvalho Laner, 99

J

Jackson Jose Sales Miranda Junior, 84
Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins, 239
Jaime Miguel Weber, 91
Jairo Bianchi, 200
Jairo Rodrigues Silva, 156
Jairo Salvador de Souza, 43, 81
Janaina Almeida Stédile, 214
Janaina Andrea Cuato, 68
Janaina Carneiro Americano de Brito, 172
Janaina Conceição Silva, 129
Janaina Lisiak, 227
Janaina Marx, 116
Jandir Ferrera de Lima, 22, 104
Jane da Cunha Calado, 134
Jane Roberta de Assis Barbosa, 135, 136, 137, 141, 245
Jane Victal, 231
Janilson Torres, 2
Janise Bruno Dias, 46
Jaqueline Lopes Dias, 105
Jaqueline Pugnal da Silva, 132
Járvis Campos, 144
Javier Ghibaudi, 30
Jayne Lucas Pereira, 135
Jean Felipe Oliveira Dias, 142
Jean Legroux, 71
Jeanne Christine Versari Ferreira Sapata, 206
Jecilda Maria da Cruz Mello, 36
Jeferson Tavares, 37, 51, 239
Jefferson Tomaz de Araújo, 192
Jeroen Johannes Klink, 02, 143, 145
Jeroen Klink, 32
Jessica Bittencourt, 249
Jéssica Borges, 40
Jéssica Burlamaque Maciel, 100
Jéssica Lage, 42
Jéssica Morais de Moura, 155
Joana Tereza Vaz de Moura, 90, 113, 149
João Alcântara de Freitas, 46
João Alexandre Paschoalin Filho, 179
João Aparecido Bazzoli, 40
João Augusto Dunck Dalosto, 98, 239
João Bosco Moura Tonucci Filho, 37, 143
João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro, 69, 208
Joao Carlos Machado Sanches, 88
João Farias Rovati, 02, 12, 22, 136, 139, 140, 184, 186, 192, 193, 198
João Ferrão, 08
João Huguenin, 30
João Jaime de Carvalho Almeida Filho, 92
João Luiz Pereira Domingues, 224
João Marcos de Almeida Lopes, 12, 141
João Marques dos Santos Neto, 208
João Pablo dos Santos, 161
João Paulo da Silva, 32
João Paulo Oliveira Huguenin, 81, 242
João Pedro Figueira Amorim Parga, 130
João Rovati, 239
João Sette Whitaker Ferreira, 02, 11
João Tonucci, 83, 90,
João Tonucci Filho, 239
João Victor Moura Lima, 113
João Vitor Nascimento Alves, 221
Joaquim Justino Moura dos Santos, 48
Jobson Brunno da Silva Lima, 170
Joel Larocca Junior, 64
Joel Outtes, 48
John Wilkinson, 201
Joice Berth, 34
Jonathas Magalhães Pereira da Silva, 29, 92, 169, 178, 197, 240
Jordan Oliveira Ferreira, 143
Jorge Alberto De Macedo Acosta Junior, 82
Jorge Bassani, 136, 184, 187, 188, 193, 199, 239
Jorge Lucien Munchen Martins, 71, 78
Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho, 125, 126, 239
Jorge Luiz Oliveira dos Santos, 111
Jorge Nassar Fleury, 46, 233
Jorge Ricardo Neres Saraiva Nascimento dos Santos, 242
Jorge Vinícios Silva Gondim, 79
José Almir Farias, 161
José Almir Farias Filho, 132
José Antonio Viana Lopes, 102
Jose Augusto Ribeiro da Silveira, 217
José Beirão, 34
José Carlos Huapaya Espinoza, 208
José Clewton do Nascimento, 02, 38, 244
Jose Donato da Silva, 59
José Eduardo Ferreira dos Santos, 22
José Eduardo Ferreira Santos, 36
José Esteban Castro, 249
José Francisco Bernardino Freitas, 41
José Francisco Freitas, 239
José Freitas, 11
José Garcia Ribeiro Abreu Netto, 184
José Geraldo Simões Junior, 41, 48, 239
José Gomes Ferreira, 02, 101, 114, 119, 120, 121, 122, 245, 249
José Hamilton Lopes Leal Junior, 178
Jose Julio Ferreira Lima, 02, 118, 210, 217, 218, 222, 223, 228, 231, 235, 250
José Luiz Faraco, 169
Jose Luiz Roge Ferreira Grieco, 182
José Marcos Pinto da Cunha, 145, 190, 241
José Maria da Silva Júnior, 93
José N. Beirão, 132
José Pessôa, 51
José Queiroz Pinheiro, 89
José Rafael de Lima, 93
José Ricardo Vargas de Faria, 177, 241, 40
José Roberto Ferreira de Souza, 84
José Roberto Merlin, 212
José Tavares Correia de Lira, 21
José Ulisses Bezerra França, 117
Joseane de Souza, 102
Joseli Andrades Maia, 158
Joselma Ramos Carvalho Santos, 95
Josemeire Alves Pereira, 240
Josiane Andréia Scotton, 68
Josiane do Nascimento Andrade, 32
Josiane Nascimento Andrade, 121
Josianne Cerasoli, 48, 239
Josianne Francia Cerasoli, 43
Josué Alencar Bezerra, 149, 151, 157, 159, 165, 247
Jovanka Andracuhy Cavalcanti Scocuglia, 138, 152
Jover Mendes de Oliveira Negrão, 106
Joyce Reis Ferreira da Silva, 162
Juan Ángel Demerutis Arenas, 38
Jucélia de Oliveira, 182
Juciano Martins Rodrigues, 146
Juciela Cristina dos Santos, 173
Juciela Cristina Santos, 164
Júlia Ávila Franzoni, 35
Júlia Brito Mafaldo, 229
Júlia Candelária Dias Batista, 72
Julia Celia Mercedes Strauch, 86
Julia de Melo Amaral, 61
Julia Hoffmann Buratto, 176
Júlia Lazarinni, 240
Julia Maria Barbosa Maia, 184
Julia Maria Novaes Dias, 145
Julia Navarro Perioto, 70
Julian Grub, 137
Juliana Bacelar de Araujo, 49, 106
Juliana Batista dos Reis, 240
Juliana de Faria Linhares, 141, 240
Juliana Ferreira Romeiro, 30, 124
Juliana Gomes Petrarolli, 51
Juliana Lang Padua, 227
Juliana Machado Coelho, 172
Juliana Michaello Macêdo Dias, 33
Juliana Neves Barros, 36
Juliana Nunes, 97
Juliana Ribeiro de Aquino, 240
Juliana Silva Pavan, 220
Juliana Viégas de Lima Valverde, 242
Juliano Pamplona Ximenes Ponte, 51
Júlio Celso Borello Vargas, 42
Júlio César Schweickardt, 100
Julio Moreira, 173
Junia Cambraia Mortimer, 50, 228
Junia Ferrari, 240
Junia Maria Ferrari de Lima, 110, 142
Júnia Marques Caldeira, 241
Jupira Gomes de Mendonça, 02, 202, 207, 208, 240
Jussara Freire, 44

K

Kaio Matheus Santos Nogueira, 204
Kaique Campos Duarte, 111
Kananda Fernandes de Sousa Lima, 186
Karen Nency Ferreira, 192
Karina Hatsue Shiiki, 157
Karina Hatsue Shiiki da Silva, 234
Karina Oliveira Leitão, 02, 40, 51, 105, 149, 168, 171
Karitana Maria de Souza Santos, 158
Karleison Coelho da Paixão, 65
Karlla Emanuela Ribeiro Hora, 159
Karoline de Oliveira, 149
Katherine Santo Athié, 40
Kátia Canil, 159
Katia Canova, 159
Kátia Helena S.C. Schweickardt, 100
Kátia Ragnini Scherer, 141
Kauan Arthur Fonseca Lunardon, 187
Kauê Felipe Paiva, 144
Kaully Furiama Santos, 95
Kelly Cristina de Moraes Camargo, 105
Kerley Fernandes Duarte de Oliveira, 63
Késia Anastácio Alves da Silva, 241
Kevin Cordeiro, 68
Klara Kaiser Mori, 164
Klaus Frey, 23, 52
Kleber Fernandes de Oliveira, 241
Klemens Augustinus Laschefski, 115
Klemens Laschefski, 87
Kyoma Silva Oliveira, 224

L

Laércio De Souza, 83
Laila Beatriz da Rocha Loddi, 30
Laila Nazem Mourad, 29
Laís Grossi de Oliveira, 110
Laís Margiota Salvador, 212
Laisa Eleonora Marostica Stroher, 203
Laisa Stroher, 30
Laise Frasão Barros, 217
Lalita Kraus, 45, 111
Lamounier Erthal Villela, 106
Lara Ferreira, 240
Lara Isa Costa Ferreira, 51
Larissa Cunha Martins Rodrigues, 226
Larissa da Silva Ferreira Alves, 02, 33, 87, 92, 97, 247
Larissa de Alcantara Viana, 76, 242
Larissa de Almeida Monteiro, 148
Larissa de Fátima Santos da Silva, 121
Larissa Duarte Amorim, 201
Larissa Ferrer Branco, 118
Larissa Gdynia Lacerda, 43, 177
Larissa Martins Rodrigues, 166
Larissa Rodrigues de Menezes, 235
Larissa Silva Nunes, 185
Larissa Tavares Vieira, 215
Laryssa Rezende Simão, 93
Latussa Laranja Monteiro, 41
Laumar Neves De Souza, 103
Laura Beatriz Lage, 39
Laura Bertol, 35
Laura De Bona, 220
Laura Fonseca de Castro, 194
Laura Lanna Carneiro, 112
Leandro Blanque Becceneri, 145
Leandro de Sousa Cruz, 149, 242
Leandro Franklin Gorsdorf, 35
Leda Velloso Buonfiglio, 69
Leila Christina Duarte Dias, 02
Leo Name, 39, 45
Léo Silviano Bahia Filho, 141
Leohandson Santos da Silva, 131
Leonardo Barci Castriota, 39
Leonardo Batista de Andrade, 202
Leonardo Batista Duarte, 160
Leonardo Brandão, 107
Leonardo Gabriel Braga Arruda, 210
Leonardo Lima, 214
Leonardo Loyolla Coelho, 206
Leonardo Martins Figueira, 99
Leonardo Name, 34
Leonardo Novo, 48
Leonardo Pinto de Oliveira, 241
Leonardo Rodrigues Porto, 101
Leonardo Santos Salles Varallo, 130
Leonardo Soares dos Santos, 48
Leonardo Victor de Sá Pinheiro, 89
Leopoldo Curi, 240
Leticia Barbosa Bomfim, 193
Leticia Cabreira, 169
Leticia Costa de Oliveira Santos, 54
Leticia de Carvalho Giannella, 180
Leticia de Lima Leite Silva, 216
Leticia de Souza Barroso, 121
Leticia Giannella, 180
Leticia Lindenberg Lemos, 209
Leticia Lopes de Sousa Pereira, 165, 167
Leticia Moreira Sígolo, 49, 168
Leticia Peret Antunes Hardt, 150
Leticia Ribeiro Vicente, 82
Leticia Roberta Amaro Trombeta, 159
Leticia Stevanato Rodrigues, 123
Leticia Thurmann Prudente, 85
Leticia Vellozo, 54
Leticia Xavier Corrêa, 81
Lia Maestrelli Bizzo, 230
Lidiane Maria Maciel, 43
Ligia Dias, 231
Ligia Santi Lupo, 120
Lilian Fessler Vaz, 229
Lilian Regina Gabriel Moreira Pires, 50
Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro, 174
Lincoln da Silva Diniz, 18
Lindijane de Souza Bento Almeida, 02, 52, 109, 113, 146-147, 250
Lisandra Mara Silva, 240
Lisette Soto Delgado, 207
Livia Antunes, 249
Livia de Araujo Rodrigues, 129
Lívia Izabel Bezerra de Miranda, 51, 74, 163, 170
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira, 159
Lívia Salomão Piccinini, 141, 152
Livia Stefânia Rosseto, 159
Liz da Costa Sandoval, 242
Liza Maria Souza De Andrade, 47
Lizandra Serafim, 52
Lizete Maria Rubano, 47
Lua Almeida Bittencourt Gonçalves, 147
Luana Mendes da Silva, 198
Luana Karla de Vasconcelos Brandão, 171
Luana Mendes da Silva, 198
Luana Miranda Espera Kallase, 159
Luanancy Lima Primavera, 222
Luanda Vannuchi, 217
Lucas Daniel Ferreira, 120, 208
Lucas Golignac Lessa, 138
Lucas Lafetá, 185
Lucas Rodrigues Moreira, 133
Lucas Sabino Dias, 187
Lucas Serra Borba Fonseca, 242
Lucas Tavares Honorato, 160
Lucas Yuri Alves Zanatta, 142
Lúcia Helena de Souza Martins, 83
Lúcia Maria Machado Bógus, 02, 143, 144
Lucia Silva, 49, 233
Luciana Alem Gennari, 49
Luciana Alencar Ximenes, 60
Luciana Amorim, 172
Luciana Butzke, 107
Luciana Corrêa do Lago, 37
Luciana Correa Lago, 12
Luciana da Silva Mayrink, 34
Luciana de Amorim Albuquerque, 45
Luciana de Oliveira Royer, 52, 64
Luciana Linhares de Andrade, 33, 227
Luciana Monzillo de Oliveira, 235
Luciana Nicolau Ferrara, 76, 241
Luciana O. Royer, 49
Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos, 90, 122
Luciana Saboia, 39
Luciana Saboia Fonseca Cruz, 39
Luciano Antonio Furini, 241
Luciano Joel Fedozzi, 209
Luciano Mendes de Faria Filho, 20
Luciano Muniz Abreu, 32, 86
Lucien André Regnault Marques, 240
Lucimara Albieri de Oliveira, 169
Lucir Reinaldo Alves, 106
Lucy Donegan, 34, 239
Ludmila de Araújo Correia, 54
Luis Antônio Jorge, 53
Luis Carlos Soares Madeira Domingues, 29, 46
Luis Claudio Krajevski, 107
Luis Felipe Cunha, 165, 167
Luis Fernando Massonetto, 11
Luis Fernando Novoa, 30
Luis Fernando Novoa Garzon, 98
Luis Henrique Cunha, 249
Luis Ignacio Lopez, 87
Luis Octavio de Faria e Silva, 200
Luis Octavio Pereira Lopes de Faria, 119
Luis Régis Coli, 40, 112
Luis Régis Coli Silva Junior, 40
Luis Renato Bezerra Pequeno, 12
Luisa Aguilar Lopes, 124
Luísa Cristina Nonato, 240
Luísa Gonçalves, 211
Luísa Nonato, 240
Luiz Alberto Souza, 40
Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de Queiroz, 158
Luiz Antonio Chaves de Farias, 145, 241
Luiz Antonio Nigro Falcoski, 163
Luiz Augusto Vieira de Oliveira, 146
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, 17, 251
Luiz Felipe Teixeira Aguiar, 211
Luiz Felipe Velloso Leal, 139
Luiz Felype Almeida, 156
Luiz Felype Gomes de Almeida, 207
Luiz Fernando Hagemann, 178
Luiz Fernando Novoa Garzon, 50
Luiz Guilherme Rivera de Castro, 151, 185
Luiz Gustavo Ferraz Coelho, 240
Luiz Henrique Prado Campos, 77
Luiz Henrique Werneck de Oliveira, 148
Luiz Renato Pequeno, 239
Luiz Ricardo Sales, 185, 223
Luiz Sarmento, 54
Luiza Nogueira Losco, 242
Luiza Signori, 137
Luiza Xavier Pereira, 224
Luly Rodrigues da Cunha Fischer, 40
Luma de Sousa Yoshioka, 214
Lutero Proscholdt Almeida, 53
Luz Marina Lopes De Almeida, 146
Luzinete Barbosa Lyrio, 107
Lygia Araújo Barbosa Lott, 72
Lyzandra Machado Martins, 62

M

Madianita Nunes da Silva, 29, 59
Magaly Marques Pulhez, 50, 209
Magda de Lima Lúcio, 52
Magdiel Silva, 233
Mahesh Jampani, 54
Maiara Dos Santos Dias, 104
Maira Machado Martins, 76
Manoel Fernandes de Sousa Neto, 20
Manoel Joaquim Fernandes Barros, 107
Manoel Joaquim Fernandes de Barros, 128, 160
Manoel Lemes da Silva Neto, 23-24, 42, 220
Manoela Jordão, 38
Manuela Hupper, 133
Manuella Comerio de Paulo, 228
Mara Nogueira, 37
Marcela Alonso Ferreira, 151
Marcela Larissa Apolinario Mian, 122, 180
Marcela Lorena Farkat Scheer, 195
Marcela Menezes Costa, 240
Marcela Monteiro dos Santos, 138, 172
Marcela Pereira Lima Teles, 63
Marcela Ruggeri Meneses, 147
Marcela Silviano Brandão Lopes, 43
Marcella Raysa Torres Vasconcelos, 213
Marcella Simões Viégas, 165
Marcelle Vilar da Silva, 139
Marcello Uchoa Wanderley, 138
Marcelo Cabral Vaz, 187
Marcelo Carnevale, 33
Marcelo de Brito Brandão, 93
Marcelo Duarte, 41, 208
Marcelo Duarte Borges Caixeta, 208
Marcelo Gomes Ribeiro, 146
Marcelo Maia, 40
Marcelo Mota Capasso, 221
Marcia Cardim de Carvalho, 65
Marcia Maria de Couto Mello, 227
Márcia Naxara, 239
Márcia Saeko Hirata, 241
Marcio José Catelan, 18
Márcio José Verissimo Catelan, 241
Márcio Moraes Valença, 02, 04, 13, 249, 250
Márcio Pochmann, 12
Marcio Rufino Silva, 89
Marcio Silva Borges, 103
Marcionila Fernandes, 249
Marco Antonio Leite Massari, 243
Marco Antônio Silva, 240
Marco Aurelio Costa, 41
Marco Aurélio Costa, 19, 20, 167, 249, 251
Marco Aurélio Schmitt da Silva, 89
Marcos Antonio Mattedi, 119, 131
Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior, 113
Marcos Barcellos de Souza, 20, 32, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98
Marcos Bittar Haddad, 183
Marcos Britto, 34, 39
Marcos Gustavo Pires de Melo, 23
Marcos Kiyoto de Tani e Isoda, 164
Marcos Leandro Mondardo, 239
Marcos Leite Rosa, 41
Marcos Mondardo, 36
Marcos Roberto Martines, 92
Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, 196
Marcos Virgílio da Silva, 220
Marcus Vinicius Mariano de Souza, 65
Margarete Maria de Araújo Silva, 138, 142
Margareth da Silva Pereira, 43, 239
Margoth Atahuachi Burgos, 174
Maria Alejandra Saus, 100
Maria Almeida, 239
Maria Ângela de Almeida Souza, 02, 174, 177, 178
Maria Angélica de Oliveira Magrini, 241
Maria Angélica Mocci, 90
Maria Aparecida Azevedo Abreu, 157
Maria Aparecida Pontes da Fonseca, 32
Maria Ayara Mendo Perez, 50
Maria Beatriz Cruz Rufino, 241
Maria Berthilde Moura Filha, 32
Maria Carolina Maziviero, 41, 200
Maria Caroline Farkat Diógenes, 69
Maria Clara Maciel Silva Bois, 78
Maria Clara Ribeiro Soares, 240
Maria Cristina da Silva Leme, 21, 41, 239
Maria Cristina da Silva Schicchi, 169
Maria Cristina Rocha Simão, 45
Maria Cristina Villefort Teixeira, 72
Maria da Graça Rodrigues dos Santos, 193
Maria da Penha Macena, 35
Maria das Candeias Silveira de Morais, 97
Maria de Lourdes de Aquino Macedo Goncalves, 132
Maria do Livramento Miranda Clementino, 02, 17, 106, 143, 146, 249, 251
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, 02, 12, 115, 138, 184, 188, 194, 199, 201, 244
Maria Eduarda Cavati Medeiros, 201
Maria Eduarda Duda, 61
Maria Eduarda Queiroz, 231
Maria Eduarda Sant' Anna Lessa, 140
Maria Eleusa Montenegro, 241
Maria Emília Monteiro Silva, 131
Maria Encarnação Beltrão Sposito, 241
Maria Estela Rocha Ramos Penha, 34
Maria Fernanda Derntl, 32, 51, 222
Maria Gabriela Scotto, 230
Maria Inês Sugai, 47
Maria Isabel Batista D G Baptista, 130
Maria Isabel Costa Menezes da Rocha, 42
Maria Isabel Villac, 213
Maria Laura Fogaça Zei, 179
Maria Lucia Refinetti Martins, 48, 154
Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins, 02, 12, 149, 153, 158, 160, 161
Maria Luiza de Barros Rodrigues, 34
Maria Luiza Freitas Rocha, 137
Maria Lygia Niemeyer, 165
Maria Magaly Colares De Moura Alencar, 79
Maria Moura Soalheiro, 110
Maria Paula Albernaz, 48
Maria Rita Ferreira Soares, 186
Maria Rosália Guerreiro, 189
Maria Roseli Rossi Avila, 119
Maria Salet Ferreira Novellino, 146
Maria Simone Moraes, 32
Maria Soares de Almeida, 41, 161

Maria Stella Bresciani, 47
Maria Viviana de Freitas Cabral, 182
Mariana Araújo de Oliveira, 175
Mariana Bonadio, 35
Mariana Braga Albuquerque, 147
Mariana Cristina Fernandes Pinto, 72
Mariana Cunha Oliveira Santos, 54
Mariana da Gama e Silva Werneck, 205
Mariana de Azevedo Barretto Fix, 02, 174
Mariana de Oliveira Pohlmann, 102
Mariana de Vasconcelos Pinheiro Beserra, 78
Mariana Felippe Viegas, 211
Mariana Fernandes Freitas, 02, 77
Mariana Galacini Bonadio, 209
Mariana Garcia De Abreu, 67
Mariana Gico Lima Belo, 220
Mariana Gurgacz, 127
Mariana Luscher Albinati, 226
Mariana Medeiros, 154, 240
Mariana Meidani Ripoli, 197
Mariana Mendonça de Mattos, 213
Mariana Motta Vivian, 209
Mariana Pereira de Oliveira de Freitas Gonçalves, 240
Mariana Pinheiro de Carvalho, 196
Mariana Protázio Santos, 185
Mariana Quezado Costa Lima, 140
Mariana Ribeiro Pardo, 137
Mariana Sayuri Takechi Yoshimura, 204
Mariana Vasconcelos Vidal de Negreiros, 152
Mariana Yamamoto Martins, 159
Mariane Paduan Florsz, 94, 107
Mariângela Antigo Furlan, 104
Márico Cataia, 241
Mariela Cristina Ayres De Oliveira, 67
Marilda Checcucci Gonçalves da Silva, 83
Marilsa de Sá Rodrigues, 86
Marina Abreu Torres, 110
Marina Boaretto Ferreira, 62
Marina de Castro Teixeira Maia, 233
Marina Guerra Diogenes, 71
Marina Kohler Harkot, 44, 195
Marina Medeiros Cortês, 165
Marina Quirino Luxi de Paula, 189
Marina Sanders Paolinelli, 61
Marina Silveira Muniz Ferreira, 194
Marina Toneli Siqueira, 176, 206
Mario Sergio Brum, 48
Marise Costa de Souza Duarte, 138
Marisela García Hernández, 109
Maristela Frederico, 114
Marla Rodrigues, 136
Marli Terezinha dos Santos, 93
Marlice Nazareth Soares de Azevedo, 41
Marlice Soares, 239
Marlise Sanchotene de Aguiar, 197
Marlon D'Oliveira Castro, 71
Marlon Paiva, 169
Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas, 93
Marly Gonçalves da Silva, 37
Marta B. Romero, 34
Martim Ferraz Costa Furtado, 177
Matheus Cavalcanti Bartholomeu, 44
Matheus Graciosi Pinto, 146
Matheus Mafra, 175, 243
Matheus Oliveira de Santana, 149
Matheus Santos Soares, 240
Mauricio Couto Polidori, 158
Maurício Lamano Ferreira, 117, 118
Maurini de Souza, 241
Mauro Kleiman, 37
Mauro Normando Macedo Barros Filho, 34, 133, 182
Mauro Ramon, 118
Max Vitor Kazutoshi Arabori, 104
Maya Neves de Moura Araújo, 118
Mayara Barbosa de Almeida, 135
Mayara Dayanne Sousa Rezende, 211
Mayara Marques Bernardes, 67
Mayara Mychella Senara Araújo, 189
Melissa Luciana de Araújo, 240
Melissa Matsunaga, 68, 139, 240
Melissa Ronconi de Oliveira, 179
Michel Guenet, 191
Michele Brito, 40
Michelle Campos Morais, 198
Miguel Alois Pitz e Silva, 108
Miguel Antonio Buzzar, 67
Miguel Bustamante Fernandes Nazareth, 184
Milena Cristina Sartori, 162, 188
Milene Migliano, 42
Miriam Francisca Rodrigues Couto, 72
Miriam Victoria Fernandez Lins, 189
Mirian Beatriz Schneider, 87
Moacir José dos Santos, 86
Mônica Antonia Viana, 50
Mônica Arroyo, 29, 241
Monica de Azevedo Costa Nogara, 67
Mônica Máximo da Silva, 209
Murad Jorge Mussi Vaz, 42
MyrellyLlays Rodrigues Leite, 65
Myriam Aldana Santin, 186
Myriam Bahia Lopes, 55, 240

N

Nabil Bonduki, 53, 239
Nadia Somekh, 39, 42
Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira, 104
Nancy Duxbury, 54
Natacha Rena, 43, 47
Natacha Silva Araújo Rena, 124
Natalia Aguiar Mol, 143
Natália Alves da Silva, 34
Natalia Bogado Balbuena, 225
Natália da Silva Lemos, 54, 131
Natália Maria Moura Medeiros, 138
Natália Miranda Vieira-de-Araújo, 219
Natalia Ponce Arancibia, 207
Natalia Silva Oliveira, 89
Nathalia Azevedo de Melo, 116, 135
Nathália da Mata Mazzonetto Pinto, 188
Nathália de Castro Abreu, 182
Nathalie Jean-Baptiste, 70
Nayara Salgado, 240
Nelba Azevedo Penna, 150
Nelma Gusmão de Oliveira, 116
Nicholas Martino, 212
Nicolas Billig de Giacometti, 153
Nicolas Giacometti, 175
Niklas Werner Weins, 54
Nilberto Gomes de Sousa, 199, 248
Nilcio Regueira Dias, 30
Nilton Bezerra Guedes, 124
Nilton Marques de Oliveira, 106, 240
Nilton Oliveira, 85, 86, 87
Nina Aureliano Apparicio da Silva, 122
Nina Beatriz Araranguá, 108
Nirce Saffer Medvedovski, 48
Nisiane Madalozzo, 134
Noelio Dantaslé Spinola, 108, 239
Norberto Milton Paiva Knebel, 82, 142
Norma Lacerda, 128, 155, 222
Norma Lacerda Gonçalves, 02
Norma Valencio, 46, 123
Nuno Andre Vasconcelos Figueiredo Patrício, 79

O

Odacira Nunes, 83
Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, 02, 128, 149, 153, 158, 160, 161, 250
Olgário Paulo Vogt, 83
Olivia De Campos Maia Pereira, 67
Olivier Mongin, 240
Orlando Alves dos Santos Junior, 17, 205
Oscar Eduardo Preciado-Velásquez, 243
Oséias Teixeira da Silva, 44, 241
Osvaldo Bráz, 42
Osvaldo Daniel Dos Santos Pinheiro, 83
Oswaldo Francisco Freitez Carrillo, 39
Otávio Augusto Alves dos Santos, 158

P

Pablo Benetti, 71
Pablo Ceolin Dallagnol, 198
Pablo Pimentel Pessoa, 177
Paloma de Oliveira Silva, 190
Pâmela Paris Avila, 221
Paola Berenstein Jacques, 43, 239, 244
Paola Bonetto Ferrari, 225
Paolo Colosso, 113, 240
Patrícia Braz, 54
Patricia Capanema Alvares Fernandes, 188
Patricia Cipriano Barcellos da Silva, 103
Patrícia Cristina Coutinho Nardini, 240
Patricia Daflon Dos Santos, 200
Patricia De Macedo Silva Dos Reis, 75
Patrícia Maíssa Ferragoni da Cruz, 86, 90
Patricia Marra Sepe, 35
Patricia Maya Monteiro, 197
Patrícia Silva Gomes, 156
Patrícia Takamatsu, 139
Patrick Gomes, 106
Patrick Zechin, 183, 214
Patryck Araújo Carvalho, 33
Paula Barros, 211
Paula Burgarelli Corrente, 162
Paula Cardoso Moreira, 154, 181
Paula Ciminelli Ramalho, 114
Paula Custódio de Oliveira, 154
Paula Freire Santoro, 43-44, 143, 177
Paula Guimarães, 40
Paula Oliveira, 240, 173
Paula Ravanelli Losada, 50
Paula Vilhena Carnevale Vianna, 224
Paulo André Fukuta da Cruz, 226
Paulo Cesar Oliveira Diniz, 126
Paulo Cesar Xavier Pereira, 241
Paulo Edison Belo Reyes, 230
Paulo Emilio Buarque Ferreira, 60, 62
Paulo Fernando Lisbôa de Vasconcelos, 121
Paulo Nascimento Neto, 69, 189
Paulo R. Giaquinto, 62
Paulo Reyes, 39
Paulo Roberto de Souza, 203
Paulo Romano Reschilian, 43, 81
Paulo Sergio Ramos Pinto, 196
Paulo Victor Maciel da Costa, 85
Pedro Araújo Patrício, 93
Pedro Araújo Pietrafesa, 84
Pedro Britto, 31
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva, 23, 36
Pedro Henrique Ayete Silveira, 135
Pedro Henrique Cícero Ferreira, 240
Pedro Henrique Maximo Pereira, 85, 211, 225
Pedro Henrique Torres, 143
Pedro Ivo Ferreira Menezes, 108
Pedro Paulo De Almeida Palazzo, 221
Pedro Paulo Palazzo de Almeida, 215
Pedro Ribeiro Moreira Neto, 163, 224
Pedro Roberto Jacobi, 52
Pedro Vasconcelos Maia do Amaral, 02, 83
Pedro Vitor Monte Rabelo, 154
Pedro Vitor Ribeiro Costa e Thomas Ilg Gavinho, 229
Pierre Arnold, 36, 207
Pietro Calderini Aruto, 179
Plácido Domingues, 249
Poliana Gonçalves Monteiro, 195
Poliana Monteiro, 154, 240
Poliana Risso da Silva, 76
Pollyana Heloisa de Jesus Silva, 243
Priscila Erthal Risi, 31
Priscila Izar, 70
Priscila Vasconcelos, 222
Priscilla Alves Peixoto, 50
Prof. Antonio Gonçalves de Oliveira, 109, 124
Prof. Edivaldo Machado Boaventura, 128
Prof. Manoel Joaquim Fernandes de Barros, 107, 128, 160
Pryscilla Rodrigues Fernandes, 185, 223

Q

Queren Gonçalves Oliveira, 243

R

Rachel Barros, 44
Rachel Coutinho, 88
Rachel de Castro Almeida, 187
Rafael Alves Corradi, 170
Rafael Baldam, 190
Rafael Corrêa Borba, 105
Rafael Costa de Moura, 60
Rafael de Carvalho Costa Abrantes, 131
Rafael De Sordi Zanola, 70
Rafael Evangelista, 23-25
Rafael Gonçalves Gumiero, 95
Rafael H.M. Pereira, 41
Rafael Kalinoski, 177
Rafael Mattoso, 48
Rafael Pollastrini Murolo, 151
Rafael Santiago Soares, 105
Rafael Simões Sampaio, 173
Rafael Winter Ribeiro, 39
Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira, 82
Rafaela Cristina Sander, 182
Rafaela Vieira, 130, 141
Rainer Randolph, 11, 23, 44, 108, 149, 154, 167, 249
Raíssa Sousa e Silva, 169
Ramon da Silva Torres, 93
Ramon José Gusso, 241
Raphael Brito Faustino, 49, 208
Raphael de Oliveira Silva, 102
Raquel Dantas do Amaral, 154
Raquel de Souza Martins Lima, 243
Raquel Maria da Costa Silveira, 75, 113, 146, 147
Raquel Maria de Lima Alonso, 241
Raquel Oliveira Magalhães, 145
Raquel Pereira de Souza, 99
Raquel Pessoa Morano, 80
Raquel Rolnik, 13, 17, 35, 79, 161
Raquel Werner de Vargas, 133
Raul da Silva Ventura Neto, 179
Raul Lemos dos Santos, 40
Raul Pacheco Lemos dos Santos, 142
Raul Rosa de Oliveira Junior, 103
Rayane Portela Monteiro, 178
Rayssa Cortez, 52
Rayssa Saidel Cortez, 117
Rebeca Marota da Silva, 106
Regina Bienenstein, 139, 161, 240
Regina Dulce Barbosa Lins, 02, 17, 70
Regina Dulce Lins, 18, 161
Regina Helena Alves da Silva, 19,
Regina Morão, 50
Regina Tunes, 44
Reginaldo Braga Silva Junior, 158
Reginaldo Luiz Cardoso, 45
Reinaldo Lima Souza de Lélis, 138
Rejane Maria da Silva Sanches, 55
Renam Magalhães da Silva, 172
Renan Pereira Almeida, 93
Renata Adriana Garbossa, 216
Renata Bovo Peres, 47
Renata Braga Neves, 42
Renata Brauner Ferreira, 92
Renata Carrero, 198
Renata Chianelli Monteiro Rebello, 184
Renata Cristina do Nascimento Antao, 77, 40
Renata de Figueiredo, 141
Renata Eloah Aguiar Moreira, 41
Renata Maria Pinto Moreira, 130, 153
Renata Monteiro Siqueira, 219
Renata Priore Lima, 144
Renata Rogowsky Pozzo, 115
Renato Abramowicz Santos, 161
Renato Barbosa Fontes, 203
Renato Barbosa Reis, 103
Renato Consentido, 240
Renato Cosentino, 154
Renato Cymbalista, 82
Renato da Gama-Rosa Costa, 46
Renato Emerson dos Santos, 33, 40
Renato Emerson Nascimento dos Santos, 110
Renato Leão Rego, 51
Renato Pequeno, 17-18, 173, 206
Rérisson Máximo, 140, 165, 167
Reynaldo Lirio De Mello, 94
Ricarda Lucilia Domingues Tavares, 184
Ricardo Alexandre Paiva, 2, 32, 210
Ricardo Augusto Souza Fernandes, 163
Ricardo de Pádua Salles, 70
Ricardo de Sousa Moretti, 52, 216
Ricardo Evangelista, 240
Ricardo Fiuza Lima, 150
Ricardo Libanez Farret, 02
Ricardo Lobato Torres, 98, 121
Ricardo Luiz Tôws, 203
Ricardo Moretti, 247
Ricardo Ojima, 20, 144
Ricardo Rippel, 241
Ricardo Serraglio Polucha, 69, 231
Ricardo Toledo Neder, 48
Ricardo Trevisan, 37, 43, 92, 215, 225, 232
Ricardo Victor Rodrigues Barbosa, 171
Richard Lins, 95
Richardson Leonardi Moura da Câmara, 146
Rita de Cássia da Conceição Gomes, 02, 83
Rita de Cássia Lucena Velloso, 02, 43, 44, 135, 136, 138, 140
Rita de Cássia Ribeiro Carvalho, 156
Rita Velloso, 39
Robert Pechman, 47
Roberta Félix Maia, 198
Roberta Menezes Rodrigues, 59
Roberto Bressan Nacif, 164
Roberto Carlos Vital, 182
Roberto de Almeida Bottura, 210
Roberto Eustaáquio dos Santos, 120, 219
Roberto Gomes Monção Junior, 120
Roberto Luís de Melo Monte-Mór, 23, 35, 44
Roberto Luís Monte-Mór, 240
Roberto Luiz do Carmo, 22, 105
Roberto Wickert, 88
Robson da Silva Moreno, 119
Robson Dias da Silva, 99
Robson Joabson Soares Porto, 202
Rodolfo Ataíde, 240
Rodolfo Efrain Zelada Mario Vianna, 86
Rodolfo Finatti, 106, 246
Rodolfo Moura, 130
Rodrigo Beserra Figueiredo, 215
Rodrigo Castriota, 84, 88, 199
Rodrigo Costa Silva Matos, 187
Rodrigo d'Avila, 243
Rodrigo da Cunha Nogueira, 34, 226
Rodrigo de Faria, 41, 48, 239
Rodrigo de Moraes Rosa, 199
Rodrigo Farias, 239
Rodrigo Figueiredo Suassuna, 197
Rodrigo Gonçalves dos Santos, 187
Rodrigo José Firmino, 23, 25
Rodrigo Lemos, 240
Rodrigo Mindlin Loeb, 212
Rodrigo Santos de Faria, 99
Rogerio Allon Duenhas, 114
Rogério da Costa Araújo, 140
Rogério Haesbaert da Costa, 02, 109
Rogério Leandro Lima da Silveira, 02, 94, 99, 101, 103, 104, 107, 108, 175, 239
Rogério Palhares Zschaber de Araújo, 47, 160, 202
Rômulo José da Costa Ribeiro, 177
Ronaldo Augusto Campos Pessoa, 132
Ronaldo Malheiros Figueira, 159
Rooseman de Oliveira Silva, 183
Rosa Maria Cortês De Lima, 79
Rosana Denaldi, 02, 29, 59, 62, 68, 240
Rosana Yamaguti, 69
Rosane Bernarrdete Brochier Kist, 136
Rosane de Almeida Tierno, 33, 50
Rosane Tierno, 73
Rosangela Cavallazzi, 45
Rosângela Luft, 35
Rosangela Lunardeli Cavallazzi, 45
Rosele Marques Vieira, 106
Roseni Aparecida de Moura, 88
Rossana Brandão Tavares, 44
Rossana Maria Delpino Sapen, 241
Rossana Tavares, 45
Rossela Rossetto, 53
Rossella Rossetto, 180
Rovena Negreiros Ferreira, 21
Rubenilson Brazão Teixeira, 02, 32, 217, 221, 229, 232, 233
Ruth Cristina Ferreira Ramos, 119, 243
Ruth Maria Da Costa Ataide, 02, 70, 71, 72, 73, 116, 179, 244, 245, 250
Rutileia Lima Almeida, 94, 107-108
Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira, 150

S

Sabrina Ferretti do Amaral, 102
Saggioro Garcia, 30
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior, 02, 149, 163, 169, 240
Samantha Busnello, 126
Samara Cristina Vieceli Piacenti, 106
Samarane Fonseca de Souza Barros, 84
Samia Sulaiman, 52
Samira de Sousa Proêza, 53
Samira Elias, 34
Samuel Tavares Pinheiro, 161
Samuel Thomas Jaenisch, 60
Sandra Gomes, 154
Sandra Irene Momm Schult, 119
Sandra Lencioni, 17, 44
Sandra Maria Fonseca da Costa, 166
Sandra Marinho, 54
Sandra Momm, 94
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros, 02, 04, 13, 135, 240, 245
Sara Rebello Tavares, 239
Sarah Feldman, 41, 239
Sarah Lúcia Alves França, 240
Saulo Albuquerque, 240
Saulo Matheus de Oliveira Lima Cavalcante, 179
Sávio Tadeu Guimarães, 121, 241
Ségolène Le Men, 240
Sérgio Carvalho Benício de Mello, 183, 195
Sérgio Eduardo dos Santos, 198
Sergio Felipe Melo da Silva, 240
Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira, 30, 96
Sergio Magno Carvalho de Souza, 92
Sergio Moraes Rego Fagerlande, 32
Sergio Stoco, 241
Sergio Torres Moraes, 89
Shalana Santos Carvalho, 182
Sibelle Cornélio Diniz, 37
Sibelle Diniz, 83, 84, 90, 91, 144, 240
Sidney Carneiro de Mendonça Fernandes, 119
Sidney Piochi Bernardini, 31, 79, 160
Silvana Cristina da Silva, 80
Silvana Nunes De Queiroz, 144
Silvana Nunes de Queiroz, 85, 148
Silvana Zioni, 94
Silvia Filipe, 132
Silvia Helena de Castro, 222
Silvia Helena Facciolla Passarelli, 235
Silvia Helena Passarelli, 52, 130
Silvia Helena Zanirato, 123, 125
Silvia Jorge, 42
Silvia Mirta Gorenstein, 12
Silvia Viegas, 42
Silvia Virginia Coutinho Areosa, 76, 88
Silvio Cezar Arend, 136
Silvio Jacks dos Anjos Garnés, 132
Silvio Lima Figueiredo, 44
Simaia Do Socorro Sales Das Merces, 75
Simone Aparecida Polli, 162, 241
Simone Bandeira de Souza, 123
Simone Cynamon Cohen, 46
Simone da Silva Costa, 99
Simone Ferreira Gatti, 169
Simone Rita Monteiro, 120
Siva Alves Bianchi, 198
Sônia Nogueira, 98
Sophia Guarnieri, 143
Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal, 202
Soraya de Paula Rosário, 163
Soraya Nór, 230
Soraya Silveira Simões, 33
Stella Bresciani, 47, 239
Stella Harumi Okumura, 179
Stella Maris Nunes Pieve, 223
Stephanie Luise de Pinho, 115, 148
Suelen Mazza Batista, 183
Sueli Yoshinaga Pereira, 121
Suely Maria Ribeiro Leal, 217, 224, 226, 227, 229, 230
Sueme Freitas, 89
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa, 129
Surama Batista Vieira da Costa, 221
Susan Natali Oliveira Lecuona, 230
Susan Oliveira, 47
Susie Fonseca de Souza, 204
Suyanne Galvão Bacelar, 190, 241, 243
Suzana Pasternak, 148
Suzann Flávia Cordeiro de Lima, 190
Sylvia Ficher, 232
Syslayne Carlos da Silva Costa, 183

T

Taciane Lais da Silva, 84
Taiane Beduschi, 201
Taina Andreoli Bittencourt, 171
Tainá Labrea Ferreira, 150
Tainá Silva Melo, 74
Taís Alvino da Silva, 229
Taís Côgo Ferreira, 85
Tales Fontana Siqueira Cunha, 67
Talita Anzei Gonsales, 76
Talita Rocha Reis, 215
Tamara Habib Saré, 38
Tamara Portis Tobias, 146
Tamara Tania Cohen Egler, 45
Tamms Maria da Conceição de Morais Campos, 64
Tânia Bacelar de Araújo, 11
Tânia Marques Strohaecker, 158
Tanise Dias Freitas, 94
Tankilino Tulio Queiroz Freitas, 82
Tarciso Binoti Simas, 216
Tarcyla Fidalgo Ribeiro, 29, 40, 153
Tarcyla Ribeiro Fidalgo, 77
Tathiane Mayumi Anazawa, 35
Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, 45, 201
Tatiana de Albuquerque Ferreira, 199
Tatiana Maria Cecy Gadda, 54
Tatiana Tucunduva Philippi Cortese, 179
Tatiane Emilio Checchia, 50
Tatiane Thaís Lasta, 108
Tayanna Regina Abrahao Cordeiro Lemos, 164
Técio Martins, 69
Temis Gomes Parente, 02, 83, 85, 86, 88, 89, 91
Temis Parente, 88
Tereza Raquel França Ferreira, 174
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros, 146
Terezinha de Oliveira Buchebuan, 137
Thais Borges Martins, 64
Thais de Almeida Gonçalves, 213
Thais Dos Santos Vieira Gabi De Macedo, 191
Thaís Lanna Junqueira, 55
Thaís Mariano Nassif Salomão, 203
Thaís Matos Moreno, 173, 206
Thaís Nassif, 239
Thaís Sales Gonçalves, 151, 188
Thaís Troncon Rosa, 39, 45, 50
Thais Virga, 146
Thaisa Comelli, 172
Thaiz Freitas Pessoa, 78
Thales Barroso Miranda, 243
Thales Santos, 240
Thalita Alves Silva Ribeiro, 139
Thamara Francisconi Vieira Pereira, 153
Thamine de Almeida Ayoub Ayoub, 169
Thayná Cagnin Maia, 80
Thayná Mainardes Rocha, 134
Thiago Araujo do Pinho, 181
Thiago Canettieri, 44, 185, 191, 197
Thiago dos Santos Damasceno, 100
Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes, 103
Thiago Hoshino, 35
Thiago Noronha Sugimoto, 49
Tiago Augusto Da Cunha, 166
Tiago Balem, 210
Tiago Castelo Branco Lourenço, 138
Tiago Ferrari do Nascimento, 93
Tiago Silva Moreira, 102
Tiago Souza Bastos, 39
Tiago Veloso dos Santos, 218, 240
Tiphany Gomes Rodrigues, 240
Tomás Albuquerque Lapa, 234
Tomas Antonio Moreira, 02, 33, 59, 64, 67, 69, 166, 190, 250
Tomás de Faria Balbino, 104
Tomás Wissenbach, 127
Tony dos Santos Silva, 183
Tuanni Rachel Borba, 205
Twane Xavier de Lima, 170

U

Ulisses Carlos Silva Ferreira, 210
Ulisses Demarchi Silva Terra, 77
Ursula Dias Peres, 52

V

Valdeny Caroline de Vasconcelos Lima, 164
Valdir Roque Dallabrida, 88, 239
Valeika Carminati, 211
Valentina Machado, 158
Valéria de Fátima Chaves Des. Silvério Soares, 243
Valeria Pinheiro, 140, 239
Valéria Regina Zanetti, 201, 224
Valério Augusto Soares de Medeiros, 172, 189
Valter Caldana, 129
Valter Luiz Macedo, 49
Vanda de Souza Siqueira, 224
Vanessa Brígida Azevedo, 02
Vanessa Camila da Silva, 240
Vanessa Empinotti, 52
Vanessa Gayego Bello Figueiredo, 39, 53
Vanessa Lucena Empinotti, 117
Vanessa Marx, 31, 174
Vanessa Melo, 42
Vânia Raquel Teles Loureiro, 54, 189
Vânia Teles Loureiro, 131
Vanilson Torres, 247
Vera F. Rezende, 41
Vera Rezende, 239
Verônica de Fátima Fernandes Barbosa, 87
Verônica Maria Fernandes de Lima, 02, 73, 202, 209, 216, 247
Viana Patrício Barbosa Neto, 02
Vicente Eudes Lemos Alves, 33
Victor Augusto Campos Alves, 194
Victor Barroso Rosado, 166
Victor Chirillo de Oliveira Stoian, 214
Victor Cosenza dos Santos Pereira, 182
Victor Iacovini, 152, 164, 240
Victor Martinez Corrêa e Sá, 204
Victor Ramiro Fernández, 11, 31
Victorya Carvalho, 246
Victorya Elizabete Nipo Teixeira de Carvalho, 90
Vilmar Nogueira Duarte, 87
Vinícius Fernandes da Silva, 37
Vinicius Ferreira Baptista, 93
Vinicius Ferreira Mattos, 51
Vinicius Ferreira Pinto Vasconcelos, 129
Vinícius Galvão Ramos, 243
Vinicius Lobo da Nóbrega, 197
Vinicius M. Netto, 42
Vinícius Oliveira Braz Deprá, 156
Vinicius Saraiva Barretto, 173, 206
Virginia Elisabeta Etges, 83-84
Virginia Pitta Pontual, 02, 20, 22
Virginia Pontual, 41, 239
Vitor de Toledo Nascimento, 132
Vitor Hugo Tonin, 181
Vitor Sartori Cordova, 231
Vitor Soares Miceli, 135
Vitor Yamamoto, 73
Vitoria Gonzatti de Souza, 174
Vitória Raíssa Ferreira Mangueira, 80
Vivian Assis, 45
Vivian C Brito, 107
Vivian Costa Brito, 87
Vivian de Assis Rodrigues, 40
Viviane Gomes Medeiros, 73
Viviane Manzione Rubio, 62
Viviane Ramos de Azevêdo, 74
Viviane Regina Costa Sá, 65
Viviane Santos Garcia, 167
Viviane Zerlotini da Silva, 46, 139
Volia Regina Costa Kato, 72

W

Wagner de Souza Rezende, 185
Wagner Fernandes Costa, 32
Wagner Mazetto de Oliveira, 68
Wagner Rufino, 45
Walcler de Lima Mendes Junior, 33
Waldecy Rodrigues, 22, 88
Waleska Andrzejewski Avozani, 215
Waleska Teixeira Caiaffa, 46
Wanstein Camargo, 106
Wellington Tischer, 98
Wendell Ficher Teixeira Assis, 109
Weslayne Siqueira De Morais, 78
Wesley Almeida Teixeira, 156
Wesley da Silva Belizario, 119
Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners, 128, 216
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, 44
William Azalim do Valle, 46
William Mog, 141, 152
Wilson Fusco, 144, 241
Wilson Levy Braga da Silva Neto, 80
Wilson Ribeiro dos Santos Junior, 182
Wilson Ribeiro Santos Junior, 70
Winifred Knox, 02, 90, 246
Wrana Maria Panizzi, 02,
Wrana Panizzi, 138

X

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior, 193

Y

Yana dos Santos Moyses, 116
Yara Cristina Labronici Baiardi, 178
Yara Maciel Camelo, 121
Yara Synthia Araújo Silva, 133
Yasmim Leite, 227
Yata Anderson Gonzaga Masullo, 102
Yuri de Souza Duarte, 215, 248
Yuri Simonini, 232, 241
Yuri Vieira Brandão Ferreira, 182

Z

Zilsa Maria Pinto Santiago, 80
Zoraide Souza Pessoa, 02, 149-150, 151, 155, 159, 165, 171,yvv zvvvvv

